



Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da



Cosan S.A. Indústria e Comércio

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 50.746.577/0001-15
Prédio Administrativo Cosan, Bairro Costa Pinto, s/nº
Piracicaba, SP
Código ISIN: BRCSANACNOR6

16.046.510 Ações Ordinárias
Valor da Oferta – R\$770.232.480,00

Código de Negociação no Segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”): CSAN3

Preço por Ação: R\$48,00

A Cosan S.A. Indústria e Comércio (“Companhia”, “Cosan” ou “nós”) está realizando uma distribuição pública primária de 16.046.510 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de sua emissão (“Oferta”), com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”) e dentro do limite de capital autorizado previsto no seu Estatuto Social, as quais encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”). A Oferta será realizada em mercado de balcão não organizado no Brasil, coordenada pelo Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A. (o “Coordenador Líder”) e pelo Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, os “Coordenadores”), com a participação de determinadas instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro contratadas pelos Coordenadores e sociedades corretoras membros da Bolsa de Valores de São Paulo contratadas pelos Coordenadores e, simultaneamente, com esforços de colocação nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados no exterior, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, conforme alterado (“*Securities Act*”), e nos demais países (exceto nos Estados Unidos da América e no Brasil), com base no Regulamento S editado pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América (“SEC”), em ambos os casos em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 e alterações posteriores, do Conselho Monetário Nacional (a “Resolução 2.689”) e da Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada (a “Instrução CVM 325”), esforços estes que serão realizados pelo Morgan Stanley & Co. Incorporated, Credit Suisse First Boston LLC, Bradesco Securities, Inc., Deutsche Bank Securities Inc., J.P. Morgan Securities Inc., Pactual Capital Corporation e Unibanco Securities Inc. na qualidade de agentes dos Coordenadores e dos Coordenadores Contratados, conforme definido abaixo, (os “Agentes de Colocação Internacionais”), conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 13 de outubro de 2005 e publicada nos jornais Valor Econômico, Diário Oficial do Estado de São Paulo e Jornal de Piracicaba em 19 de outubro de 2005. Não será realizado qualquer registro na SEC, nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto junto à CVM no Brasil.

O preço de subscrição das Ações foi fixado após a finalização do procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*), conduzido pelos Coordenadores. O preço de subscrição das Ações foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião iniciada em 8 de novembro de 2005 e encerrada em 16 de novembro de 2005.

Valor	Comissões	Recursos Líquidos
Por Ação	2,28	45,72
Total	36.586.042,80	733.646.437,20

A quantidade total de Ações objeto da Oferta poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 2.406.976 ações ordinárias de nossa emissão (“Ações Adicionais”), equivalente a até 15% das Ações objeto da Oferta inicialmente ofertadas, conforme opção para a subscrição de tais Ações Adicionais outorgada por nós aos Coordenadores, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta (“Opção de Ações Adicionais”). A Opção de Ações Adicionais poderá ser exercida no prazo de até 30 dias, a contar da data da publicação do Anúncio de Início da Oferta.

Registro da presente distribuição pública primária na CVM: CVM/SRE/REM/2005/00011, em 17 de novembro de 2005.

“O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia emissora, bem como sobre as Ações a serem distribuídas.”

“Os administradores da Companhia e o Coordenador Líder declaram que, até onde têm conhecimento, as informações contidas neste documento correspondem à realidade e não omitem nada capaz de afetar a importância de tais informações”

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de compra das Ações. Ao decidir por adquirir as Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações. **Ver seção “Fatores de Risco”, a partir da página 38 para discussão de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação à subscrição das Ações.**



Coordenador Líder

Morgan Stanley

Coordenador

CREDIT SUISSE | FIRST BOSTON

Coordenadores Contratados



A data deste Prospecto Definitivo é 17 de novembro de 2005

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

• Definições	2
• Termos e Condições da Oferta	6
• Informações Sobre a Companhia, Coordenadores, Consultores e Auditores	20
• Apresentação das Informações Financeiras e de Mercado	22
• Sumário do Prospecto	25
• Visão Geral da Companhia	25
• Visão Geral do Setor	26
• Vantagens Competitivas da Companhia	27
• Estratégia da Companhia	28
• Estrutura da Companhia	29
• Acontecimentos Recentes	30
• Resumo das Informações Financeiras e Operacionais	31
• Resumo dos Termos e Condições da Oferta	34
• Fatores de Risco	38
• Considerações Sobre Estimativas e Declarações sobre o Futuro	50
• Declarações da Companhia e do Coordenador Líder	51
• Destinação dos Recursos	52

2. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

• Capitalização	54
• Diluição	55
• Informações sobre os Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	57
• Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas	58
• Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais	64
• Visão Geral dos Setores de Açúcar e Álcool	105
• Atividades da Companhia	117
• Histórico e Reorganizações Societárias	150
• Administração e Governança Corporativa	153
• Dividendos e Política de Dividendos	161
• Principais Acionistas	165
• Operações com Partes Relacionadas	171
• Composição do Capital Social	173

3. ANEXOS

• Estatuto Social Consolidado	188
• Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de outubro de 2005	202
• Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia iniciada em 8 de novembro de 2005 e encerrada em 16 de novembro de 2005	207
• Informações Anuais (IAN) – 30 de Abril de 2005 (apenas informações não incluídas nesse Prospecto)	213

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

• Formulário de Informações Trimestrais (ITR) Relativo aos Trimestres Sociais Encerrados em 31.07.2005 e 31.07.2004	263
• Demonstrações Financeiras Consolidadas Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 30.04.2005 e 30.04.2004 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes	330
• Relatório da Administração Relativo ao Exercício Social Encerrado em 30.04.2005	402
• Demonstrações Financeiras Consolidadas Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 30.04.2004 e 30.04.2003 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes	415

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. INTRODUÇÃO

- Definições
- Termos e Condições da Oferta
- Informações Sobre a Companhia, Coordenadores, Consultores e Auditores
- Apresentação das Informações Financeiras e de Mercado
- Sumário do Prospecto
 - Visão Geral da Companhia
 - Visão Geral do Setor
 - Vantagens Competitivas da Companhia
 - Estratégia da Companhia
 - Estrutura da Companhia
 - Resumo Das Informações Financeiras e Operacionais
 - Resumo dos Termos e Condições Da Oferta
- Fatores de Risco
- Considerações Sobre Estimativas e Declarações sobre o Futuro
- Declarações da Companhia e do Coordenador Líder
- Destinação dos Recursos

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos, salvo referência diversa neste Prospecto.

Acionista Controlador Indireto	Sr. Rubens Ometto Silveira Mello.
Acionistas Controladores	(i) o Acionista Controlador Indireto; e (ii) o grupo de empresas acionistas diretas ou indiretas da Companhia, direta ou indiretamente controladas pelo Acionista Controlador Indireto, incluindo Aguassanta Participações S.A., Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool, Belga Empreendimentos e Participações Ltda. e Nova Celisa S.A.
Ações	16.046.510 (dezesesseis milhões, quarenta e seis mil, quinhentas e dez) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de nossa emissão, objeto da Oferta.
Ações Adicionais	Lote suplementar de até 2.406.976 (dois milhões, quatrocentos e seis mil, novecentas e setenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, que poderão ser ofertadas, conforme opção outorgada por nós aos Coordenadores, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.
Agentes de Colocação Internacionais	Morgan Stanley & Co. Incorporated, Credit Suisse First Boston LLC, Bradesco Securities, Inc., Deutsche Bank Securities Inc., J.P. Morgan Securities Inc., Pactual Capital Corporation e Unibanco Securities Inc.
Agrícola Destivale	Agrícola Destivale Ltda.
Agrícola Ponte Alta	Agrícola Ponte Alta S.A.
Aguassanta Participações	Aguassanta Participações S.A.
Amaralina	Amaralina Agrícola Ltda.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ATR	Açúcares Totais Recuperáveis – um índice de produtividade por tonelada de cana-de-açúcar em relação ao total de açúcar adquirido.
Auto Posto Destivale	Auto Posto Destivale Ltda.
Banco Central	Banco Central do Brasil.
Belga	Belga Empreendimentos e Participações Ltda.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
CONSECANA	Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

Commonwealth	Commonwealth Carriers S.A.
Companhia ou Cosan	Cosan S.A. Indústria e Comércio.
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil.
Contribuição Social ou CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.
Coordenador Líder	Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A.
Coordenadores	O Coordenador Líder e o Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston S.A.
Coordenadores Contratados	Banco Bradesco S.A., Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, Banco J.P. Morgan S.A., Banco Pactual S.A e Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Copersucar	Copersucar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.
Corretoras Consorciadas	Sociedades corretoras, membros da BOVESPA, subcontratadas pelos Coordenadores, para fazer parte exclusivamente do esforço de colocação das Ações junto aos Investidores Não-Institucionais.
Cosan Portuária	Cosan Operadora Portuária S.A.
Cosan Refinadora	Cosan S.A. Refinadora de Açúcar.
Costa Pinto S.A.	Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool.
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.
CSFB	Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston S.A.
CTNs ou Certificados do Tesouro Nacional	Títulos do Tesouro Nacional adquiridos por empresas agrícolas, inclusive a Cosan, com deságio sobre o valor de face, para liquidação futura de dívidas renegociadas dentro do programa de renegociação da dívida agrícola - PESA.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Da Barra	Usina da Barra S.A. – Açúcar e Álcool.
Destiagro	Destivale Agropecuária Ltda. – Destiagro.
Destivale	Destilaria Vale do Tietê S.A. – Destivale.
dólar, dólares, dólar norte-americano ou US\$	Dólar dos Estados Unidos.
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ da Universidade de São Paulo.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia.
FBA	FBA – Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool.
Grupo Destivale	Grupo formado pela Destivale, Destiagro, Agrícola Destivale e Auto Posto Destivale.
Grupo Kuok	Grupo controlador da Lewington e Commonwealth.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços.

IFC	International Finance Corporation.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> , padrão internacional de apresentação de demonstrações financeiras, adotado em substituição do antigo <i>International Accounting Standards</i> – IAS, promulgado pelo <i>International Accounting Standards Committee</i> .
IGP–DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Imposto de Renda ou IR	Imposto incidente sobre a Renda.
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores, os Coordenadores Contratados e as Corretoras Consorciadas, em conjunto.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados.
Irmãos Franceschi	Irmãos Franceschi Administração e Participações S.A.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Lewington	Lewington Pte. Ltd.
LIBOR	<i>London Interbank Offered Rate</i> – Taxa de juros oferecida no mercado interbancário de Londres, sendo a taxa aplicável para o mercado interbancário internacional de curto prazo.
Lon 5	<i>London nº 5 White Sugar Futures Contract</i> (Contrato Futuro de Açúcar Refinado nº 5 de Londres) – contrato-padrão para negociação futura de açúcar refinado na <i>London International Financial Futures and Options Exchange</i> – LIFFE.
Nova Celisa	Nova Celisa S.A.
Novo Mercado	Segmento especial de negociação de valores mobiliários da BOVESPA.
NY 11	<i>Futures Contract on Sugar No. 11</i> (Contratos Futuro de Açúcar nº 11) - contrato-padrão para negociação futura de açúcar bruto na <i>New York Board of Trade</i> – NYBOT.
Oferta	A distribuição pública primária das Ações, realizada no Brasil.
Opção de Ações Adicionais	Opção outorgada por nós aos Coordenadores, de distribuição de lote suplementar de até 2.406.976 (dois milhões, quatrocentos e seis mil, novecentas e setenta e seis) Ações, equivalente a até 15% das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas. As Ações Adicionais serão destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. A Opção de Ações Adicionais poderá ser exercida no prazo de até 30 dias, a contar da data da publicação do Anúncio de Início da distribuição pública.

OMC	Organização Mundial do Comércio.
PESA ou Resolução 2.471	Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, criado a partir da Resolução do Banco Central nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, ao qual a Cosan aderiu no período entre 1998 e 2000, obtendo como resultado a renegociação de diversas de suas dívidas relativas a financiamentos para custeio agrícola com redução do custo financeiro, e garantindo a amortização do principal atualizado com a cessão e transferência de CTNs, resgatáveis na liquidação da dívida.
PIB	Produto Interno Bruto brasileiro.
PIS	Programa de Integração Social.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Princípios e práticas contábeis estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelas normas e regulamentos editados pela CVM e pelas normas, pronunciamentos e boletins técnicos publicados pelo IBRACON.
Prospecto	Este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária das Ações de Emissão da Cosan.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Oferta Pública Primária de Ações de Emissão da Cosan, datado de 17 de outubro de 2005.
Santa Bárbara	Santa Bárbara Agrícola S.A.
São Francisco	Indústria Açucareira São Francisco S.A.
<i>Senior Notes</i>	As <i>Senior Notes</i> emitidas por nós em outubro de 2004, no valor total de US\$200,0 milhões, com vencimento em 2009.
Sucden	Sucres et Denrées (Sucden), sociedade francesa com sede social em 20 Rue de La Ville L'Evêque, Paris, França, inscrita no registro comercial sob nº 302 162 003, e suas controladas.
TEAS	TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos S.A.
Tereos	Tereos, sociedade francesa com sede social em 11 Rue Pasteur, 02390 Origny Sainte Benoîte, França, inscrita no registro comercial sob nº 407 948 926, e suas controladas.
US GAAP	Princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos.
veículos bicomustível	Veículos que usam tanto a gasolina quanto o álcool (ou qualquer combinação de ambos).

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

1. Composição Atual do Capital Social

A composição atual do nosso capital social é a seguinte:

Espécie e classe das ações	Subscrito e Integralizado	
	Quantidade	Valor (Em R\$) ⁽¹⁾
Ordinárias	44.131.065	300.000.000,00
Total	44.131.065	300.000.000,00

⁽¹⁾ As ações não têm valor nominal.

Após a conclusão da Oferta, a composição do nosso capital social será a seguinte:

Espécie e classe das ações	Subscrito e Integralizado	
	Quantidade ⁽¹⁾	Valor (Em R\$)
Ordinárias	60.177.575	1.070.232.480
Total	60.177.575	1.070.232.480

⁽¹⁾ Considerando a colocação total da quantidade de Ações, sem levar em conta o exercício da Opção de Ações Adicionais. As Ações não têm valor nominal.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações ordinárias detidas por todos os nossos acionistas, e por nossos conselheiros e diretores em conjunto, bem como as ações ordinárias em tesouraria, na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta:

Acionistas	Ações antes da Oferta		Ações após a Oferta ⁽¹⁾	
	Ações	%	Ações	%
Aguassanta Participações S.A.	25.514.667	57,82	25.514.667	42,40
Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Alcool	10.003.426	22,67	10.003.426	16,62
Tereos do Brasil Participações Ltda.	3.905.599	8,85	3.905.599	6,49
Lewington Pte. Ltd.	2.336.350	5,29	2.336.350	3,88
Sucres et Denrées	1.059.404	2,40	1.059.404	1,76
Belga Empreendimentos e Participações Ltda.	1.051.632	2,38	1.051.632	1,75
Commonwealth Carriers S.A.	259.595	0,59	259.595	0,43
International Finance Corporation	-	0,00	228.750	0,38
Nova Celisa S.A.	156	0,00	156	0,00
Administradores	235	0,00	235	0,00
Isaltina Ometto Silveira Mello	1	0,00	1	0,00
Tesouraria	-	0,00	-	0,00
Outros	-	0,00	15.817.760	26,29
Total	44.131.065	100	60.177.575	100

⁽¹⁾ Considerando a colocação total da quantidade de Ações, sem o exercício da Opção de Ações Adicionais, conforme definida abaixo.

2. Características da Oferta

2.1 A Oferta

Serão objeto da Oferta 16.046.510 (dezesseis milhões, quarenta e seis mil, quinhentas e dez) Ações a serem emitidas por nós, com a exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite de capital autorizado previsto no nosso Estatuto Social.

A Oferta compreenderá (i) a distribuição pública primária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, que será coordenada pelos Coordenadores, com a participação de determinadas instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro contratadas pelos Coordenadores (os "Coordenadores Contratados") e sociedades corretoras membros da BOVESPA contratadas pelos Coordenadores (as "Corretoras Consorciadas" e em conjunto com os Coordenadores Contratados e os Coordenadores, as "Instituições Participantes da Oferta"), em conformidade com a Instrução CVM 400 e, simultaneamente, (ii) esforços de colocação das Ações no exterior para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados no exterior (os "Investidores Institucionais Estrangeiros"), que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimentos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 e alterações posteriores, do Conselho Monetário Nacional (a "Resolução 2.689"), da Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000 e alterações posteriores (a "Instrução CVM 325"), ou outros mecanismos, nos casos descritos no item 5.2.1 abaixo. Os esforços de colocação das Ações no exterior serão realizados pelos Agentes de Colocação Internacionais nos termos de contrato celebrado entre nós e os Agentes de Colocação Internacionais (o "Contrato Internacional"), nos Estados Unidos, para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados no exterior, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos ("*Securities Act*"), e nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no Regulamento S editado pela *Securities and Exchange Commission* ("*SEC*"), de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor.

A Oferta foi registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na *SEC* ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S do *Securities Act*, exceto de acordo com isenções de registro nos termos do *Securities Act*.

As Ações serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta de forma não solidária, em regime de garantia firme prestada pelos Coordenadores. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacionais junto aos Investidores Estrangeiros serão integralmente colocadas no Brasil pelas Instituições Participantes da Oferta e obrigatoriamente subscritas, integralizadas e liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei n.º 6.385 de 7 de dezembro de 1976, à exceção do exercício de opção de conversão de saldo devedor de contrato de empréstimo em Ações no âmbito da Oferta pela IFC, conforme indicado no item 5.2.1 abaixo.

O montante de Ações poderá, ainda, ser acrescido de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas, equivalente a até 2.406.976 (dois milhões, quatrocentos e seis mil, novecentas e setenta e seis) Ações a serem emitidas com exclusão do direito de preferência de nossos atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e dentro do limite de capital autorizado previsto em nosso Estatuto Social (as "Ações Adicionais"), com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O referido acréscimo será representado por uma opção de distribuição de lote suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, por nós concedida aos Coordenadores, a ser exercida pelo Coordenador Líder, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Cosan S.A. Indústria e Comércio (o "Anúncio de Início"), inclusive (a "Opção de Ações Adicionais").

O aumento de capital da Companhia dentro do limite de seu capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do seu Estatuto Social, e realização da Oferta, foram aprovados na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de outubro de 2005.

2.2 Quantidade, Valor, Classe e Espécie dos Valores Mobiliários Objeto da Oferta

Na hipótese de não haver subscrição das Ações Adicionais:

Quantidade de Ações	Preço por Ação (Em R\$)	Montante (Em R\$)	Recursos líquidos de Comissões (Em R\$)
16.046.510	48,00	770.232.480,00	733.646.437,20

Na hipótese de haver subscrição da totalidade das Ações Adicionais:

Quantidade de Ações	Preço por Ação (Em R\$)	Montante (Em R\$)	Recursos líquidos de Comissões (Em R\$)
18.453.486	48,00	885.767.328,00	843.693.379,92

3. Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores convidaram os Coordenadores Contratados, instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro indicadas no item 17 abaixo, para participar da Oferta e realizar a colocação das Ações.

Adicionalmente, os Coordenadores convidaram as Corretoras Consorciadas, sociedades corretoras membros da BOVESPA indicadas no item 17 abaixo, para participar da Oferta.

4. Regime de Distribuição

De acordo com o Contrato de Coordenação e Garantia Firme de Subscrição e Colocação de Ações Ordinárias de Emissão da Cosan S.A. Indústria e Comércio, celebrado entre nós, os Coordenadores e a CBLC (o "Contrato de Distribuição"), e após a concessão do registro de distribuição pública primária pela CVM, as Ações serão distribuídas no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, de forma não solidária, em regime de garantia firme, em conformidade com a Instrução CVM 400.

5. Procedimento da Distribuição

Após o encerramento do Período de Reserva (conforme definido no item 5.1.1 abaixo), a realização do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 7 abaixo), a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização deste Prospecto, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações da Oferta, de forma não solidária, em regime de garantia firme, nos termos da Instrução CVM 400, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a oferta de varejo (a "Oferta de Varejo") e a oferta institucional (a "Oferta Institucional").

O Coordenador Líder e o CSFB, com a nossa expressa anuência, elaboraram o plano de distribuição das Ações, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, o qual leva em conta nossas relações e as do Coordenador Líder e do CSFB com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, observado que o Coordenador Líder e o CSFB deverão assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como o tratamento justo e equitativo aos investidores.

5.1 Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada junto a pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento (registrados na BOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor), residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados investidores institucionais (os “Investidores Não Institucionais”), que participarão da Oferta de Varejo após terem efetuado Pedidos de Reserva (conforme definido no item 5.1.1 abaixo), para a subscrição de Ações no âmbito da Oferta, nas condições descritas neste item 5.1.

5.1.1 Período de Reserva

Os Investidores Não Institucionais, à exceção do disposto no parágrafo abaixo, tiveram o prazo de 10 (dez) dias úteis, iniciado em 24 de outubro de 2005 e encerrado em 7 de novembro de 2005, inclusive, (o “Período de Reserva”), para a realização de reservas de Ações mediante o preenchimento de formulário específico (o “Pedido de Reserva”), tendo como objetivo a subscrição de Ações nas condições descritas abaixo. Os Investidores Não Institucionais puderam realizar os seus Pedidos de Reserva junto às dependências das Instituições Participantes da Oferta indicadas no item 17 abaixo.

Os investidores que sejam (i) nossos controladores ou nossos administradores, (ii) controladores ou administradores de qualquer uma das Instituições Participantes da Oferta, ou (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau (as “Partes Vinculadas”) e que sejam Investidores Não Institucionais, puderam efetuar seus Pedidos de Reserva no período de 24 de outubro de 2005 até 26 de outubro de 2005 (o “Período de Reserva para Partes Vinculadas”), sob pena de terem seus Pedidos de Reserva cancelados.

As Instituições Participantes da Oferta somente atenderam aos Pedidos de Reserva feitos por investidores titulares de conta-corrente bancária ou de conta de investimento nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor.

5.1.2 Pedido de Reserva

O montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) das Ações objeto da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Adicionais será destinado prioritariamente à colocação junto a Investidores Não Institucionais, nas condições a seguir:

(a) os Investidores Não Institucionais interessados puderam realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Participante da Oferta, mediante o preenchimento de Pedido de Reserva, celebrado em caráter irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nos itens (i) e (j) abaixo, observado o valor mínimo de investimento de R\$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de investimento de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) por Investidor Não Institucional, sendo que cada um desses investidores pôde estipular, no Pedido de Reserva, o preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, nos termos do parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Investidor Não Institucional tenha optado por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação (conforme definido no item 7 abaixo), seja fixado em valor superior ao preço máximo por ação estipulado pelo investidor, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Participante da Oferta;

(b) na eventualidade de haver excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações ofertadas, os Pedidos de Reserva para Investidores Não Institucionais que sejam Partes Vinculadas serão cancelados pela Instituição Participante da Oferta que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva após o Período de Reserva para Partes Vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400;

(c) os Investidores Não Institucionais terão o prazo até às 17:00 horas da data de publicação do Anúncio de Início – 17 de novembro de 2005 – para confirmar seus Pedidos de Reserva junto às Instituições Participantes da Oferta com as quais realizaram os seus pedidos. No caso de não manifestação dos Investidores Não Institucionais até o mencionado horário, sua aceitação será presumida, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400/03;

(d) após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas e o respectivo valor de investimento dos Investidores Não Institucionais serão informados a cada Investidor Não Institucional até às 12:00 horas do dia seguinte à data de publicação do Anúncio de Início, pela Instituição Participante da Oferta que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo;

(e) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado no item (d) acima, junto à Instituição Participante da Oferta onde houver efetuado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até às 10:30 horas da Data de Liquidação (conforme definida no item 6 abaixo). Não havendo pagamento pontual, o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Participante da Oferta junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;

(f) após às 16:00 horas da Data de Liquidação (conforme definida no item 6 abaixo), a CBLC, em nome de cada uma das Instituições Participantes da Oferta, conforme o caso, junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não Institucional que com ela tenha feito a reserva, o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação (conforme definido no item 7 abaixo), ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nos itens (i) e (j) abaixo, respectivamente, e a possibilidade de rateio, prevista no item (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação Ordinária, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações;

(g) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva de Ações realizados por Investidores Não Institucionais seja igual ou inferior ao montante de 10% (dez por cento) das Ações objeto da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Adicionais conforme estipulado acima, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas, e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não Institucionais serão destinadas a Investidores Institucionais, nos termos descritos no item 5.2.1 abaixo;

(h) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva de Ações realizados por Investidores Não Institucionais seja superior ao montante de 10% (dez por cento) das Ações objeto da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Adicionais conforme estipulado acima, será realizado o rateio de tais Ações entre todos os Investidores Não Institucionais; **o critério de rateio para os Investidores Não Institucionais será (i) a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas aos Investidores Não Institucionais, entre todos os Investidores Não Institucionais, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva, até o limite de R\$5.000,00 (cinco mil reais), inclusive, desconsiderando-se as frações de Ações; e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no item (i) acima, as Ações destinadas aos Investidores Não Institucionais remanescentes serão rateadas proporcionalmente ao valor de cada Pedido de Reserva entre todos os Investidores Não Institucionais, desconsiderando-se as frações de Ações.**

(i) exclusivamente na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes deste Prospecto que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional, ou a sua decisão de investimento, poderá referido Investidor Não Institucional desistir do Pedido de Reserva após o início do Período de Colocação. Nesta hipótese, o Investidor Não Institucional deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Participante da Oferta que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo estipulado no respectivo Pedido de Reserva, que será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Participante da Oferta; e

(j) na hipótese de não haver a conclusão da Oferta, ou na hipótese de rescisão do Contrato de Distribuição, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Participantes da Oferta comunicará o cancelamento da Oferta, inclusive por meio de publicação de aviso ao mercado, aos Investidores Não Institucionais que houverem efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Participante da Oferta, que será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Participante da Oferta.

Os Investidores Não Institucionais interessados na realização do Pedido de Reserva leram cuidadosamente os termos e condições estipulados nos respectivos Pedidos de Reserva, bem como as informações constantes deste Prospecto.

5.2 Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada junto a Investidores Institucionais, conforme definidos no item 5.2.1 abaixo.

5.2.1 Investidores Institucionais

A Oferta Institucional será realizada junto a pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento cujos valores de investimento excedam o limite de aplicação de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, e determinados investidores não-residentes no País que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução 2.689 e da Instrução CVM 325, à exceção da IFC que realizará a subscrição e integralização de 228.750 Ações no valor de R\$10.980.000,00, equivalente a US\$5 milhões, referente a parte dos créditos líquidos e certos existentes contra a Companhia, nos termos de um contrato de empréstimo celebrado com a Companhia, em 28 de junho de 2005 (o "Contrato de Empréstimo da IFC"), através do exercício de uma opção de conversão de parte do saldo devedor do Contrato de Empréstimo da IFC em ações no âmbito da Oferta, podendo esse investimento ser efetivado segundo as normas da Resolução 2.689 e da Instrução CVM 325 ou nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 (os "Investidores Institucionais").

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio das Instituições Participantes da Oferta, não sendo admitidas para Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento.

Caso o número de Ações objeto de ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 7 abaixo) exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento, nos termos e condições descritos acima, dos Pedidos de Reserva dos Investidores Não Institucionais, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a nosso critério e a critério dos Coordenadores, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação, ao longo do tempo, sobre as nossas perspectivas, nosso setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Os Investidores Institucionais deverão realizar a integralização de Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, à exceção da IFC que realizará a subscrição e integralização das Ações em créditos líquidos e certos existentes contra a Companhia, através do exercício de uma opção de conversão do saldo devedor em Ações no âmbito da Oferta, nos termos do Contrato de Empréstimo da IFC.

Qualquer ordem recebida de Investidor Institucional que seja Parte Vinculada será cancelada pela Instituição Participante da Oferta, na eventualidade de haver excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações ofertadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

6. Prazo de Distribuição

O prazo para a distribuição das Ações objeto da Oferta terá início na data de publicação do Anúncio de Início e se encerrará na data de publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Cosan S.A. Indústria e Comércio (o “Anúncio de Encerramento”), limitada ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início (o “Prazo de Distribuição”).

Os Coordenadores terão o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação de Ações (o “Período de Colocação”). A liquidação física e financeira da Oferta está prevista para ser realizada no último dia do Período de Colocação (a “Data de Liquidação”).

Caso as Ações subscritas não sejam totalmente integralizadas e liquidadas até a Data de Liquidação, os Coordenadores subscreverão, integralizarão e liquidarão pelo Preço por Ação, fixado de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 7 abaixo), na Data de Liquidação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre o número de Ações da Oferta objeto da garantia firme por eles prestada e o número de Ações da Oferta efetivamente liquidadas no mercado, observado o limite da garantia firme prestada individualmente por cada Coordenador. O preço de revenda de tal saldo de Ações junto ao público, pelos Coordenadores, durante o Prazo de Distribuição será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço por Ação (conforme definido no item 7 abaixo), ficando ressaltado que as atividades de estabilização descritas no item 10 abaixo, em algumas circunstâncias, não estarão sujeitas a tais limites.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400.

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a publicação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

7. Preço por Ação

O preço de subscrição por Ação objeto da Oferta (o “Preço por Ação”) foi fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva de Ações no Período de Reserva; e (ii) a finalização do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais (o “Procedimento de *Bookbuilding*”), conduzido pelos Coordenadores, em consonância com o disposto no Artigo 170, § 1º, III, da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto no Artigo 44 da Instrução CVM 400. Nos termos do artigo 170, § 1º, Inciso III da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério de determinação do Preço por Ação Ordinária é justificada tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos autais acionistas da Companhia e que as Ações objeto da Oferta serão distribuídas por meio de distribuição pública primária, em que o valor de mercado das Ações a serem emitidas será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentarão suas ordens de compra no contexto da Oferta. Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participaram do processo de determinação do Preço por Ação. O Preço por Ação foi aprovado pelo nosso Conselho de Administração na reunião iniciada em 8 de novembro de 2005 e encerrada em 16 de novembro de 2005, antes da concessão do registro da Oferta pela CVM.

	Valor (Em R\$)	Comissões (Em R\$)	Recursos líquidos para a Companhia ⁽¹⁾ (Em R\$)
Por Ação	48,00	2,28	45,72
Total da Oferta	770.232.480,00	36.586.042,80	733.646.437,20

⁽¹⁾ Considerando a colocação total da quantidade de Ações, sem a dedução das despesas incorridas na Oferta, sem levar em conta o exercício da Opção de Ações Adicionais, incluindo a conversão de R\$10.980.000,00 em créditos detidos pela IFC contra a Companhia.

8. Contrato de Distribuição

De acordo com os termos do Contrato de Distribuição, os Coordenadores concordaram em distribuir, inicialmente, de forma não solidária, em regime de garantia firme de subscrição, os percentuais das Ações indicados na tabela abaixo:

<u>Coordenadores</u>	<u>Percentual Total da Oferta (%)</u>
Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A.	60
Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston S.A.	40

O Contrato de Distribuição estabelece que a obrigação do Coordenador Líder de efetuar o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a entrega de pareceres por seus assessores legais, cartas de conforto pelos nossos auditores e a assinatura de acordos de não disposição das ações ordinárias por nós, por alguns de nossos conselheiros, pelos nossos diretores e pelos nossos acionistas (“*Lock-up Agreement*”). De acordo com o Contrato de Distribuição, nos obrigamos a indenizar os Coordenadores em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Distribuição está disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores e à CVM, nos endereços indicados no sub-item 17 “Informações Adicionais” abaixo.

8.1. Informações Detalhadas sobre a Garantia Firme

A garantia firme consiste na obrigação de subscrição das Ações da Oferta, pelos Coordenadores, pelo Preço por Ação constante deste Prospecto. Tal garantia tornou-se vinculante a partir do momento em que foi concluído o Procedimento de *Bookbuilding* e assinado o Contrato de Distribuição. Caso a totalidade das Ações da Oferta não tenham sido totalmente subscritas e liquidadas na Data de Liquidação, os Coordenadores subscreverão a totalidade do saldo resultante da diferença entre o número de Ações da Oferta objeto de garantia firme por eles prestada e o número de Ações da Oferta efetivamente colocadas junto a investidores, pelo Preço por Ação constante deste Prospecto.

8.2. Custos de Distribuição

As comissões devidas aos Coordenadores e as despesas relativas à Oferta, à exceção das despesas relativas aos consultores legais dos Coordenadores, serão de nossa responsabilidade.

Segue, abaixo, a descrição dos custos estimados da Oferta:

<u>Comissões e Despesas</u>	<u>Valor (Em mil R\$)</u>	<u>Em Relação ao Valor Total da Oferta⁽²⁾ (Em %)</u>
Comissão de Coordenação	6.547	0,85
Comissão de Colocação	19.641	2,55
Prêmio de Garantia Firme	6.547	0,85
Remuneração de Incentivo	3.851	0,50
Total de Comissões	36.586	4,75
Despesa de Registro da Oferta	83	0,01
Outras Despesas ⁽¹⁾	7.558	0,98
Total	44.227	5,74

⁽¹⁾ Custos estimados com advogados, auditores, consultores, publicidade, *roadshow* e outras despesas da Oferta.

⁽²⁾ Sem considerar o exercício da Opção de Ações Adicionais.

9. Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores

9.1 Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia manteve e mantém relacionamento comercial com o Coordenador Líder de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, e poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

9.2 Relacionamento entre a Companhia e o CSFB

Além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia manteve e mantém relacionamento comercial com o CSFB de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, e poderá, no futuro, contratar o CSFB para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

9.3 Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores Contratados

Banco Bradesco S.A.

A Companhia possui relações comerciais com o Banco Bradesco S.A., além da presente Oferta, incluindo, mas não se limitando, a folha de pagamento, pagamento de fornecedores, PABs e PAEs instalados em unidades da Companhia, limite para câmbio, limite de conta garantida, limite de *swap* e seguro de algumas instalações da Companhia. Alguns dos principais executivos da Cosan são clientes do Banco Bradesco S.A. Além disso, o Banco Bradesco S.A. atua como instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das Ações.

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Além da presente oferta, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão não possui relacionamento comercial com a Cosan.

Banco JP Morgan S.A.

Além da presente Oferta, o Banco J. P. Morgan S.A. e outras sociedades do conglomerado de que faz parte mantêm relacionamento comercial com a Cosan no curso normal de seus negócios. O Banco J. P. Morgan S.A. e outras sociedades do conglomerado de que faz parte realizam ou podem vir a realizar operações usuais de bancos de investimento nos mercados local e global, incluindo, entre outras, operações de financiamento, operações de derivativos, operações de câmbio, de banco custodiante/mandatário, bem como operações envolvendo aplicações em certificados de depósitos bancários.

Banco Pactual S.A.

Além da presente Oferta, o Banco Pactual S.A. não possui nenhuma operação em aberto com a Companhia e/ou seus acionistas, mantendo somente relacionamento comercial de acordo com as práticas usuais de mercado.

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

Além da presente Oferta, o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com a Cosan ou com sociedades do grupo Cosan em consonância com as práticas usuais de mercado, incluindo serviços bancários em geral, tais como folha de pagamento, pagamentos a fornecedores, operações de crédito, investimentos, seguro de algumas instalações da Companhia e outros serviços similares e/ou correlatos.

10. Contrato de Estabilização

O Coordenador Líder, por intermédio da Morgan Stanley Dean Witter Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização do preço das Ações, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início. As atividades de estabilização consistirão em operação de compra e venda em bolsa de ações ordinárias de nossa emissão e serão regidas pelas disposições legais aplicáveis e pelo Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações de Emissão da Cosan S.A. Indústria e Comércio (o “Contrato de Estabilização”), que foi previamente aprovado pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400.

O Contrato de Estabilização está disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Coordenador Líder e à CVM, nos endereços indicados no sub-item 17 “Informações Adicionais” abaixo.

11. Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações garantem aos seus titulares os direitos previstos no nosso Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme descrito no presente Prospecto, dentre os quais incluem-se os seguintes:

- (a) direito de voto nas nossas assembléias gerais, sendo que a cada Ação corresponderá um voto;
- (b) direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) direito de alienar as Ações, nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along*);
- (d) direito de alienar as Ações em oferta pública a ser realizada pelo acionista controlador, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem no Novo Mercado (conforme definido no item 12 abaixo), pelo seu valor econômico apurado mediante elaboração de laudo de avaliação por empresa especializada e independente; e
- (e) direito ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às Ações, e todos os demais benefícios conferidos aos titulares das Ações, nas mesmas condições garantidas as demais ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação.

12. Negociação na BOVESPA

Nossas Ações serão admitidas à negociação no Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da BOVESPA (o “Novo Mercado”), sob o código “CSAN3”, a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do Anúncio de Início.

12.1 Vedação à Negociação das Ações (*Lock up*)

Nós, os membros do nosso Conselho de Administração que também são membros da nossa diretoria, todos os nossos diretores e os nossos atuais acionistas celebramos acordos de restrição à venda de Ações, por meio dos quais concordamos, sujeitos a algumas exceções, em não emitir, oferecer, vender, comprar, contratar a venda ou compra ou de outra forma alienar ou adquirir, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta dias) dias contados da data do Prospecto Internacional a ser utilizado no âmbito do esforço de colocação das Ações no exterior, qualquer ação ordinária de nossa emissão, qualquer valor mobiliário conversível em, ou que represente um direito de receber ações ordinárias de nossa emissão, exceto as Ações Adicionais. Os membros do nosso Conselho de Administração que não celebraram acordo de restrição à venda de ações têm apenas uma ação ordinária de nossa emissão cada um.

Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, nos 6 (seis) meses subseqüentes ao início da negociação das nossas Ações no Novo Mercado, nossos acionistas controladores e nossos administradores não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das nossas Ações e títulos ou valores mobiliários negociados em mercados de liquidação futura ou outros ativos com lastro em nossas ações ordinárias (os “Derivativos”) de que eram titulares quando do início de negociação das Ações no Novo Mercado. Após esse período inicial de 6 (seis) meses, nossos acionistas controladores e nossos administradores não poderão, por mais 6 (seis) meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% (quarenta por cento) das nossas ações ordinárias e Derivativos de que eram titulares quando do início da negociação das Ações no Novo Mercado.

13. Instituição Financeira Depositária das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das Ações é o Banco Bradesco S.A.

14. Aprovações Societárias

O aumento do nosso capital dentro do limite de capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do nosso Estatuto Social, e a realização da Oferta, foram aprovados na Reunião do nosso Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2005.

A fixação do Preço por Ação foi aprovada pelo nosso Conselho de Administração em reunião iniciada em 8 de novembro de 2005 e encerrada em 16 de novembro de 2005, antes da concessão do registro da Oferta pela CVM.

15. Cronograma da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado:

Ordem dos Eventos	Eventos	Datas previstas ⁽¹⁾
1.	Publicação do Aviso ao Mercado	17 de outubro de 2005
2.	Disponibilização do Prospecto Preliminar	17 de outubro de 2005
3.	Início das apresentações de <i>roadshow</i>	17 de outubro de 2005
4.	Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	17 de outubro de 2005
5.	Início do Período de Reserva (inclusive Pessoas Vinculadas)	24 de outubro de 2005
6.	Encerramento do Período de Reserva para Investidores Não Institucionais que sejam Partes Vinculadas ⁽²⁾	26 de outubro de 2005
7.	Encerramento do Período de Reserva	7 de novembro de 2005
8.	Encerramento das apresentações de <i>roadshow</i>	7 de novembro de 2005
9.	Suspensão da Oferta ⁽³⁾	7 de novembro de 2005
10.	Retomada da Oferta através do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	16 de novembro de 2005
11.	Fixação do Preço por Ação (<i>pricing</i>)	16 de novembro de 2005
12.	Assinatura do Contrato de Distribuição e de outros documentos relacionados à Oferta	16 de novembro de 2005
13.	Concessão do registro da Oferta	17 de novembro de 2005
14.	Publicação do Anúncio de Início	17 de novembro de 2005
15.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	17 de novembro de 2005
16.	Início do prazo de exercício da Opção de Ações Adicionais	17 de novembro de 2005
17.	Início de negociação das Ações no Novo Mercado	18 de novembro de 2005
18.	Data de Liquidação	22 de novembro de 2005
19.	Encerramento do prazo de exercício da Opção de Ações Adicionais	19 de dezembro de 2005
20.	Data Máxima de Liquidação das Ações Adicionais	23 de dezembro de 2005
21.	Data Máxima de Publicação do Anúncio de Encerramento	26 de dezembro de 2005

⁽¹⁾ Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões ou prorrogações ao nosso critério e ao dos Coordenadores.

⁽²⁾ Os Pedidos de Reserva eventualmente realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Partes Vinculadas após o Período de Reserva para Investidores Não Institucionais que sejam Partes Vinculadas serão cancelados na eventualidade de haver excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações ofertadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

⁽³⁾ Tendo em vista a publicação de artigo sobre a Oferta e a Companhia no periódico Dinheiro Rural, edição 013, Novembro/2005 – Ano 2, em 7 de novembro de 2005 a CVM determinou a suspensão da Oferta pelo prazo de 15 (quinze) dias. Em 8 de novembro de 2005, a Companhia e o Coordenador Líder interpuseram recurso contra a suspensão, considerando que nem a Companhia nem os Coordenadores da Oferta se manifestaram perante a mídia em relação aos assuntos tratados na referida matéria. O Colegiado da CVM acatou parcialmente o recurso e reduziu o prazo da suspensão anteriormente imposta, permitindo a retomada da Oferta a partir de 16 de novembro de 2005. Neste sentido, em 9 de novembro de 2005, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado, republicado em 10 de novembro de 2005, para informar ao público a decisão da CVM, a fundamentação do recurso da Companhia e dos Coordenadores da Oferta e as alterações no cronograma da Oferta.

15.1 Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

Nós poderemos requerer que a CVM nos autorize a modificar ou revogar a Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, que resulte em um aumento relevante nos riscos por nós assumidos e inerentes à própria Oferta. Adicionalmente, nós poderemos modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 (noventa) dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação da Oferta ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio do jornal Valor Econômico, veículo também usado para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 (o “Anúncio de Retificação”). Após a publicação do Anúncio de Retificação, as Instituições Participantes da Oferta só aceitarão ordens no Procedimento de *Bookbuilding* e Pedidos de Reserva daqueles investidores que se declararem cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 (cinco) dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, as Instituições Participantes da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em qualquer hipótese, a revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, sendo permitida a dedução do valor relativo à CPMF.

15.2 Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 (três) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária, com a dedução do valor relativo à CPMF.

16. Informações sobre a nossa Companhia

O nosso objeto social consiste na importação, exportação, produção e comercialização de açúcar, álcool, cana-de-açúcar e demais derivados de tal produto agrícola e co-geração de energia elétrica, entre outras atividades. Para mais informações sobre nós, incluindo nosso setor de atuação, nossas atividades e nossa situação econômico-financeira, leia as demais seções deste Prospecto.

17. Informações Adicionais

Recomenda-se aos investidores que leiam este Prospecto antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.

Os investidores que desejarem obter exemplar do Prospecto e demais documentos da Oferta, ou informações adicionais sobre a Oferta deverão dirigir-se aos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores do Coordenador Líder e/ou das Instituições Participantes da Oferta e/ou da CVM descritos abaixo:

Coordenadores

- Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A. – **Coordenador Líder**
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 50, 8º andar
04543-000 São Paulo, SP
www.morganstanley.com.br/prospectos
- Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.064, 13º andar
01451-000 São Paulo, SP
www.csfb.com.br/ofertas

Coordenadores Contratados

- Banco Bradesco S.A.
Avenida Paulista, n.º 1.450, 3º andar,
06029-900 São Paulo, SP
www.shopinvest.com.br
- Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
Rua Alexandre Dumas, n.º 2.200
04717-910 São Paulo, SP
www.deutsche-bank.com.br/ofertas
- Banco J.P. Morgan S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3729 - 14º andar
04538-905, São Paulo, SP
www.jpmorgan.com/brasil/prospecto/cosan
- Banco Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729,
04538-905, São Paulo, SP
www.pactual.com.br/mercadodecapitais.asp
- Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Av. Eusébio Matoso, n.º 891, 19º andar
05423-901, São Paulo, SP
www.unibanco.com.br/prospectos

Corretoras Consorciadas

- Nas dependências das Corretoras Consorciadas credenciadas junto à CBLC para participar da Oferta e na página da rede mundial de computadores da CBLC (www.cblc.com.br).

O Prospecto está disponível nos seguintes *websites*: www.morganstanley.com.br/prospectos e www.csfb.com.br/ofertas. Além disso, o Prospecto também está disponível nos seguintes endereços e *websites* da (i) CVM, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Líbero Badaró, nº 471, 7º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br); (ii) BOVESPA, situada na Rua XV de Novembro, nº 275, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (www.bovespa.com.br); (iii) Companhia, com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.726, 6º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (www.cosan.com.br); (iv) Banco Bradesco S.A., situado na Avenida Paulista, nº 1.450, 3º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (www.shopinvest.com.br); (v) Deutsche Bank S.A., situado na Rua Alexandre Dumas, nº 2.200, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (www.deutschebank.com.br/ofertas); (vi) Banco J.P Morgan S.A., situado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 14º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (www.jpmorgan.com/brasil/prospecto/cosan); (vii) Banco Pactual S.A., situado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (www.pactual.com.br/mercadocapitais.asp); e (viii) Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A, situado na Avenida Eusébio Matoso, nº 891, 19º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (www.unibanco.com.br/prospectos).

O registro de companhia aberta foi concedido pela CVM em 26 de outubro de 2005.

Nos termos da Instrução CVM 400, nós e o Coordenador Líder, apresentamos o pedido de registro da Oferta na CVM em 2 de setembro de 2005, que foi concedido pela CVM em 17 de novembro de 2005.

“O investimento em ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a diversos riscos, inclusive à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações. Veja a seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.”

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, COORDENADORES, CONSULTORES E AUDITORES

- Identificação da Companhia Cosan S.A. Indústria e Comércio, sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob nº 50.746.577/0001-15, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob NIRE 35300177045.
- Sede e *Website* da Companhia A nossa sede social está localizada no prédio administrativo Cosan, no Bairro Costa Pinto, sem número, na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo. Nosso *website* é www.cosan.com.br. As informações contidas em nosso *website* não fazem parte deste Prospecto, e não devem servir de base para a decisão de investir em nossas Ações.
- Diretoria de Relações com Investidores..... A nossa Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Juscelino Kubitschek, 1.726 - 6º andar, CEP: 04543-011. O nosso Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores é o Sr. Paulo Diniz. O telefone do nosso departamento de acionistas é (0xx11) 3897-9797, o fac-símile é (0xx11) 3897-9799 e o endereço eletrônico é ri@cosan.com.br.
- Jornais nos quais Divulgamos Informações Societárias Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e Jornal de Piracicaba.
- Atendimento aos Acionistas..... O Banco Escriturador das nossas Ações é o Banco Bradesco S.A. por meio do Departamento de Ações e Custódia. O Atendimento aos nossos Acionistas é efetuado nas Agências do Bradesco distribuídas em todo território nacional. O site disponível para informações é www.bradescocustodia.com.br e o endereço eletrônico é 4010.acecustodia@bradesco.com.br.
- Auditores Independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S., com endereço na Av. Dr. Carlos Grimaldi, 1.701 – 3º andar, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo. O telefone dos auditores independentes é (0xx19) 3707-1155. O representante dos auditores independentes para fins da Oferta é o Sr. B. Alfredo Baddini Blanc.
- Consultores Legais da Companhia Nossos consultores legais para direito brasileiro são os advogados do escritório Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados, com endereço na Rua Funchal, 263, 11º andar, São Paulo, SP. O telefone é (0xx11) 3089-6500. Os representantes desta instituição para os fins da Oferta são os Srs. Marcos Rafael Flesch e Alexandre Gossn Barreto. Os nossos consultores legais para direito norte-americano são os advogados do escritório White & Case LLP, com endereço na Alameda Santos, 1.940, 3º andar São Paulo, SP, CEP: 01418-200. O telefone é (0xx11) 3147-5600. O representante desta instituição para os fins da Oferta é o Sr. Donald E. Baker.

Coordenador Líder.....Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A., com endereço na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 50, 8º andar, CEP: 04543-000, São Paulo, SP. O telefone é (0xx11) 3048-6000 e o *website* na Internet é www.morganstanley.com.br/prospectos. O representante do Coordenador Líder para os fins da Oferta é o Sr. Rodrigo Lowndes.

CSFB.....Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston S.A., com endereço na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 13º andar, 01451-000, São Paulo, SP. O telefone é (0xx11) 3841-6000 e o *website* na Internet é www.csfb.com.br/ofertas. O representante do CSFB para os fins da Oferta é o Sr. Adriano Borges.

Agentes da Colocação Internacional.....Morgan Stanley & Co. Incorporated, com endereço na 1585 Broadway, Nova Iorque, Nova Iorque, 10036, Estados Unidos.

Credit Suisse First Boston LLC, com endereço na 11 Madison Avenue, Nova Iorque, Nova Iorque, 10010, Estados Unidos.

Bradesco Securities, Inc., com endereço na 450 Park Avenue, 32nd floor, Nova Iorque, Nova Iorque, 10022, Estados Unidos.

Deutsche Bank Securities Inc., com endereço na 60 Wall Street Nova Iorque, Nova Iorque, 10005, Estados Unidos.

J.P. Morgan Securities Inc., com endereço na 270 Park Avenue, 38th floor, Nova Iorque, Nova Iorque, 10017, Estados Unidos.

Pactual Capital Corporation, com endereço na 527 Madison Avenue, 11th floor, Nova Iorque, Nova Iorque, 10022, Estados Unidos.

Unibanco Securities Inc., com endereço na 65 East 55 Street, 29th floor, Nova Iorque, Nova Iorque, 10022, Estados Unidos.

Consultores Legais dos Coordenadores..... Os consultores legais dos Coordenadores para direito brasileiro são os advogados do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, com endereço na Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447, São Paulo, SP. O telefone é (0xx11) 3147-7600. O representante desta instituição para os fins da Oferta é o Sr. Sergio Spinelli Silva Júnior. Os consultores legais dos Coordenadores para direito norte-americano são os advogados do escritório Davis Polk & Wardwell, com endereço em 450, Lexington Avenue, Nova Iorque, Nova Iorque, 10017, Estados Unidos. O telefone é (00xx1) 212-450-4000. O representante desta instituição para os fins da Oferta é o Sr. Manuel Garciadiaz.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E DE MERCADO

Exercício Social

Devido à natureza dos nossos negócios, especialmente os períodos de safra de cana-de-açúcar, nosso exercício social inicia-se em 1º de maio e encerra-se em 30 de abril de cada ano. Tal diferenciação é comum entre empresas do setor sucro-alcooleiro localizadas na região centro-sul do Brasil, devido às condições climáticas e de cultivo da cana-de-açúcar. Desta forma, exemplificativamente, as referências neste Prospecto ao “exercício social de 2005” indicam o exercício social encerrado em 30 de abril de 2005. Para efeito de tributação pelo imposto de renda e pela CSLL, o período de apuração, de acordo com a legislação tributária, coincide com o ano calendário. Essa diferença de datas pode ocasionar diferenças na apuração do imposto de renda e contribuição social, bem como na taxa efetiva dos tributos.

Grupamento de Ações

Em 30 de agosto de 2005, nossos acionistas deliberaram em Assembléia Geral o grupamento das ações em que se divide nosso capital social na proporção de 8 ações antigas para 1 ação nova. Desse modo, exceto se o contexto indicar o contrário, todas as informações referentes a números de ações de nossa emissão incluídas nesse Prospecto foram ajustadas para refletir tal grupamento de ações.

Informações Financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2005, 2004 e 2003 e as demonstrações financeiras consolidadas não auditadas do primeiro trimestre dos exercícios sociais de 2005 e 2006, encerrados, respectivamente, em 31 de julho de 2004 e 31 de julho de 2005, incluídas no presente Prospecto, com exceção de alguns dados referentes ao trimestre encerrado em 31 de julho de 2004, que não estão inclusos neste Prospecto, foram elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Para maiores detalhes, vide relatório dos nossos auditores independentes, Ernst & Young, anexo a este Prospecto. A menos que expressamente indicado de outra forma, as informações contidas neste Prospecto referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou não auditadas, conforme o caso, pelos nossos auditores independentes (as “Demonstrações Financeiras”).

Nos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2005, 2004 e 2003 e no primeiro trimestre social encerrado em 31 de julho de 2004 compartilhávamos o controle na FBA com Tereos e Sucden. Por esta razão, consolidamos as demonstrações financeiras da FBA proporcionalmente a nossa participação de 47,5% em seu capital social, conforme as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Em razão do aumento do nosso capital social realizado em 31 de maio de 2005, por meio da emissão de novas ações ordinárias, as quais foram subscritas pela Tereos e pela Sucden, mediante a conferência de ações representativas de 52,5% do capital social da FBA, Tereos e Sucden passaram a ter uma participação, em conjunto, de 9,8% em nosso capital social e nós, passamos a ter uma participação de 99,9% no capital social da FBA. Em consequência, a partir do exercício social de 2006, incluindo as demonstrações financeiras relativas ao primeiro trimestre social encerrado em 31 de julho de 2005, as nossas demonstrações financeiras consolidarão as demonstrações financeiras da FBA integralmente, como se tivesse ocorrido em 1º de maio de 2005. Nossas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 30 de abril de 2005 consolidam integralmente as informações financeiras da Cosan Portuária, adquirida por nós em abril de 2004.

Informações Financeiras Ajustadas (*Pro Forma*) Não Auditadas

Incluimos, também, neste Prospecto, demonstrações financeiras ajustadas (*pro forma*) não auditadas relativas ao exercício social encerrado em 30 de abril de 2005, constantes das Demonstrações Financeiras de 30 de abril de 2005 e 2004 - Nota Explicativa 27 – “Eventos Subseqüentes”. Tais demonstrações financeiras são utilizadas neste Prospecto para permitir uma melhor compreensão das nossas condições financeiras, levando em consideração dois eventos subseqüentes ao término de referido exercício social. Os ajustes incluem os efeitos (i) do aumento do nosso capital social realizado em 31 de maio de 2005, por meio da emissão de ações ordinárias, as quais foram subscritas pela Tereos e pela Sucden, que passaram a ter uma participação, em conjunto, de 9,8% em nosso capital social, integralizado mediante a conferência de ações representativas de 52,5% do capital social da FBA anteriormente detidas pela Tereos e pela Sucden, de modo que passamos a ter uma participação de 99,9% no capital social da FBA; e (ii) da cisão da Cosan realizada em 29 de julho de 2005, com a transferência de nossa participação na Amaralina (empresa proprietária de parte das terras utilizadas por nós para o cultivo de cana-de-açúcar) para nossos acionistas, como se a mencionada integralização de capital e a transferência das quotas representativas do capital social da Amaralina tivessem ocorrido em 1º de maio de 2004.

Como resultado, as demonstrações financeiras ajustadas (*pro forma*) incluídas neste Prospecto não são idênticas às nossas demonstrações financeiras históricas, elaboradas em consonância com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Arredondamentos

Os valores apresentados neste Prospecto foram calculados levando-se em conta todas as suas casas decimais e, portanto, alguns somatórios ou porcentagens aqui incluídos poderão diferir dos somatórios ou porcentagens calculados diretamente a partir dos números aqui apresentados.

EBITDA

Algumas medidas financeiras contidas nesse Prospecto não são previstas ou reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, como é o caso do EBITDA. O EBITDA é uma medida de desempenho que não deve ser interpretada como uma alternativa ao lucro líquido, como medida do desempenho operacional ou aos fluxos de caixa das atividades operacionais como medida da liquidez. No entanto, nossa administração acredita que a divulgação de informações sobre nosso EBITDA pode ser importante para os nossos investidores, analistas financeiros e o público em geral, ao analisarem nosso desempenho operacional, especialmente para permitir a comparabilidade de nosso desempenho com o de outras companhias que atuam no mesmo setor. O motivo para tanto é que o EBITDA é considerado uma medida mais objetiva e comparável de resultados operacionais e liquidez. Por exemplo, despesas com juros dependem da estrutura de capital e da classificação de risco de cada empresa. Ainda, os efeitos tributários para cada empresa podem variar em virtude da localização, e da capacidade da empresa de aproveitar certos benefícios fiscais. Os efeitos de depreciação e amortização de ativos pode ser diferente, também, para cada empresa, em função do método de depreciação e data de aquisição dos ativos. Em vista destes fatores, nossa administração acredita que o EBITDA, que exclui os elementos variáveis acima descritos, pode fornecer melhor base de comparação de desempenho.

Periodicamente divulgamos informações sobre nosso EBITDA, também incluídas em algumas seções deste Prospecto. Entretanto, o método de cálculo que utilizamos para a obtenção dessas informações pode diferir do método utilizado por outras empresas. Nosso EBITDA é calculado a partir da nossa receita operacional líquida *menos* nosso custo dos produtos vendidos e serviços prestados, *menos* despesas de vendas, *menos* despesas gerais e administrativas, *menos* despesas com honorários da administração, *mais* outras receitas operacionais, *menos* outras despesas operacionais, *mais* depreciações e amortizações incluídas nos custos dos produtos vendidos e serviços prestados e nas despesas de vendas e despesas gerais e administrativas.

Também incluímos neste Prospecto, cálculos de dívida líquida e de dívida líquida sobre EBITDA, porque esta é uma obrigação nos termos e condições que regem as *Senior Notes*, que constituem nosso endividamento mais relevante em aberto. Consulte a Seção “*Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais*”.

Informações de Mercado

As informações sobre o setor de açúcar e álcool constantes deste Prospecto, inclusive as informações sobre a nossa participação no referido setor, foram obtidas por meio de pesquisas internas, pesquisas de mercado, informações públicas e publicações do setor. Foram incluídas informações constantes de relatórios preparados por LMC International Ltd. (“LMC”), Banco Central, União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (“UNICA”), Datagro Publicações Ltda., F.O. Licht, Apoio e Vendas Procana Comunicações Ltda., Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F (“BM&F”), Organização Internacional do Açúcar, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), Bolsa de Valores de Nova Iorque (“NYBOT”) e Bolsa de Valores de Londres (“LIFFE”).

As publicações e análises setoriais aqui referidas indicam, em geral, que as informações ali contidas foram obtidas de fontes consideradas confiáveis, mas que a acuidade e completude de tais informações não é assegurada. Da mesma forma, nossas pesquisas internas, projeções sobre o setor, e pesquisas de mercado, embora acreditemos em sua confiabilidade, não foram verificadas de forma independente e nem nós nem os Coordenadores ou nossos respectivos consultores e assessores garantem ou assumem qualquer responsabilidade relativa a tais informações.

SUMÁRIO DO PROSPECTO

Este sumário contém informações relevantes sobre nós e sobre as Ações objeto da Oferta. Ele não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de tomar sua decisão de investimento. O investidor deve ler atentamente todo o Prospecto, para uma melhor compreensão das nossas atividades e da presente Oferta, especialmente as informações contidas nas seções “Fatores de Risco”, “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” e nas nossas Demonstrações Financeiras, e respectivas notas explicativas, também incluídas neste Prospecto. A menos que o contexto exija outra interpretação, os termos “nós”, “nossos” e “nossa Companhia” referem-se à Cosan e suas controladas.

Visão Geral da Companhia

Somos um dos maiores produtores de açúcar e álcool do mundo. Cultivamos, colhemos e processamos a cana-de-açúcar – principal matéria-prima utilizada na produção de açúcar e álcool. No exercício social de 2005, tivemos vendas líquidas totais consolidadas de R\$1.900,4 milhões e lucro bruto de R\$561,8 milhões. Dentre os principais produtores mundiais, acreditamos ser:

- o maior produtor e processador de cana-de-açúcar do mundo, tendo processado 26,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar no exercício social de 2005;
- o maior produtor de açúcar do Brasil, estando entre os três maiores produtores de açúcar do mundo, tendo vendido 2,3 milhões de toneladas de açúcar no exercício social de 2005;
- o segundo maior exportador de açúcar do mundo, tendo exportado 2,0 milhões de toneladas no exercício social de 2005, representando aproximadamente 4% do total de exportações de açúcar no mundo;
- o maior produtor de álcool do Brasil e o segundo maior do mundo, tendo vendido 824,7 milhões de litros no exercício social de 2005;
- o maior exportador mundial de álcool, tendo exportado 298,3 milhões de litros no exercício social de 2005; e
- o segundo maior vendedor de açúcar refinado do mercado varejista brasileiro, através de nossa marca “Da Barra”, com uma participação de mercado de aproximadamente 13% em 30 de abril de 2005.

As nossas operações com açúcar e álcool são realizadas por meio de treze usinas e duas refinarias de açúcar, operadas por nós e nossas controladas Da Barra e FBA. Nossas exportações de açúcar são conduzidas principalmente por nossa controlada Cosan Operadora Portuária, que opera as instalações portuárias e os armazéns no Porto de Santos no Estado de São Paulo.

Açúcar

Produzimos uma grande variedade de açúcares, incluindo açúcar bruto (como o açúcar VHP – Very High Polarization), açúcar orgânico, açúcar cristal e açúcares refinados, e vendemos estes produtos para consumidores no Brasil e no exterior. A maior parte do açúcar que produzimos é exportada através de *tradings* internacionais como a Sucres et Denrees, Tate & Lyle PLC, Glencore International AG, ED & F Man Group PLC, Cargill, Inc. e Noble Americas Corporation. Nossos clientes no Brasil incluem distribuidores de gêneros alimentícios, fabricantes de alimentos e supermercados, por meio dos quais vendemos os nossos produtos da marca “Da Barra”. No exercício social de 2005, vendemos 2,3 milhões de toneladas de açúcar, representando vendas líquidas de R\$1.188,3 milhões, ou 62,5% das nossas vendas líquidas.

Álcool

Produzimos e vendemos álcool combustível, tanto o hidratado como o anidro (com um teor menor de água quando comparado ao álcool hidratado), bem como álcool industrial. O tipo de álcool mais consumido no Brasil atualmente é o álcool anidro, utilizado como aditivo à gasolina. No entanto, o consumo de álcool hidratado, que é utilizado diretamente como combustível, está ganhando força graças à demanda dos veículos bicombustível, introduzidos no mercado em 2003. Vendemos o álcool, anidro e hidratado, principalmente no mercado interno por meio de distribuidores de combustíveis tais como a Petrobras Distribuidora S.A., Shell Brasil Ltda., Esso Brasileira de Petróleo Ltda., Texaco Brasil S.A. Produtos de Petróleo e Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga, entre outros. Adicionalmente, vendemos alguns produtos destinados ao varejo, como álcool líquido engarrafado e em gel, e o álcool neutro, utilizado na produção de tintas, cosméticos e bebidas alcoólicas para clientes industriais em vários segmentos. No exercício social de 2005, vendemos 824,7 milhões de litros de álcool, representando vendas líquidas de R\$565,5 milhões, ou 29,8% das nossas vendas líquidas.

Visão Geral do Setor

Os principais fatores e tendências globais que, em nossa opinião, oferecem-nos excelentes oportunidades comerciais são os seguintes:

Açúcar

- ***O açúcar é um produto de consumo básico altamente utilizado e uma commodity essencial.*** O consumo mundial de açúcar duplicou desde o início da década de setenta, crescendo de aproximadamente 71 milhões de toneladas na safra 1971 para aproximadamente 141 milhões de toneladas na safra 2004/2005. Acreditamos que o consumo do açúcar continuará crescendo devido ao crescimento da população e do poder de compra dos consumidores em diversas regiões do mundo, bem como ao crescimento do consumo de alimentos processados resultante da migração da população das áreas rurais para as áreas urbanas, e ao crescimento do consumo de adoçantes de baixas calorias a base de açúcar, como a sucralose.
- ***A produção de açúcar está concentrada em poucos países com condições climáticas e topográficas favoráveis.*** Acreditamos que esta concentração continuará graças à gradual liberação das políticas protecionistas, que deverá favorecer países com clima favorável e baixo custo de produção. O Brasil, com uma participação aproximada de 20% na produção mundial de açúcar, favorecido por condições geográficas e climáticas únicas, é reconhecido como o maior produtor de açúcar do mundo, com os custos mais baixos, e está bem posicionado para aproveitar a crescente demanda mundial.
- ***Pressão global para a redução das barreiras ao comércio e à importação de açúcar nos países desenvolvidos.*** Apesar do açúcar ser um produto de consumo básico, a indústria global do açúcar ainda é uma das mais protegidas, especialmente nos países desenvolvidos, por meio de subsídios e restrições à importação. Desde 1990, o comércio mundial do açúcar cresceu de aproximadamente 28 milhões de toneladas para aproximadamente 47 milhões de toneladas em 2004. Essa tendência poderá favorecer o surgimento de oportunidades de exportação e preços de comercialização internacionais mais altos. O Brasil, que respondeu por 70% desse aumento do comércio mundial de açúcar, é o maior exportador de açúcar do mundo representando aproximadamente 38% das exportações mundiais, estando bem posicionado para continuar se beneficiando desta expansão.

- **Desregulamentação do setor açucareiro brasileiro causou e deve continuar causando uma maior consolidação do setor.** Com a dissolução do IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool, o setor açucareiro brasileiro passou por um processo de desregulamentação, o que possibilitou a livre concorrência e permitiu a consolidação do setor. Dados os ganhos de escala da consolidação dos maiores produtores de açúcar no país e o crescente interesse dos produtores de açúcar internacionais pelo Brasil, acreditamos que este processo de consolidação continuará.

Álcool

- **Maiores oportunidades de exportação do álcool combustível.** Devido a uma mudança na demanda por álcool dos usos industriais tradicionais para o uso do álcool como um combustível limpo e renovável, o mercado global de álcool cresceu aproximadamente 50% em relação à última década, alcançando 41 bilhões de litros em 2004. O Brasil e os Estados Unidos são atualmente os maiores produtores mundiais de álcool, com participação do mercado de aproximadamente 37% e 33%, respectivamente. Além disso, embora mais de 80% da produção de álcool do Brasil seja atualmente consumida domesticamente, espera-se que um uso global mais amplo do álcool como um combustível (puro ou misturado com gasolina) permita que o Brasil aumente significativamente suas exportações de álcool.
- **O uso do álcool como combustível no Brasil cria um mercado de aproximadamente 13 bilhões de litros por ano com um potencial de crescimento significativo.** Desde a metade da década de setenta, o governo brasileiro promove o uso do álcool como um combustível alternativo, inclusive por meio de regulamentação, atualmente exigindo a mistura de 25% de álcool na gasolina. Além disso, a introdução de veículos que usam tanto a gasolina quanto o álcool (ou qualquer combinação de ambos), chamados de veículos bicombustível, aumentou a demanda pelo álcool combustível. Introduzidos em 2003, atualmente os veículos bicombustível e veículos a álcool representam mais de 60% das vendas de veículos novos no Brasil.
- **Tendência mundial de substituição de combustíveis fósseis por combustíveis alternativos, limpos e renováveis.** A preocupação global com o meio-ambiente somada aos altos preços do petróleo e riscos de suprimento estão aumentando a consciência em todo o mundo de que é preciso adotar fontes de combustível alternativas mais limpas e renováveis, como o álcool. Iniciativas globais como o Protocolo de Quioto na Convenção de Estrutura sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas, a Diretiva da União Européia 2002/30/EC do Parlamento e do Conselho Europeu, e a adoção generalizada de combustíveis mais limpos em todo o mundo, de acordo com estimativas do setor, poderiam aumentar a demanda anual por álcool para aproximadamente 70 bilhões de litros até 2010.

Vantagens Competitivas da Companhia

Atribuímos nossa liderança nos setores de açúcar e álcool às seguintes vantagens competitivas:

- **Baixo custo de produção e usinas localizadas estrategicamente.** Nossas operações beneficiam-se das condições naturais favoráveis da região centro-sul do Brasil, e da localização estratégica das nossas instalações produtivas e nosso terminal portuário que aumentam a nossa eficiência operacional. Todas as nossas usinas e sedes corporativas estão localizadas no estado de São Paulo, o que nos permite otimizar nossas práticas de produção, bem como estar próximos dos nossos clientes, fornecedores, terminais e armazéns portuários. Tais fatores facilitam nossa resposta à demanda, atendimento a pedidos, bem como reduzem nossos custos.
- **Posição líder no mercado.** Nossa produção em grande escala e nossa liderança no mercado nos dão vantagens competitivas. Somos o maior produtor de açúcar e de álcool do Brasil, com uma participação de aproximadamente 9% no mercado de açúcar, que é de R\$15,5 bilhões, e uma participação de aproximadamente 7% no mercado de álcool, que é de R\$11,0 bilhões. A nossa escala de produção nos proporciona uma vantagem competitiva, principalmente pelo ganho de eficiência significativo em termos de custo e logística integrada.

- **Flexibilidade de produção.** Nossa diversidade de produtos e a flexibilidade da nossa produção nos proporcionam vantagens em um ambiente competitivo. Podemos ajustar a nossa produção (dentro de certos limites operacionais) entre o açúcar e o álcool, bem como entre tipos diferentes de açúcares e álcoois, para atender demandas em condições de preços de mercado mais favoráveis em determinados momentos. Produzimos praticamente todos os tipos de açúcares e álcoois consumidos nos mercados local e internacional, e podemos atender de maneira dinâmica às crescentes demandas por nossos produtos.
- **Abordagem comercial inovadora.** Desenvolvemos produtos, técnicas de produção e métodos de distribuição inovadores, tais como o açúcar VHP que é atualmente o tipo de açúcar bruto preferido pela maioria dos importadores do açúcar brasileiro, o monitoramento por satélite da evolução do canavial, a preparação de nosso terminal e seus armazéns para o carregamento e armazenamento de açúcar a granel, e o nosso método de exportação de açúcar a granel, e não ensacado, que nos permitiu aumentar as nossas exportações de açúcar e acabou se tornando o método de distribuição preferido por importadores mundiais.
- **Experiência na aquisição e integração de empresas, e na extração de sinergias operacionais.** Temos um histórico de aquisição e integração de empresas que tem resultado em sinergias operacionais. Nos últimos quatro anos adquirimos diversas usinas brasileiras com uma capacidade combinada de processamento de cana-de-açúcar de aproximadamente 15 milhões de toneladas, o que efetivamente dobrou a nossa capacidade de processamento nesse período.
- **Tendências mundiais do setor favoráveis aos principais produtores brasileiros.** Estamos bem posicionados para aproveitar as oportunidades do setor, dentre elas, a redução dos subsídios e das barreiras à importação resultantes da desregulamentação dos mercados de açúcar e álcool no mundo, a pressão para o uso de combustíveis alternativos renováveis limpos como o álcool, em função das preocupações ambientais mundiais e do alto preço do petróleo.
- **Equipe de administradores experientes e profissionais.** Somos administrados por profissionais com experiência e conhecimento consideráveis. Ao contrário dos nossos concorrentes locais, em que na maioria das vezes a administração é composta por membros da família controladora, a nossa administração é composta por profissionais de mercado, com vasta experiência nas suas áreas de atuação.

Estratégia da Companhia

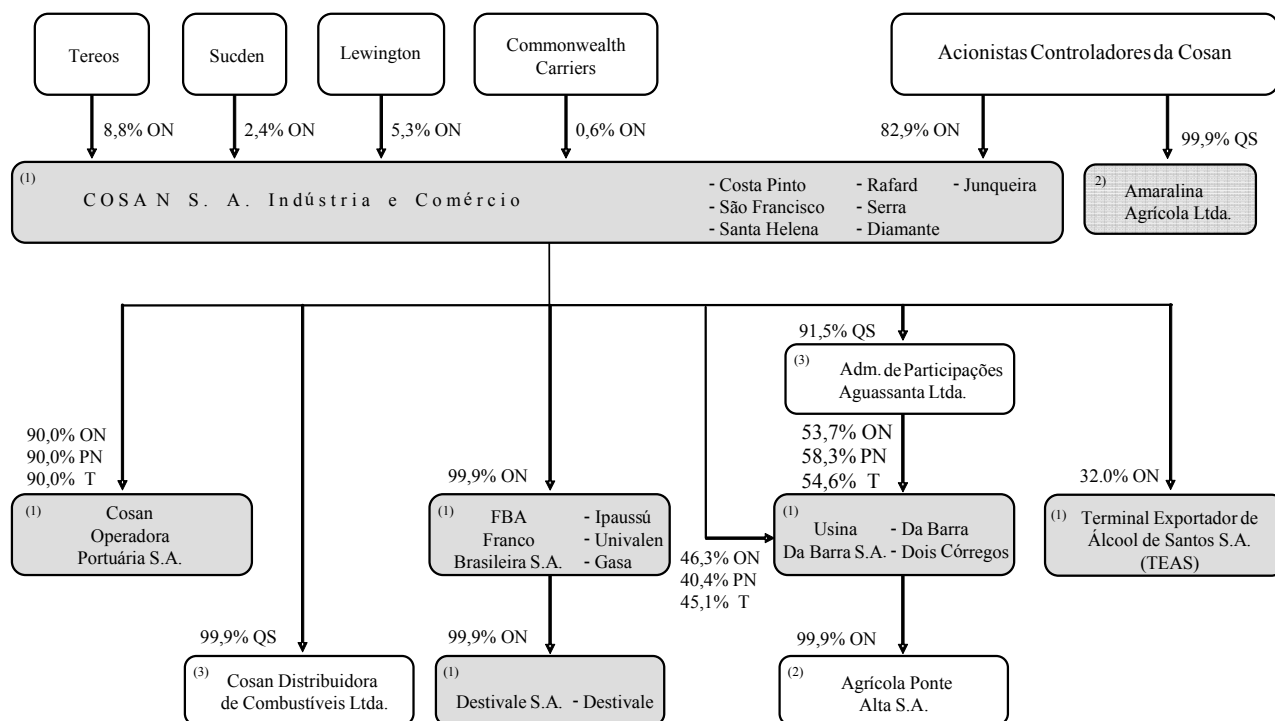
Pretendemos nos concentrar no crescimento sustentado, mantendo nossos custos operacionais em níveis competitivos e aproveitando as nossas vantagens competitivas para expandir nossa liderança nos mercados internacionais e brasileiro de açúcar e álcool. Os principais componentes de nossa estratégia são:

- **Expandir nossa liderança nos mercados internacionais de açúcar e álcool.** Pretendemos nos beneficiar das futuras oportunidades de exportação que surgirão com a flexibilização das restrições de comercialização e importação que atualmente limitam o nosso acesso aos grandes mercados de açúcar e álcool.
- **Buscar oportunidades de crescimento através de aquisições estratégicas.** Acompanhamos de perto o setor sucro-alcóoleiro no Brasil e no mundo e continuaremos buscando oportunidades seletivas de aquisição no Brasil, que ofereçam ganhos em termos de escala, sinergia e produtividade.
- **Continuar a reduzir custos e aumentar eficiências operacionais.** Continuaremos a aperfeiçoar a eficiência de nossas operações por meio de investimentos no desenvolvimento de novos tipos de cana-de-açúcar, em processos agrícolas e industriais, no monitoramento via satélite de nossas safras, nos processos logísticos, em tecnologia da informação e em qualificação profissional, bem como continuaremos a melhorar o fluxo de informação e nossos sistemas internos de controle para facilitar e acelerar a nossa capacidade de tomada de decisões.

- **Aproveitar a maior demanda por álcool como combustível.** Aproveitaremos o uso cada vez maior do álcool como um combustível alternativo, renovável e limpo, e como aditivo à gasolina. Concentraremos nossos esforços para aumentar as exportações de álcool para atender à crescente demanda internacional.
- **Aproveitar as oportunidades estratégicas relacionadas ao setor.** Aproveitaremos as oportunidades de novas áreas em desenvolvimento, como a venda de energia elétrica gerada a partir do bagaço de cana-de-açúcar.

Estrutura da Companhia

Nossas atividades operacionais são exercidas basicamente por meio de três empresas: Cosan, nossa holding operacional e administrativa, com sete usinas e uma refinaria de açúcar; Da Barra, com suas duas usinas e outra refinaria de açúcar; FBA, com suas quatro usinas; e as instalações portuárias da Cosan Portuária e do TEAS. O quadro a seguir apresenta a nossa estrutura organizacional em 31 de julho de 2005. Nossa estrutura completa é composta de outras sociedades intermediárias.



Legenda

- (1) Companhias operacionais
 (2) Companhias proprietárias de terras
 (3) Holdings

- ON Ações ordinárias
 PN Ações preferenciais
 QS Quotas em sociedades limitadas

Acontecimentos Recentes

A S.A. Fluxo Comércio e Assessoria Internacional (“Fluxo”), trading company atuante no mercado sucro-alcóoleiro, celebrou, em 13 de outubro de 2005, Contrato de Compra e Venda de Quotas e Ações e Outras Avenças com os acionistas controladores da Açucareira Corona S.A. (“Corona”), através do qual adquiriu, indiretamente, aproximadamente 70% do capital total da Corona, ou seja, o controle acionário de uma das mais tradicionais empresas do setor no Brasil, controladora das usinas Bonfim e Tamoio, além da agrícola Bonfim-Nova Tamoio BNT Agrícola Ltda. (BNT). A Corona, proprietária de cerca de 6.000 alqueires de terras na região de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, moeu 5,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na última safra, registrando faturamento da ordem de R\$345 milhões e EBITDA de R\$46 milhões no exercício social encerrado em 30 de abril de 2005, conforme balanço publicado em 19 de julho de 2005 no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Dia.

De acordo com os termos do contrato de compra e venda acima mencionado, o pagamento do preço de aquisição da participação na Corona dar-se-á da seguinte forma: (i) parte em dinheiro, no valor aproximado de R\$32,7 milhões; (ii) parte por meio de Nota Promissória emitida pela Fluxo, no valor aproximado de R\$33 milhões; (iii) parte por meio da transferência aos acionistas controladores da Corona de, aproximadamente, 3.000 alqueires de terra, de propriedade da Corona e da Tamoio, situados na região de Ribeirão Preto, os quais seriam a ela arrendados pelo período de 20 anos, por um preço anual correspondente ao valor de 45 toneladas de cana-de-açúcar por alqueire de área agricultável, sendo essa operação efetivada via emissão de debêntures pela Corona e Tamoio, no valor de R\$55,1 milhões, a serem subscritas pela Fluxo, com prazo de vencimento de seis anos, resgatáveis mediante a entrega dos referidos imóveis a serem transferidos conforme acima mencionado; e (iv) a assunção de passivos da Corona, inclusive dívidas financeiras no valor de R\$382,3 milhões (ou R\$597,0 milhões, incluindo-se PESA auto liquidável de R\$214,7 milhões). Dispõe ainda o referido instrumento acerca da possibilidade de cessão, pela Fluxo, de sua participação recém adquirida na Corona à Aguassanta Comercial Importadora e Exportadora S.A. (“Aguassanta Comercial”), controlada de uma de nossas Acionistas Controladoras (Aguassanta Participações) e posterior cessão dela para a nossa Companhia, desde que haja concordância quanto à adesão aos termos e condições do contrato de compra e venda.

Em função do interesse demonstrado por Aguassanta Comercial em participar do capital e da gestão da Corona em conjunto com a Fluxo, firmaram as partes, em 13 de outubro de 2005, Instrumento de Cessão Parcial de Direitos e Obrigações, pelo qual a Aguassanta Comercial assumiu 50% dos direitos e obrigações da Fluxo com relação a referido contrato de compra e venda, passando a deter 35% do capital total da Corona. A fim de consolidar sua posição de controle compartilhado na Corona, Fluxo e Aguassanta Comercial firmaram, na mesma data, um acordo de acionistas com vistas a regular a administração conjunta da Corona.

Nos termos do acordo de acionistas, caberá à Aguassanta Comercial indicar 2 membros do Conselho de Administração e à Fluxo cabe a indicação do mesmo número de membros. O Presidente do Conselho de Administração, no entanto, será indicado alternadamente por cada uma das partes para um mandato de 3 anos, cabendo à parte que não elegeu o Presidente do Conselho de Administração, escolher o Diretor-Presidente para o mesmo período. Caberá também à parte que indicar o Presidente do Conselho de Administração, a indicação do controller, responsável por fixar e gerenciar as políticas da controladoria.

Ainda de acordo com o referido acordo de acionistas, caso uma das partes deseje alienar sua participação na Corona, deverá dar à outra parte o direito de preferência. Este direito de preferência não se aplica, no entanto, caso qualquer uma das partes deseje alienar sua participação (direta ou indireta) na Corona à nossa Companhia.

Por fim, pretendemos firmar contrato com a Aguassanta Participações para que ela nos conceda uma opção, a ser exercida a nosso exclusivo critério, de adquirir uma participação minoritária na Corona, pelo valor proporcional ao preço pago pela Aguassanta Participações, em até 60 dias da aquisição do controle da Corona pela Fluxo e Aguassanta Participações. O contrato deverá nos dar ainda o direito de indicar (i) um diretor da Corona e (ii) 2 membros de seu Conselho de Administração. Adicionalmente, no prazo de até 5 anos, deveremos poder exercer opção de compra da totalidade da participação da Aguassanta Participações na Corona, de forma a obter o controle compartilhado da Corona com a Fluxo. O preço desta opção pela participação adicional restante deverá ser proporcional ao valor pago pela Aguassanta à Fluxo. Se firmarmos tal acordo, isso nos permitirá participar do grupo controlador da Corona e, conseqüentemente, da administração dessa companhia.

RESUMO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS

As informações financeiras e operacionais deste resumo foram extraídas de nossas Demonstrações Financeiras.

Tais informações referem-se aos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2005, 2004 e 2003 e primeiro trimestre dos exercícios sociais de 2005 e 2006, encerrados, respectivamente, em 31 de julho de 2004 e 31 de julho de 2005, e baseiam-se em nossas Demonstrações Financeiras, que estão incluídas neste Prospecto. Nos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2005, 2004 e 2003 e no primeiro trimestre social encerrado em 31 de julho de 2004 compartilhávamos o controle na FBA com Tereos e Sucden. Por esta razão, consolidamos as demonstrações financeiras da FBA proporcionalmente à nossa participação de 47,5% em seu capital social, conforme as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Em razão do aumento do nosso capital social realizado em 31 de maio de 2005, por meio da emissão de novas ações ordinárias, as quais foram subscritas pela Tereos e pela Sucden, mediante a conferência de ações representativas de 52,5% do capital social da FBA, Tereos e Sucden passaram a ter uma participação, em conjunto, de 9,8% em nosso capital social e nós, passamos a ter uma participação de 99,9% no capital social da FBA. Em consequência, a partir do exercício social de 2006, incluindo as demonstrações financeiras relativas ao primeiro trimestre social encerrado em 31 de julho de 2005, as nossas demonstrações financeiras consolidarão as demonstrações financeiras da FBA integralmente, como se tivesse ocorrido em 1º de maio de 2005. Nossas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 30 de abril de 2005 consolidam integralmente as informações financeiras da Cosan Portuguesa, adquirida por nós em abril de 2004.

Estas informações financeiras devem ser lidas em conjunto com a "Apresentação das Informações Financeiras e de Mercado", "Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas", "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais" e nossas Demonstrações Financeiras, e respectivas notas explicativas, incluídas neste Prospecto.

	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de				Períodos de três meses encerrados em 31 de julho de	
	2003 ⁽¹⁾	2004	2005	(Pro Forma) 2005 ⁽²⁾	2004 ⁽¹⁾	2005
	(auditadas)	(auditadas)	(auditadas)	(não auditadas)	(não auditadas)	(não auditadas)
	(em milhões de reais)					
Informações das Demonstrações do Resultado:						
Receita operacional líquida ⁽³⁾ :						
Açúcar	R\$915,6	R\$1.042,7	R\$1.188,3	R\$1.206,9	R\$308,1	R\$371,3
Álcool	401,4	442,3	565,5	639,1	149,9	163,1
Outros	92,6	101,1	146,6	139,3	53,4	36,7
Total da receita operacional líquida	R\$1.409,6	R\$1.586,1	R\$1.900,4	R\$1.985,3	R\$511,4	R\$571,0
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(873,3)	(1.078,9)	(1.338,5)	(1.388,9)	(392,2)	(419,2)
Lucro bruto	536,3	507,1	561,8	596,5	119,2	151,9
Despesas com vendas, gerais e administrativas, honorários da administração e outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(238,1)	(253,7)	(333,2)	(351,5)	(74,6)	(94,6)
Resultado da equivalência patrimonial	16,8	7,9	-	-	(0,0)	-
Amortização de ágio	(30,0)	(140,6)	(93,2)	(98,5)	(22,9)	(34,3)
Despesas financeiras, líquidas	(170,9)	(132,1)	(102,0)	(104,2)	(80,2)	(23,1)
Resultado não operacional	(23,5)	52,6	2,7	2,2	(0,9)	(2,6)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	90,6	41,2	36,0	44,5	(59,4)	(2,8)
Imposto de renda e contribuição social	(80,9)	(7,8)	(22,2)	(22,5)	22,3	(3,1)
Participação dos acionistas minoritários	15,8	(1,0)	3,3	3,3	7,2	(0,4)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício/período	R\$25,5	R\$32,3	R\$17,1	R\$25,2	R\$(29,9)	R\$(6,2)
Lucro (prejuízo) por ação (R\$) ⁽⁴⁾	0,97	0,98	0,43	0,57	(0,90)	(0,14)
Número de ações: ⁽⁴⁾	26.391.987	33.113.236	39.815.047	44.131.065	33.113.236	44.131.065

	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de				Períodos de três meses encerrados em 31 de julho de	
	2003 ⁽¹⁾	2004	2005	(Pro Forma) 2005 ⁽²⁾	2004 ⁽¹¹⁾	2005
	(auditadas)	(auditadas)	(auditadas)	(não auditadas)	(não auditadas)	(não auditadas)

(em milhões de reais)

(continuação)

Informações do balanço patrimonial (no encerramento do exercício social e nos trimestres findos em 31 de julho):

Disponibilidades	R\$52,3	R\$68,0	R\$35,2	R\$33,2	R\$211,1	R\$70,2
Aplicações financeiras no ativo circulante	35,4	44,7	4,8	4,8	22,5	5,0
Adiantamentos a fornecedores	99,0	94,7	94,6	102,1	107,2	103,2
Certificados do Tesouro Nacional	33,1	38,1	47,0	50,5	40,6	51,5
Total do ativo	2.149,8	2.495,2	2.722,4	2.617,7	2.656,8	2.752,2
Adiantamentos de clientes ⁽¹⁰⁾	360,7	443,1	268,8	269,0	529,7	189,5
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁰⁾	493,5	602,7	836,6	858,3	632,4	979,1
Notas promissórias ⁽¹⁰⁾	186,2	150,0	62,7	86,9	135,3	83,2
Empresas ligadas ⁽¹⁰⁾	86,3	26,1	2,0	4,6	8,9	4,9
Participação minoritária	(8,2)	33,3	3,5	3,4	26,1	3,7
Patrimônio líquido	375,1	601,0	762,9	529,9	571,1	528,0

Outras informações (não auditadas):

Depreciações e amortizações	R\$90,7	R\$101,6	R\$112,3	R\$123,3	R\$38,3	R\$52,0
EBITDA ⁽⁵⁾	388,9	355,1	340,9	368,2	82,9	109,2
Margem EBITDA ⁽⁶⁾	27,6%	22,4%	17,9%	18,5%	16,2%	19,1%
Dívida líquida ⁽⁷⁾	906,9	976,3	988,5	1.028,3	924,9	1.026,8
Índice de dívida líquida / EBITDA ⁽⁸⁾	2,3x	2,7x	2,9x	2,8x	2,8x	2,8x
Investimentos operacionais ⁽⁹⁾	106,1	96,8	122,1	152,4	17,7	49,9

⁽¹⁾ Os dados da demonstração de resultado referentes ao exercício social encerrado em 2003 somente incluem os nove meses dos resultados das operações da Da Barra (adquirida por nós em agosto de 2002). Consulte a Nota 2 às nossas Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2004 e 2003, incluídas neste Prospecto.

⁽²⁾ As informações pro forma do balanço patrimonial e das demonstrações do resultado relativas ao exercício social encerrado em 30 de abril de 2005 contemplam: (1) a transferência da Amaralina (que é a proprietária de parte das terras utilizadas por nós para o cultivo de cana-de-açúcar) para nossos acionistas; e (2) a contribuição de 52,5% do capital em ações da FBA para nós feita pela Tereos e pela Sucden (ambas ocorridas depois do final do exercício social de 2005), como se cada uma tivesse se consumado em 1º de maio de 2004. Vide nota explicativa 27 das nossas Demonstrações Financeiras para os exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2005 e 2004, incluídas neste Prospecto.

⁽³⁾ Informações de detalhamento da receita líquida entre os produtos não auditadas.

⁽⁴⁾ O lucro líquido por ação foi calculado a partir do lucro líquido consolidado do exercício dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia na data final de cada exercício social ou período considerado, incluindo, portanto, o total de ações ordinárias e preferenciais, já considerando o grupamento de ações à razão de 8:1, como se o grupamento já houvesse sido realizado antes do início de cada um dos exercícios sociais abaixo indicados. A memória de cálculo é a seguinte:

	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de				Períodos de três meses encerrados em 31 de julho de	
	2003 ⁽¹⁾	2004	2005	(Pro Forma) 2005 ⁽²⁾	2004 ⁽¹¹⁾	2005
Lucro líquido (prejuízo) (em milhões de reais)	R\$25,5	R\$32,3	R\$17,1	R\$25,2	R\$(29,9)	R\$(6,2)
Número de ações	211.135.898	264.905.888	318.520.380	353.048.526	264.905.888	353.048.526
Grupamento de ações de 8:1	26.391.987	33.113.236	39.815.047	44.131.065	33.113.236	44.131.065
Lucro por ação (R\$)	0,97	0,98	0,43	0,57	(0,90)	(0,14)

⁽⁵⁾ EBITDA, medida de desempenho adotada pela nossa administração, é definida como nossa receita operacional líquida *menos* nosso custo dos produtos vendidos e serviços prestados, *menos* despesas de vendas, *menos* despesas gerais e administrativas, *menos* despesas com honorários da administração, *mais* outras receitas operacionais menos outras despesas operacionais, *mais* depreciações e amortizações incluídas nos custos dos produtos vendidos e serviços prestados e nas despesas de vendas e despesas gerais e administrativas. A Companhia acredita que o EBITDA seja útil para os investidores porque é freqüentemente usada por analistas financeiros, investidores e outras partes interessadas na avaliação das companhias de nosso setor. O EBITDA não é um termo reconhecido segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e não pretende ser uma alternativa ao lucro líquido como medida do desempenho operacional ou aos fluxos de caixa das atividades operacionais como medida da liquidez. Como nem todas as empresas adotam cálculos idênticos, a apresentação do EBITDA da Companhia pode não ser comparável a outras medidas com títulos semelhantes de fluxo de caixa livre para o uso a critério da administração, uma vez que não considera certas exigências de caixa, como pagamentos de juros, pagamentos de impostos e serviço de dívida. Consulte a "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais".

O EBITDA é calculado como segue:

	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de				Períodos de três meses encerrados em 31 de julho de	
	2003 ⁽¹⁾	2004	2005	(Pro Forma)	2004	2005
				2005 ⁽²⁾		
	(em milhões de reais)					
Receita operacional líquida	R\$1.409,6	R\$1.586,1	R\$1.900,4	R\$1.985,3	R\$511,4	R\$571,0
Menos:						
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados.....	(873,3)	(1.078,9)	(1.338,5)	(1.388,9)	(392,2)	(419,2)
Despesas com vendas.....	(113,7)	(144,3)	(171,7)	(188,4)	(43,4)	(63,8)
Despesas gerais e administrativas e honorários da administração.....	(100,0)	(111,7)	(121,9)	(128,8)	(27,5)	(34,8)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas ⁽¹²⁾	(24,4)	2,3	(39,7)	(34,3)	(3,6)	3,9
Mais:						
Depreciação e amortização.....	90,7	101,6	112,3	123,3	38,3	52,0
EBITDA.....	<u>R\$388,9</u>	<u>R\$355,1</u>	<u>R\$340,9</u>	<u>R\$368,2</u>	<u>82,9</u>	<u>109,2</u>

⁽⁶⁾ A margem EBITDA é o EBITDA dividido pelas receitas operacionais líquidas, expressa em percentual.

⁽⁷⁾ Dívida líquida significa o valor consolidado de empréstimos e financiamentos, incluindo-se os saldos referentes ao PESA, notas promissórias, adiantamentos de clientes e dívidas com empresas ligadas, de curto e longo prazos, *menos* o montante consolidado de disponibilidades, aplicações financeiras de curto prazo, adiantamentos a fornecedores e Certificados do Tesouro Nacional.

⁽⁸⁾ A dívida líquida/EBITDA é calculada utilizando-se a dívida líquida da data dividida pelo EBITDA acumulado dos últimos 12 meses encerrados na mesma data.

⁽⁹⁾ Representa os investimentos operacionais apurados no regime de competência do exercício em ativo imobilizado, incluindo investimentos para formação da lavoura, e excluindo os investimentos para aquisição de terras e os investimentos em imobilizado adquiridos através de consolidação de empresas adquiridas. Os investimentos totais apurados no regime de competência do exercício referentes a ativos permanentes (investimentos, imobilizado e diferido, incluindo ágio na aquisição de participações societárias) são apresentados nas Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos das nossas Demonstrações Financeiras, incluídas neste Prospecto.

⁽¹⁰⁾ Os saldos apresentados incluem os valores classificados no passivo circulante e no exigível a longo prazo.

⁽¹¹⁾ O balanço patrimonial referente a 31 de julho de 2004 não está incluso neste Prospecto.

⁽¹²⁾ Outras despesas operacionais, líquidas, de R\$39,7 milhões no exercício social 2005 incluem R\$32,0 milhões de provisão para contingências relativa a ICMS Pauta Fiscal, conforme nota explicativa 18 às Demonstrações Financeiras dos exercícios encerrados em 30 de abril de 2005 e 2004.

RESUMO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

Companhia:	Cosan S.A. Indústria e Comércio
Coordenador Líder da Oferta:	Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A.
Coordenadores:	O Coordenador Líder e o Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston S.A.
Oferta:	<p>A Oferta terá por objeto até 16.046.510 Ações a serem emitidas por nós, com a exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite de capital autorizado previsto no nosso Estatuto Social, e compreenderá a distribuição pública das Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, que será coordenada pelos Coordenadores, com a participação dos Coordenadores Contratados e Corretoras Consorciadas, autorizados a operar no mercado de capitais brasileiro, que celebraram Termos de Adesão com os Coordenadores em conformidade com a Instrução CVM 400.</p> <p>Serão também realizados, simultaneamente, esforços de venda das Ações para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos, com base na <i>Rule 144A</i> e nos demais países, exceto Estados Unidos e Brasil, com base na <i>Regulation S</i>, em ambos os casos em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução nº 2.689, na Instrução CVM 325 ou outro mecanismo nos casos descritos na Seção “Termos e Condições da Oferta”, que serão realizados pelos Agentes de Colocação Internacionais, nos termos do Contrato Internacional.</p>
Opção de Ações Adicionais:	Nós outorgamos aos Coordenadores uma opção para subscrição de um lote suplementar de até 15% das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta, equivalente a até 2.406.976 Ações, a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e dentro do limite de capital autorizado previsto no nosso Estatuto Social, a ser exercida no prazo de até 30 dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta.
Preço por Ação:	R\$48,00
Capital Social:	Nosso capital social é composto por 44.131.065 ações ordinárias. Após a realização da presente Oferta, nosso capital social será composto por 60.177.575 ações ordinárias, sem o exercício de Opção de Ações Adicionais. Para mais informações sobre os direitos das ações ordinárias, vide seção “Termos e Condições da Oferta – 11. Direitos, Vantagens e Restrições das Ações”.

Saída do Novo Mercado

Se decidirmos sair do Novo Mercado, o acionista controlador deverá realizar oferta pública de aquisição de ações, no prazo de 90 dias, pelo valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente, com experiência comprovada, que será escolhida pela assembléia geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria absoluta de votos das ações em circulação, não se computando os votos em branco.

Caso o nosso controle seja alienado nos 12 meses subsequentes à nossa saída do Novo Mercado, o acionista controlador alienante e o comprador deverão realizar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, em conjunto e solidariamente, pelo preço e nas condições obtidas pelo acionista controlador alienante, devidamente atualizado.

Direito de Voto:

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto em todas as deliberações da assembléia geral de acionistas, inclusive em matérias como a alteração do Estatuto Social, a eleição e destituição de membros do Conselho de Administração, bem como outras matérias previstas na Lei das Sociedades por Ações. Para mais informações vide a seção "*Termos e Condições da Oferta – 11. Direitos, Vantagens e Restrições das Ações*".

Restrições à Transferência de Ações (Lock-up):

Nós, os membros do nosso Conselho de Administração que também são membros da nossa diretoria, todos os nossos diretores e os nossos atuais acionistas celebramos acordos de restrição à venda de Ações, por meio dos quais concordamos, sujeitos a algumas exceções, em não emitir, oferecer, vender, comprar, contratar a venda ou compra ou de outra forma alienar ou adquirir, pelo prazo de até 180 dias contados da data do Prospecto Internacional a ser utilizado no âmbito do esforço de venda das Ações no exterior, qualquer ação ordinária de nossa emissão, qualquer valor mobiliário conversível em, ou que represente um direito de receber ações ordinárias de nossa emissão, exceto as Ações Adicionais. Os membros do nosso Conselho de Administração que não celebraram acordo de restrição à venda de ações têm apenas uma ação ordinária de nossa emissão cada um.

Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, nos 6 meses subsequentes ao início da negociação das nossas Ações no Novo Mercado, o nosso acionista controlador e os nossos administradores não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das nossas Ações e títulos ou valores mobiliários negociados em mercados de liquidação futura ou outros ativos com lastro em nossas Ações (os "Derivativos") de que eram titulares quando do início de negociação das nossas Ações no Novo Mercado. Após esse período inicial de 6 meses, o nosso acionista controlador e os nossos administradores não poderão, por mais 6 meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das nossas Ações e Derivativos de que eram titulares quando do início da negociação das nossas Ações no Novo Mercado.

Fatores de Risco:

Vide seção “Fatores de Risco” para uma explicação sobre os fatores de risco que devem ser analisados antes da realização de investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estarão sujeitos à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações.

Destinação dos Recursos:

Receberemos recursos líquidos no montante total de R\$715,0 milhões pela venda das Ações realizada através da presente Oferta, ou R\$824,5 milhões caso ocorra o exercício integral da Opção de Ações Adicionais, em ambos os casos, excluído o valor da conversão do IFC. Esses recursos serão parcialmente utilizados para o financiamento da aquisição de parte da Destivale, realizada em janeiro e abril de 2005, no valor de R\$78,0 milhões, bem como da participação adquirida no TEAS, em 16 de abril de 2005, no valor de R\$13,0 milhões.

Os recursos remanescentes, que representam a maior parte dos recursos da Oferta, serão utilizados no financiamento de nossa estratégia de crescimento por meio de aquisições de usinas produtoras de açúcar e álcool, *joint-ventures* e outras formas de associação nos mercados em que atuamos, primordialmente na região centro-sul do Brasil, bem como para o incremento da capacidade instalada das usinas do Grupo Cosan, para melhoria dos nossos processos produtivos, essencialmente agrícola, industrial, logístico e portuário, e outras atividades relacionadas às nossas operações atuais.

Nós não temos como determinar o momento em que os recursos serão utilizados, ou os montantes a serem empregados, uma vez que essa determinação dependerá das características, incluindo a infraestrutura existente, de cada aquisição, *joint-venture* ou associação que venha a ser negociada por nós. Enquanto os recursos da presente Oferta não forem utilizados no financiamento da nossa estratégia de crescimento e expansão nos mercados em que atuamos, esses recursos permanecerão investidos em depósitos bancários de curto prazo, títulos públicos, valores mobiliários e outros instrumentos financeiros utilizados por nós.

Dividendos:

A Lei das Sociedades por Ações exige, de modo geral, que o estatuto social de cada companhia especifique a porcentagem mínima dos valores disponíveis para distribuição pela companhia em cada exercício social que deverão ser distribuídos aos acionistas como dividendos, também conhecida como distribuição obrigatória. Nos termos do nosso Estatuto Social, pelo menos 25% do nosso lucro líquido ajustado, conforme calculado nos termos das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, com relação ao exercício social anterior, deverá ser distribuído como dividendo anual obrigatório.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do nosso Estatuto Social, devemos realizar, anualmente, assembléia geral ordinária, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do nosso exercício social, ocasião em que ocorre a deliberação acerca da destinação dos resultados do exercício social e a distribuição dos dividendos. O pagamento do dividendo anual é determinado com base em nossas Demonstrações Financeiras do exercício social anterior.

Qualquer acionista, por ocasião de declaração de dividendo, terá direito a receber dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos deverão ser distribuídos ao detentor de ações registrado na data de declaração de dividendo, no prazo de 60 dias a contar da data em que o dividendo foi declarado, a menos que deliberação dos acionistas estabeleça outra data de distribuição que, em qualquer caso, deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que o dividendo foi declarado. Dividendos não reclamados não rendem juros, não são corrigidos monetariamente e reverterem em nosso favor se não reclamados dentro de três anos após a data em que os colocamos à disposição do acionista.

Listagem:

Em 11 de outubro de 2005, foi assinado um contrato com a BOVESPA para listagem das nossas Ações no Novo Mercado sob o código "CSAN3", a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do Anúncio de Início.

Público Alvo:

Os Coordenadores, os Coordenadores Contratados e as Corretoras Consorciadas realizarão a colocação das Ações junto a (a) pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento (registrados na BOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor), residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados investidores institucionais, que realizarem reservas de Ações junto a uma única Instituição Participante da Oferta, mediante o preenchimento de Pedidos de Reserva, observado o valor mínimo de investimento de R\$3.000,00 e o valor máximo de investimento de R\$300.000,00 no Período de Reserva; e (b) Investidores Institucionais. Para mais informações vide seção "Termos e Condições da Oferta – 5.1.2. Pedido de Reserva".

Inadequação da Oferta a Certos Investidores:

Não há inadequação específica da Oferta a determinado grupo ou categoria de investidor. No entanto, a presente Oferta não é adequada a investidores avessos ao risco inerente a investimentos em ações. Como todo e qualquer investimento em ações, a subscrição ou aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto.

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto, em especial os riscos mencionados abaixo. Os riscos descritos abaixo não são os únicos enfrentados pela nossa Companhia ou pelos investimentos em geral no Brasil. Nossos negócios, nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais podem ser adversamente afetados por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das nossas ações pode diminuir devido a quaisquer desses riscos ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente acreditamos que poderão nos afetar de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também prejudicar nossas atividades de maneira significativa.

Este Prospecto contém, também, declarações e projeções futuras que envolvem riscos e incertezas. Nossos resultados atuais podem diferir de forma significativa dos resultados antecipados nessas declarações e projeções futuras em razão de determinados fatores, inclusive os riscos enfrentados por nós descritos abaixo e em outras seções deste Prospecto.

RISCOS RELATIVOS AOS NOSSOS NEGÓCIOS E AOS SETORES EM QUE ATUAMOS

Atuamos em setores em que o preço de mercado dos produtos é cíclico e afetado pelas condições macroeconômicas do Brasil e do mundo.

Os setores de açúcar e álcool, tanto mundialmente quanto no Brasil, são historicamente cíclicos e sensíveis a mudanças internas e externas de oferta e demanda. Historicamente, o mercado internacional de açúcar passa por períodos de baixa oferta – resultando em aumento dos preços do açúcar e das margens de lucro do setor – seguidos de expansão do setor que resulta em excesso de oferta – causando a diminuição dos preços do açúcar e das margens de lucro do setor. Os preços dos nossos produtos podem sofrer flutuações por vários motivos, inclusive:

- demanda interna e global por açúcar e álcool;
- variações nas capacidades de produção dos nossos concorrentes; e
- disponibilidade de produtos substitutos para açúcar, álcool e seus derivados que produzimos.

Os preços do açúcar obtidos pela nossa Companhia dependem, em grande parte, dos preços prevalecentes no mercado. Tais condições de mercado, tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional, estão fora de nosso controle.

O preço do açúcar no atacado exerce um grande impacto nos nossos resultados. Tal como ocorre com outros produtos agrícolas, o açúcar está sujeito a flutuações de preço em função das condições climáticas, desastres naturais, políticas de comércio exterior e nacional, mudanças na oferta e na demanda e outros fatores fora do nosso controle. Ademais, aproximadamente 20% a 30% da produção mundial total de açúcar é comercializada em bolsas de mercadorias estando, portanto, sujeita à especulação, o que pode afetar o preço do açúcar e os nossos resultados operacionais. O preço do açúcar em particular também é afetado pelo cumprimento dos requisitos de exportação pelos produtores e os efeitos resultantes de tal cumprimento na oferta para o mercado interno. Como consequência, os preços do açúcar têm sido sujeitos a maior volatilidade do que os preços de muitas outras *commodities*. A concorrência de adoçantes alternativos, inclusive a sacarina e o xarope de milho com alto teor de frutose, conhecido como HFCS – *High Fructose Corn Syrup*, modificações nas políticas agrícola ou comercial dos Estados Unidos ou do Brasil, ou desenvolvimentos relacionados ao comércio internacional, inclusive os desenvolvimentos ditados pela OMC, dentre outros fatores, poderão resultar, direta ou indiretamente, na diminuição dos preços do açúcar nos mercados interno e internacional. Qualquer diminuição prolongada nos preços do açúcar pode ter efeitos adversos relevantes na nossa Companhia e nos nossos resultados operacionais. Além disso, não podemos garantir que poderemos manter as vendas de açúcar e de álcool no Brasil a preços de mercado sem quaisquer descontos, bem como exportar quantidades suficientes de açúcar e álcool para garantir um equilíbrio adequado do mercado interno.

Adicionalmente, nós cobrimos por *hedge* as flutuações dos preços de mercado fixando os preços de aproximadamente 25% do nosso volume de vendas. Se os preços de mercado excederem o preço fixado de acordo com nossa política de *hedge*, as nossas receitas serão inferiores do que seriam se nós não tivéssemos adotado a política de *hedge*.

Enfrentamos forte concorrência nos nossos negócios, o que pode afetar de maneira adversa nossa participação no mercado e nossa lucratividade.

O setor sucro-alcooleiro brasileiro é altamente competitivo. No âmbito nacional, competimos com diversos produtores de pequeno e médio porte. Não obstante o crescente número de consolidações, o setor sucro-alcooleiro brasileiro permanece muito fragmentado. Nossos maiores concorrentes no Brasil são o Grupo Vale do Rosário (segundo maior produtor de açúcar e álcool no Brasil), o Grupo Zillo Lorenzetti, o Grupo São Martinho e o Grupo Irmãos Biaggi. O Grupo Zillo Lorenzetti, o Grupo São Martinho, o Grupo Irmãos Biaggi e outros produtores de açúcar e álcool no Brasil comercializam seus produtos por meio da cooperativa Copersucar. Atualmente a Copersucar é formada por 32 produtores nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Enfrentamos também a concorrência de produtores de açúcar internacionais. Somos o terceiro maior produtor de açúcar do mundo, atrás apenas da Südzucker AG da Alemanha (com produção de 5,1 milhões de toneladas no exercício social de 2005) e da Tereos (com produção de 2,7 milhões de toneladas no exercício social de 2005). Enfrentamos forte concorrência ou somos efetivamente proibidos de concorrer em mercados altamente regulados e protegidos, como os mercados dos Estados Unidos e da União Européia. Historicamente, as importações de açúcar não têm representado grande concorrência para a nossa Companhia no Brasil devido, dentre outros fatores, à competitividade dos custos de produção e logística do açúcar brasileiro. Caso o governo brasileiro venha a criar incentivos para as importações de açúcar, podemos ter que enfrentar um aumento da concorrência de produtores estrangeiros no mercado interno.

São muitos os fatores que influenciam a nossa posição competitiva, incluindo a disponibilidade, qualidade e o custo de fertilizantes, energia, água, produtos químicos e mão-de-obra. Alguns dos nossos concorrentes têm substancialmente mais recursos financeiros e de *marketing*, maior base de clientes e maior variedade de produtos do que a nossa Companhia. Se a nossa Companhia não se mantiver competitiva em relação a esses produtores no futuro, nossa participação no mercado poderá ser afetada de maneira adversa.

A expansão do nosso negócio por meio de aquisições e alianças estratégicas apresenta riscos que podem reduzir os benefícios que esperamos obter com essas operações.

Como parte da nossa estratégia de negócios, temos crescido principalmente por meio de aquisições de outros produtores ou instalações. Pretendemos continuar a crescer adquirindo outros produtores ou usinas no Brasil ou no exterior, que complementem ou ampliem nossas operações atuais. Também podemos formar alianças estratégicas a fim de aumentar a nossa competitividade, uma vez que acreditamos que os setores de açúcar e álcool no Brasil sejam muito fragmentados e que oportunidades futuras de consolidação de tais setores continuarão a ser uma fonte significativa do nosso crescimento. Entretanto, nossa administração não pode prever se e quando tais aquisições ou alianças estratégicas ocorrerão ou a possibilidade de uma determinada operação ser concluída em termos e condições favoráveis à nossa Companhia. A nossa capacidade de continuar a ampliar nossos negócios com êxito por meio de aquisições ou alianças depende de diversos fatores, inclusive da nossa capacidade de identificar aquisições ou acessar mercados de capitais a um custo aceitável e de negociar condições favoráveis em tais operações. Mesmo se pudermos identificar oportunidades de aquisição e obter o financiamento necessário para realizar tais aquisições, a nossa Companhia pode se comprometer financeiramente além da sua capacidade, especialmente se uma aquisição for seguida por um período em que os preços do açúcar e do álcool forem inferiores ao previsto.

A nossa impossibilidade de integrar novos negócios ou administrar novas alianças com sucesso pode ter um efeito adverso nos nossos negócios e desempenho financeiro. Alguns dos nossos concorrentes possuem recursos financeiros substancialmente maiores do que os nossos, e talvez também estejam em busca de crescimento por meio de aquisições e alianças. Isso pode reduzir a nossa possibilidade de sucesso na implementação das aquisições e alianças necessárias para expandir nosso negócio. Além disso, quaisquer aquisições de maior porte que viermos a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades regulamentadoras no Brasil. Nós podemos não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil.

As aquisições também apresentam o risco de exposição da nossa Companhia a responsabilidades sucessórias relativas a processos envolvendo uma empresa adquirida, sua administração ou contingências incorridas anteriormente à sua aquisição pela nossa Companhia. O processo de auditoria (*due diligence*) que conduzimos com relação a uma aquisição e quaisquer garantias contratuais ou indenizações que possamos receber dos vendedores de tais empresas adquiridas, podem não ser suficientes para nos proteger ou nos compensar por eventuais contingências. Uma contingência significativa associada a uma aquisição pode afetar de maneira adversa a nossa reputação e os nossos resultados operacionais, reduzindo os benefícios da aquisição.

Os preços do álcool possuem forte correlação com os preços do açúcar. Uma redução nos preços do açúcar pode ter efeito adverso tanto sobre os nossos negócios de açúcar como sobre nossos negócios de álcool.

Os preços do álcool possuem forte correlação com os preços do açúcar. A maior parte do álcool produzido no Brasil é produzido em usinas que produzem tanto álcool como açúcar. Considerando que alguns produtores conseguem alterar a parcela de sua produção de álcool em relação à parcela de sua produção de açúcar e vice-versa em resposta às variações de preço de mercado do álcool e do açúcar, equilibrando a oferta e demanda entre estes produtos, os preços desses dois produtos ficam intimamente correlacionados. Ademais, tendo em vista que os preços do açúcar no Brasil são correlacionados aos preços do açúcar no mercado internacional, há uma forte ligação entre os preços do álcool brasileiro e os preços do açúcar no mercado internacional. Assim, uma redução dos preços do açúcar também poderá resultar em um efeito adverso sobre os nossos negócios de álcool.

Uma redução na demanda de álcool como combustível, ou uma mudança na política do governo brasileiro em relação à adição de álcool à gasolina, pode causar efeito adverso significativo aos nossos negócios.

Atualmente, o governo brasileiro exige que se use o álcool como aditivo à gasolina. Desde 1997, o Conselho Interministerial do Açúcar e Álcool tem estabelecido a porcentagem de álcool anidro a ser utilizado como um aditivo à gasolina (atualmente 25%). Aproximadamente metade de todo o álcool combustível do Brasil é usada para abastecer automóveis que usam uma mistura de álcool anidro e gasolina, sendo o remanescente usado em veículos abastecidos somente com álcool hidratado. Qualquer redução na porcentagem de álcool que deve ser adicionada à gasolina ou mudança na política do governo brasileiro quanto ao uso do álcool, assim como o crescimento da demanda por gás natural ou outros combustíveis como alternativa ao uso do álcool, pode ter um efeito adverso significativo sobre os nossos negócios.

Políticas e regulamentações governamentais que afetem o setor agrícola e setores relacionados podem afetar de maneira adversa nossas operações e nossa lucratividade.

Políticas e regulamentos governamentais exercem grande influência sobre a produção agrícola e os fluxos comerciais. As políticas governamentais que afetam o setor agrícola, tais como políticas relacionadas a impostos, tarifas, encargos, subsídios e restrições sobre importação e exportação de produtos agrícolas e *commodities*, podem influenciar a lucratividade do setor, o plantio de determinadas safras em comparação a diferentes usos dos recursos agrícolas, a localização e o tamanho das safras, a negociação de *commodities* processadas ou não processadas, e o volume e tipos das importações e exportações.

Futuras políticas governamentais no Brasil e no exterior podem causar efeito adverso sobre a oferta, demanda e preços dos nossos produtos, restringir nossa capacidade de fechar negócios nos mercados em que atuamos atualmente e em mercados que pretendemos atingir, podendo ter efeito adverso nos nossos resultados operacionais. Os preços do açúcar, assim como os preços de muitos outros produtos básicos no Brasil foram, no passado, sujeitos a controle pelo governo brasileiro. Não podemos garantir que não haverá, no futuro, a imposição de regulamentações de controle de preços.

Estamos sujeitos a extensa regulamentação ambiental e podemos estar expostos a contingências resultantes do manuseio de materiais perigosos e potenciais custos para cumprimento da regulamentação ambiental.

Estamos sujeitos a diversas leis federais, estaduais e municipais sobre proteção ambiental e sobre saúde e segurança que regulam, dentre outros aspectos:

- a geração, armazenagem, manuseio, uso e transporte de materiais nocivos;
- a emissão e descarga de materiais nocivos no solo, no ar ou na água; e
- a saúde e segurança dos nossos empregados.

Também somos obrigados a obter determinadas licenças, emitidas por autoridades governamentais, com relação a determinados aspectos das nossas operações. Referidas leis, regulamentos e licenças podem, com frequência, exigir que compremos e instalemos equipamentos de custo muito elevado para controle da poluição ou que executemos mudanças operacionais a fim de limitar impactos ou potenciais impactos ao meio-ambiente e/ou à saúde dos nossos funcionários. A violação de tais leis e regulamentos ou licenças pode resultar em multas elevadas, sanções criminais, revogação de licenças de operação e/ou na proibição de funcionamento das nossas instalações.

Nós já realizamos e esperamos ainda realizar investimentos substanciais para continuar a assegurar o cumprimento dessas leis e regulamentos ambientais. Além disso, devido à possibilidade de ocorrerem alterações na regulamentação ambiental e outras mudanças não esperadas, o valor e a época de futuros investimentos referentes a questões de meio-ambiente podem variar consideravelmente em relação aos valores e épocas atualmente antecipados. De acordo com determinadas leis ambientais, podemos ser considerados objetivamente responsáveis por todos os custos relativos a qualquer contaminação nas nossas instalações atuais ou anteriores ou nas instalações atuais ou anteriores de nossos antecessores, e nos locais de destinação de lixo de terceiros. Nós também podemos ser considerados responsáveis por todas e quaisquer conseqüências provenientes da exposição de pessoas a substâncias nocivas ou outros danos ambientais. Ademais, as leis brasileiras determinam que quaisquer responsabilidades pelo não cumprimento da legislação ambiental por parte de uma empresa adquirida são assumidas pelo comprador por tempo indeterminado. Vide "*Atividades da Companhia — Regulamentação do Setor – Regulamentação Ambiental*". Os custos para cumprir com a legislação atual e futura sobre meio-ambiente, saúde e segurança, e as nossas contingências provenientes de descargas, passadas ou futuras, de substâncias nocivas ou da exposição a substâncias nocivas, poderão ter um efeito adverso sobre os nossos negócios, os nossos resultados operacionais ou sobre a nossa situação financeira.

Podemos não obter sucesso na redução dos nossos custos operacionais ou no aumento de nossas eficiências operacionais.

Precisamos continuar a reduzir nossos custos e a aumentar nossas eficiências operacionais para atingir melhores resultados no futuro. Não podemos assegurar que conseguiremos atingir todas as reduções de custos que esperamos atingir em decorrência dos esforços atualmente empregados. Podemos não conseguir, especialmente, implantar uma ou mais de uma de nossas iniciativas com sucesso ou podemos enfrentar aumentos de custos inesperados que compensem a economia obtida. A não redução de tais custos pode afetar de maneira adversa nossa competitividade e os nossos resultados operacionais.

Quaisquer reduções na quantidade de cana-de-açúcar que cultivamos e compramos em determinada safra, ou do seu teor de sacarose, podem ter um efeito adverso significativo sobre os nossos negócios.

A nossa produção de açúcar depende do volume e teor de açúcar da cana-de-açúcar que cultivamos ou que nos é fornecida por agricultores localizados nas proximidades das nossas usinas. O rendimento da safra e o teor de açúcar na cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas que variam, tais como índice de chuvas e temperatura. Historicamente, as condições climáticas têm causado volatilidade nos setores de açúcar e álcool e, conseqüentemente, nos nossos resultados operacionais, por prejudicarem as safras ou reduzirem as colheitas. Enchentes, secas e geadas podem afetar de forma prejudicial a oferta e os preços das *commodities* agrícolas que vendemos ou utilizamos em nossos negócios. Eventos climáticos futuros poderão afetar adversamente o teor de açúcar na cana-de-açúcar que podemos obter em uma determinada safra ou em safras subseqüentes. Qualquer redução no volume de açúcar obtido pode ter um efeito adverso significativo sobre nossos resultados operacionais.

Podemos ser afetados de maneira adversa por uma falta ou por altos custos da cana-de-açúcar.

A cana-de-açúcar é a principal matéria-prima utilizada na produção de açúcar e de álcool. Durante o exercício social de 2005, a cana-de-açúcar adquirida de fornecedores foi responsável por aproximadamente 28% dos nossos custos de produtos vendidos e serviços prestados consolidados. Nós adquirimos aproximadamente 40% da cana-de-açúcar que utilizamos na produção de açúcar e álcool diretamente de mais de 4.500 fornecedores de cana-de-açúcar. Historicamente, aproximadamente 80% das nossas aquisições de cana-de-açúcar junto a fornecedores têm sido realizadas por meio de contratos de médio e longo prazo firmados com fornecedores de cana-de-açúcar, 5% à vista de acordo com as condições de mercado, e os 15% remanescentes de produtores com os quais mantemos relacionamentos de longo prazo sob condições pré-acordadas, porém sem nenhum contrato formal. Geralmente, nós celebramos contratos de fornecimento de médio e longo prazo por períodos que variam de três anos e meio a sete anos. Em 30 de abril de 2005, nós também arrendávamos aproximadamente 190 mil hectares, por meio de, aproximadamente, 1.000 contratos de arrendamento de terras com prazo médio de seis anos. Embora, no momento, não estejamos prevendo qualquer problema no fornecimento de cana-de-açúcar ou aumento nos preços da cana-de-açúcar no futuro próximo, qualquer redução na oferta de cana-de-açúcar, inclusive como resultado da rescisão de contratos de fornecimento ou arrendamento representando uma redução significativa no volume de cana-de-açúcar disponível para processarmos, ou aumento nos preços da cana-de-açúcar, pode afetar de maneira adversa os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira.

Enfrentamos potenciais efeitos adversos sobre os nossos resultados operacionais em decorrência da concorrência de adoçantes alternativos.

Acreditamos que o uso de adoçantes alternativos, especialmente os adoçantes artificiais como aspartame, sacarina e HFCS, com exceção daqueles derivados do açúcar como sucralose, tem contribuído negativamente para o aumento na demanda total por açúcar no Brasil e no mundo. Fabricantes de refrigerantes de muitos países têm substituído o açúcar por adoçantes alternativos, ou aumentado o seu consumo. Além disso, o uso de adoçantes alternativos por parte dos consumidores de açúcar, inclusive fabricantes de refrigerantes, também pode reduzir a demanda de açúcar no Brasil. Uma redução substancial do consumo de açúcar ou aumento do uso de adoçantes alternativos ou artificiais pode afetar de maneira adversa os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira.

A concessão da Cosan Portuária – uma concessão governamental para operar o terminal portuário – está sujeita a rescisão por parte do poder concedente.

Possuímos e operamos um terminal de carregamento de açúcar no Porto de Santos, no Estado de São Paulo, por meio de nossa controlada, a Cosan Portuária. A proximidade das nossas usinas do porto permite que nos beneficiemos de custos de transporte mais baixos. Segundo o contrato de concessão portuária celebrado com a Autoridade Portuária do Estado de São Paulo, a concessão outorgada à Cosan Portuária para operar tal terminal expirará em 2016, podendo ser prolongada por mais 20 anos se a Cosan Portuária cumprir suas obrigações nos termos do contrato. Entretanto, o contrato de concessão portuária pode ser rescindido unilateralmente pelo poder concedente em data anterior ao seu vencimento nas hipóteses de:

- encampação da concessão portuária em nome do interesse público;
- o não cumprimento, pela Cosan Portuária, de suas obrigações nos termos do contrato de concessão portuária, incluindo o pagamento das taxas de concessão, ou de outras obrigações legais e regulatórias da Cosan Portuária;
- a Cosan Portuária deixar de cumprir certas determinações do poder concedente; ou
- falência ou dissolução da Cosan Portuária.

A rescisão do contrato de concessão portuária pode ter um impacto adverso significativo nos nossos custos e tempo de transporte para exportar os nossos produtos, bem como nas receitas que auferimos em decorrência dos contratos de prestação de serviços relacionados às nossas instalações portuárias. Vide *“Operações com Partes Relacionadas — Cosan Portuária”*.

Podemos ser afetados de forma adversa por sentenças desfavoráveis em processos em andamento.

Em 30 de abril de 2005, estávamos envolvidos em diversos litígios fiscais, cíveis e trabalhistas no valor total de R\$378,0 milhões, para os quais constituímos provisão no valor total de R\$283,5 milhões. Dentre os processos fiscais, a Secretaria da Receita Federal (SRF) iniciou determinados processos referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) contra nós. O valor demandado no principal processo referente ao IPI chega a, aproximadamente, R\$160,5 milhões. Em decisão recente em processo sobre a matéria, o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão desfavorável à tese de utilização de créditos-prêmio IPI. Tal decisão está sujeita a recurso pela empresa contra a qual foi proferida. Vide *“Atividades da Companhia — Processos Judiciais e Administrativos — Processos Fiscais”*. Podemos não obter decisões favoráveis nesses ou em outros processos, ou podemos, ainda, ser obrigados a pagar valores significativos, incluindo juros e multa, em relação a nossas obrigações, o que poderia ter um impacto adverso nos nossos negócios e resultados operacionais.

Podemos ser afetados de forma adversa pela sazonalidade.

Nossos negócios estão sujeitos à sazonalidade decorrente do ciclo de colheita da cana-de-açúcar na região centro-sul do Brasil. O período de colheita anual de cana-de-açúcar no centro-sul do Brasil tem início em abril/maio e termina em novembro/dezembro. Isso cria flutuações nos nossos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a abril), e um certo grau de sazonalidade no nosso lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos nossos resultados operacionais apurados em bases diferentes do exercício social.

Somos dependentes de certos membros de nossa administração.

Nossas operações são dependentes de alguns membros do nosso Conselho de Administração e de alguns de nossos diretores, especialmente com relação à definição, implementação de nossas estratégias e desenvolvimento de nossas operações. Caso qualquer dessas pessoas-chave de nossa administração deixe de exercer suas atuais atividades, poderemos sofrer um impacto adverso relevante em nossas operações, o que pode afetar nossos resultados e nossa condição financeira.

RISCOS RELATIVOS AOS NOSSOS ACIONISTAS

Somos controlados por uma única pessoa, que exerce indiretamente o controle sobre nós e todas as nossas controladas.

Nosso Acionista Controlador Indireto tem o poder de nos controlar, inclusive com poderes para:

- eleger a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração, estabelecer a nossa política administrativa e exercer o controle geral sobre a nossa administração e nossas controladas;
- vender ou de alguma forma transferir ações que representem o nosso controle por ele detidas, nos termos do nosso Estatuto Social; e
- determinar o resultado de qualquer deliberação dos nossos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, assim como determinar a época de distribuição e o pagamento de quaisquer dividendos futuros.

Estamos envolvidos, e esperamos continuar a nos envolver periodicamente, em operações comerciais e financeiras com os nossos acionistas ou com outras pessoas ligadas. Mesmo sendo realizadas em condições de mercado, tais operações comerciais e financeiras entre nós e as nossas afiliadas geram potenciais, ou podem resultar em, conflitos de interesses com os demais acionistas, incluindo o investidor nas Ações. Para mais detalhes sobre determinadas operações com partes relacionadas, vide “Operações com Partes Relacionadas”.

Podemos enfrentar situações de conflito de interesses nas operações com partes relacionadas.

Certas decisões referentes às nossas operações ou nossa estrutura financeira, ou às operações e à estrutura financeira das nossas controladas, podem gerar conflitos de interesses entre os nossos Acionistas Controladores, outros acionistas e os investidores nas Ações. Nós temos contas a receber e contas a pagar de curto e longo prazo com algumas de nossas afiliadas e, ainda, celebramos contratos de arrendamento de terras com nossas afiliadas, inclusive com a Amaralina, a Santa Bárbara e a São Francisco. Esses saldos de contas a receber, contas a pagar e pagamentos devidos nos termos de tais contratos de arrendamento, referem-se principalmente a compras e vendas de cana-de-açúcar ou ao arrendamento de terras agrícolas, conforme o caso, que são realizados a preços e condições equivalentes aos preços médios e às condições usuais de operações similares celebradas com terceiros. Entretanto, as operações comerciais realizadas entre nós e tais afiliadas podem resultar em conflitos de interesses com os demais acionistas, incluindo o investidor nas Ações. Vide “Operações com Partes Relacionadas”. Nossos Acionistas Controladores podem ter interesse em realizar operações que, em sua opinião, valorizem seu investimento, mesmo que tais operações possam envolver riscos para os outros investidores. Não podemos assegurar que os nossos Acionistas Controladores conseguirão tratar desses conflitos de interesses ou de outros conflitos de uma forma imparcial.

RISCOS RELATIVOS AO BRASIL

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas do Brasil têm um impacto direto sobre os nossos negócios.

O Governo Federal intervém freqüentemente na economia brasileira e ocasionalmente implementou mudanças drásticas na política monetária e de crédito, entre outras. As ações do governo para controlar a inflação e implementar outras políticas já incluíram, dentre outras medidas, controle sobre preços e salários e alterações das taxas de juros determinadas pelo Banco Central. Medidas tomadas pelo Governo Federal com relação à economia podem ter efeitos importantes sobre empresas brasileiras, inclusive nós, e sobre as condições de mercado e os preços dos valores mobiliários brasileiros. No passado, por exemplo, o governo mantinha controle sobre os preços e não podemos assegurar que controles de preços não voltarão a ser impostos no futuro. Nossa situação financeira e nossos resultados operacionais também podem ser afetados de maneira adversa pelos seguintes fatores e pelas medidas governamentais tomadas em resposta a tais fatores:

- desvalorizações da moeda e outras variações cambiais;
- inflação;
- instabilidade econômica e social;
- racionamento de energia;
- taxas de juros;
- controle cambial e restrições a remessas para o exterior;
- liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo;
- política fiscal; e
- outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil.

Luiz Inácio Lula da Silva, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (“PT”) tomou posse como Presidente em 1º de janeiro de 2003. No período que antecedeu as eleições presidenciais de outubro de 2002, assim como no período subsequente, houve incerteza significativa quanto às políticas que o novo governo adotaria. Esta incerteza resultou em uma perda de confiança dos investidores na economia brasileira e na desvalorização de 34,3% do real frente ao dólar entre 1º de janeiro de 2002 e 31 de dezembro de 2002. Ainda que o governo brasileiro tenha adotado medidas econômicas mais conservadoras do que aquelas esperadas por alguns observadores, não é certo que essas políticas serão mantidas ou que o governo continuará a seguir políticas econômicas de estabilização e liberalização. Não podemos prever quais políticas fiscais, monetárias, previdenciárias, entre outras, serão adotadas pelo governo brasileiro e se essas políticas resultarão em conseqüências adversas para a economia e para os nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas. Embora até o presente as atuais políticas administrativas não tenham sido prejudiciais para o nosso setor, a incerteza quanto às políticas que este governo poderá propor ou adotar no futuro pode ter um impacto negativo sobre os nossos negócios e contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para a elevada volatilidade no mercado de capitais internacional em relação ao Brasil. Recentemente, o PT tem sido acusado de não declarar recursos utilizados em campanhas eleitorais passadas e de efetuar pagamentos a certos partidos políticos em troca do seu apoio e de votos em favor de suas políticas. Tais alegações podem minar as políticas econômicas e sociais do governo brasileiro. Essas alegações estão sendo investigadas pelas autoridades públicas brasileiras e, neste momento, não é possível prever os resultados das investigações. Essa incerteza e volatilidade, e as recentes alegações de corrupção, podem, causar uma desestabilização da economia brasileira e resultar em impacto adverso sobre os nossos negócios e sobre o valor de mercado das Ações.

Condições econômicas e de mercado em outros países emergentes podem afetar de maneira adversa a economia brasileira e, conseqüentemente, o valor de mercado das Ações.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias abertas é influenciado pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e pelas condições de mercado de outros países da América Latina e de outras economias emergentes. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações. Os acontecimentos em países de economia emergente, ou suas condições, já afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira, resultando em saídas significativas de recursos do país e na diminuição da quantidade de moeda estrangeira investida no país, bem como na limitação do acesso a mercados de capitais internacionais, o que pode afetar de maneira adversa a nossa capacidade de obter empréstimos a taxas de juros razoáveis ou de levantar capital quando e se houver necessidade.

Embora as preocupações do mercado de que crises similares se seguiriam no Brasil não tenham se concretizado, a volatilidade dos preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros tem aumentado periodicamente. A percepção dos investidores sobre aumento dos riscos devido às crises em outros países emergentes pode afetar de maneira adversa a nossa capacidade de obter empréstimos a uma taxa de juros razoável ou de levantar investimentos de capital quando e se houver necessidade. Acontecimentos adversos em outros países emergentes também podem levar à redução do valor de mercado das Ações.

A inflação e as medidas governamentais para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e prejudicar nossos resultados operacionais e o valor de mercado das Ações.

Historicamente o Brasil tem apresentado elevadas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços governamentais para combatê-la, causaram efeitos negativos significativos na economia brasileira, sobretudo antes de 1995. De acordo com o IGP-DI, a taxa anual de inflação em 1993 chegou a 2.708%. Embora as taxas de inflação tenham sido significativamente mais baixas desde 1994, as pressões inflacionárias persistem. As taxas de inflação foram de 20,0% em 1999, 9,8% em 2000, 10,4% em 2001, 26,4% em 2002, 7,7% em 2003 e 12,1% em 2004, segundo apurado pelo IGP-DI. A taxa de inflação para o período de quatro meses encerrado em 30 de abril de 2005 foi de 2,2%. Muitas vezes, as medidas do governo brasileiro para conter a inflação consistem em manter uma política monetária conservadora com altas taxas de juros, restringindo, desse modo, a contratação de financiamentos e reduzindo o crescimento econômico. A inflação, as medidas para combater a inflação e especulações sobre possíveis medidas complementares, podem também contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, enfraquecendo a confiança dos investidores e, assim, prejudicando a nossa capacidade de obter acesso aos mercados de capitais internacionais.

O Brasil pode apresentar altas taxas de inflação no futuro. Pressões inflacionárias podem também restringir a nossa capacidade de obter acesso aos mercados financeiros internacionais e levar à intervenção do governo sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem afetar de maneira adversa a performance da economia brasileira como um todo, o que, por sua vez, pode afetar de maneira adversa nossos resultados operacionais e, conseqüentemente, o valor de mercado das nossas ações ordinárias.

A volatilidade do real em relação ao dólar pode prejudicar a nossa capacidade de honrar nossas obrigações em dólares.

Historicamente a moeda brasileira sofreu freqüentes desvalorizações. O governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou uma série de políticas de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas e mini-desvalorizações periódicas (durante as quais a freqüência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles cambiais e mercados de câmbio paralelo. As flutuações das taxas de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas têm sido significativas. Por exemplo, a taxa de câmbio dólar/real foi de R\$1,807 por US\$1,00 em 30 de abril de 2000 para R\$2,185 em 30 de abril de 2001 e R\$2,363 em 30 de abril de 2002. A taxa de câmbio atingiu R\$3,955 por US\$1,00 em 22 de outubro de 2002. Entretanto, as políticas econômicas implementadas pelo governo brasileiro em 2003 ajudaram a recuperar a confiança no mercado brasileiro. Isso resultou na apreciação do valor do real em relação a outubro de 2002, passando para R\$2,890 por US\$1,00 em 30 de abril de 2003. No exercício social de 2004, o real sofreu uma pequena desvalorização de 1,9%, passando para R\$2,945 por US\$1,00 em 30 de abril de 2004. No exercício social de 2005 o real sofreu uma valorização perante o dólar, passando de 2,945 para 2,531. Em 31 de julho de 2005, a taxa de câmbio era de R\$2,391 por US\$1,00. A volatilidade do valor do real em relação a moedas estrangeiras pode gerar prejuízos em relação às nossas obrigações denominadas em moeda estrangeira, assim como um aumento nos nossos custos de captação de recursos, com impacto negativo sobre a nossa capacidade de financiar nossas operações por meio de acesso aos mercados de capitais internacionais. O fortalecimento do valor do real em relação ao dólar geralmente tem o efeito contrário. Entretanto, a moeda brasileira poderá sofrer outras desvalorizações e tais desvalorizações poderão causar impactos aos nossos negócios no futuro.

Como grande parte do nosso endividamento e parte das nossas despesas operacionais são, e devem continuar a ser, denominados ou indexados em dólar, nossa exposição líquida a moedas estrangeiras, em 30 de abril de 2005 era de, aproximadamente, R\$839,9 milhões. Ainda que administremos parte de nosso risco cambial por meio de instrumentos derivativos em moeda estrangeira, nossa exposição líquida por endividamento em moeda estrangeira não está totalmente coberta por *hedge*. Além disso, é possível que não haja disponibilidade no mercado para a realização de operações de *hedge* a custos razoáveis. Estamos sujeitos a riscos advindos da possibilidade de desvalorização do real ou depreciação da taxa de câmbio de dólares por reais. A menos que possamos cobrir totalmente esse risco de desvalorização por meio de contratos de *hedge*, qualquer redução do valor do real em relação ao dólar pode ter um efeito adverso significativo nos nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, uma desvalorização, ou uma taxa de câmbio menos favorável, aumentaria as nossas despesas com juros relativos ao nosso endividamento denominado em dólares, podendo ter um efeito adverso significativo em nossos resultados financeiros.

Mudanças na legislação fiscal brasileira podem ter um impacto adverso nos impostos incidentes sobre as nossas operações.

O governo brasileiro costuma implementar mudanças nos regimes fiscais que afetam a nós e nossos clientes. Essas mudanças contemplam alterações nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários, cuja renda é destinada a fins estabelecidos pelo governo.

Algumas dessas mudanças podem resultar em aumento das nossas despesas com pagamento de impostos, o que pode ter um impacto adverso na lucratividade do setor e aumentar os preços dos nossos produtos, restringir a nossa capacidade de fazer negócios nos mercados em que atuamos e nos mercados em que pretendemos atuar, podendo, ainda, prejudicar nossos resultados financeiros. Não podemos assegurar que será possível manter os nossos preços, fluxos de caixa projetados e lucratividade se houver aumento dos impostos incidentes sobre as nossas atividades e as atividades de nossas controladas.

RISCOS RELACIONADOS ÀS AÇÕES

Um mercado ativo e líquido para as Ações pode não se desenvolver, limitando a possibilidade de venda das Ações.

Não existe, atualmente, um mercado para as nossas ações ordinárias. Não podemos prever em que medida o interesse de investidores pela nossa Companhia levará ao desenvolvimento de um mercado para a negociação das nossas ações ordinárias na BOVESPA, e o quão líquido pode vir a ser esse mercado.

O mercado de capitais brasileiro é significativamente menor, menos líquido e mais concentrado e volátil do que os principais mercados de capitais mundiais. Como exemplo, a BOVESPA, a principal bolsa de valores do Brasil, apresentou uma capitalização de mercado de R\$904,9 bilhões (US\$340,9 bilhões) em 31 de dezembro de 2004, e um volume diário médio de negociações de US\$419,7 milhões em 2004, enquanto as 10 ações mais negociadas no mesmo período contabilizaram 45,2% de todas as ações negociadas na BOVESPA no mesmo período. Não podemos assegurar que, após a conclusão da Oferta, haverá aumento significativo da liquidez das nossas ações ordinárias, o que poderá limitar significativamente a capacidade dos investidores de vender nossas ações ordinárias pelo preço e na época em que desejarem e, conseqüentemente, poderiam trazer um impacto negativo sobre o preço de mercado das nossas ações ordinárias.

O preço de distribuição inicial das nossas ações ordinárias será determinado após a conclusão do procedimento de *bookbuilding* e poderá não ser indicativo dos preços que prevalecerão no mercado subsequente a esta oferta.

A venda de número significativo das Ações após a conclusão desta oferta pode afetar de maneira adversa o preço de nossas ações ordinárias, e a emissão de novas ações diluirá todos os demais acionistas.

A venda direta ou indireta de uma quantidade significativa de nossas ações ordinárias na BOVESPA após a conclusão desta oferta, ou a percepção de que isso possa vir a acontecer, pode afetar de maneira adversa o preço de mercado das Ações. O nosso Acionista Controlador Indireto não está sujeito a quaisquer restrições, contratuais ou não, com relação a futuras vendas das nossas ações ordinárias, exceto as descritas na seção "*Principais Acionistas — Acordo de Acionistas*" e os acordos de curto prazo de restrição à venda de ações (*lock-up agreements*) e outras restrições descritas na seção "*Termos e Condições da Oferta*".

Atualmente, nosso capital social é representado por 44.131.065 ações ordinárias, e será alterado para 60.177.575 após esta oferta, sem considerar qualquer exercício pelos Coordenadores da Opção de Ações Adicionais. O nosso Estatuto Social prevê um capital autorizado de até R\$1,5 bilhão, o que nos permite emitir novas ações ordinárias até esse limite sem a necessidade de autorização adicional dos nossos acionistas. Além do limite do capital autorizado, nosso Acionista Controlador Indireto pode também aumentar o valor de nosso capital autorizado. Assim, poderemos emitir quantidades substanciais de ações ordinárias no futuro, o que diluiria a participação dos investidores que comprarem as Ações nesta oferta.

Além disso, o exercício de opções de compra de ações nos termos do nosso plano de opção de compra de ações para nossos diretores e outros funcionários elegíveis teria um efeito dilutivo sobre a porcentagem de participação dos investidores. Vide seção "*Administração e Governança Corporativa — Plano de Opção de Compra de Ações*".

Os investidores em nossas Ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Nosso Estatuto Social estabelece que devemos pagar dividendos aos nossos acionistas de pelo menos 25% do nosso lucro líquido anual sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio conforme determinado e ajustado pela Lei das Sociedades por Ações. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos, ou então retido conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Ademais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, podemos optar por não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício social, se o nosso Conselho de Administração propuser à Assembléia Geral que tais distribuições não seriam aconselháveis em vista de nossa situação financeira. Vide "*Dividendos e Política de Dividendos*".

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES SOBRE O FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações futuras, principalmente nas seções “*Sumário do Prospecto*”, “*Fatores de Risco*”, “*Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais*”, “*Visão Geral dos Setores de Açúcar e Alcool*” e “*Atividades da Companhia*”. Nossas estimativas e declarações futuras têm por base, em grande parte, expectativas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou podem afetar os nossos negócios. Muitos fatores importantes, além dos fatores discutidos em outras seções deste Prospecto, podem vir a fazer com que os nossos resultados efetivos sejam substancialmente diferentes dos resultados previstos em nossas estimativas e declarações futuras. Tais fatores incluem, entre outros, os seguintes:

- (i) nossa direção e nossas operações futuras;
- (ii) a implementação de nossas principais estratégias operacionais;
- (iii) a implementação de nossos planos de aquisição, formação de *joint ventures*, alianças estratégicas e alienação de certos investimentos;
- (iv) a implementação de nossas estratégias financeiras e nossos planos de investimento;
- (v) a natureza competitiva do setor em que atuamos;
- (vi) o custo e disponibilidade de financiamentos;
- (vii) o desempenho da economia brasileira, em geral;
- (viii) a variação da taxa de câmbio de moedas estrangeiras;
- (ix) alterações às leis, regulamentos e políticas governamentais a que estamos sujeitos, inclusive relativas ao meio-ambiente;
- (x) a declaração ou pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio;
- (xi) outros fatores e tendências que possam afetar nossa condição financeira ou nossos resultados operacionais;
- (xii) os fatores apresentados na seção “*Fatores de Risco*” deste Prospecto; e
- (xiii) outras afirmações contidas neste Prospecto com relação a assuntos que não sejam fatos históricos.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e projeções. As considerações sobre estimativas e declarações futuras incluem informações relativas a resultados e projeções, estratégia, planos de financiamentos, posição de mercado, ambiente do setor, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Tais estimativas e projeções referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não assumimos a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e declarações futuras constantes deste Prospecto podem não vir a se concretizar. Tendo em vista estas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento com base nas estimativas, projeções e declarações futuras contidas neste Prospecto.

DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER

A Companhia declara: (a) que o presente Prospecto: (i) contém, nesta data, e que o Prospecto Preliminar continha, na data da sua divulgação, as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Ações, da nossa Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (b) que as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Ações no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

Considerando que:

- (i) a Oferta consiste em uma distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta");
- (ii) consultores legais foram constituídos pelo Coordenador Líder para auxiliá-lo na implementação da Oferta;
- (iii) para realização da Oferta foi efetuada *due diligence* na Companhia e em suas controladas, iniciada em março de 2005 ("Due Diligence"), sendo que a Due Diligence prosseguiu até a divulgação deste Prospecto;
- (iv) foram disponibilizados pela Companhia os documentos relevantes para a preparação dos Prospectos Preliminar e Definitivo;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv), foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais;
- (vi) a Companhia participou na elaboração dos Prospectos Preliminar e Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos, e disponibilizou, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como prestou todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta.

O Coordenador Líder declara que tomou cautela e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que:

- (i) o presente Prospecto contém, nesta data, e que o Prospecto Preliminar continha, na data de sua publicação, informações relevantes a respeito das Ações, da Companhia, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes a sua atividade e de outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição das Ações são suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Receberemos, após a dedução de comissões e despesas, recursos líquidos no montante total de R\$715,0 milhões pela venda das Ações realizada através da presente Oferta, ou R\$824,5 milhões caso ocorra o exercício integral da Opção de Ações Adicionais, em ambos os casos, excluído o valor de conversão da IFC. Não receberemos nenhum recurso proveniente do exercício, pela IFC, da opção de conversão de seu crédito detido contra a Companhia conforme descrito no item 5.2.1 da seção “Termos e Condições da Oferta”.

Parte desses recursos será utilizada para o financiamento de parte do valor de aquisição da Destivale, realizada em janeiro e abril de 2005. A Destivale foi adquirida de terceiros não vinculados a nós, pelo valor de R\$78,0 milhões, tendo sido utilizado o método de avaliação de fluxo de caixa descontado, considerando a capacidade de moagem existente como indicador para o potencial de geração de recursos.

Uma outra parte desses recursos será utilizada para o financiamento da aquisição da participação de 40% no capital social com direito a voto do TEAS realizada em 16 de abril de 2005. A aquisição foi realizada junto a terceiros não vinculados a nós, pelo valor de R\$13,0 milhões, tendo sido utilizado o método de avaliação de fluxo de caixa descontado, considerando o potencial de integração logística e redução de custos como indicador para o potencial de geração de recursos. Posteriormente, nossa participação no TEAS foi reduzida para 32% do seu capital social com direito a voto em virtude de aumento de capital subscrito pela Cargill Agrícola S/A, com diluição dos demais acionistas do TEAS.

Os recursos remanescentes, que representam a maior parte dos recursos da Oferta, serão utilizados no financiamento de nossa estratégia de crescimento por meio de aquisições de usinas produtoras de açúcar e álcool, *joint-ventures* e outras formas de associação nos mercados em que atuamos, primordialmente na região centro-sul do Brasil, bem como para o incremento da capacidade instalada das usinas do Grupo Cosan, para melhoria dos nossos processos produtivos, essencialmente agrícola, industrial, logístico e portuário, e outras atividades relacionadas às nossas operações atuais. Em geral, as usinas de açúcar e álcool que analisamos como alvos potenciais de aquisição possuem algumas das seguintes características: atraente posição geográfica, baixa produtividade agrícola e industrial mas com grande potencial de melhoria, ativos de qualidade, administração familiar não profissionalizada, restrições ao acesso a capital, e bom potencial operacional não explorado adequadamente.

Nós não temos como determinar o momento em que os recursos serão utilizados, ou os montantes a serem empregados, uma vez que essa determinação dependerá das características, incluindo a infraestrutura existente de cada aquisição, *joint-venture* ou associação que venha a ser negociada por nós. Enquanto os recursos da presente Oferta não forem utilizados no financiamento da nossa estratégia de crescimento e expansão nos mercados em que atuamos, esses recursos permanecerão investidos em depósitos bancários de curto prazo, títulos públicos, valores mobiliários e outros instrumentos financeiros utilizados por nós.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

- Capitalização
- Diluição
- Informações sobre os Títulos e Valores Mobiliários Emitidos
- Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas
- Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais
- Visão Geral dos Setores de Açúcar e Alcool
- Atividades da Companhia
- Histórico e Reorganizações Societárias
- Administração e Governança Corporativa
- Dividendos e Política de Dividendos
- Principais Acionistas
- Operações com Partes Relacionadas
- Composição do Capital Social

CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo mostra as nossas dívidas e a capitalização consolidadas em 31 de julho de 2005, resultantes das nossas Demonstrações Financeiras não auditadas preparadas de acordo com as Princípios Contábeis Brasileiros:

- em bases reais;
- ajustadas para efetivar (a) a emissão das ações ordinárias oferecidas na presente Oferta, assumindo os recursos líquidos recebidos no montante total de R\$715,0 milhões, sem considerar o exercício da Opção de Ações Adicionais e (b) a subscrição, pela IFC, de 228.750 Ações no âmbito da Oferta no valor total de R\$10.980.000,00, equivalente a US\$5 milhões, a serem integralizadas com créditos líquidos e certos detidos pela IFC contra a Companhia, conforme descrito no item 5.2.1 da seção “Termos e Condições da Oferta”.

A tabela a seguir deve ser lida em conjunto com as Demonstrações Financeiras incluídas neste Prospecto.

	31 de julho de 2005	
	Real (não auditadas)	Ajustada (não auditadas)
	(em milhões de reais)	
Caixa e Equivalentes	R\$75,1	R\$801,1
Endividamento de curto prazo:		
Adiantamentos de clientes	R\$117,1	R\$117,1
Notas promissórias	34,8	34,8
Empréstimos e financiamentos	198,9	198,9
Empresas ligadas	1,4	1,4
Total do endividamento de curto prazo	352,1	352,1
Endividamento de longo prazo:		
Adiantamentos de clientes	R\$72,4	R\$72,4
Notas promissórias	48,4	48,4
Empréstimos e financiamentos	780,2	780,2
Empresas ligadas	3,6	3,6
Total do endividamento de longo prazo	904,5	904,5
Participação dos acionistas minoritários	R\$3,7	R\$3,7
Patrimônio líquido:		
Total do patrimônio líquido	R\$528,0	R\$1.254,0
Total da capitalização	R\$1.788,4	R\$2.514,4

DILUIÇÃO

Os adquirentes das nossas ações ordinárias no âmbito da Oferta irão sofrer uma diluição imediata e significativa na diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial líquido por ação após a Oferta.

O nosso valor patrimonial líquido representa o valor contábil total de nossos ativos, menos o valor contábil total de nossos passivos. O nosso valor patrimonial líquido por ação é determinado dividindo-se o nosso valor patrimonial líquido pelo número de nossas ações em circulação.

Em 31 de julho de 2005, nosso patrimônio líquido, calculado a partir das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, era de R\$528,0 milhões, o que corresponde a um valor patrimonial líquido por ação de R\$11,96. Dando efeito (a) à emissão, no âmbito da Oferta, de 16.046.510 Ações, com recebimento de recursos líquidos no montante de R\$715,0 milhões, e R\$10.980.000,00 equivalente a US\$5,0 milhões, em créditos detidos pela IFC contra a Companhia, convertidos conforme descrito no item 5.2.1 da seção “Termos e Condições da Oferta” e (b) assumindo o não exercício da Opção de Ações Adicionais, nosso valor patrimonial contábil em 31 de julho de 2005 seria de R\$1.254,0 milhões.

Com base no preço de emissão indicado na Capa deste Prospecto de R\$48,00 por ação, a diluição imediata para os adquirentes das ações ordinárias na Oferta será de R\$27,16 por ação ou 56,6%. A diluição por ação está apresentada na tabela a seguir:

	Por ação
Preço da Oferta	R\$48,00
Valor patrimonial em 31 de julho de 2005	R\$11,96
Aumento no valor patrimonial líquido atribuível aos acionistas existentes	R\$8,87
Valor patrimonial após a Oferta	R\$20,84
Diluição para os novos investidores	R\$27,16
Percentual de diluição para os novos investidores ⁽¹⁾	56,6%

⁽¹⁾ O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão da diluição no valor patrimonial por ação dos novos investidores pelo preço da Oferta.

O Preço por Ação não guarda relação com o valor patrimonial e foi fixado com base no procedimento de *Bookbuilding* realizado junto aos Investidores Institucionais.

Na Oferta, nossos atuais acionistas minoritários que não subscreverem o montante proporcional de ações necessário à manutenção da respectiva participação no nosso capital social, tendo em vista que as Ações serão emitidas com a exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite de capital autorizado previsto no nosso Estatuto Social, para distribuição pública no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sofrerão uma diluição acionária imediata, passando de, aproximadamente, 17,1% para 12,6% de participação em nosso capital social, conforme o quadro ilustrativo a seguir:

Acionistas Minoritários⁽¹⁾:	Ações Ordinárias	
	Quantidade	Participação
Antes da Oferta	7.560.957	17,1%
Depois da Oferta ⁽²⁾	7.560.957	12,6%

⁽¹⁾ Considerados como os acionistas que não exercem o nosso controle.

⁽²⁾ Considerando que nenhum dos acionistas minoritários participam da Oferta e assumindo o não exercício da Opção de Ações adicionais.

No quadro abaixo apresentamos o histórico de nossas emissões de ações, sem levar em conta o grupamento de ações à razão de 8:1 ocorrido em 30 de agosto de 2005, com os seus respectivos valores unitários:

Data do Aumento de Capital	Ações Emitidas	Capital Social (em milhões de reais)	Preço por Ação (em reais)
29 de fevereiro de 2000.....	194.560.872	194,6	1,0000
7 de novembro de 2000	14.946.315	30,3	2,0267
23 de novembro de 2001	1.628.711	7,3	4,4796
30 de abril de 2004	53.769.990	4,4	0,0822
13 de dezembro de 2004.....	20.938.016	64,1	3,0603
31 de janeiro de 2005.....	32.670.576	0,4	0,0109
15 de abril de 2005	5.900	0,0	2,4331
31 de maio de 2005	34.528.146	75,8	2,1941

INFORMAÇÕES SOBRE OS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

Nunca emitimos de forma pública títulos ou valores mobiliários no mercado brasileiro previamente à presente Oferta, nem tampouco realizamos oferta pública para aquisição de títulos ou valores mobiliários de outra companhia. Não havia mercado de bolsa ou de balcão organizado para as nossas ações ordinárias previamente à presente Oferta.

Geral

Em 26 de outubro de 2005, a CVM concedeu nosso registro de companhia aberta.

Em 30 de agosto de 2005, realizamos uma assembléia geral extraordinária que aprovou, entre outros assuntos (i) a alteração do nosso Estatuto Social, de forma a adaptá-lo às regras do Novo Mercado; e (ii) o grupamento das nossas ações ordinárias, à razão de 8:1. Nosso Estatuto Social foi novamente alterado, conforme deliberação da assembléia geral extraordinária realizada em 11 de outubro de 2005. Em 11 de outubro de 2005, celebramos um contrato com a BOVESPA regulando o nosso ingresso no Novo Mercado, com início no primeiro dia útil após a publicação do Anúncio de Início da presente Oferta.

Nossas Ações serão admitidas à negociação no Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da BOVESPA, sob o código "CSAN3", a partir do dia útil posterior à data de publicação do Anúncio de Início, e a negociação será realizada de forma unitária.

Nenhuma de nossas controladas emitiu títulos ou valores mobiliários no mercado brasileiro ou no mercado internacional.

Senior Notes

Em outubro de 2004, realizamos uma emissão de *Senior Notes* no valor total de US\$200,0 milhões, com vencimento em 1º de novembro de 2009. Tais *Senior Notes* rendem juros à taxa de 9% ao ano, pagos semestralmente nos dias 1º de maio e 1º de novembro de cada ano, tendo o primeiro pagamento de juros ocorrido em 1º de maio de 2005. Os documentos relativos a tal emissão apresentam obrigações e hipóteses de vencimento antecipado usuais para operações desta natureza, incluindo a manutenção de determinados índices financeiros por nós.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS

As informações financeiras e operacionais selecionadas contidas nesta seção foram retiradas das nossas Demonstrações Financeiras.

Tais informações referem-se aos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2005, 2004 e 2003 e primeiro trimestre dos exercícios sociais de 2005 e 2006, encerrados, respectivamente, em 31 de julho de 2004 e 31 de julho de 2005, e baseiam-se nas nossas Demonstrações Financeiras, que estão incluídas neste Prospecto, com exceção de alguns dados referentes ao trimestre encerrado em 31 de julho de 2004, que não estão inclusos neste Prospecto. Nos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2005, 2004 e 2003 e no primeiro trimestre social encerrado em 31 de julho de 2004 compartilhávamos o controle na FBA com Tereos e Sucden. Por esta razão, consolidamos as demonstrações financeiras da FBA proporcionalmente à nossa participação de 47,5% em seu capital social conforme as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Para efeito de comparação, incluímos também informações relativas às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 30 de abril de 2002. Em razão do aumento do nosso capital social realizado em 31 de maio de 2005, por meio da emissão de novas ações ordinárias, as quais foram subscritas pela Tereos e pela Sucden, mediante a conferência de ações representativas de 52,5% do capital social da FBA, Tereos e Sucden passaram a ter uma participação, em conjunto, de 9,8% em nosso capital social e nós passamos a ter uma participação de 99,9% no capital social da FBA. Em consequência, a partir do exercício social de 2006, incluindo as demonstrações financeiras relativas ao primeiro trimestre social encerrado em 31 de julho de 2005, as nossas demonstrações financeiras consolidarão as demonstrações financeiras da FBA integralmente, como se tivesse ocorrido em 1º de maio de 2005. Nossas demonstrações financeiras e demais informações referentes ao exercício social encerrado em 30 de abril de 2002 não estão incluídas neste Prospecto.

As informações financeiras abaixo devem ser lidas em conjunto com as seções “Apresentação das Informações Financeiras e de Mercado”, “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” e com as nossas Demonstrações Financeiras, e respectivas notas explicativas, incluídas no item 4 deste Prospecto.

	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de				Períodos de três meses encerrados em 31 de julho de	
	2002	2003 ⁽¹⁾	2004	2005	2004 ⁽¹⁰⁾	2005
	(auditas)				(não auditas)	
	(em milhões de reais)				(em milhões de reais)	
Informações das Demonstrações do Resultado:						
Receita operacional líquida ⁽²⁾ :						
Açúcar.....	R\$615,6	R\$915,6	R\$1.042,7	R\$1.188,3	R\$308,1	R\$371,3
Álcool.....	211,5	401,4	442,3	565,5	149,9	163,1
Outros.....	52,2	92,6	101,1	146,6	53,4	36,7
Total da receita operacional líquida	879,3	R\$1.409,6	R\$1.586,1	R\$1.900,4	R\$511,4	R\$571,0
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados.....	(536,1)	(873,3)	(1.078,9)	(1.338,5)	(392,2)	(419,2)
Lucro bruto	343,3	536,3	507,1	561,8	119,2	151,9
Despesas com vendas, gerais e administrativas, honorários da administração e outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	(111,7)	(238,1)	(253,7)	(333,2)	(74,6)	(94,6)
Resultado da equivalência patrimonial.....	(0,2)	16,8	7,9	-	(0,0)	-
Amortização de ágio	(2,3)	(30,0)	(140,6)	(93,2)	(22,9)	(34,3)
Despesas financeiras, líquidas	(64,1)	(170,9)	(132,1)	(102,0)	(80,2)	(23,1)
Resultado não operacional	(14,8)	(23,5)	52,6	2,7	(0,9)	(2,6)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	150,2	90,6	41,2	36,0	(59,4)	(2,8)
Imposto de renda e contribuição social.....	(43,8)	(80,9)	(7,8)	(22,2)	22,3	(3,1)
Participação dos acionistas minoritários	-	15,8	(1,0)	3,3	7,2	(0,4)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício/período.....	R\$106,4	R\$25,5	R\$32,3	R\$17,1	R\$(29,9)	R\$(6,2)
Lucro (prejuízo) por ação (R\$) ⁽³⁾	4,03	0,97	0,98	0,43	(0,90)	(0,14)
Número de ações: ⁽³⁾	26.391.987	26.391.987	33.113.236	39.815.047	33.113.236	44.131.065

	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de				Períodos de três meses encerrados em 31 de julho de	
	2002	2003 ⁽¹⁾	2004	2005	2004 ⁽¹⁰⁾	2005
	(auditadas) (em milhões de reais)				(não auditadas) (em milhões de reais)	
(continuação)						
Informações do balanço patrimonial (no encerramento do exercício social e nos trimestres findos em 31 de julho):						
Disponibilidades	R\$12,4	R\$52,3	R\$68,0	R\$35,2	R\$211,1	R\$70,2
Aplicações financeiras no ativo circulante	97,8	35,4	44,7	4,8	22,5	5,0
Adiantamentos a fornecedores	64,2	99,0	94,7	94,6	107,2	103,2
Certificados do Tesouro Nacional	6,9	33,1	38,1	47,0	40,6	51,5
Total do ativo	753,1	2.149,8	2.495,2	2.722,4	2.656,8	2.752,2
Adiantamentos de clientes ⁽⁹⁾	163,3	360,7	443,1	268,8	529,7	189,5
Empréstimos e financiamentos ⁽⁹⁾	99,7	493,5	602,7	836,6	632,4	979,1
Notas promissórias ⁽⁹⁾	-	186,2	150,0	62,7	135,3	83,2
Empresas ligadas ⁽⁹⁾	1,7	86,3	26,1	2,0	8,9	4,9
Participação minoritária	0,2	(8,2)	33,3	3,5	26,1	3,7
Patrimônio líquido	317,7	375,1	601,0	762,9	571,1	528,0
Outras informações (não auditadas):						
Depreciações e amortizações	R\$48,8	R\$90,7	R\$101,6	R\$112,3	R\$38,3	R\$52,0
EBITDA ⁽⁴⁾	280,4	388,9	355,1	340,9	82,9	109,2
Margem EBITDA ⁽⁵⁾	31,9%	27,6%	22,4%	17,9%	16,2%	19,1%
Dívida líquida ⁽⁶⁾	83,5	906,9	976,3	988,5	924,9	1.026,8
Índice de dívida líquida / EBITDA ⁽⁷⁾	0,3x	2,3x	2,7x	2,9x	2,8x	2,8x
Investimentos operacionais ⁽⁸⁾	81,7	106,1	96,8	122,1	17,7	49,9

⁽¹⁾ Os dados da demonstração de resultado referentes ao exercício social de 2003 somente incluem os nove meses dos resultados das operações da Da Barra (adquirida por nós em agosto de 2002). Consulte a Nota 2 às nossas Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2004 e 2003, incluídas neste Prospecto.

⁽²⁾ Informações de detalhamento da receita líquida entre os produtos não auditadas.

⁽³⁾ O lucro líquido por ação foi calculado a partir do lucro líquido consolidado do exercício dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia na data final de cada exercício social ou período considerado, incluindo portanto o total de ações ordinárias e preferenciais, já considerando o grupamento de ações de à razão de 8:1, como se o grupamento já houvesse sido feito em todos os exercícios sociais. A memória de cálculo é a seguinte:

	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de				Períodos de três meses encerrados em 31 de julho de	
	2002	2003 ⁽¹⁾	2004	2005	2004 ⁽¹⁰⁾	2005
	Lucro líquido (prejuízo) (em milhões de reais)	R\$106,4	R\$25,5	R\$32,3	R\$17,1	R\$(29,9)
Número de ações	211.135.898	211.135.898	264.905.888	318.520.380	264.905.888	353.048.526
Grupamento de ações de 8:1	26.391.987	26.391.987	33.113.236	39.815.047	33.113.236	44.131.065
Lucro por ação (R\$)	4,03	0,97	0,98	0,43	(0,90)	(0,14)

⁽⁴⁾ EBITDA, medida de desempenho adotada pela nossa administração, é definida como nossa receita operacional líquida *menos* nosso custo dos produtos vendidos e serviços prestados, *menos* despesas de vendas, *menos* despesas gerais e administrativas, *menos* despesas com honorários da administração, *mais* outras receitas operacionais, *menos* outras despesas operacionais, *mais* depreciações e amortizações incluídas nos custos dos produtos vendidos e serviços prestados e nas despesas de vendas e despesas gerais e administrativas. A Companhia acredita que o EBITDA seja útil para os investidores porque é frequentemente usado por analistas financeiros, investidores e outras partes interessadas na avaliação das companhias de nosso setor. O EBITDA não é um termo reconhecido segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e não pretende ser uma alternativa ao lucro líquido como medida do desempenho operacional ou aos fluxos de caixa das atividades operacionais como medida da liquidez. Como nem todas as empresas adotam cálculos idênticos, a apresentação do EBITDA da Companhia pode não ser comparável a outras medidas com títulos semelhantes de fluxo de caixa livre para o uso a critério da administração, uma vez que não considera certas exigências de caixa, como pagamentos de juros, pagamentos de impostos e serviço de dívida. Consulte a "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais".

O EBITDA é calculado como segue:

	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de				Períodos de três meses encerrados em 31 de julho de	
	2002	2003 ⁽⁹⁾	2004	2005	2004	2005
	(em milhões de reais)					
Receita operacional líquida.....	R\$879,3	R\$1.409,6	R\$1.586,1	R\$1.900,4	R\$511,4	R\$571,0
Menos:						
Custo dos produtos vendidos e						
serviços prestados	(536,1)	(873,3)	(1.078,9)	(1.338,5)	(392,2)	(419,2)
Despesas com vendas	(46,5)	(113,7)	(144,3)	(171,7)	(43,4)	(63,8)
Despesas gerais e administrativas e honorários						
da administração.....	(47,0)	(100,0)	(111,7)	(121,9)	(27,5)	(34,8)
Outras receitas (despesas) operacionais,						
líquidas ⁽¹¹⁾	(18,1)	(24,4)	2,3	(39,7)	(3,6)	3,9
Mais:						
Depreciação e amortização	48,8	90,7	101,6	112,3	38,3	52,0
EBITDA.....	<u>R\$280,4</u>	<u>R\$388,9</u>	<u>R\$355,1</u>	<u>R\$340,9</u>	<u>R\$82,9</u>	<u>R\$109,2</u>

⁽⁵⁾ A margem EBITDA é o EBITDA dividido pelas receitas operacionais líquidas, expressa em percentual.

⁽⁶⁾ Dívida líquida significa o valor consolidado de empréstimos e financiamentos, notas promissórias, adiantamentos de clientes e dívidas com empresas ligadas, de curto e longo prazos, *menos* o montante consolidado de disponibilidades, aplicações financeiras de curto prazo, adiantamentos a fornecedores e Certificados do Tesouro Nacional.

⁽⁷⁾ A dívida líquida/EBITDA é calculada utilizando-se a dívida líquida da data dividida pelo EBITDA acumulado dos últimos 12 meses encerrados na mesma data.

⁽⁸⁾ Representa os investimentos operacionais apurados no regime de competência do exercício em ativo imobilizado, incluindo investimentos para formação da lavoura, e excluindo os investimentos para aquisição dos terrenos e os investimentos em imobilizado adquiridos através de consolidação de empresas adquiridas. Os investimentos totais apurados no regime de competência do exercício referentes a ativos permanentes (investimentos, imobilizado e diferido, incluindo ágio na aquisição de participações societárias) são apresentados nas Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos das nossas Demonstrações Financeiras, incluída neste Prospecto.

⁽⁹⁾ Os saldos apresentados incluem os valores classificados no passivo circulante e no exigível a longo prazo.

⁽¹⁰⁾ O balanço patrimonial referente a 31 de julho de 2004 não está incluso neste Prospecto.

⁽¹¹⁾ Outras despesas operacionais, líquidas, de R\$39,7 milhões no exercício social 2005 incluem R\$32,0 milhões de provisão para contingências relativa a ICMS Pauta Fiscal, conforme nota explicativa 18 às Demonstrações Financeiras dos exercícios encerrados em 30 de abril de 2005 e 2004.

Informações Financeiras Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas

As demonstrações financeiras *pro forma* a seguir, referentes ao exercício social de 2005, apresentam o efeito *pro forma* das seguintes operações que ocorreram após o exercício social de 2005, como se cada uma tivesse sido consumada no início de referido exercício social (1º de maio de 2004):

- a cisão parcial da Companhia com a transferência das quotas representativas do capital social da Amaralina; e
- a contribuição de 52,5% do capital social da FBA para nós (o que aumentou a nossa participação na FBA para 99,9% do seu capital social) coletivamente pela Tereos e pela Sucden em troca de uma participação de 9,8% (em conjunto) no nosso capital social.

Consulte a Nota Explicativa 27 às Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2005 e 2004, incluídas no item 4 deste Prospecto.

Na apresentação das informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas:

- a primeira coluna de ajuste *pro forma* mostra os efeitos na demonstração do resultado e no balanço patrimonial resultantes da cisão parcial com a transferência das quotas da Amaralina como se tivesse sido consumada em 1º de maio de 2004; e
- a segunda coluna de ajuste *pro forma* mostra os efeitos na demonstração do resultado e no balanço patrimonial resultantes da contribuição da participação detida pela Tereos e Sucden de 52,5% no capital social da FBA em nosso capital como se tivesse sido consumada em 1º de maio de 2004.

As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas foram apresentadas para fins ilustrativos e não pretendem representar nossos supostos resultados operacionais ou posição financeira na hipótese das transações terem sido realizadas na data presumida ou durante o período apresentado, nem é necessariamente indicativo dos resultados futuros das nossas operações. As operações *pro forma* são baseadas em informações disponíveis e em certas premissas que acreditamos serem razoáveis. A leitura das informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas deve ser feita em conjunto com, e é integralmente sujeita às informações adicionais incluídas neste Prospecto, incluindo:

- as nossas Demonstrações Financeiras para os exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2005 e 2004 e respectivas notas explicativas, mencionadas neste Prospecto; e
- Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais.

Demonstração de Resultado Consolidada *Pro Forma* Não Auditada

	Exercício Encerrado em 30 de abril de 2005			Pro Forma (não auditada)
	Societário (auditada)	Ajustes Pro Forma		
		Amaralina (não auditada)	FBA	
(em milhões de reais)				
Dados da demonstração de resultado:				
Receita operacional líquida:				
Açúcar.....	R\$1.188,3	-	R\$18,6	R\$1.206,9
Álcool.....	565,5	-	73,6	639,1
Outros.....	146,6	-	(7,3)	139,3
Total da receita operacional, líquida.....	1.900,4	-	84,9	1.985,3
Custo de produtos vendidos e serviços prestados.....	(1.338,5)	(5,7)	(44,7)	(1.388,9)
Lucro bruto.....	561,8	(5,7)	40,2	596,5
Receitas (despesas) operacionais:				
Vendas.....	(171,7)	-	(16,7)	(188,4)
Gerais e administrativas.....	(116,7)	-	(6,8)	(123,5)
Honorários da administração.....	(5,3)	-	-	(5,3)
Despesas financeiras, líquidas.....	(102,0)	-	(2,2)	(104,2)
Amortização de ágio.....	(93,2)	-	(5,3)	(98,5)
Outras despesas operacionais, líquidas.....	(39,7)	-	5,4	(34,3)
Resultado não operacional.....	2,7	-	(0,5)	2,2
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	36,0	(5,7)	14,2	44,5
Imposto de renda e contribuição social.....	(22,2)	1,9	(2,2)	(22,5)
Participação dos acionistas minoritários.....	3,3	-	-	3,3
Lucro líquido do exercício.....	R\$17,1	(3,8)	11,9	R\$25,2
Outros dados (não auditados):				
Depreciação e amortização operacional.....	R\$112,3	-	R\$11,0	R\$123,3
EBITDA ⁽¹⁾	340,9	(5,7)	33,1	368,2
Margem de EBITDA ⁽¹⁾	17,9%	n.a.	n.a.	18,5%
Dívida líquida ⁽¹⁾	988,5	6,1	33,6	1.028,3
Índice de dívida líquida/EBITDA ⁽¹⁾	2,9x	n.a.	n.a.	2,8x
Investimentos operacionais ⁽¹⁾	122,1	-	30,3	152,4

⁽¹⁾ Consulte a primeira tabela desta seção "Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas" para as definições de EBITDA, margem EBITDA, dívida líquida, índice de dívida líquida/EBITDA e investimentos operacionais.

Balanco Patrimonial Consolidado Pro Forma Não Auditado

Exercício Encerrado em 30 de abril de 2005

	Societário (auditada)	Ajustes Pro Forma		Pro Forma (não auditada)
		Amaralina (não auditada)	FBA	
(em milhões de reais)				
Dados do balanço patrimonial:				
Ativo circulante:				
Disponibilidades	R\$35,2	R\$(4,1)	R\$2,1	R\$33,2
Aplicações financeiras.....	4,8	-	-	4,8
Duplicatas a receber de clientes.....	119,1	-	5,1	124,1
Estoques.....	426,7	0,2	47,9	474,8
Adiantamentos a fornecedores.....	94,6	-	7,5	102,1
Empresas ligadas	44,8	-	(44,7)	0,1
Impostos a recuperar.....	41,7	-	7,6	49,2
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	14,2	-	1,0	15,2
Outros créditos.....	19,8	(0,6)	1,0	20,2
	<u>800,8</u>	<u>(4,5)</u>	<u>27,4</u>	<u>823,6</u>
Ativo realizável a longo prazo:				
Aplicações financeiras.....	1,2	-	-	1,2
Empresas ligadas	0,6	-	(0,6)	-
Certificados do Tesouro Nacional.....	47,0	-	3,5	50,5
Depósitos judiciais	37,6	-	2,9	40,6
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	51,5	-	2,6	54,1
Despesas antecipadas	11,3	-	-	11,3
Outros créditos.....	4,5	-	0,5	5,0
	<u>153,8</u>	<u>-</u>	<u>8,9</u>	<u>162,7</u>
Ativo permanente:				
Investimentos	13,1	-	-	13,1
Imobilizado.....	1.394,7	(303,7)	108,3	1.199,3
Diferido	360,0	-	59,0	419,0
	<u>1.767,8</u>	<u>(303,7)</u>	<u>167,3</u>	<u>1.631,4</u>
Total do ativo	<u>2.722,4</u>	<u>(308,3)</u>	<u>203,6</u>	<u>2.617,7</u>
Passivo circulante:				
Empréstimos e financiamentos	R\$38,1	R\$-	R\$4,5	R\$42,6
Fornecedores.....	94,9	-	11,0	105,9
Ordenados e salários a pagar.....	30,1	-	3,0	33,1
Impostos e contribuições sociais a recolher	88,1	-	6,5	94,5
Adiantamentos de clientes.....	188,1	-	0,2	188,3
Notas promissórias	14,6	-	12,1	26,7
Empresas ligadas	1,4	-	-	1,4
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação	4,9	-	0,6	5,5
Outras obrigações	34,0	0,1	6,8	40,9
	<u>494,1</u>	<u>0,1</u>	<u>44,7</u>	<u>538,9</u>

Em 30 de abril de 2005

	Societário (auditada)	Ajustes Pro Forma		Pro Forma (não auditada)
		Amaralina (não auditada)	FBA	
(em milhões de reais)				
(continuação)				
Passivo exigível a longo prazo:				
Empréstimos e financiamentos	R\$798,4	R\$-	R\$17,3	R\$815,7
Impostos e contribuições sociais a recolher	217,4	-	20,6	238,0
Empresas ligadas	0,6	1,9	0,7	3,2
Notas promissórias	48,1	-	12,1	60,2
Provisão para contingências.....	283,5	-	28,8	312,3
Adiantamentos de clientes.....	80,8	-	-	80,8
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação	25,2	-	2,7	27,9
Outras obrigações	7,8	(2,1)	1,7	7,4
	<u>1.461,9</u>	<u>(0,2)</u>	<u>83,8</u>	<u>1.545,5</u>
Participação minoritária	3,5	-	(0,1)	3,4
Patrimônio líquido:				
Capital social	301,0	(165,4)	60,1	195,8
Reserva legal	7,1	(0,2)	0,6	7,5
Reservas de reavaliação	326,6	(139,3)	-	187,3
Lucros acumulados	128,2	(3,2)	14,5	139,4
	<u>762,9</u>	<u>(308,1)</u>	<u>75,2</u>	<u>529,9</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido.....	<u>2.722,4</u>	<u>(308,3)</u>	<u>203,6</u>	<u>2.617,7</u>

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

A análise e discussão da administração sobre a situação financeira e o resultado operacional a seguir deve ser lida em conjunto com nossas Demonstrações Financeiras para os exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2005 e 2004, para os exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2004 e 2003 e para o ITR – Informações Trimestrais em 31 de julho de 2005, e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto, bem como com as informações apresentadas em “Apresentação das Informações Financeiras e de Mercado” e “Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas”. As nossas Demonstrações Financeiras constantes do presente Prospecto foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

A discussão a seguir contém afirmações com relação ao futuro que envolvem riscos e incertezas. Nossos resultados efetivos podem ser substancialmente diferentes dos resultados discutidos nas afirmações com relação ao futuro por diversas razões, incluindo, mas não se limitando a fatores indicados nas seções “Considerações sobre Estimativas e Declarações sobre o Futuro” e “Fatores de risco”.

Visão Geral

Somos um dos maiores produtores de açúcar e álcool do mundo. Compramos e também cultivamos, colhemos e processamos a cana-de-açúcar, principal matéria-prima utilizada na produção de açúcar e álcool. Oferecemos uma grande variedade de produtos relacionados ao açúcar, tanto bruto quanto refinado, e vendemos a clientes no Brasil e no exterior. Nosso principal produto relacionado ao açúcar é o açúcar VHP, um tipo de açúcar bruto considerado padrão comercial dos mercados internacionais de açúcar. Nossos produtos relacionados ao álcool incluem álcool combustível para uso automotivo, produtos de álcool industrial e engarrafado, inclusive álcool na forma de gel para uso doméstico. O álcool combustível é utilizado tanto como combustível automotivo, quanto como aditivo para a gasolina.

No exercício social de 2005, tivemos uma receita operacional líquida de R\$1.900,4 milhões, lucro bruto de R\$561,8 milhões e lucro líquido de R\$17,1 milhões. Em cálculos *pro forma* considerando (1) a cisão da Companhia com a transferência das quotas representativas do capital social da Amaralina e (2) o aumento do nosso capital social realizado em 31 de maio de 2005, por meio da emissão de novas ações ordinárias, as quais foram subscritas pela Tereos e pela Sucden mediante a conferência de ações representativas de 52,5% do capital social da FBA, o que levou Tereos e Sucden passarem a deter uma participação, em conjunto, de 9,8% em nosso capital social e nos levou a ter uma participação de 99,9% no capital da FBA, como se ambos tivessem em 1º de maio de 2004, totalizaríamos uma receita operacional líquida de R\$1.985,3 milhões, lucro bruto de R\$596,5 milhões e lucro líquido de R\$25,2 milhões.

Nossas atividades operacionais são desempenhadas principalmente pela Cosan, Da Barra e FBA. Nós também (1) operamos um terminal de carregamento de açúcar e armazéns no Porto de Santos, através de nossa controlada Cosan Portuária, e (2) tínhamos em 31 de julho de 2005, uma participação de 32% no capital do TEAS, que opera um terminal de carregamento de álcool construído recentemente no Porto de Santos.

Avaliamos nosso desempenho operacional com base na margem ou *spread* entre o preço médio de nossos produtos e o valor unitário da soma do custo dos produtos vendidos e despesas operacionais. Dispensamos atenção especial ao volume de produtos vendidos, ao preço, ao custo unitário vendido e, principalmente, ao EBITDA. Definimos EBITDA como nossa receita operacional líquida *menos* nosso custo dos produtos vendidos e serviços prestados, *menos* despesas de vendas, *menos* despesas gerais e administrativas, *menos* despesas com honorários da administração, *mais* outras receitas operacionais, *menos* outras despesas operacionais, *mais* depreciações e amortizações incluídas nos custos dos produtos vendidos e serviços prestados e nas despesas de vendas e despesas gerais e administrativas. Nós acreditamos que o EBITDA é útil para avaliarmos nosso desempenho operacional, como indicador da geração de lucro base caixa. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente, tampouco substituir o lucro líquido como medida de desempenho, fluxo de caixa de atividades operacionais, ou outras medidas de liquidez determinadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Fatores que Afetam os Resultados Operacionais

Açúcar

A rentabilidade do nosso negócio de açúcar é afetada principalmente pelo preço internacional do açúcar bruto e pela taxa de câmbio entre o real e o dólar. Os preços do açúcar são afetados pela quantidade ofertada, por sua demanda e pela demanda por produtos substitutos. A oferta de açúcar é afetada pelas condições climáticas, políticas comerciais e regulamentações do governo, bem como pela quantidade de cana-de-açúcar plantada pelos produtores, bem como de beterraba, a segunda matéria prima após a cana-de-açúcar mais comumente usada para a produção de açúcar. A demanda é afetada pelo crescimento mundial do consumo do açúcar, em maior instância, e pelos preços dos produtos substitutos do açúcar, em menor instância. Vide "*Visão Geral dos Setores de Açúcar e Álcool – O Setor de Açúcar no Mundo*". Ocasionalmente podem ocorrer alguns desequilíbrios entre a capacidade de processamento e o fornecimento da cana-de-açúcar e da beterraba, e a demanda por produtos derivados do açúcar. Os preços dos produtos relacionados ao açúcar também são afetados por esses desequilíbrios, que, por sua vez, têm um impacto sobre nossas decisões a respeito de quanto comprar e processar cana-de-açúcar, ou produzir mais álcool.

Os preços mundiais do açúcar bruto aumentaram de US\$0,0659 por libra-peso em maio de 2004 para US\$0,0861 por libra-peso em abril de 2005, principalmente devido (1) à demanda por açúcar, que excedeu a oferta, devido em parte a uma produção menor de açúcar causada por condições climáticas adversas na China, Índia, Tailândia e Cuba, causando uma redução nos estoques mundiais de açúcar; (2) expectativa de redução das práticas protecionistas no mercado europeu; (3) o aumento do consumo de álcool no mercado interno e a expectativa de aumento do consumo no mercado mundial; e (4) a apreciação do real em relação ao dólar. Os preços do açúcar no mercado doméstico brasileiro também aumentaram, como, por exemplo, o açúcar cristal, que partiu de R\$23 por saca de 50 kg em maio de 2004, para R\$28 por saca de 50 kg em abril de 2005. Devido a uma desvalorização de 14,0% do dólar frente ao real durante o período, o preço do açúcar cristal no Brasil em dólares aumentou aproximadamente 41,6% (em comparação a 21,7% em reais).

Álcool

Nossas operações no setor de álcool são afetadas pelos preços internacionais e domésticos do álcool e do açúcar, pela concorrência, pelas políticas e regulamentações do governo, e também pela demanda por álcool como um combustível alternativo ou aditivo da gasolina. O preço do álcool vendido no Brasil é estabelecido de acordo com preços de mercado, usando como referência os índices estabelecidos pela ESALQ, e pela Bolsa de Mercadorias e Futuros – BMF. Os preços do álcool para exportação são estabelecidos de acordo com os preços do mercado internacional, inclusive pelo contrato futuro de álcool lançado recentemente pela *Board of Trade of New York* (Bolsa de Mercadorias e Futuros de Nova Iorque). Os preços do álcool industrial e álcool engarrafado são também determinados segundo as cotações de mercado, que historicamente comandam um prêmio sobre o álcool combustível. Vide "*Visão Geral dos Setores de Açúcar e Álcool – O Setor de Álcool no Mundo*".

Devido a uma oferta excessiva de álcool em maio de 2004 gerada principalmente por pequenos produtores, o preço do álcool no mercado doméstico atingiu R\$470 por mil litros de álcool anidro, e R\$410 por mil litros de álcool hidratado, em comparação com R\$701 por mil litros de álcool anidro, e R\$630 por mil litros de álcool hidratado em maio de 2003. Como resultado, nós e outros produtores brasileiros de álcool nos voltamos mais ao mercado internacional incrementando nossas exportações na safra 2004/2005.

Espera-se que a demanda por álcool no Brasil continue a crescer. A introdução dos veículos bicombustível no Brasil em março de 2003 aumentou a demanda no Brasil por álcool hidratado. Durante o ano calendário de 2003, aproximadamente 48 mil veículos bicombustível foram vendidos no Brasil. Em 2004, mais de 328 mil veículos bicombustível foram vendidos, e atualmente mais de 60% dos veículos leves novos vendidos no Brasil são bicombustível ou a álcool. Espera-se que o aumento da produção dos veículos bicombustível continue a aumentar a demanda por álcool no Brasil.

Outros fatores que influenciarão os resultados das operações com açúcar e álcool são:

- maior acesso aos mercados dos EUA, da Europa e outros que atualmente limitam o acesso a seu setor de açúcar por meio de quotas, subsídios e restrições às importações;
- o desenvolvimento do uso do álcool como fonte de energia limpa e renovável;
- preço do petróleo em níveis elevados;
- a taxa de crescimento da economia global e o correspondente crescimento no consumo de açúcar e álcool em todo o mundo;
- a taxa de crescimento do PIB do Brasil, que tem um impacto sobre a demanda por nossos produtos e, conseqüentemente, sobre o volume das vendas internas;
- a taxa de câmbio do real em relação ao dólar, que afeta diretamente nossas receitas de exportação em reais e nossos custos de financiamento, e indiretamente o preço do açúcar no mercado internacional devido à significativa participação do Brasil no comércio internacional de açúcar, afetando assim também nosso custo de arrendamento de terras indexada ao preço da cana-de-açúcar e nossos custos de cana-de-açúcar adquirida de fornecedores; e
- as políticas tributárias adotadas pelo governo brasileiro e pelos governos dos Estados brasileiros onde operamos, que resulta em obrigações tributárias.

Políticas de Apresentação Financeira e Contábil

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em função da (1) cisão parcial da Companhia com a transferência das quotas representativas do capital social da Amaralina e (2) do aumento do nosso capital social realizado em 31 de maio de 2005, por meio da emissão de novas ações ordinárias, as quais foram subscritas pela Tereos e pela Sucden, mediante a conferência de ações representativas de 52,5% do capital social da FBA, Tereos e Sucden passaram a ter uma participação, em conjunto, de 9,8% em nosso capital social e nós, passamos a ter uma participação de 99,9% no capital social da FBA, incluímos neste Prospecto demonstrações de resultado e balanço patrimonial consolidados *pro forma* não-auditados para o exercício social de 2005, contemplando essas operações como se tivessem sido consumadas em 1º de maio de 2004. Consolidamos nossa aquisição da Destivale, Destiagro e Auto Posto Destivale, denominadas coletivamente como Grupo Destivale apenas a partir das datas das efetivas aquisições, que ocorreram em janeiro e abril de 2005. A partir do início do exercício social de 2005, passamos a consolidar integralmente os resultados da Cosan Portuária.

As Demonstrações Financeiras consolidadas segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil foram preparadas de acordo com a Instrução nº 247/96 da CVM, modificada pelas Instruções nºs 269/97 e 285/98, denominadas, em conjunto, Instrução 247, e de acordo com a instrução nº 319/99 da CVM. A Instrução 247 determina que façamos a consolidação parcial da FBA, proporcionalmente à nossa participação de 47,5% em seu capital social, uma vez que controlávamos a FBA juntamente com a Tereos até maio de 2005.

Práticas Contábeis

A apresentação de nossas Demonstrações Financeiras está em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. As principais práticas contábeis adotadas por nós estão resumidas a seguir, e devem ser lidas em conjunto com as notas explicativas 3 e às Demonstrações Financeiras incluídas neste Prospecto.

- a) Aplicações financeiras: são registradas ao valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado.
- b) Duplicatas a receber de clientes: referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.
- c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.
- d) Estoques: estão registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera o valor de mercado. A safra fundada e o custo de entressafra correspondem às despesas incorridas na manutenção das lavouras de cana-de-açúcar e parque industrial, respectivamente, que são apropriadas ao custo de produção da safra seguinte.
- e) Investimentos: em empresas controladas e coligada são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos são avaliados ao custo de aquisição. Os ágios foram apurados nas aquisições de participações societárias, sendo amortizados, quando aplicável, em 5 anos.
- f) Imobilizado: o ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, parcialmente reavaliado. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica e remanescente dos bens. Os gastos de formação de lavoura de cana-de-açúcar são capitalizados e estão registrados pelo custo, sendo amortizados em 5 anos.
- g) Diferido: refere-se, substancialmente, a ágios apurados em aquisições de participações societárias, fundamentados na rentabilidade futura dos investimentos, sendo amortizados em períodos que variam de 5 a 10 anos.
- h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo.
- i) Empréstimos e financiamentos: os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias ou cambiais, conforme aplicável, e acrescidos de juros incorridos até a data do balanço.
- j) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência, calculados conforme legislação em vigor. Os impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias estão apresentados no ativo circulante e no realizável a longo prazo, calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização, revisada anualmente.
- l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais.
- m) Reservas de reavaliação: as reservas de reavaliação, própria e de controladas, são realizadas na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Quando aplicável, é constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação.

- n) Uso de estimativas: a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil requer que a administração das companhias se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas com os estoques e provisão para contingências.
- o) Apuração do resultado: as receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

Reconhecemos as receitas das vendas dos nossos produtos quando o risco e a propriedade do produto são transferidos para o nosso cliente. Essa transferência geralmente ocorre no momento em que o produto é entregue aos nossos clientes, de acordo com a condição comercial contratada. Reconhecemos as receitas da prestação dos nossos serviços no momento em que esses são efetivamente prestados.

Reconhecemos a despesa com o custo dos produtos vendidos e serviços prestados no mesmo momento em que reconhecemos a receita associada a venda de nossos produtos e a prestação de nossos serviços. Isto implica em reconhecer todos os gastos para obtenção de nossos produtos nos nossos estoques, acumulando tais gastos na metodologia conhecida como custeio por absorção. Assim, desde a aquisição de cana-de-açúcar de fornecedores, passando pelos gastos incorridos no trato das lavouras, no arrendamento de nossas terras, na amortização dos gastos dos nossos plantios, nos gastos com corte, colheita e transporte da cana-de-açúcar até nossas usinas, e continuando pelos gastos na moagem e processamento da cana-de-açúcar e nos gastos para industrialização do açúcar e do álcool, incluindo a depreciação de nossas usinas, todos estes gastos formam nossos estoques. Somente quando nossos estoques são vendidos, reconhecemos essas despesas no resultado.

Reconhecemos as despesas com vendas no momento em que incorremos em gastos com a comercialização de nossos produtos, que ocorrem principalmente no frete entre nossas usinas e o porto onde os produtos são exportados ou aos clientes do mercado interno, e também aquelas decorrentes dos gastos portuários inclusive elevação de açúcar em nosso terminal próprio.

- p) Moeda estrangeira: os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado.
- q) Consolidação das demonstrações financeiras: as Demonstrações Financeiras foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação. O processo de consolidação inclui os seguintes principais procedimentos:
1. Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo mantidos entre as companhias consolidadas;
 2. Eliminação dos investimentos, proporcionalmente à participação da controladora nos patrimônios líquidos das controladas;
 3. Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as companhias consolidadas; e
 4. Eliminação de lucros não realizados decorrentes de transações entre as empresas consolidadas, quando relevantes.

Destacamos abaixo as companhias consolidadas:

	Participação em 30 de abril de					
	2005		2004		2003	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Amaralina Agrícola Ltda.	99,9%	-	99,9%	-	99,9%	-
Cosan Operadora Portuária S.A.	90,0%	-	90,0%	-	-	-
Cosan S.A. Refinadora de Açúcar	99,9%	-	99,9%	-	-	-
Participações Celisa S.A.	-	-	99,8%	-	-	-
FBA – Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool	47,5%	-	47,5%	-	47,5%	-
Destilaria Vale do Tietê S.A. – Destivale	-	47,5%	-	-	-	-
Destivale Agropecuária Ltda. – Destiagro	-	45,6%	-	-	-	-
Primavera Participações S.A.	-	-	99,9%	-	99,9%	-
Administração de Participações Aguassanta Ltda.	91,5%	-	30,4%	52,5%	30,4%	31,6%
Nova Posa S.A. Administração e Participações	-	-	-	48,9%	-	-
Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool	45,1%	50,0%	7,1%	45,3%	-	36,6%
Agrícola Ponte Alta S.A.	-	95,1%	-	52,3%	-	36,6%
Cosan Distribuidora de Combustíveis Ltda.	99,9%	-	-	-	-	-
O.C.O. Participações Ltda.	-	-	-	-	99,9%	-
Pedro Ometto S.A. Administração e Participações	-	-	-	-	-	36,6%
Agro Pecuária São Pedro S.A.	-	-	-	-	-	38,0%
Trumai Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	24,7%

A FBA e suas controladas, cujo controle era compartilhado com outro grupo econômico, foram consolidadas na proporção da participação da Companhia no capital social da FBA.

Resultados das Operações

A análise e discussão a seguir sobre nossos resultados das operações baseiam-se nas informações financeiras resultantes das nossas Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

Período de três meses encerrado em 31 de julho de 2005 comparado ao período de três meses encerrado em 31 de julho de 2004

Resultados Consolidados

Na tabela a seguir apresentamos informações financeiras consolidadas não auditadas para cada um dos períodos de três meses encerrados em 31 de julho de 2005 e 2004, e também a variação percentual ocorrida entre tais períodos.

	Períodos de três meses encerrados em 31 de julho de		
	2004	2005	Varição %
	(em milhões de reais)		
Informações financeiras:			
Receita operacional líquida:			
Açúcar	R\$308,1	R\$371,3	20,5
Alcool	149,9	163,1	8,8
Outros	53,4	36,7	(31,2)
Total da receita operacional líquida.....	511,4	571,0	11,7
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados.....	(392,2)	(419,2)	6,9
Lucro bruto	119,2	151,9	27,4
Receitas (despesas) operacionais:			
Vendas	(43,4)	(63,8)	46,8
Gerais e administrativas e honorários da administração.....	(27,5)	(34,8)	26,3
Despesas financeiras, líquidas	(80,2)	(23,1)	(71,2)
Resultado da equivalência patrimonial	(0,0)	-	-
Amortização de ágio	(22,9)	(34,3)	49,7
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3,6)	3,9	n.a.
Lucro (prejuízo) operacional.....	(58,6)	(0,1)	(99,8)
Resultado não operacional.....	(0,9)	(2,6)	208,6
Imposto de renda e contribuição social	22,3	(3,1)	n.a.
Participação dos acionistas minoritários	7,2	(0,4)	n.a.
Prejuízo do período	(R\$29,9)	(R\$6,2)	(79,3)
Outras informações:			
EBITDA	82,9	109,2	31,7
Margem EBITDA	16,2%	19,1%	n.a.

Na tabela a seguir detalhamos a composição de nossas receitas e despesas financeiras líquidas para os períodos indicados e também a variação percentual ocorrida entre tais períodos.

	Períodos de três meses encerrados em 31 de julho de		
	2004	2005	Varição %
	(em milhões de reais)		
Juros e variações monetárias ⁽¹⁾	(36,2)	(39,4)	8,7
Resultado de variação cambial	(25,0)	42,1	n.a.
Resultado de derivativos usados para fixação de preços	(15,9)	(20,8)	31,3
Outros.....	(3,1)	(5,0)	61,4

⁽¹⁾ Inclusive rendimentos de aplicações financeiras e descontos obtidos.

A alta de preços do açúcar e do álcool durante o trimestre encerrado em 31 de julho de 2005, somada a um aumento nas vendas de açúcar contribuiu para uma significativa melhora em nossa receita líquida e nossa lucratividade. Entretanto, a relevante apreciação do real frente ao dólar neste primeiro trimestre do exercício social de 2006, que apresentou valorização de 5,6%, saindo de R\$2,5313 por dólar para R\$2,3905, reduziu o montante das receitas em reais geradas pelas exportações, o que impediu um desempenho ainda melhor no trimestre.

Receita Operacional Líquida

O preço do açúcar no mercado internacional manteve sua trajetória de alta ao longo do primeiro trimestre do exercício social de 2006, encerrando o período negociado a US\$ 0,0983 por libra peso conforme o NY11, 19% superior ao observado ao final do mesmo período no exercício anterior. Esta elevação, aliada ao volume recorde de açúcar vendido, elevou o faturamento líquido em R\$59,6 milhões, o qual atingiu R\$571,0 milhões no primeiro trimestre do exercício de 2006, ficando 11,7% acima das vendas líquidas no mesmo período do exercício de 2005. Nossa receita com exportações foi de R\$359,7 milhões, o que representou 63,0% da receita líquida do trimestre, frente a 67,6% do mesmo trimestre do exercício de 2005. A apreciação do real e a fixação parcial de preços de vendas em patamares inferiores aos praticados no mercado impediram um crescimento ainda maior de nossa receita operacional líquida no trimestre.

Açúcar. O açúcar continuou sendo o nosso principal negócio, representando 65,0% das vendas do trimestre em comparação a 60,2% de participação no mesmo trimestre do exercício de 2005. O faturamento líquido do negócio açúcar de R\$371,3 milhões no primeiro trimestre do exercício de 2006 apresentou um aumento de 20,5% sobre o mesmo período do exercício de 2005. O volume vendido no período, de 729,9 mil toneladas de açúcar, representou um aumento de 17,4% sobre o registrado no mesmo período do exercício de 2005. Nosso preço médio realizado no primeiro trimestre do exercício de 2006 de R\$509/tonelada ficou 2,6% acima do preço de R\$496/tonelada verificado no mesmo período do exercício de 2005.

Álcool. Os preços praticados no mercado do primeiro trimestre do exercício de 2006 foram superiores aos preços praticados no mesmo período do exercício anterior em função de alguns fatores, entre eles o aumento da demanda em decorrência do crescimento da frota de veículos bicombustíveis e a normalização dos níveis de estoques da indústria, os quais haviam iniciado o primeiro trimestre do exercício de 2005 em patamares acima dos normalmente observados. Como parte de nossa estratégia comercial de distribuir nossas vendas progressivamente de forma mais homogênea ao longo do ano e tendo em vista nossa expectativa positiva quanto ao preço do álcool, optamos por constituir estoque neste último trimestre, o que resultou em uma redução no volume de álcool vendido em 7,1%, passando de 264,4 milhões de litros do primeiro trimestre do exercício de 2005 para 245,8 milhões de litros no primeiro trimestre do exercício de 2006. A tendência de alta no preço do álcool continua se confirmando, com o preço médio unitário realizado de R\$663/mil litros no primeiro trimestre do exercício de 2006, situando-se 16,9% acima do preço médio realizado do mesmo período do exercício de 2005, gerando uma receita líquida de R\$163,1 milhões no primeiro trimestre do exercício de 2006, 8,8% mais elevada em comparação ao mesmo período do exercício de 2005.

Outros produtos e serviços. As receitas decorrentes de outros produtos e serviços apresentaram, no primeiro trimestre do exercício de 2006, uma redução de 31,3% em relação ao mesmo período do exercício de 2005, que incluía R\$25,0 milhões de receitas não recorrentes advindas da compra de performance de exportação.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados atingiu R\$419,2 milhões no primeiro trimestre do exercício de 2006, situando-se 6,9% acima do custo registrado no mesmo período do exercício de 2005. Esse aumento no custo dos produtos decorreu, principalmente, do maior volume de vendas de açúcar. No entanto, este aumento foi inferior ao aumento de 11,7% da receita líquida na mesma comparação de períodos, e também foi inferior ao aumento do volume total vendido. Convertendo o volume de álcool vendido de 245,8 milhões de litros no primeiro trimestre do exercício de 2006 para 368,6 mil toneladas de açúcar-equivalente, o volume teórico de açúcar vendido (açúcar real mais açúcar equivalente) somaria 1.098,6 mil toneladas, ficando 7,9% acima do volume teórico vendido de 1.018,3 mil toneladas do primeiro trimestre do exercício de 2005. O custo unitário médio do açúcar vendido no trimestre situou-se em R\$351/tonelada, registrando um crescimento de 2,6% contra os R\$342/tonelada do mesmo trimestre no exercício anterior, enquanto o custo unitário médio do álcool vendido ficou em R\$540/mil litros, patamar 9,3% superior ao custo unitário médio de 494/mil litros do mesmo trimestre no exercício anterior. Grande parte deste aumento é explicada pela elevação dos custos atrelados aos preços do açúcar e do álcool, como arrendamento de terras e cana-de-açúcar de fornecedores, os quais acompanham a elevação dos preços do açúcar no período.

Despesas com Vendas

A maior quantidade de açúcar vendido, aliada ao incremento dos custos de logística, acabaram elevando as despesas com vendas para R\$63,8 milhões no primeiro trimestre do exercício de 2006, um aumento de 46,8% em relação aos R\$43,4 milhões do mesmo período do exercício de 2005. Utilizando alocação proporcional à receita líquida, a despesa unitária média com vendas de açúcar de R\$57/tonelada no primeiro trimestre do exercício de 2006 apresentou um aumento de 34,9% sobre o mesmo período do exercício de 2005. No álcool, a despesa com vendas unitária totalizou R\$74/mil litros no primeiro trimestre do exercício de 2006, apresentando um aumento de 53,8% sobre o mesmo período de 2005. Esse crescimento das despesas unitárias deve-se principalmente à continuação do processo de reajuste dos fretes rodoviários locais, decorrentes de pressões inflacionárias passadas, impacto do aumento do óleo diesel e competição por fretes com outras commodities.

Despesas Gerais e Administrativas e Honorários da Administração

A inflação, somada à integração da Destivale e a consolidação integral da FBA, que trouxeram despesas adicionais aos resultados consolidados, fez com que as despesas gerais e administrativas e honorários da administração somassem R\$34,8 milhões no primeiro trimestre do exercício de 2006, montante 26,5% superior em relação às despesas do mesmo período do exercício de 2005.

Despesas Financeiras, Líquidas

As despesas financeiras líquidas consistem em: (1) juros provisionados sobre a dívida; (2) rendimento de aplicações financeiras; (3) variações monetárias e cambiais; (4) ganhos ou perdas em operações com derivativos relacionados ao *hedge* comercial; (5) comissões, outras despesas bancárias e CPMF.

As despesas financeiras líquidas do primeiro trimestre do exercício de 2006 ficaram em R\$23,1 milhões, montante 71,2% inferior aos R\$80,2 milhões registrados no mesmo período do exercício de 2005. A grande variação deste resultado é consequência da variação cambial incidente sobre os passivos denominados em dólares, determinada pelas taxas de câmbio inicial e final do trimestre. Assim, no primeiro trimestre do exercício de 2005 a taxa de câmbio variou de R\$2,9447 por dólar para R\$3,0268 por dólar, gerando despesas de variação cambial relativas à desvalorização de 2,8% do real frente ao dólar. Já no primeiro trimestre do exercício de 2006 a taxa de câmbio variou de R\$2,5313 por dólar para R\$2,3905 por dólar, gerando receitas de variação cambial relativas à valorização de 5,6% do real frente ao dólar. Cumpre notar ainda que as despesas financeiras do trimestre incluem R\$26,3 milhões relativas a perdas com operações de derivativos decorrentes de fixação comercial de preços, comparativamente a perdas de R\$16,3 milhões verificadas em igual trimestre do exercício de 2005.

Resultado da Equivalência Patrimonial

No primeiro trimestre do exercício de 2006 nosso único investimento não consolidado nas demonstrações financeiras da Companhia avaliado pelo método de equivalência patrimonial foi nossa participação no TEAS. Como este ainda se encontra em fase pré-operacional, ainda não gerou resultados e, conseqüentemente, nós não apuramos resultado de equivalência patrimonial. Também não apresentamos resultado relevante de equivalência patrimonial no primeiro trimestre do exercício de 2005.

Amortização do Ágio

As despesas de R\$34,3 milhões com amortização de ágio apresentaram um crescimento significativo de 49,7% no primeiro trimestre do exercício de 2006. Não apenas passamos a amortizar ágios de aquisições posteriores ao primeiro trimestre do exercício de 2005, como TEAS e Destivale, mas também passamos a considerar 100% dos ágios registrados nos livros da FBA contra 47,5% anteriormente. Adicionalmente, ocorreu também a amortização não-recorrente de R\$5,0 milhões para eliminar o ágio pago na aquisição da Cosan Refinadora, em função de sua desativação operacional no último mês de junho e planejada migração dos equipamentos para a Da Barra.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Tivemos outras despesas operacionais líquidas de R\$3,6 milhões no primeiro trimestre do exercício de 2005, comparado a receita de R\$3,9 milhões no mesmo período do exercício de 2006.

Resultado Não Operacional

O resultado não operacional negativo de R\$2,6 milhões no primeiro trimestre do exercício de 2006, comparativamente aos R\$0,9 milhões negativos do mesmo período do exercício de 2005, inclui R\$3,0 milhões referentes às despesas de desativação da Cosan Refinadora em junho deste ano.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda e contribuição social de R\$3,1 milhões do primeiro trimestre do exercício de 2006 foi calculada com base na alíquota vigente de 34% estando a base tributável ajustada principalmente por amortização de ágio indedutível para fins fiscais.

Participação dos Acionistas Minoritários

Em 31 de julho de 2004 os minoritários da controlada Da Barra participaram com 47,6% do prejuízo registrado no primeiro trimestre do exercício social de 2005 ajustando nosso resultado em R\$7,2 milhões. Durante o primeiro trimestre do exercício social de 2006, a participação dos minoritários foi reduzida para 4,9% nos lucros auferidos na Da Barra. Conseqüentemente, registramos participação de acionistas minoritários de R\$0,4 milhões negativa.

Lucro Líquido

Como resultado dos fatores acima anteriormente descritos, o primeiro trimestre do exercício de 2006 registrou um prejuízo líquido de R\$6,2 milhões, comparativamente aos R\$29,9 milhões de prejuízo líquido verificados no mesmo período do exercício de 2005.

Exercício social encerrado em 30 de abril de 2005 comparado ao exercício social encerrado em 30 de abril de 2004

Resultados Consolidados

Nas tabelas a seguir apresentamos informações financeiras consolidadas para cada um dos dois exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2005 e 2004, e também a mudança percentual ocorrida entre 2004 e 2005.

	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de		
	2004	2005	Varição %
	(em milhões de reais)		
Informações financeiras:			
Receita operacional líquida:			
Açúcar	R\$1.042,7	R\$1.188,3	14,0
Álcool	442,3	565,5	27,9
Outros	101,1	146,6	45,0
Total da receita operacional líquida.....	1.586,1	1.900,4	19,8
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados.....	(1.078,9)	(1.338,5)	24,1
Lucro bruto	507,1	561,8	10,8
Receitas (despesas) operacionais:			
Vendas	(144,3)	(171,7)	19,0
Gerais e administrativas e honorários da administração.....	(111,7)	(121,9)	9,1
Despesas financeiras, líquidas	(132,1)	(102,0)	(22,8)
Resultado da equivalência patrimonial	7,9	-	n.a.
Amortização de ágio	(140,6)	(93,2)	(33,7)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2,3	(39,7)	n.a.
Lucro (prejuízo) operacional.....	(11,4)	33,3	n.a.
Resultado não operacional.....	52,6	2,7	(94,9)
Imposto de renda e contribuição social	(7,8)	(22,2)	182,3
Participação dos acionistas minoritários	(1,0)	3,3	n.a.
Lucro líquido do exercício	R\$32,3	R\$17,1	(47,1)
Outras informações:			
EBITDA	355,1	340,9	(4,0)
Margem EBITDA.....	22,4%	17,9%	n.a.

Na tabela a seguir detalhamos a composição de nossas receitas e despesas financeiras líquidas para os períodos indicados e também a variação percentual ocorrida entre tais períodos.

	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de		
	2004	2005	Varição %
	(em milhões de reais)		
Juros e variações monetárias ⁽¹⁾	(90,0)	(141,4)	57,1
Resultado de variação cambial	(10,0)	132,6	n.a.
Resultado de derivativos usados para fixação de preços	(7,0)	(65,3)	838,4
Outros.....	(25,2)	(27,9)	10,7

⁽¹⁾ Inclusive rendimentos de aplicações financeiras e descontos obtidos.

A boa recuperação e sustentação de preços do açúcar e do álcool nos últimos doze meses compensou parcialmente as dificuldades do exercício social encerrado em 30 de abril de 2005. Diversos fatores impediram que a nossa receita líquida e a lucratividade aumentassem na mesma proporção da alta dos preços do açúcar: (i) a relevante apreciação do real frente ao dólar levou a taxa de câmbio de R\$2,945 por dólar ao final do exercício social de 2004 para R\$2,531 ao final do exercício social de 2005, reduzindo o montante das receitas em reais geradas pelas exportações em dólares; (ii) as pesadas chuvas do início e final de safra estenderam a moagem até meados de dezembro, reduzindo o rendimento do açúcar da cana-de-açúcar e aumentando o custo geral da safra; (iii) a fixação passada de preços de venda de parte de nossa produção de açúcar foi feita em níveis que, na ocasião estavam acima dos preços de mercado, mas que foram superados pela recuperação do mercado durante o ano; (iv) a maior parte das vendas ficou concentrada no início do ano, quando os preços praticados eram inferiores aos praticados no final do ano; (v) o custo da cana-de-açúcar adquirida de fornecedores, atrelado ao preço do açúcar no mercado internacional, onerou o custo dos produtos vendidos; e (vi) preços do petróleo em níveis recordes elevaram os custos gerais de logística, elevando as despesas comerciais.

Receita Operacional Líquida

Apesar da fixação parcial de preços de vendas em patamares inferiores aos ideais, a recuperação geral de preços, aliada ao maior volume de açúcar e álcool vendido, elevaram o faturamento líquido em R\$314,3 milhões, o qual atingiu R\$1.900,4 milhões no ano de 2005, ficando 19,8% acima das vendas líquidas do ano anterior. Não obstante a apreciação do real, as exportações de R\$1.187,4 milhões representaram 62,5% da receita líquida do ano, que se compara a 59,3% do ano anterior.

Açúcar. O açúcar continuou sendo o nosso principal negócio, representando 62,5% das vendas do ano em comparação aos 65,7% de participação no ano anterior. O faturamento líquido do negócio açúcar de R\$1.188,3 milhões no exercício social de 2005 apresentou um aumento de 14,0% sobre o exercício anterior. O volume anual vendido de 2.321,6 mil toneladas de açúcar representou um aumento de 6,3% sobre o registrado no ano anterior. A recuperação de preços do açúcar ficou visível no ano, onde o preço médio realizado de R\$512/tonelada ficou 7,2% acima do preço de R\$477/tonelada verificado no exercício anterior.

Álcool. O alto preço do petróleo aliado à crescente aceitação dos veículos bicomcombustível, fez com que o negócio álcool registrasse vendas anuais de R\$565,5 milhões, um crescimento de 27,9% em relação às vendas do ano anterior. O volume vendido no ano cresceu 8,0% sobre o último ano e atingiu o montante de 824,7 milhões de litros. Também no álcool a recuperação de preços ficou visível, com o preço médio unitário realizado de R\$686/mil litros situando-se 18,4% acima do preço médio realizado do ano anterior. As atuais tendências mercadológicas acabam por impulsionar o negócio álcool, o qual teve seu peso aumentado para 29,8% do total do faturamento, contra 27,9% de participação no ano anterior.

Outros produtos e serviços. As receitas decorrentes de outros produtos e serviços apresentaram um crescimento de 45,0% em relação ao ano anterior, atingindo R\$146,6 milhões. Esse aumento refletiu substancialmente os resultados da prestação de serviços da Cosan Portuária, adquirida no início do exercício anterior, mas também foi impulsionado pelo lançamento no varejo de novos produtos da marca "Da Barra", como achocolatado, gelatina, mistura para bolos e refrescos.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no ano atingiu R\$1.338,5 milhões no ano, situando-se 24,1% acima do custo registrado no ano anterior. Esse aumento no custo dos produtos foi decorrente não apenas do maior volume vendido de açúcar (6,3%) e álcool (8,0%), mas também do aumento do custo unitário médio, principalmente pelo maior custo da cana-de-açúcar, face a correlação dos preços da cana-de-açúcar comprada aos preços internacionais do açúcar, bem como ao maior custo da safra decorrente das pesadas chuvas, as quais estenderam demasiadamente a moagem e reduziram o teor médio de açúcar contido na cana-de-açúcar processada em nossas usinas. Convertendo o volume de álcool vendido de 824,7 milhões de litros no exercício de 2005 para 1.237,0 mil toneladas de açúcar-equivalente, o volume teórico de açúcar vendido (açúcar real mais açúcar equivalente) somaria 3.558,6 mil toneladas, ficando 6,9% acima do volume teórico vendido de 3.329,2 mil toneladas no exercício anterior.

Assim, o custo unitário médio do açúcar vendido no ano situou-se em R\$345/tonelada, registrando um incremento de 12,8% contra os R\$306/tonelada do ano anterior. Analogamente, o custo unitário médio do álcool vendido ficou em R\$501/mil litros, patamar 7,8% superior ao custo unitário médio de R\$465/mil litros do ano anterior.

Despesas com Vendas

A maior quantidade de açúcar e álcool vendidos, aliada ao incremento dos custos de logística, à própria inflação do ano ao redor de 10% e a maior destinação de álcool para mercado externo, acabaram elevando as despesas com vendas em 19,0%, as quais somaram R\$171,7 milhões no ano comparativamente aos R\$144,3 milhões do ano anterior. Utilizando alocação proporcional à receita líquida, a despesa unitária média com vendas de açúcar de R\$46/tonelada no ano apresentou um aumento de 6,5% sobre o último ano, em linha com o preço médio realizado do açúcar. No álcool, a despesa de venda unitária passou de R\$53/mil litros no ano anterior para R\$62/mil litros neste ano, onerada principalmente pela maior complexidade dos custos de logística e armazenagem envolvendo o álcool destinado à exportação.

Despesas Gerais, Administrativas e Honorários da Administração

Além dos custos de preparação da Companhia para acessar o mercado público de dívida, a própria inflação fez com que as despesas gerais e administrativas e honorários da administração somassem R\$121,9 milhões no ano, montante superior em 9,1% as despesas do ano anterior.

Despesas Financeiras, Líquidas

As despesas financeiras líquidas consistem, basicamente, de: (1) juros provisionados sobre a dívida; (2) rendimento de aplicações financeiras; (3) variações monetárias e cambiais; (4) ganhos ou perdas em operações com derivativos (mercado futuros e de opções de açúcar e álcool); (5) comissões, outras despesas bancárias e CPMF.

As despesas financeiras líquidas do ano ficaram em R\$102,0 milhões, montante 22,8% inferior aos R\$132,1 milhões registrados no ano anterior. Tal queda foi afetada principalmente pela desvalorização de 14,0% do dólar frente ao real no período, gerando um resultado positivo significativo de variação cambial sobre as dívidas denominadas em dólares sem efeito-caixa.

Resultado da Equivalência Patrimonial

No exercício atual nosso único investimento não consolidado nas demonstrações financeiras da Companhia avaliado pelo método de equivalência patrimonial foi nossa participação no TEAS. Como este ainda se encontra em fase pré-operacional, ainda não gerou resultados e, conseqüentemente, nós não apuramos resultado de equivalência patrimonial. No exercício anterior apuramos resultado de equivalência sobre nossa participação na Costa Pinto S.A., alienada naquele mesmo exercício.

Amortização do Ágio

A amortização do ágio pago em aquisições passadas, principalmente na compra do controle indireto da Da Barra, totalizou no ano R\$93,2 milhões, queda de 33,7% em relação aos R\$140,6 milhões registrados no ano anterior. Naquele exercício tal resultado incluiu R\$56,8 milhões não recorrentes de amortização registradas para anular efeitos de ganhos de capital nos mesmos valores, registrados em nosso resultado não operacional, decorrentes das operações de reestruturação ocorridas naquele ano.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

A constituição de provisão de R\$32,0 milhões no último trimestre do ano, evento não-recorrente, para suportar questionamento litigioso na controlada Da Barra envolvendo diferenças de ICMS originadas na década passada, foi o principal fator que elevou as outras despesas operacionais para R\$39,7 milhões no ano, comparativamente a outras receitas operacionais de R\$2,3 milhões no ano anterior.

Resultado Não Operacional

O resultado não operacional de R\$2,7 milhões apurado em 2005 refere-se principalmente a venda de ativos permanentes. Em 2004 este resultado, no montante de R\$52,6 milhões, incluiu uma série de operações de reestruturação societária não recorrentes que geraram ganhos e perdas de capital, conforme mencionado nos comentários sobre amortização do ágio.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social de R\$22,2 milhões no ano ficou acima dos R\$7,8 milhões registrados no ano anterior, que foi beneficiado por resultados tributáveis negativos recebidos por incorporações ocorridas naquele ano. A alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social a que estamos sujeitos é de 34%. No entanto a base de cálculo para os referidos impostos difere substancialmente do lucro antes do imposto de renda e contribuição social levantados pela legislação societária. Desta forma, a taxa efetiva de imposto de 61,6% apurada no exercício social de 2005 reflete os ajustes de despesas de amortização de ágio indedutíveis no resultado tributável, bem como a ajustes decorrentes da diferença do período de apuração fiscal, que vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, para o período do nosso exercício social. Já em 2004, a taxa efetiva de imposto de 19,0% refletiu a redução da base de cálculo dos impostos em função da consolidação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de empresas adquiridas no ano.

Participação dos Acionistas Minoritários

A participação de acionistas minoritários de R\$3,3 milhões no ano reflete a diferença entre a consolidação integral do prejuízo líquido da Da Barra no exercício e a participação efetiva da Cosan de 95,1% em seu capital.

Lucro Líquido

Com base na dinâmica das variáveis acima, o lucro líquido do ano ficou em R\$17,1 milhões, comparativamente aos R\$32,3 milhões verificados no ano anterior, de forma que a margem de lucro de 2,0% do último ano caiu para 0,9% neste ano.

Exercício social encerrado em 30 de abril de 2004 comparado ao exercício social encerrado em 30 de abril de 2003

Resultados Consolidados

A tabela a seguir apresenta informações financeiras consolidadas separadas para os dois exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2004 e 30 de abril de 2003, bem como a mudança percentual ocorrida de 2003 para 2004.

	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril		
	2003 ⁽¹⁾	2004	Variação (%)
	(em milhões de reais)		
Informações financeiras:			
Receita operacional líquida:			
Açúcar.....	R\$915,6	R\$1.042,7	13,9
Álcool.....	401,4	442,3	10,2
Outros.....	92,6	101,1	9,1
Total da receita operacional líquida.....	1.409,6	1.586,1	12,5
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados.....	(873,3)	(1.078,9)	23,5
Lucro bruto.....	536,3	507,1	(5,4)
Receitas (despesas) operacionais:			
Vendas.....	(113,7)	(144,3)	26,9
Gerais e administrativas e honorários da administração.....	(100,0)	(111,7)	11,7
Financeiras líquidas.....	(170,9)	(132,1)	(22,7)
Resultado de equivalência patrimonial.....	16,8	7,9	(52,9)
Amortização do ágio.....	(30,0)	(140,6)	368,7
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	(24,4)	2,3	n.a.
Lucro (prejuízo) operacional.....	114,1	(11,4)	n.a.
Resultado não operacional.....	(23,5)	52,6	n.a.
Impostos de renda e contribuição social.....	(80,9)	(7,8)	(90,3)
Participação de acionistas minoritários.....	15,8	(1,0)	n.a.
Lucro líquido do exercício.....	R\$25,5	R\$32,3	26,8
Outras informações:			
EBITDA.....	388,9	355,1	(8,7)
Margem EBITDA.....	27,6%	22,4%	

⁽¹⁾ As informações da demonstração do resultado para o exercício social de 2003 incluem apenas nove meses dos resultados das operações da Da Barra (que foi adquirida em agosto de 2002). As Demonstrações Financeiras dos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2004 e 2003 estão incluídas neste Prospecto.

Na tabela a seguir detalhamos a composição de nossas receitas e despesas financeiras líquidas para os períodos indicados e também a variação percentual ocorrida entre tais períodos.

	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de		
	2003	2004	Variação (%)
	(em milhões de reais)		
Juros e variações monetárias ⁽¹⁾	(84,7)	(90,0)	6,3
Resultado de variação cambial.....	2,2	(10,0)	n.a.
Resultado de derivativos usados para fixação de preços.....	(74,8)	(7,0)	(90,7)
Outros.....	(13,6)	(25,2)	85,2

⁽¹⁾ Inclusive rendimentos de aplicações financeiras e descontos obtidos.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida aumentou R\$176,4 milhões em 2004 em relação a 2003, basicamente resultante de um aumento de 18,3% na receita operacional líquida de exportações tanto de açúcar quanto álcool, e parcialmente devido ao resultado de um aumento de 9,9%, na receita operacional líquida das vendas internas de álcool. A receita operacional líquida das exportações cresceu R\$145,7 milhões, de R\$794,5 milhões em 2003, representando 56,4% da receita operacional líquida, para R\$940,2 milhões em 2004, ou 59,3% da receita operacional líquida.

Açúcar. A receita operacional líquida das vendas de açúcar cresceu R\$127,1 milhões, ou 13,9%, de R\$915,6 milhões em 2003 para R\$1.042,7 milhões em 2004, apesar da queda no preço internacional do açúcar. Principalmente devido a um aumento nas exportações de açúcar, o volume das vendas de açúcar cresceu 21,5%, de 1.797,2 mil toneladas em 2003 para 2.184,1 mil toneladas em 2004.

A receita operacional líquida das exportações de açúcar aumentou 19,3%, de R\$700,9 milhões em 2003 para R\$836,4 milhões em 2004, basicamente em função de um aumento nos volumes das exportações de açúcar. A competitividade da indústria açucareira brasileira nos mercados internacionais, bem como os nossos produtos de qualidade nos ajudaram a atender à crescente demanda das companhias estrangeiras que comercializam açúcar. Os volumes das exportações de açúcar aumentaram 24,6%, de 1.496,1 mil toneladas em 2003 para 1.864,8 mil toneladas em 2004, representando 85,4% do nosso volume de açúcar. Nosso volume de exportações de açúcar em 2004 foi parcialmente compensado por uma queda de 4,3% nos preços médios realizados de exportação do açúcar, principalmente do açúcar bruto, de R\$468 por tonelada em 2003 para R\$449 por tonelada em 2004, basicamente devido de um excesso de oferta internacional de açúcar.

No mercado interno a receita operacional líquida do açúcar em 2004 totalizou R\$206,2 milhões, uma redução de 3,9% nas receitas operacionais do açúcar de R\$214,7 milhões em 2003, resultante de uma queda geral nos preços internos do açúcar por causa da capacidade ociosa dos produtores locais, e de um maior poder de barganha das grandes cadeias varejistas no Brasil. Os preços médios realizados do açúcar no mercado interno, principalmente do açúcar refinado e do cristal, caíram 9,4%, para R\$646 por tonelada em 2004 de R\$713 por tonelada no exercício social de 2003. Esta queda foi parcialmente compensada por um aumento de 6,1% nos volumes das vendas internas, de 301,1 mil toneladas em 2003 para 319,3 mil toneladas em 2004.

Álcool. A forte demanda por álcool, tanto local quanto internacional, foi refletida na receita operacional líquida das vendas de álcool, que cresceram R\$40,9 milhões, ou 10,2%, de R\$401,4 milhões em 2003 para R\$442,3 milhões em 2004. O volume das vendas de álcool foi de 763,4 milhões de litros em 2004, representando um crescimento de 32,1% sobre os 577,9 milhões de litros vendidos em 2003.

No mercado interno, a receita operacional líquida de álcool cresceu 9,9%, de R\$330,9 milhões em 2003 para R\$363,7 milhões em 2004. No mesmo período, o volume das vendas de álcool cresceu 32,8%, de 479,1 milhões de litros em 2003 para 636,2 milhões de litros em 2004, devido a um aumento nas vendas dos veículos bicompostível, impulsionadas por representarem uma alternativa de combustível mais barata. A receita operacional líquida foi parcialmente compensada por uma redução de 17,2% nos preços médios realizados no mercado doméstico do álcool, de R\$691 por mil litros no exercício social de 2003 para R\$572 por mil litros em 2004, principalmente devido ao excesso da oferta de cana-de-açúcar no Brasil, e a um ajuste nos preços pelos produtores locais de álcool para reduzir seus estoques.

A receita operacional líquida das exportações de álcool aumentou 11,5%, de R\$70,5 milhões em 2003 para R\$78,6 milhões em 2004, devido a um aumento nas exportações de álcool industrial, bem como à forte demanda e ao aumento dos volumes de vendas de exportação do álcool. Os volumes gerais de exportações de álcool, que basicamente consistiam em álcool industrial até 2003, aumentaram 28,8%, de 98,8 milhões de litros em 2003 para 127,2 milhões de litros em 2004, como resultado de uma maior demanda do Oriente, principalmente do Japão e da Coreia, bem como de um aumento nas exportações de álcool diretas e indiretas para os Estados Unidos. Os preços médios realizados da exportação do álcool caíram 13,4%, para R\$618 por mil litros em 2004 de R\$714 por mil litros em 2003.

Outros produtos e serviços. A receita operacional líquida das vendas de outros produtos e serviços, inclusive corte de cana-de-açúcar, carregamento, transporte e processamento, e a co-geração de energia aumentou 9,1%, de R\$92,6 milhões em 2003 para R\$101,1 milhões em 2004. Este aumento foi basicamente resultado do nosso crescimento nas atividades portuárias de prestação de serviços para exportação de soja por terceiros, bem como maiores vendas no varejo, particularmente de achocolatado.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados aumentou R\$205,6 milhões em 2004 em relação a 2003 devido ao aumento nos volumes de venda de açúcar e álcool em 2004.

O custo do açúcar vendido aumentou R\$98,6 milhões, ou 17,3%, de R\$568,8 milhões em 2003 para R\$667,4 milhões em 2004, alinhado com o crescimento do volume das vendas de 21,5%. Aumentamos nossa eficiência e reduzimos nosso custo unitário médio por tonelada de açúcar, de R\$316 por tonelada de açúcar vendido em 2003 para R\$306 por tonelada de açúcar vendido em 2004.

O custo do álcool vendido aumentou 24,0%, de R\$286,1 milhões em 2003 para R\$354,9 milhões em 2004 devido a um aumento de 32,1% no nosso volume de vendas de álcool. O custo unitário médio por mil litros de álcool diminuiu 6,1%, de R\$495 por mil litros em 2003 para R\$465 por mil litros em 2004. Convertendo o volume de álcool vendido de 763,4 milhões de litros no exercício de 2004 para 1.145,1 mil toneladas de açúcar-equivalente, o volume teórico de açúcar vendido (açúcar real mais açúcar equivalente) somaria 3.329,2 mil toneladas, ficando 25,0% acima do volume teórico vendido de 2.664,0 mil toneladas no exercício anterior.

Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas de vendas, gerais e administrativas aumentaram R\$42,3 milhões em 2004 em relação a 2003, basicamente resultante do nosso maior volume de vendas em 2004, bem como por um aumento nos custos de embarque e comercialização. As despesas de vendas aumentaram R\$30,6 milhões, ou 26,9%, de R\$113,7 milhões em 2003 para R\$144,3 milhões em 2004 em resultado de custos de frete mais altos, bem como de maiores despesas de comercialização dos nossos produtos no varejo. As despesas gerais e administrativas também aumentaram R\$11,7 milhões, ou 11,7%, de R\$100,0 milhões em 2003 para R\$111,7 milhões em 2004, principalmente por causa de ajustes de preço resultantes de uma taxa de inflação de 32,9% durante 2003 de acordo com o IGP-M. Apesar da redução dos preços do álcool e do açúcar em 2004, as despesas de vendas, gerais e administrativas representaram 16,1% da receita operacional líquida em 2004, em comparação a 15,2% da receita operacional líquida de 2003.

Despesas Financeiras Líquidas

Apesar do nível de endividamento ligeiramente maior devido a investimentos e aquisições, as despesas financeiras líquidas diminuíram R\$38,7 milhões em 2004 em relação a 2003, devido a uma desvalorização menor de apenas 1,9% do real frente ao dólar americano em 2004, comparada a uma desvalorização de 22,3% em 2003, tendo em vista que grande parte do nosso endividamento é denominado em dólares. Houve também no mesmo período uma redução gradual da taxa de juros após a renegociação da dívida bancária da Da Barra assim que se deu sua aquisição por nós.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial obtido através da participação no capital da Costa Pinto S.A. diminuiu R\$8,9 milhões em 2004 com relação a 2003, basicamente pelo fato desta participação ter sido alienada no curso do exercício social de 2004 encerrando essa participação cruzada.

Amortização do Ágio

A amortização do ágio aumentou R\$110,6 milhões em 2004 em relação a 2003, não apenas pelo fato de em 2004 terem sido adquiridas participações societárias com ágio no montante de R\$432,6 milhões, elevando a base de amortização, como também devido a amortizações não recorrentes no montante de R\$56,8 milhões para fazer face a ganhos de capital apurados nas operações de reestruturação societária ocorridas neste exercício social.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Tivemos outras receitas operacionais líquidas de R\$2,3 milhões em 2004, comparado a outras despesas operacionais líquidas de R\$24,4 milhões em 2003, decorrentes principalmente de provisões para contingências constituídas na Da Barra logo quando de sua aquisição.

Resultado Não Operacional

O resultado não operacional negativo de R\$23,5 milhões em 2003 formado principalmente por amortização de ágio pago na aquisição indireta da Da Barra, inverteu-se para resultado não operacional positivo de R\$52,6 milhões em 2004, basicamente resultante de um ganhos líquidos de capital de R\$57,5 milhões em 2004, obtidos como parte dos processos de reestruturação ocorridos naquele ano.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos de renda e a contribuição social no valor de R\$ 80,9 milhões em 2003 foram reduzidos para R\$ 7,8 milhões em 2004, basicamente devido a uma receita tributável mais baixa. A taxa efetiva de imposto foi 19,0% em 2004, que foi ajustada a partir da alíquota de imposto nominal de 34%, em função da consolidação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de empresas adquiridas no ano. A taxa efetiva de imposto foi de 89,3% em 2003, refletindo principalmente o impacto das baixas de créditos tributários não recuperáveis na Da Barra e o impacto da baixa de ágio sem fundamentação econômica, despesa esta não dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. Ambas baixas não tiveram efeito caixa.

Participação dos Acionistas Minoritários

A participação dos acionistas minoritários no resultado foi de R\$ 1,0 milhão em 2004, comparado com perdas de R\$ 15,8 milhões em 2003, causadas pelos resultados negativos da Da Barra em 2003 e em função do aumento da participação da Cosan na Da Barra em 2004.

Lucro Líquido

Como resultado dos itens acima, o lucro líquido cresceu R\$6,8 milhões em 2004 em relação a 2003, enquanto a margem de lucro líquido aumentou de 1,8% em 2003 para 2,0% em 2004.

Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial

A análise e discussão a seguir sobre nossa estrutura patrimonial baseiam-se nas informações financeiras resultantes das nossas Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

Trimestre encerrado em 31 de julho de 2005 comparado ao exercício social encerrado em 30 de abril de 2005

	Período / Exercício Encerrados em				
	31 de Julho de 2005		30 de Abril de 2005		Diferença (em milhões de reais)
	Saldo (em milhões de reais)	Como % do Total	Saldo (em milhões de reais)	Como % do Total	
Ativo					
Disponibilidades, Aplicações Financeiras e CTNs	R\$127,8	4,6	R\$88,2	3,2	R\$39,7
Contas a Receber de Clientes	143,9	5,2	119,1	4,4	24,8
Estoques	589,1	21,4	426,7	15,7	162,4
Adiantamento a Fornecedores	103,2	3,8	94,6	3,5	8,6
Empresas Ligadas	-	-	45,5	1,7	(45,5)
Impostos a Recuperar	49,5	1,8	41,7	1,5	7,8
Depósitos Judiciais	41,6	1,5	37,6	1,4	3,9
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	71,2	2,6	65,7	2,4	5,5
Despesas Antecipadas	10,5	0,4	11,3	0,4	(0,8)
Outros Créditos	24,1	0,9	24,3	0,9	(0,2)
Investimentos	13,1	0,5	13,1	0,5	0,0
Imobilizado	1.193,7	43,4	1.394,7	51,2	(201,0)
Diferido	384,5	14,0	360,0	13,2	24,5
Total do Ativo	2.752,2	100,0%	2.722,4	100,0%	29,9
Passivo					
Empréstimos e Financiamentos	R\$979,1	35,6	R\$836,6	30,7	R\$142,5
Fornecedores	175,4	6,4	94,9	3,5	80,5
Ordenados e Salários a Pagar	47,7	1,7	30,1	1,1	17,5
Impostos e Contribuições Sociais a Recolher	306,6	11,1	305,5	11,2	1,1
Adiantamentos de Clientes	189,5	6,9	268,8	9,9	(79,4)
Notas Promissórias	83,2	3,0	62,7	2,3	20,6
Empresas Ligadas	4,9	0,2	2,0	0,1	2,9
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32,0	1,2	30,1	1,1	1,8
Provisão para Contingências	337,6	12,3	283,5	10,4	54,1
Outras Obrigações	64,5	2,3	41,8	1,5	22,7
Participação Minoritária	3,7	0,1	3,5	0,1	0,3
Patrimônio Líquido	528,0	19,2	762,9	28,0	(234,8)
Total do Passivo	2.752,2	100,0%	2.722,4	100,0%	29,9

Disponibilidades, Aplicações Financeiras e CTNs

Nosso saldo de disponibilidades, aplicações financeiras e CTNs encerrou o trimestre R\$39,7 milhões acima do total apresentado em 30 de abril de 2005. Esta elevação resulta do efeito combinado da tomada de crédito em operações de financiamento para o capital de giro da empresa (Adiantamentos de Contratos de Câmbio, adiantamento de clientes, empréstimos externos e conta garantida), do fluxo de caixa gerado nas nossas operações em excesso às amortizações de principal e pagamento de juros do trimestre e aos investimentos operacionais e da atualização do valor de face dos nossos CTNs, conforme estipulado pelo PESA.

Contas a Receber de Clientes

Apresentamos no trimestre um acréscimo de R\$24,8 milhões em nossas contas a receber de clientes. Deste total, R\$5,1 milhões refletiram a consolidação adicional de 52,5% dos ativos e passivos da FBA, e os R\$19,7 milhões restantes refletiram o grande impulso de faturamento observado no trimestre, 11,7% mais elevado que o faturamento do trimestre imediatamente anterior. Não houve alterações nas políticas comerciais da empresa no que tange prazos, bem como não houve ocorrência de perdas relevantes por inadimplência de clientes.

Estoques

Em decorrência da consolidação integral da FBA, houve também uma elevação de R\$48,1 milhões em nossos estoques de produtos em andamento. Adicionalmente, seguindo o ciclo típico da lavoura de cana-de-açúcar, formamos novos estoques de produtos acabados, o que produziu um aumento de R\$114,3 milhões nesta rubrica. Como resultado, em 31 de julho de 2005 os estoques encontravam-se R\$162,4 milhões acima dos valores apresentados em 30 de abril de 2005.

Adiantamento a Fornecedores

Nossos adiantamentos a fornecedores praticamente não se alteraram durante o trimestre. Do crescimento total de 9,1% do saldo, 8,0% decorreram da consolidação integral da FBA, e apenas o 1,1% restante decorreram do balanço líquido de atualizações monetárias sobre saldo devedor, novos adiantamentos e compensações efetuadas no período.

Empresas Ligadas (Circulante e Longo Prazo)

O saldo com empresas ligadas em 30 de abril de 2005 era principalmente composto por 52,5% dos adiantamentos efetuados à FBA para futura entrega de açúcar. A partir do momento em que a FBA passou a ser integralmente consolidada, deixamos de apresentar saldos relevantes nesta rubrica.

Impostos a Recuperar

O aumento dos saldos de impostos a recuperar no montante de R\$7,8 milhões contempla R\$7,5 milhões decorrentes da consolidação integral da FBA e apenas R\$0,3 milhões que refletem variações líquidas de adiantamentos, pagamentos ou compensações ocorridos no trimestre.

Depósitos Judiciais

A variação ocorrida no trimestre de R\$3,9 milhões, decorre das atualizações monetárias calculadas sobre o saldo de partida, novos depósitos relativos ao contencioso trabalhista e, principalmente, à adição de R\$2,9 milhões do saldo de depósitos anteriormente existentes da FBA.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Circulante e Longo Prazo)

A consolidação integral da FBA agregou provisões para contingências e outras diferenças temporais à base de cálculo de nossos tributos sobre a renda. O efeito líquido desta consolidação após realizações de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social foi um acréscimo de R\$5,5 milhões na soma dos saldos circulante e realizável a longo prazo de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Despesas Antecipadas

Os valores realizáveis a longo prazo de despesas antecipadas contemplam principalmente as despesas de estruturação e colocação de nossas *Senior Notes* ocorrida em outubro de 2004. Durante o trimestre a variação do saldo reflete a apropriação a resultado da parcela correspondente ao período.

Outros Créditos

Não houve variação relevante nos saldos das rubricas de outros créditos no circulante e no realizável a longo prazo.

Investimentos

A posição de investimentos contempla nossa participação de 32% no TEAS, incluindo o ágio que pagamos na subscrição de nossas ações. Como no trimestre o TEAS ainda encontrava-se em fase pré-operacional, não registramos resultado de equivalência patrimonial nem amortização do ágio, razão pela qual os saldos em 31 de julho e 30 de abril de 2005 são substancialmente os mesmos.

Imobilizado

Durante o trimestre encerrado em 31 de julho de 2005 efetuamos investimentos em nossos plantios de cana-de-açúcar e investimentos de manutenção e expansão de nossas usinas no montante de R\$49,9 milhões, que representaram aumento no imobilizado. Adicionalmente, em decorrência da consolidação integral da FBA, adicionamos ao imobilizado outros R\$108,3 milhões, correspondentes a 52,5% do valor dos ativos imobilizados existentes na FBA em 30 de abril de 2005. Adicionalmente, a cisão parcial ocorrida na Cosan com a retirada dos ativos da Amaralina representou uma redução de R\$304,4 milhões em nosso saldo de imobilizado em 31 de julho de 2005. Efetuamos ainda vendas de ativo imobilizado, cujo custo residual baixado somou R\$2,8 milhões no trimestre. Por fim, nosso ativo imobilizado foi depreciado no montante de R\$51,9 milhões no período. Todos estes efeitos combinados representaram, ao final, uma redução no saldo apresentado nesta rubrica de R\$201,0 milhões.

Diferido

Nosso ativo diferido é representado principalmente por ágios pagos na aquisição de diversas participações societárias no passado. Durante o trimestre, o efeito de consolidação integral da FBA contribuiu com adições de R\$59,0 milhões ao saldo inicial. No período, o total de amortizações de R\$34,3 milhões fez com que houvesse uma elevação líquida de R\$24,5 milhões no saldo apresentado nesta rubrica.

Empréstimos e Financiamentos, Notas Promissórias e Adiantamento de Clientes (Circulante e Longo Prazo)

No trimestre captamos R\$177,4 milhões em empréstimos e financiamentos. Além disto, nosso saldo de empréstimos e financiamentos foi acrescido em R\$21,8 milhões provenientes da consolidação integral da FBA. Provisionamos no trimestre R\$26,3 milhões em encargos financeiros sobre os empréstimos financeiros, incluindo variações monetárias. Sobre nossa dívida denominada em dólares, registramos o efeito positivo da apreciação do real frente ao dólar, o que gerou redução de R\$30,5 milhões sobre o valor da dívida em reais. Por fim, pagamos no trimestre R\$19,1 milhões de juros e outros encargos financeiros, e amortizamos R\$33,1 milhões de principal. Estas movimentações determinaram o aumento de R\$142,5 milhões nos saldos de empréstimos e financiamentos. Como não houve emissão ou amortização de notas promissórias durante o trimestre, o aumento de R\$20,6 milhões no saldo a pagar decorreu de: i) incorporação de 52,5% do valor das notas promissórias então registradas nos livros da FBA correspondentes à aquisição da Destivale, no montante de R\$24,6 milhões e ii) redução de R\$3,6 milhões decorrente de ajustes negativos de variações cambiais e monetárias (IGP-M) ocorridos no trimestre. Por fim, durante o trimestre não contratamos novos adiantamentos de clientes, porém registramos R\$4,5 milhões de despesa com juros, redução do saldo decorrente dos efeitos cambiais no montante de R\$12,9 milhões e pagamos R\$7,8 milhões de encargos e R\$63,4 milhões de principal durante o período. Com estas variações, nosso saldo a pagar decorrente de adiantamento de clientes reduziu-se em R\$79,4 milhões. A combinação de todos estes efeitos levou a soma dos saldos de empréstimos e financiamentos, notas promissórias e adiantamento de clientes a se elevar em R\$83,7 milhões no período.

Fornecedores

Da mesma forma que com relação aos estoques, a sazonalidade de nossos negócios impõe no primeiro trimestre a aquisição de cana-de-açúcar de fornecedores de forma mais acelerada ao crescimento das receitas. Assim, além de um crescimento de R\$11,0 milhões decorrente da consolidação de 52,5% dos saldos a pagar a fornecedores da FBA em 30 de abril de 2005, adicionamos também R\$69,5 milhões nesta rubrica por conta das compras realizadas no trimestre. Juntas, estas parcelas determinaram a variação de R\$80,5 milhões no valor total a pagar. Não houve alterações em nossa política de aquisição de cana de açúcar com fornecedores durante o trimestre.

Ordenados e Salários a Pagar

Os ordenados e salários a pagar cresceram R\$17,5 milhões no trimestre por conta da consolidação total da FBA (R\$3,0 milhões) e da contratação de trabalhadores safristas decorrente da sazonalidade da lavoura de cana-de-açúcar (R\$14,5 milhões).

Impostos e Contribuições Sociais a Recolher (Circulante e Longo Prazo)

Os saldos a recolher de impostos e contribuições sociais praticamente não sofreram alteração no trimestre. A consolidação de 52,5% dos impostos e contribuições sociais a recolher pela FBA fez aumentar o saldo inicial em R\$27,1 milhões. Por outro lado, diversos pagamentos e compensações de impostos, principalmente imposto de renda e contribuição social a recolher em aberto no início do trimestre, determinaram uma redução de R\$25,9 milhões nos valores em aberto. O resultado líquido destas variações foi de um aumento de R\$1,1 milhão.

Empresas Ligadas (Circulante e Longo Prazo)

Os saldos a pagar a empresas ligadas tiveram variação de R\$2,9 milhões no período, basicamente em função da cisão parcial da Amaralina, a qual deixou de ser consolidada por nós, evidenciando mútuo em aberto no valor de R\$2,5 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Reserva de Reavaliação (Circulante e Longo Prazo)

O crescimento líquido de R\$1,8 milhão do saldo desta rubrica foi decorrente da incorporação dos débitos tributários decorrentes de reavaliações registradas na FBA diminuído das realizações de reservas de reavaliação ocorridas no trimestre, em linha com a depreciação dos ativos reavaliados.

Provisão para Contingências

Não ocorreram no trimestre novas provisões ou reversões de provisões já constituídas com relação a contingências fiscais, cíveis ou trabalhistas. O aumento de R\$54,1 milhões no saldo provisionado reflete i) a consolidação de R\$28,8 milhões já existentes na FBA em decorrência de sua consolidação integral e ii) R\$25,3 milhões decorrentes de encargos financeiros calculados sobre as contingências já existentes.

Outras Obrigações (Circulante e Longo Prazo)

O crescimento das outras obrigações, da mesma forma que ocorreu com estoques, fornecedores e ordenados e salários a pagar, deveu-se à incorporação de 52,5% dos saldos pré-existentes na FBA (R\$6,5 milhões) e à sazonalidade típica de nossos negócios, com aumento dos valores a pagar a empreiteiros e transportadores, no montante de R\$16,3 milhões.

Participação Minoritária

O pequeno aumento de R\$0,3 milhões na participação minoritária reflete a participação de 4,9% dos acionistas minoritários no lucro líquido de R\$8,2 milhões apurado na Da Barra no trimestre.

Patrimônio Líquido

Durante o trimestre nosso patrimônio líquido foi significativamente afetado pelas operações de reestruturação societária ocorridas. Primeiramente, houve aumento de capital no valor de R\$75,8 milhões subscrito com ações da FBA. Houve também redução do patrimônio líquido em função da cisão parcial da Amaralina, no valor de R\$304,4 milhões. Além destas duas operações, o patrimônio líquido também foi reduzido pelos R\$6,2 milhões de prejuízo líquido apresentado no período. Como resultado, nosso patrimônio líquido apresentou uma redução líquida de R\$234,8 milhões no trimestre.

Exercício social encerrado em 30 de abril de 2005 comparado ao exercício social encerrado em 30 de abril de 2004

	Exercícios Encerrados em				
	30 de Abril de 2005		30 de Abril de 2004		Diferença (em milhões de reais)
	Saldo (em milhões de reais)	Como % do Total	Saldo (em milhões de reais)	Como % do Total	
Ativo					
Disponibilidades, Aplicações Financeiras e CTNs	R\$88,2	3,2	R\$152,4	6,1	R\$(64,2)
Contas a Receber de Clientes	119,1	4,4	73,9	3,0	45,1
Estoques	426,7	15,7	373,2	15,0	53,5
Adiantamento a Fornecedores	94,6	3,5	94,7	3,8	(0,1)
Empresas Ligadas	45,5	1,7	79,8	3,2	(34,3)
Impostos a Recuperar	41,7	1,5	37,1	1,5	4,5
Depósitos Judiciais	37,6	1,4	21,0	0,8	16,6
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	65,7	2,4	47,1	1,9	18,6
Despesas Antecipadas	11,3	0,4	-	-	11,3
Outros Créditos	24,3	0,9	23,6	0,9	0,6
Investimentos	13,1	0,5	0,3	-	12,8
Imobilizado	1.394,7	51,2	1.235,3	49,5	159,3
Diferido	360,0	13,2	356,7	14,3	3,3
Total do Ativo	2.722,4	100,0%	2.495,2	100,0%	227,1
Passivo					
Empréstimos e Financiamentos	R\$836,6	30,7	R\$602,7	24,2	R\$233,9
Fornecedores	94,4	3,5	52,7	2,1	42,2
Ordenados e Salários a Pagar	30,1	1,1	23,9	1,0	6,2
Impostos e Contribuições Sociais a Recolher	305,5	11,2	296,9	11,9	8,6
Adiantamentos de Clientes	268,8	9,9	443,1	17,8	(174,3)
Notas Promissórias	62,7	2,3	150,0	6,0	(87,4)
Empresas Ligadas	2,0	0,1	26,1	1,0	(24,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30,1	1,1	32,6	1,3	(2,5)
Provisão para Contingências	283,5	10,4	189,2	7,6	94,3
Outras Obrigações	41,8	1,5	43,7	1,8	(2,0)
Participação Minoritária	3,5	0,1	33,3	1,3	(29,9)
Patrimônio Líquido	762,9	28,0	601,0	24,1	161,9
Total do Passivo	2.722,4	100,0%	2.495,2	100,0%	227,1

Disponibilidades, Aplicações Financeiras e CTNs

Ao longo do exercício social encerrado em 30 de abril de 2005 utilizamos parte do saldo inicial de caixa na redução de nossa dívida bruta, e, desta forma, o efeito líquido contemplando a geração operacional de caixa, os investimentos efetuados e a atualização monetária de nossos CTNs foi uma redução de nossas disponibilidades e aplicações financeiras em R\$64,2 milhões.

Contas a Receber de Clientes

Nosso saldo a receber de clientes cresceu R\$45,1 milhões no exercício social, combinando um crescimento de 20,3% no nosso faturamento bruto com uma melhor distribuição das vendas ao longo do ano. Com efeito, enquanto no exercício social encerrado em 30 de abril de 2004 o último trimestre concentrou apenas 19% das vendas totais do exercício, no último trimestre deste exercício social as vendas representaram 25% do nosso faturamento anual. Não houve ao longo do exercício social alterações significativas em nossa política de concessão de crédito e prazos para pagamento de nossas vendas.

Estoques

O crescimento de R\$53,5 milhões em nossos estoques ao longo do exercício social refletiu fundamentalmente o aumento de nossos volumes de vendas (6,3% de aumento no volume de açúcar e 8,0% de aumento no volume de álcool vendido) e o aumento dos custos unitários de produção (12,8% e 7,8% do açúcar e do álcool, respectivamente).

Adiantamento a Fornecedores

Apesar de toda a movimentação de compras de cana-de-açúcar de fornecedores e seus respectivos pagamentos, não houve alterações significativas no saldo final em aberto de adiantamento a fornecedores.

Empresas Ligadas (Circulante e Longo Prazo)

A expressiva redução do saldo a receber de empresas ligadas foi reflexo principalmente de dois movimentos ocorridos durante o exercício social: i) realização de mútuo a receber da Pedro Ometto S.A. Administração e Participações, de R\$62,8 milhões em 30 de abril de 2004; e ii) empréstimos adicionais à FBA para financiamento de seu capital de giro, sob a forma de adiantamentos para futura entrega de açúcar, no montante líquido de R\$28,4 milhões.

Impostos a Recuperar

O crescimento de R\$4,5 milhões no saldo de impostos a recuperar seguiu basicamente o crescimento do nível de atividades da empresa, em linha com o crescimento das receitas líquidas no mesmo período.

Depósitos Judiciais

Ao longo do exercício nosso saldo de depósitos judiciais aumentou em R\$16,6 milhões. Registramos neste período a incorporação de depósitos já existentes na Destivale, no valor somado de R\$1,5 milhão, bem como registramos atualizações monetárias sobre o saldo inicial, que não vinha sendo corrigido em anos anteriores, no montante de R\$14,6 milhões. Não houve adições e baixas em valores relevantes no exercício.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Circulante e Longo Prazo)

A elevação no saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos em R\$18,6 milhões incluem o crédito tributário calculado sobre a provisão não recorrente para contingências relativo à pauta fiscal na Da Barra, de R\$32,0 milhões, e outros ajustes sobre a base de cálculo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias.

Despesas Antecipadas

Em outubro de 2004 nós registramos como despesas antecipadas R\$16,3 milhões relativos às comissões e encargos de colocação de nossas *Senior Notes*, para serem realizadas contra despesas financeiras proporcionalmente ao prazo das notas. Descontando-se a parcela circulante, classificada em outros créditos, e as apropriações a resultado ocorridas no próprio período, apresentamos em 30 de abril de 2005 um saldo de R\$11,3 milhões superior relativamente ao período encerrado em 30 de abril de 2004.

Outros Créditos

Não houve variação relevante nos saldos das rubricas de outros créditos no circulante e no realizável a longo prazo.

Investimentos

A variação de R\$12,8 milhões em investimentos reflete a aquisição de 40% das ações do TEAS, pelo valor total de R\$13,0 milhões, sendo R\$4,7 milhões na forma de ágio em relação ao valor patrimonial.

Imobilizado

Nosso ativo imobilizado apresentou um crescimento de R\$159,3 milhões no exercício social. Os principais itens que explicam esta variação foram: i) novas imobilizações operacionais, incluindo plantios e aquisição de equipamentos para manutenção e expansão de nossas usinas no montante de R\$122,1 milhões; ii) consolidação de ativo imobilizado da Destivale, adquirida indiretamente através da FBA durante o exercício, no valor de R\$14,1 milhões; iii) recebimento de terras da Santa Bárbara por subscrição de capital, no montante de R\$64,0 milhões; iv) reavaliação parcial de nossos ativos no montante de R\$91,9 milhões; v) venda de alguns de nossos ativos imobilizados com redução líquida do custo no montante de R\$10,6 milhões; vi) realização de reavaliação com redução do valor líquido dos ativos de R\$10,0 milhões; e vii) depreciação de nossos ativos, inclusive amortização dos plantios de cana-de-açúcar, no montante de R\$112,2 milhões.

Diferido

Nosso ativo diferido é representado principalmente por ágios pagos na aquisição de diversas participações societárias no passado. Durante o exercício social aumentamos nossa participação direta e indireta na Da Barra, pagando ágio no montante de R\$96,5 milhões. Por outro lado, a carga de amortização dos ágios já existentes e a parcela de amortização destes ágios ocorrida durante o exercício totalizou R\$93,2 milhões. Assim, nosso ativo diferido aumentou R\$3,3 milhões no exercício.

Empréstimos e Financiamentos, Notas Promissórias e Adiantamento de Clientes (Circulante e Longo Prazo)

No exercício captamos R\$281,4 milhões em empréstimos e financiamentos além de R\$570,7 milhões em *Senior Notes*. Captamos também R\$415,6 milhões em adiantamento de clientes, e emitimos notas promissórias para a aquisição da Destivale no valor de R\$36,6 milhões. Toda a captação do período foi utilizada para rolagem de nossas dívidas, inclusive de notas promissórias e adiantamento de clientes, através de pagamentos que somaram R\$1.319,4 milhões, inclusive encargos pagos. Como resultado, conseguimos descontos financeiros na antecipação de algumas amortizações, bem como alteramos o perfil de nosso endividamento, anteriormente com 65,2% de seu vencimento no curto prazo, para apenas 20,7% com vencimento no curto prazo. Considerando também as despesas de juros, variações monetárias e variações cambiais do período, o total de empréstimos e financiamentos se elevou em R\$233,9 milhões, os adiantamentos de clientes se reduziram em R\$ 174,3 milhões e as notas promissórias diminuíram em R\$87,4 milhões. O resultado líquido foi uma redução de R\$27,7 milhões no saldo total.

Fornecedores

Nosso saldo a pagar a fornecedores, principalmente fornecedores de cana-de-açúcar, aumentou em R\$42,2 milhões (ou 80,1%) no exercício social, muito acima do aumento relativo do volume de operações da empresa. Na prática, nosso saldo com fornecedores de cana-de-açúcar está atrelado à política de compra habitual do setor, segundo a qual 80% do preço da cana-de-açúcar é pago à vista e 20% do valor retido é pago somente após o final da safra, quando o preço é definitivamente determinado pelo Consecana. Devido ao fato do preço da cana-de-açúcar ter declinado ao longo do exercício terminado em abril de 2004, o montante retido e provisionado como contas a pagar a fornecedores superou largamente o valor efetivamente devido. Desta forma, naquele ano o valor a pagar foi revisto para baixo, revertendo-se os resultados ao custo e aos estoques. Como no exercício social o comportamento de preços da cana-de-açúcar foi precisamente o inverso, nosso saldo final a pagar contempla integralmente a parcela de 20% retida durante as compras da safra, ajustada para cima em função do preço final ter sido superior àquele efetivamente pago ao longo da safra.

Ordenados e Salários a Pagar

O crescimento de R\$6,2 milhões do saldo de ordenados e salários a pagar decorreu tanto do aumento do número de empregados ao final do exercício social, quanto do aumento dos salários médios em função dos reajustes anuais negociados com nossos empregados.

Impostos e Contribuições Sociais a Recolher (Circulante e Longo Prazo)

Nossos impostos e contribuições sociais a recolher aumentaram R\$8,6 milhões no exercício, impulsionados pelo provisionamento de imposto de renda e contribuição social a recolher de R\$18,9 milhões apurados sobre o lucro tributável do exercício social.

Empresas Ligadas (Circulante e Longo Prazo)

Os saldos a pagar à Usina Costa Pinto (R\$6,9 milhões) e São Francisco (R\$18,7 milhões) foram substancialmente liquidados ao longo do exercício social, de forma que houve redução de R\$24,1 milhões no saldo em aberto na comparação das duas datas.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Reserva de Reavaliação (Circulante e Longo Prazo)

A reavaliação de R\$91,9 milhões constituída no período sobre propriedades rurais, por não serem depreciadas, não ensejaram constituição de provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos. Assim, em função das realizações de reavaliações já existentes que acompanharam a depreciação dos ativos reavaliados, nosso saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação foi reduzido em R\$2,5 milhões no período.

Provisão para Contingências

O expressivo crescimento de R\$94,3 milhões de provisões para contingências foi formado por três principais eventos ocorridos durante o exercício social: i) constituição de nova provisão no valor de R\$32,0 milhões referente a ICMS pauta fiscal na Da Barra; ii) utilização de crédito-prêmio de IPI para liquidação de diversos tributos federais no montante de R\$36,0 milhões; e iii) provisionamento de encargos financeiros sobre as contingências já existentes.

Outras Obrigações (Circulante e Longo Prazo)

Não houve variação relevante nos saldos das rubricas de outras obrigações no circulante e no realizável a longo prazo.

Participação Minoritária

A grande redução no valor da participação minoritária deveu-se ao aumento da nossa participação no capital da Da Barra, que era de 52,4% em 30 de abril de 2004 e passou a ser de 95,1% em 30 de abril de 2005.

Patrimônio Líquido

No exercício social ocorreram as seguintes mutações patrimoniais que determinaram o crescimento de nosso patrimônio líquido em R\$161,9 milhões: i) aumento de capital, integralizado com conferência de propriedades rurais da Santa Bárbara (R\$64,1 milhões); ii) reavaliação de propriedades rurais (R\$91,9 milhões); iii) reversão de reavaliação em controlada (R\$10,0 milhões); iv) lucro líquido apurado no exercício (R\$17,1 milhões) e provisionamento de dividendos a pagar (R\$1,6 milhão).

Exercício social encerrado em 30 de abril de 2004 comparado ao exercício social encerrado em 30 de abril de 2003

	Exercícios Encerrados em				
	30 de Abril de 2004		30 de Abril de 2003		Diferença (em milhões de reais)
	Saldo (em milhões de reais)	Como % do Total	Saldo (em milhões de reais)	Como % do Total	
Ativo					
Disponibilidades, Aplicações Financeiras e CTNs	R\$152,4	6,1	R\$130,9	6,1	R\$21,4
Contas a Receber de Clientes	73,9	3,0	55,3	2,6	18,6
Estoques	373,2	15,0	324,8	15,1	48,5
Adiantamento a Fornecedores	94,7	3,8	99,0	4,6	(4,2)
Empresas Ligadas	79,8	3,2	40,6	1,9	39,2
Impostos a Recuperar	37,1	1,5	37,3	1,7	(0,2)
Depósitos Judiciais	21,0	0,8	18,6	0,9	2,4
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	47,1	1,9	28,9	1,3	18,2
Outros Créditos	23,6	0,9	48,6	2,3	(25,0)
Investimentos	0,3	-	88,0	4,1	(87,7)
Imobilizado	1.235,3	49,5	881,4	41,0	353,9
Diferido	356,7	14,3	396,4	18,4	(39,7)
Total do Ativo	2.495,2	100,0%	2.149,8	100,0%	345,5
Passivo					
Empréstimos e Financiamentos	R\$602,7	24,2	R\$493,5	23,0	R\$109,1
Fornecedores	52,7	2,1	120,1	5,6	(67,4)
Ordenados e Salários a Pagar	23,9	1,0	23,5	1,1	0,4
Impostos e Contribuições Sociais a Recolher	296,9	11,9	255,2	11,9	41,7
Adiantamentos de Clientes	443,1	17,8	360,7	16,8	82,4
Notas Promissórias	150,0	6,0	186,2	8,7	(36,1)
Empresas Ligadas	26,1	1,0	86,3	4,0	(60,2)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32,6	1,3	41,7	1,9	(9,1)
Provisão para Contingências	189,2	7,6	145,6	6,8	43,7
Outras Obrigações	43,7	1,8	70,0	3,3	(26,3)
Participação Minoritária	33,3	1,3	(8,2)	(0,4)	41,5
Patrimônio Líquido	601,0	24,1	375,1	17,4	225,9
Total do Passivo	2.495,2	100,0%	2.149,8	100,0%	345,5

Disponibilidades, Aplicações Financeiras e CTNs

Encerramos o exercício social de 2004 com um saldo de disponibilidades, aplicações financeiras e CTNs R\$21,4 milhões acima do saldo inicialmente existente, através da geração operacional de caixa do período, da renovação de algumas de nossas linhas de crédito em excesso ao montante amortizado no período, aos investimentos realizados e à atualização do valor de face de nossos CTNs, conforme estipulado pelo PESA.

Contas a Receber de Clientes

Enquanto nosso faturamento bruto cresceu 12,7% no exercício social, nosso saldo de contas a receber de clientes cresceu 33,7%, encerrando o exercício social de 2004 R\$18,6 milhões acima do saldo em 30 de abril de 2003. O descompasso deveu-se ao aumento do prazo médio de recebimento, de 14,1 para 16,8 dias equivalentes de receita líquida. A principal razão para este crescimento reside na maior concentração de vendas no mercado interno ao final do exercício de 2004, com prazos de recebimento maiores que as vendas no mercado externo.

Estoques

O crescimento de R\$48,5 milhões em estoques (14,9%) reflete principalmente o aumento do volume de operações da empresa, como o volume de cana moída que cresceu 23,3% no exercício social. Em termos de giro, houve uma pequena elevação, de 82,9 para 84,7 dias equivalentes de receita líquida.

Adiantamento a Fornecedores

Não houve variação relevante nos saldos da rubrica de adiantamento a fornecedores.

Empresas Ligadas (Circulante e Longo Prazo)

Três principais eventos determinaram a elevação de R\$39,2 milhões nos saldos de empresas ligadas durante o exercício: i) remessa de recursos à FBA, na forma de adiantamentos para futura entrega de açúcar (aproximadamente R\$15,3 milhões); ii) remessa de R\$62,8 milhões à Pedro Ometto S.A. Administração e Participações, remunerados por IGPM mais 1% ao mês; e iii) em direção oposta, redução de R\$29,5 milhões do valor a receber da Cosan Portuária em função de sua consolidação.

Impostos a Recuperar

Não houve variação relevante nos saldos da rubrica de impostos a recuperar.

Depósitos Judiciais

O aumento de R\$2,4 milhões refletiu principalmente novos depósitos judiciais efetuados no período, em contraposição às provisões para contingências constituídas no mesmo exercício.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Circulante e Longo Prazo)

O aumento de R\$18,2 milhões no saldo de tributos diferidos refere-se principalmente à inclusão de diversas provisões para contingências já existentes na Da Barra à base de cálculo para créditos tributários.

Outros Créditos

Houve redução de R\$25,0 milhões nos saldos de outros créditos, principalmente em função de recebimentos de créditos decorrentes de vendas de ativo fixo que encontravam-se em aberto em 30 de abril de 2003.

Investimentos

A redução praticamente integral de R\$87,7 milhões do saldo em aberto, de R\$88,0 milhões em 30 de abril de 2003 para R\$0,3 milhão em 30 de abril de 2004, deveu-se ao processo de reestruturação societária, na qual foi desfeita nossa participação cruzada no capital de uma de nossas acionistas, a Costa Pinto S.A..

Imobilizado

Nosso ativo imobilizado apresentou no exercício um crescimento de R\$353,9 milhões. Este crescimento foi determinado pelos seguintes eventos: i) investimentos operacionais em plantios de cana-de-açúcar e manutenção e aquisição de equipamentos para nossas usinas de R\$96,8 milhões; ii) aquisição e consolidação dos ativos imobilizados da Cosan Portuária, da Cosan Refinadora e da Amaralina, no valor de R\$143,8 milhões; iii) reavaliação de ativos, principalmente nossas terras e terras da Amaralina e da Agrícola Ponte Alta, no montante total de R\$227,3 milhões; iv) ágio no recebimento das ações da Amaralina, no valor de R\$10,0 milhões; v) venda de ativos com baixa de custo no valor de R\$22,4 milhões; e vi) depreciação e amortização dos plantios no valor de R\$101,6 milhões.

Diferido

Nosso ativo diferido é representado principalmente por ágios pagos na aquisição de diversas participações societárias no passado. Durante o exercício social aumentamos nossa participação direta e indireta na Da Barra pagando ágios no montante líquido de amortizações para compensar ganhos de capital de R\$35,3 milhões, através da capitalização de recursos na Da Barra. Adquirimos também a totalidade das ações da Nova Usati S.A. Refinadora de Açúcar (atualmente Cosan Refinadora), com ágio pago no valor de R\$6,8 milhões. Por outro lado, a carga de amortização dos ágios já existentes e a parcela de amortização destes ágios ocorrida durante o exercício totalizou R\$83,8 milhões. Assim, nosso ativo diferido foi reduzido em R\$39,7 milhões no exercício.

Empréstimos e Financiamentos, Notas Promissórias e Adiantamento de Clientes (Circulante e Longo Prazo)

Ao longo do exercício social financiamos nossa necessidade de capital de giro com linhas de curto prazo, principalmente Adiantamentos de Contrato de Câmbio e adiantamentos de clientes. Como resultados, giramos significativamente nosso endividamento, tendo feito captações de empréstimos e financiamentos no montante de R\$765,3 milhões e captações de adiantamentos de clientes no montante de R\$652,3 milhões. Financiamos a aquisição das ações da Nova Usati S.A. Refinadora de Açúcar (atualmente Cosan Refinadora) com a emissão de R\$13,2 milhões em notas promissórias. Toda esta captação serviu também para girar aproximadamente R\$1.362,7 milhões que pagamos de empréstimos e financiamentos, notas promissórias e adiantamento de clientes, entre principal e juros. Assim, considerando-se ainda que as dívidas foram corrigidas por encargos e variações monetárias e cambiais, tivemos nossos saldos de dívida aumentados em R\$155,4 milhões.

Fornecedores

Nosso saldo a pagar a fornecedores apresentou uma forte redução de R\$67,4 milhões em decorrência da queda de preços de nossos produtos ao longo da safra, que determinaram queda nos preços da cana-de-açúcar que compramos. Ao longo do exercício, quando efetuamos as compras, desembolsamos 80% dos valores devidos e retivemos os 20% restantes, classificando-os em como fornecedores, para serem liquidados somente após o término da safra quando o preço Consecana fosse de fato consolidado. Com a mencionada queda gradativa de preços, ao final do exercício social ajustamos para baixo o valor efetivamente ainda devido aos fornecedores de cana-de-açúcar, o que explicou substancialmente a variação de saldo acima mencionada.

Ordenados e Salários a Pagar

Não houve variação relevante nos saldos da rubrica de ordenados e salários a pagar.

Impostos e Contribuições Sociais a Recolher (Circulante e Longo Prazo)

Houve uma elevação de R\$41,7 milhões em impostos e contribuições sociais a recolher, determinada principalmente por dois efeitos opostos: i) primeiro houve uma redução de R\$37,8 milhões referentes a liquidação do imposto de renda e contribuição social a recolher que estavam registrados em 30 de abril de 2003; ii) depois houve um acréscimo líquido de R\$85,5 milhões referentes à consolidação de diversos débitos tributários junto à Secretaria da Receita Federal e ao Instituto Nacional do Seguro Social que estavam anteriormente em discussão judicial e que foram enquadrados no Programa de Parcelamento Especial – PAES.

Empresas Ligadas (Circulante e Longo Prazo)

A expressiva redução de R\$60,2 milhões nos saldos a pagar a empresas ligadas deveu-se à liquidação dos saldos em aberto em 30 de abril de 2003 junto à Tamandupá Ltda. e à Usina Santa Bárbara S.A. Açúcar e Alcool, sendo que ambos os saldos tiveram origem nas operações de reestruturação societária pela qual nós passamos ao longo do exercício.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Reserva de Reavaliação (Circulante e Longo Prazo)

Em 2004 reduzimos em R\$9,1 milhões o valor de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação fundamentalmente em função de realinhamento de práticas contábeis, com a exclusão de reserva de reavaliação reflexa decorrente de mais valia de terras na Agrícola Ponte Alta S.A. da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos, além de pequena realização de reservas decorrentes da depreciação de ativos reavaliados.

Provisão para Contingências

Durante o exercício social foram revertidas provisões para contingências no montante líquido de R\$2,3 milhões. Todavia, compensamos diversos tributos com crédito-prêmio de IPI, razão principal pela qual apresentamos um aumento de R\$43,7 milhões no saldo total desta rubrica.

Outras Obrigações (Circulante e Longo Prazo)

Tivemos redução de R\$26,3 milhões em nossas outras obrigações ao longo do exercício social, decorrente principalmente da liquidação de dívidas relacionadas a aquisição de soqueiras e dívidas originárias na aquisição da usina Rafard.

Participação Minoritária

A variação expressiva da participação minoritária refletiu o aumento de nossa participação acionária direta e indireta no capital da Da Barra, bem como sua mutação patrimonial.

Patrimônio Líquido

Os itens de mutação patrimonial que determinaram o crescimento de nosso patrimônio líquido em R\$225,9 milhões foram: i) aumento de capital de R\$4,4 milhões; ii) constituição de reserva de reavaliação própria e em controladas no montante de R\$193,0 milhões; iii) lucro líquido do exercício no montante de R\$32,3 milhões e; iv) provisionamento de dividendos a pagar no montante de R\$3,0 milhões.

Liquidez e Recursos de Capital

A situação financeira e a liquidez são e serão influenciadas por diversos fatores, entre eles:

- nossa capacidade de gerar fluxos de caixa em nossas operações;
- nosso nível de endividamento e encargos a pagar que afetam as despesas financeiras;
- taxas de juros internacionais e domésticas que afetam o serviço da dívida;
- nossa capacidade de continuar a levantar recursos junto às instituições financeiras brasileiras e internacionais e de obter financiamentos do tipo “pré-exportação” junto a determinados clientes; e
- nossas exigências de investimentos, que basicamente consistem em investimentos no plantio das lavouras e na compra e manutenção de equipamentos.

Classificamos as exigências de caixa e fontes de liquidez como exigências recorrentes e não recorrentes. As exigências de caixa recorrentes consistem tradicionalmente nos seguintes componentes:

- exigências de capital de giro;
- serviço da dívida; e
- investimentos relacionados ao plantio das lavouras de cana-de-açúcar e manutenção e expansão das instalações produtivas.

As fontes recorrentes de liquidez tradicionalmente consistem dos seguintes elementos:

- fluxos de caixa de atividades operacionais; e
- adiantamentos de clientes e empréstimos bancários de curto e longo prazos.

As exigências de caixa não recorrentes consistem nos seguintes elementos:

- investimentos relacionados a novas aquisições;
- recursos alocados para reestruturar novas aquisições.

As fontes não recorrentes de liquidez consistem no seguinte:

- financiamento de nossas aquisições mediante emissão de notas promissórias de longo prazo a favor dos vendedores;
- empréstimos e obrigações de longo prazo; e
- aportes de capital pelos acionistas.

No exercício social de 2005, o fluxo de caixa gerado pelas operações foi usado basicamente em atividades de investimento (basicamente para adquirir equipamentos, e participações no capital de outras companhias), em exigências de capital de giro e para atender às obrigações de dívidas em aberto. Em 31 de julho de 2005 e 30 de abril de 2005, nosso caixa e equivalentes e aplicações financeiras totalizavam R\$75,1 milhões e R\$40,0 milhões, respectivamente. Adicionalmente, em 31 de julho de 2005 e 30 de abril de 2005, nossos adiantamentos a fornecedores, principalmente a produtores de cana-de-açúcar, totalizavam R\$103,2 milhões e R\$94,6 milhões, respectivamente, e apresentávamos R\$51,5 milhões e R\$47,0 milhões, respectivamente, em Certificados do Tesouro Nacional.

Investimentos

Nossos investimentos em propriedades, usinas e equipamentos, inclusive através de aquisições e gastos na formação de lavouras totalizaram R\$200,1 milhões no exercício social de 2005, R\$240,6 milhões no exercício social de 2004 e R\$469,2 milhões no exercício social de 2003. Excetuando-se aqueles investimentos efetuados através de aquisições de participações, os nossos investimentos operacionais totalizaram R\$122,1 milhões no exercício social de 2005, R\$96,8 milhões no exercício social de 2004 e R\$106,1 milhões no exercício social de 2003.

No exercício social de 2005, nossos principais investimentos incluíram a aquisição do Grupo Destivale, aumento da nossa participação na Da Barra, aquisição de participação de 40% no TEAS, hoje reduzida para 32%, e o plantio da lavoura de cana-de-açúcar e a compra de equipamentos.

No exercício social de 2004, nossos maiores investimentos incluíram a compra de terras, a aquisição da Cosan Refinadora e 90,0% do capital social da Cosan Portuária, investimentos no plantio da lavoura de cana-de-açúcar e compras de equipamentos. Grandes investimentos no exercício social de 2003 incluíram a aquisição da Da Barra, investimentos no plantio de lavouras de cana-de-açúcar e na compra de equipamentos.

Embora atualmente não tenhamos compromissos substanciais específicos de investimentos, pretendemos investir aproximadamente de R\$120 milhões a R\$180 milhões no exercício social de 2006 na formação de novas lavouras e na manutenção de nossas usinas.

Capital de Giro

Definimos capital de giro como nosso ativo circulante, exceto caixa, aplicações financeiras e adiantamentos a fornecedores e CTNs, *menos* o passivo circulante, exceto empréstimos e financiamentos, empresas ligadas, adiantamentos de clientes e notas promissórias.

Tínhamos um capital de giro consolidado de R\$414,2 milhões em 30 de abril de 2005, em comparação ao capital de giro consolidado de R\$354,1 milhões em 30 de abril de 2004, principalmente devido a:

- um aumento de R\$45,2 milhões nas contas a receber de clientes, basicamente resultante de um maior volume de vendas no mercado doméstico, bem como um aumento nas exportações de álcool combustível;
- um aumento de R\$53,5 milhões em estoques, basicamente resultante de maiores volumes que foram transferidos para venda no exercício social de 2006, com perspectivas de preços melhores;
- um aumento de R\$28,7 milhões em contas a receber de partes relacionadas, basicamente resultante de operações de adiantamento à FBA para futura entrega de açúcar;
- um aumento de R\$42,2 milhões em contas a pagar a fornecedores, basicamente resultante de um maior volume de produção industrial; e
- um aumento de R\$23,7 milhões em impostos a pagar, também em função do aumento da receita.

Política de Hedge

Nós operamos em um mercado caracterizado por grande volatilidade de preços de nossos principais produtos. Esta volatilidade nos deixa expostos a riscos no valor de realização de nossas receitas, ao passo que a maior parte dos nossos custos não acompanha estas variações de preços.

Nossa estrutura de custos pode ser dividida em custos atrelados aos preços de nossos produtos e custos não atrelados aos preços de nossos produtos. Os custos relacionados à aquisição de cana-de-açúcar de fornecedores e os custos relacionados ao arrendamento de terras para o cultivo da cana-de-açúcar são exemplos de custos atrelados ao preço dos nossos produtos, que atualmente representam aproximadamente 25% de nossa estrutura total de custos e despesas operacionais. Os 75% restantes são custos que não guardam relação com os preços de nossos produtos, gerando a uma significativa alavancagem operacional em relação aos preços de nossos principais produtos. Essa alavancagem operacional potencializa os efeitos da volatilidade de preços nos nossos resultados, com um impacto direto nas nossas margens operacionais, geração de caixa e lucratividade.

Considerando nossa estratégia de forte crescimento, entendemos que devemos gerenciar ativamente a volatilidade dos nossos resultados e manter como requisitos mínimos para sustentabilidade econômica do nosso negócio uma geração de caixa suficiente para efetuarmos os investimentos operacionais correspondentes ao plantio, bem como para saldar o serviço de nossa dívida. Para reduzirmos a volatilidade dos nossos resultados e assegurarmos um determinado nível de geração de caixa, adotamos uma política de hedge através da fixação de preços futuros. Nossa política consiste na fixação dos preços de aproximadamente 25% dos nossos volumes de vendas, atendendo o requisito de que cada fixação de preço deva ser efetuada acima de uma margem mínima aceitável, calculada a partir de um custo operacional unitário estimado. Procuramos não fixar antecipadamente o volume de produção restante e manter parte da nossa alavancagem operacional em relação aos preços de venda. Como nossos custos são, em sua grande maioria, expressos em reais, os preços fixados em nossa política de hedge são também fixados em reais, e não em dólares. Isto equivale dizer que nossa política de hedge envolve a fixação do preço de venda dos nossos produtos e a fixação de taxa de câmbio para o volume "hedgeado". Como os mercados de açúcar para exportação, tanto o VHP como o refinado, são os únicos que oferecem liquidez para fixação dos preços futuros, operacionalizamos nossa estratégia de hedge para todos os nossos produtos através de operações de fixação de preço nesses dois mercados.

Com essa estratégia, acreditamos que, mesmo em um cenário de queda dos preços de médio prazo (12 a 24 meses), manteríamos nossos resultados e geração de caixa em patamares considerados suficientes para a manutenção do nosso programa de investimentos operacionais e para honrarmos o serviço de nossa dívida, sem necessidade de aumentarmos o endividamento.

Julgamos apropriada a manutenção de nossa atual política de hedge enquanto prosseguirmos em nossa estratégia de crescimento acelerado e mantivermos nosso atual grau de endividamento. Caso nossa estratégia seja alterada, revisaremos nossa política de hedge e ajustar, se necessário, os percentuais de fixação de preços dos nossos volumes de vendas.

Planos de Fontes e Utilização do Caixa

Prevemos que gastaremos aproximadamente R\$120 milhões para cumprir as obrigações contratuais com encargos financeiros da dívida no exercício social de 2006, sendo que este valor pode variar de acordo com diversos índices de inflação, juros e taxa de câmbio, que somente serão conhecidos após 30 de abril de 2006. Adicionalmente, prevemos gastar aproximadamente R\$100 milhões para o pagamento de arrendamento de parte das terras que utilizamos para o plantio, cultivo e colheita da cana-de-açúcar, sendo que este valor está diretamente relacionado ao efetivo valor do ATR calculado pela CONSECANA, que somente será conhecido após o final da safra 05/06. Por fim, estimamos gastar aproximadamente R\$150 milhões com investimentos nos plantios programados para o ano e em máquinas e equipamentos para manutenção de nossas usinas. Esperamos atender a estas exigências de caixa principalmente através de caixa gerado por nossos negócios, bem como através do refinanciamento de parte das dívidas de curto prazo em aberto, como os adiantamentos de contrato de câmbio e os adiantamentos de clientes, conforme forem vencendo.

Empréstimo da IFC

Em 28 de junho de 2005, contratamos uma linha de crédito de US\$70,0 milhões do IFC. Pretendemos utilizar o produto dos empréstimos (os “Empréstimos da IFC”), na expansão e modernização das nossas usinas e refinarias. Os Empréstimos da IFC dividem-se em: (i) um empréstimo de até US\$50,0 milhões, (o “Empréstimo ‘A’” da IFC); e (ii) um empréstimo de até US\$20,0 milhões (o “Empréstimo ‘C’”) da IFC. Os recursos do Empréstimo C foram desembolsados em 14 de outubro de 2005 e do Empréstimo A ainda não foram desembolsados.

Os juros incidentes sobre os Empréstimos da IFC são devidos semestralmente e quando vencidos em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano, à taxa LIBOR mais 3,75% ao ano. Conforme os termos do Contrato de Empréstimo da IFC, concedemos à IFC uma opção de conversão do Empréstimo “C”, total ou parcialmente, por uma quantidade de ações ordinárias de nossa emissão, calculada com base no valor do Empréstimo “C” da IFC dividido pelo Preço por Ação no âmbito desta Oferta. Em 7 de novembro de 2005, o IFC comunicou à nossa Companhia sua intenção de exercer sua opção de conversão com relação ao valor equivalente a US\$5,0 milhões do desembolso referente ao Empréstimo “C”. Tendo em vista o exercício parcial pela IFC da sua opção, o valor principal em aberto do Empréstimo “C” da IFC será pago em uma única parcela em 15 de janeiro de 2013, com opção de pré-pagamento. Sobre o Empréstimo “C” da IFC incidirão juros adicionais a uma taxa calculada com base em uma fórmula vinculada ao EBITDA indicado nas Demonstrações Financeiras para o exercício social em questão. O Empréstimo “A” da IFC quando desembolsado, será devido em 12 parcelas semestrais, com início em 15 de julho de 2007.

Em garantia aos Empréstimos da IFC constituímos hipoteca sobre a usina Da Barra e alguns bens imóveis da Da Barra. Além disso, os Empréstimos da IFC são solidariamente garantidos pelo nosso Acionista Controlador Indireto, Da Barra, Amaralina, Cosan Portuária e Agrícola Ponte Alta S.A. Os Empréstimos da IFC contemplam algumas obrigações contínuas de nossa responsabilidade, inclusive, dentre outras, limitação ao pagamento dos dividendos e a assunção de novas dívidas caso alguns coeficientes financeiros não sejam atingidos.

Os Empréstimos da IFC incluem determinadas obrigações da nossa parte, incluindo, mas não limitadas a, restrições ao pagamento de dividendos e na contratação de endividamentos adicionais, exceto se determinados índices financeiros forem mantidos. Como resultado, nós não podemos contratar dívidas adicionais se após a contratação de tais dívidas nosso índice de ativos correntes sobre passivos correntes for inferior a 1,3, nosso índice de endividamento de longo prazo sobre patrimônio líquido for superior a 1,3, e nossa dívida líquida sobre o EBITDA exceder 3,5. O cumprimento de tais obrigações pode vir a limitar nossa flexibilidade em nos antecipar ou reagir a mudanças em nossas atividades, limitando os recursos que poderíamos obter por meio de empréstimos ou no mercado para realização de investimentos, aquisições e outros projetos. A contratação de dívidas em violação a esta obrigação poderá resultar em uma violação dos *covenants* nossas *Senior Notes*, possibilitando aos detentores de tais *Senior Notes* antecipar o vencimento dos montantes principais em aberto, de modo que se tornem exigíveis imediatamente.

Ademais, como condição prévia do Contrato de Empréstimo da IFC, nós, juntamente com nosso Acionista Controlador Indireto, alguns de nossos Acionistas Controladores e controladas celebramos um Contrato de Direitos de Participação Acionária (*Equity Rights Agreement*) com a IFC, segundo o qual direitos de *tag along* e uma opção de venda foram concedidos à IFC, e nossos Acionistas Controladores se obrigaram a manter pelo menos 51% de participação acionária direta ou indireta, em nosso capital social. Vide “*Principais Acionistas – Acordos de acionistas e outros acordos – IFC*”.

Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA

Com o objetivo de promover o alongamento das dívidas contraídas por produtores rurais e equalizar os respectivos encargos financeiros à realidade econômico-financeira dos mesmos, foi aprovada em novembro de 1995 a Lei 9.138, posteriormente regulamentada pela Resolução 2.471 do Banco Central de 26 de fevereiro de 1998, as quais juntas estabeleceram as diretrizes do Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA.

O PESA proporcionou aos produtores rurais com dívidas contraídas sob determinadas condições a faculdade de adquirir, na data da renegociação, CTNs cuja finalidade única era de viabilizar a reestruturação da dívida rural. Foi estipulado que o valor de face dos CTNs seria equivalente ao valor da dívida renegociada, e que teriam vencimento em 20 anos a partir da data de sua emissão. Foi da mesma forma estipulado que o preço de aquisição dos CTNs seria calculado por seu valor presente, descontados à taxa de 12% ao ano, ou o equivalente a 10,4% do seu valor de face. O valor de face dos CTNs passou então a ser reajustado de acordo com o IGP-M, acrescido à taxa de 12% ao ano. Os CTNs foram depositados em garantia à instituição financeira credora e não podem ser renegociados até que o saldo devedor seja devidamente quitado. O saldo devedor referente ao principal da dívida é corrigido de acordo com o IGP-M até o vencimento final da renegociação, também em 20 anos, quando será integralmente quitado mediante o resgate dos CTNs oferecidos em garantia. Tendo em vista que os CTNs terão o mesmo valor de face do saldo devedor na data de vencimento, não haverá a necessidade de qualquer desembolso adicional de caixa para a liquidação de nossa dívida relativa ao PESA. Nós aderimos ao PESA entre 1998 e 2000, e, por isso, a estrutura adotada se traduz na liquidação automática do nosso endividamento referente ao PESA entre 2018 e 2020.

O saldo devedor atualizado ficou ainda sujeito à incidência de encargos financeiros diferenciados por faixa de valor. Saldos de até R\$500 mil ficaram sujeitos à incidência de 8% ao ano. A parcela superior a R\$500 mil e inferior a R\$1,0 milhão ficou sujeita à incidência de juros de 9% ao ano, enquanto o montante excedente a R\$1,0 milhão ficou sujeito à incidência de juros de 10% ao ano. Em 31 de julho de 2003, com a edição da Resolução 3.114 do Banco Central, foi autorizada a redução de até cinco pontos percentuais nos juros da dívida com o PESA, o que se traduziu em redução dos encargos, nas mesmas faixas, para taxas de juros de 3%, 4% e 5% ao ano. A manutenção deste benefício está condicionada ao pagamento em dia dos encargos financeiros devidos. Ficamos, dessa forma, obrigados a realizar os pagamentos referentes ao serviço da dívida, à taxa média de aproximadamente 4,2% ao ano sobre o saldo devedor corrigido. Em 2005, pagamentos relativos ao serviço de nossa dívida com o PESA totalizaram R\$6,9 milhões.

Ao final do primeiro trimestre do exercício social de 2006 registrávamos um saldo devedor relativo ao PESA de R\$253,6 milhões, comparados a R\$225,8 milhões no final do primeiro trimestre do exercício social anterior. Na mesma data, registrávamos um saldo credor relativo aos nossos CTNs de R\$51,5 milhões, comparados a R\$40,6 milhões em 2004. O nosso endividamento total, desconsiderando-se o passivo relativo ao PESA, era de R\$1.003,1 milhões em 31 de julho de 2005. Nossas disponibilidades, representadas por nosso saldo de caixa, aplicações financeiras e adiantamentos a fornecedores e desconsiderando-se nossos ativos representados por CTNs, totalizavam R\$178,3 milhões.

Assim, nosso endividamento líquido, desconsiderando-se os ativos sob CTNs e o passivo relativo ao PESA, totalizava R\$824,7 milhões, R\$85,0 milhões acima dos R\$739,7 milhões em 31 de julho de 2004.

Endividamento

A Cosan encerrou o primeiro trimestre do exercício social de 2006 com ativos totais de R\$2.752,2 milhões, comparativamente aos R\$2.656,8 milhões do primeiro trimestre do exercício social anterior. Com a consolidação total da FBA, a dívida líquida de R\$924,9 milhões em 31 de julho de 2004 cresceu 11,0% para R\$1.026,8 milhões ao final do primeiro trimestre de 2006. Neste mesmo período, o patrimônio líquido de R\$571,1 milhões em 31 de julho de 2004 foi para R\$528,0 milhões em 31 de julho de 2005, refletindo a cisão dos ativos da Amaralina efetuada ao final do trimestre após consentimento de nossos *bondholders*.

A dívida total bruta de R\$1.256,7 milhões em 31 de julho de 2005 apresentou redução de 3,8% em relação aos R\$1.306,2 milhões de 31 de julho do ano anterior. A emissão das *Senior Notes* em outubro do ano anterior, *debut* da Cosan no mercado de dívida internacional, foi a principal responsável pela melhora no perfil do endividamento de um ano para outro. De fato, o endividamento ao final do primeiro trimestre do exercício social de 2005, com quase 70% de seu vencimento no curto prazo, foi substancialmente alongado conforme mostrado ao final do primeiro trimestre do exercício social de 2006, com o curto prazo passando a representar apenas 28% do total. Em termos de moeda, basicamente houve manutenção do perfil da dívida nos dois trimestres considerados, com a dívida denominada em dólares girando ao redor de 70% do endividamento total.

Um benefício adicional à diversificação das fontes de financiamento foi a diminuição das garantias concedidas, sendo que aproximadamente 50% do endividamento total em abril de 2005 não tinha garantias reais, contra apenas 15% em abril de 2004.

A tabela abaixo resume nosso endividamento de curto e longo prazo em 31 de julho de 2005:

	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
	(em milhões de reais)				
Adiantamentos de clientes	R\$117,1	R\$38,2	R\$34,1	–	R\$189,5
Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC)	107,8	–	–	–	107,8
Senior Notes	22,7	–	478,1	–	500,8
Financiamento de Equipamentos (FINAME)	10,5	15,4	6,2	7,9	40,0
Capital de giro	5,5	9,7	6,1	9,8	31,2
Resolução 2770	20,4	–	–	–	20,4
Conta garantida	25,4	–	–	–	25,4
Notas promissórias	34,8	48,4	–	–	83,2
Empresas ligadas	1,4	–	–	3,6	4,9
Outros passivos de longo prazo (PESA)	6,7	0,8	0,4	245,8	253,6
Total	<u>352,1</u>	<u>112,5</u>	<u>525,0</u>	<u>267,0</u>	<u>1.256,7</u>

Endividamento de Curto Prazo

A dívida de curto prazo consolidada, inclusive a porção atualizada da dívida de longo prazo, reduziu R\$547,1 milhões, de R\$899,2 milhões em 31 de julho de 2004 para R\$352,1 milhões em 31 de julho de 2005, principalmente como resultado da utilização dos recursos de nossa emissão de *Senior Notes*, recursos esses que utilizamos para reforçar nosso capital de giro e amortizar alguns adiantamentos de contratos de câmbio.

Nosso endividamento de curto prazo no valor de R\$352,1 milhões consiste no seguinte:

- R\$117,1 milhões de adiantamentos de clientes relativos a entregas futuras de açúcar e álcool em geral garantidos por penhor das safras de cana-de-açúcar;
- R\$107,8 milhões de adiantamento de contratos de câmbio livre de garantias reais;
- R\$5,5 milhões de empréstimos para capital de giro com bancos garantidos por recebíveis, estoques, equipamentos ou terras;
- R\$25,4 milhões de saldo devedor em conta garantida livre de garantias reais;
- R\$20,4 milhões de empréstimo através de Resolução 2770, livre de garantias reais;
- R\$34,8 milhões de notas promissórias de curto prazo emitidas por nós nas aquisições feitas da Da Barra, Cosan Refinadora e do Grupo Destivale;
- R\$1,4 milhões de recursos de empresas ligadas;
- R\$22,7 milhões de juros das *Senior Notes* e resultado de *swap*; e
- R\$10,5 milhões de financiamento de equipamentos através de operações de financiamento de equipamentos repassadas por diversos bancos, garantidos pelos próprios equipamentos financiados;
- R\$6,7 milhões de juros acumulados incidentes sobre nosso passivo de longo prazo (PESA).

Dívidas de Longo Prazo

As dívidas de longo prazo consolidadas aumentaram em R\$497,5 milhões, de R\$407,0 milhões em 31 de julho de 2004 para R\$904,5 milhões em 31 de julho de 2005, principalmente devido à nossa emissão de *Senior Notes*.

Os nossos R\$904,5 milhões em empréstimos de longo prazo consolidados e financiamentos em aberto em 30 de abril de 2005 dividiam-se em:

- R\$72,4 milhões de adiantamentos de longo prazo oriundos de clientes relativos a entrega futura de açúcar, geralmente garantida por penhor de safras de cana-de-açúcar;
- R\$478,1 milhões de nossas *Senior Notes*, garantidas pela Da Barra, FBA e Amaralina;
- R\$29,5 milhões de financiamento através de operações de financiamento de equipamentos repassadas por diversos bancos, garantidos pelos próprios equipamentos financiados;
- R\$25,7 milhões em empréstimos para capital de giro, garantidos por equipamentos ou terras;
- R\$48,4 milhões de notas promissórias de longo prazo emitidas por nós nas aquisições que fizemos da Da Barra, da Cosan Refinadora e do grupo Destivale;
- R\$3,6 milhões de recursos de empresas ligadas; e
- R\$246,9 milhões em dívida PESA, garantida por R\$51,5 milhões em CTNs e por hipoteca de terras.

Alguns contratos de dívida de longo prazo, em especial as nossas *Senior Notes*, nos obrigam a cumprir certas obrigações e manter certos coeficientes financeiros. As *Senior Notes* limitam não só nossa capacidade como também a capacidade de nossas controladas de assumir mais dívidas, pagar dividendos ou resgatar ações, fazer investimentos ou certos outros pagamentos, participar de transações de *sale-lease-back*, fazer certas transações com acionistas ou coligadas, garantir dívidas, vender ativos, criar ônus e participar em transações de incorporação, venda ou fusão. Nossa situação era de regularidade em relação a cada uma dessas obrigações em 31 de julho de 2005, e acreditamos conseguir cumprir essas obrigações no futuro. Além disso, acreditamos que o fato de estarmos cumprindo nossas obrigações financeiras não afetará de maneira adversa nossa capacidade de colocar em prática nossos planos de financiamento.

Inflação

Os índices inflacionários no Brasil foram 26,4% em 2002, 7,7% em 2003, 12,1% em 2004 e 2,2% de janeiro a abril de 2005, conforme verificado pelo IGP-DI. A inflação afeta nossos resultados financeiros, aumentando algumas das nossas despesas operacionais. Dentre essas despesas operacionais estão os custos trabalhistas, aluguéis, despesas de vendas e administrativas em geral. Além disso, algumas de nossa dívidas são atreladas a índices de inflação. Contudo, a inflação não teve um efeito material sobre o negócio nos exercícios sociais encerrados em 2005, 2004 e 2003.

Contratos de Arrendamento Operacional

Ajustados para refletir a consolidação integral da FBA e a cisão da Amaralina, arrendamos, em 30 de abril de 2005, aproximadamente 190 mil hectares, que representam cerca de 80% das terras que cultivamos por meio de cerca de 1.000 contratos de arrendamento de terras cujos prazos são em média de seis anos. Os principais arrendatários de tais contratos são nossos Acionistas Controladores e partes relacionadas. Segundo esses contratos de arrendamento de terras, pagamos aos arrendadores uma quantidade fixa de toneladas de cana-de-açúcar por hectare agricultável em contraprestação pelo uso da terra, e uma quantidade fixa da produtividade por tonelada de cana-de-açúcar em relação ao total de açúcar adquirido, conforme alterado pelo ATR. O volume total de ATR é calculado multiplicando o número de hectares arrendados pelas toneladas comprometidas de cana-de-açúcar por hectare agricultável por ATR por tonelada de cana-de-açúcar. O preço que pagamos por cada quilo de ATR é estipulado pelo CONSECANA, uma organização independente composta de produtores de açúcar e álcool. Durante o exercício social de 2005, pagamos em média 15,5 toneladas de cana-de-açúcar por hectare, e uma média de 125 quilos de ATR por tonelada de cana-de-açúcar, a um custo médio de R\$0,23 por quilo de ATR nos nossos contratos de arrendamento. No exercício social de 2005, os contratos de arrendamento de terras representaram um custo de cerca de R\$84,2 milhões, já considerando os resultados *pro forma* para a consolidação integral da FBA e a cisão da Amaralina.

Em maio de 2005, celebramos um contrato de arrendamento de terras de longo prazo com a Amaralina. Com esse contrato, a terra agrícola de propriedade da Amaralina será utilizada por nós para o cultivo de cana-de-açúcar. Em troca pelo uso dessa terra, nos comprometemos a pagar à Amaralina uma taxa de arrendamento calculada com base no valor de mercado de 16,4 toneladas de cana-de-açúcar por hectare de terra agricultável de propriedade da Amaralina e utilizada por nós em cada colheita, sendo que o valor de mercado é o preço da cana-de-açúcar fixado pelo CONSECANA. No ano de 2005, o valor desse arrendamento teria representado um custo adicional de R\$5,9 milhões. O vencimento desse contrato de arrendamento de terras está programado para ocorrer após a safra 2025/2026. Vide "*Operações com partes relacionadas – Operações com acionistas*".

Somos ainda parte contratante de um contrato de arrendamento de um helicóptero, o qual é usado principalmente para o transporte da alta gerência entre as usinas. O arrendamento vencerá em 2010. Nossas obrigações nesse arrendamento totalizam R\$7,9 milhões até o vencimento deste contrato.

Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado

Gestão de Riscos

O risco de mercado é o possível prejuízo resultante de alterações adversas nas taxas de mercado e preços. Estamos expostos a diversos riscos de mercado decorrentes de nossas atividades comerciais normais. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nos preços das mercadorias, nas taxas de juros ou taxas de câmbio afetarem negativamente o valor de nossos ativos, passivos e resultados operacionais. Periodicamente revisamos nossa exposição a riscos de mercado e determinamos que providências serão tomadas para administrar e reduzir o impacto desses riscos. Utilizamos instrumentos financeiros derivativos apenas com o propósito de administrar riscos de mercado, principalmente flutuações nos preços das mercadorias e no câmbio. Embora o valor desses instrumentos de *hedge* flutue, as flutuações são geralmente compensadas pelo valor dos ativos ou passivos subjacentes. As partes desses arranjos contratuais são principalmente as bolsas de mercadorias e empresas de *trading*, no caso de futuros, opções e fixação de preços, e principais instituições financeiras, no caso de instrumentos de derivativo de câmbio e *swaps* de taxas de juros. Não firmamos instrumentos de derivativos ou outros instrumentos de *hedge* com fins especulativos.

Risco Referente a Preços

O nível de oferta e conseqüentemente de preço das mercadorias agrícolas flutuam em função de fatores muitas vezes imprevisíveis, tais como o clima, investimentos agrícolas, programas e políticas governamentais, mudanças na demanda global, entre outros. Firmamos contratos de derivativos, em especial futuros e opções negociados em bolsas de mercadorias, a fim de administrar nossa exposição a mudanças adversas no preço do açúcar. Realizamos análises de sensibilidade para estimar nossa exposição a estes riscos.

Presumindo que a produção de açúcar e volume de vendas permaneçam constantes durante todo o exercício social de 2006 nos mesmos níveis observados em 2005 e considerando ainda os nossos volumes com *hedge* contratados e preços em 1º de maio de 2005, acreditamos que uma queda de 10% nos preços do açúcar reduziria nossas receitas com açúcar em cerca de R\$86,5 milhões. Da mesma maneira, presumindo que a produção e volume de vendas de álcool permaneçam constantes durante todo o exercício social de 2006 nos mesmos níveis observados em 2005 e considerando ainda que não temos nenhum *hedge* contratado para álcool em 1º de maio de 2005, acreditamos que uma queda de 10% nos preços do álcool reduziria nossas receitas com álcool em cerca de R\$56,9 milhões por ano. Os resultados dessa análise, que podem ser diferentes dos resultados reais, são os seguintes:

	Receitas líquidas (em milhões de reais)	Volume (mil toneladas de açúcar ou mil litros de álcool)	Risco de mercado – 10% de redução de preço (em milhões de reais)
Volumes de venda de açúcar nos níveis de 2005	R\$1.188,3	2.321,6	R\$–
Posição com <i>hedge</i> de açúcar em 1º de maio de 2005	330,8	720,5	–
Açúcar VHP	321,7	706,7	–
Açúcar refinado	9,1	13,8	–
Posição sem <i>hedge</i> de açúcar em 1º de maio de 2005	857,5	1.601,1	85,7
Açúcar VHP (preço usado – US\$0,084 por libra-peso)	386,9	825,5	38,7
Açúcar refinado (preço usado – US\$243,3 por tonelada)	470,6	775,6	47,0
Volumes de venda de álcool nos níveis de 2005	565,5	824,7	–
Posição com <i>hedge</i> de álcool em 1º de maio de 2005	–	–	–
Posição sem <i>hedge</i> de álcool em 1º de maio de 2005	565,5	824,7	56,5
Posição sem <i>hedge</i> total em 1º de maio de 2005	1.423,0	–	142,3

Para fins de gestão de riscos e de avaliar o nível global de nossa exposição do preço de mercadoria, reduzimos ainda mais nossa exposição ao risco de mercado de mercadorias pelo açúcar e álcool produzidos da cana-de-açúcar que compramos de agricultores e cana-de-açúcar colhida das terras arrendadas, quando pagamos pelos custos do arrendamento em ATR. Diferentemente da cana-de-açúcar colhida em nossas terras, o preço de cana-de-açúcar fornecida por agricultores ou os pagamentos de arrendamento incorridos para produzir a cana-de-açúcar colhida nas terras arrendadas são indexados ao preço de mercado do açúcar e álcool, o que resulta em *hedge* parcial natural de nossa exposição ao preço do açúcar. Quando compramos cana-de-açúcar de agricultores, são obtidas amostras da cana-de-açúcar entregue para medir o teor de açúcar (ou o ATR) e assim pagamos apenas pelo ATR adquirido segundo o preço do CONSECANA. Os pagamentos de arrendamento efetuados pelas terras também são calculados de acordo com um volume de ATR fixado e um preço calculado usando o preço do CONSECANA. Portanto, o impacto líquido de uma teórica redução de 10% nos preços do açúcar e do álcool seria uma queda de nossos resultados operacionais de R\$97,9 milhões. O detalhamento dessa análise, cujos resultados podem ser diferentes dos resultados reais, é o seguinte:

	Receitas líquidas	Risco de mercado – redução de 10% no preço
	(em milhões de reais)	
Posição sem <i>hedge</i> total em 1º de maio de 2005	1.434,4	143,4
Cana-de-açúcar paga a agricultores no nível de 2005	(377,4)	(37,7)
Cana-de-açúcar das terras arrendadas no nível de 2005	(78,2)	(7,8)
Posição líquida sem <i>hedge</i> em 1º de maio de 2005	<u>978,8</u>	<u>97,9</u>

Risco Referente à Taxa de Juros

Temos endividamento com taxas fixas e variáveis e portanto, estamos expostos ao risco de variações na taxa de juros. Ocasionalmente, realizamos operações de *hedge* sem fins especulativos. Realizamos um *swap* de todo o fluxo de pagamento dos juros referentes à emissão das nossas *Senior Notes*, de uma taxa de juros fixa anual de 9% ao ano em dólares por uma taxa de 81% do CDI em reais. Cerca de 4,9% ou R\$58,0 milhões do total de nossa dívida de R\$1.170,1 milhão em 30 de abril de 2005, não estavam expostas a flutuações nas taxas de juros.

O risco referente à taxa de juros é o impacto nos nossos resultados financeiros resultante de um aumento na taxa de juros na nossa dívida de taxa variável indexada à LIBOR, TJLP, TR, IGP-M e CDI. Com base no nível e nas características da nossa dívida total, os resultados de um aumento hipotético de 10% nas taxas de juros teriam um efeito negativo de R\$12,8 milhões nos nossos resultados financeiros. Os resultados dessa análise, que podem diferir dos resultados reais, são os seguintes:

	Total da dívida em 30 de abril de 2005	Aumento de 10% nas taxas de juros	Risco de mercado– impacto no resultado financeiro
	(em milhões de reais)	(pontos base)	(em milhões de reais)
Adiantamentos de clientes ⁽¹⁾	R\$268,9	34	R\$(0,9)
Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACCs) ⁽²⁾	1,9	–	–
Notas Promissórias ⁽³⁾	51,9	–	–
<i>Senior Notes</i> ⁽⁴⁾	523,6	159	(8,3)
Financiamento de equipamentos (FINAME) ⁽²⁾	2,2	–	–
Financiamento de equipamentos (FINAME) ⁽⁵⁾	38,1	98	(0,4)
PESA ⁽⁶⁾	236,5	107	(2,5)
Capital de giro ⁽⁷⁾	34,2	197	(0,6)
Empresas Ligadas ⁽²⁾	2,0	–	–
Notas Promissórias ⁽⁶⁾	10,8	107	(0,1)
Total	<u>1.170,1</u>	<u>109</u>	<u>(12,8)</u>

⁽¹⁾ Taxas de juros que variam de 4,5 a 8% ao ano acima da LIBOR. A LIBOR era de 3,4% ao ano em 30 de abril de 2005.

⁽²⁾ Taxa fixa.

⁽³⁾ Não há incidência de juros sobre estas notas promissórias.

⁽⁴⁾ Taxa de juros de 81% do CDI. O CDI era de 19,7% ao ano em 30 de abril de 2005.

⁽⁵⁾ Taxas de juros que variam de 4,5 a 12,8% ao ano acrescida da variação da TJLP, uma taxa local de juros de longo prazo publicada periodicamente pelo Banco Central e utilizada pelo BNDES. Em 30 de abril de 2005 a TJLP era de 9,7% ao ano.

⁽⁶⁾ Taxa de juros que variam de 3 a 5% ao ano acrescida da variação do IGP-M. O IGP-M para o exercício social encerrado em 30 de abril de 2005 foi de 10,7% ao ano.

⁽⁷⁾ Taxa de juros que variam de 10,5 a 12% ao ano acrescida da variação do CDI, IGP-M ou da TR.

Risco Referente à Taxa de Câmbio

Uma parte significativa de nossa receita operacional líquida é denominada em dólares. Com exportações de R\$1.187,4 milhões no exercício social de 2005, uma desvalorização hipotética de 10% do dólar frente ao real teria um efeito negativo de R\$118,7 milhões na nossa receita líquida. A maioria dos nossos custos são denominados em reais, portanto, nos períodos em que o real está valorizado em relação ao dólar, as nossas margens operacionais são adversamente afetadas.

Uma parte considerável da nossa dívida está denominada em dólares e portanto estamos expostos ao risco das flutuações entre o real e o dólar norte-americano. Ocasionalmente realizamos operações de *swap* de câmbio sem fins especulativos. Cerca de 72%, ou R\$839,9 milhões da nossa dívida em 30 de abril de 2005 eram denominadas em dólar.

Nosso risco financeiro referente à taxa de câmbio é a valorização do dólar frente ao real. Com base no perfil da nossa dívida denominada em dólar, os resultados de uma hipotética valorização de 10% do dólar frente ao real teriam um impacto negativo, sem efeito caixa, de R\$84,6 milhões nos nossos resultados financeiros. Ao mesmo tempo, uma valorização hipotética de 10% do dólar frente ao real teria um impacto positivo de R\$0,6 milhão sobre nossas disponibilidades denominadas em dólar, as quais somavam R\$6,2 milhões em 30 de abril de 2005, resultando em um impacto líquido negativo de R\$84,0 milhões. Os resultados dessa análise, que podem diferir dos resultados reais, são os seguintes:

	Montante em 30 de abril de 2005 (em milhões de reais)	Risco de mercado – impacto no resultado financeiro (em milhões de reais)
Dívidas de curto prazo denominadas em dólar	R\$218,1	R\$21,8
Dívidas de longo prazo denominadas em dólar	628,0	62,8
Disponibilidades denominadas em dólar	(6,2)	(0,6)
Total da dívida líquida denominada em dólar norte-americano	<u>839,9</u>	<u>84,0</u>

VISÃO GERAL DOS SETORES DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

O Setor Açucareiro no Mundo

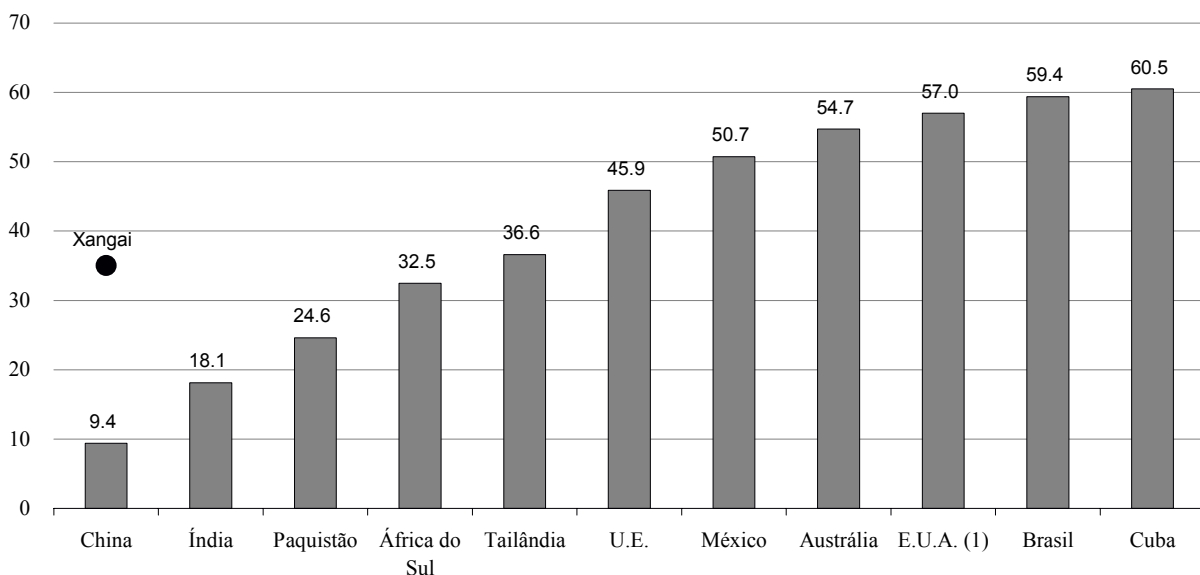
O açúcar é um produto de consumo básico e uma *commodity* essencial produzida em várias partes do mundo. O açúcar é feito a partir da cana-de-açúcar e da beterraba, sendo que a cana-de-açúcar é responsável por mais de 70% da produção mundial total de açúcar. A fabricação do açúcar passa por processos industriais e agrícolas, e sua produção requer o uso intensivo de mão-de-obra e de capital.

Produção e Consumo

A produção de açúcar em todo o mundo dobrou desde o início da década de setenta, passando de aproximadamente 71 milhões de toneladas de açúcar bruto na safra 1971, para aproximadamente 141 milhões de toneladas na safra 2004/05. O consumo de açúcar também vem crescendo de forma constante e atingiu aproximadamente 142 milhões de toneladas em 2004. O aumento do consumo de açúcar levou a um aumento na produção da cana-de-açúcar em todo o mundo, que cresceu de menos de 1,0 bilhão de toneladas no meio da década de noventa para aproximadamente 1,2 bilhões de toneladas em 2004. Acreditamos que o consumo de açúcar deverá continuar aumentando devido ao crescimento da população, do poder de compra dos consumidores em diversas regiões do mundo, do consumo de alimentos processados em todo o mundo resultante da migração da população das áreas rurais para as urbanas, e do consumo de adoçantes de baixas calorias a base de açúcar, como a sucralose. Dessa forma, acreditamos que o maior crescimento de consumo *per capita* de açúcar deverá ocorrer em regiões como a Ásia, onde a receita *per capita* e a migração populacional estão crescendo rapidamente. Por exemplo, na China, o baixo consumo *per capita* de açúcar sugere um forte potencial de crescimento na medida em que as populações rurais migram para as áreas urbanas, como a cidade de Xangai, onde o consumo de açúcar *per capita* é significativamente mais alto do que a média geral daquele país. O gráfico a seguir ilustra o consumo de açúcar *per capita* de certos países para a safra 2004/05.

Consumo de Açúcar *Per Capita*

Kg/pessoa/ano em 2004/2005



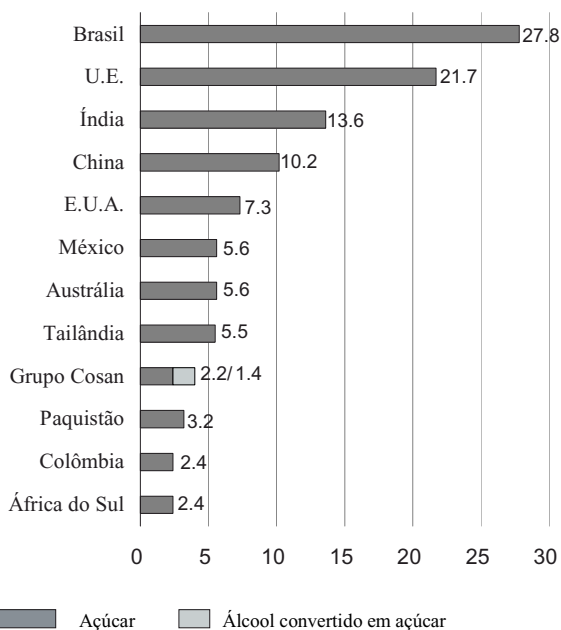
Fonte: Pesquisas, relatórios internos, e LMC International

(1) Os números referentes ao consumo *per capita* nos Estados Unidos incluem o total de açúcar e de glicose de milho consumidos, dividido pela população dos Estados Unidos conforme divulgado pela *Food and Agriculture Organization*.

Os maiores consumidores de açúcar do mundo são tipicamente também os maiores produtores do mundo, sendo os cinco principais países produtores responsáveis por 57% da produção mundial de açúcar. O Brasil é o maior produtor de açúcar, com uma participação de aproximadamente 20% da produção mundial. O segundo e o terceiro maiores produtores de açúcar são a União Européia e a Índia, com uma participação aproximada de 15% e 10%, respectivamente. Os gráficos a seguir mostram os maiores produtores de açúcar e os maiores exportadores de açúcar durante a safra 2004/05. Os gráficos também mostram nossa produção e nossas exportações de açúcar e álcool (expressas em equivalente de açúcar) durante o exercício social de 2005.

Os Maiores Produtores de Açúcar no Mundo

Em milhões de toneladas



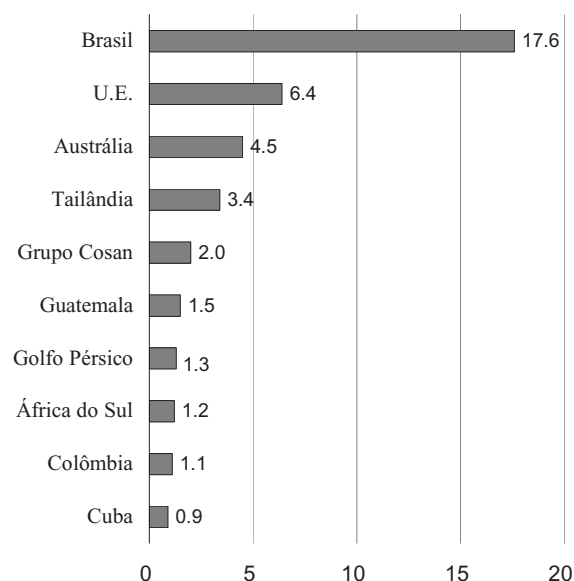
Fonte: LMC International

Preços do Açúcar

A maioria dos países produtores de açúcar, inclusive os Estados Unidos e os países da União Européia, protege seu mercado interno de açúcar da concorrência estrangeira estabelecendo políticas governamentais e regulamentos que afetam a produção, inclusive com quotas, restrições de importação e exportação, subsídios, tarifas e impostos alfandegários. Como resultado de tais políticas, os preços domésticos do açúcar variam bastante de um país para o outro. O NY 11 é usado como referência primária dos preços não-controlados do açúcar bruto no mundo. Um outro preço de referência é o Lon 5, que tem como base o açúcar refinado e que é negociado na *London International Financial Futures and Options Exchange* – LIFFE. Os preços do açúcar no Brasil são formados de acordo com os princípios do livre mercado, sendo que o principal indicador é o índice da ESALQ e influenciam diretamente os preços no mercado internacional. Os Estados Unidos e a União Européia criaram políticas protecionistas e preços internos subsidiados para proteger os seus produtores de açúcar. Os preços do açúcar bruto nos Estados Unidos e na União Européia de um modo geral são aproximadamente de duas a quatro vezes mais altos do que o preço do açúcar bruto do NY 11, enquanto os preços do açúcar bruto no Brasil são similares ao preço do açúcar do NY 11.

Os Maiores Exportadores de Açúcar no Mundo

Em milhões de toneladas

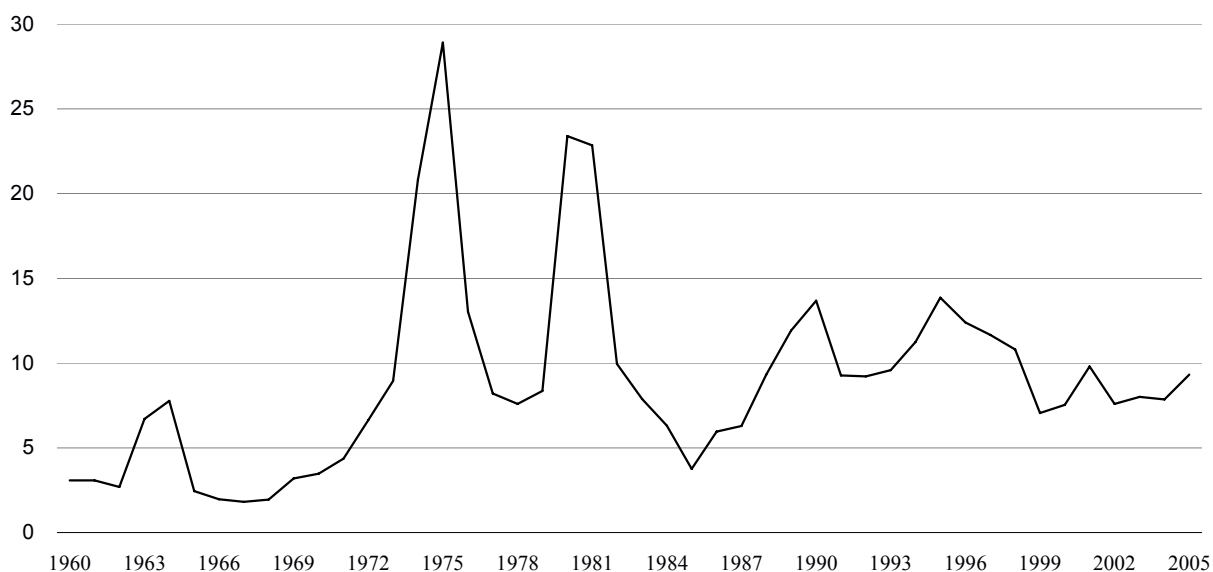


Fonte: LMC International

Os preços do açúcar tendem a acompanhar um padrão cíclico porque os produtores de cana-de-açúcar, a maior fonte de produção global de açúcar, geralmente acompanham um ciclo de plantio de dois a sete anos. Além disso, muitos produtores de açúcar operam em mercados controlados, protegidos de flutuações dos preços internacionais do açúcar, e portanto não tendem a modificar dramaticamente a produção por causa da variação dos preços internacionais. A natureza cíclica dos preços de açúcar negociados internacionalmente é ilustrada no diagrama abaixo. Os preços internacionais de açúcar vêm apresentando tendência de alta devido a uma redução global dos estoques e em função de problemas de produção enfrentados por alguns produtores como China, Índia e Tailândia, principalmente relacionados a condições climáticas desfavoráveis, e à redução dos subsídios governamentais nos últimos anos para o cultivo da cana-de-açúcar. O Brasil, como líder global de produção de açúcar, responsável por aproximadamente 38% das exportações globais, desempenha um papel fundamental no estabelecimento dos preços do açúcar no mundo. A recente valorização do real frente ao dólar dos Estados Unidos também contribuiu para aumentar os preços do açúcar nos mercados internacionais. Desde dezembro de 2003 até julho de 2005, o preço futuro do açúcar bruto do NY 11 aumentou em aproximadamente 67% e o preço futuro do Lon 5 do açúcar refinado aumentou 53% em relação ao mesmo período. O preço futuro do açúcar bruto em maio de 2005 era US\$216,71 por tonelada ou aproximadamente US\$0,0983 por libra-peso.

Preços Mundiais (NY 11) – Média Trimestral

Centavos de US\$ por libra-peso



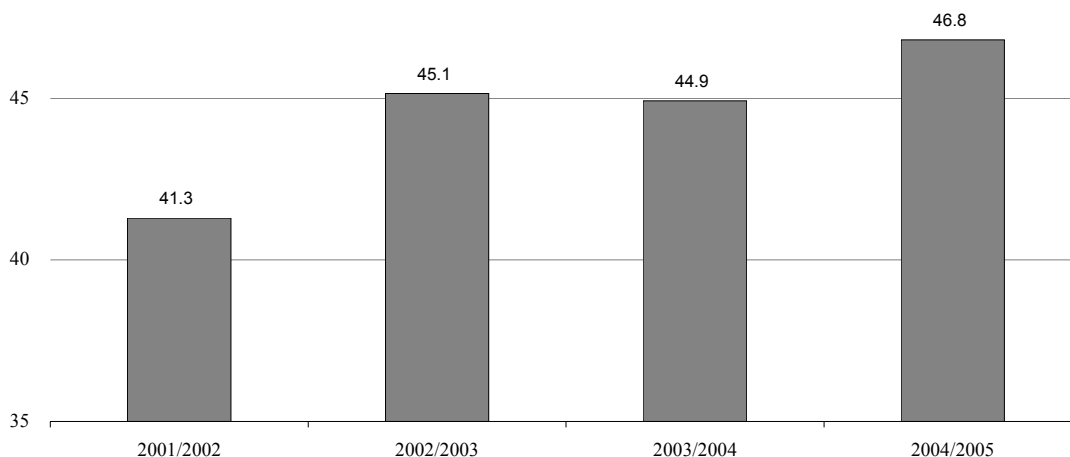
Fonte: NYBOT

Restrições Comerciais

Fontes do setor estimam que aproximadamente 67% do açúcar produzido no mundo na safra 2004/05 foi consumido domesticamente pelos países produtores de açúcar. Apesar do aumento no comércio do açúcar no mundo de aproximadamente 28 milhões de toneladas em 1990 para aproximadamente 47 milhões de toneladas em 2004, o setor do açúcar permanece altamente controlado e protegido em diversos países por meio de cotas, subsídios e restrições à importação.

Exportações Mundiais de Açúcar
Milhões de Toneladas

50



Fonte: LMC International

Acreditamos que essas políticas protecionistas devem-se ao valor estratégico do açúcar como um ingrediente-chave em muitos tipos de alimentos, além de ser uma fonte relativamente barata de energia. Os mercados dos Estados Unidos e da União Européia, os quais consumiram respectivamente 9,1 milhões (excluindo-se HFCS) e 17,5 milhões de toneladas de açúcar em na Safra 2004/2005, são fortemente protegidos, apoiados pelo *lobby* de produtores e refinadores. O Brasil e outros países produtores de açúcar têm acesso limitado a esses mercados em razão dessas restrições comerciais. A União Européia está sob pressão de outros países e de organizações internacionais para que reduza suas restrições à importação de açúcar e os subsídios à sua produção interna.

Em 29 de agosto de 2003, a OMC estabeleceu um painel de arbitragem a pedido da Austrália, Brasil e Tailândia, que alegavam que a União Européia excedia os limites dos subsídios à exportação em violação a acordos internacionais e a outras regras relacionadas ao regime do açúcar da União Européia, causando uma distorção nos preços mundiais do açúcar. Em agosto de 2004, a OMC pronunciou-se preliminarmente a favor da Austrália, Brasil e Tailândia depois de ter concluído que os subsídios da União Européia proporcionavam aos produtores uma vantagem injusta às suas exportações nos mercados globais de exportação. O Brasil alegou na sua reclamação à OMC que a União Européia excedia o valor dos subsídios concedidos ao açúcar para exportação com base em certos acordos comerciais globais. A decisão do painel da OMC foi favorável ao Brasil. A alegação do Brasil à OMC postulava que os preços globais do açúcar aumentariam aproximadamente 20% se a União Européia não concedesse subsídios às suas exportações. Os produtores de açúcar brasileiros teriam perdas anuais de aproximadamente US\$500 milhões a US\$700 milhões nas exportações por causa dos subsídios europeus. A União Européia recorreu de tal decisão, tendo sido o referido recurso negado em abril de 2005. Em junho de 2005, o *European Agriculture Commissionaire* anunciou planos para redução dos preços do açúcar pagos aos produtores em aproximadamente 39% em um esforço de modificar o sistema europeu de subsídio do açúcar existente há 40 anos. A Comissão Européia propôs implantar os cortes durante um período de dois anos e reduzir a produção em mais de um terço até 2012. A proposta reduziria os preços do açúcar na União Européia para aproximadamente 386 Euros por tonelada em relação aos níveis atuais de cerca de 650 Euros. A produção na União Européia poderia ser reduzida de aproximadamente 21,7 milhões de toneladas por ano em 2005 para aproximadamente 12 milhões de toneladas por ano até 2012. Como consequência do plano proposto para reajustar o seu sistema de subsídio do açúcar, as exportações de açúcar européias poderiam ser reduzidas em aproximadamente 5 milhões de toneladas de açúcar por ano, ou cerca de 10% do mercado de açúcar comercializado globalmente. Caso os subsídios às exportações da União Européia sejam significativamente reduzidos ou eliminados conforme proposto pela Comissão Européia, estimamos que os preços internacionais do açúcar deverão aumentar, e que a liberalização do mercado do açúcar europeu criará mais oportunidades para as exportações de açúcar do Brasil e de outros países produtores de açúcar a baixo custo.

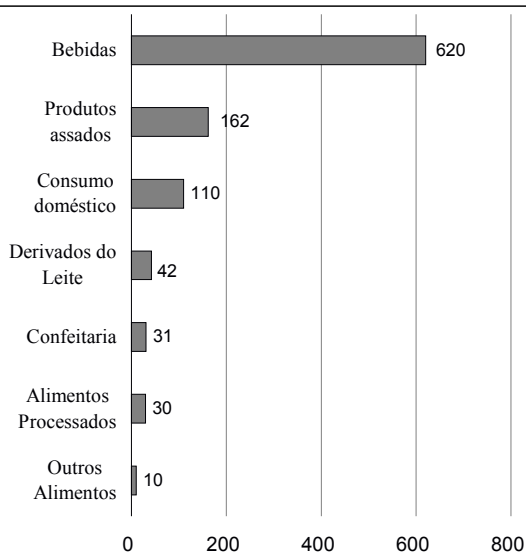
Adoçantes Artificiais

O mercado mundial de adoçantes artificiais, ou adoçantes de alta densidade, *high intensity sweeteners* ("HIS"), era dominado pela sacarina até 1981. Em 1981, o aspartame lançado pela GD Searle revolucionou o mercado dos adoçantes artificiais devido ao seu melhor gosto e à falta de efeitos colaterais. Atualmente o aspartame detém a maior participação no mercado de adoçantes artificiais, sendo vendido sob várias marcas, como Equal, Candarel, Spoonfuls e Nutrasweet.

O mercado global do HIS está estimado em aproximadamente 14 milhões de toneladas do equivalente em açúcar e tem um crescimento anual previsto de 4%. O aspartame é atualmente o HIS mais usado em produtos dietéticos e em bebidas com baixas calorias, setor responsável por mais de 50% do mercado global de HIS, avaliado em US\$1,0 bilhão.

O Mercado Global de HIS por Uso Final

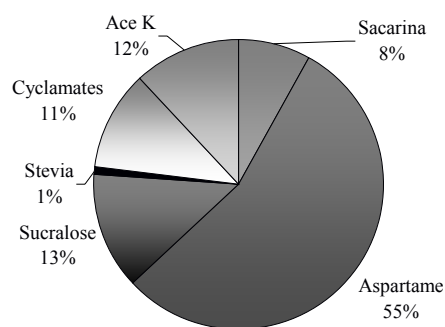
Milhões de US\$ em 2003



Fonte: LMC International

O Mercado Global de HIS

2003



Fonte: LMC International

Nos últimos anos, a sucralose, comercializada sob a marca Splenda, surgiu como um concorrente do aspartame. A sucralose (triclorogalatoglucose), um subproduto do açúcar, foi descoberta em 1975 quando se verificou que a modificação da molécula da glicose (açúcar) produziria uma substância alternativa muito mais doce (600 vezes mais doce do que o açúcar) e que manteria o sabor natural e outras características do açúcar. A clorização do açúcar produz a sucralose, um adoçante artificial baseado no açúcar e que, por não ser metabolizado pelo organismo humano, não é calórico podendo ser ingerido também por diabéticos. Diferentemente do aspartame, a sucralose resiste ao calor e, portanto, pode ampliar o mercado de consumo final, incluindo as indústrias de alimentos assados e enlatados, entre outras.

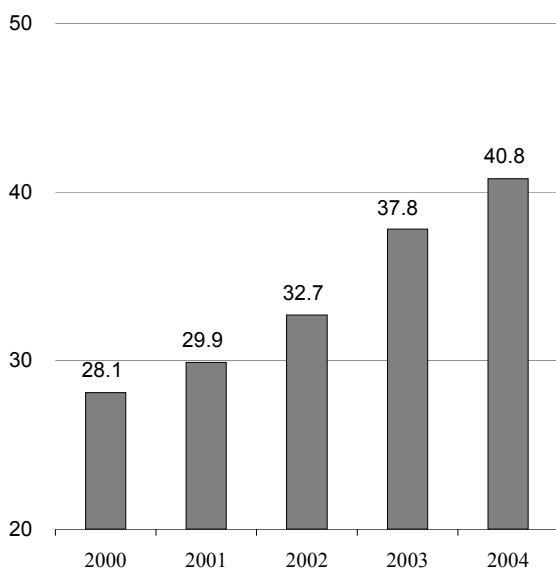
A prova mais evidente do sucesso da sucralose é sua crescente aceitação no mercado varejista. Desde o seu lançamento na metade de 2000, o Splenda substituiu rapidamente outros adoçantes de baixas calorias, tornando-se o adoçante artificial predileto dos consumidores. Dados recentes da AC Nielsen Scantrack demonstram que o Splenda detém aproximadamente 50% do mercado varejista do Reino Unido de adoçantes artificiais, mercado doméstico da Tate & Lyle, a qual detém a patente de fabricação do Splenda. Nós acreditamos que o aumento da produção e uso da sucralose, considerando que ela é produzida a partir do açúcar, deverão criar oportunidades significativas de crescimento para os produtores de açúcar.

O Setor de Álcool no Mundo

Apesar do aumento de cerca de 50% nos últimos anos na produção global de álcool, de aproximadamente 28 bilhões de litros em 2000, para aproximadamente 41 bilhões de litros em 2004, o mercado mundial de álcool ainda está em estágio inicial de desenvolvimento. Aproximadamente dois terços de todo o álcool consumido no mundo é utilizado como combustível. O álcool é um combustível menos poluente que a gasolina. É um combustível limpo e renovável, e acredita-se que a sua fabricação e queima não aumentem o efeito estufa. O alto teor de oxigênio do álcool reduz os níveis das emissões de monóxido de carbono em 25% a 30% em relação aos níveis de monóxido de carbono emitidos com a queima da gasolina, de acordo com a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos. Misturas de álcool também reduzem as emissões de hidrocarbonetos, um dos maiores contribuidores para o desgaste da camada de ozônio. Como um estimulador do octano, o álcool também pode reduzir mais de 50% das emissões cancerígenas de benzeno e butano. Preocupações e iniciativas ambientais vêm aumentando a consciência da necessidade de reduzir o consumo mundial de combustíveis fósseis e adotar combustíveis menos poluentes, como o álcool. Um exemplo é o Protocolo de Quioto, um acordo sobre o aquecimento global assinado em 1997 na Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática em Quioto, Japão, que entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005. De acordo com o Protocolo de Quioto, os países considerados industrializados comprometem-se a reduzir suas emissões de dióxido de carbono e outros cinco gases que causam efeito estufa entre 2008 e 2012. Um total de 141 países ratificaram o acordo. Espera-se que iniciativas globais como o Protocolo de Quioto aumentem a demanda de álcool nos próximos anos.

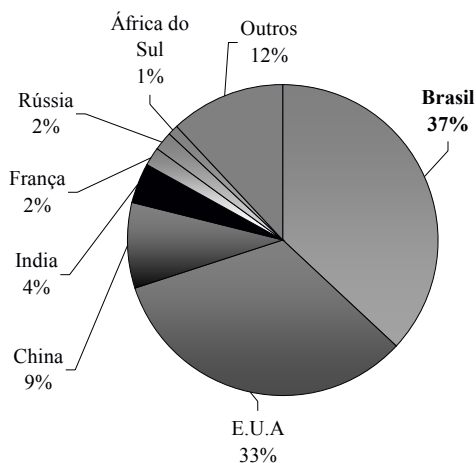
Atualmente os Estados Unidos e o Brasil são os principais produtores e consumidores de álcool. Os gráficos a seguir ilustram a evolução da produção de álcool nos últimos cinco anos, bem como os principais produtores mundiais de álcool em 2004.

Evolução da Produção Mundial de Álcool
Em Bilhões de Litros



Fonte: F.O. Licht

Produção Mundial de Álcool
Em 2004



Fonte: F.O. Licht

Embora o setor do álcool seja controlado e protegido em diversos países, esperamos uma ampliação do nosso acesso aos mercados internacionais de álcool no futuro, devido ao aumento do uso do álcool como um aditivo da gasolina, principalmente em face dos altos preços do petróleo e aos seus benefícios ambientais. Fontes do setor estimam que uma adoção mais ampla de combustíveis menos poluentes e renováveis aumentará a demanda pelo álcool em aproximadamente 30 bilhões de litros nos próximos anos.

Adição de Álcool Combustível à Gasolina

Até 5%	Até 10%		Acima de 10%
U.E.	E.U.A.	Colômbia	Brasil
Índia	Canadá	Paraguai	E.U.A. ⁽²⁾
Japão	China	Austrália ⁽¹⁾	Canadá ⁽²⁾
Polônia ⁽¹⁾	Tailândia	México ⁽¹⁾	Suécia ⁽²⁾
U.E.	África do Sul		Peru

Fonte: Unica

⁽¹⁾ Em discussão.

⁽²⁾ Veículos bicombustível (usam tanto gasolina como álcool).

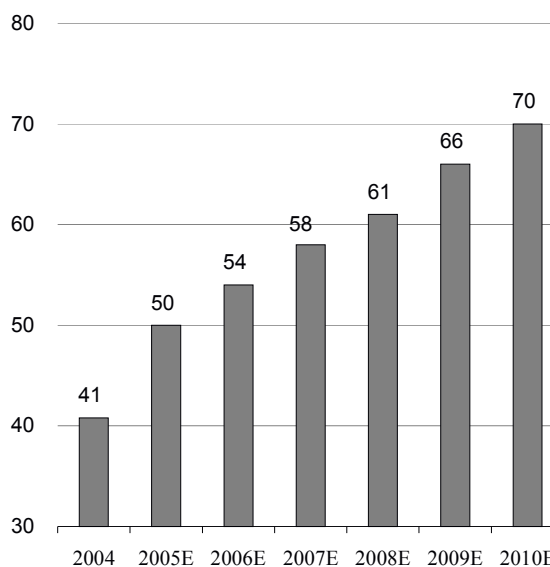
O Setor do Álcool nos Estados Unidos

O álcool também é comercializado nos Estados Unidos como um aditivo de combustível para reduzir as emissões dos veículos nos programas estaduais e federais de combustíveis menos poluentes. O álcool também é comercializado como um estimulador do octano para melhorar o desempenho dos veículos. Aproximadamente 94% da produção de álcool dos Estados Unidos é atualmente utilizada como aditivo de combustível na gasolina, enquanto o restante da produção é utilizada para fins industriais.

A indústria do álcool como combustível dos Estados Unidos está passando por um rápido crescimento, aumentando de aproximadamente 5,7 bilhões de litros produzidos em 1998, para cerca de 13,4 bilhões de litros produzidos em 2004. Esse crescimento vem sendo gerado em parte pelo aumento do uso de álcool para atender às exigências das emissões dentro dos programas federais e estaduais. Em 2004, aproximadamente 57% ou 7,6 bilhões de litros de álcool utilizados no mercado de combustíveis resultava do uso obrigatório de oxigenados, que são aditivos de combustível que reduzem a emissão de poluentes.

Projeção da Produção Mundial de Álcool

Em Bilhões de Litros



Fonte: F.O. Licht

Em particular, dois programas da lei federal do Ar Limpo dos Estados Unidos ("*Federal Clean Air Act*"), o *Winter Oxyfuel Program* e o *Reformulated Gasoline Program* exigem o uso de gasolina oxigenada nas áreas com determinados níveis de poluição. Dada a sua disponibilidade e custo, o álcool e o éter butílico terciário, *tert-butyl ether* ("MTBE"), são os dois aditivos primários usados para atender aos requisitos de oxigenados da lei federal do Ar Limpo. Entretanto, nos últimos anos tem existido uma crescente preocupação pública sobre a contaminação dos lençóis freáticos pelo MTBE resultante de vazamentos nos tanques de armazenamento subterrâneos de gasolina e outras liberações no meio-ambiente. Essas preocupações levaram à proibição ou significativa limitação do uso do MTBE em 20 estados, e a conseqüente mudança para o uso do álcool. Espera-se que o MTBE seja banido ou seu uso seja bastante limitado em vários outros estados, o que deverá aumentar a demanda por álcool nos Estados Unidos.

Além disso, em 8 de agosto de 2005 uma legislação federal denominada "Energy Policy Act of 2005" foi aprovada nos Estados Unidos para remover gradualmente os padrões dos oxigenados, banir ou limitar bastante o uso do MTBE e implementar um Padrão de Combustível Renovável, *renewable fuel standard* ("RFS"). O RFS estabelece níveis nacionais mínimos de combustíveis renováveis (álcool, bio-diesel ou qualquer outro combustível líquido produzido a partir de biomassa ou biogás) a serem adicionados à gasolina, o volume equivalente a 4 bilhões de galões (aproximadamente 15 bilhões de litros) é estimado para 2006, o qual deverá crescer gradualmente até atingir 7,5 bilhões de galões (aproximadamente 28 bilhões de litros) em 2012. Espera-se que o álcool seja responsável pela maior parte dos combustíveis renováveis produzidos e consumidos com o RFS.

Créditos de Emissões e sua Comercialização

Segundo o Protocolo de Quioto, as nações signatárias terão a opção de comercializar parte de suas emissões caso não atinjam os níveis máximos de emissões previstos. A opção de comercializar as emissões permite que um país compre certificados de redução de emissão, chamados de Unidades de Redução de Emissões ("UREs"), também conhecidos como créditos de carbono. O país comprador poderá então utilizar os UREs para atingir seus objetivos de mitigação climática. Em 2004, aproximadamente 107 milhões de toneladas de créditos de emissões foram comercializados, um crescimento de 38% comparado a 2003. A demanda surgiu basicamente de empresas européias, japonesas e canadenses. Estima-se que esse mercado de comercialização de créditos de emissões atinja um valor total de US\$34 bilhões até 2010, 25% do qual deverá vir do Brasil. O governo brasileiro anunciou que pretende estabelecer níveis de emissões específicos por setor com base no Protocolo de Quioto, e as empresas que tiverem níveis de emissões abaixo dos níveis estabelecidos pelo governo poderão comercializar seus créditos de emissões em um mercado de comercialização de emissões a ser estabelecido. Estimamos que poderemos ter aproximadamente 980 mil toneladas de UREs anuais disponíveis para comercialização caso venhamos a realizar alguns investimentos na geração de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar. Atualmente, estamos negociando nosso primeiro contrato para vender UREs gerados no nosso projeto piloto de venda de energia na Usina da Serra. Estimativas atuais avaliam que uma tonelada de créditos venha a ser negociada entre US\$5,00 e US\$6,00. Entretanto, não é possível fazer previsões sobre o mercado de UREs uma vez que esse mercado de comercialização de emissões ainda é novo e não desenvolvido.

O Setor Sucro-Alcooleiro no Brasil

O Brasil é o maior produtor de açúcar e álcool do mundo. O setor sucro-alcooleiro é responsável por aproximadamente 2% do produto interno bruto e por 17% do produto interno bruto da agricultura no Brasil, empregando mais de um milhão de pessoas. Durante a safra 2004/05, o Brasil produziu 27,8 milhões de toneladas de açúcar, avaliadas em aproximadamente US\$7,0 bilhões. O Brasil é o maior exportador de açúcar do mundo, com um total de 17,6 milhões de toneladas exportadas na safra 2004/05, representando aproximadamente 38% das exportações de açúcar do mundo. O Brasil também é um dos poucos países do mundo que produzem álcool. Na safra 2004/05 a produção total de álcool do Brasil atingiu 15,4 bilhões de litros ou aproximadamente 36% da produção mundial.

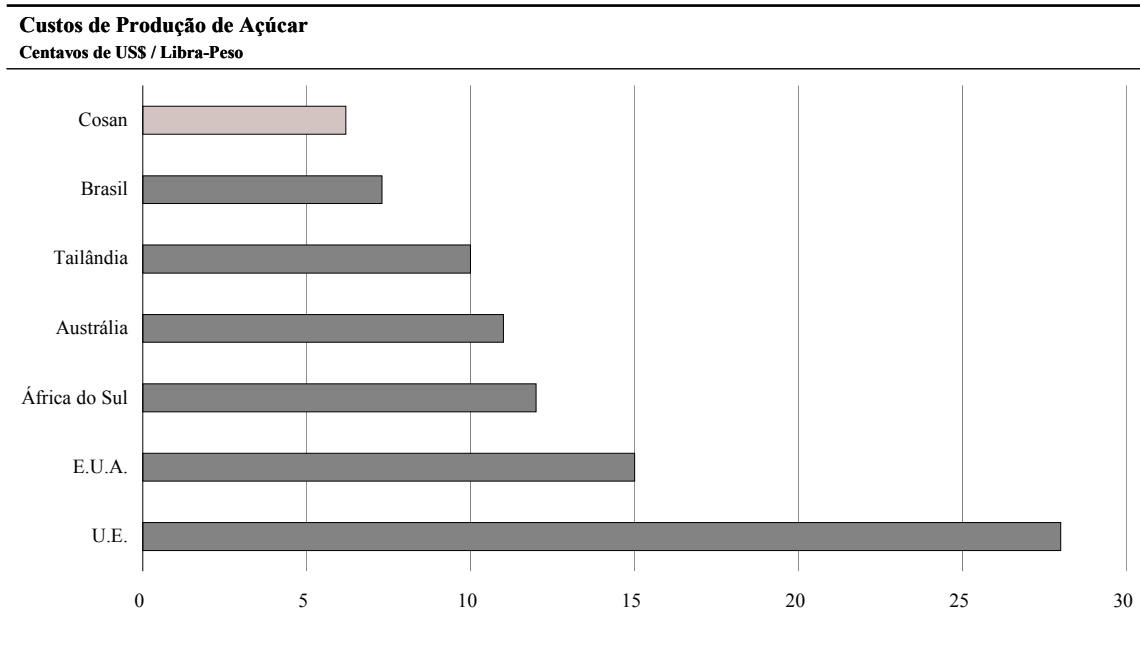
A Produção Brasileira de Açúcar

O vasto território do Brasil e seu clima favorável possibilitam uma grande oferta de terras disponíveis para a produção de cana-de-açúcar. Atualmente, apenas 1,5% das terras agricultáveis do Brasil, ou 5 milhões de hectares, são usados na produção de cana-de-açúcar. As condições favoráveis do Brasil permitem que a cana-de-açúcar seja colhida seis ou sete vezes antes que seja necessário replantar, o que representa uma grande vantagem se comparado com outros países, como a Índia, por exemplo, onde em média a cana-de-açúcar precisa ser replantada a cada duas ou três colheitas. O Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo, tendo produzido mais de 381 milhões de toneladas ou 29% da produção mundial na safra 2004/05. O ciclo de plantio da cana-de-açúcar oferece vantagens significativas quanto ao custo em relação à beterraba, que precisa ser replantada todos os anos e exige rotação de colheita que varia de três a cinco anos.

A cana-de-açúcar é cultivada nas regiões centro-sul e norte-nordeste do Brasil. A região centro-sul é responsável por aproximadamente 85% da produção do Brasil, respondendo por aproximadamente 80% e 90% da produção de álcool e açúcar do Brasil, respectivamente. O período de safra da região centro-sul vai de maio a novembro, enquanto que o período da safra na região norte-nordeste vai de setembro a março.

Produtor de Baixo Custo

O Brasil é o produtor de açúcar de menores custos do mundo em função do seu clima favorável e dos desenvolvimentos tecnológicos, agrícolas e industriais. Tais desenvolvimentos resultaram em ciclos de safra mais longos, maior produção de cana-de-açúcar por hectare, teores mais altos de açúcar na cana-de-açúcar processada e redução nas perdas industriais que resulta em uma maior produção de açúcar. Os custos da produção de açúcar no Brasil são significativamente mais baixos do que os dos maiores exportadores de açúcar do mundo, como a Austrália, África do Sul, Tailândia e Europa, conforme ilustrado no gráfico a seguir:



Fonte: Glencore 2005

Os custos de produção do açúcar bruto na região centro-sul do Brasil são mais baixos do que aqueles na região norte-nordeste por causa da topografia e do clima mais favoráveis, de uma infra-estrutura de transportes mais desenvolvida, e da maior proximidade das usinas aos maiores centros consumidores do país. A privatização de rodovias, instalações portuárias e ferrovias melhoraram os transportes no Brasil e a infra-estrutura de exportação, resultando em custos reduzidos e menores prazos de entrega do açúcar aos mercados mundiais.

O Consumo de Açúcar no Brasil

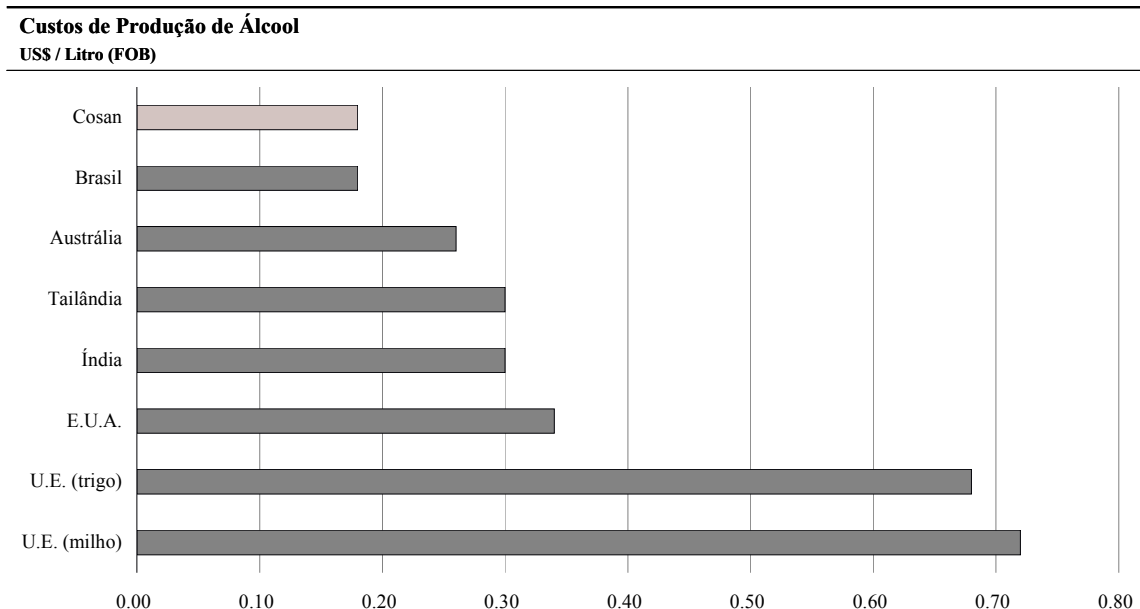
O Brasil é um dos maiores consumidores de açúcar do mundo, totalizando aproximadamente 10,7 milhões de toneladas na safra 2004/05. O consumo de açúcar no Brasil continua a crescer, principalmente em virtude do aumento no consumo dos produtos industrializados com alto teor de açúcar. Os fabricantes de alimentos, principalmente os fabricantes de refrigerantes, chocolates e sorvetes, são responsáveis por aproximadamente 55% do consumo doméstico de açúcar.

Líder na Exportação de Açúcar

O Brasil é o maior exportador de açúcar do mundo, com 17,6 milhões de toneladas exportadas na safra 2004/05, avaliadas em aproximadamente US\$3,5 bilhões. O Brasil é responsável por aproximadamente 38% do total das exportações mundiais de açúcar. Rússia, Egito, Nigéria e os Emirados Árabes Unidos são os maiores importadores do açúcar brasileiro. As exportações brasileiras de açúcar consistem basicamente de açúcar bruto e açúcar branco refinado. O açúcar bruto exportado é embarcado a granel, tipicamente para refinarias. O açúcar refinado é usado na fabricação de produtos alimentícios, como chocolate em pó, refrigerantes ou produtos de varejo, bem como de medicamentos. Na safra 2004/05, o Brasil exportou 12,4 milhões de toneladas de açúcar bruto, representando 71% do total das exportações de açúcar brasileiras. No mesmo período, o Brasil exportou 5,2 milhões de toneladas de açúcar branco refinado, representando 29% do total das exportações brasileiras de açúcar. O VHP, o tipo de açúcar bruto mais exportado pelo Brasil, é mais puro do que o açúcar bruto negociado no NY 11, e, portanto, comanda um prêmio de 3,75% sobre o preço do NY 11.

Produção Brasileira de Álcool

O Brasil é o maior produtor de álcool do mundo, com 15,4 bilhões de litros produzidos na safra 2004/05. Mais de 80% da produção brasileira de álcool é vendida no mercado doméstico. O uso do álcool como combustível no Brasil vem aumentando substancialmente há vários anos. Os custos de produção de álcool no Brasil são significativamente mais baixos do que em outros países produtores de álcool, conforme ilustrado no gráfico a seguir:



Fonte: F.O. Licht

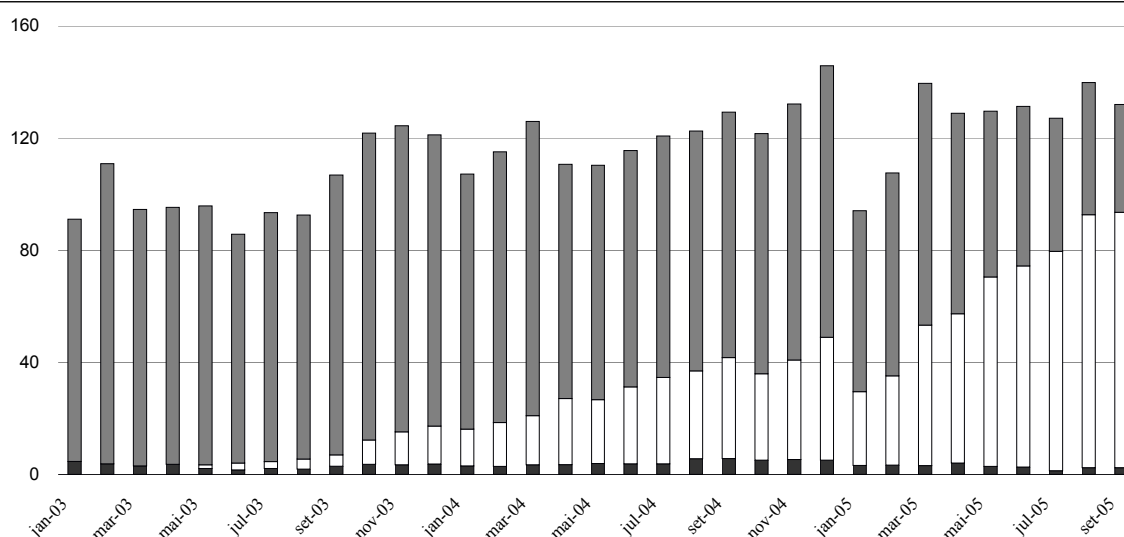
O álcool é usado como aditivo de combustível no Brasil desde a década de trinta. A produção de álcool combustível é basicamente dividida em dois tipos, álcool hidratado e álcool anidro. Durante a crise internacional do petróleo em meados da década de setenta, o governo brasileiro promoveu a produção de veículos que usavam o álcool hidratado como combustível, implantando o programa “Pró-álcool”, uma iniciativa introduzida em resposta aos altos preços do petróleo e à forte demanda interna por combustível. O Brasil optou pelo álcool hidratado como uma fonte alternativa de combustível para minimizar a sua vulnerabilidade à crise do petróleo, aos déficits na balança comercial e à variação cambial. Como resultado, o número de veículos a álcool produzido cresceu significativamente e teve seu pico em 1988, quando representava 90% das vendas internas de veículos. A demanda por veículos movidos a álcool hidratado, entretanto, caiu bastante posteriormente devido à significativa redução dos preços do petróleo e à redução e subsequente eliminação dos subsídios do governo aos produtores de álcool.

A redução na demanda de álcool hidratado foi compensada por um uso maior do álcool anidro. Durante a década de noventa, o governo promoveu o uso do álcool anidro como um aditivo da gasolina. Atualmente, por determinação legal, toda a gasolina vendida no Brasil deve ter um teor de 25% de álcool anidro.

Mais recentemente, a introdução de veículos bicombustível no Brasil em março de 2003 aumentou significativamente a demanda de álcool hidratado. Os veículos bicombustível são projetados para funcionar com gasolina, álcool ou qualquer mistura dos dois combustíveis. Em 2003, aproximadamente 48 mil veículos bicombustível foram vendidos no Brasil. Em 2004, mais de 328 mil desses veículos foram vendidos, e devem representar a maioria das vendas de veículos novos no Brasil em 2005. Além disso, aproximadamente 82% da frota automotiva brasileira atual é composta de veículos produzidos antes da introdução da tecnologia bicombustível, sugerindo um espaço significativo para o aumento na proporção de veículos bicombustível no processo de renovação da frota. Espera-se que o aumento na produção de veículos bicombustível aumente a demanda de álcool hidratado no Brasil. A maioria dos proprietários de veículos bicombustível está atualmente optando pelo uso do álcool, uma vez que o preço desse combustível atualmente é de aproximadamente 50% do preço da gasolina, embora seu rendimento seja de aproximadamente 75% do rendimento da gasolina. De acordo com as previsões da LMC para o Brasil, a demanda de álcool hidratado deverá crescer fortemente na próxima década, atingindo 25 bilhões de litros até 2015.

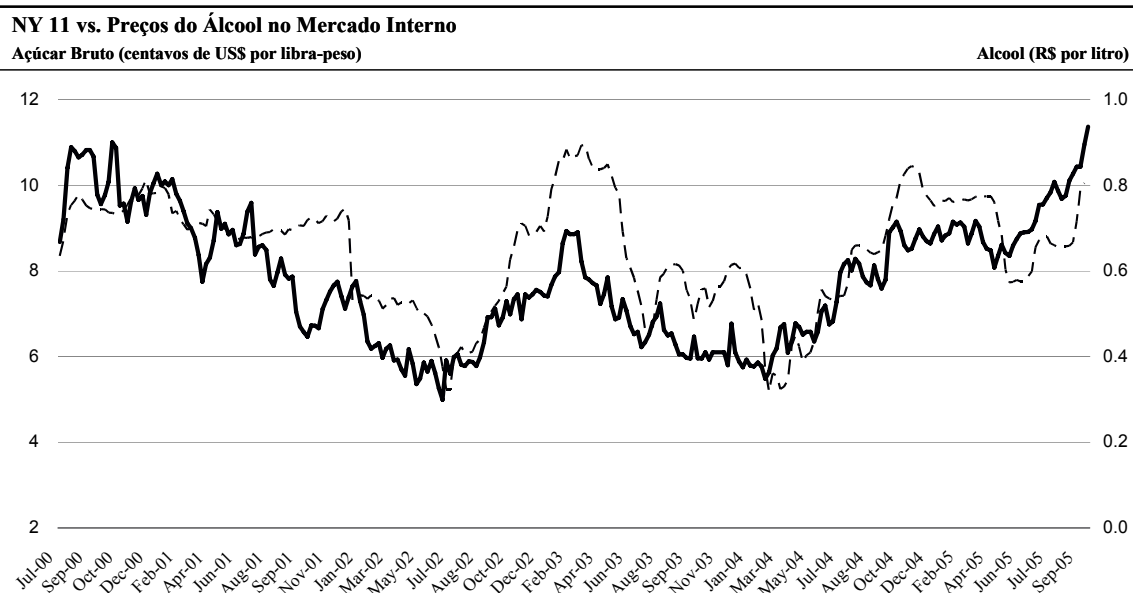
Vendas Mensais de Veículos por Tipo de Combustível

Em milhares



A produção de álcool está concentrada na região centro-sul do Brasil, que tem 224 usinas de produção de álcool, particularmente no estado de São Paulo, que conta com 136 usinas. A região centro-sul é responsável por mais de 90% da produção de álcool no Brasil.

Os preços tanto para o álcool hidratado quanto para o álcool anidro foram liberados em 1999. Dada a flexibilidade e a rapidez da troca da produção de açúcar para a de álcool e vice-versa, os preços do açúcar e do álcool estão altamente correlacionados. O gráfico abaixo ilustra a relação entre esses preços.



As exportações de álcool na safra 2005/06 devem aumentar em 10% em relação à safra anterior e devem atingir 5,0 bilhões de litros até 2015. O Brasil exportou aproximadamente 2,4 bilhões de litros de álcool em 2004, representando um aumento nas exportações de 216% em relação a 2003. A adoção mais ampla do álcool misturado à gasolina aumentou as exportações brasileiras de álcool significativamente. Vários países, inclusive o Canadá e os Estados Unidos, atualmente misturam álcool à gasolina. Acreditamos que estamos bem posicionados para beneficiar-nos dos aumentos na demanda global do álcool e para capturar uma significativa parte do crescimento do setor.

ATIVIDADES DA COMPANHIA

Visão Geral da Companhia

Somos um dos maiores produtores e vendedores de açúcar e álcool do mundo. Cultivamos, colhemos e processamos cana-de-açúcar, a principal matéria-prima utilizada para produzir açúcar e álcool. No exercício social de 2005, nossas vendas líquidas consolidadas totalizaram R\$1.900,4 milhões e nosso lucro bruto totalizou R\$561,8 milhões.

Oferecemos uma grande variedade de açúcares, incluindo açúcar bruto e refinado, e vendemos para uma ampla base de clientes no Brasil e no exterior. As vendas líquidas das nossas operações com açúcar totalizaram R\$1.188,3 milhões no exercício social de 2005, representando 62,5% do total de nossas vendas líquidas. Com relação ao álcool, nossos produtos incluem álcool combustível, industrial e para varejo, tal como álcool engarrafado líquido e em gel para uso doméstico. O álcool combustível é o nosso principal produto dentre os álcoois, sendo o álcool anidro utilizado como aditivo à gasolina e o álcool hidratado diretamente como combustível. As nossas vendas líquidas de álcool totalizaram R\$565,5 milhões no exercício social de 2005, ou 29,8% do total de nossas vendas líquidas.

Dentre os principais produtores mundiais, acreditamos ser:

- o maior produtor e processador de cana-de-açúcar do mundo, tendo processado 26,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar no exercício social de 2005;
- o maior produtor de açúcar no Brasil, estando entre os três maiores produtores de açúcar do mundo, tendo vendido 2,3 milhões de toneladas de açúcar no exercício social de 2005;
- o segundo maior exportador de açúcar do mundo, tendo exportado cerca de 2 milhões de toneladas durante o exercício social de 2005, representando aproximadamente 4% do total de exportações de açúcar no mundo;
- o maior produtor de álcool do Brasil e o segundo maior do mundo, tendo vendido 824,7 milhões de litros no exercício social de 2005;
- o maior exportador mundial de álcool, tendo exportado 298,3 milhões de litros no exercício social de 2005; e
- o segundo maior vendedor de açúcar refinado do mercado varejista brasileiro através de nossa marca "Da Barra", com uma participação de mercado de aproximadamente 13% em 30 de abril de 2005.

Nossa História

A nossa história remonta a 1936, quando a primeira usina foi fundada pela família Ometto na Cidade de Piracicaba no Estado de São Paulo com uma capacidade de moagem de cana-de-açúcar de 4,3 milhões de toneladas por ano. A partir da metade da década de 1980, começamos a expandir nossas operações com a aquisição de várias usinas no Estado de São Paulo. Em 1986, adicionamos ao nosso grupo as usinas Santa Helena e São Francisco, com capacidade de moagem de cana-de-açúcar de 1,9 e 1,5 milhões de toneladas por ano, respectivamente. Em 1988, adicionamos ao nosso grupo mais 2,0 milhões de toneladas de capacidade de processamento de cana-de-açúcar por ano com a aquisição da usina Ipaussu. Em 1996 recebemos uma concessão do governo brasileiro para explorar a construção, o desenvolvimento e a operação de um terminal de carregamento de açúcar no Porto de Santos, atualmente administrado pela nossa controlada Cosan Portuária. Em 1998, adicionamos as usinas Diamante e da Serra ao nosso portfólio, com capacidade de moagem de cana-de-açúcar de 2,0 e 1,8 milhões de toneladas por ano, respectivamente.

Consolidamos a nossa estrutura societária em fevereiro de 2000, quando as usinas Costa Pinto, Santa Helena, São Francisco e Tamandupá foram contribuídas ao capital da Irmãos Franceschi Agrícola Industrial e Comercial Ltda., nossa antiga denominação social. Posteriormente alteramos nossa denominação social para Cosan S.A. Indústria e Comércio.

Desde 2000, a nossa capacidade de produção tem sido incrementada por meio de aquisições estratégicas de várias usinas, aproveitando a desregulamentação do setor de açúcar no Brasil. Vide *“Atividades – Regulamentação do Setor”*. Entre 2000 e 2001, adquirimos as usinas Rafard, Univalem e Gasa, com capacidade de moagem de cana-de-açúcar de 2,5, 1,9 e 1,1 milhões de toneladas por ano, respectivamente.

Em novembro de 2000 expandimos nossas operações através da formação da FBA, uma empresa originalmente controlada em conjunto com a Tereos (47,5% de participação na FBA) e a Sucden (5% de participação na FBA), para operar as usinas de Ipaussu, Univalem e Gasa. Em maio de 2005, passamos a deter 99,9% do capital social da FBA, em função de uma reorganização societária pela qual a Tereos e a Sucden passaram a ser nossas acionistas. Vide *“Histórico e Reorganizações Societárias”*.

Em julho de 2002 celebramos um contrato de arrendamento de vinte anos da usina Junqueira, o que acrescentou 2,2 milhões de toneladas à nossa capacidade anual de processamento de cana-de-açúcar. Em agosto de 2002, adquirimos indiretamente o controle da Da Barra, que possui a maior usina de açúcar do mundo, com capacidade anual de processamento de 6,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Em fevereiro de 2004, celebramos um contrato de arrendamento de vinte anos da usina Dois Córregos, que tem capacidade anual de processamento de 1,4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e compramos a Cosan Refinadora, uma unidade de refinamento de açúcar no Estado de Santa Catarina, que incorporamos em julho de 2005. Em abril de 2004, adquirimos diretamente mais 3,6% do total do capital social da Da Barra, o que aumentou nossa participação acionária na Da Barra de 48,8% para 52,5%. Em janeiro de 2005, aumentamos a nossa participação na Da Barra de 52,5% para 95,0% por meio de uma operação de permuta de ações, na qual ações da Da Barra foram trocadas por ações de emissão da Aguassanta Participações S.A., uma holding criada por antigos acionistas da Nova Celisa, São Francisco e Irmãos Franceschi, seguida de aumento do nosso capital social. Vide *“Histórico e Reorganizações Societárias”*.

Em janeiro e abril de 2005, a Nova FBA Indústria e Comércio Ltda. (uma controlada da FBA constituída em novembro de 2004), ou Nova FBA, adquiriu por aproximadamente R\$78,0 milhões o Grupo Destivale, com capacidade anual de processamento de 1,0 milhão de toneladas de cana-de-açúcar. Em abril de 2005, após a incorporação da Agrícola Destivale, Auto Posto Destivale e Nova FBA, a Destivale passou a ser a única controlada da FBA.

Em julho de 2005, por meio de uma operação de cisão, transferimos integralmente a nossa participação na Amaralina (uma empresa agrícola proprietária de parte das terras utilizadas por nós para o cultivo de cana-de-açúcar) para nossos acionistas. Em maio de 2005, celebramos um contrato de arrendamento de terras de longo prazo com a Amaralina, de acordo com o qual utilizaremos as terras de propriedade da Amaralina para o cultivo de cana-de-açúcar. Em troca da utilização das terras, nós pagaremos à Amaralina, em cada safra, um montante baseado no valor de mercado de 16,4 toneladas de cana-de-açúcar por hectare de terras agricultáveis de propriedade da Amaralina por nós utilizados, sendo tal valor de mercado baseado no preço da cana-de-açúcar estabelecido pelas normas do CONSECANA. O prazo de duração de tal contrato de arrendamento é de vinte anos, encerrando-se após a safra 2025/2026. Vide *“Histórico e Reorganizações Societárias”* e *“Operações com Partes Relacionadas – Operações com Acionistas”*.

Nossas Vantagens Competitivas

Atribuimos a nossa liderança nos setores de açúcar e álcool às seguintes vantagens competitivas:

Nos beneficiamos das condições naturais favoráveis da região Centro-Sul do Brasil.

A região Centro-Sul do Brasil, principalmente o Estado de São Paulo, onde nossas usinas estão localizadas, é a maior e uma das melhores regiões para a produção de cana-de-açúcar no mundo. O clima e o solo da região Centro-Sul do Brasil proporcionam um ambiente favorável para a produção de cana-de-açúcar de alta qualidade e rentabilidade. Além disso, nossos 70 anos de experiência e *know-how* técnico no cultivo de cana-de-açúcar em conjunto com os investimentos que fizemos em pesquisas agrícolas nos permitem tirar um maior proveito dessas condições naturais quando comparado aos outros produtores de cana-de-açúcar da região Centro-Sul. Por esses fatores, acreditamos estar entre os produtores mais competitivos e de mais baixo custo do mundo.

Somos líderes no mercado interno brasileiro e no mercado de exportação de açúcar e álcool.

O mercado interno de açúcar no Brasil é o quarto maior do mundo, após Índia, União Européia e China, e o mercado interno de álcool no Brasil é o maior do mundo, seguido de perto pelos Estados Unidos. Somos o maior produtor de açúcar e álcool do Brasil, com uma participação de aproximadamente 9% do mercado de açúcar, que é de R\$15,5 bilhões, e uma participação de aproximadamente 7% do mercado de álcool, que é de R\$11,0 bilhões. A nossa escala de produção proporciona uma vantagem competitiva, principalmente pelo ganho de eficiências significativo em termos de custo e logística integrada. O tamanho e a localização de nossas usinas oferecem um considerável poder de barganha na compra da cana-de-açúcar e de outros produtos e serviços, bem como reduzem nossos custos operacionais. Conseguimos alcançar e manter uma posição sólida no mercado adquirindo e arrendando estrategicamente usinas no Estado de São Paulo e ao mesmo tempo produzindo diversos tipos de açúcares e álcoois de alta qualidade, mantendo preços competitivos, assegurando entregas no prazo e oferecendo um ótimo atendimento ao cliente.

O tamanho do mercado interno e a liderança mundial do setor sucro-alcooleiro brasileiro nos permite tirar proveito da demanda global por esses produtos. O Brasil é líder mundial em exportação de açúcar e somos o maior exportador no mercado brasileiro.

A marca Da Barra é a segunda maior marca em termos de venda no mercado varejista brasileiro de açúcar. Essa marca foi introduzida há 29 anos e é conhecida pela qualidade de seus produtos, com uma forte presença no Estado de São Paulo. Atualmente, os produtos de açúcar comercializados com a marca Da Barra têm uma participação de mercado de cerca de 13% no Brasil.

Nossas usinas estão estrategicamente localizadas próximas ao nosso terminal portuário e aos grandes centros de consumo.

A localização de nossas treze usinas e duas refinarias nos permite otimizar as práticas de produção e estar próximos de nossos clientes, fornecedores, terminais e armazéns portuários, melhorando nossos prazos de entrega e aumentando as eficiências operacionais. Tais fatores facilitam nossa resposta à demanda, atendimento a pedidos, bem como reduzem nossos custos. Todas as nossas usinas e escritórios se beneficiam dessa localização no Estado de São Paulo – um estado-chave na economia brasileira que abriga cerca de 20% da população do país e é responsável por cerca de 35% do produto interno bruto. Acreditamos que nossos custos totais médios de produção, sejam mais baixos do que a média do setor no Brasil, proporcionando uma posição competitiva em termos de custos nos mercados brasileiro e internacionais de açúcar e álcool. Além disso, a eficiência do nosso terminal de açúcar no Porto de Santos reduz nossos custos de exportação e nossas despesas com embarque, bem como otimiza nosso tempo de processamento. A proximidade de nossas usinas ao porto nos proporciona uma vantagem competitiva resultante dos baixos custos de transporte.

Nos beneficiamos de nossa diversidade de produtos e flexibilidade de produção em um ambiente competitivo.

Ao contrário do mercado nos países desenvolvidos, onde regimes protecionistas permitem preços de açúcar artificialmente altos, o mercado brasileiro é desregulado e altamente competitivo. Por isso, buscamos constantemente melhorias de produtividade para sermos bem-sucedidos no altamente competitivo cenário brasileiro. Podemos ajustar nossa produção (dentro de certos limites operacionais) entre o açúcar e o álcool, bem como entre tipos diferentes de açúcares e álcoois, para atender demandas em condições de preços de mercado mais favoráveis em determinados momentos. Produzimos praticamente todos os tipos de açúcares e álcoois consumidos nos mercados local e internacional, e podemos atender de maneira dinâmica às crescentes demandas por nossos produtos.

Oferecemos uma abordagem comercial inovadora no setor de açúcar brasileiro.

Identificando uma oportunidade de mercado, desenvolvemos o açúcar VHP que é atualmente o tipo de açúcar bruto preferido pela maioria dos importadores do açúcar brasileiro, e hoje exportamos o VHP, que se tornou padrão de qualidade no mundo todo. Justamente por ser um açúcar de melhor qualidade, o VHP é negociado com um prêmio de 3,75% sobre o NY 11, que utiliza como padrão um açúcar de qualidade inferior. O açúcar VHP é transportado à granel, e por isso nosso terminal de açúcar no porto de Santos e seus armazéns foram preparados para o carregamento e armazenamento de produtos a granel, estando entre os terminais mais eficientes do mundo em termos de tempo de embarque. Por isso, os importadores dão preferência ao nosso fornecimento de açúcar e serviços portuários. Nosso método de exportação de açúcar a granel, e não de açúcar ensacado, tornou-se o método de distribuição preferido por importadores mundiais de açúcar em função da crescente demanda pelo açúcar bruto. Exportamos também volumes menores de açúcar refinado, enviado em sacos de 50kg em terminais de terceiros.

Investimos continuamente na redução de custos e melhoria da produtividade.

Na área agrícola, nós testamos e desenvolvemos tipos diferentes de cana-de-açúcar, buscando sempre a espécie que apresenta a melhor produtividade em cada região, tipo de solo e época de colheita. Desenvolvemos um sistema de monitoramento por satélite, através do qual acompanhamos a evolução do canavial, possibilitando a identificação de eventuais problemas antes que a rentabilidade da cana-de-açúcar seja comprometida. O sistema também nos possibilita uma melhor previsibilidade da safra.

Na área industrial, além de monitorar continuamente todas as etapas do processo de produção de açúcar e de álcool visando minimizar perdas, introduzimos novas técnicas na produção de açúcar, como melhorias no processo de lavagem de cana-de-açúcar, o que reduziu significativamente as nossas perdas no processo. Estamos sempre buscando o aprimoramento de nossas técnicas utilizadas nos processos industriais.

Temos experiência na aquisição e integração de empresas, e na extração de sinergias operacionais.

Temos um histórico de aquisição e integração de empresas que tem resultado em sinergias operacionais. Nos últimos quatro anos, adquirimos diversas usinas brasileiras com uma capacidade combinada de processamento de cana-de-açúcar de cerca de 15 milhões de toneladas, o que efetivamente dobrou nossa capacidade de processamento nesse período. O crescimento em escala atingido por meio dessas aquisições é parte integrante de nossa estratégia, proporcionando-nos uma posição de liderança de mercado e permitindo-nos reduzir custos. Adicionalmente às sinergias e economias de escala obtidas com as aquisições, procuramos introduzir nossos conhecimentos agrícolas e industriais o mais rápido possível, para que as novas usinas passem a apresentar os mesmos padrões de rentabilidade por nós exigidos. Por exemplo, quando adquirimos a Da Barra em agosto de 2002 ela produzia 79 toneladas de cana-de-açúcar por hectare, e na safra 2004/2005 essa produção aumentou para 84 toneladas de cana-de-açúcar por hectare.

Acreditamos que as tendências mundiais do setor devam beneficiar os principais produtores brasileiros.

Estamos bem posicionados para aproveitar as oportunidades do setor, dentre elas, a redução dos subsídios e das barreiras à importação resultantes da desregulamentação dos mercados de açúcar e álcool no mundo, o aumento do consumo de açúcar devido ao crescimento do poder aquisitivo e à migração da população para regiões urbanas, a pressão para o uso de combustíveis alternativos renováveis limpos como o álcool, em função das preocupações ambientais mundiais e dos altos preços do petróleo, a maior escala e os menores custos de produção devidos à consolidação do setor no Brasil, o aumento da utilização de adoçantes a base de açúcar, e do aproveitamento do potencial oferecido pela co-geração de energia elétrica a partir do bagaço de cana-de-açúcar.

Possuímos uma equipe de administradores experientes e profissionais.

Somos administrados por profissionais em sua maioria com mais de vinte anos de experiência no setor sucro-alcóoleiro. A base da nossa administração central é a mesma desde 1990 e cada um dos administradores de nossas usinas tem pelo menos dez anos de experiência no setor sucro-alcóoleiro. Ao contrário dos nossos concorrentes locais, em que na maioria das vezes a administração é composta por membros da família controladora, a nossa administração é composta por profissionais de mercado, com vasta experiência nas suas áreas de atuação. A nossa experiente equipe de administradores desenvolveu um extenso *know-how* técnico no cultivo e processamento de cana-de-açúcar.

Nossa Estratégia

Pretendemos nos concentrar no crescimento sustentado, mantendo nossos custos operacionais em níveis competitivos e aproveitando as nossas vantagens competitivas para expandir a nossa liderança no mercado internacional e brasileiro de açúcar e álcool. Os principais componentes de nossa estratégia são:

Expandir nossa liderança no mercado internacional de açúcar e álcool.

Pretendemos utilizar nossas vantagens competitivas para aumentar nossa posição de liderança no mercado internacional de açúcar e álcool. No exercício social de 2005, cerca de 85% de nossas vendas de açúcar foram destinadas ao mercado internacional. O grande rendimento de nossa cana-de-açúcar devido às ótimas condições de clima e de solo no Brasil, a alta produtividade, os baixos custos de produção e transporte constituem vantagens competitivas importantes sobre os produtores de vários outros países, permitindo-nos exercer um papel ativo e competitivo nos mercados mundiais de açúcar e álcool. Também pretendemos nos beneficiar das reduções planejadas no sistema de subsídios ao açúcar da União Européia e das futuras oportunidades de exportação que surgirão com a flexibilização nas restrições de comercialização e importação que atualmente limitam nosso acesso a grandes mercados de açúcar e álcool. Estamos preparados para atender o aumento da demanda mundial por açúcar e álcool. Os nossos baixos custos de produção e exportação nos permitem explorar esses mercados em crescimento e reagir a mudanças nas condições competitivas de maneira rápida e eficiente.

Buscar oportunidades de crescimento através de aquisições estratégicas.

O setor sucro-alcóoleiro brasileiro é extremamente fragmentado, com mais de 300 usinas em operação, das quais 224 estão localizadas na região Centro-Sul, sendo 136 em São Paulo. Muitos dos concorrentes são relativamente pequenos, com administração familiar, sem economias de escala e estrutura de capital adequada para competir de maneira eficaz. Monitoramos minuciosamente esse setor e continuaremos buscando oportunidades seletivas de aquisição, principalmente no Brasil, que ofereçam ganhos em termos de sinergia e produtividade.

Continuar a reduzir custos e a aumentar eficiências operacionais.

Pretendemos continuar a ser um dos produtores de açúcar e álcool de mais baixo custo no mundo, buscando sempre melhorar nossas eficiências operacionais, reduzir nossos custos operacionais e capturar as sinergias das nossas aquisições. Desde a nossa formação em fevereiro de 2000 e das nossas recentes aquisições, reduzimos nossos custos e ao mesmo tempo aumentamos nossa produção e nossa produtividade. Para maximizar as sinergias das aquisições, monitoramos minuciosamente as necessidades das usinas que adquirimos para assegurar que os recursos adequados sejam disponibilizados imediatamente e utilizados de maneira eficiente. Nossa aquisição Da Barra é um bom exemplo da nossa capacidade de melhorar a eficiência operacional das usinas adquiridas. Em apenas dois anos, através de investimentos agrícolas, conseguimos reduzir o índice de pragas no canavial de 1,8% para 0,8% do total da safra. Aumentamos a produtividade agrícola de 79 toneladas de cana-de-açúcar por hectare para 84 entre as safras 2002/2003 e 2004/2005. Essas melhorias operacionais se refletiram nos resultados financeiros que foram de R\$451,8 milhões de receita líquida no exercício social de 2003 para R\$607,4 milhões no exercício social de 2005, ou um crescimento anual de aproximadamente 15,9%. Nesse mesmo período, a margem de EBITDA Da Barra subiu de 12% para 18%.

Continuaremos a aperfeiçoar a eficiência de nossas operações através de investimentos no desenvolvimento de novos tipos de cana-de-açúcar, em processos agrícolas e industriais, no monitoramento via satélite de nossas safras, nos processos logísticos, em tecnologia de informação e em qualificação profissional, bem como continuaremos a melhorar o fluxo de informação e nossos sistemas internos de controle para facilitar e acelerar nossa capacidade de tomada de decisões.

Aproveitar a maior demanda por álcool como combustível.

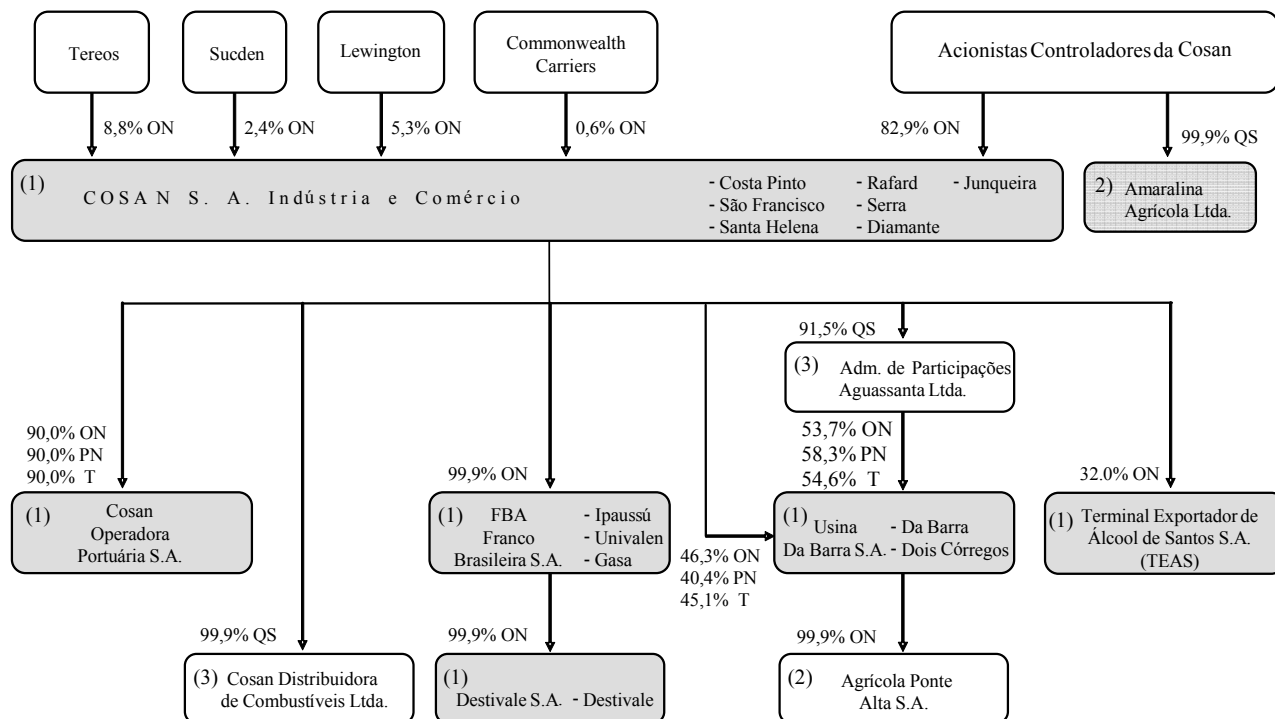
Aproveitaremos o uso cada vez maior do álcool como um combustível alternativo, renovável e limpo, e como aditivo à gasolina. As preocupações internacionais relacionadas às emissões poluentes e os esforços para minimizar a dependência do petróleo resultaram na busca por combustíveis mais limpos como o álcool. A demanda por veículos bicombustível que funcionam tanto com álcool, quanto com gasolina (ou com qualquer mistura de ambos) está crescendo e aumentando o consumo de álcool em função dos altos preços da gasolina. Além disso, concentraremos nossos esforços para aumentar nossas exportações de álcool para atender à crescente demanda internacional.

Aproveitar as oportunidades estratégicas relacionadas ao setor.

O setor apresenta diversas oportunidades em termos de novos produtos e mercados. Dentre essas oportunidades, destacam-se a crescente demanda por nossos produtos, assim como a venda de energia elétrica gerada a partir do bagaço de cana-de-açúcar. Atualmente somos auto-suficientes em energia elétrica no período de safra, detemos o conhecimento de geração de energia-elétrica e possuímos um grande potencial de geração inexplorado. Acreditamos que o país precisará de energia para continuar a sua trajetória de crescimento e nós poderemos aproveitar essa oportunidade. Uma vez que tenhamos condições de mercado atrativas, poderemos investir e agregar mais uma fonte estável de receita ao grupo praticamente sem custos adicionais.

Estrutura da Companhia

As nossas atividades operacionais são exercidas basicamente por meio de três empresas: Cosan, Da Barra e FBA. Operamos também um terminal no Porto de Santos através da nossa controlada Cosan Portuária e do TEAS. Além disso, somos proprietários da Cosan Distribuidora, uma empresa de distribuição de combustível que atualmente está inativa, mas possui todas as licenças governamentais necessárias para distribuir combustíveis no Brasil. A nossa estrutura também inclui a Administração de Participações Aguassanta Ltda., uma controlada não operacional cuja única finalidade é deter as ações da Da Barra. O quadro a seguir apresenta nossa estrutura organizacional em 31 de julho de 2005. Todas essas empresas estão constituídas em conformidade com as leis brasileiras.



Legenda

(1) Companhias operacionais
 (2) Companhias proprietárias de terras
 (3) Holdings

ON Ações ordinárias
 PN Ações preferenciais
 QS Quotas em sociedades limitadas

Somos proprietários das usinas Costa Pinto, São Francisco, Santa Helena, Rafard, Serra e Diamante e arrendatários da usina Junqueira. A FBA é proprietária das usinas Ipaussú, Univalen, Gasa e Destivale. A Da Barra é proprietária da usina Da Barra, arrenda a usina Dois Córregos e detém 99,9% do capital social da Agrícola Ponte Alta S.A., uma empresa proprietária de parte das terras utilizadas por nós para o cultivo de cana-de-açúcar.

Operações

Cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar é a principal matéria-prima utilizada na produção de açúcar e álcool. A cana-de-açúcar é uma gramínea tropical que é melhor cultivada em regiões com temperaturas quentes, estáveis e alta umidade. O clima e a topografia da região Centro-Sul do Brasil são ideais para o cultivo de cana-de-açúcar. A região Centro-Sul do Brasil é responsável por cerca de 85% da produção brasileira de cana-de-açúcar.

Em 30 de abril de 2005, já ajustado pela consolidação integral da FBA e pela cisão da Amaralina, arrendávamos aproximadamente 190 mil hectares, que representam cerca de 80% das terras que cultivamos, por meio de contratos de arrendamento de terras, cujos prazos são, em média, de seis anos, e totalizam, aproximadamente, mil contratos. Vide *"Operações com Partes Relacionadas"*. Os contratos de arrendamento de terras têm prazos que variam de um a vinte anos. De acordo com esses contratos de arrendamento de terras, pagamos em espécie aos arrendadores o equivalente a uma quantidade fixa de toneladas de cana-de-açúcar por hectare agricultável pela utilização da terra e uma quantidade fixa da produtividade por tonelada de cana-de-açúcar em relação ao total de açúcar adquirido, ATR. Vide *"Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Contratos de Arrendamento Operacional"*. As terras arrendadas pela Cosan estão pulverizadas por diversos contratos com inúmeros arrendadores.

Em maio de 2005, celebramos um contrato de arrendamento de terras de longo prazo com a Amaralina. De acordo com esse contrato, usaremos as terras de propriedade da Amaralina para o cultivo de cana-de-açúcar. Em troca da utilização das terras, pagaremos à Amaralina, em cada safra, um montante equivalente ao no valor de mercado de 16,4 toneladas de cana-de-açúcar por hectare de terras agricultáveis de propriedade da Amaralina por nós utilizados em cada colheita, sendo tal valor de mercado baseado no preço da cana-de-açúcar estabelecido pelas normas do CONSECANA. O prazo de duração de tal contrato de arrendamento é de vinte anos, encerrando-se após a safra 2025/2026. Vide “Operações com Partes Relacionadas – Operações com Acionistas”.

Também compramos cana-de-açúcar diretamente de mais de 4.500 produtores independentes. Historicamente, das nossas compras de cana-de-açúcar de produtores independentes, 80% são realizadas por meio de contratos de médio e longo prazo, 5% são realizadas à vista e 15% são realizadas junto a produtores de cana-de-açúcar com quem mantemos um relacionamento de longo prazo mas nenhum contrato formal. Normalmente, celebramos contratos de médio e longo prazo, por períodos que variam de três anos e meio a sete anos. Todos os fornecedores de cana-de-açúcar são responsáveis pela colheita da cana-de-açúcar e pela sua entrega nas nossas usinas. Para alguns, prestamos o serviço de colheita e entrega.

O preço que pagamos a nossos fornecedores é baseado no teor de açúcar contido na cana-de-açúcar entregue. Quando recebemos a cana-de-açúcar do fornecedor, retiramos uma amostra da cana-de-açúcar e a analisamos em laboratório. O resultado dessa análise nos indica o total de ATR (Açúcares Totais Recuperáveis), em quilogramas, adquirido de cada fornecedor. Ao final do mês realizamos os pagamentos de acordo com as bases contratuais, e de uma forma geral, utilizamos os preços divulgados pelo CONSECANA.

Colhemos aproximadamente 61%, ou 16,2 milhões de toneladas, da cana-de-açúcar que processamos durante o exercício social de 2005, de terras de nossa propriedade ou arrendadas, e compramos de terceiros as 10,4 milhões de toneladas remanescentes, ou aproximadamente 39% da quantidade total de cana-de-açúcar que processamos durante o exercício social de 2005. O quadro a seguir compara a quantidade de cana-de-açúcar cultivada em terras de nossa propriedade ou em terras arrendadas com a quantidade adquirida de terceiros nos últimos quatro anos.

	Cana-de-açúcar Processada (Em milhões de toneladas)		
	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de		
	2003	2004	2005
Cana-de-açúcar proveniente de terras de nossa propriedade/arrendadas	11,0	14,7	16,2
Cana-de-açúcar adquirida de terceiros	7,8	8,5	10,4
Total	18,8	23,2	26,6

O quadro acima não inclui a cana-de-açúcar processada pelo Grupo Destivale nem tampouco consolidada os 52,5% da cana-de-açúcar processada pela FBA.

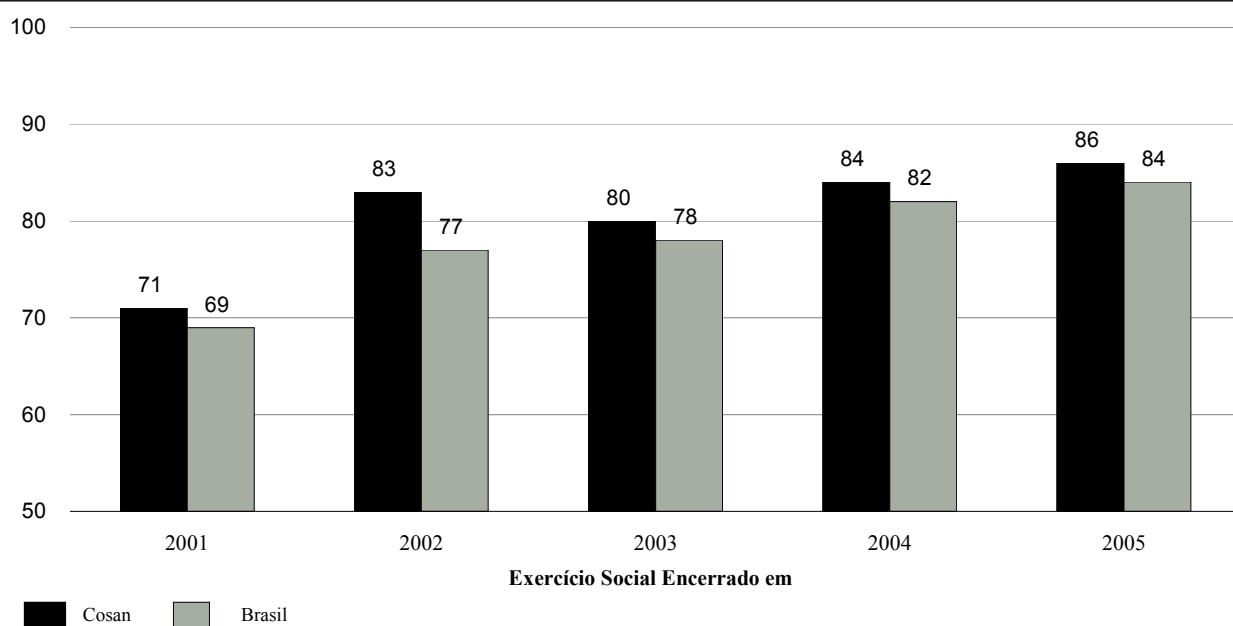
Ciclo de Colheita da Cana-de-açúcar

O ciclo de colheita da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil tem início tipicamente em maio e se encerra em novembro de cada ano. Nós plantamos diversos tipos de cana-de-açúcar, sendo que a qualidade da cana-de-açúcar depende da qualidade do solo e do clima da região. Uma vez plantada, a cana-de-açúcar pode ser colhida por até seis ou sete vezes consecutivas, embora ela precise ser cuidadosamente mantida para continuar atingindo os níveis de produção e produtividade por nós exigidos.

A cana-de-açúcar está pronta para ser colhida, geralmente após um ciclo de um ano, quando o teor de açúcar estiver no seu nível mais alto. A colheita é feita tanto manual como mecanicamente. Aproximadamente 80% da nossa cana-de-açúcar é colhida manualmente. A colheita manual tem início com a queima da cana-de-açúcar, que remove as suas folhas. A quantidade da safra que é queimada está sujeita a normas ambientais. Vide "Atividades da Companhia – Regulamentação do Setor – Regulamentação Ambiental". Os 20% remanescentes são colhidos mecanicamente. O custo da colheita manual e mecânica é basicamente o mesmo, sendo em média de, aproximadamente, R\$5 a R\$6 por tonelada de cana-de-açúcar. O rendimento da cana-de-açúcar é uma importante medida de produtividade. Fatores geográficos como a composição da terra, a topografia e o clima, bem como as técnicas agrícolas que implantamos, afetam o rendimento da cana-de-açúcar. A nossa média foi de 86 toneladas de cana-de-açúcar por hectare durante o exercício social encerrado em 30 de abril de 2005.

Produtividade

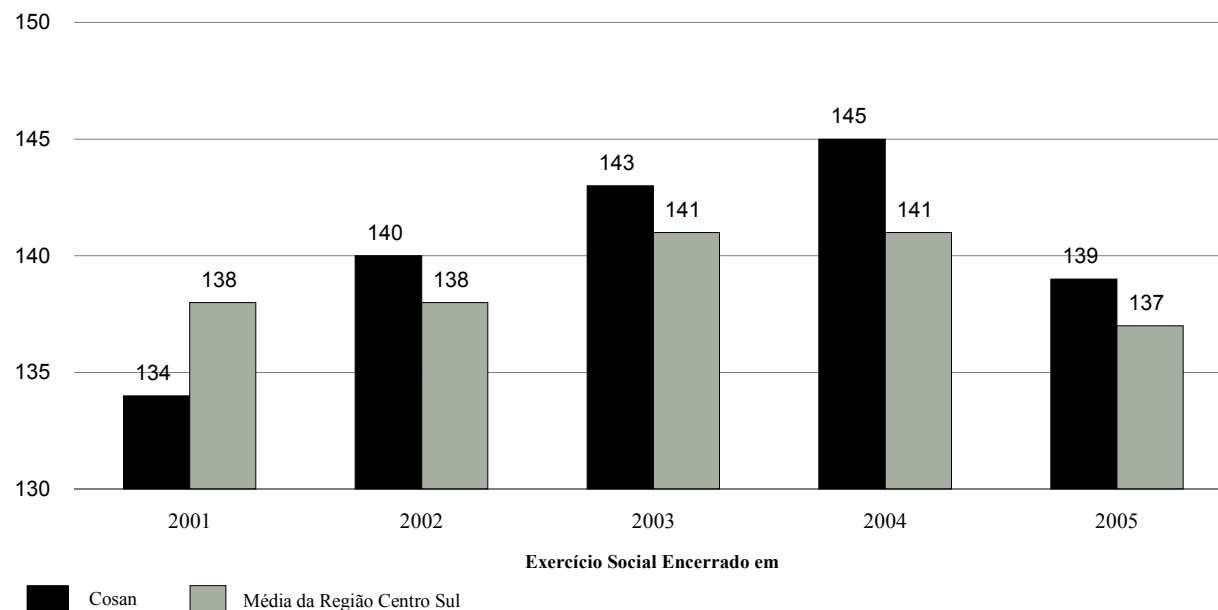
Total de Toneladas de Cana-de-Açúcar por Hectare ("Tch")



Fonte: Unica, Relatórios da Companhia

Rendimento

Kilogramas de Açúcar por Toneladas de Cana-de-Açúcar

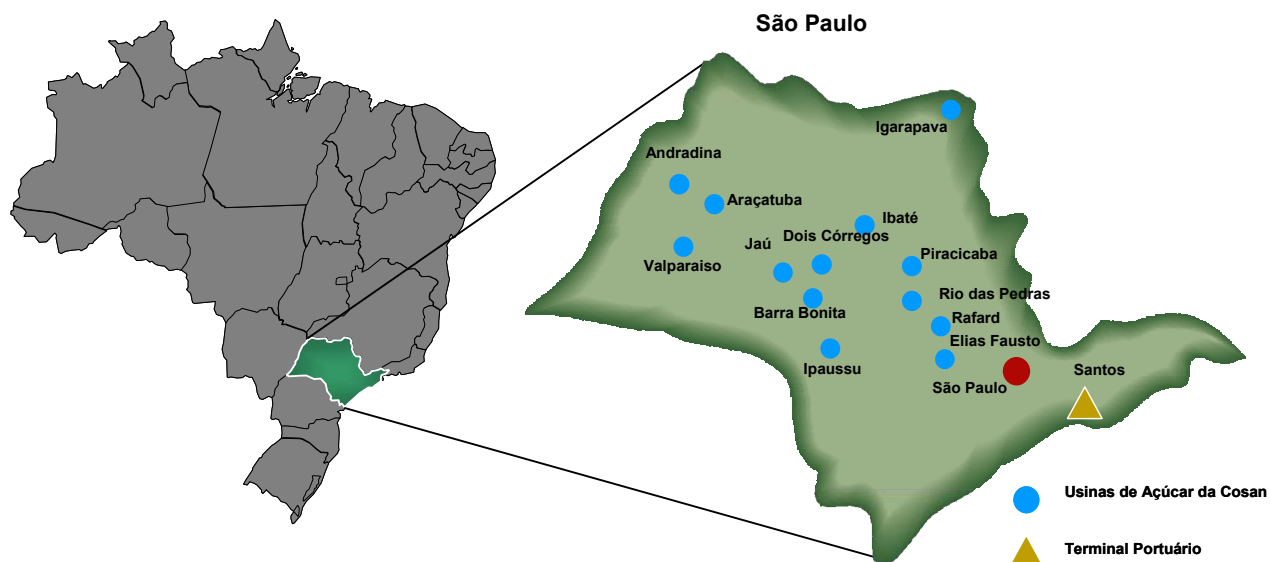


Fonte: IDEA, Relatórios Internos

Usinas

Depois de colhida, a cana-de-açúcar é carregada em caminhões ou barcos de terceiros e transportada para uma das nossas treze usinas para inspeção e pesagem.

A distância média dos canaviais para as nossas usinas é de aproximadamente 25 quilômetros. A proximidade das nossas usinas das terras nas quais cultivamos a cana-de-açúcar reduz nossos custos de transporte e nos permite processar a cana-de-açúcar em 48 horas após a colheita, o que maximiza a extração do açúcar contida na cana-de-açúcar. O mapa abaixo mostra a localização das nossas usinas.



Durante o exercício social de 2005, processamos 26,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, o que representou aproximadamente 7% da produção total de cana-de-açúcar no Brasil. Com a consolidação integral da FBA, nossa capacidade de processamento de cana-de-açúcar aumentou para 30,6 milhões de toneladas.

Das treze usinas por nós operadas, onze são de nossa propriedade e duas são arrendadas. As usinas de nossa propriedade têm uma capacidade total de processamento de 27 milhões de toneladas, enquanto as usinas que arrendamos têm uma capacidade total de processamento de 3,6 milhões de toneladas. A usina Da Barra tem a maior capacidade de processamento do mundo, com aproximadamente 7 milhões de toneladas. As nossas usinas processaram uma média de 156.800 toneladas de cana-de-açúcar por dia de safra durante o exercício social de 2005.

Duas das nossas usinas possuem refinarias anexas, que produzem açúcar refinado. Ambas têm capacidades para embalagem e distribuição.

Açúcar

Processo de Produção de Açúcar

O processo de industrialização de açúcar é dividido basicamente em três etapas. Primeiro a cana-de-açúcar é processada para extração do caldo. Depois o caldo é filtrado para remover qualquer impureza e fervido até o açúcar cristalizar formando um xarope espesso. Nós utilizamos essas impurezas como fertilizantes nos canaviais. Por fim, o xarope é passado em uma centrífuga que produz açúcar bruto e melaço. O açúcar bruto é refinado, seco e embalado em nossas refinarias. Utilizamos o melaço na produção de álcool, na venda para produção de ração de animais e levedura, entre outros produtos.

Capacidade Produtiva e Produção

Somos o maior produtor de açúcar no Brasil com 2,2 milhões de toneladas de açúcar produzidas no exercício social de 2005, o que representou aproximadamente 9% do total da produção brasileira de açúcar nesse período.

Como a capacidade produtiva das usinas é utilizada tanto para açúcar como para o álcool, se nós tivéssemos produzido somente açúcar (uma tonelada de açúcar equivale a cerca de 577,0 litros de álcool anidro e a 602,0 litros de álcool hidratado), a nossa produção de açúcar teria totalizado um montante de aproximadamente 3,6 milhões de toneladas de açúcar, o que nos tornaria o segundo maior produtor de açúcar do mundo. A usina Da Barra foi responsável por cerca de 28% da produção total de açúcar na safra 2004/05.

Produtos

Produzimos uma grande variedade de açúcares, inclusive açúcar bruto, tipo VHP, o açúcar cristal e o açúcar orgânico, e açúcares refinados, incluindo o açúcar granulado refinado, o açúcar refinado amorfo, o açúcar líquido refinado e o açúcar líquido refinado invertido. Atualmente todas as nossas usinas produzem tanto açúcar quanto álcool, exceto a usina São Francisco, que produz apenas açúcar refinado. Além da usina São Francisco, a usina Da Barra é a única que também produz açúcar refinado.

Açúcar Bruto. O açúcar VHP, um açúcar bruto com 99,0% de polarização (medida para a pureza do açúcar), é semelhante ao tipo de açúcar comercializado nas principais bolsas de mercadorias, inclusive por meio do contrato padrão NY 11. A principal diferença entre o açúcar VHP e o açúcar padrão comercializado nas principais bolsas de mercadorias é a pureza do açúcar. O VHP, por ser um açúcar de melhor qualidade, é negociado com um prêmio de 3,75% sobre o preço NY 11. A grande maioria do açúcar VHP é exportada a granel para ser refinado no seu destino final e uma pequena quantidade de açúcar VHP é vendida para empresas no mercado interno. O açúcar cristal é um açúcar bruto com uma qualidade superior ao VHP, que requer alguns processos industriais adicionais. Vendemos o açúcar cristal para indústrias no Brasil para ser utilizado como ingrediente em produtos alimentícios. Também vendemos uma pequena quantidade de açúcar cristal para o mercado varejista brasileiro e para mercados de exportação. O açúcar orgânico é um tipo de açúcar bruto produzido a partir da cana-de-açúcar orgânica e não é submetido a qualquer tratamento químico durante o processo de industrialização. Como o açúcar orgânico é destinado ao consumidor final, ele é ensacado, e o seu processo produtivo requer alguns cuidados especiais. Vendemos açúcar orgânico nos mercados internacionais e interno.

Açúcares Refinados. Para a produção do açúcar refinado granulado e do açúcar refinado amorfo (não-cristalizado), utilizamos como base o açúcar cristal. O açúcar refinado é vendido nos mercados de varejo e industrial internos e externos. O açúcar refinado é ensacado e destinado ao consumidor final ou utilizado como ingrediente em produtos alimentícios como leite e chocolate em pó, produtos de confeitaria, refrescos em pó e xaropes farmacêuticos.

Açúcares Líquidos. Refinamos açúcar cristal para a produção de açúcar líquido e açúcar líquido invertido, que tem uma porcentagem mais alta de glicose e frutose do que o açúcar líquido. Nós vendemos ambos os tipos de açúcar para uso industrial, primordialmente para a produção de refrigerantes.

Clientes

Realizamos nossas vendas para uma ampla base de clientes no Brasil e nos mercados internacionais. O açúcar é exportado através de *tradings* internacionais, como a Sucres et Denrees, Tate & Lyle PLC, Glencore International AG, ED&F Man Group PLC, Cargill, Inc. e a Noble Americas Corporation, e através de empresas *trading* brasileiras como Coimex Trading Ltd e S/A Fluxo – Comércio e Assessoria Internacional. Nossos clientes no Brasil incluem supermercados, distribuidores de gêneros alimentícios e fabricantes de alimentos.

O quadro a seguir apresenta a quantidade de açúcar vendida aos nossos principais clientes no exercício social encerrado em 30 de abril de 2005 como porcentagem do nosso volume total vendido.

Mercado	Cliente	Porcentagem das vendas exercício social de 2005
Externo	Sucres et Denrees.....	28,1%
	Coimex Trading Ltd.....	16,7%
	S/A Fluxo – Comércio Assessoria Internacional.....	13,2%
	Tate & Lyle International.....	13,1%
	Noble Americas Corporation.....	2,7%
	Cargill International S/A.....	2,6%
	Glencore AG.....	2,1%
Interno	Outros.....	7,0%
	Atacadão, Distr. Com. Ind. Ltda.....	1,2%
	Minasçucar Ltda.....	0,9%
	C B A Comércio Import Export Ltda.....	0,8%
	Serra Leste Ltda.....	0,7%
	Dulcini S/A.....	0,6%
	Outros.....	10,3%

Vendas e Distribuição

No exercício social de 2005 nossas vendas líquidas de açúcar totalizaram R\$1.188,3 milhões, ou 62,5% do total de nossas vendas líquidas, o que representou um aumento de 14% em relação ao exercício social de 2004, em que nossas vendas líquidas de açúcar totalizaram R\$1.042,7 milhões, ou 65,7% do total de nossas vendas líquidas naquele exercício.

Exportamos a maior parte do açúcar que produzimos. No exercício social de 2005 nossas vendas líquidas provenientes de exportação de açúcar totalizaram R\$985,3 milhões, o que representou 51,8% do total de nossas vendas líquidas. Exportamos cerca de 2,0 milhões de toneladas de açúcar ou 85,5% das nossas vendas totais de açúcar. O açúcar VHP e o açúcar refinado granulado representam a maior parte das nossas exportações. Nossas exportações durante o exercício social de 2005 representaram cerca de 11% do total de exportações de açúcar do Brasil.

O quadro a seguir apresenta as receitas e volumes de exportação de açúcar nos períodos indicados:

	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de		
	2003	2004	2005
Vendas de exportação (em milhões de R\$).....	R\$700,9	R\$836,4	R\$985,3
Como % do total de vendas.....	49,7%	52,7%	51,8%
Volumes de vendas de exportação (em milhares de toneladas).....	1.496,1	1.864,8	1.984,8
Como % do total de vendas de açúcar.....	83,2%	85,4%	85,5%

Exportamos açúcar principalmente através do nosso terminal portuário, e terceirizamos o transporte rodoviário das usinas ao porto.

No mercado interno, nós vendemos principalmente açúcar cristal e açúcar refinado amorfo. Quando o açúcar é destinado ao varejo, vendemos sob a nossa marca Da Barra. No exercício social de 2005 nossas vendas líquidas no mercado interno totalizaram R\$202,9 milhões, representando 10,7% do total de nossas vendas líquidas. Nós vendemos 336,8 mil toneladas de açúcar ou 14,5% das nossas vendas totais de açúcar no Brasil.

O quadro a seguir apresenta as receitas e volumes vendidos de açúcar no mercado interno nos períodos indicados:

	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de		
	2003	2004	2005
Vendas no mercado interno (em milhões de R\$).....	R\$214,7	R\$206,2	R\$202,9
Como % do total de vendas	15,2%	13,0%	10,7%
Volumes de vendas no mercado interno (em milhares de toneladas).....	301,1	319,4	336,8
Como % do total de vendas de açúcar.....	16,8%	14,6%	14,5%

Coordenamos a distribuição interna de açúcar a partir dos armazéns localizados em Barra Bonita e Cachoeirinha, todos no Estado de São Paulo, e através do armazém da Cosan Refinadora, localizado em Santa Catarina. Também contratamos empresas de transporte rodoviário para distribuir o açúcar destinado aos nossos clientes no Brasil.

Preços do Açúcar

Os preços do açúcar no mercado internacional são indicados primordialmente por dois índices: NY 11, que rege os preços do açúcar bruto, e Lon 5, que rege os preços do açúcar refinado. Os preços do açúcar no mercado doméstico são balizados principalmente pelo índice calculado pela ESALQ. O quadro a seguir apresenta os nossos preços médios de venda por tonelada em reais do açúcar no mercado interno brasileiro e para exportação nos últimos três anos.

	Preços médios do açúcar		
	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de		
	2003	2004	2005
	(R\$/ton)		
Preço médio – mercado interno	713	646	603
Preço médio – exportação (bruto e refinado).....	468	448	496
Preço médio total	510	477	512

Terminal de Carregamento de Açúcar no Porto de Santos

As nossas exportações de açúcar VHP são embarcadas através do terminal de carregamento de açúcar operado por nossa controlada, a Cosan Portuária, no Porto de Santos, que fica a uma distância média de 190 quilômetros das nossas usinas. O terminal de carregamento de açúcar é equipado com moderno maquinário de carga e descarga, e *ship loaders* ligados aos armazéns por meio de esteiras rolantes, todos controlados por computador, o que nos possibilita atingir um grau de eficiência reconhecido internacionalmente. A proximidade das nossas usinas do porto permite que nos beneficiemos de menores custos de transporte.

O terminal portuário tem capacidade média de embarque de 25 mil toneladas por dia. Os armazéns portuários têm capacidade estática de 200 mil toneladas. As instalações portuárias atendem clientes, como a Sucden, Coimex, Tate & Lyle PLC, Nobel e a Maggi entre outros, com serviços de transporte, logística e exportação de açúcar e de soja.

Segundo o Acordo de Concessão Portuária celebrado com a Autoridade Portuária do Estado de São Paulo, a concessão outorgada à Cosan Portuária para operar o porto expira em 2016, e pode ser renovada por mais vinte anos. Vide "*Operações com Partes Relacionadas — Cosan Portuária*".

Álcool

Processo de Produção de Álcool

A matéria prima para a produção do álcool pode ser tanto o caldo da cana-de-açúcar quanto uma mistura desse caldo com o melaço que foi produzido na fabricação do açúcar. O caldo é homogeneizado a uma concentração de açúcar compatível com um teor alcoólico final na fermentação em torno de 9% ou 10% em volume. O caldo é então submetido a uma diluição, e às dornas de fermentação conjuntamente com o fermento previamente preparado. Após cinco ou seis horas, o processo de fermentação se encerra, resultando no vinho. Esse vinho é submetido ao processo de centrifugação para separação do fermento, o qual será tratado e reutilizado em um novo ciclo. O vinho livre do fermento é enviado para a destilação, resultando no álcool hidratado. O álcool hidratado poderá ainda ser submetido a mais uma etapa de destilação, com auxílio de um agente desidratante, o ciclo hexano, resultando na obtenção do álcool anidro. Em algumas de nossas usinas, onde possuímos o equipamento, o álcool hidratado passa pelas colunas de resina da peneira molecular, que irá reter a água, obtendo-se também o álcool anidro. O álcool anidro ainda pode ser tratado para a obtenção de um álcool especial (para uso químico ou industrial). Um exemplo é a produção do álcool inodoro para a indústria de perfumes.

Capacidade Produtiva e Produção

A nossa capacidade anual de produção de álcool, assumindo uma produção mínima de açúcar, é de aproximadamente 1,3 bilhões de litros. Todas as nossas usinas produzem álcool, exceto a usina São Francisco. Somos o maior produtor de álcool no Brasil tendo produzido cerca de 794 milhões de litros em 2005, o que representou aproximadamente 7% da produção total de álcool brasileira. A usina Da Barra foi responsável por 29% da nossa produção total de álcool em 2005.

Produtos

Produzimos e vendemos álcool combustível, tanto o hidratado como o anidro, bem como álcool industrial. O tipo de álcool mais consumido no Brasil atualmente é o álcool anidro, utilizado como aditivo à gasolina. O álcool anidro representou aproximadamente 63% das nossas vendas de álcool no exercício social de 2005. No entanto, o consumo de álcool hidratado, que é utilizado diretamente como combustível, está ganhando força graças à crescente demanda dos veículos bicombustível, introduzidos no mercado em 2003.

Clientes

Vendemos álcool, anidro e hidratado, principalmente através de distribuidores de combustíveis no Brasil. Entre esses distribuidores estão a Petrobras Distribuidora S.A., Shell Brasil Ltda., Esso Brasileira de Petróleo Ltda., Texaco Brasil S.A. Produtos de Petróleo e a Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga, Flag Distribuidora de Petróleo Ltda., Petronova Distribuidores de Petróleo Ltda., entre outros. Além disso, também vendemos alguns produtos destinados ao varejo, como álcool líquido engarrafado e em gel, e o álcool neutro, utilizado na produção de tintas, cosméticos e bebidas alcoólicas para clientes industriais em diversos segmentos. No exercício social de 2005, nosso maior cliente de álcool foi a Shell Brasil Ltda., responsável por 27% do volume total de nossas vendas de álcool.

Também exportamos cerca de 36% da nossa produção de álcool, composta basicamente de álcool hidratado refinado para fins industriais. Os nossos principais clientes são empresas de exportação e importação como a Gammadion Ltd. e a Vertical UK LLP, que distribuem os nossos produtos nos Estados Unidos, Japão e na Europa; e a Coimex, que distribui os nossos produtos para os Estados Unidos e Caribe. O quadro a seguir apresenta a quantidade de álcool que vendemos aos nossos principais clientes durante o exercício social de 2005 como porcentagem do nosso volume total de vendas de álcool.

Mercado	Cliente	Porcentagem das vendas exercício social de 2005
Externo	Vertical UK LLP	20,0%
	Gammadion Ltd.	11,3%
	Cia. Importadora e Exportadora COIMEX	2,1%
	SAB Trading	1,0%
	Outros	1,8%
Interno	Shell Brasil Ltda.	27,3%
	Flag Distribuidora de Petróleo Ltda.	9,2%
	Petronova Dist. de Petróleo Ltda.	5,0%
	Petrobras Distribuidora S.A.	4,9%
	Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga	4,6%
	Outros	12,8%

Vendas e Distribuição

No exercício social de 2005 nossas vendas líquidas de álcool totalizaram R\$565,5 milhões, ou 29,8% do total, comparado com R\$442,3 milhões no exercício social de 2004, ou 27,9% do total.

A maior parte da nossa produção de álcool é utilizada para atender o mercado interno de aproximadamente 13 bilhões de litros de álcool. No exercício social de 2005 as nossas vendas líquidas de álcool no mercado interno totalizaram R\$388,5 milhões, o que representa 20,4% do total de nossas vendas líquidas. Vendemos 526,4 milhões de litros de álcool no Brasil, representando cerca de 4% do total de vendas de álcool no país.

O quadro a seguir apresenta nossas vendas no mercado interno e os volumes de álcool nos períodos indicados:

	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de		
	2003	2004	2005
Vendas de álcool no mercado interno (em milhões de R\$).....	R\$330,9	R\$363,7	R\$388,5
% do total de nossas vendas.....	23,5%	22,9%	20,4%
Volumes de álcool no mercado interno (em milhões de litros)	479,1	636,2	526,4
% do total de vendas de álcool.....	82,9%	83,3%	63,8%

No exercício social de 2005 nossas vendas líquidas provenientes de exportações de álcool totalizaram R\$177,1 milhões, representando 9,3% do total. Exportamos 298,3 milhões de litros de álcool, principalmente para uso industrial. As nossas exportações representaram cerca de 12% do total de exportações de álcool do Brasil.

O quadro a seguir apresenta nossas vendas e volumes de exportação de álcool nos períodos indicados:

Álcool no mercado externos	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de		
	2003	2004	2005
Vendas de exportação (em milhões de R\$).....	R\$70,5	R\$78,6	R\$177,1
% do total de nossas vendas	5,0%	5,0%	9,3%
Volumes de álcool no mercado externo (em milhões de litros) .	98,8	127,2	298,3
% do total de vendas de álcool.....	17,1%	16,7%	36,2%

Embora o álcool seja vendido principalmente no Brasil, acreditamos que o mercado internacional de álcool tenha um forte potencial de expansão. Acreditamos que a tendência mundial de adotar fontes mais limpas e renováveis de energia e combustíveis bem como a utilização cada vez maior de veículos bicombustível aumente a demanda pelo álcool. A maior aceitação internacional do álcool como combustível ou aditivo de combustível pode aumentar consideravelmente as nossas exportações de álcool.

A maior parte dos nossos clientes de álcool no Brasil retira o álcool em nossas usinas. Somos responsáveis pela distribuição de apenas 5% das nossas vendas de álcool no Brasil, e para isso contratamos empresas especializadas de transporte. O álcool exportado é enviado ao Porto de Santos também através de empresas especializadas contratadas. Até o exercício social encerrado em 30 de abril de 2005 nós utilizávamos serviços portuários de terceiros para exportação de álcool. A partir de meados do exercício social corrente, passaremos a utilizar o nosso próprio terminal portuário (TEAS), assim que o mesmo entrar em operação.

Preços do Álcool

O preço do álcool no Brasil é primordialmente balizado pelos índices de álcool da ESALQ e da Bolsa de Mercadorias e Futuros– BM&F. Esses índices indicam os preços dos álcoois mais negociados no mercado brasileiro, ou seja o álcool anidro e o álcool hidratado. Os preços do álcool industrial e neutro que vendemos tendem a ser até 20% mais altos do que os preços do álcool combustível.

Os preços do álcool para exportação são estabelecidos com base nos preços do álcool no mercado internacional. Em maio de 2004, a Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque começou a negociar um contrato de futuros de álcool conhecido como Contrato Mundial de Álcool. Acreditamos que esse contrato resultará numa maior liquidez do mercado de álcool internacional.

O quadro a seguir apresenta nossos preços médios de venda de álcool nos mercados interno e externo nos últimos três anos.

	Preços médios de álcool		
	Exercícios sociais encerrados em 30 de abril de		
	2003	2004	2005
	(R\$/milhares de litros)		
Preço médio de venda - mercado interno	691	572	738
Preço médio de venda - exportação.....	714	618	594
Preço médio de venda total.....	695	579	686

Outros Produtos e Atividades

Produtos de Valor Agregado

Recentemente, passamos a comercializar no mercado varejista brasileiro, sob a marca Da Barra, diversos produtos com maior valor agregado, e que possuem o açúcar como principal ingrediente. Tais produtos incluem achocolatado em pó, suco de frutas em pó, gelatinas, pudins e misturas para bolo. Fornecemos o açúcar utilizado para a fabricação desses produtos para terceiros responsáveis pela produção, e depois distribuimos e comercializamos os produtos finais. Esses produtos atualmente representam menos de 1% das nossas receitas líquidas. Investimos até o presente momento cerca de R\$10 milhões no desenvolvimento desses produtos, incluindo os investimentos realizados em campanhas publicitárias. No entanto, não investimos em nenhum tipo de planta para produção própria desses produtos. Nosso objetivo é fortalecer a marca Da Barra e aproveitar algumas sinergias operacionais, como a equipe comercial e compartilhamento de frete. Essa linha de negócios não é considerada nossa atividade principal.

Co-geração de Energia Elétrica

A cana-de-açúcar é composta por água, fibras, sacarose e outros açúcares e sais minerais. Quando a cana-de-açúcar passa pelo processo de moagem, separamos a água, açúcares e sais minerais das fibras, chamadas bagaço.

O bagaço é um importante sub-produto da cana-de-açúcar e é utilizado como combustível nas caldeiras das usinas. O bagaço é queimado, produzindo calor e aquecendo a água contida nas caldeiras a temperaturas elevadíssimas. Essa água se transforma em vapor, que é utilizado no processo produtivo do açúcar e do álcool. Parte desse vapor é canalizado para um turbo-gerador que produz energia elétrica.

Atualmente todas as nossas treze usinas são auto-suficientes durante o período de safra, gerando toda a energia que consomem. Em 2001, como um projeto piloto, realizamos investimentos em uma das caldeiras da Usina da Serra, o que nos possibilitou a geração de excedente de energia elétrica que passamos a comercializar com a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz), através de um contrato de dez anos. A capacidade instalada desse projeto piloto é de apenas 9MW, muito pequena perto do nosso potencial, mas tem apresentado desempenho e retorno bastante satisfatórios.

Possuímos uma capacidade total instalada de aproximadamente 100MW utilizada, em sua maior parte, em nossas operações industriais. No entanto, estudos por nós realizados demonstram que poderíamos ampliar essa capacidade para algo em torno de 700MW, sendo que aproximadamente 550MW estariam disponíveis para gerar energia elétrica destinada à venda. Esse incremento demandaria investimentos concentrados nas trocas das caldeiras atuais por caldeiras mais modernas, de alta pressão, e em turbo-geradores. As caldeiras de alta pressão produzem vapor de alta pressão, que seria responsável pelo incremento na produção de energia elétrica. Em linhas gerais, com a mesma quantidade de bagaço a usina produziria vapor suficiente (de alta pressão) para o seu processo produtivo e para uma geração significativamente mais alta de energia elétrica. Uma vez que os turbo-geradores existentes hoje não são dimensionados para tamanha geração de energia, seria necessário adquirir novos turbo-geradores.

Estimamos que a energia elétrica gerada pelos 550MW seria suficiente para abastecer, durante todo o ano, uma cidade que tenha entre 2 e 3 milhões de habitantes.

As principais vantagens da energia gerada através da queima do bagaço da cana-de-açúcar, são:

- é uma energia limpa e renovável;
- é uma energia complementar à energia hidráulica (que representa mais de 85% da matriz energética brasileira), uma vez que é gerada no período de seca (safra) quando os níveis dos reservatórios estão mais baixos;
- curto espaço de tempo para começar a operar;
- pequeno investimento em linhas de transmissão, uma vez que as usinas estão localizadas perto dos centros consumidores.

Acreditamos que a geração de energia elétrica apresenta um grande potencial, e estamos preparados para realizar os investimentos necessários na medida em que os preços de energia no Brasil justifiquem tais investimentos, apesar de não termos atualmente nenhum investimento planejado para esse propósito. O país está passando por uma reforma no seu sistema energético e esperamos em breve obter preços de energia que tornem os investimentos em co-geração atrativos. As taxas de crescimento projetadas para o país indicam que haverá necessidade de investimentos na geração de energia, e os investimentos em usinas hidrelétricas estão ficando cada vez mais custosos. O governo também vem demonstrando interesse em incentivar a geração de energia elétrica através do bagaço da cana-de-açúcar.

A receita proveniente da geração de energia elétrica viria a aumentar as nossas margens, uma vez que praticamente não existem custos adicionais envolvidos na sua produção. Os investimentos também beneficiariam as nossas usinas, otimizando o processo e melhorando a sua rentabilidade.

Créditos de Emissão

Segundo o Protocolo de Quioto, as nações signatárias terão a opção de comercializar parte de suas emissões caso não atinjam os níveis máximos de emissões previstos. A opção de comercializar as emissões permite que um país compre UREs, também conhecidos como créditos de carbono. O país comprador poderá então utilizar os UREs para atingir seus objetivos de mitigação climática. Em 2004, aproximadamente 107 milhões de toneladas de créditos de emissões foram comercializados, um crescimento de 38% comparado a 2003. A demanda surgiu basicamente de empresas européias, japonesas e canadenses. Estima-se que esse mercado de comercialização de créditos de emissões atinja um valor total de US\$34 bilhões até 2010, 25% do qual deverá vir do Brasil. O governo brasileiro anunciou que pretende estabelecer níveis de emissões específicos por setor com base no Protocolo de Quioto, e as empresas que tiverem níveis de emissões abaixo dos níveis estabelecidos pelo governo poderão comercializar seus créditos de emissões em um mercado de comercialização de emissões a ser estabelecido. Estimamos que poderemos ter aproximadamente 980 mil toneladas de UREs anuais disponíveis para comercialização caso venhamos a realizar alguns investimentos na geração de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar. Atualmente, estamos negociando nosso primeiro contrato para vender UREs gerados no nosso projeto piloto de venda de energia na Usina da Serra. Estimativas atuais avaliam que uma tonelada de créditos venha a ser negociada entre US\$5,00 e US\$6,00. Entretanto, não é possível fazer previsões sobre o mercado de UREs uma vez que esse mercado de comercialização de emissões ainda é novo e não desenvolvido.

Estrutura de Custos

Nossa estrutura de custos pode ser dividida em custos atrelados aos preços de nossos produtos e custos não atrelados aos preços de nossos produtos. Dois dos principais itens de nossos custos, matérias-primas e arrendamento de terras, conjuntamente respondendo por aproximadamente 25% de nossos custos e despesas operacionais, são atrelados ao preço de nossos produtos. Assim, variações sobre o preço que pagamos por nossas matérias-primas e arrendamento de terras são acompanhadas por variações semelhantes no preço de venda de nossos produtos, o que, na prática, elimina em grande parte os efeitos desta volatilidade em nossos resultados operacionais. Adicionalmente, outra parte relevante de nossos custos é representada por insumos agrícolas e industriais, alguns deles importados, os quais também estão sujeitos a variações de preços, principalmente em função de variações cambiais. Também neste caso, considerando que grande parte de nossas receitas advém de exportações, parcela considerável da volatilidade nos preços que pagamos por tais insumos é compensada pela variação dos preços de nossos produtos e, conseqüentemente, de nossas receitas, o que, na prática, elimina em grande parte sua influência sobre nossos resultados operacionais.

Concorrência

O setor sucro-alcooleiro no Brasil apresentou uma maior consolidação nos últimos anos por meio de fusões e aquisições. A maior parte dessas fusões e aquisições envolveu empresas e instalações situadas na região Centro-Sul, uma das mais produtivas regiões produtoras de açúcar no mundo.

Apesar da recente onda de consolidações, o setor permanece extremamente fragmentado, com mais de 300 usinas de açúcar e 100 empresas. Nós somos o maior produtor de açúcar e álcool do Brasil em termos de volume de produção e vendas, com 26,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar processadas durante o exercício social de 2005, quase três vezes a quantidade de cana-de-açúcar processada pelo Grupo Vale do Rosário, o segundo maior produtor de açúcar e álcool do Brasil.

Diversos produtores brasileiros de açúcar e álcool, incluindo o Grupo Zillo Lorenzetti, o Grupo São Martinho e o Grupo Irmãos Biaggi, comercializam os seus produtos por meio da Copersucar. A Copersucar é uma cooperativa privada criada em 1959 por dez usinas de açúcar no Estado de São Paulo para oferecer uma distribuição comercial compartilhada da produção de açúcar e álcool de tais usinas. Atualmente, a Copersucar é composta por 32 produtores nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Durante a safra 2004/05, as usinas afiliadas à Copersucar processaram 58,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e produziram 3,8 milhões de toneladas de açúcar e 2,6 bilhões de litros de álcool.

O quadro abaixo apresenta o número de usinas, a quantidade de cana-de-açúcar processada e as quantidades de açúcar e álcool produzidas pelos principais produtores no mercado nacional durante o exercício social de 2005.

	Número de usinas	Cana-de-açúcar processada (em milhões de toneladas)	Produção de açúcar (em milhares de toneladas)	Produção de álcool (em milhões de litros)
Cosan	13	26,6	2.161	794
Vale do Rosário	3	10,2	756	373
Grupo São Martinho.....	2	9,8	659	349
Zillo	3	9,6	595	466
Carlos Lyra	4	8,8	880	178
Tércio Wanderley	4	7,6	616	250
Jose Pessoa	6	7,2	345	343
Oscar Figueiredo	3	6,9	653	173
Biagi.....	3	6,8	295	405
Itamarati	1	6,6	320	322
Santa Terezinha.....	4	6,4	689	127

Fonte: UNICA, exceto números da Cosan.

O quadro acima não inclui os números de cana-de-açúcar processada e açúcar e álcool produzidos pelo Grupo Destivale (que tem capacidade para processar 1,0 milhão de toneladas de cana-de-açúcar), que adquirimos em janeiro e abril de 2005 ou a consolidação de 52,5% das usinas de propriedade da FBA e a cana-de-açúcar e álcool produzidos pela FBA.

Também enfrentamos a concorrência de produtores internacionais de açúcar. Atualmente, nós somos o terceiro maior produtor de açúcar do mundo (com 2,2 milhões de toneladas de açúcar no exercício social de 2005), atrás da Südzucker AG da Alemanha (com 5,1 milhões de toneladas no exercício social de 2005) e da Tereos (com 2,7 milhões de toneladas no exercício social de 2005). Além disso, também enfrentamos barreiras protecionistas nos mercados altamente regulados e protegidos, tais como os Estados Unidos e a União Européia.

Propriedade Intelectual

Marcas

Somos titulares de 32 marcas registradas junto ao INPI, além de depositários de 22 pedidos de registro de marca. Nossa principal marca Da Barra está registrada nas classes I 30, I 32, I 29, I 31, I 33, N 33.20, N 30.10; N.30.20, N 31.10; N 31.20; N 31.30, N 35.10; N 35.20, N 33.10; 33.20, N 32.10; N 32.20, o que permite sua presença nos mercados de açúcar, achocolatado, amido de milho, gelatina, mistura para bolo, pudim e refrescos.

Somos titulares também da marca “Cosan”, também bastante conhecida e, atualmente, sinônimo de qualidade e eficiência no setor de açúcar e álcool.

Patentes

Somos titulares do pedido de registro de patente nº PI. 9700452-9, depositado em 25 de março de 1997, válido até 2017, e com extensão para a Europa, sob o nº 98 919-000.4, e para os Estados Unidos, sob os números 10/260,799 e 10/196,440.

Pesquisa e Desenvolvimento

Monitoramento de Safras

Em 2000 estabelecemos uma parceria com a Universidade de Campinas – UNICAMP para desenvolver um sistema de informática visando a melhoria do monitoramento da nossa safra de cana-de-açúcar. Por meio de tal parceria, desenvolvemos um software que monitora as safras de cana-de-açúcar por satélites. Esse sistema de monitoramento nos fornece estimativas precisas da nossa produção de cana-de-açúcar, com informações extremamente detalhadas sobre o estado e a qualidade do canavial, além de melhorar os nossos procedimentos agrícolas e possibilitar uma redução nos custos de trato.

Desenvolvimento de Variedades de Cana-de-açúcar e Outros Produtos

Temos convênios com os seguintes institutos tecnológicos para o desenvolvimento de novas variedades de cana-de-açúcar: Centro de Tecnologia Copersucar – CTC; Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR e o Instituto Agrônômico de Pesquisa – IAC. No exercício social de 2005, nós pagamos aproximadamente R\$3 milhões em *royalties* a essas instituições pela licença de novas variedades de cana-de-açúcar. Analisamos a melhor forma de uso possível dessas novas variedades de cana-de-açúcar em vista das diferentes condições de solo e climáticas das cinco principais regiões do Estado de São Paulo.

Também analisamos e desenvolvemos diferentes produtos usados para facilitar e melhorar o cultivo de cana-de-açúcar, como herbicidas e fertilizantes, considerando também as diferentes condições das nossas terras. Nós também compartilhamos essa tecnologia com os nossos fornecedores de cana-de-açúcar para que eles possam desfrutar de maiores rendimentos e cana-de-açúcar de melhor qualidade.

Investimos aproximadamente R\$4 milhões em pesquisa e desenvolvimento no exercício social de 2005.

Regulamentação do Setor

O setor sucro-alcooleiro era extremamente regulado pelo governo brasileiro até 1999. Os preços de cana-de-açúcar, álcool e açúcar eram fixados de acordo com leis federais e a sua produção era controlada de acordo com planos de safra centralizados estabelecidos pelo governo federal. Além disso, o governo brasileiro vinha fazendo uma grande divulgação do uso do álcool como combustível desde a década de 1970, principalmente por meio da implantação do programa *Pró-álcool* em 1975. O *Pró-álcool* estabeleceu incentivos para a produção de veículos movidos a álcool e fixou preços para o álcool. Na década de 1990, o governo brasileiro também promoveu o uso de álcool anidro como aditivo à gasolina. O Conselho Interministerial de Açúcar e Álcool, criado em agosto de 1997, estipulou uma porcentagem obrigatória de álcool anidro a ser adicionado à gasolina, que, desde então, variou de 22% a 25% (atualmente 25%).

A desregulamentação do setor sucro-alcooleiro teve início com a promulgação da Constituição Federal em 1988 e as primeiras experiências com os mercados livres no país desde o final da ditadura militar. Em 1989 os produtores foram autorizados a exportar açúcar diretamente sob a supervisão do governo. Em 1990 o governo extinguiu o Instituto do Açúcar e Álcool, o órgão governamental que controlava diversos aspectos da produção e vendas de açúcar e álcool, incluindo a elaboração dos planos de safra. Em 1996 os planos de safra do governo deixaram de ser obrigatórios e passaram a ser usados apenas para fins indicativos. De 1995 a 1999 os preços do açúcar e do álcool foram sendo gradativamente liberados do controle governamental e permitiu-se que o açúcar fosse exportado livremente de acordo com as condições do mercado. A desregulamentação total dos preços da cana-de-açúcar ocorreu em 1º de fevereiro de 1999.

Atualmente o setor sucro-alcooleiro é praticamente desregulamentado, exceto pelas normas referentes à queima da cana-de-açúcar e à adição obrigatória de álcool anidro à gasolina vendida no Brasil.

Regulamentação Ambiental

Estamos sujeitos a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais que regem a proteção do meio ambiente. Estas leis e regulamentações estabelecem diversas obrigações de cunho ambiental, incluindo o atendimento a padrões para o lançamento de efluentes e emissões gasosas no meio ambiente, o armazenamento e destinação final adequada de resíduos industriais e a proibição de suprimir a vegetação em áreas especialmente protegidas.

A Lei nº 11.241/02 do Estado de São Paulo, que entrou em vigor em 19 de setembro de 2002, estabelece normas para a redução gradativa da queima da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. Nas regiões próprias para a substituição da colheita manual pela colheita mecânica, a lei exige que a queima da cana-de-açúcar seja reduzida da seguinte forma: 20% da área colhida no primeiro ano (2002); 30% da área colhida até o quinto ano (2006); 50% da área colhida até o décimo ano (2011); 80% da área colhida até o décimo-quinto ano (2016); e 100% da área colhida até o vigésimo ano (2021). Nas regiões que, por razões técnicas, a substituição da colheita manual pela colheita mecânica envolva processos mais complexos, a queima da cana-de-açúcar deve ser reduzida da seguinte maneira: 10% da área colhida até o décimo ano (2011); 20% da área colhida até o décimo-quinto ano (2016); 50% da área colhida até o vigésimo-quinto ano (2026); e 100% da área colhida até o trigésimo ano (2031).

A Lei nº 11.241/02 também proíbe que os produtores queimem a cana-de-açúcar a menos de um quilômetro de distância dos centros urbanos, a menos de 25 metros das estações de telecomunicações e a menos de 15 metros das linhas de transmissão e distribuição de eletricidade, e das ferrovias e rodovias federais e estaduais. A lei exige que os produtores notifiquem previamente o Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais – DEPRN e os proprietários de terras ao redor da área em que a cana-de-açúcar será queimada, sobre a queima da cana-de-açúcar.

Implementamos medidas para cumprir com as disposições da Lei nº 11.241/02, e acreditamos que não teremos problemas em alcançar as metas que nos são aplicáveis.

Em 1998, o governo brasileiro promulgou uma lei que impõe penalidades administrativas e criminais a empresas e indivíduos que pratiquem violações à legislação ambiental. Os indivíduos (incluindo executivos e diretores de empresas) podem ser condenados a até cinco anos de prisão por crimes ambientais. Na esfera criminal as penalidades contra as empresas incluem multas, serviços comunitários e outras restrições, incluindo o cancelamento de linhas de crédito com órgãos oficiais. Na esfera administrativa, as empresas que violarem a legislação ambiental poderão ser penalizadas com multas de até R\$50 milhões, que podem ainda ser aplicadas em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência. As empresas podem ainda ter suas atividades temporária ou definitivamente suspensas, ser impedidas de celebrar contratos com o governo e, ainda, perder o direito a determinados benefícios e incentivos fiscais.

As penalidades administrativas e criminais impostas contra aqueles que violarem a legislação ambiental serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente. Na esfera civil, os danos ambientais implicam em responsabilidade solidária e objetiva, direta ou indiretamente. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos os direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, quando contratamos terceiros para proceder a qualquer intervenção nas nossas operações, como a disposição final de resíduos, não estamos isentos de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados. Além disso, a legislação ambiental também contempla dispositivo que prevê a desconsideração da personalidade jurídica da nossa Companhia para viabilizar a reparação dos danos ambientais causados e, em consequência, os recursos necessários à reparação dos danos ambientais causados por nós poderão ser buscados no patrimônio dos nossos acionistas.

De acordo com as leis e normas ambientais federais e estaduais, nós somos obrigados a obter licenças ambientais para instalar e operar nossas usinas. O processo de licenciamento ambiental inclui a obtenção de uma licença prévia, uma licença de instalação e uma licença de operação. A licença prévia é emitida durante a fase preliminar do planejamento do projeto e autoriza a localização e o desenvolvimento básico do empreendimento ou atividade. A licença de instalação autoriza o início da construção das instalações. A licença de operação autoriza o início das atividades operacionais. As licenças de operação são sempre emitidas com prazo determinado de validade, que não pode ser superior a cinco anos. Antes de expirado o prazo de validade da licença de operação, deve-se requerer sua renovação. Além disso, alterações no projeto originalmente licenciado dependem de prévio licenciamento ambiental.

De acordo com a legislação federal e estadual, somos obrigados a obter autorizações para o uso de recursos hídricos para fins industriais e de irrigação.

Acreditamos ter obtido todas as principais licenças, permissões e autorizações ambientais e de outra natureza exigidas para a operação das nossas usinas, estando todas elas em pleno vigor.

No Estado de São Paulo, as instalações industriais em geral, incluindo as nossas usinas, estão sujeitas à fiscalização da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB, o órgão estadual de controle de poluição. Este órgão pode impor sanções administrativas contra os indivíduos e entidades que violarem as exigências estabelecidas na legislação ambiental estadual, no que diz respeito ao controle da poluição.

O Código Florestal Brasileiro não permite nenhum tipo de uso da terra em áreas de proteção permanente, incluindo áreas de corredeiras, rios e nas redondezas de nascentes e reservatórios. Além disso, o Código Florestal Brasileiro obriga a manter e preservar no mínimo 20% de cada propriedade rural onde ainda houver florestas nativas. Nas propriedades em que não houver essas reservas florestais nativas, a Medida Provisória 2166-67/01 estabelece a obrigação de reflorestamento gradual de no mínimo 1/10 do total da propriedade a cada três anos, até a reconstituição dos 20% de área de reserva legal, sendo certo que a Medida Provisória 2166-67/01 também estabelece formas alternativas de reconstituição da área de reserva legal, que podem ser adotadas sucessiva ou cumulativamente. Essas formas alternativas constituem formas de compensação, como por exemplo, a adoção de regime de condomínio entre mais de uma propriedade; a compensação com outra área dentro da mesma microbacia, ou, na mesma bacia hidrográfica no Estado; o arrendamento de área sob regime de servidão florestal ou a aquisição de cotas de áreas de reserva para esse fim instituídas. Em 30 de abril de 2005, acreditamos ter realizado o reflorestamento gradativo exigido pela legislação ambiental aplicável em todas as nossas propriedades. Atualmente nós estamos em processo de registro desse reflorestamento nas matrículas de nossas propriedades, conforme exigido pela legislação aplicável. Observamos a legislação ambiental, com a manutenção de áreas de reserva legal, respeitando o percentual atualmente exigido.

Além disso, nós estamos envolvidos em diversos programas de preservação e educação ambiental, tais como o plantio de um milhão de árvores nas áreas de preservação ambiental localizadas em nossas terras, a implementação de um programa abrangente para o uso dos resíduos industriais resultantes da nossa produção de açúcar e álcool e a implementação de um programa de educação ambiental por meio da Fundação Cosan nos municípios próximos e nas escolas da região.

Os custos por nós incorridos para cumprimento da legislação ambiental provavelmente aumentarão devido ao aumento esperado da nossa capacidade produtiva. Além disso, devido a futuros desenvolvimentos regulatórios e de outra natureza, o montante e a época dos investimentos e despesas necessários para que permaneçamos de acordo com as normas ambientais podem aumentar consideravelmente em relação aos seus níveis atuais. Vide *"Fatores de Risco – Riscos Relativos aos Nossos Negócios e os Setores em que Atuamos – Estamos sujeitos à extensa regulamentação ambiental, e podemos estar expostos a contingências resultantes do manuseio de materiais perigosos e potenciais custos para cumprimento da regulamentação ambiental"*.

Também em virtude dos Empréstimos da IFC, nós somos constantemente obrigados a cumprir com requisitos impostos pelas políticas ambientais da IFC. A IFC estabeleceu um plano de ação corretivo que nos obriga a praticar determinados atos, incluindo: (i) iniciar uma auditoria de terapia ocupacional e segurança do trabalho e implementar ações corretivas como resultado de tal auditoria; (ii) estabelecer uma unidade de administração integrada e contratar profissionais qualificados em meio-ambiente e segurança do trabalho em cada usina; (iii) desenvolver e implementar um sistema de administração integrada e um programa de monitoramento ambiental; (iv) conduzir análises de emissões; e (v) obter determinados certificados ISO.

Recursos Humanos

Em 30 de abril de 2005, contávamos com 12.223 empregados permanentes e 10.962 empregados temporários (que foram contratados para a colheita), considerando também todos os funcionários da FBA. O quadro a seguir apresenta a quantidade de empregados por principal categoria de atividade:

	Número de Empregados Permanentes
Financeiro e Relações com Investidores	36
Comercial	267
Agrícola	6.914
Administrativo	1.399
Industrial	3.607
Total	12.223

Embora apenas cerca de 20% dos nossos empregados não-administrativos fossem membros de sindicatos em 30 de abril de 2005, nós pagamos uma contribuição sindical para todos os nossos empregados. Acreditamos que temos um bom relacionamento com os nossos empregados e os sindicatos que os representam, não tendo registrado nenhuma greve ou outra operação tartaruga trabalhista desde 1992. Os acordos coletivos dos quais fazemos parte têm duração de um ou dois anos e estão sujeitos à renovação anual no final de cada mês de abril (incluindo os reajustes anuais de salário), estando sujeitos às mudanças na legislação brasileira, principalmente nas leis referentes ao salário mínimo. Nós aplicamos as condições dos acordos coletivos celebrados com os sindicatos igualmente aos funcionários sindicalizados e não-sindicalizados.

Nossos empregados têm o direito a cesta básica, além do direito garantido por lei de receber o 13º salário, 33,3% do salário mensal como adicional de férias e contribuições de 8,0% para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Os membros do conselho de administração não têm direito a esses benefícios. Nossos empregados participam do nosso Programa de Participação nos Resultados, que oferece uma remuneração com base no desempenho e resultado da Companhia.

Nós buscamos recrutar os melhores alunos das escolas técnicas e universidades brasileiras para trabalhar em nossas usinas, oferecendo um treinamento para desenvolver as aptidões necessárias para operar uma empresa competitiva em nível internacional. Nós também oferecemos a alguns empregados bolsas de estudo ou estipêndio para títulos de técnico, bacharelado e pós-graduação.

Atualmente, as diretrizes do nosso plano de opções de compra de ações incluem os nossos empregados de alto nível. Para maiores informações, veja a seção "Administração e Governança Corporativa – Plano de Opção de Compra de Ações".

Passivos Trabalhistas

Nas datas de encerramento dos últimos três exercícios sociais, apresentamos o seguinte quadro de funcionários e passivos trabalhistas, considerando proporcionalmente (47,5%) nossa participação na FBA:

	2003	2004	2005
Número total de funcionários.....	15.335	13.932	19.538
	(em milhões de reais)		
Ações trabalhistas ajuizadas	0,6	12,1	12,1
Provisão para contingências contabilizada.....	0,3	0,6	0,6
Ordenados e salários a pagar.....	23,5	23,9	30,1

Benefícios Sociais

Assistência Médica, Convênios e Assessoramento

Nós oferecemos aos nossos empregados, incluindo nossos diretores, diversos benefícios, os quais são oferecidos de acordo com o cargo do empregado. Entre os benefícios estão assistência médica e odontológica gratuita nos ambulatórios das unidades, atendendo aproximadamente 20 mil pessoas. Além destes benefícios, mantemos convênios com cobertura nacional para atendimento médico-hospitalar, laboratorial, fisioterapêutico, psicológico e fonoaudiológico. Proporcionamos, ainda, convênios com farmácias, drogarias e ópticas nas regiões de nossas unidades produtoras. Nosso Departamento de Assistência Social assessora as famílias dos empregados no que se refere a economia doméstica, complementação alimentar, educação, habitação, lazer e vida comunitária.

Fundação Cosan

Criada em 2001, a Fundação Cosan tem como objetivo o desenvolvimento social, econômico e cultural de filhos de funcionários e da comunidade dos municípios que abrigam nossas unidades produtoras. Recentemente, o projeto foi homenageado pelo prêmio Cidadania Brasil de Exportação, outorgado em parceria pela Câmara de Comércio Árabe e pelo Instituto do Desenvolvimento da Cidadania, órgão ligado ao Itamaraty.

Os principais projetos da Fundação Cosan são:

- (i) educação: O Núcleo Costa Pinto, em Piracicaba, oferece educação complementar a 100 filhos de funcionários, com idade entre 10 e 16 anos. A complementação é realizada através de atividades sócio-educativas e também de atividades semi-profissionalizantes. Os principais cursos são de informática, mecânica e marcenaria básica, jardinagem e horticultura, entre outras atividades didáticas. O Núcleo Diamante – Centro de Educação Infantil, em funcionamento desde 2003, atende mais de 140 crianças de 4 meses à 7 anos de idade, em parceria com a Prefeitura Municipal de Jaú, propiciando o desenvolvimento integral da criança. Mais do que oferecer educação de qualidade, o núcleo tem intensificado a relação familiar e com a comunidade local;
- (ii) integração familiar: através do Clube de Mães, a Fundação Cosan reúne mães de alunos participantes dos projetos, auxiliando na geração e complementação da renda familiar, por meio de trabalhos manuais e artesanais; e
- (iii) ações sociais: em parceria com o setor público, Prefeitura Municipal de Valparaíso, a unidade produtora Univalem (FBA) desenvolve várias ações sociais. Dessa forma, nasceram os projetos Coral Terceira Idade, Creche Waldemar Alves e escola de futebol “Bom de Bola, Bom na Escola”, beneficiando em seu total mais de 400 pessoas da comunidade.

Fundação Pedro Ometto

Fundada em 1966, a Fundação Pedro Ometto tem como objetivo principal promover a qualidade de vida de seus funcionários e dependentes. A fundação atende, no período de safra, cerca de 7 mil funcionários e 11 mil dependentes e, na entressafra, aproximadamente 5,8 mil funcionários e 9,6 mil dependentes.

Os principais projetos da Fundação Pedro Ometto são:

- (i) educação, que reúne dois projetos principais, o “Saber para Crescer” destinado a crianças e adolescentes do ensino fundamental de escolas municipais e estaduais. São mais de 20 mil alunos que participam de campanhas de conscientização e qualidade de vida; e o projeto “Pensar e Agir” que é realizado para o público adulto e é dirigido a todos os funcionários de todas as unidades do grupo, através de temas específicos, as campanhas atingem mais 23 mil funcionários;
- (ii) teatro: complementar à atividade escolar, permite maior expressividade e desinibição de crianças e jovens. São realizados inúmeros espetáculos teatrais nas regiões em que atuamos, relacionados a este projeto, sempre visando o desenvolvimento da cultura e tradições regionais;
- (iii) a fundação mantém dois grupos de coros: o infantil, “Vozes de Mel”, composto por filhos de funcionários na faixa de 8 a 14 anos, que beneficia mais de 40 pessoas e também o coro “Vozes da Terra”, formado em sua maioria por mulheres que trabalham no corte de cana. Essas são formas de complementar o desenvolvimento social e pessoal dos participantes; e
- (iv) saúde: prestação de serviços de saúde para funcionários e familiares, por meio de projetos de medicina e odontologia.

Seguro

Em 30 de abril de 2005, contávamos com cobertura de seguro contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza para todo o nosso estoque de açúcar e álcool no valor agregado de R\$782,1 milhões. Nossos estoques de açúcar e álcool localizados em diferentes usinas e armazéns são cobertos por apólices de seguro diferentes com prazo de validade que variam entre agosto de 2005 e junho de 2006, sendo cada uma delas renovável anualmente, em regra, por mútuo acordo entre as partes. Nós ainda mantemos cobertura de seguro em 30 de abril de 2005 para nossas edificações e equipamentos em algumas das nossas usinas e instalações no valor agregado de R\$412,4 milhões. Em especial, temos seguro para os equipamentos e produtos que servem como garantia de nossas operações financeiras.

Toda a nossa cobertura de seguro foi contratada com as principais seguradoras brasileiras, dentre elas a Bradesco Seguros S.A., Unibanco AIG Seguros e Previdência S.A. e Itaú Seguros S.A..

Em 30 de abril de 2005, a Cosan Portuária mantinha seguro do seu terminal de carregamento no Porto de Santos no valor agregado de R\$185,0 milhões, seguro esse que cobre desde os equipamentos até os estoques mantidos no terminal.

Nós não estamos prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das nossas apólices de seguro e acreditamos que nossa cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

Processos Judiciais e Administrativos

Processos Fiscais

Estamos envolvidos em diversos litígios com as autoridades fiscais brasileiras com relação aos quais tínhamos provisões no valor total de R\$278,9 milhões em 30 de abril de 2005. Além disso, estamos também envolvidos em determinados processos judiciais em andamento para os quais não fizemos provisões em função das perspectivas de êxito e andamento do processo. Se uma decisão desfavorável for proferida no curso de quaisquer desses processos, nossos resultados operacionais e condição financeira podem ser afetados de maneira adversa.

O crédito-prêmio, instituído pelo Decreto-lei nº 491/69, concedeu uma subvenção às empresas exportadoras, mediante a outorga de créditos tributários do IPI, calculados sobre as vendas ao exterior, como forma de ressarcimento de tributos pagos internamente. O benefício, objeto de autorização judicial por nós obtida, foi regulamentado pelo Decreto nº 64.833, de 17 de julho de 1969, que autorizou a utilização do valor excedente do crédito-prêmio para pagamento de quaisquer tributos federais, no valor de R\$160,5 milhões ou o seu ressarcimento em espécie. Além dos nossos próprios créditos-prêmio de IPI, adquirimos outros créditos-prêmio de IPI da Costa Pinto S.A. e da São Francisco e até 30 de abril de 2005, nós utilizamos parte destes créditos-prêmio na compensação de impostos e contribuições federais, inclusive IR, CSLL, PIS, COFINS, IPI e CIDE. Considerando que tais créditos encontram-se, ainda, sujeitos a discussão, as nossas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 30 de abril de 2005 contemplam uma provisão no valor total de R\$160,5 milhões referente a tais impostos e contribuições compensados, incluindo os juros calculados pela taxa SELIC. O Superior Tribunal de Justiça, uma das mais altas instâncias do Poder Judiciário brasileiro, vinha se manifestando de forma favorável à utilização dos créditos-prêmio de IPI. Entretanto, em decisão proferida no dia 9 de novembro de 2005, o Superior Tribunal de Justiça alterou o seu entendimento anterior e considerou (i) o crédito-prêmio de IPI extinto desde 1983, e (ii) indevida a sua utilização a partir de tal ano. Tal decisão está sujeita a recurso pela empresa contra a qual foi proferida, podendo ser revista por este mesmo Tribunal e, ainda, pelo Supremo Tribunal Federal.

A Da Barra discute judicialmente o direito de reconhecer os créditos presumidos de IPI decorrentes das compras de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem que são imunes, isentos ou tributados à alíquota zero. De acordo com liminar obtida em mandado de segurança impetrado pela Da Barra, esses créditos de IPI foram utilizados para compensar saldos devedores do próprio IPI corrente e outros tributos e contribuições federais. Em 30 de abril de 2005, nós tínhamos uma provisão no valor de R\$39,4 milhões, que reflete substancialmente o montante dos impostos e contribuições que compensamos, incluindo juros e outros encargos.

O governo do Estado de São Paulo iniciou diversos processos judiciais contra a Da Barra com relação ao ICMS na década passada incidente sobre a cana-de-açúcar, exigido na saída do produto final, calculado através de pauta fiscal, devido e não pago. Em função dos nossos advogados externos entenderem que as chances de êxito nesses processos são remotas, registramos uma provisão no valor total de R\$32,0 milhões, nas nossas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 30 de abril de 2005, incluindo juros e outros encargos.

Além dos valores apresentados acima, possuíamos provisões no valor total de R\$28,1 milhões, constituídas para suprir eventuais perdas decorrentes de decisões adversas no âmbito de Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos – NFLD, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, relativas a (i) diferenças de contribuições sobre a folha de pagamento dos funcionários rurícolas; (ii) contribuições por responsabilidade solidária com prestadores de serviços contratados; e (iii) diferenças de contribuição de Seguro de Acidentes do Trabalho, em diversos períodos. Neste saldo, também está incluída a provisão referente às contribuições incidentes sobre as vendas de álcool combustível nos períodos de janeiro a junho de 1996 (PIS) e agosto de 1993 a julho de 1997 (COFINS).

O governo do Estado de São Paulo lavrou auto de infração contra nós devido a (i) crédito de ICMS indevido apurado na entrada de materiais de uso e consumo; e (ii) ICMS incidente sobre a cana-de-açúcar, exigido na saída do produto final, calculado de acordo com estimativas fixas de produtividade de açúcar e álcool por tonelada de cana-de-açúcar utilizada. O valor total de tal auto de infração é de aproximadamente R\$35 milhões. A avaliação dos nossos assessores jurídicos é a de êxito possível, de modo que não reconhecemos provisão para perda nas nossas Demonstrações Financeiras.

Estamos discutindo a constitucionalidade da contribuição junto ao extinto IAA – Instituto do Açúcar e Alcool referente às contribuições relativas ao período de outubro de 1988 a dezembro de 1991, no valor total de R\$46 milhões, sobre a qual obtivemos decisão favorável transitada em julgado em abril de 1998. Com esse desfecho, o Governo Federal iniciou ação rescisória junto ao Superior Tribunal Federal - STF. Não constituímos provisão para tal ação rescisória nas nossas Demonstrações Financeiras tendo em vista o entendimento de nossos advogados externos de que o êxito em tal processo é possível.

Nós obtivemos liminar em mandado de segurança por nós impetrado para suspensão da exigibilidade de créditos decorrentes do recolhimento do IPI apurado sobre as vendas de açúcar com grau de polarização superior a 99,5% no período de 1995 a 2004, no valor total de R\$10,4 milhões, baseando-se na equiparação do produto a itens da cesta básica, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (SRF) nº 67/98, a qual reconhece a inexigibilidade do IPI sobre a venda do açúcar destinado ao consumo direto. Tendo em vista o entendimento de nossos assessores jurídicos de que o êxito em uma decisão final no referido processo é possível, não constituímos qualquer provisão nas nossas Demonstrações Financeiras para os tributos compensados de acordo com referida liminar concedida.

A Instrução Normativa nº 67/98 da SRF, permitiu a recuperação do IPI pago sobre o açúcar amorfo no período compreendido entre janeiro de 1992 e novembro de 1997. Com base em tal Instrução, a Da Barra iniciou um processo administrativo junto à SRF para obtenção de (i) ressarcimento do IPI pago sobre o açúcar amorfo, e (ii) o direito a compensar seus créditos de IPI remanescentes com outros tributos federais. Durante o curso do processo administrativo, a Da Barra passou a compensar tais créditos de IPI com outros tributos federais, compensações essas que foram indeferidas pela SRF. Após o recebimento de notificação para pagamento dos débitos objeto de compensação, tendo em vista as alterações introduzidas pela Instrução Normativa nº 210/02 da SRF, a Da Barra impetrou mandado de segurança com pedido de liminar para suspender a exigibilidade dos tributos compensados, impedindo a sua execução. A liminar foi concedida pelo juízo competente. Em 30 de abril de 2005, a Da Barra havia utilizado parte desses créditos de IPI para compensar o IPI e outros tributos federais no valor total de R\$111,6 milhões, incluindo atualizações conforme legislação vigente. Com base na opinião de nossos advogados externos, acreditamos que é razoavelmente possível que obtenhamos uma decisão favorável nesse processo administrativo e, portanto, não registramos provisão em nossas Demonstrações Financeiras para essa contingência.

Processos Relacionados à Previdência Social

O Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS possui diversos processos contra nós que somam, em conjunto, o valor de, aproximadamente, R\$19,0 milhões, que referem-se a diversas notificações fiscais de lançamentos de débitos (NFLD), com relação à diferença de contribuições sobre a folha de pagamento de trabalhadores rurícolas, de contribuições por responsabilidade solidária dos prestadores de serviços contratados por nós, e de diferenças de contribuição de Seguro de Acidentes do Trabalho, em diversos períodos. Estes pagamentos foram efetuados com base na Lei 8.870/94 que posteriormente foi considerada inconstitucional pelo STF em decisão proferida no âmbito da ADIN 1.103. Com base em tal decisão, fomos autuados com a exigibilidade da diferença entre o valor apurado pela folha de pagamento e o valor apurado sobre a receita bruta auferida na venda do produto rural. Posteriormente, a Lei nº 10.736/03 extinguiu todos os débitos das empresas agrícolas com o INSS com base na Lei nº 8.870/94. Tendo em vista os períodos a que se referem referidas contribuições, acreditamos que as chances de êxito em tais processos é remota, de modo que constituímos uma provisão relativa a esta contingência em nossas Demonstrações Financeiras do exercício social de 2005.

Processos semelhantes foram iniciados contra a Da Barra e a FBA, que totalizam, aproximadamente, R\$66 milhões e R\$3 milhões, respectivamente. Nestes casos, entretanto, com base na opinião de nossos advogados externos e tendo em vista os períodos a que se referem tais contribuições, acreditamos que as nossas chances de êxito nesses processos são grandes, de modo que não constituímos qualquer provisão nas nossas Demonstrações Financeiras para essas contingências.

Além disso, possuímos provisões no valor total de R\$7,5 milhões, constituídas para suprir eventuais perdas decorrentes de decisões adversas no âmbito de Notificações Fiscais de Lançamentos de débitos, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. Vide "*Atividades da Companhia — Processos Judiciais e Administrativos — Processos Fiscais*"

Processos Ambientais

Nós somos parte em uma série de processos administrativos e judiciais relacionados à queima de cana-de-açúcar, que faz parte do processo de colheita da cana-de-açúcar. Essas questões têm origem principalmente em diferentes interpretações das leis e regulamentos aplicáveis a essa atividade. A Lei Estadual nº 10.547 de São Paulo, promulgada em 2 de maio de 2000, exige que as empresas obtenham autorização da Secretaria de Estado do Meio-Ambiente, ou o órgão por ela indicado, antes de queimar cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. Entretanto, para entrar em vigor, era necessária a promulgação de um decreto estadual para regulamentar essa legislação. Embora esse decreto regulamentador tenha sido promulgado em 2001, a Secretaria de Estado do Meio-Ambiente interpretou a lei como exigindo aprovação prévia da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB para a queima de cana-de-açúcar antes da promulgação de tal decreto regulamentador. Nesse sentido, o Estado de São Paulo impôs multas a todas as instituições, incluindo a nossa Companhia, que queimaram cana-de-açúcar sem autorização prévia durante o período compreendido entre a promulgação da Lei Estadual nº 10.547/00 e a promulgação do decreto regulamentador. Conseqüentemente, estamos envolvidos em um processo judicial e 57 processos administrativos reivindicando o pagamento de multas no valor total de aproximadamente R\$4,0 milhões. Processos semelhantes iniciados contra a Da Barra totalizam aproximadamente R\$2,0 milhões. Acreditamos ser provável que obtenhamos êxito nesses processos. Dessa forma, não constituímos nenhuma provisão nas nossas Demonstrações Financeiras para essa contingência. Atualmente, todas as questões referentes à queima de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo são regidas pela Lei Estadual nº 11.241/02. Vide *“Atividades da Companhia – Regulamentação do Setor – Regulamentação Ambiental”*.

Outros Processos

Nós estamos envolvidos em diversos processos trabalhistas e de responsabilidade civil envolvendo o valor total de aproximadamente R\$12 milhões, em 30 de abril de 2005. Com base em parecer de nossos assessores jurídicos que patrocinam esses processos judiciais, constituímos uma provisão para contingências no valor de R\$4,7 milhões nas nossas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 30 de abril de 2005. Para parte das ações, existem depósitos judiciais no montante total de R\$37,6 milhões.

Em 10 de novembro de 2005, o escritório Chade Advogados Associados protocolou junto à CVM correspondência (“Correspondência”) informando a existência de um suposto passivo da ordem de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) relativo a honorários advocatícios contratados por um dos acionistas indiretos da Companhia, com co-obrigação da sociedade Participações Celisa S.A. (que, por sua vez, foi incorporada pela Companhia, conforme informado na seção *“Histórico e Reorganizações Societárias - Da Barra”*). A Companhia declara que o pleito apresentado na Correspondência, especificamente quanto à exigibilidade de honorários advocatícios por conta da realização da Oferta não tem fundamento.

Contratos Relevantes

PESA

Em 26 de fevereiro de 1998, o Banco Central editou a Resolução nº 2.471, que possibilitou a diversas empresas do setor agrícola brasileiro renegociar suas dívidas decorrentes de operações de crédito rural com as instituições financeiras credoras, condicionando esta renegociação à aquisição, por parte das empresas devedoras, de títulos de emissão do Tesouro Nacional, que deveriam ser entregues às instituições financeiras credoras em garantia ao pagamento do principal das dívidas.

A renegociação das dívidas envolveu, basicamente: (i) a formatação de prazo de vinte anos para reembolso do principal das dívidas; (ii) a denominação do IGP-M como indexador do principal da dívida; (iii) a determinação dos encargos da dívida, a partir da renegociação, em juros de 8% a 10% ao ano, conforme o valor do débito apurado; (iv) a constituição de garantia ao pagamento do principal através da cessão dos títulos de emissão do Tesouro Nacional; e (v) a determinação da forma de pagamento do principal, em uma única parcela, mediante resgate dos títulos oferecidos em garantia. Esta renegociação recebeu o nome de PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos.

Na adesão ao PESA, a subscrição dos títulos do Tesouro Nacional, emitidos com valor nominal idêntico ao montante das dívidas renegociadas, foi realizada considerando-se a taxa de desconto de 12% ao ano em relação ao prazo de vinte anos. Desta forma, os títulos foram adquiridos efetivamente por 10,3667% de seu valor de face, que também é corrigido pela variação do IGP-M.

Reforçando a tese de que as dívidas consolidadas pelo PESA representavam dívidas auto-liquidáveis, o próprio Banco Central, ainda em 26 de fevereiro de 1998, editou a Resolução nº 2.472, pela qual as operações de crédito renegociadas no amparo da Resolução nº 2.471/98, garantidas por Títulos do Tesouro Nacional, fossem classificadas como “Risco Nulo – Fator de Ponderação 0%” nas instituições financeiras credoras.

Posteriormente, em 31 de julho de 2003, o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº 3.114, que autorizou a aplicação de um bônus de 5 pontos percentuais nas taxas de juros das operações renegociadas no âmbito do PESA, o que reduziu efetivamente os juros a serem pagos anualmente para taxas de 3 a 5% ao ano conforme o valor das dívidas.

A Cosan aderiu ao PESA em 1998, renegociando suas dívidas desta data até final de 2000. Como resultado prático desta adesão, a Cosan adquiriu seus CTNs com desconto de 12% ao ano sobre seu valor de face, tendo, naqueles anos, praticamente liquidado o principal de sua dívida. Todavia, seguindo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, a Cosan registra o valor integral da dívida renegociada atualizada pelo IGP-M em seu passivo, apropriando à despesa financeira os encargos anuais de 3 a 5% ao ano, pagando-os regularmente às datas de vencimento (uma vez ao ano) e, em contrapartida, mantém registro em seu ativo realizável a longo prazo do valor dos CTNs, sempre na forma de seu valor de face atualizado pelo IGP-M descontado a valor presente pela taxa de 12% ao ano no período remanescente até seu vencimento. Assim, a correção pelo IGP-M e a atualização anual de 12% ao ano de seu ativo é registrada em receitas financeiras, sem efeito caixa.

Os efeitos financeiros, fiscais e societários desta dívida são: (i) desembolso anual dos encargos de 3% a 5% ao ano calculados sobre o principal consolidado da dívida atualizado pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano; (ii) apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro financeiro resultante da diferença entre a receita financeira gerada pela atualização dos CTNs pela variação do IGP-M acrescida de 12% ao ano e a despesa financeira gerada pela atualização das dívidas pelo IGP-M e pelos seus encargos de 3% a 5% ao ano; e (iii) apuração de base de cálculo para pagamento de dividendos decorrente da mesma diferença apurada entre as receitas e despesas financeiras. No vencimento da dívida não haverá quaisquer efeitos financeiros, fiscais e societários adicionais, simplesmente a liquidação contratual das dívidas com o resgate dos CTNs.

Senior Notes

Em outubro de 2004, realizamos uma emissão de *Senior Notes* no valor total de US\$200,0 milhões, com vencimento em 1º de novembro de 2009. Tais *Senior Notes* rendem juros à taxa de 9% ao ano, pagos semestralmente nos dias 1º de maio e 1º de novembro de cada ano, tendo o primeiro pagamento de juros ocorrido em 1º de maio de 2005.

Nesta emissão assumimos uma série de obrigações e certas condições de vencimento antecipado, usuais para operações desta natureza, que podem limitar nossa capacidade e a capacidade de nossas controladas Da Barra e FBA, de:

- aumentar endividamento;
- pagar dividendos ou resgatar ações;
- fazer investimentos ou realizar certos pagamentos restritos;
- realizar operações de venda seguida de locação ou arrendamento (*sale-leaseback*);
- realizar certas operações com acionistas ou controladas;

- prestação de garantias;
- alienar ativos;
- criar ônus sobre ativos; e
- realizar fusão, cisão, incorporação ou alienação.

Empréstimo da IFC

Em 28 de junho de 2005, contratamos uma linha de crédito de US\$70,0 milhões com o IFC. Pretendemos utilizar o produto dos empréstimos (conforme definido anteriormente neste Prospecto, os "Empréstimos da IFC"), na expansão e modernização das nossas usinas e refinarias. Os Empréstimos da IFC dividem-se em: (i) um empréstimo de até US\$50,0 milhões (conforme definido anteriormente neste Prospecto, o "Empréstimo 'A'") da IFC; e (ii) um empréstimo de até US\$20,0 milhões (conforme definido anteriormente neste Prospecto, o "Empréstimo 'C'") da IFC. Os recursos do Empréstimo C foram desembolsados em 14 de outubro de 2005 e do Empréstimo A ainda não foram desembolsados.

Os juros incidentes sobre os Empréstimos da IFC são devidos semestralmente e quando vencidos em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano, à taxa LIBOR mais 3,75% ao ano. Conforme os termos do Contrato de Empréstimo da IFC, concedemos à IFC uma opção de conversão do Empréstimo "C", total ou parcialmente, por uma quantidade de ações ordinárias de nossa emissão, calculada com base no valor do Empréstimo "C" da IFC dividido pelo Preço por Ação no âmbito desta Oferta. Em 7 de novembro de 2005, o IFC comunicou à nossa Companhia sua intenção de exercer sua opção de conversão com relação ao valor equivalente a US\$5,0 milhões do desembolso referente ao Empréstimo "C". Tendo em vista o exercício parcial pela IFC da sua opção, o valor principal em aberto do Empréstimo "C" da IFC será pago em uma única parcela em 15 de janeiro de 2013, com opção de pré-pagamento. Sobre o Empréstimo "C" da IFC incidirão juros adicionais a uma taxa calculada com base em uma fórmula vinculada ao EBITDA indicado nas Demonstrações Financeiras para o exercício social em questão. O Empréstimo "A" da IFC quando desembolsado, será devido em 12 parcelas semestrais, com início em 15 de julho de 2007.

Em garantia aos Empréstimos da IFC constituímos hipoteca sobre a usina Da Barra e alguns bens imóveis da Da Barra. Além disso, os Empréstimos da IFC são solidariamente garantidos pelo nosso Acionista Controlador Indireto, Da Barra, Amaralina, Cosan Portuária e Agrícola Ponte Alta S.A. Os Empréstimos da IFC contemplam algumas obrigações contínuas de nossa responsabilidade, inclusive, dentre outras, limitação ao pagamento dos dividendos e a assunção de uma outra dívida caso alguns coeficientes financeiros não sejam atingidos.

Os Empréstimos da IFC incluem determinadas obrigações da nossa parte, incluindo, mas não limitadas a, restrições ao pagamento de dividendos e na contratação de endividamentos adicionais, exceto se determinados índices financeiros forem mantidos. Como resultado, não podemos contratar dívidas adicionais se após a contratação de tais dívidas nosso índice de ativos correntes sobre passivos correntes for inferior a 1,3, nosso índice de endividamento de longo prazo sobre patrimônio líquido for superior a 1,3, e nossa dívida líquida sobre o EBITDA exceder 3,5. O cumprimento de tais obrigações pode vir a limitar nossa flexibilidade em nos antecipar ou reagir a mudanças em nossas atividades, limitando os recursos que poderíamos obter por meio de empréstimos ou no mercado para realização de investimentos, aquisições e outros projetos. A contratação de dívidas em violação a esta obrigação poderá resultar em uma violação dos *covenants* nossas *Senior Notes*, possibilitando aos detentores de tais *Senior Notes* antecipar o vencimento dos montantes principais em aberto, de modo que se tornem exigíveis imediatamente.

Ademais, como condição prévia do Contrato de Empréstimo da IFC, nós, juntamente com nosso Acionista Controlador Indireto, alguns de nossos Acionistas Controladores e controladas celebramos um Contrato de Direitos de Participação Acionária (*Equity Rights Agreement*) com a IFC, segundo o qual direitos de *tag along* e uma opção de venda foram concedidos à IFC, e nossos Acionistas Controladores se obrigaram a manter pelo menos 51% de participação acionária direta ou indireta, em nosso capital social. Vide "*Principais Acionistas - Acordos de acionistas e outros acordos - IFC*".

Acontecimentos Recentes

A S.A. Fluxo Comércio e Assessoria Internacional (“Fluxo”), trading company atuante no mercado sucro-alcooleiro, celebrou, em 13 de outubro de 2005, Contrato de Compra e Venda de Quotas e Ações e Outras Avenças com os acionistas controladores da Açucareira Corona S.A. (“Corona”), através do qual adquiriu, indiretamente, aproximadamente 70% do capital total da Corona, ou seja, o controle acionário de uma das mais tradicionais empresas do setor no Brasil, controladora das usinas Bonfim e Tamoio, além da agrícola Bonfim-Nova Tamoio BNT Agrícola Ltda. (BNT). A Corona, proprietária de cerca de 6.000 alqueires de terras na região de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, moeu 5,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na última safra, registrando faturamento da ordem de R\$345 milhões e EBITDA de R\$46 milhões no exercício social encerrado em 30 de abril de 2005, conforme balanço publicado em 19 de julho de 2005 no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Dia.

De acordo com os termos do contrato de compra e venda acima mencionado, o pagamento do preço de aquisição da participação na Corona dar-se-á da seguinte forma: (i) parte em dinheiro, no valor aproximado de R\$32,7 milhões; (ii) parte por meio de Nota Promissória emitida pela Fluxo, no valor aproximado de R\$33 milhões; (iii) parte por meio da transferência aos acionistas controladores da Corona de, aproximadamente, 3.000 alqueires de terra, de propriedade da Corona e da Tamoio, situados na região de Ribeirão Preto, os quais seriam a ela arrendados pelo período de 20 anos, por um preço anual correspondente ao valor de 45 toneladas de cana-de-açúcar por alqueire de área agricultável, sendo essa operação efetivada via emissão de debêntures pela Corona e Tamoio, no valor de R\$55,1 milhões, a serem subscritas pela Fluxo, com prazo de vencimento de seis anos, resgatáveis mediante a entrega dos referidos imóveis a serem transferidos conforme acima mencionado; e (iv) a assunção de passivos da Corona, inclusive dívidas financeiras no valor de R\$382,3 milhões (ou R\$597,0 milhões, incluindo-se PESA auto liquidável de R\$214,7 milhões). Dispõe ainda o referido instrumento acerca da possibilidade de cessão, pela Fluxo, de sua participação recém adquirida na Corona à Aguassanta Comercial Importadora e Exportadora S.A. (“Aguassanta Comercial”), controlada de uma de nossas Acionistas Controladoras (Aguassanta Participações) e posterior cessão dela para a nossa Companhia, desde que haja concordância quanto à adesão aos termos e condições do contrato de compra e venda.

Em função do interesse demonstrado por Aguassanta Comercial em participar do capital e da gestão da Corona em conjunto com a Fluxo, firmaram as partes, em 13 de outubro de 2005, Instrumento de Cessão Parcial de Direitos e Obrigações, pelo qual a Aguassanta Comercial assumiu 50% dos direitos e obrigações da Fluxo com relação a referido contrato de compra e venda, passando a deter 35% do capital total da Corona. A fim de consolidar sua posição de controle compartilhado na Corona, Fluxo e Aguassanta Comercial firmaram, na mesma data, um acordo de acionistas com vistas a regular a administração conjunta da Corona.

Nos termos do acordo de acionistas, caberá à Aguassanta Comercial indicar 2 membros do Conselho de Administração e à Fluxo cabe a indicação do mesmo número de membros. O Presidente do Conselho de Administração, no entanto, será indicado alternadamente por cada uma das partes para um mandato de 3 anos, cabendo à parte que não elegeu o Presidente do Conselho de Administração, escolher o Diretor-Presidente para o mesmo período. Caberá também à parte que indicar o Presidente do Conselho de Administração, a indicação do controller, responsável por fixar e gerenciar as políticas da controladoria.

Ainda de acordo com o referido acordo de acionistas, caso uma das partes deseje alienar sua participação na Corona, deverá dar à outra parte o direito de preferência. Este direito de preferência não se aplica, no entanto, caso qualquer uma das partes deseje alienar sua participação (direta ou indireta) na Corona à nossa Companhia.

Por fim, pretendemos firmar contrato com a Aguassanta Participações para que ela nos conceda uma opção, a ser exercida a nosso exclusivo critério, de adquirir uma participação minoritária na Corona, pelo valor proporcional ao preço pago pela Aguassanta Participações, em até 60 dias da aquisição do controle da Corona pela Fluxo e Aguassanta Participações. O contrato deverá nos dar ainda o direito de indicar (i) um diretor da Corona e (ii) 2 membros de seu Conselho de Administração. Adicionalmente, no prazo de até 5 anos, deveremos poder exercer a opção de compra da totalidade da participação da Aguassanta Participações na Corona, de forma a obter o controle compartilhado da Corona com a Fluxo. O preço desta opção pela participação adicional restante deverá ser proporcional ao valor pago pela Aguassanta à Fluxo. Se firmarmos tal acordo, isso nos permitirá participar do grupo controlador da Corona e, conseqüentemente, da administração dessa companhia.

HISTÓRICO E REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

Desde de fevereiro de 2000, quando nossos acionistas aprovaram um aumento no capital social da Irmãos Franceschi Agrícola Industrial e Comercial Ltda., nossa antiga denominação social, em troca da contribuição em capital realizada pelas usinas Costa Pinto, Santa Helena, São Francisco e Tamandupá, expandimos nossas operações principalmente por meio de aquisições, parcerias e reestruturações societárias. Entre as nossas principais aquisições, parcerias e reestruturações desde 2000 estão:

FBA

- Em novembro de 2000 nós expandimos nossas operações constituindo a FBA em conjunto com a Tereos e a Sucden. Como forma de integralização das ações da FBA, nós contribuimos com a nossa usina Ipaussú, a Tereos contribuiu com US\$35,2 milhões, e a Sucden contribuiu com US\$3,7 milhões. Conseqüentemente, nós e a Tereos detínhamos cada um inicialmente uma parcela de 47,5% do capital social da FBA, enquanto que a Sucden detinha uma parcela de 5% do capital social da FBA.
- Em abril de 2001, a FBA adquiriu o controle da Univalem S.A. Açúcar e Álcool (“Univalem”). A Univalem tinha um patrimônio líquido negativo e, conseqüentemente essa aquisição gerou um ágio na FBA no montante de R\$24,1 milhões, amortizável durante um período de dez anos. Em relação a essa aquisição, nós adquirimos uma participação indireta na controlada da Univalem, a Guanabara.
- Em agosto de 2001, a FBA foi incorporada por sua controlada Univalem, e a Univalem mudou a sua denominação social para FBA – Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool.
- Em maio de 2002, a FBA obteve 100% do controle da Guanabara por meio da aquisição dos 50% restantes de participação na Guanabara de terceiros por um preço total de compra de R\$27,7 milhões, o que gerou um ágio do mesmo valor na FBA no exercício social de 2003.
- Em dezembro de 2002, a FBA foi incorporada pela sua controlada Guanabara, e a Guanabara mudou o seu nome para FBA – Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool.
- Em novembro de 2004, a FBA constituiu a Nova FBA. Em janeiro e abril de 2005, a Nova FBA adquiriu o controle do Grupo Destivale, por um preço total de compra de R\$78,0 milhões, aquisição que gerou um ágio no valor total de R\$69,9 milhões. Em abril de 2005, a Destivale se fundiu com a Agrícola Destivale, Auto Posto Destivale e a Nova FBA, e é atualmente a única controlada da FBA.
- Em maio de 2005, a Tereos subscreveu 8,8% do nosso capital social em troca da sua participação de 47,5% no capital social da FBA, e a Sucden subscreveu 0,9% do nosso capital social em troca da sua participação de 5% no capital social da FBA, o que aumentou nossa participação total na FBA para 99,9%. Caso nós não realizemos uma oferta pública de ações até 31 de maio de 2006 (ou em uma data posterior mutuamente acordada), a Tereos (mas não a Sucden) terá a opção de receber a sua participação de 47,5% no capital social da FBA em troca da participação de 8,8% que ela detém em nosso capital social. Vide “*Principais Acionistas – Acordos de Acionistas e Outros Acordos – Tereos*”.

Da Barra

- Em agosto de 2002, nós adquirimos 100% do capital da Saja Participações S.A., que detinha o controle da Administração de Participações Aguassanta Ltda. (“Aguassanta”), da Primavera Participações S.A. (“Primavera”), e da O.C.O. Participações S.C. Ltda. (“O.C.O.”), que conjuntamente detinham 36,6% do capital social da Da Barra. Em abril de 2005, a Primavera foi incorporada pela Cosan.
- No exercício social de 2003, nós incorporamos várias controladas na Da Barra, cada uma delas pelo seu respectivo valor contábil. Entre essas controladas estavam a Labor Serviços Agrícola Ltda., Indústria Açucareira Fluminense Ltda., Itacá Mineração e Reflorestamento Ltda., Agência de Transportes da Barra Ltda., Cia. Pedro Ometto Comércio, Exportação e Importação, Cia. Agrícola Orlando Chesini Ometto, Auto Peças Vale do Tietê S.A. e a Dois Córregos Açúcar e Álcool Ltda. Nós efetuamos essas operações de reestruturação para simplificar nossa estrutura societária e transferir determinados ativos e passivos para a Da Barra, que centralizou determinadas operações que antes estavam dispersas.
- Em janeiro de 2004 nós simplificamos ainda mais a nossa estrutura societária incorporando a Da Barra em nossa controlada Agro Pecuária São Pedro S.A. e, conseqüentemente, a Agro Pecuária São Pedro S.A. mudou a sua denominação para Usina da Barra S.A. – Açúcar e Álcool.
- Em abril de 2004, nós aumentamos nossa participação na Da Barra para 52,5% através de duas operações envolvendo aumentos de capital, uma na Cosan e outra na Da Barra. Inicialmente, como parte do aumento de capital de R\$4,4 milhões na Cosan, nossa acionista Nova Celisa S.A. subscreveu R\$0,3 milhão desse aumento de capital utilizando ações (cotadas a valor contábil) da Participações Celisa S.A. (99,8%), que possuía 12,4% da Da Barra. Além disso, a Da Barra aumentou o seu capital social em R\$70,0 milhões, que foi totalmente subscrito pela Cosan utilizando adiantamentos que a Cosan havia feito à Da Barra em troca de entregas futuras de açúcar. Essas operações foram realizadas utilizando o valor de mercado da Da Barra com base em um relatório de previsão de rentabilidade da Da Barra emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu, auditores independentes. Em abril de 2005, a Participações Celisa S.A. foi incorporada pela Cosan.
- Em janeiro de 2005 nós aumentamos nossa participação direta e indireta na Da Barra para 95,1% através de um aumento de capital na Cosan pela Aguassanta e da aquisição da JVM, uma controlada da Aguassanta pela Cosan. Inicialmente, como parte do aumento de capital de R\$0,4 milhões na Cosan, a nossa acionista, Aguassanta, subscreveu esse aumento de capital com ações (cotadas ao seu valor contábil) da (i) Nova Posa S.A. Administração e Participações (32,4%) (“Nova Posa”), que detinha ações representativas de 8,5% do capital total em ações da Da Barra, (ii) Administração de Participações Aguassanta Ltda. e (iii) Da Barra (0,01%). Além disso, a Cosan adquiriu a JVM, que detinha 8,495% da Nova Posa, por R\$68,6 milhões, mediante permuta com a Aguassanta de certos recebíveis existentes entre as empresas, gerando um ágio de R\$63,7 milhões. Essa operação foi realizada utilizando o valor de mercado da JVM com base na previsão de sua rentabilidade de acordo com a opinião de auditores independentes. Em abril de 2005, a JVM foi incorporada pela Cosan ao valor contábil (isto é, não gerando qualquer ganho ou perda), e a Nova Posa foi incorporada pela Da Barra ao valor de mercado, gerando uma perda de capital de R\$0,7 milhão.

Cosan Refinadora

- Em fevereiro de 2004 nós adquirimos a totalidade do capital social da Nova Usati S.A. Refinadora de Açúcar por um preço de compra de R\$9,2 milhões, alterando sua denominação para Cosan S.A. Refinadora de Açúcar. Como resultado dessa aquisição, nós registramos um ágio de R\$6,8 milhões. A Cosan Refinadora, uma pequena refinaria de açúcar localizada no Estado de Santa Catarina, foi nossa primeira unidade localizada fora do Estado de São Paulo. Essa aquisição não afetou materialmente os resultados de nossas operações no exercício social de 2004. Decidimos transferir os ativos da Cosan Refinadora para outra usina do grupo e, em 29 de julho de 2005, a Cosan Refinadora foi incorporada por nós, amortizando integralmente o ágio.

Cosan Portuária

- Em abril de 2004, nós adquirimos 90,0% do capital social da Cosan Portuária através de um aumento de capital de R\$4,2 milhões, que foi totalmente subscrito por nosso acionista São Francisco, utilizando ações da Cosan Portuária que detinha. Essa operação foi realizada ao valor de mercado da Cosan Portuária com base em um relatório de previsão de sua rentabilidade emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu, auditores independentes.

TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos S.A.

- Em fevereiro de 2005 nós adquirimos 40,0% do capital social com direito a voto da TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos S.A. por R\$13,0 milhões. Como resultado dessa aquisição, nós registramos um ágio de R\$4,7 milhões, o qual amortizaremos de acordo com o restante da vida útil das instalações industriais da TEAS. Posteriormente, nossa participação no TEAS foi reduzida para 32% do seu capital social com direito a voto em virtude de aumento de capital subscrito pela Cargill Agrícola S/A, com diluição dos demais acionistas do TEAS.

Cisão da Amaralina

- Em 29 de julho de 2005, como parte de uma reestruturação societária para modernizar nossa estrutura societária e da preparação desta oferta, nós transferimos toda a nossa participação na Amaralina para nossos acionistas. O único ativo fixo da Amaralina é composto de 34,7 mil hectares de terra, dos quais 28,4 mil hectares são terras agrícolas utilizadas por nós para o cultivo de cana-de-açúcar. Com relação a esta transferência, a Amaralina celebrou um contrato de arrendamento de terras de longo prazo conosco. Vide “Operações com Partes Relacionadas — Operações Recorrentes com Acionistas”.

ADMINISTRAÇÃO E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nosso Conselho de Administração e nossos diretores são responsáveis pela condução dos nossos negócios. No entanto, nosso Acionista Controlador Indireto tem pleno poder de controle, inclusive para definição de nossa política administrativa. Vide "*Principais Acionistas*".

Conselho de Administração

Nosso Estatuto Social estabelece que o Conselho de Administração será composto por sete a vinte membros. Durante os períodos de ausência ou indisponibilidade temporária de um membro do nosso Conselho de Administração, o presidente do Conselho de Administração poderá designar um suplente. O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável por, entre outras incumbências, estabelecer nossas diretrizes e políticas gerais de negócios. O Conselho de Administração é também responsável pela supervisão da gestão dos diretores e pelo monitoramento da implementação de políticas e diretrizes ocasionalmente estabelecidas pelo Conselho de Administração. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho de Administração também é responsável pela contratação dos auditores independentes.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos por nossos acionistas reunidos em assembleia geral para mandatos de um ano, sendo permitida a reeleição. Os mandatos dos membros atuais expiram em 30 de agosto de 2006. Os membros do Conselho de Administração podem ser afastados a qualquer momento, independente de motivo, por nossos acionistas reunidos em assembleia geral. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, podem ser eleitos para compor o Conselho de Administração os acionistas residentes no país ou no exterior. Além disso, nosso Estatuto Social não inclui qualquer exigência de cidadania ou residência em relação aos membros do Conselho de Administração.

De acordo com o nosso acordo de acionistas celebrado com a Tereos, esta tem o direito de nomear um membro do Conselho de Administração, desde que continue detentora da mesma participação proporcional no capital social adquirida em 31 de maio de 2005, participação esta que deve ser considerada proporcionalmente em relação à participação total que os demais acionistas da Companhia mantiverem, levando em consideração sua diluição em virtude dessa Oferta, nos termos do Contrato de Subscrição de Ações e Outras Avenças e do Acordo de Acionistas celebrado entre nós, alguns de nossos Acionistas Controladores, Tereos e Sucden. Vide "*Principais Acionistas – Acordos de Acionistas e Outros Acordos - Tereos*".

Além disso, a mãe do nosso Acionista Controlador Indireto, Sra. Isaltina Ometto Silveira Mello, com base em um acordo de acionistas, também tem o direito de nomear um membro de nosso Conselho de Administração. Vide "*Principais Acionistas - Acordos de Acionistas e Outros Acordos Envolvendo Nosso Acionista Controlador*". Até a data deste Prospecto, nenhum dos atuais membros do Conselho de Administração havia sido nomeado pela Sra. Isaltina Ometto Silveira Mello.

Em 22 de julho de 2005, celebramos, em conjunto com a Costa Pinto S.A., Santa Bárbara, Aguassanta Participações e Belga, um acordo de acionistas com Sucden, Lewington e Commonwealth, pelo qual Sucden, Lewington e Commonwealth terão o direito de nomear, em conjunto, um membro de nosso Conselho de Administração enquanto possuírem, somadas as respectivas participações, pelo menos dois terços da quantidade atual de ações por eles detidas (25.959.450 ações) e que sua participação, em conjunto, represente, pelo menos, 3,5% de nosso capital social.

De acordo com nosso Contrato de Empréstimo com a IFC, em vista do exercício da opção de converter seu empréstimo em ações ordinárias de nossa emissão, a IFC tem o direito de nomear um observador para nosso Conselho de Administração pelo período em que for acionista. Vide "*Atividades da Companhia – Contratos Relevantes*".

O quadro abaixo lista os atuais membros do Conselho de Administração:

Nome	Ano de nomeação	Posição	Idade
Rubens Ometto Silveira Mello	2000	Presidente do Conselho	55
Pedro Isamu Mizutani	2000	Vice-Presidente do Conselho	46
Paulo Sergio de Oliveira Diniz	2005	Conselheiro	46
Raul Coury	2000	Conselheiro	80
Hélio Nicoletti	2005	Conselheiro	65
Marcus Vinicios Pratini de Moraes	2005	Conselheiro	66
Burkhard Otto Cordes	2005	Conselheiro	30
Marcelo de Souza Scarcela Portela.....	2005	Conselheiro	44
Teo Joo Kim	2005	Conselheiro	64
Serge Varsano	2005	Conselheiro	50
Alexis François Eric Duval	2005	Conselheiro	27

Resumimos abaixo as ocupações principais e currículos resumidos de nossos Conselheiros:

Rubens Ometto Silveira Mello. O Sr. Mello é Presidente do nosso Conselho de Administração e nosso Diretor Presidente desde 2000. É graduado em Engenharia Mecânica de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1972). O Sr. Mello tem mais de 30 anos de experiência na gestão de grandes empresas, acumulada nas áreas administrativa e financeira. É também Diretor Geral e Presidente do Conselho de Administração da Costa Pinto S.A. desde 1980, Diretor Vice-Presidente da Pedro Ometto S.A. – Administração e Participações desde 1980, Diretor e Conselheiro da Cosan Operadora Portuária S.A. desde 1998, Presidente do Conselho de Administração da FBA – Franco Brasileira de Açúcar e Alcool desde 2001, e Diretor Presidente e Conselheiro da Da Barra desde 2002. Ocupa também a posição de Conselheiro na ÚNICA – União da Agroindústria Canaveira do Estado de São Paulo. Antes de ingressar no Grupo COSAN, Sr. Rubens atuou de 1971 a 1973 como Assessor da Diretoria do UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. e de 1973 a 1980 como Diretor Financeiro da Indústrias Votorantim S.A. O Sr. Mello é o nosso Acionista Controlador Indireto e o sogro do Sr. Cordes.

Pedro Isamu Mizutani. O Sr. Mizutani é membro do nosso Conselho de Administração desde 2000, e nosso Diretor Superintendente desde 2001, ocupando atualmente o cargo de Diretor Vice Presidente Geral. O Sr. Mizutani é pós-graduado em Finanças pela UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba (1986) e possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV com extensão pela Ohio University (2001). É graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1982). O Sr. Mizutani possui mais de 20 anos de experiência na área administrativa e financeira desenvolvida em empresas do setor sucro-alcooleiro. Além disso, atuou na Costa Pinto S.A., como Supervisor de Planejamento, de 1983 a 1987, como Gerente Financeiro, de 1987 a 1988, e como Superintendente Administrativo e Financeiro, de 1988 a 1990. De 1990 a 2001 atuou como Diretor Administrativo e Financeiro do Grupo. A partir de 2001 assumiu a posição de Diretor Superintendente do Grupo, onde tem como atribuição a coordenação geral das atividades estratégicas e operacionais das áreas comercial, administrativa, financeira, agrícola e industrial.

Paulo Sérgio de Oliveira Diniz. O Sr. Diniz é membro de nosso Conselho de Administração desde 2005 e nosso Diretor Financeiro desde 2003, ocupando atualmente o cargo de Diretor Vice Presidente Financeiro e de Relações com Investidores. É mestre em Administração de Empresas pela IMD – International Management Development Institute, na Suíça (1985), graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1980), e pós-graduado com especialização em Recursos Humanos, pela Insead, França (1994). O Sr. Diniz possui mais de 20 anos de experiência na área financeira tanto no âmbito corporativo como no âmbito operacional, tendo ocupado posições executivas em diferentes áreas financeiras, tais como tesouraria, *controller*, desenvolvimento de negócios, fusões e aquisições de empresas, relações de investimento e chefe de departamento financeiro. Em sua carreira profissional, atuou na Hoffman La Roche e no Banco Francês e Brasileiro no Brasil, na United Technologies nos Estados Unidos e no Banco de Montreal, no Canadá. Atuou no Grupo Telecom Itália Móvil – TIM Brasil S.A., de 1998 a 2003, como Diretor Financeiro, sendo responsável pelas atividades de finanças, planejamento e controle do grupo para a América Latina. De 1992 a 1998, atuou no Grupo Suíço Keramik Holding AG Laufen, como Tesoureiro, sendo responsável pelas atividades corporativas de tesouraria, fusões e aquisições na sede do grupo na Suíça. De 1991 a 1992, trabalhou para a Carrier Corporation, como *Controller*, onde respondia pelas atividades de planejamento e controle das operações na América Latina, com base nos Estados Unidos.

Raul Coury. O Sr. Coury é membro do nosso Conselho de Administração desde 2000. É graduado em Direito pela Faculdade do Largo São Francisco (1950). O Sr. Coury dirige a fazenda Nova Java desde 1955, que pertence à Família Coury desde 1928. Além disso, o Sr. Coury atuou como advogado por mais de quinze anos e também é o fundador e diretor da Usina Bom Jesus e de outras usinas que compunham o grupo. O Sr. Coury foi membro do Conselho de Administração e diretor da Coopersucar por 30 anos, diretor da Associação dos Usineiros por 30 anos, diretor do Sindicato Açúcar por 20 anos e diretor da Cooperativa Piracicaba de açúcar e álcool. Atualmente, o Sr. Coury é também representante do Sindicato do Álcool junto a Fiesp.

Hélio Nicoletti. O Sr. Nicoletti é membro de nosso Conselho de Administração desde 2005. É graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo (1967). O Sr. Nicoletti atuou como Consultor Geral para a filial brasileira do First National Bank of Boston (1969). É sócio de Pinheiro Neto Advogados desde 1973, onde coordena um dos grupos de trabalho da área empresarial; membro do Comitê Diretivo, Diretor Vice-presidente do Comitê Jurídico da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria – SP, Vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), coordenador do Conselho de Câmaras da ACSP, e conselheiro da Câmara de Comércio de São Paulo.

Marcus Vinicius Pratini de Moraes. O Sr. Pratini de Moraes é membro de nosso Conselho de Administração desde 2005. É graduado em economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul (1963) e pós-graduado em Administração Pública pela *Deutsche Stiftung fur Entwicklungsländer* – Berlin (1965) e Administração de Empresas pela *Pittsburgh University & Carnegie Tech - Carnegie Institute of Technology* (1966). O Sr. Pratini de Moraes exerceu os cargos de Ministro Interino do Planejamento e Coordenação Geral (1968-1969), Ministro da Indústria e do Comércio (1970-1974), Ministro de Minas e Energia (1992) e Ministro da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (1999-2002), além de um mandato de Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Sul (1982-1986). Foi também fundador e presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX (1976-1985), Presidente do Conselho Consultivo do *Center of Brazilian Studies – School of Advanced International Studies – The John Hopkins University* (1977-1981), Membro do Conselho da *IFC – International Finance Corporation*, em Washington D.C., Estados Unidos (1987-1997), Presidente da Associação do Comércio Exterior do Brasil – AEB (1988-1999), Membro do Conselho do *Center for Advanced Studies in Management – The Wharton School University of Pennsylvania* (1999), Membro do Conselho da SOLVAY do Brasil (1998-1999) e Presidente do Conselho (2003), Membro do Conselho de Supervisão do Banco ABN-AMRO – Amsterdã (2003); Membro do Conselho Consultivo da Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F (2003); Presidente do Conselho da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes Industrializadas – ABIEC (2003), Membro do Conselho Empresarial Brasil - China (2004), Presidente do Conselho Empresarial Brasil – Rússia (2004), Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (2005-2007) e Vice-Presidente do Serviço de Informação da Carne – SIC (2005).

Burkhard Otto Cordes. O Sr. Cordes é membro de nosso Conselho de Administração desde 2005. É graduado em Administração de empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (1997), e pós-graduado (MBA em finanças) pelo IBMEC, em São Paulo (2001). O Sr. Cordes atua no mercado financeiro há sete anos. Trabalhou no Banco BBM S.A., empresa do Grupo Mariani, atuando na área comercial com o foco em *middle market* e *Corporate*. Atualmente ocupa o cargo de gerente financeiro. Anteriormente, trabalhou na área financeira da IBM Brasil. O Sr. Cordes é o genro do Sr. Mello.

Marcelo de Souza Scarcela Portela. O Sr. Portela é membro de nosso Conselho de Administração desde 2005. É graduado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1983), mestre em direito comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1988) com especialização pela McGill University Law School em Montreal, Canadá (1990). Prestava serviços à Companhia nas áreas societária, contenciosa, contratual e consultiva, além de prestar assistência no campo do Direito Comercial e Civil em geral.

Teo Joo Kim. O Sr. Teo é membro de nosso Conselho de Administração desde 2005. É graduado pelo *Institute Of Chartered Secretaries and Administrators* e pela *Association of Chartered Certified Accountants*, no Reino Unido. Atualmente, atua como diretor-presidente da *Kuok (Singapore) Limited*, *Pacific Carriers Limited* e *Malaysian Bulk Carriers Berhad*, uma companhia listada na Bolsa de Valores de Kuala Lumpur. O Sr. Teo possui mais de 30 anos de experiência no setor de *commodity* e transportes. O Sr. Teo representa a Lewington e a Commonwealth em nosso Conselho de Administração.

Alexis François Eric Duval. O Sr. Duval é membro de nosso Conselho de Administração desde 2005. É graduado em administração de empresas pela *Hautes Etudes Commerciales*, na França. O Sr. Duval é Diretor Presidente da Açúcar Guarani, filial do grupo Tereos. Trabalha no grupo Tereos desde 2002, ocupando o cargo de Diretor Presidente da Açúcar Guarani desde 2005. Atua também como Conselheiro da UNICA - União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo. O Sr. Duval representa a Tereos em nosso Conselho de Administração.

Serge Varsano. O Sr. Varsano é membro de nosso Conselho de Administração desde 2005. É graduado pela Business School of the University of Southern California. O Sr. Varsano começou sua carreira como *Trader* no Grupo *Sucres et Denrées* em 1976, sendo nomeado Diretor Geral da divisão de comércio de açúcar do Grupo em 1980 e, em 1986, tornou-se Diretor Presidente dessa empresa. Em 1988, passou a Diretor Presidente do Grupo *Sucres et Denrées*, um dos líderes mundiais no comércio de açúcar, cuja filial no Reino Unido é uma das maiores corretoras na área de mercados futuros em Londres, com uma experiência de mais de 30 anos. O Sr. Varsano representa a Sucden em nosso Conselho de Administração.

O Presidente de nosso Conselho de Administração e Diretor Presidente, o Sr. Rubens Ometto Silveira Mello, e sua família controlam, direta e indiretamente 82,9% das nossas ações ordinárias. Com relação aos membros do Conselho de Administração, o Sr. Rubens Ometto Silveira Mello possui relação de parentesco com o Sr. Burkhard Otto Cordes, que é casado com a filha do nosso Acionista Controlador Indireto.

Os membros de nosso Conselho de Administração, com exceção do Sr. Rubens Ometto Silveira Mello, são titulares de uma Ação cada, as quais foram doadas em função do requerimento legal que exige que os membros do Conselho de Administração sejam nossos acionistas. Nenhum dos membros de nossa diretoria, com exceção daqueles que são também membros do nosso Conselho de Administração, é atualmente nosso acionista.

Diretoria

A Diretoria é o nosso órgão executivo. Os Diretores são nossos representantes legais, responsáveis pela nossa organização interna e nossas operações diárias, bem como pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas periodicamente por nosso Conselho de Administração.

Nosso Estatuto Social exige que a Diretoria seja composta por no mínimo três e no máximo oito diretores, cada um responsável por um setor específico dos negócios.

Os diretores são eleitos por nosso Conselho de Administração para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Nosso Conselho de Administração pode afastar qualquer Diretor de seu cargo em qualquer momento, independente de motivo. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro de nossa Diretoria deve ser residente no País, podendo ser nosso acionista ou não. Os diretores realizam reuniões de diretoria quando convocada por qualquer um dos diretores.

Abaixo, apresentamos os nomes, ano de eleição, posições e idades dos atuais membros da nossa Diretoria:

Nome	Ano da nomeação	Cargo exercido	Idade
Rubens Ometto Silveira Mello	2000	Diretor Presidente	55
Pedro Isamu Mizutani	2000	Diretor Vice-Presidente Geral	46
Paulo Sergio de Oliveira Diniz	2003	Diretor Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	46
Alexandre Aidar Júnior	2000	Diretor Vice-Presidente Comercial	47
Armando Vieira Viotti	2000	Diretor Vice-Presidente Industrial	58
José Vitório Tararam	2000	Diretor Vice-Presidente Administrativo	41
Rodolfo Norivaldo Geraldi.....	2000	Diretor Vice-Presidente Agrícola	54

Resumimos abaixo as ocupações principais e currículos resumidos de nossos diretores que não fazem parte do Conselho de Administração:

Alexandre Aidar Junior. O Sr. Aidar é Diretor Comercial desde 2000, ocupando atualmente o cargo de Diretor Vice Presidente Comercial. É graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1980). O Sr. Aidar possui mais de 20 anos de experiência na área comercial tendo ocupado posições executivas em diferentes empresas ligadas ao agro-negócio. Ocupou a posição de Superintendente Comercial em nossa Companhia de 1998 a 2000, tendo como atribuições o planejamento, desenvolvimento de mercados e vendas de açúcar e álcool nos mercados internacional e doméstico. Também desenvolveu sua carreira profissional no Canadá de 1996 a 1998 como representante da Cooxupé – Cooperativa dos Cafeicultores de Guaxupé, de 1996 a 1998, e da Coral UK, desenvolvendo o mercado internacional de compra e venda de açúcar. Atuou como Diretor Comercial na Usina Santa Elisa S.A. de 1991 a 1996, e, na Usina Santa Lydia, de 1981 a 1991, onde ocupou a posição de Gerente de Projetos Especiais e de Recursos Humanos. De 1983 a 1991, foi Diretor Executivo da Bagatex Ltda., empresa coligada da Usina Santa Lydia e a mais 12 usinas de açúcar e álcool do estado de São Paulo, onde atuava na área de desenvolvimento de tecnologia, mercado e vendas de bagaço de cana-de-açúcar.

Armando Vieira Viotti. O Sr. Viotti é nosso Diretor Industrial desde 1995, ocupando atualmente o cargo de Diretor Vice Presidente Industrial. É graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1970) e possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (2001). O Sr. Viotti possui mais de 30 anos de experiência na área industrial de usinas de açúcar e álcool. Foi também nosso Gerente de Produção de Álcool, de 1986 a 1987 e Superintendente Industrial, de 1987 a 1995. Atuou como Gerente de Produção de Álcool e Projetos Especiais na Da Barra (Barra Bonita – SP), de 1984 a 1986, foi Engenheiro de Processos da COALBRA, onde desenvolveu projetos e produção de álcool e levedura da madeira, de 1980 a 1984 e atuou no Departamento Técnico – CTC – da COPERSUCAR, onde desenvolveu projetos e prestou assistência técnica a Usinas e Destilarias, de 1971 a 1980.

José Vitório Tararan. O Sr. Tararan é nosso Diretor de Controladoria desde 2000, ocupando atualmente o cargo de Diretor Vice Presidente Administrativo. É pós-graduado em Finanças pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP e possui MBA em Gestão Empresarial pela FGV. É graduado em Administração de Empresas (1984) e em Direito (1995) pela UNIMEP, além de possuir formação técnica em Contabilidade (1980). O Sr. Tararan possui larga experiência nas áreas administrativa, econômica e contábil. Foi também nosso Diretor Administrativo e Gerente de Controladoria, Contabilidade e Informática. Dentre as atribuições sob sua responsabilidade encontram-se as atividades desenvolvidas nas áreas: Contábil, Fiscal, Custos, Orçamentos, Informática e Laboratórios Industriais. É o responsável direto por todos os estudos econômicos e financeiros desenvolvidos na Empresa, especialmente os que se referem à avaliação de empresas para aquisição.

Rodolfo Geraldi. O Sr. Geraldi é nosso Diretor Agrícola desde 1995, ocupando atualmente o cargo de Diretor Vice Presidente Agrícola. Coursou Pós-Graduação (em parte) na área de Solos e Nutrição de Plantas (1977/1978), e Engenharia Agrônoma (1974), na ESALQ. O Sr. Geraldi possui aproximadamente 30 anos de experiência na área Agrícola, especialmente acumulada em cultura de cana-de-açúcar, tendo desenvolvido trabalhos tanto no âmbito das organizações privadas como em instituto de pesquisa. Foi também nosso Gerente de Motomecanização, Transporte e Oficinas, de 1980 a 1983 e Superintendente Agrícola de 1986 a 1995. Atuou na Usina Tamoio (Araraquara – SP), de 1975 a 1976, desenvolveu atividades de pesquisa junto ao Departamento de Solos e Fertilidade do Instituto Agrônomo de Campinas – IAC (Campinas – SP) de 1978 a 1979, e atuou como Gerente Geral da Destilaria Alexandre Bolbo (Iturama – MG), de 1983 a 1986.

Com exceção da relação de parentesco entre o Sr. Rubens Ometto Silveira Mello e o Sr. Burkhard Otto Cordes, descrita acima, não há relação de parentesco entre nossos conselheiros e diretores.

Remuneração

De acordo com nosso Estatuto Social, os acionistas são responsáveis por estabelecer a remuneração anual global a ser paga aos membros do Conselho de Administração e aos diretores. Os acionistas estipulam essa remuneração global na assembleia geral ordinária todos os anos. Uma vez estabelecida, os membros do Conselho de Administração são responsáveis por distribuí-la individualmente aos conselheiros e aos diretores, conforme previsto em nosso Estatuto Social.

A remuneração global paga a todos os membros de nosso Conselho de Administração e diretores pelos serviços prestados foi, no exercício social de 2005, aproximadamente R\$5,3 milhões. A remuneração global dos Administradores aprovada para o exercício social de 2006 foi de R\$6,2 milhões.

Os diretores recebem os mesmos benefícios oferecidos normalmente aos funcionários. Os membros do Conselho de Administração não têm direito a esses benefícios. Vide *“Atividades da Companhia – Recursos Humanos”*.

Nossos diretores são sócios da MVG Consultoria e Serviços Ltda. e o Sr. Coury, um de nossos conselheiros, é sócio da RJR – Consultoria e Serviços S/C Ltda., as quais prestam determinados serviços para a Companhia. Em virtude de tais serviços, pagamos à MVG Consultoria e Serviços Ltda. R\$3,0 milhões no exercício social de 2004 e R\$5,1 milhões no exercício social de 2005 e, à RJR – Consultoria e Serviços S/C Ltda., R\$1,9 milhões no exercício social de 2004 e R\$0,2 milhões no exercício social de 2005.

Plano de Opção de Compra de Ações

As diretrizes do nosso plano de opção de compra de ações foram aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2005. O plano de opção de compra de ações visa estimular nossa administração e funcionários a contribuir significativamente para nosso sucesso através da concessão de opções de compra de ações ordinárias de nossa emissão. O plano de opção de compra de ações é instituído e administrado por nosso Conselho de Administração.

Os participantes do plano de opção de compra de ações são selecionados pelo Conselho de Administração, sendo elegíveis quaisquer de nossos executivos e empregados de alto nível, inclusive de nossas controladas diretas e indiretas. O Conselho de Administração pode instituir tantos planos quantos forem considerados convenientes e oportunos, desde que, somados todos os planos, não exceda 5% de nosso capital social. Nosso Conselho de Administração estabelece o preço básico de exercício da opção de compra de ações a ser outorgada, podendo ser corrigido monetariamente no prazo mínimo permitido por lei a partir da data-base da vigência do plano, por índice escolhido quando da instituição de cada plano, que reflita a inflação para o respectivo período. As opções podem ser total ou parcialmente exercidas durante os prazos a serem fixados em cada plano.

O plano de opção de compra de ações é válido até o ano de 2010. Em caso de rescisão do nosso compromisso contratual com o titular de uma opção de compra de ações parcialmente exercida, por qualquer motivo que não seja rescisão do contrato de trabalho sem justa causa por nossa iniciativa, morte, aposentadoria ou incapacitação permanente do titular, as opções cujos prazos para exercício ainda não se iniciaram serão extintas na data do desligamento do titular.

Até o presente momento, emitimos 1.434.260 opções no âmbito do nosso plano de opções, que, se exercidas, as ações emitidas representarão aproximadamente 3,25% do nosso capital social, beneficiando um total de 8 empregados de alto nível e administradores, sendo a maioria deles administradores.

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa da empresa. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é rever as atividades gerenciais e as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

O nosso Conselho Fiscal foi instalado em caráter permanente, conforme deliberação da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de agosto de 2005, sendo constituído por três membros e suplentes em igual número:

<u>Membros Efetivos</u>	<u>Ano da nomeação</u>	<u>Membros Suplente</u>
João Ricardo Ducatti	2005	Henrique de Bastos Malta
Luiz Recchia	2005	Flávia Turci
Jean Claude Alain Religieux	2005	Jeremy John Austin

O Conselho Fiscal não pode conter membros que façam parte do Conselho de Administração, da Diretoria ou do quadro de empregados de uma empresa controlada ou de uma empresa do mesmo grupo, tampouco um cônjuge ou parente dos nossos administradores. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam, a título de remuneração, no mínimo, 10% da média da remuneração paga a cada Diretor. A remuneração global dos membros de nosso Conselho Fiscal aprovada para o exercício social de 2006 foi de R\$175 mil.

Resumimos abaixo as ocupações principais e currículos resumidos dos membros de nosso Conselho Fiscal e de seus respectivos suplentes:

João Ricardo Ducatti. O Sr. Ducatti é membro de nosso Conselho Fiscal desde 2005. Administrador de empresas, foi profissional da Westinghouse do Brasil no período de 1973 a 1982 exercendo as funções de Gerente de Recursos Financeiros e Tesoureiro para América Latina, Diretor Administrativo e Financeiro da Usina Barbacena, localizada na região de Ribeirão Preto, no período de 1982 e 1983; Diretor Administrativo e Financeiro do Grupo Bom Jesus, localizado na região de Piracicaba, no período de 1983 a 1991, grupo com 4 (quatro) unidades produtoras de açúcar e álcool; Diretor Administrativo e Financeiro do Grupo Cosan, localizado na região de Piracicaba, no período de 1991 a 1995, grupo com 7 (sete) unidades de produção de açúcar e álcool; Diretor Superintendente da SUCRESP, entidade de classe representativa de 17 (dezesete) Usinas produtoras de açúcar e álcool, no período de 1995 a 1999 e, no período de 1999 até a presente data desenvolve a prestação de serviços de assessoria econômico-financeira, avaliação patrimonial, administração de estruturas societárias, desenvolvimento de vendas de participações societárias e outras atividades inerentes, através de sua empresa RDR Consultores Associados Ltda.

Luiz Recchia. O Sr. Recchia é membro de nosso Conselho Fiscal desde 2005. É graduado em economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, e pós graduado (MBA) no INSEAD (1993). O Sr. Recchia é sócio-diretor da Stratus, empresa de assessoria financeira e administradora de recursos de *venture capital/private equity* desde sua fusão com a Integritas Partners, fundada em 2003. Iniciou a carreira na área de instituições financeiras do Citibank, onde permaneceu por 3 anos, e depois ingressou na área de *investment banking* do ING Barings onde permaneceu por 6 anos, focando em operações de mercado de capitais e fusões e aquisições. Foi diretor de finanças da Telesp de 1999 a 2000, e diretor de *investment banking* no Deutsche Bank de 2001 a 2003.

Jean Claude Alain Religieux. O Sr Religieux é membro de nosso Conselho Fiscal desde 2005. É graduado em Engenharia das Técnicas de Equipamentos Rurais da Escola Nacional das Obras Rurais e Técnicas Sanitárias de Strasbourg –França (*Ecole Nationale des Travaux Ruraux et des Techniques Sanitaires de Strasbourg-France*) no ano 1973. O Sr Religieux tem 30 anos de experiência no setor açucareiro. É Gerente da Tereos do Brasil desde 2001, e foi Diretor Presidente do Açúcar Guarani de 2003 a 2005, ocupando agora o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Açúcar Guarani. Antes de ingressar na Tereos do Brasil, o Sr Religieux atuou de 1974 a 1975 como engenheiro no Ministério da Agricultura; de 1975 a 1978 como engenheiro na Usina de Montcornet; de 1979 a 1993 como engenheiro, passando pelo cargo de diretor técnico e, posteriormente, diretor geral da Usina Maizy; de 1993 a 2000 atuou como diretor técnico da União DAS, a qual se tornou Tereos em 2003.

Henrique de Bastos Malta. O Sr. Malta é membro suplente de nosso Conselho Fiscal desde 2005. É graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. O Sr. Malta atuou no grupo Portobello de 1977 a 1998, tendo ocupado o cargo de Vice-Presidente durante 18 anos e de membro do Conselho de Administração da *holding* e de todas as empresas do grupo. Foi Presidente do EADI-Portobello. É Diretor e membro do Conselho de Administração da AED – Associação Brasileira de Exportação desde 1978, Conselheiro do CAP dos Portos de Santos e Itajaí, representando os exportadores e diretor da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Desde 1999, é sócio da empresa Beira Mar Adm. Participações Ltda., que presta serviços de Assessoria Institucional para o Grupo Cosan.

Flávia Turci. A Sra. Turci é membro suplente de nosso Conselho Fiscal desde 2005. Graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, é sócia de Turci Advogados Associados, desde 1997. Na condição de sócia majoritária, é responsável pela coordenação das atividades do escritório e sua supervisão, atuando diretamente junto aos vários clientes. Atuou como Advogada Associada (1997) na Porto & Sundfeld Escritórios Associados, com trabalho voltado para o desenvolvimento de negócios, enfocando preponderantemente os aspectos societários e contratuais. Atuou ainda (1992-1996) no Grupo Itamarati, que reúne mais de 40 empresas de diferentes setores, responsável pela coordenação, supervisão e gerenciamento das atividades jurídicas do grupo, em todos os seus setores de atuação, e de seus controladores.

Jeremy John Austin. O Sr. Austin é membro suplente de nosso Conselho Fiscal desde 2005. É graduado em Matemática pela Universidade de Oxford, Inglaterra (MA). O Sr. Austin é diretor da Sucden do Brasil, filial de Sucres et Denrees, empresa onde iniciou sua carreira em 1985. Possui 17 anos de experiência no setor sucro-alcóoleiro brasileiro, e reside no Brasil desde 2003.

DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Alocação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos

Valores Disponíveis para Distribuição

Em cada assembléia geral ordinária, nosso Conselho de Administração deverá propor a distribuição dos nossos resultados relativos ao exercício social anterior, que será objeto de apreciação e deliberação por nossos acionistas. Para os fins da Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado de um determinado exercício social, deduzidos quaisquer prejuízos acumulados decorrentes dos exercícios sociais anteriores a provisão para o imposto sobre a renda, a provisão para a contribuição social e os valores alocados a participação de empregados e da administração nos lucros.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, o valor correspondente ao lucro líquido da Companhia, conforme ajustado, ficará disponível para distribuição a acionistas em qualquer exercício em particular, podendo ser:

- reduzido por valores alocados à reserva legal;
- reduzido por valores alocados a reservas estatutárias, se houver;
- reduzido por valores alocados à reserva de contingência, se houver;
- reduzido por valores alocados à reserva para projetos de investimento (conforme discutido abaixo);
- reduzido por valores alocados à reserva de lucros a realizar constituída pela Companhia em cumprimento à lei aplicável (conforme discutido abaixo);
- aumentado por reversões de reservas de contingência registradas em anos anteriores; e
- aumentado por valores alocados à reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não forem absorvidos por prejuízos.

O cálculo do lucro líquido e a destinação para as reservas para qualquer exercício social são determinados com base em nossas demonstrações financeiras não consolidadas. Para uma explicação sobre as reservas mencionadas acima, vide “Reservas”.

Segundo a Lei nº 4.357, promulgada em 16 de julho de 1964, sociedades brasileiras com dívidas não-garantidas com o Governo Federal brasileiro ou com o INSS relacionadas a impostos ou contribuições, não poderão distribuir qualquer tipo de prêmio ou participação nos lucros aos seus acionistas ou quotistas ou aos seus diretores, membros do conselho de administração, comitê de auditoria ou conselho consultivo. A penalidade aplicável à companhia que não atender a tais disposições foi recentemente alterada pela Lei nº 11.051, que entrou em vigor em 29 de dezembro de 2004, para o valor de 50% do montante distribuído ou pago aos beneficiários, limitada 50% do valor total da dívida não garantida. Tendo em vista que a Lei nº 11.051 entrou em vigor recentemente, não é possível prever ainda qual será o posicionamento dos tribunais brasileiros quanto à matéria nela tratada.

Distribuição Obrigatória

A Lei das Sociedades por Ações exige, de modo geral, que o estatuto social de cada companhia especifique a porcentagem mínima dos valores disponíveis para distribuição pela companhia em cada exercício social que deverão ser distribuídos a acionistas como dividendos, também conhecida como distribuição obrigatória.

A distribuição obrigatória toma por base um percentual do lucro líquido ajustado. Caso o estatuto social de uma companhia seja omissivo em relação a este percentual mínimo, a porcentagem estabelecida será de 50%. Nos termos do nosso Estatuto Social, pelo menos 25% do nosso lucro líquido ajustado, conforme calculado nos termos das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, com relação ao exercício social anterior, deverá ser distribuído como dividendo anual obrigatório. Lucro líquido ajustado significa o valor passível de distribuição, antes de quaisquer deduções para reservas estatutárias e reservas para projetos de investimento.

A Lei das Sociedades por Ações, contudo, permite a suspensão da distribuição obrigatória de dividendos em qualquer exercício social em que os órgãos da administração reportem à assembléia geral que a distribuição seria desaconselhável tendo em vista a situação financeira da companhia. A suspensão está sujeita a aprovação em assembléia geral e análise pelos membros do conselho fiscal, se estiver instalado na ocasião. No caso de sociedades de capital aberto, o conselho de administração deverá apresentar justificativa para a suspensão à CVM no prazo de cinco dias a contar da assembléia geral pertinente. Se o dividendo obrigatório não for pago, os valores correspondentes serão atribuídos a uma conta de reserva especial. Se não forem absorvidos por prejuízos subsequentes, tais valores serão pagos aos acionistas assim que a situação financeira da companhia permitir.

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, a assembléia geral de uma companhia de capital aberto, tal como nós, pode deliberar, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, pelo pagamento de dividendos em um montante inferior ao dividendo mínimo obrigatório, ou decidir reter o total do lucro líquido, exclusivamente para o pagamento de créditos representados por debêntures vencíveis e que não sejam conversíveis em ações.

O dividendo obrigatório pode ser pago também a título de juros sobre o capital próprio, tratado como despesa dedutível para fins de imposto de renda de pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido.

Reservas

Em 30 de abril de 2005, possuímos duas principais contas de reservas: a reserva legal e a reserva de reavaliação.

Reserva Legal. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, devemos manter reserva legal, para a qual devemos destinar 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até que o valor da reserva seja igual a 20% do capital social. Não obstante, não somos obrigados a fazer qualquer destinação à reserva legal com relação a qualquer exercício social em que o saldo dessa reserva legal, quando acrescido às reservas de capital constituídas, exceder 30% do capital social. Eventuais prejuízos líquidos poderão ser levados a débito da reserva legal. O montante dos lucros destinado à formação da reserva legal deve ser aprovado em Assembléia Geral Ordinária de acionistas e, uma vez aprovada esta destinação, estes valores não estarão disponíveis para pagamento de dividendos. A reserva legal pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar nosso capital social. Em 30 de abril de 2005, o saldo da nossa reserva legal era de R\$7,1 milhões.

Reserva de Reavaliação. A nossa reserva de reavaliação é segregada em duas subcontas, sendo a primeira relacionada a reavaliação dos nossos ativos e a segunda em relação a reavaliação dos ativos de nossas coligadas e controladas. Nesta última hipótese, devem ser registradas as contra-partidas relativas aos débitos feitos nas contas de Investimentos em coligadas e controladas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Em 30 de abril de 2005, possuíamos saldo de R\$326,6 milhões em reservas de reavaliações, dos quais R\$107,7 milhões em reservas próprias e os R\$218,9 milhões restantes na subconta de reserva de reavaliação de ativos de nossas coligadas e controladas.

Lucros Acumulados. Em 30 de abril de 2005, apresentamos um saldo de R\$128,2 milhões em lucros acumulados, para o qual, consoante Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2005, foi indicada capitalização parcial de R\$51,7 milhões e retenção do restante.

Dividendos

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do nosso Estatuto Social, devemos realizar assembléia geral ordinária até o dia 31 de agosto de cada ano, ocasião em que ocorre a deliberação acerca da destinação dos resultados do exercício social e a distribuição dos dividendos. O pagamento do dividendo anual é determinado com base em nossas demonstrações financeiras auditadas do exercício social anterior.

Qualquer acionista constante do livro de acionistas por ocasião de declaração de dividendo terá direito a receber dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos deverão ser distribuídos ao detentor de ações registrado na data de declaração de dividendo, no prazo de 60 dias a contar da data em que o dividendo foi declarado, a menos que deliberação dos acionistas estabeleça outra data de distribuição que, em qualquer caso, deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que o dividendo foi declarado. Dividendos não reclamados não rendem juros, não são corrigidos monetariamente e reverterem em nosso favor se não reclamados dentro de três anos após a data em que os colocamos à disposição do acionista.

Nosso Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Adicionalmente, nosso Conselho de Administração pode declarar dividendos com base no lucro líquido constante de nosso balanço semestral ou trimestral. Os dividendos pagos em cada semestre não podem exceder o montante das reservas de capital. As distribuições de dividendos intermediários podem ser imputadas aos dividendos obrigatórios relativos ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram distribuídos.

Juros Sobre o Capital Próprio

Nos termos da legislação tributária brasileira, com vigência a partir de 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras podem pagar juros sobre o capital próprio a detentores de ações e tratar tais pagamentos como despesa para fins do imposto de renda brasileiro e, a partir de 1997, para fins de contribuição social. A finalidade da alteração da legislação tributária é encorajar o uso de investimento societário, em oposição à dívida, para o financiamento das operações da sociedade. O pagamento de juros sobre o capital próprio poderá ser efetuado a critério do nosso Conselho de Administração. A dedução fica, de modo geral, limitada em qualquer exercício em particular ao maior entre os seguintes valores:

- 50% do lucro líquido (após a dedução das provisões de contribuição social incidentes sobre o lucro líquido, mas antes de se levar em conta a provisão de imposto de renda e de juros sobre o capital próprio) do período com relação ao qual o pagamento seja efetuado; e
- 50% dos lucros acumulados e das reservas de lucros no início do exercício com relação ao qual o pagamento seja efetuado.

Os juros sobre o capital próprio ficam limitados à variação *pro rata die* da TJLP.

Para fins contábeis, embora o encargo de juros deva estar refletido na demonstração do resultado para ser dedutível de imposto, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras estatutárias e deduzido do patrimônio líquido de maneira similar ao dividendo. Qualquer pagamento de juros no que respeita a ações ordinárias está sujeito a imposto de renda à alíquota de 15% (ou 25%, no caso de acionista domiciliado em paraíso fiscal). Caso esses pagamentos sejam contabilizados, a seu valor líquido, como parte de qualquer dividendo obrigatório, pagaremos o imposto por conta dos nossos acionistas quando da distribuição dos juros. Caso realizemos uma distribuição de juros sobre o capital próprio em qualquer exercício, e a distribuição não seja contabilizada como parte de distribuição obrigatória, o pagamento do imposto de renda ficará a cargo dos nossos acionistas.

O valor pago a título de juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório. De acordo com a legislação aplicável, devemos pagar aos acionistas o suficiente para assegurar que a quantia líquida recebida por estes a título de juros sobre o capital próprio, após a retenção de impostos, acrescida da quantia de dividendos declarados, seja ao menos equivalente ao dividendo obrigatório. Juros sobre o capital próprio revertem em nosso favor se não reclamados dentro de três anos após a data em que os colocamos à disposição do acionista.

Histórico de Pagamento de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

No exercício social de 2005, foram declarados dividendos aos acionistas no valor de R\$0,0051 por ação ordinária, resultando na proposição total de dividendos de R\$1,6 milhão, aprovados pela assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 30 de agosto de 2005. No exercício social de 2004, foram distribuídos dividendos aos acionistas no valor de R\$0,0113 por ação ordinária e R\$0,0113 por ação preferencial, resultando na distribuição total de dividendos de R\$3,0 milhões, pagos durante o exercício social de 2005. No exercício social de 2003, foram distribuídos dividendos aos acionistas no valor de R\$0,0252 por ação ordinária e R\$0,0252 por ação preferencial, resultando na distribuição total de dividendos de R\$5,3 milhões, pagos durante o exercício social de 2004.

Política de Dividendos

A declaração dos dividendos, incluindo quando ultrapassa a distribuição obrigatória, requer aprovação por voto da maioria dos acionistas e depende de uma série de fatores. Esses fatores incluem resultados operacionais, situação financeira, demandas de caixa, perspectivas futuras e outros fatores considerados relevantes pelo nosso Conselho de Administração e por nossos acionistas. Como parte de planejamento tributário, poderemos optar, no futuro, pela distribuição de juros sobre capital próprio.

Nossa política de dividendos consiste na distribuição, em cada exercício, de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor equivalente ao mínimo obrigatório nos termos de nosso Estatuto Social, ou seja, 25% (vinte e cinco por cento) do nosso lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

PRINCIPAIS ACIONISTAS

O quadro abaixo apresenta os principais titulares de nossas ações ordinárias e suas respectivas participações em 30 de setembro de 2005 e após esta oferta:

Acionistas	Ações antes da Oferta		Ações após a Oferta⁽¹⁾	
	Ações	%	Ações	%
Aguassanta Participações S.A.	25.514.667	57,82	25.514.667	42,40
Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool	10.003.426	22,67	10.003.426	16,62
Tereos do Brasil Participações Ltda.	3.905.599	8,85	3.905.599	6,49
Lewington Pte. Ltd.	2.336.350	5,29	2.336.350	3,88
Sucres et Dentrées	1.059.404	2,40	1.059.404	1,76
Belga Empreendimentos e Participações Ltda.	1.051.632	2,38	1.051.632	1,75
Commonwealth Carriers S.A.	259.595	0,59	259.595	0,43
International Finance Corporation	-	0,00	228.750	0,38
Nova Celisa S.A.	156	0,00	156	0,00
Administradores	235	0,00	235	0,00
Isaltina Ometto Silveira Mello	1	0,00	1	0,00
Tesouraria	-	0,00	-	0,00
Outros	-	0,00	15.817.760	26,29
Total	44.131.065	100	60.177.575	100

⁽¹⁾ Considerando a colocação total da quantidade de Ações, sem o exercício da Opção de Ações Adicionais.

O Presidente de nosso Conselho de Administração e Diretor Presidente, o Sr. Rubens Ometto Silveira Mello, e sua família controlam, direta e indiretamente, 82,9% das nossas ações ordinárias, somando-se as participações diretas da Aguassanta, Costa Pinto S.A. e Belga, além das ações detidas pelos membros da família diretamente.

Aguassanta Participações

A Aguassanta Participações S.A. é uma companhia holding constituída pelos acionistas da Nova Celisa, São Francisco e Irmãos Franceschi.

Tereos

A Tereos ocupa uma posição de destaque no mercado sucro-alcooleiro da União Européia, ocupando a posição de líder na França e na República Tcheca. Seu principal foco de atuação reside na produção de açúcar, álcool e seus derivados, através do processamento de beterraba, cana-de-açúcar e cereais.

A Tereos opera 26 unidades industriais espalhadas pelo mundo, o que possibilitou a produção de 2,4 milhões de toneladas de açúcar, 0,3 milhões de toneladas de glicose e 700 milhões de litros de álcool. A produção de açúcar e álcool a partir da cana-de-açúcar é feita somente a partir de suas unidades no Brasil e na Ilha da Reunião.

O grupo Tereos comercializa seus produtos sob diversas marcas, tais como Béghin-Say, La Perruche, C'est la Vie, TTD, Guarani, entre outras.

Lewington Pte. Ltd. e Commonwealth Carriers S.A.

O grupo Kuok, nosso acionista indireto através da Lewington e Commonwealth, possui e controla usinas e refinarias na Malásia, Indonésia, Tailândia, Filipinas e China, produzindo açúcar, algodão, soja, entre outros, o que lhe confere forte presença na maioria dos países asiáticos.

O grupo começou seus negócios em 1949 na Malásia, comercializando arroz, açúcar e trigo, expandindo significativamente suas atividades em 1953, com a abertura de uma filial em Singapura. Desde então o grupo Kuok cresceu e transformou-se em um dos mais dinâmicos e diversificados conglomerados internacionais. Durante os anos 50 e 60 o grupo expandiu suas operações para Tailândia e Indonésia, o que permitiu seu crescimento através de novos negócios, especialmente em *commodities*, que resultaram em negociações com empresas em Hamburgo, Paris, Londres e em Nova Iorque.

Um dos principais focos de atuação do grupo Kuok é a comercialização de produtos agrícolas, sendo representado principalmente pela Kerry Foodstuffs Limited, com sede em Hong Kong, que atualmente opera 10 plantas com a coca-cola em toda China, através de uma joint venture com a Coca-Cola.

Visando suprir as necessidades de transporte internacional de seus produtos, o grupo Kuok associou-se à Malaysia International Shipping Co., e possui hoje 30 navios com capacidade para transportar 930.000 toneladas métricas. A comercialização de *commodities* agrícolas conduziu o grupo a estabelecer-se no setor agroindustrial, produzindo e distribuindo seus produtos nos mercados locais e internacionais.

O grupo Kuok possui também investimentos em outros segmentos, como o imobiliário e de construção, através da Allgreen, uma empresa listada na bolsa de Singapura. Ainda no segmento de construção, possui uma *joint venture* com a CSR, da Austrália (uma das maiores produtoras de açúcar do mundo) através da CSR Kuok Ásia Limited. O seu braço financeiro atua nos segmentos de administração de recursos e seguros. O grupo é também produtor de fertilizantes, além de atuar no segmento de mídia, com participações relevantes no maior jornal (South China Morning Post) e na maior rede de televisão (Television Broadcasts Limited) da China, canais de televisão, uma cadeia de hotéis de alto padrão (Shangri-La hotels), com 47 hotéis espalhados pela Ásia e Oriente Médio, *shopping centers*, cinemas, clubes de golfe, entre outros.

Sucden

A Sucres et Denrées S.A. foi fundada por Maurice Varsano em 1952, que a dirigiu até 1980, quando seu filho Serge Varsano o sucedeu. Desde sua fundação, o grupo tem ficado entre as maiores *tradings* mundiais no mercado de açúcar. Atualmente, a Sucden comercializa aproximadamente 9 milhões de toneladas de açúcar por ano, o equivalente a aproximadamente 20% do total de açúcar comercializado no mercado livre. A metade desse volume é atualmente importado do Brasil. Em 2004 a Sucden registrou receitas de aproximadamente US\$2 bilhões, principalmente nos mercados de açúcar onde atua.

O grupo Sucden estende sua atuação por todo o mundo, sendo que as principais *tradings* e subsidiárias para distribuição estão nos Estados Unidos, Brasil, Rússia, e Emirados Árabes Unidos. Além disso, a Sucden passou a ser produtora de açúcar, por meio da aquisição de 3 usinas na Rússia, com capacidade de refino para 500 mil toneladas de açúcar demerara e capacidade de moagem para 1 milhão de toneladas de beterraba.

Além das sociedades e dos indivíduos acima mencionados, nenhum outro acionista individual detém mais de 5% das nossas ações ordinárias.

Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool

A Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool detém 22,67% das nossas ações ordinárias, e é controlada diretamente pela Aguassanta e indiretamente pelo Sr. Rubens Ometto Silveira Mello. No passado, a Costa Pinto S.A. deixou de pagar dividendos mínimos prioritários relativos aos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2000, 2002 e 2003, pelo fato dos lucros apresentados naqueles períodos terem sido provenientes exclusivamente do resultado da equivalência patrimonial das empresas controladas por ela, principalmente na empresa coligada, Cosan, sem efeito caixa, procedimento que contrariou entendimento manifesto pelo Colegiado da CVM em 28 de Janeiro de 2003. Tal fato gerou questionamento por parte de acionistas detentores de ações preferenciais da Costa Pinto S.A. e também um processo administrativo sancionador (Termo de Acusação) na CVM.

Em 14 de julho de 2004, foi realizada uma assembléia especial de detentores de ações preferenciais da Costa Pinto S.A., através da qual tais acionistas, à exceção de um deles (à época titular de aproximadamente 5% das ações preferenciais da Costa Pinto S.A.), aprovaram: (i) a retificação e ratificação da distribuição de dividendos relativa aos exercícios sociais acima mencionados, com pagamento com base no resgate de valores de determinadas reservas; e (ii) a adesão a um acordo celebrado naquela mesma data entre a Costa Pinto S.A. e os acionistas detentores de ações preferenciais, por meio do qual foi acordado o pagamento dos valores dos dividendos devidos.

Em 31 de maio de 2005, a Costa Pinto S.A. apresentou consulta junto à CVM quanto à reapresentação de suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais acima mencionados, com vistas a eventual retificação de tais demonstrações financeiras, com manifestação formal, em 20 de junho de 2005, da Ernst & Young (auditores independentes da Costa Pinto S.A.). Além disso, em 16 de setembro de 2005, a Costa Pinto S.A. apresentou um Termo de Compromisso à CVM para regularização da sua situação de companhia aberta, em função do Termo de Acusação formulado em face de seus administradores e acionista controlador. Em 3 de outubro de 2005, a Costa Pinto S.A. celebrou um acordo com o acionista detentor de ações preferenciais dissidente da assembléia especial de 14 de julho de 2004, no qual o acionista vendeu a participação que detinha na Costa Pinto S.A., tendo recebido o valor das ações e dos dividendos devidos e quitado os questionamentos realizados. O processo administrativo sancionador existente na CVM está em fase de defesa e aguarda manifestação da CVM sobre o Termo de Compromisso a ele relativo que, se lograr aceitação pela CVM e cumpridas suas obrigações, implicará a extinção do processo. A Costa Pinto S.A. continua discutindo o Termo de Compromisso com a CVM e está envidando seus melhores esforços para regularizar sua situação de companhia aberta o mais breve possível.

Acordos de Acionistas e outros Acordos

Cosan Portuária

Em 8 de fevereiro de 1999, a São Francisco e a Tate & Lyle do Brasil Serviços e Participações S.A. celebraram um acordo de acionistas regulamentando os direitos dos acionistas da Cosan Portuária (antiga São Francisco Operadora Portuária de Granéis Ltda.). Em abril de 2004, adquirimos 90,0% das ações da Cosan Portuária através de um aumento de capital no valor de R\$4,2 milhões, totalmente subscrito pela acionista São Francisco, utilizando ações de emissão da Cosan Portuária das quais era titular.

Com base nesse acordo de acionistas, as seguintes matérias dependem de aprovação dos nossos acionistas representando no mínimo 92% do capital social da Cosan Portuária:

- quaisquer ações que possam prejudicar a capacidade da Cosan Portuária de prestar serviços a seus clientes no curso normal dos seus negócios;
- o desempenho por parte da Cosan Portuária de quaisquer atividades ou negócios diferentes do curso normal de seus negócios (incluindo a alienação e aquisição de ativos);
- qualquer fusão, consolidação, ou cisão da Cosan Portuária com outra sociedade;
- operações entre a Cosan Portuária e quaisquer um de seus acionistas ou coligadas;
- a emissão, o cancelamento ou a alteração de quaisquer garantias, indenizações ou procurações (exceto se assinadas com a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP – em função da concessão portuária);
- quaisquer alterações no Estatuto Social ou outros documentos societários da Cosan Portuária que possam afetar quaisquer das questões que exijam a aprovação da Tate & Lyle ou direitos dos acionistas minoritários aos quais a Tate & Lyle tem direito;
- quaisquer alterações no capital social da Cosan Portuária;

- a dissolução, o encerramento ou liquidação da Cosan Portuária;
- distribuição de dividendos ou outros pagamentos por parte da Cosan Portuária a seus acionistas;
- rescisão de quaisquer acordos celebrados entre a Cosan Portuária e a Tate & Lyle (ou qualquer das coligadas da Tate & Lyle).

O Conselho de Administração da Cosan Portuária é composto por dez membros, nove dos quais (e seus suplentes) nomeados por nós, e um (e seu suplente) nomeado pela Tate & Lyle. Os titulares de ações preferenciais sem direito a voto da Cosan Portuária têm direito a dividendos em valor 10% superior aos dividendos distribuídos aos titulares de suas ações ordinárias. Dividendos a distribuir à Tate & Lyle podem ser usados (por meio de compensação ou na forma de desconto) contra pagamentos devidos pela Tate & Lyle nos termos dos acordos comerciais celebrados entre a Tate & Lyle e a Cosan. Este acordo de acionistas permanece válido enquanto a concessão portuária outorgada à Cosan Portuária permanecer válida.

Tereos

Em 31 de maio de 2005 celebramos, em conjunto com nossos Acionistas Controladores (Aguassanta, Costa Pinto S.A., Santa Bárbara Agrícola S.A. e o nosso Acionista Controlador Indireto) um contrato de subscrição de ações com a Tereos e a Sucden, pelo qual Tereos subscreveu 8,8% de nosso capital social em troca dos 47,5% de participação que detinha na FBA, e a Sucden subscreveu 0,9% de nosso capital social em troca dos seus 5% de participação na FBA. Essas subscrições de ações aumentaram nossa participação acionária total na FBA para 99,9% do seu capital social em circulação. Nos referimos a este contrato de subscrição de ações como o “Contrato de Subscrição Tereos”.

A subscrição de ações feita pela Tereos está sujeita a uma condição suspensiva, exigindo que realizemos uma oferta pública no Brasil até e inclusive 31 de maio de 2006. Caso não seja possível realizar a referida oferta até esta data (ou data posterior mutuamente acordada), Tereos (e não Sucden) poderá optar por receber de volta a sua participação de 47,5% na FBA em troca da participação de 8,8% em nosso capital social por ela subscrito. Caso não seja possível a realização da referida oferta pública até e inclusive 31 de maio de 2006 (ou data posterior mutuamente acordada), Tereos e Sucden terão direito de usufruto sobre todas as ações anteriormente detidas no capital da FBA, incluindo o direito de receber dividendos relativos a sua participação anterior no capital social da FBA, bem como referente ao período compreendido entre 31 de maio de 2005 e 31 de maio de 2006. O Contrato de Subscrição Tereos também prevê que cada um dos dois principais executivos atuais da Tereos continuem titulares de uma ação da FBA e membros do Conselho de Administração da FBA até a realização da referida oferta pública. O Contrato de Subscrição Tereos foi submetido à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, a qual encontra-se pendente até a data deste Prospecto.

Em 31 de maio de 2005, celebramos, em conjunto com alguns de nossos Acionistas Controladores, um acordo de acionistas com Tereos e Sucden pelo qual Tereos tem o direito de nomear um membro de nosso Conselho de Administração enquanto possuir a mesma participação proporcional no capital da companhia que adquiriu através do Contrato de Subscrição Tereos, participação esta que deve ser considerada proporcionalmente em relação à participação total que os demais acionistas da Cosan mantiverem, considerados os efeitos de diluição da presente Oferta. Nossos Acionistas Controladores partes deste acordo concordaram em eleger o indicado da Tereos para o nosso Conselho de Administração. Caso seja possível consumir a oferta pública das ações ordinárias nos termos do Contrato de Subscrição Tereos, Tereos e Sucden não poderão vender nossas ações ordinárias subscritas nos termos do Contrato de Subscrição Tereos pelo prazo de dois anos a partir da data do acordo de acionistas.

IFC

Em 28 de junho de 2005, celebramos com o IFC um Contrato de Empréstimo no valor total de US\$70 milhões, dos quais US\$20,0 milhões poderão ser convertidos em ações de nossa emissão no contexto da presente oferta, através do exercício de uma opção de conversão outorgada ao IFC (“Opção de Conversão”). Na mesma data, o nosso Acionista Controlador Indireto, Da Barra, Amaralina, Cosan Portuária, Cosan Refinadora e Agrícola Ponte Alta celebraram com o IFC um Contrato de Garantia, através do qual prestaram garantia solidária a nós com relação às nossas obrigações assumidas no Contrato de Empréstimo.

Também em 28 de junho de 2005, celebramos, juntamente com nosso Acionista Controlador Indireto, Aguassanta, Costa Pinto S.A., Santa Bárbara, FBA, Da Barra, Cosan Refinadora e Cosan Portuária, o Contrato de Direito de Participação com a IFC, regendo determinadas questões relativas às nossas ações ordinárias, à participação da IFC em nosso capital tendo em vista o exercício da Opção de Conversão, ao capital de nossos acionistas controladores, bem como ao capital da Cosan Refinadora, da Cosan Portuária, da Da Barra e da FBA.

Os contratos de participação de direitos referem-se à Aguassanta, à Costa Pinto S.A. e à Santa Bárbara, na qualidade de nossos acionistas controladores. De acordo com o Contrato de Direito de Participação, e enquanto os Empréstimos da IFC permanecerem pendentes, (i) o nosso Acionista Controlador Indireto concordou em manter, direta ou indiretamente, não menos do que 51% de participação acionária em nosso capital total com direito a voto de alguns de nossos Acionistas Controladores (Aguassanta, Costa Pinto S.A. e Santa Bárbara), (ii) nossos Acionistas Controladores concordam em manter, direta ou indiretamente, não menos do que 51% de participação acionária de nosso capital total com direito a voto e (iii) a concordamos em manter, direta ou indiretamente, não menos do que 51% de participação acionária no capital total com direito a voto da Cosan Refinadora, Cosan Portuária e da Da Barra, e sujeito aos termos e às condições do Contrato de Subscrição Tereos, não menos do que 51% da participação acionária do capital total com direito a voto da FBA.

De acordo com o Contrato de Participação de Direitos, em vista do exercício pela IFC da sua opção de compra de ações ordinárias, nos termos do Contrato de Financiamento da IFC, nossos Acionistas Controladores outorgaram direitos de *tag along* à IFC de forma que se qualquer dos acionistas controladores receber uma oferta de terceiros para vender quaisquer de nossas ações que possuem, a IFC poderá participar proporcionalmente em tal venda nos mesmos termos e condições que nossos Acionistas Controladores. Além disso, de acordo com os termos do Contrato de Participação de Direitos, e enquanto a IFC continuar sendo nossa acionista, a IFC poderá vender as ações ordinárias que possui, no todo ou em parte, para nosso Acionista Controlador Indireto se (i) um inadimplemento tiver ocorrido e continuar ocorrendo com base no Contrato de Financiamento da IFC ou (ii) houver o cancelamento da negociação de nossas ações ordinárias em bolsa de valores.

Grupo Kuok

Em 22 de julho de 2005, celebramos, em conjunto com Costa Pinto S.A., Santa Bárbara, Aguassanta Participações e Belga, um acordo de acionistas com, Sucden, Lewington e Commonwealth, pelo qual Sucden, Lewington e Commonwealth terão o direito de nomear, em conjunto, um membro de nosso Conselho de Administração enquanto possuírem, somadas as respectivas participações, pelo menos dois terços da quantidade atual de ações por eles detidas (25.959.450 ações) e que sua participação, em conjunto, represente, pelo menos, 3,5% de nosso capital social.

Caso a oferta descrita neste Prospecto seja realizada até 31 de dezembro de 2006, Sucden, Lewington e Commonwealth estarão proibidas, até 31 de maio de 2007, de vender suas ações de nossa emissão. Se, por outro lado, a oferta pública não ocorra até a referida data, Sucden, Lewington e Commonwealth poderão vender suas ações a qualquer tempo após 31 de dezembro de 2006, conferindo, no entanto, direito de preferência às nossas acionistas Belga e Aguassanta Participações.

Acordos de Acionistas e outros Acordos envolvendo nossos Acionistas Controladores

Nosso Acionista Controlador Indireto é parte, juntamente com sua mãe, a Sra. Isaltina Ometto Silveira Mello, nossa acionista minoritária indireta, em acordos de acionistas, assim como em outros acordos contratuais que regem as *holdings* que detêm, direta ou indiretamente, nosso capital social. Nos termos desses acordos, celebrados em 1996 e 1997, é necessário o voto favorável da Sra. Ometto em certas mudanças no capital social dessas *holdings*, através das suas respectivas políticas de dividendos, capacidade de alienar ativos das *holdings* e de executar outras ações societárias que possam resultar na diluição de sua participação nessas *holdings*. Além disso, a Sra. Ometto tem direito de preferência em relação à venda de participações nessas *holdings* ou de participações detidas por essas *holdings*. Alguns desses direitos foram questionados no passado, os quais encontram-se atualmente equacionados.

Ademais, o contrato que rege a aquisição, por parte do nosso Acionista Controlador Indireto, da participação da Sra. Isaltina Ometto Silveira Mello na Nova Celisa, estabelece, como parte do pagamento do preço de compra das ações preferenciais da Nova Celisa, uma remuneração mensal que deve ser paga pelo nosso Acionista Controlador Indireto à sua mãe para cobrir despesas de subsistência, entre outras obrigações não-monetárias, sendo que caso o nosso Acionista Controlador Indireto esteja inadimplente quanto a tal pagamento, 2% das ações ordinárias por ele adquiridas e necessárias para o exercício do controle serão devolvidas à Sra. Ometto, o que efetivamente passaria o controle do Grupo Cosan para a Sra. Ometto. Até a presente data, os pagamentos previstos nesse acordo de acionistas têm sido devidamente realizados.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Realizamos operações com determinadas partes relacionadas, algumas das quais de caráter recorrente. As informações financeiras referentes a determinadas operações com partes relacionadas que consideramos mais significativas estão melhor detalhadas na Nota 8 das nossas Demonstrações Financeiras incluídas neste Prospecto. Apresentamos a seguir um resumo das operações com partes relacionadas que consideramos mais relevantes durante o exercício social de 2005 ou em aberto em 30 de abril de 2005.

Operações com Acionistas

Arrendamos, em condições de mercado, propriedades rurais de nossos acionistas e suas controladas para o plantio de cana-de-açúcar. Em 30 de abril de 2005, tínhamos arrendado aproximadamente 7.812 hectares de nossa acionista São Francisco e 1.203 hectares de nossa acionista Santa Bárbara. Esses contratos de arrendamento com nossos acionistas foram celebrados em condições e preços equivalentes aos de mercado. Nos termos destes contratos, pagaremos o valor equivalente ao preço de aproximadamente 16,4 toneladas de cana-de-açúcar por hectare agricultável. O preço a ser pago pela cana-de-açúcar é calculado de acordo com determinadas normas do CONSECANA.

Em julho de 2005, em função de uma reestruturação para otimizar ainda mais nossa estrutura societária e nos preparar para essa Oferta, toda nossa participação na Amaralina foi transferida para nossos acionistas. O único ativo fixo da Amaralina é 34.661 hectares de terra, dos quais 28.423 hectares são terras agrícolas utilizadas para o cultivo de cana-de-açúcar.

Em maio de 2005, antecipando a transferência de nossa participação na Amaralina, firmamos um contrato de longo prazo de arrendamento de propriedades rurais com a Amaralina. De acordo com esse contrato, temos o direito de utilizar as propriedades rurais da Amaralina para o cultivo de cana-de-açúcar. Em contrapartida ao uso da terra, pagaremos à Amaralina, de acordo com as condições de mercado, 16,4 toneladas de cana-de-açúcar por hectare agricultável das terras de propriedade da Amaralina que utilizamos em cada safra. O valor de mercado é baseado no preço da cana-de-açúcar estabelecido pelo CONSECANA, sujeito à restrição de que o valor de cada tonelada de cana-de-açúcar esteja baseado em 118.5844 kg do total de açúcar recuperável, ou ATR, por tonelada. O preço pago à Amaralina, nos termos deste contrato de arrendamento, somente estará sujeito à revisão caso o preço pago a terceiros, em contratos similares de arrendamento de propriedades rurais, for pelo menos 5% menor ou maior do que o preço pago à Amaralina. O prazo do contrato de arrendamento de terras com a Amaralina é de vinte anos (encerrando-se após a safra 2025/2026).

De acordo com os contratos de parceria para o processamento industrial de cana-de-açúcar, também processamos pequenos volumes de cana-de-açúcar para nossa acionista São Francisco e para a antiga controlada Ibaté S.A., bem como para nossas acionistas Costa Pinto S.A. e Santa Bárbara. Segundo esses contratos, essas acionistas têm o direito de adquirir 1,25 saco de 50 kg de açúcar bruto e 20 litros de álcool por tonelada de cana-de-açúcar processada, enquanto ficamos com o saldo restante ou aproximadamente 0,73 saco de 50 kg de açúcar bruto e 15 litros de álcool por tonelada de cana-de-açúcar. Essas transações são realizadas entre as partes em condições de mercado.

Operações Recorrentes com Controladas

Realizamos empréstimos com determinadas instituições financeiras e repassamos os valores emprestados, a taxas de mercado, às nossas controladas, principalmente a Da Barra e a FBA, na forma de adiantamento para futura entrega de açúcar. De acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, esses créditos com partes relacionadas são eliminados nas nossas Demonstrações Financeiras, com exceção dos recursos adiantados à FBA, consolidados proporcionalmente até o final do exercício social de 2005. Em 30 de abril de 2005, encontravam-se em aberto adiantamentos à FBA no montante de R\$45,4 milhões, sob os quais incidem juros de 10,61% ao ano acrescido da variação cambial do dólar. Além disso, em 30 de abril de 2005, tínhamos os seguintes saldos em aberto com as seguintes controladas: R\$163,9 milhões para a Da Barra (adiantamento para futura entrega de açúcar), sob os quais incidem juros de 1% ao mês mais variação do CDI até 31 de janeiro de 2005, e a partir dessa data, 81% da variação do CDI; e R\$29,1 milhões para a Cosan Portuária, sob os quais não há remuneração.

Operações Não-recorrentes com Controladas

Em 30 de abril de 2005, tínhamos em aberto uma dívida com a Amaralina no valor de R\$1,9 milhão, sobre a qual não incidem encargos. Tínhamos também um valor em aberto a pagar de R\$1,4 milhão devido à São Francisco.

Cosan Portuária

Em 1996, obtivemos uma concessão do governo brasileiro para explorar o desenvolvimento e a construção de um terminal de carregamento de açúcar no Porto de Santos, atualmente administrado por nossa controlada Cosan Portuária. As exportações de açúcar VHP são enviadas através do terminal de carregamento de açúcar operado pela Cosan Portuária a preços e de acordo com termos equivalentes aos firmados com terceiros.

Garantias entre Partes Relacionadas

Em função de nossa adesão ao PESA, entre 1998 e 2000, a Amaralina hipotecou terras em garantia na reestruturação de nossa dívida, e a Agrícola Ponte Alta e a Pedro Ometto S.A. hipotecaram terras em garantia na reestruturação da dívida da Da Barra. Veja seção "*Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Planos de Fontes e Utilização do Caixa - Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA*".

Em outubro de 2004, realizamos uma emissão de *Senior Notes* no valor total de US\$200,0 milhões, com vencimento em 1º de novembro de 2009. Esta operação contou com a garantia solidária da Da Barra e da FBA, esta última garantindo um valor limitado a 20% do valor total da respectiva dívida em aberto. Veja "*Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Endividamento*".

Em 28 de junho de 2005, o nosso Acionista Controlador Indireto, e as nossas controladas diretas e indiretas, Da Barra, Amaralina, Cosan Portuária, Cosan Refinadora e Agrícola Ponte Alta celebraram com o IFC um Contrato de Garantia, através do qual prestaram garantia solidária a nós com relação às nossas obrigações em um Contrato de Empréstimo celebrado com o IFC, no valor total de US\$70,0 milhões, na mesma data. Veja seção "*Atividades da Companhia – Contratos Relevantes – Empréstimo da IFC*".

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Apresentamos a seguir um resumo de determinadas disposições de nosso Estatuto Social, da Lei das Sociedades por Ações e das normas e regulamentos da CVM e do Novo Mercado consideradas mais relevantes. Essa descrição não pretende esgotar o assunto e caracteriza-se pela referência ao nosso Estatuto Social, à Lei das Sociedades por Ações e às regras e regulamentos da CVM e do Novo Mercado. No Brasil, o Estatuto Social é o principal documento que rege uma companhia. Tendo em vista que no dia útil imediatamente posterior à data de publicação do Anúncio de Início nossas ações ordinárias serão listadas no Novo Mercado, não existem ações preferenciais emitidas. Portanto, esta seção não se refere aos direitos estatutários conferidos aos detentores de ações preferenciais. Para cancelar nossa listagem no Novo Mercado, devemos realizar uma oferta pública de aquisição de ações. Vide “- Saída do Novo Mercado”.

Geral

Atualmente, somos uma sociedade por ações de capital fechado, constituída de acordo com as leis do Brasil. Em 29 de julho de 2005, protocolamos perante a CVM pedido de registro de companhia aberta. Após a concessão do registro de companhia aberta pela CVM, seremos uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com a legislação brasileira.

Capital Social

Em 30 de agosto de 2005, nosso capital social era de R\$300,0 milhões, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 44.131.065 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sendo o valor do capital social por ação equivalente a R\$6,80. Nosso Estatuto Social prevê um capital autorizado de R\$1,5 bilhão, de modo que, por deliberação do Conselho de Administração, nosso capital social poderá ser aumentado até esse limite independente de reforma estatutária, mediante emissão de ações ordinárias. Qualquer aumento de capital que exceda o limite do capital autorizado deve ser aprovado pelos acionistas em assembléia geral.

Histórico do Capital Social

Em 30 de abril de 2004, nosso capital social era de R\$236,6 milhões, dividido em 167.625.452 ações ordinárias e 97.280.436 ações preferenciais. Em 30 de abril de 2003, nosso capital social era de R\$232,1 milhões, dividido em 113.855.462 ações ordinárias e 97.280.436 ações preferenciais.

Em 13 de dezembro de 2004, em assembléia geral extraordinária, os acionistas aprovaram aumento de nosso capital social no valor de R\$64,1 milhões, com emissão de 20.938.016 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal. O aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado pela Santa Bárbara com propriedades rurais, sendo o valor para troca das ações avaliado a mercado.

Em 31 de janeiro de 2005, os acionistas, reunidos em assembléia geral extraordinária, aprovaram o aumento de nosso capital social para R\$301,0 milhões, através da emissão de 32.670.576 novas ações ordinárias, totalmente subscritas pela acionista Aguassanta e integralizadas com a participação detida no capital social da Nova Posa, Da Barra e Administração de Participação Aguassanta Ltda.

Em 15 de abril de 2005, os acionistas aprovaram, em assembléia geral extraordinária, um aumento de nosso capital social de R\$14,3 mil, através da emissão de 5.900 novas ações ordinárias. Na mesma assembléia extraordinária, foi aprovada a conversão de todas as ações preferenciais em ações ordinárias a razão de 1:1.

Em 31 de maio de 2005, nossos acionistas aprovaram, em assembléia geral, um aumento de capital por meio da emissão de novas ações ordinárias, nominativas, as quais foram subscritas pela Tereos e pela Sucden e integralizadas, mediante a conferência de ações representativas de 52,5% do capital social da FBA detidas pela Tereos e pela Sucden, que passaram a ter uma participação, em conjunto, de 9,8% em nosso capital social e nós passamos a ter uma participação de 99,9% no capital social da FBA.

Em 29 de julho de 2005, nossos acionistas aprovaram, em assembléia geral extraordinária, a cisão da Companhia, com a transferência de nossa participação na Amaralina (empresa proprietária de parte das terras utilizadas por nós para o cultivo de cana-de-açúcar) para nossos acionistas, o que causou uma redução em nosso capital social, de R\$376,8 milhões para R\$248,3 milhões.

Em 30 de agosto de 2005, realizamos uma assembléia geral extraordinária que aprovou, entre outros assuntos (i) a alteração do nosso Estatuto Social, de forma a adaptá-lo às regras do Novo Mercado; (ii) o grupamento das nossas ações ordinárias, à razão de 8:1, passando o nosso capital social a ser representado por 44.131.065 ações ordinárias; e (iii) a destinação de parte dos lucros acumulados, no valor de R\$51.719.761,52, para aumento de nosso capital social, sem a emissão de novas ações. Nosso Estatuto Social foi novamente alterado em 11 de outubro de 2005, conforme deliberado em Assembléia Geral de Acionistas. Em 11 de outubro de 2005, foi assinado um contrato com a BOVESPA para listagem das nossas Ações no Novo Mercado a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do Anúncio de Início.

Na data deste Prospecto, o nosso capital social é de R\$300 milhões, representado por 44.131.065 ações ordinárias.

Objeto Social

Nosso objeto social, definido no artigo 3º do nosso Estatuto Social, consiste:

- na importação, exportação, produção e comercialização de açúcar, álcool, cana-de-açúcar e demais derivados de tal produto agrícola;
- na distribuição de combustíveis em geral, e no comércio de produtos derivados do petróleo;
- na exploração de postos de abastecimento, na compra e venda de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo;
- nos serviços de logística, portuária e de assessoria técnica, administrativa e financeira;
- no transporte de toda espécie, de passageiros e cargas, inclusive navegação interior e de travessia fluvial e lacustre;
- na produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes de co-geração de energia elétrica;
- na exploração agrícola e pastoril em terras próprias ou de terceiros;
- na importação, exportação, manipulação, comercialização, industrialização, guarda, serviços de carga e descarga de fertilizantes e demais insumos agrícolas;
- na administração, por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral;
- na prestação de serviços técnicos relativos às atividades antes mencionadas; e
- na participação no capital de outras sociedades.

Direitos das Ações Ordinárias

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas assembléias gerais ordinárias e extraordinárias. De acordo com o contrato que firmamos com a BOVESPA em 11 de outubro de 2005 para a listagem de nossas ações no Novo Mercado, não podemos emitir ações sem direito a voto ou com direitos de voto restritos. Além disso, de acordo com o nosso Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações ordinárias direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações ordinárias, na proporção de suas participações no capital social. Veja “- *Dividendos e Política de Dividendos*” para uma descrição mais detalhada a respeito do pagamento de dividendos e outras distribuições com relação às nossas ações ordinárias. No caso de nossa liquidação, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção da sua participação no nosso capital social, após o pagamento de todas as nossas obrigações. Titulares de ações ordinárias têm o direito de subscrever e integralizar aumentos de capital, exceto em situações específicas previstas na Lei das Sociedades por Ações, conforme previsto em “- *Direito de Preferência*”, e não estão obrigados a subscrever futuros aumentos de nosso capital.

Assembléias Gerais

Nas assembléias gerais regularmente convocadas e instaladas nossos acionistas estão autorizados a decidir sobre todos os negócios relativos ao nosso objeto social e a tomar todas as deliberações que julgarem convenientes aos nossos interesses. Compete exclusivamente aos nossos acionistas aprovarem, na assembléia geral ordinária, as demonstrações financeiras, deliberarem sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior. Nossos conselheiros são em regra eleitos em assembléias gerais ordinárias, ainda que de acordo com a Lei das Sociedades por Ações eles possam ser eleitos em assembléia geral extraordinária. Membros do conselho fiscal, na hipótese em que a sua instalação tenha sido solicitada por número suficiente de acionistas, podem ser eleitos em qualquer assembléia geral.

Uma assembléia geral extraordinária pode ser realizada ao mesmo tempo que a assembléia geral ordinária. Compete aos nossos acionistas decidir, exclusivamente em assembléias gerais sobre as seguintes matérias, dentre outras:

- a reforma do nosso Estatuto Social;
- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal se instalado;
- atribuir bonificações em ações;
- decidir sobre eventuais desdobramentos de ações;
- aprovar programa de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados;
- tomar anualmente as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

- deliberar sobre a saída do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA;
- escolher a empresa especializada responsável pela determinação do nosso valor econômico para fins das ofertas públicas previstas no Estatuto Social, entre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração;
- a emissão de debêntures conversíveis e/ou com garantia real;
- a suspensão do exercício dos direitos de acionista que deixou de cumprir obrigação prevista em lei ou em nosso Estatuto Social;
- a avaliação de bens através dos quais um acionista pretende subscrever ações do nosso capital social;
- a nossa transformação em uma sociedade limitada ou qualquer outra forma prevista na legislação societária;
- a nossa fusão, incorporação em outra sociedade ou cisão;
- a nossa dissolução e liquidação, e a eleição e destituição dos liquidantes bem como a aprovação das contas por estes apresentadas; e
- a autorização para que nossos administradores confessem nossa falência ou peçam nossa recuperação judicial ou extrajudicial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso Estatuto Social nem tampouco deliberações adotadas por nossos acionistas em assembléias gerais podem despojar os acionistas dos seguintes direitos:

- o direito a participar na distribuição dos lucros;
- o direito a participar, na proporção da sua participação no nosso capital social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de nossa liquidação;
- o direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações descritas em “- *Direito de Preferência*”; e
- o direito a retirar-se de nossa Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito em “- *Direito de Retirada e Resgate*”.

Quorum

Como regra geral, a Lei das Sociedade por Ações prevê que a assembléia geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que detenham, pelo menos, 25% do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto. Caso os acionistas tenham sido convocados para deliberar sobre a reforma do nosso Estatuto Social, o quorum de instalação em primeira convocação será de pelo menos dois terços das ações com direito a voto e, em segunda convocação, poderá instalar-se com qualquer número de acionistas. De modo geral, a aprovação de acionistas que compareceram pessoalmente ou por meio de procurador a uma assembléia geral, e que representem no mínimo a maioria das ações ordinárias, é necessária para a aprovação de qualquer matéria, sendo que as abstenções não são levadas em conta para efeito deste cálculo. A aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto é necessária, todavia, para a adoção das seguintes matérias:

- a redução do dividendo obrigatório;
- a mudança do objeto;
- a fusão ou incorporação;
- a cisão;
- a participação em um grupo de sociedades;
- a cessação do estado de liquidação;
- a dissolução;
- a incorporação de nossas ações em outra sociedade, de modo a nos tornarmos uma subsidiária integral; e
- saída do Novo Mercado.

Enquanto estivermos no Novo Mercado, não poderemos emitir ações preferenciais e, para sair do Novo Mercado, deveremos realizar uma oferta pública. Veja “- Saída do Novo Mercado”.

Convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as nossas assembleias gerais sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo, veículo oficial do Governo do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação, atualmente o jornal “*Valor Econômico*” e o “*Jornal de Piracicaba*”, sendo a primeira, no mínimo, 15 dias antes da assembleia, em primeira convocação, e com oito dias de antecedência, em segunda convocação. A CVM poderá, todavia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para nossas assembleias gerais de acionistas seja feita em até 30 dias antes da realização da respectiva assembleia geral.

Local da Realização da Assembleia Geral

Nossas assembleias gerais são realizadas em nossa sede, na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo. A Lei das Sociedades por Ações permite que nossas assembleias gerais sejam realizadas fora de nossa sede, nas hipóteses de força maior, desde que elas sejam realizadas na Cidade de Piracicaba e a respectiva convocação contenha uma indicação expressa e inequívoca do local em que a assembleia geral deverá ocorrer.

Competência para Convocar Assembleias Gerais

Compete, ordinariamente, ao nosso Conselho de Administração convocar as assembleias gerais, ainda que as mesmas possa ser convocadas pelas seguintes pessoas ou órgãos:

- qualquer acionista, quando nossos administradores retardarem, por mais de 60 dias, a convocação contida em previsão legal ou estatutária;
- acionistas que representem cinco por cento, no mínimo, do nosso capital social, caso nossos administradores deixem de convocar, no prazo de oito dias, uma assembleia solicitada através de pedido que apresente as matérias a serem tratadas e esteja devidamente fundamentado;

- acionistas que representem cinco por cento, no mínimo, do nosso capital social quando nossos administradores não atenderem, no prazo de oito dias, um pedido de convocação de assembléia que tenha como finalidade a instalação do Conselho Fiscal;
- o conselho fiscal, caso nosso Conselho de Administração deixe de convocar a assembléia geral ordinária sendo que o conselho fiscal poderá também convocar uma assembléia geral extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes.

Legitimação e Representação

As pessoas presentes à assembléia geral deverão provar a sua qualidade de acionista e sua titularidade das ações com relação às quais pretendem exercer o direito de voto.

Nossos acionistas podem ser representados na assembléia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja nosso acionista, administrador ou advogado, ou ainda por uma instituição financeira. Fundos de investimentos devem ser representados pelo seu administrador.

Conselho de Administração

Eleição dos conselheiros

De acordo com o nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração será composto de, no mínimo sete e, no máximo, vinte membros. O número dos membros do Conselho de Administração será definido nas assembléias gerais de acionistas pelo voto majoritário dos titulares de nossas ações ordinárias. A Lei das Sociedades por Ações e os regulamentos da CVM permitem a adoção do processo de voto múltiplo para conselheiros, mediante requerimento por acionistas representando, no mínimo, 5% do capital social com direito a voto. A porcentagem mínima poderá variar entre 5% e 10%, dependendo do valor do capital social, conforme estabelecido pelos regulamentos da CVM. Em não sendo solicitada a adoção do voto múltiplo, os conselheiros são eleitos pelo voto majoritário de acionistas titulares de nossas ações ordinárias, presentes ou representados por procurador, sendo assegurado aos acionistas que detenham, individualmente ou em bloco, pelo menos 15% de nossas ações ordinárias, o direito de indicar, em votação em separado, um conselheiro. Nossos conselheiros são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em assembléia geral ordinária para um mandato de um ano.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser titular de, pelo menos, uma ação de nossa emissão. Nossos conselheiros não estão sujeitos à aposentadoria obrigatória por idade.

Operações de Interesse para os Conselheiros

A Lei das Sociedades por Ações proíbe os membros do conselho de administração de:

- fazer caridade usando os ativos corporativos em nosso detrimento, bem como obter qualquer empréstimo ou emprestar os nossos ativos, ou usar os nossos ativos, serviços ou créditos em benefício próprio ou beneficiar qualquer sociedade em que tenha interesse ou terceiros, sem a prévia autorização, por escrito, da assembléia geral ou do Conselho de Administração;
- graças à sua posição, receber qualquer tipo de vantagem pessoal, direta ou indireta, de terceiros sem a autorização do estatuto ou da assembléia geral;
- tomar parte em qualquer transação em que seus interesses entrem em conflito com os nossos interesses ou em decisões tomadas por outros conselheiros relacionadas ao assunto.

A remuneração dos conselheiros é determinada pelos acionistas.

Direito de Retirada e Resgate

Direito de Retirada

Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em assembléia geral poderá retirar-se da nossa Companhia mediante o reembolso do valor de suas ações com base no valor patrimonial de suas ações.

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, os direitos de retirada do acionista podem ser exercidos nas seguintes circunstâncias, entre outras:

- a nossa cisão (nas circunstâncias específicas descritas abaixo);
- a redução do nosso dividendo obrigatório;
- a mudança do nosso objeto social
- a nossa fusão ou incorporação (nas circunstâncias específicas descritas abaixo);
- nossa participação em um grupo de sociedades (como definido na Lei das Sociedades por Ações) (nas circunstâncias específicas descritas abaixo);
- a incorporação de nossas ações em outra sociedade, de modo a nos tornarmos uma subsidiária integral;
- mudança na nossa forma societária; ou
- aquisição do controle acionário de outra companhia por um preço que exceda certos limites permitidos pela lei.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece, ainda, que a nossa cisão ensejará direito de retirada nos casos em que ela ocasionar: (i) a mudança do nosso objeto social, exceto se o objeto social da sociedade resultante da cisão for idêntico ao nosso (da sociedade cindida); (ii) a redução do dividendo obrigatório a ser pago aos nossos acionistas; ou (iii) a nossa participação em um grupo de sociedades, conforme tal expressão é utilizada na Lei das Sociedades por Ações.

Nos casos de nossa fusão ou incorporação por outra companhia, ou participação em um grupo de sociedades (na forma definida na Lei das Sociedades por Ações), nossos acionistas não terão direito de retirada caso suas respectivas ações (i) tenham liquidez, ou seja, integrem o índice geral da BOVESPA ou outro índice de qualquer bolsa (conforme definido pela CVM) e (ii) tenham dispersão, de forma que o acionista controlador, a sociedade controladora ou outras sociedades sob controle comum detenham menos de 50% das ações da espécie ou classe objeto do direito de retirada.

O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contado da publicação da ata da Assembléia Geral que deu origem ao exercício de direito ao recesso. Adicionalmente, temos o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada nos 10 dias subseqüentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entendermos que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco nossa estabilidade financeira.

Como regra geral, no caso do exercício do direito de retirada, os acionistas terão direito a receber o valor patrimonial de suas ações, com base no último balanço aprovado pela Assembléia Geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar levantamento de balanço especial em data que obedeça ao prazo de 60 dias, para avaliação do valor de suas ações. Neste caso, devemos pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por nossos acionistas, e o saldo no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembléia Geral.

Resgate

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nossas ações ordinárias podem ser resgatadas mediante determinação dos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária, observado o disposto em referida lei.

Registro de Nossas Ações

Nossas ações são mantidas sob a forma escritural junto ao Banco Bradesco S.A. A transferência de ações é realizada por meio de um lançamento pelo Banco Bradesco S.A. em seus sistemas de registro a débito da conta de ações do alienante e a crédito da conta de ações do adquirente, mediante ordem por escrito do alienante ou mediante ordem ou autorização judicial.

Direto de Preferência

Exceto conforme descrito a seguir, os nossos acionistas têm direito de preferência na subscrição de ações em qualquer aumento de capital de acordo com a proporção de sua participação acionária, inclusive nas emissões de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição; mas na conversão desses títulos ou na outorga e no exercício de opções de compra de ações, não haverá direito de preferência. Em conformidade com a lei brasileira, será facultado prazo de, no mínimo, 30 dias contados da publicação do respectivo aviso aos acionistas para o exercício do direito de preferência. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, nossos acionistas poderão ceder seus direitos de preferência. A critério do nosso Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Restrições à Realização de Determinadas Operações pelos Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores

Os nossos Acionistas Controladores, conselheiros, diretores e membros do nosso conselho fiscal, se instalado, considerados pessoas com acesso a informações privilegiadas de acordo com os regulamentos dos títulos mobiliários brasileiros, não devem negociar títulos mobiliários, inclusive derivativos com base nos títulos mobiliários nas seguintes circunstâncias:

- anteriormente à divulgação ao público de qualquer ato ou fato relevante que diga respeito aos nossos negócios;
- na hipótese de nossa fusão, incorporação ou cisão de parte ou a totalidade de nossos ativos, transformação ou ainda nossa reorganização societária;
- durante o período de 15 dias anterior à divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou anuais;
- apenas com relação aos nossos Acionistas Controladores, conselheiros e diretores, em caso de aquisição ou venda das ações por nós, ou aquisição ou venda das ações pela companhia controladora ou coligada, ou outra companhia sob controle comum.

Restrições a Atividades Estranhas aos Interesses Sociais

Nosso Estatuto Social proíbe de estender ou outorgar qualquer financiamento ou garantia de qualquer tipo a terceiros relacionada a operações que estejam fora de nosso objeto social.

Arbitragem

Como parte da inclusão das nossas Ações no segmento de negociação do Novo Mercado, nós, os nossos Acionistas Controladores, a administração e os membros do conselho fiscal, devemos submeter à arbitragem quaisquer conflitos ou controvérsias relacionadas ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Segundo nosso Estatuto Social, quaisquer conflitos que envolvam a Companhia ou os nossos Acionistas Controladores, a administração e os membros do conselho fiscal em relação à aplicação das regras do Novo Mercado, da Lei das Sociedades por Ações, das leis e regulamentos editados pelas autoridades brasileiras, dos regulamentos da BOVESPA e outras regras aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, serão submetidos à arbitragem conduzida em conformidade com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BOVESPA.

Cancelamento do Registro de Companhia Aberta

O cancelamento do registro de companhia aberta só pode ocorrer caso o controlador ou a própria companhia realize uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, sendo observados os seguintes requisitos:

- o preço oferecido pelas ações na oferta pública deve ser o valor justo dessas ações, conforme definido abaixo e nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- os acionistas titulares de mais de dois terços das ações em circulação tenham concordado expressamente com a nossa decisão de cancelar o registro ou aceitado a oferta pública, sendo que, para tanto, considera-se ações em circulação apenas aquelas cujos titulares tiverem concordado expressamente com o cancelamento do registro ou se habilitado para o leilão de oferta pública.

A Lei das Sociedades por Ações define preço justo como sendo aquele apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das nossas ações no mercado ou com base em outro critério aceito pela CVM.

Segundo o Regulamento do Novo Mercado e os termos de nosso Estatuto Social, o preço mínimo das ações em oferta pública de aquisição de ações a ser efetuada para o cancelamento do registro de companhia aberta deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente, com experiência comprovada, que será escolhida pela assembléia geral a partir de uma lista triplíce apresentada por nosso Conselho de Administração, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria absoluta de votos das ações em circulação, não se computando os votos em branco.

É assegurada a revisão do valor da oferta, no caso de titulares de no mínimo 10% das ações em circulação no mercado requererem aos nossos administradores que convoquem assembléia especial dos acionistas para deliberar sobre a realização de nova avaliação pelo mesmo ou por outro critério, para efeito de determinação do nosso valor de avaliação. Tal requerimento deverá ser apresentado no prazo de 15 dias da divulgação do valor da oferta pública, devidamente fundamentado. Os acionistas que requisitarem a realização de nova avaliação, bem como aqueles que votarem a seu favor, deverão nos ressarcir pelos custos incorridos, caso o novo valor seja inferior ou igual ao valor inicial da oferta. No entanto, caso o valor apurado na segunda avaliação seja maior, a oferta pública deverá obrigatoriamente adotar esse maior valor.

Saída do Novo Mercado

Podemos, a qualquer momento, requerer o cancelamento da listagem das nossas ações no Novo Mercado, desde que tal deliberação seja aprovada em assembléia geral por acionistas que representem a maioria das ações com direito a voto, e desde que a BOVESPA seja informada por escrito com no mínimo 30 dias de antecedência.

Se decidirmos sair do Novo Mercado para que nossas ações sejam negociadas em outra bolsa, os Acionistas Controladores deverão realizar oferta pública de aquisição de ações, no prazo de 90 dias, pelo valor econômico apurado, mediante elaboração de laudo de avaliação por empresa especializada e independente, com experiência comprovada, que será escolhida pela assembléia geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria absoluta de votos das ações em circulação, não se computando os votos em branco.

Caso nossa saída do Novo Mercado ocorra em razão de cancelamento de registro de companhia aberta, os nossos Acionistas Controladores deverão seguir os demais requisitos aplicáveis ao cancelamento de registro.

O cancelamento da listagem das nossas ações no Novo Mercado não implica no cancelamento da negociação de nossas ações na BOVESPA.

Na hipótese da nossa saída do Novo Mercado ocorrer em razão de reorganização societária, na qual a companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, os nossos Acionistas Controladores deverão, no prazo de 120 dias a contar da data em que tiver sido realizada a assembléia geral aprovando a referida reorganização, efetuar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da companhia, pelo valor econômico das ações.

Caso o nosso controle seja alienado nos 12 meses subseqüentes à nossa saída do Novo Mercado, os Acionistas Controladores alienantes e o comprador deverão oferecer aos demais acionistas, em conjunto e solidariamente, a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelos Acionistas Controladores alienantes, devidamente atualizado.

Mediante o cancelamento da listagem dos valores mobiliários de nossa emissão no Novo Mercado, não poderemos solicitar a listagem de valores mobiliários de nossa emissão no Novo Mercado pelo período de dois anos subseqüentes ao cancelamento, a menos que ocorra uma mudança no nosso controle após o cancelamento.

Realização de Operações de Compra de Ações de nossa Própria Emissão

Nosso Estatuto Social autoriza nosso Conselho de Administração a aprovar a compra de ações de nossa própria emissão. A decisão de comprar ações de nossa própria emissão para manutenção em tesouraria ou para cancelamento não pode, entre outras coisas:

- resultar na redução do nosso capital social;
- fazer com que seja necessária a utilização de recursos maiores do que os lucros e as reservas cujas quantias possam ser distribuídas aos acionistas;
- criar, direta ou indiretamente, qualquer demanda, oferta ou condição do preço por ação artificial, ou utilizar-se de qualquer prática injusta, como consequência de uma ação ou omissão; ou
- ser utilizada para a compra de ações detidas por nossos Acionistas Controladores.

Não podemos manter em tesouraria mais do que 10% de nossas ações em circulação no mercado, incluindo as ações detidas por nossas controladas e coligadas.

- Qualquer compra de ações de nossa própria emissão deve ser realizada em bolsa, exceto se as ações somente estiverem admitidas à negociação em mercado de balcão, e não pode ser feita por meio de operações privadas exceto se previamente aprovada pela CVM. Podemos também comprar ações de nossa emissão na hipótese de deixarmos de ser uma companhia aberta. Adicionalmente, podemos comprar ou emitir opções de compra ou de venda relacionadas às ações de nossa emissão.

Divulgação de Informações

Tão logo nos tornemos uma companhia aberta, deveremos atender às exigências relativas à divulgação previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos normativos expedidos pela CVM. Ainda, em função de nossa listagem no Novo Mercado, deveremos também seguir as exigências relativas a divulgação contidas no Regulamento do Novo Mercado. Vide “*Negociação em Bolsa de Valores*”.

Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas

A Lei sobre Mercado de Valores Mobiliários estabelece que uma companhia aberta deve fornecer à CVM e à BOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Esta legislação prevê também a obrigação de arquivarmos junto à CVM de acordos de acionistas e avisos de convocação de assembleias gerais, bem como as atas destas assembleias entre outros documentos.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, devemos observar também os seguintes requisitos de divulgação:

- no máximo seis meses após a obtenção de autorização para negociar no Novo Mercado, devemos apresentar demonstrações financeiras consolidadas após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa que deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamento e investimentos;
- a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício após a obtenção de autorização para negociar nossos valores mobiliários no Novo Mercado devemos, no máximo 4 meses após o encerramento do exercício social: (i) divulgar demonstrações financeiras e demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, em reais ou dólares norte-americanos, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas que informem, inclusive, o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício, segundo os princípios contábeis utilizados no Brasil e a proposta de distribuição ou outra destinação do lucro líquido, e parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, em idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e as notas explicativas, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo as práticas contábeis utilizadas no Brasil e segundo U.S. GAAP ou IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes; e
- no máximo quinze dias após o prazo estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações para divulgação das informações trimestrais, devemos: (i) apresentar, na íntegra, as informações trimestrais traduzidas para o idioma inglês; ou (ii) apresentar as demonstrações financeiras e demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, acompanhadas de relatório dos auditores independentes.

Informações Trimestrais

Em suas informações trimestrais, além das informações exigidas pela legislação aplicável, uma companhia listada no Novo Mercado deve apresentar, também, após a obtenção de sua autorização para negociar no Novo Mercado, as seguintes informações: (i) balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado e notas explicativas aos acionistas, caso a companhia esteja obrigada a divulgar as demonstrações financeiras consolidadas ao final do exercício; (ii) informe da posição acionária de todo aquele que detiver mais do que 5% do capital social da companhia, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física; (iii) informe da quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia de que os acionistas controladores, os administradores e os membros do Conselho Fiscal sejam titulares, direta ou indiretamente; (iv) informe da evolução da participação dos Acionistas Controladores, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 meses imediatamente anteriores; (v) incluir a demonstração do fluxo de caixa nas notas explicativas; e (vi) informe da quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas.

As informações referentes aos itens (iii), (iv) e (vi) acima devem também ser incluídas no relatório anual.

Divulgação das Negociação por Parte dos Acionistas Controladores, Conselheiro, Diretor ou Membro do Conselho Fiscal

Nossos Acionistas Controladores, administradores e membros do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo devem informar a nós para que possamos divulgar à CVM e à BOVESPA o número e tipo de valores mobiliários de nossa emissão, de emissão de nossas controladas e companhias controladas, incluindo derivativos, que são detidos por eles ou por pessoas próximas ligadas a eles, bem como quaisquer mudanças nas suas respectivas posições mensais. As informações relativas às movimentações de tais valores mobiliários (como, por exemplo, quantia, preço e data de compra) devem ser fornecidas à CVM e à BOVESPA dentro do prazo de 10 dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorreram. Essas informações devem conter:

- nome e qualificação do comunicante;
- quantidade, preço, espécie e/ou classe, nos casos de ações movimentadas, ou características, no caso de outros valores mobiliários; e
- forma de movimentação (transação privada, transação feita na bolsa de valores, etc.).

Nos termos da Instrução CVM nº 358 de 3 de janeiro de 2002, se um acionista ou qualquer pessoa ou entidade, individualmente ou em um grupo de pessoas ou entidades que compartilham os mesmos interesses, aumentarem a sua participação em nosso capital social em mais de 5% das nossas ações emitidas e em circulação, tal pessoa ou entidade deverá nos fornecer, e à CVM e à BOVESPA, as seguintes informações:

- nome e qualificação do comunicante;
- quantidade, preço, espécie e/ou classe, nos casos de ações adquiridas, ou características, no caso de outros valores mobiliários;
- forma de aquisição (transação privada, transação feita na bolsa de valores, etc.);
- razões e objetivo da aquisição;
- informação sobre quaisquer acordos regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de nossa emissão;
- cotações médias dos valores mobiliários da espécie e/ou classe adquiridos, nos últimos 90 dias, no âmbito da BOVESPA.

Divulgação de Ato ou Fato Relevante

De acordo com a Lei sobre Mercado de Valores Mobiliários devemos informar à CVM e à BOVESPA a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante que diga respeito aos nossos negócios. Devemos também publicar um aviso sobre tal ato ou fato. Um ato ou fato é considerado relevante se influenciar o preço dos valores mobiliários de nossa emissão, a decisão de investidores de negociar os valores mobiliários de nossa emissão ou a decisão de investidores de exercer quaisquer direitos na qualidade de titulares de valores mobiliários de nossa emissão.

Em circunstâncias especiais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nossos administradores entenderem que a divulgação geraria prejuízos a nós.

Negociação em Bolsas de Valores

As nossas ações ordinárias serão negociadas na BOVESPA, no Novo Mercado, a partir do primeiro dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início. A BOVESPA é uma entidade sem fins lucrativos, de propriedade das corretoras que dela são membros. As negociações na BOVESPA são realizadas pelas suas corretoras. Para mais informações sobre a negociação na BOVESPA, vide a seção *"Informações sobre os Títulos e Valores Mobiliários Emitidos"*.

A CVM e a BOVESPA possuem autoridade para, discricionariamente, suspender as negociações das ações de emissão de uma companhia aberta específica em determinadas circunstâncias.

A liquidação das operações realizadas na BOVESPA ocorrem três dias úteis após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por intermédio de câmara de compensação independente. A câmara de compensação da BOVESPA é a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, ou CBLC. A CBLC é contraparte central garantidora das operações realizadas na BOVESPA, realizando a compensação multilateral tanto para as obrigações financeiras quanto para as movimentações de títulos. Segundo o Regulamento da CBLC, a liquidação financeira é realizada através do Sistema de Transferência de Reservas do Banco Central. A movimentação de títulos é realizada no sistema de custódia da CBLC. Tanto as entregas quanto os pagamentos têm caráter final e irrevogável.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

3. ANEXOS

- Estatuto Social Consolidado
- Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de outubro de 2005
- Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia iniciada em 8 de novembro de 2005 e encerrada em 16 de novembro de 2005
- Informações Anuais (IAN) – 30 de Abril de 2005 (apenas informações não incluídas nesse prospecto)

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF N.º 50.746.577/0001-15
NIRE 35300177045

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

ARTIGO 1º. A Cosan S.A. Indústria e Comércio é uma sociedade anônima, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único. Com a admissão da Companhia no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (o “Novo Mercado”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado (o “Regulamento do Novo Mercado”) da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“BOVESPA”).

ARTIGO 2º. A Companhia tem sede na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, no prédio administrativo Cosan, localizado no Bairro Costa Pinto s/nº, podendo abrir e manter filiais, sucursais, agências, escritório ou representantes em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

ARTIGO 3º. A Companhia tem por objeto social:

- (i) a importação, exportação, produção e comercialização de açúcar, álcool, cana-de-açúcar e demais derivados de tal produto agrícola;
- (ii) a distribuição de combustíveis em geral, e o comércio de produtos derivados do petróleo;
- (iii) a exploração de postos de abastecimento, a compra e venda de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo;
- (iv) os serviços de logística, portuária e de assessoria técnica, administrativa e financeira;
- (v) o transporte de toda espécie, de passageiros e cargas, inclusive navegação interior e de travessia fluvial e lacustre;
- (vi) a produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes de co-geração de energia elétrica;
- (vii) a exploração agrícola e pastoril em terras próprias ou de terceiros;
- (viii) a importação, exportação, manipulação, comercialização, industrialização, guarda, serviços de carga e descarga de fertilizantes e demais insumos agrícolas;
- (ix) a administração, por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral;
- (x) a prestação de serviços técnicos relativos às atividades antes mencionadas; e
- (xi) a participação no capital de outras sociedades.

§1.º As atividades de seu objeto social podem ser realizadas no País ou no exterior, quer diretamente, quer através de subsidiárias, ou por intermédio de participação no capital de outras sociedades.

ARTIGO 4.º. A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 5.º O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), sendo dividido em 44.131.065 (quarenta e quatro milhões, cento e trinta e uma mil e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§1º Cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

§2º Todas as ações da Companhia são mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição depositária autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

§3º A instituição depositária pode cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.

§4º A Companhia não pode emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

§5º Salvo conforme disposto no §1º do Artigo 6º, os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, que pode ser exercido no prazo legal de 30 (trinta) dias para o exercício desse direito.

ARTIGO 6.º. O capital social da Companhia pode ser aumentado para até R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que tem competência para fixar o número de ações a serem emitidas, para distribuição no País ou no exterior, sob a forma pública ou privada, o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado, bem como deliberar sobre o exercício do direito de preferência, observadas as normas legais e estatutárias, em especial o disposto no art. 172 da Lei 6.404/76.

§1º. A Companhia pode emitir ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição sem que os antigos acionistas tenham direito de preferência, ou com redução do prazo para o exercício do direito de preferência previsto no art. 171, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 6.404/76”), desde que a colocação desses valores mobiliários seja feita mediante (a) venda em bolsa ou por meio de subscrição pública ou (b) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle.

§2º. Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano que seja aprovado pela Assembléia Geral, a Companhia pode outorgar opção de compra de ações de sua emissão a administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

CAPÍTULO III
ASSEMBLÉIA GERAL DE AÇIONISTAS

ARTIGO 7º. A Assembléia Geral que for convocada e instalada de acordo com a legislação aplicável e as disposições deste Estatuto Social tem poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar todas as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

ARTIGO 8º. A Assembléia Geral deve reunir-se (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Artigo 131 da Lei nº 6.404/76 e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia o exigirem, observadas as previsões estatutárias e legais.

ARTIGO 9º. A Assembléia Geral deve ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou ainda, na ausência ou impedimento de ambos, por 2 (dois) conselheiros em conjunto. A Assembléia Geral também poderá ser convocada pelas pessoas mencionadas no parágrafo único do Artigo 123 da Lei nº 6.404/76, nas hipóteses ali mencionadas. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembléia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará além do local, data e hora da assembléia, a ordem do dia. Caso a Assembléia Geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

ARTIGO 10. Para tomar parte e votar na Assembléia Geral, o acionista deve provar a sua qualidade como tal, apresentando, com até 02 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembléia Geral, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária, por original ou cópia enviada por fac-símile. Os acionistas representados por procuradores deverão exhibir as procurações até o mesmo momento e, pelo mesmo meio referido neste Artigo. Os originais dos documentos referidos neste Artigo, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva Assembléia Geral.

ARTIGO 11. A Assembléia Geral deve ser instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração (ou por quem este indicar), que deve indicar o secretário da reunião. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembléia Geral deve ser instalada e presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. Na ausência do Vice-Presidente do Conselho de Administração, a Assembléia Geral deve ser instalada e presidida por qualquer outro conselheiro ou diretor que vier a ser indicado pela maioria dos votos dos acionistas presentes à Assembléia Geral ou representados por procuração, o qual deve indicar o secretário da reunião.

ARTIGO 12. Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, é da competência da Assembléia Geral:

- (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e, se instalado, do Conselho Fiscal;
- (ii) fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal se instalado;
- (iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- (iv) deliberar sobre a solicitação de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de auto-falência pela Companhia e/ou decisão sobre a forma de exercício do seu direito de voto em assembléias gerais de suas sociedades controladas (“Controladas”) que trate de solicitação de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de auto-falência pelas Controladas;

- (v) deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia e/ou decisão sobre a forma de exercício do seu direito de voto em assembleias gerais de suas Controladas que trate de dissolução ou liquidação das Controladas;
- (vi) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (vii) a modificação do objeto social e/ou quaisquer alterações deste Estatuto Social;
- (viii) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (ix) deliberar sobre a saída do Novo Mercado da BOVESPA; e
- (x) a escolha de empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia para fins das ofertas públicas previstas nos Capítulos IX e X deste Estatuto Social, dentre as empresas apontadas pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 13. A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria na forma da lei e deste Estatuto Social. Os conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral e os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 14. A posse dos administradores é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado, e os administradores deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à BOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

ARTIGO 15. A fixação da remuneração dos administradores é de competência da Assembleia Geral, de forma individual ou global. Nesse último caso, cabe ao Conselho de Administração a alocação da remuneração entre os conselheiros e os diretores.

SEÇÃO II
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 16. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 20 (vinte) membros efetivos, todos acionistas. Em cada Assembleia Geral Ordinária, os acionistas devem deliberar o número de conselheiros efetivos a serem eleitos em tal assembleia. O Conselho de Administração tem um Presidente e um Vice-Presidente, que são nomeados pela Assembleia Geral.

ARTIGO 17. O mandato dos conselheiros é unificado, de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

§1.º Adicionalmente ao disposto no Artigo 14, os conselheiros são investidos nos seus cargos mediante a assinatura do termo lavrado em livro próprio, sendo dispensada qualquer garantia de gestão.

§2.º Os conselheiros deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

ARTIGO 18. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente, suas funções devem ser exercidas pelo Vice-Presidente. Na ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente, suas funções devem ser exercidas pelo conselheiro efetivo indicado pelos demais conselheiros para assumir tais funções. No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer outro conselheiro, suas funções devem ser exercidas por outro conselheiro a quem tenha outorgado poderes para tanto, ou, não tendo havido tal outorga, pelo conselheiro efetivo indicado pelos demais conselheiros para assumir tais funções.

Parágrafo único. No caso de vacância de qualquer cargo de conselheiro, o Presidente, ou quem o estiver substituindo, nomeará o substituto, que servirá até a realização da Assembléia Geral, na qual um novo membro deve ser eleito e cujo mandato deve vigorar até o fim do mandato unificado dos demais conselheiros. No caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente, será convocada, pelos conselheiros remanescentes, assembléia geral para eleição de seus substitutos. Para os fins deste Artigo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 3 (três) reuniões consecutivas.

ARTIGO 19. O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente ou por deliberação da maioria dos seus membros ou, ainda, por solicitação da Diretoria. Para ser válida, a convocação deve ser feita com antecedência mínima de 8 (oito) dias, devendo indicar a data e o horário da reunião e os assuntos que constam da ordem do dia

§1.º É dispensada a convocação se estiverem presentes na reunião todos os conselheiros.

§2.º Os conselheiros poderão ser convocados mediante envio de carta com aviso de recebimento, fac-símile ou mensagem eletrônica.

ARTIGO 20. As reuniões do Conselho de Administração são presididas pelo seu Presidente ou, na sua ausência, pelo seu Vice-Presidente (ou, na ausência deste, por outro membro nomeado pela maioria dos votos dos demais conselheiros). As reuniões são instaladas com a presença da maioria de seus membros efetivos. Nas reuniões, o conselheiro pode ser representado por outro conselheiro a quem tenha outorgado poderes para tanto e poderá enviar seu voto por escrito, inclusive por fac-símile.

§1.º As reuniões do Conselho de Administração devem ser realizadas na sede da Companhia ou em outro local a ser informado pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na ausência deste, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou, na ausência deste, pela maioria dos membros do Conselho de Administração, com a mesma antecedência requerida para a convocação das reuniões do Conselho de Administração.

§2.º Excepcionalmente, os conselheiros poderão participar das reuniões por conferência telefônica ou vídeo-conferência, desde que tal possibilidade tenha sido indicada no anúncio da respectiva convocação. Neste caso, a ata deve ser transmitida por fac-símile ao conselheiro que assim participar, a qual deve ser retransmitida à Companhia após assinada por tal conselheiro.

ARTIGO 21. Cada conselheiro tem direito a 1 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração, seja pessoalmente ou representado por um de seus pares, mediante apresentação de procuração específica para a reunião em pauta, incluindo o voto de membro do Conselho ausente e sua respectiva justificativa. Serão considerados válidos os votos dos membros do Conselho de Administração que tenham sido enviados por escrito, antes da reunião do Conselho de Administração. As deliberações da reunião serão válidas se contarem com o voto favorável da maioria dos conselheiros presentes à reunião. As deliberações devem ser lavradas em atas e registradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e, sempre que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos devem ser arquivados no registro do comércio competente e serem publicados.

ARTIGO 22. Compete ao Conselho de Administração:

- (i) eleger e destituir os diretores e fixar suas atribuições, incluindo o Diretor de Relações com Investidores;
- (ii) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de qualquer de suas Controladas;
- (iii) aprovar os planos de trabalho e orçamentos anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Companhia e de suas Controladas, incluindo aquisições, bem como acompanhar a sua execução;
- (iv) fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia e de suas Controladas, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- (v) convocar Assembléia Geral, nos termos do Artigo 9º acima, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste Estatuto Social;
- (vi) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;
- (vii) deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado;
- (viii) autorizar a aquisição pela Companhia de ações de emissão da Companhia (a) para manutenção em tesouraria, cancelamento e/ou posterior alienação; ou (b) por doação;
- (ix) autorizar as operações de resgate, reembolso ou amortização de ações de emissão da Companhia previstas em lei;
- (x) autorizar a compra de ações de emissão da Companhia, quando, resolvida a redução do capital mediante restituição, em dinheiro, de parte do valor das ações o preço destas em bolsa for inferior ou igual à importância que deve ser restituída;
- (xi) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, e de notas promissórias para distribuição pública nos termos da Instrução CVM 134;
- (xii) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia;
- (xiii) autorizar a captação de empréstimos ou financiamentos em valor agregado superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), exceto operações de refinanciamento, prorrogação ou alteração de operações de captação de empréstimos ou financiamentos anteriormente contratadas pela Companhia, cuja competência será da própria Diretoria;
- (xiv) autorizar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia ou de qualquer de suas Controladas, em valor agregado superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para cada exercício social;
- (xv) autorizar a prestação de garantias reais ou pessoais de qualquer natureza pela Companhia ou de qualquer de suas Controladas a obrigações de terceiros em valor agregado superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para cada exercício social;

- (xvi) autorizar a realização de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia ou de qualquer de suas Controladas em valor agregado superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para cada exercício social;
- (xvii) fixar as condições gerais e autorizar a celebração de contratos pela Companhia ou por qualquer de suas Controladas em valor agregado superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para cada exercício social;
- (xviii) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresentar para sua deliberação ou a serem submetidos à Assembléia Geral;
- (xix) deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e de qualquer de suas Controladas;
- (xx) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas Controladas que não estejam na esfera de competência privativa da Assembléia Geral;
- (xxi) deliberar sobre qualquer negócio entre, de um lado a Companhia (ou qualquer de suas Controladas) e, de outro lado, quaisquer de seus acionistas controladores, diretos ou indiretos;
- (xxii) propor à deliberação da Assembléia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício;
- (xxiii) declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital próprio nos termos da Lei nº 6.404/76 e da legislação aplicável;
- (xxiv) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação do laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado;
- (xxv) aprovar a contratação de instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais; e
- (xxvi) estabelecer remuneração variável aos administradores.

SEÇÃO III
DIRETORIA

ARTIGO 23. A administração corrente da Companhia cabe à Diretoria, tendo os diretores plenos poderes para gerir os seus negócios sociais, de acordo com suas atribuições e sujeito às disposições estabelecidas na lei e neste Estatuto Social.

Parágrafo único. Sem prejuízo ao disposto no caput deste artigo 23, cabe à Diretoria: (i) deliberar sobre todas as matérias que não forem de competência privativa da Assembléia Geral ou de competência do Conselho de Administração; (ii) admitir e demitir empregados, fixar os níveis de remuneração do pessoal, criar e extinguir cargos; (iii) elaborar os planos de investimento e os orçamentos de operação; (iv) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir e alienar bens móveis e imóveis, conceder avais, fianças ou outras garantias, observando o disposto no artigo 27 abaixo; (v) levantar balanços semestrais ou intermediários, quando indicado; (vi) elaborar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício; e (vii) deliberar sobre a abertura e manutenção de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representantes da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

ARTIGO 24. A Diretoria é composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros efetivos, residentes no Brasil, acionistas ou não, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente Geral, um Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor Vice-Presidente Administrativo, um Diretor Vice-Presidente Comercial, um Diretor Vice-Presidente Industrial e um Diretor Vice-Presidente Agrícola, podendo qualquer diretor acumular mais de um cargo.

Parágrafo único. Compete privativamente:

(i) ao Diretor Presidente: (a) executar e fazer executar as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração; (b) determinar e promover a execução e implementação das políticas, estratégias, orçamentos, projetos de investimentos e demais condições do plano de negócios da Companhia; (c) coordenar as atividades dos demais diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (d) presidir as reuniões de Diretoria; e (e) manter permanente coordenação da atuação dos demais diretores, traçando as diretrizes empresárias, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Companhia;

(ii) ao Diretor Vice-Presidente Geral: organizar, controlar, coordenar e supervisionar os assuntos de caráter agrícola, industrial, comercial, logístico, administrativo, financeiro e jurídico, em seus aspectos operacionais, institucionais e estratégicos;

(iii) ao Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores: (a) planejar, implementar e coordenar a política financeira da Companhia; (b) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com o mercado de capitais, representar a sociedade perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, as Bolsas de Valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; (c) fazer aplicações dos recursos financeiros da Companhia e propor a captação dos recursos necessários ao desenvolvimento regular da Companhia; (d) organizar e controlar a contabilidade, as contas a pagar e receber; e (e) elaborar, organizar e controlar o orçamento financeiro da Companhia;

(iv) ao Diretor Vice-Presidente Administrativo: elaborar, organizar e controlar as atividades relativas a suprimentos, recursos humanos, jurídico, controladoria, ativo imobilizado, sistemas e processamento de dados, além de organizar, elaborar e controlar o orçamento econômico da Companhia;

(v) ao Diretor Vice-Presidente Comercial: (a) planejar, executar e administrar as atividades comerciais da Companhia, inclusive as atividades relacionadas à comercialização dos produtos de fabricação da Companhia, no mercado interno ou externo; (b) estabelecer diretrizes de mix de produtos e correspondentes canais de comercialização nos mercados externo e interno; (c) participar no estabelecimento das diretrizes de logística de distribuição dos produtos da Companhia; (d) representar a Companhia junto a instituições de mercado no Brasil ou no exterior; e (e) participar no estabelecimento e administração das diretrizes e políticas de hedge dos preços dos produtos da Companhia.

(vi) ao Diretor Vice-Presidente Industrial: (a) planejar e executar as atividades industriais da Companhia; (b) zelar pela produção anual em quantidade e qualidade em função das necessidades comerciais, disponibilidade agrícola de cana e capacidade industrial; (c) avaliar e priorizar os investimentos industriais, segundo as diretrizes de investimento da Companhia, incluindo investimentos em tecnologia de processos, produtividade, energia e meio-ambiente; (d) desenvolver diretrizes e programas de pesquisa e desenvolvimento da Companhia; (e) elaborar, executar e controlar o orçamento industrial em harmonia com o orçamento geral da Companhia; e (f) representar a Companhia junto a órgãos de classe e instituições de tecnologia no Brasil ou no exterior.

(vii) ao Diretor Vice-Presidente Agrícola: (a) planejar e executar as atividades agrícolas da Companhia; (b) planejar e executar sistema de gestão agrícola com vistas a fundação e manutenção de áreas para produção de cana-de-açúcar; (c) elaborar e executar plano de produção agrícola e colheita visando suprir as necessidades industriais da Companhia através de cana própria ou adquirida junto a terceiros, conforme orçamento geral; (d) pesquisar, desenvolver e monitorar experimentos agrícolas relativos a cana, fertilizantes e defensivos agrícolas com a finalidade de melhorar os resultados da Companhia, bem como aumentar o teor de açúcar da cana; (e) avaliar e priorizar propostas de investimentos relacionados a terras, máquinas, implementos e novas tecnologias agrícolas; e (f) representar a Companhia em simpósios e encontros relacionados ao setor no que diz respeito a atividade agrícola;

ARTIGO 25. O mandato dos diretores é de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Adicionalmente ao disposto no Artigo 14, os diretores são investidos nos seus cargos mediante a assinatura do termo lavrado em livro próprio, sendo dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo único. Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma deliberar o Conselho de Administração.

ARTIGO 26. No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, o Conselho de Administração indicará o substituto interino de tal Diretor temporariamente ausente.

Parágrafo único. No caso de vacância de qualquer cargo de diretor, um novo membro deve ser eleito pela próxima reunião do Conselho de Administração, que deve ocorrer no máximo 30 (trinta) dias após tal vacância. Para os fins deste artigo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

ARTIGO 27. A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, deve ser exercida por:

(i) 2 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente: (a) nas assembleias gerais de acionistas e reuniões de quotistas de sociedades das quais a Companhia seja ou venha a ser acionista ou quotista; e (b) nos atos ou operações que criem obrigações para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigações para com a Companhia, envolvendo valor agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e inferior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);

(ii) 2 (dois) diretores em conjunto, nos atos ou operações que criem obrigações para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigações para com a Companhia, envolvendo valor agregado inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais); e

(iii) 2 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente Geral, mediante prévia autorização do Conselho de Administração: nos atos ou operações que criem obrigações para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigações para com a Companhia, envolvendo valor agregado superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), nos termos do Artigo 22 deste Estatuto Social;

(iv) quaisquer dois Diretores, em conjunto, nos demais atos ou operações; e

(v) procurador nomeado pela Companhia com poderes especiais e específicos, nos atos ou operações especificados nos respectivos instrumentos de mandato, observados os limites e condições neles contidos.

§1.º As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas por 2 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente, e devem conter poderes específicos e prazo de vigência determinado, entendendo-se como tal as procurações cuja vigência tem seu término expressamente vinculado à prática do ato ou operação para as quais são especificamente outorgadas.

§2.º Sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro deste artigo 27, as procurações para fins judiciais, salvo revogação expressa, são outorgadas pela Companhia pelo tempo de duração dos processos nelas especificados.

ARTIGO 28. A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada por qualquer dos diretores. As atas das reuniões devem ser lavradas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. A presença da maioria dos diretores constitui quorum para a instalação das reuniões. Cada diretor tem direito a 1 (um) voto nas reuniões. As deliberações da diretoria serão válidas se contarem com o voto favorável da maioria dos diretores presentes. Caso haja empate, caberá ao Diretor Presidente, ou, na ausência deste, ao Diretor Vice-Presidente Geral, o voto de qualidade.

ARTIGO 29. São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, os atos praticados por conselheiros, diretores, procuradores ou funcionários, em negócios estranhos ao objeto social, neles incluídos a prestação de fiança, aval, endosso ou quaisquer garantias não relacionadas ao objeto social ou contrários ao disposto neste Estatuto Social.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

ARTIGO 30. O Conselho Fiscal da Companhia, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, é composto de 3 (três) membros titulares e suplentes de igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral, dentre pessoas residentes no País, desde que preencham os requisitos legais para o cargo.

§1º. O Conselho Fiscal funciona de maneira não permanente, instalando-se, apenas, quando assim decidir a Assembléia Geral, obedecidas sempre as disposições previstas em lei e no presente Estatuto Social.

§2º. Os membros eleitos para compor o Conselho Fiscal, quando instalado, deverão subscrever o Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VI
EXERCÍCIO SOCIAL, DISTRIBUIÇÕES E RESERVAS

ARTIGO 31. O exercício social da Companhia começa em 1º de maio e termina em 30 de abril de cada ano. Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral.

ARTIGO 32. O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei;
- (ii) o necessário, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76; e
- (iii) o valor necessário para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, que será de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

§1º. O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste Artigo, terá a destinação determinada pela Assembléia Geral de acionistas com base na proposta da administração, conforme o disposto nos Artigos 176, parágrafo 3º e 196 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as disposições contidas no Artigo 134, parágrafo 4º da referida Lei. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembléia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas.

ARTIGO 33. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório de que trata o artigo 32 acima, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos.

ARTIGO 34. A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o artigo 32 acima.

§1º. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode, até os limites legais, declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou intermediário.

§2º. Os dividendos não vencem juros e se não reclamados por qualquer acionista no prazo de 3 (três) anos da data da deliberação de sua distribuição reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VIII
ALIENAÇÃO DE CONTROLE

ARTIGO 35. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, a alienação de ações de emissão da Companhia que assegurem a um terceiro, ou a um grupo de terceiros sujeitos a controle comum ou vinculados por acordo de voto ou ainda representando o mesmo interesse, o poder efetivo de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, direta ou indiretamente, de fato ou de direito ("Poder de Controle"), tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a formular, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, detidas pelos demais acionistas ("OPA"), de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do alienante.

ARTIGO 36. A OPA referida no artigo anterior também deverá ser realizada:

- (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do Poder de Controle da Companhia; e
- (ii) em caso de alienação do Poder de Controle do(s) acionista(s) controlador(es) da Companhia, sendo que, nesse caso, o ofertante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

ARTIGO 37. Ainda nos termos do Regulamento do Novo Mercado, aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o Poder de Controle acionário, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o(s) acionista(s) controlador(es), envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (i) formular a OPA referida no artigo 35 deste Estatuto Social; e
- (ii) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da transferência das ações representativas do controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago pelas ações representativas do controle e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento.

ARTIGO 38. A Companhia não registrará qualquer transferência de ações:

I - para o(s) acionista(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) acionista(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência ao Regulamento do Novo Mercado, bem como o Termo de Anuência ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado;

II - para o nome de acionista que se tornar titular de 5% ou mais das ações representativas do capital da Companhia enquanto esse acionista não subscrever o Termo de Anuência ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, dispensada a subscrição do referido termo quando a detenção das ações decorrer de participação do acionista em processo de distribuição pública ou de negociação em bolsa de valores.

Parágrafo único. Da mesma forma, nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscreto os Termos de Anuência referidos no inciso I desse artigo.

CAPÍTULO IX
CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

ARTIGO 39. Sem prejuízo das disposições legais e regulamentares, o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia será precedido por oferta pública de aquisição de ações, a ser formulada pelo(s) acionista(s) controlador(es) (“Ofertante”) tendo como preço mínimo, obrigatoriamente, o valor econômico apurado em laudo de avaliação mediante utilização de metodologia reconhecida pela CVM ou com base em critérios que venham a ser definidos por esta.

ARTIGO 40. O laudo de avaliação será elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os requisitos do parágrafo primeiro do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo sexto do mesmo artigo.

§1º. A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da assembléia geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria absoluta de votos das Ações em Circulação, não se computando os votos em branco.

§2º. Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão arcados pelo Ofertante.

ARTIGO 41. Caso o laudo de avaliação referido no artigo 40 não esteja pronto até a Assembléia Geral convocada para deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta, o Ofertante deverá informar nessa assembléia o valor por ação ou lote de cem ações pelo qual formulará a oferta pública. A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado na assembléia geral referida neste artigo. Se o valor econômico das ações, apurado na forma dos artigos 39 e 40, for superior ao valor informado pelo Ofertante, a deliberação referida neste artigo ficará automaticamente cancelada, devendo ser dada ampla divulgação desse fato ao mercado, exceto se o Ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico apurado.

CAPÍTULO X
SAÍDA DO NOVO MERCADO

ARTIGO 42. A saída da Companhia do Novo Mercado será aprovada em Assembléia Geral por acionistas representando no mínimo mais da metade do capital social da Companhia, devendo a deliberação especificar se a saída ocorre em razão do cancelamento de registro de companhia aberta ou porque os valores mobiliários por ela emitidos passarão a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, e deverá ser comunicada à BOVESPA por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias.

§1º. Caso a saída da Companhia do Novo Mercado ocorra para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para a negociação fora do Novo Mercado, o acionista controlador ou grupo de acionistas controladores deverão concretizar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia (i) no prazo de 90 (noventa) dias, pelo valor econômico apurado na forma do Capítulo IX deste Estatuto, de forma que suas ações sejam registradas para negociação fora do Novo Mercado ou (ii) no prazo de 120 (cento e vinte) dias contado da Assembléia Geral que aprovar a operação de reorganização societária na qual as ações da Companhia dela resultante não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado.

ARTIGO 43. A alienação do controle da Companhia que ocorrer nos 12 (doze) meses subseqüentes à sua saída do Novo Mercado obrigará o acionista alienante que detiver controle da Companhia, conjunta e solidariamente com o adquirente, a oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas por tal acionista alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado na forma da legislação em vigor, observando-se as mesmas regras aplicáveis às alienações de controle previstas no Capítulo VIII deste Estatuto.

§1º. Se o preço obtido por tal acionista alienante na alienação a que se refere o caput deste artigo for superior ao valor das ofertas públicas realizadas de acordo com as demais disposições previstas neste Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado, devidamente atualizado na forma da legislação em vigor, conjunta e solidariamente tal acionista e o adquirente ficarão obrigados a pagar a diferença de valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública, nas mesmas condições previstas no caput deste artigo.

§2º. A Companhia e tal acionista alienante ficam obrigados a averbar no Livro de Registro de Ações da Companhia, em relação às ações de propriedade de tal acionista, ônus que obrigue o comprador daquelas ações a estender aos demais acionistas da Companhia, preço e condições de pagamento idênticos aos que forem pagos a tal acionista, em caso de alienação, na forma prevista no caput e no parágrafo primeiro deste artigo.

CAPÍTULO XI DA LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 44. A Companhia não pode dissolver-se ou entrar em liquidação, salvo nos casos previstos em lei, competindo à Assembléia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger, além do(s) liquidante(s), os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração.

CAPÍTULO XII ARBITRAGEM

ARTIGO 45. As disputas ou controvérsias relacionadas ao Regulamento do Novo Mercado, a este Estatuto Social, aos Acordos de Acionistas, às disposições da Lei nº 6.404/76, às normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, aos regulamentos da BOVESPA e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, ou delas decorrentes, serão resolvidas por meio de arbitragem conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BOVESPA, de conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 46. Os direitos e obrigações previstos no artigo 14 e parágrafo segundo do artigo 30 e nos Capítulos VIII, IX, X e XII acima somente serão eficazes a partir da data em que a Companhia publicar o Anúncio de Início da Distribuição Pública de Ações, referente à primeira oferta de distribuição pública de ações de emissão da Companhia a ser realizada por seus acionistas após a obtenção pela Companhia do respectivo registro de companhia aberta perante a CVM.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

C.N.P.J. No. 50.746.577/0001-15

N.I.R.E. 35.300.177.045

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,
REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2005

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL DA REUNIÃO: Realizada aos 13 (treze) dias do mês de Outubro de 2005, às 10:00 da manhã, no escritório administrativo da Companhia, na cidade de São Paulo, SP, à Avenida Juscelino Kubitschek, 1726, 6º andar. 2. PRESENCAS: presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO – Presidente do Conselho de Administração; PEDRO ISAMU MIZUTANI, Vice Presidente do Conselho de Administração; ALÉXIS DUVAL, Conselheiro; BURKHARD CORDES, Conselheiro; HÉLIO NICOLETTI, Conselheiro; MARCUS V. PRATINI DE MORAES (p/p Rubens Ometto Silveira Mello), Conselheiro; MARCELO PORTELA, Conselheiro; RAUL COURY, Conselheiro; SERGE VARSANO (p/p Rubens Ometto Silveira Mello) Conselheiro; TEO JOO KIM (p/p Hélio Nicoletti), e PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA DINIZ, Conselheiro; em razão de que fica dispensada a exigência de convocação, nos termos do artigo 19, § 1º do Estatuto Social da Companhia. 3. MESA: Presidente: RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO; Secretário: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA DINIZ. 4. ORDEM DO DIA: O Sr. Presidente esclareceu que a presente reunião tinha por finalidade deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) adesão da Companhia ao Segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa (“Bovespa”); (II) autorização para realização de aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal (as “Ações Ordinárias”) para distribuição pública (a “Oferta”), sem observância do direito de preferência, em conformidade com o disposto no inciso I, do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do Parágrafo Primeiro do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, com subscrição em dinheiro, tendo como coordenadores o Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A. e o Banco de Investimento Credit Suisse First Boston S.A. (os “Coordenadores”); (III) aprovação do Prospecto Preliminar e do *Preliminary Offering Memorandum* a serem utilizados na Oferta; e (IV) autorização para a Diretoria da Companhia

tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização de aumento do capital social da Companhia e à consecução da Oferta, bem como ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria neste sentido. 5. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE E SEM QUAISQUER RESTRICÇÕES: Instalada a Reunião, após a discussão da matéria, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: I. autorizar a adesão da Companhia ao Novo Mercado da Bovespa e, conseqüentemente, a admissão das ações de sua emissão à negociação neste segmento, ficando autorizados os Diretores da Companhia a assinar requerimento à Bovespa, e todos os demais pedidos, comunicações e documentos que forem necessários para adesão da Companhia ao Novo Mercado, bem como a tomar as providências e praticar todos os atos necessários para protocolo de pedido de autorização para negociação das ações de emissão da Companhia no Novo Mercado, ficando ainda ratificados todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia nesse sentido; II. autorizar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de seu capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal (as “Ações Ordinárias”), para distribuição pública no Brasil a ser coordenada pelas instituições financeiras Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A. e Banco de Investimento Credit Suisse First Boston S.A., em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de subscrição, com esforços de venda no exterior, conforme o descrito abaixo, em conformidade com os termos da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”), pelo procedimento descrito no “Aviso ao Mercado” a ser publicado pela Companhia nos termos do disposto na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 e no artigo 53 da Instrução CVM 400, bem como no Prospecto Preliminar e nos demais documentos da Oferta, sujeita à obtenção de registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), contemplando as seguintes características: (A) Total da Emissão: serão emitidas até 16.046.510 (dezesesseis milhões, quarenta e seis mil, quinhentas e dez) Ações Ordinárias pela Companhia. O montante de Ações Ordinárias poderá, ainda, ser acrescido de lote suplementar de até 15% (quinze por cento) das Ações Ordinárias inicialmente ofertadas, equivalente a até 2.406.976 (dois milhões, quatrocentas e seis mil, novecentas e setenta e seis) Ações Ordinárias (as “Ações Adicionais”), com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O referido acréscimo será representado por uma opção de distribuição de lote suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, concedida pela Companhia aos Coordenadores, que poderá ser exercida pelo Coordenador Líder no prazo de

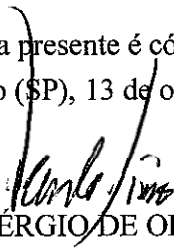
até 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de emissão da Companhia, inclusive. Adicionalmente, a quantidade total de Ações Ordinárias inicialmente ofertadas, excluídas as Ações Adicionais, poderá ser aumentada em até 20% (vinte por cento), na forma do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400; (B) Preço de Emissão: o preço de emissão por Ação Ordinária será definido por meio de processo de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*) junto a investidores institucionais, em consonância com o disposto no inciso III do §1º do Artigo 170 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o disposto no Artigo 44 da Instrução CVM 400, justificando-se a escolha do critério de determinação do preço por ação nos termos do inciso III do §1º do artigo 170, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que as ações serão colocadas por meio de distribuição pública, na qual o valor de mercado das ações refletirá o valor pelo qual os investidores institucionais apresentarão suas ordens de subscrição no contexto da Oferta. O preço de emissão por Ação Ordinária deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia antes da concessão dos registros da oferta pela CVM; (C) Condições de Integralização: a integralização das Ações Ordinárias deverá ser efetuada mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional; (D) Destinação dos Recursos: os recursos auferidos pela Companhia com a colocação das Ações Ordinárias serão parcialmente utilizados para o financiamento da aquisição da Destivale, realizada em janeiro e abril de 2005, no valor de R\$76,0 milhões, bem como da participação adquirida no TEAS, em 16 de abril de 2005, no valor de R\$13,0 milhões. Os recursos remanescentes serão utilizados no financiamento da estratégia da Companhia de crescimento por meio de aquisições de usinas produtoras de açúcar e álcool, *joint-ventures* e outras formas de associação nos mercados em que atua, primordialmente na região centro-sul do Brasil, bem como para o incremento da capacidade instalada das usinas do Grupo Cosan, para melhoria dos processos produtivos da Companhia, essencialmente agrícola, industrial, logístico e portuário, e outras atividades relacionadas às suas operações atuais. A Companhia não tem como determinar o momento em que os recursos serão utilizados, ou os montantes a serem empregados, uma vez que essa determinação dependerá das características, incluindo a infraestrutura existente, de cada aquisição, *joint-venture* ou associação que venha a ser negociada. Enquanto os recursos da Oferta não forem utilizados no financiamento da estratégia de crescimento e expansão da Companhia nos mercados onde ela atua, esses recursos permanecerão investidos em depósitos bancários de curto prazo, títulos públicos,

valores mobiliários e outros instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. (E) Exclusão do Direito de Preferência: será excluído o direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição das Ações Ordinárias, em conformidade com o disposto no inciso I, do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do Parágrafo Primeiro do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; (F) Dividendos e Direitos das Ações Ordinárias: As Ações Ordinárias garantirão aos seus titulares os direitos previstos no Estatuto Social da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, dentre os quais incluem-se os seguintes: (a) direito de voto nas assembléias gerais da Companhia, sendo que a cada Ação Ordinária corresponderá um voto; (b) direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (c) direito de alienar as Ações Ordinárias nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along*); (d) direito de alienar as Ações Ordinárias em oferta pública a ser realizada pelo acionista controlador, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem no Novo Mercado, pelo seu valor econômico, apurado mediante elaboração de laudo de avaliação por empresa especializada e independente; e (e) direito ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às Ações Ordinárias nas mesmas condições daquelas garantidas às demais ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação; (G) Esforço de Venda no Exterior: serão efetivados esforços de venda das Ações Ordinárias no exterior, visando a colocação das ações junto a investidores institucionais estrangeiros qualificados e registrados na CVM, nos termos previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e na Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, em conformidade com isenções de registro estabelecidas de acordo com o *Securities Act* of 1933 dos Estados Unidos da América, tal como alterado, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de qualquer registro de distribuição e colocação das ações no exterior, inclusive perante a *Securities and Exchange Commission* (“SEC”) dos Estados Unidos da América; (H) Características da Oferta: a Oferta poderá a critério da Diretoria, considerando fatores relevantes e legítimos de interesse da Companhia, adotar, entre outras características: (i) plano de distribuição das Ações Ordinárias, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400; (ii) destinação de lote de ações a investidores não institucionais; (iii) destinação de lote de ações a investidores institucionais; (vi) estabelecimento da possibilidade de reserva

das Ações Ordinárias; (v) período de reserva diferenciado para as pessoas vinculadas, tendo em vista o disposto no artigo 55 da Instrução CVM 400; (I) Estabilização do Preço das Ações Ordinárias: poderá ser conduzida atividade de estabilização do preço das Ações Ordinárias, ficando autorizada, portanto a celebração de “Contrato de Estabilização de Preço” com um dos Coordenadores da Oferta, de acordo com as práticas de mercado. III. Aprovar o Prospecto Preliminar e o *Preliminary Offering Memorandum* a serem utilizados na Oferta. IV. autorizar os Diretores, observada a forma de representação da Companhia, a tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e úteis à implementação das deliberações tomadas nos itens I e II acima, inclusive a solicitação à CVM de dispensa de requisitos da Instrução CVM 400, a negociação e assinatura de quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da Oferta, incluindo o Instrumento Particular de Contrato de Subscrição e Colocação Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Cosan S.A. Indústria e Comércio, o Instrumento Particular de Prestação de Serviços de Estabilização de Preços de Ações Ordinárias de Emissão da Cosan S.A. Indústria e Comércio e o *Placement Facilitation Agreement*, restando ratificados todos os atos já praticados pelos Diretores com vistas à implementação de referidas deliberações. 6. APROVAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: Os membros do Conselho Fiscal aprovaram, por unanimidade, as deliberações tomadas na reunião. 7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo, 13 de 2005. (aa.) RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO; PEDRO ISAMU MIZUTANI; ALÉXIS DUVAL; BURKHARD CORDES; HÉLIO NICOLETTI; MARCUS V. PRATINI DE MORAES (p.p. Rubens Ometto Silveira Mello); MARCELO PORTELA; RAUL COURY; SERGE VARSANO (p.p. Rubens Ometto Silveira Mello); TEO JOO KIM (p/p Hélio Nicoletti); e PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA DINIZ.

Declaro que a presente é cópia fiel da original.

São Paulo (SP), 13 de outubro de 2005.



PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA DINIZ

Secretário da Mesa

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

C.N.P.J. No. 50.746.577/0001-15

N.I.R.E. 35.300.177.045

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,
REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2005**

1. **DATA, HORÁRIO E LOCAL DA ASSEMBLÉIA:** Realizada aos 08 dias do mês de novembro de 2005, às 17:00 horas, no escritório administrativo da Companhia, na Avenida Juscelino Kubitschek, 1726, 6º andar, São Paulo, Estado de São Paulo.
2. **PRESENCAS:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO, Presidente do Conselho de Administração, PEDRO ISAMU MIZUTANI, Vice-Presidente do Conselho de Administração, ALÉXIS DUVAL, BURKHARD CORDES (p/p Rubens Ometto Silveira Mello), HÉLIO NICOLETTI, MARCUS VINÍCIUS PRATINI DE MORAES, MARCELO DE SOUZA SCARCELA PORTELA, RAUL COURY (p/p Rubens Ometto Silveira Mello), SERGE VARSANO (p/p Rubens Ometto Silveira Mello), TEO JOO KIM (p/p Hélio Nicoletti), e PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA DINIZ, membros do Conselho de Administração, em razão do que fica dispensada a exigência de convocação, nos termos do artigo 19, § 1º do Estatuto Social da Companhia, estando também presentes os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia, Srs. JOÃO RICARDO DUCATTI, LUIZ RECCHIA e JEAN CLAUDE ALAIN RELIGIEUX. Todos os membros participaram da reunião por conferência telefônica, conforme previsão do § 2.º do art. 20 do

Estatuto Social da Companhia, salvo Marcelo de Souza Scarcela Portela, Alexis Duval, Hélio Nicoletti e os membros do Conselho Fiscal, presentes no escritório da Companhia. 3. **MESA: Presidente: RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO; Secretário: MARCELO DE SOUZA SCARCELA PORTELA.** 4. **ORDEM DO DIA:** O Sr. Presidente esclareceu que a presente reunião tem por finalidade deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) a fixação e justificativa do preço de emissão das ações ordinárias objeto do aumento de capital (as "Ações Ordinárias") autorizado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2005 (a "RCA"); (II) o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, e a quantidade de Ações Ordinárias a serem emitidas, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, em conformidade com o disposto no inciso I, do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do Parágrafo Primeiro do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; (III) retificar a forma de subscrição e integralização das Ações Ordinárias, para permitir a eventual integralização de parte das Ações Ordinárias mediante a capitalização de créditos líquidos e certos devidos pela International Finance Corporation ("IFC") contra a Companhia, em virtude do exercício de opção de conversão de saldo devedor, nos termos do Loan Agreement – Contrato de Empréstimo, celebrado entre a Companhia e a IFC em 28 de junho de 2005 (a "Loan Agreement"); (IV) o procedimento a ser adotado na distribuição pública primária das Ações Ordinárias (a "Oferta"); (V) a aprovação do Prospecto Definitivo e do *Offering Memorandum* a serem utilizados na Oferta; (VI) a concessão de opção de subscrição de lote suplementar de Ações Ordinárias no contexto da Oferta; (VII) a celebração do (i) Contrato de Coordenação e Garantia Firme de Subscrição e Colocação de Ações Ordinárias de Emissão da Cosan S.A. Indústria e Comércio, a ser celebrado entre a Companhia, o Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A. (o "Coordenador Líder"), o Credit Suisse First Boston S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores") e a Companhia

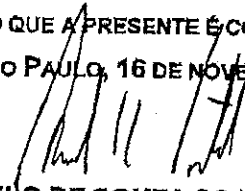
Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC (o “Contrato de Distribuição”); (ii) Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações de Emissão da Companhia, a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder (o “Contrato de Estabilização”); (iii) a celebração do *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, o Morgan Stanley & Co. Incorporated e o Credit Suisse First Boston, LLC (o “Contrato Internacional”); e (iv) Contrato de Prestação de Serviços da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, a ser celebrado entre a Companhia, a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia e os Coordenadores da Oferta (o “Contrato de Prestação de Serviços CBLC”); (VIII) a autorização para a Diretoria praticar todos e quaisquer atos necessários à consecução da distribuição pública; e (IX) outros assuntos de interesse da oferta. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE E SEM QUAISQUER RESTRICÇÕES: Considerando que a CVM suspendeu a oferta pública das ações da companhia por 10 dias, os presentes decidiram, por unanimidade, (i) suspender o andamento dos trabalhos, que serão retomados no dia 16 de novembro de 2005, às 17 horas, e (ii) adiar a reunião do Conselho de Administração, inicialmente convocada para o dia 9 de novembro de 2005, às 11 hs., para 17 de novembro de 2005, às 11 horas, de modo que será mantida a ordem do dia e o local de realização de tal reunião do Conselho de Administração constante da convocação enviada aos membros do Conselho de Administração em 29 de outubro de 2005. Retomados os trabalhos em 16 de novembro de 2005, com a presença de todos os membros do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: I. aprovar o preço de emissão das Ações Ordinárias em R\$ 48,00 (quarenta e oito reais) por Ação Ordinária, fixado com observância dos procedimentos e justificativas contidos no item II.(B) da ata da RCA, após a (a) efetivação dos Pedidos de Reserva no Período de Reserva e (b) conclusão da Coleta de Intenções de Investimento, em consonância com o disposto no artigo

170, § 1º, III da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03, de modo que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, sendo tal preço justificado, tendo em vista que as Ações serão distribuídas por meio de distribuição pública primária, em que o valor de mercado das Ações a serem emitidas foi aferido com a realização da Coleta de Intenções de Investimento, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas ordens firmes de compra no contexto da Oferta. Os Investidores Não Institucionais que aderiram à Oferta não participaram da Coleta de Intenções de Investimento e, portanto, do processo de fixação do Preço por Ação Ordinária; II. aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, que passará de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) para R\$ 1.070.232.480,00 (um bilhão, setenta milhões, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta reais), um aumento, portanto, no montante de R\$ 770.232.480,00 (setecentos e setenta milhões, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta reais), mediante a emissão para distribuição pública de 16.046.510 (dezesseis milhões, quarenta e seis mil, quinhentas e dez) Ações Ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na sua subscrição, em conformidade com o disposto no inciso I, do artigo 172, da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do Parágrafo Primeiro do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; III. retificar a aprovação deliberada na RCA sobre a forma de integralização das Ações Ordinárias, que deverá ser efetuada mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional e/ou mediante a capitalização de créditos líquidos e certos devidos pela IFC contra a Companhia, no valor de R\$ 10.980.000,00 (dez milhões, novecentos e oitenta mil reais), nos termos de Notificação de Conversão (*Conversion Notice*) datada de 7 de novembro de 2005, retificada em 9 de novembro de 2005, em virtude do exercício de opção de conversão de saldo devedor, nos termos do *Loan Agreement*; IV.

ratificar a aprovação deliberada na RCA sobre a colocação das Ações Ordinárias, conforme os procedimentos e características estabelecidos nos itens II.(G), II.(H) e II.(I) da ata da RCA; V. aprovar o Prospecto Definitivo e o *Offering Memorandum* a serem utilizados na Oferta; VI. aprovar a concessão de opção aos Coordenadores da Oferta, a ser exercida a seu exclusivo critério, para a distribuição de um lote suplementar de até 2.406.976 (dois milhões, quatrocentas e seis mil, novecentas e setenta e seis) Ações Ordinárias, destinadas exclusivamente a atender a um excesso de demanda verificado no curso da Oferta, a ser exercida no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública Primária de Ações de Emissão da Companhia, sendo que o referido lote suplementar de Ações Ordinárias será objeto de aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, caso a opção aqui referida seja exercida; VII. autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar o Contrato de Distribuição, o Contrato de Estabilização, o Contrato Internacional e o Contrato de Prestação de Serviços CBLC, que serão devidamente arquivadas na sede social, bem como assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos; e VIII. autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os demais atos e assinar todos os demais documentos necessários à realização da Oferta, na forma contemplada no Prospecto Definitivo, no Contrato de Distribuição, no Contrato Internacional e nos demais documentos da Oferta. 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada (aa.) RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO, PEDRO ISAMU MIZUTANI, ALÉXIS DUVAL, BURKHARD CORDES (p/p Rubens Ometto Silveira Mello), HÉLIO NICOLETTI, MARCUS VINÍCIUS PRATINI DE MORAES, MARCELO DE SOUZA SCARCELA PORTELA, RAUL COURY (p/p Rubens Ometto Silveira Mello), SERGE VARSANO (p/p Rubens Ometto Silveira

Mello), TEO JOO KIM (p/p Hélio Nicoletti), PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA DINIZ, JOÃO
RICARDO DUCATTI, LUIZ RECCHIA, E JEAN CLAUDE ALAIN RELIGIEUX.

DECLARO QUE A PRESENTE É CÓPIA FIEL DA ORIGINAL.
SÃO PAULO, 16 DE NOVEMBRO DE 2005.



MARCELO DE SOUZA SCARCELA PORTELA
SECRETÁRIO DA MESA

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 999999	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50746577000115
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
6 - NIRE 35300177045		
7 - SITE www.cosan.com.br		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO BAIRRO COSTA PINTO - SN				2 - BAIRRO OU DISTRITO COSTA PINTO	
3 - CEP 13411-900		4 - MUNICÍPIO PIRACICABA			5 - UF SP
6 - DDD 019	7 - TELEFONE 3403-2000	8 - TELEFONE 3403-2070	9 - TELEFONE 3403-2073	10 - TELEX 9999999	
11 - DDD 019	12 - FAX 3403-2128	13 - FAX 3403-2129	14 - FAX 9999-9999		
15 - E-MAIL ri@cosan.com.br					

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME GUILHERME BUENO DE ALMEIDA PRADO					
2 - CARGO Gerente de Relações c/ Investidores					
3 - ENDEREÇO COMPLETO Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1726 - 6º andar - Conjs. 61 e 63				4 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olímpia	
5 - CEP 04543-000		6 - MUNICÍPIO SÃO PAULO			7 - UF SP
8 - DDD 11	9 - TELEFONE 3897-9797	10 - TELEFONE 9999-9999	11 - TELEFONE 9999-9999	12 - TELEX 9999999	
13 - DDD 11	14 - FAX 3897-9799	15 - FAX 9999-9999	16 - FAX 9999-9999		
17 - E-MAIL ri@cosan.com.br					

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME BANCO BRADESCO SA					
19 - CONTATO JOSE DONIZETTI DE OLIVEIRA					
20 - ENDEREÇO COMPLETO CIDADE DE DEUS - PRÉDIO AMARELO - 2o ANDAR				21 - BAIRRO OU DISTRITO CIDADE DE DEUS	
22 - CEP 06029-900		23 - MUNICÍPIO OSASCO			24 - UF SP
25 - DDD 011	26 - TELEFONE 3684-3749	27 - TELEFONE 3684-5133	28 - TELEFONE 9999-9999	29 - TELEX 9999999	
30 - DDD 011	31 - FAX 3684-2714	32 - FAX 9999-9999	33 - FAX 9999-9999		
34 - E-MAIL 4010.donizetti@bradesco.com.br					

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37 - UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01	SÃO PAULO	SP	11	3897-9797	9999-9999
02	SAO PAULO	SP	011	3897-9797	9999-9999
03	SAO PAULO	SP	011	3897-9797	9999-9999
04	SAO PAULO	SP	011	3897-9797	9999-9999

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME PAULO SERGIO DE OLIVEIRA DINIZ					
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Juscelino Kubitschek, nº 1726 - 6º andar - conj. 61 e 63 - Ed.Spázio JK				3 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olímpia	
4 - CEP 04543-000		5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO			6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 3897-9797	9 - TELEFONE 9999-9999	10 - TELEFONE 9999-9999	11 - TELEX 99999999	
12 - DDD 11	13 - FAX 3897-9799	14 - FAX 9999-9999	15 - FAX 9999-9999		
16 - E-MAIL ri@cosan.com.br					
17 - DIRETOR BRASILEIRO SIM		18 - CPF 022.965.258-14	18 - PASSAPORTE		

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/05/2004		2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 30/04/2005	
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/05/2005		4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 30/04/2006	
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.			6 - CÓDIGO CVM 00471-5
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO B.Alfredo Baddini Blanc			8 - CPF DO RESP. TÉCNICO 964.173.908-53

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO				
<input type="checkbox"/> BVBAAL	<input type="checkbox"/> BVMESB	<input type="checkbox"/> BVPR	<input type="checkbox"/> BVRJ	<input type="checkbox"/> BVST
<input type="checkbox"/> BVES	<input type="checkbox"/> BVPP	<input type="checkbox"/> BVRG	<input checked="" type="checkbox"/> BOVESPA	
2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO Bolsa				
3 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional				
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 121 - Agricultura(Açúcar, Álcool)				
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Fabricação e Comercialização de Açúcar e Álcool				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional	
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.	
<input checked="" type="checkbox"/> Ações	<input type="checkbox"/> Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
<input type="checkbox"/> Debêntures Conversíveis em Ações	<input type="checkbox"/> Notas Promissórias (NP)
<input type="checkbox"/> Ações Resgatáveis	<input type="checkbox"/> BDR
<input type="checkbox"/> Partes Beneficiárias	<input type="checkbox"/> Outros DESCRIÇÃO
<input type="checkbox"/> Debêntures Simples	
<input type="checkbox"/> Bônus de Subscrição	
<input type="checkbox"/> Certificado de Investimento Coletivo (CIC)	

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs. 29/07/2005	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs. 30/08/2005
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs. 05/08/2005	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 13/08/2005

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	DOE - Diario Oficial do Estado	SP
02	Jornal de Piracicaba	SP
03	Valor Economico	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 13/10/2005	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	50.746.577/0001-15

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
AGO/E	30/08/2005	4	0	SIM	NÃO

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO

8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS

22/07/2005

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
9 - QUANTIDADE (Unidade)	10 - Percentual	11 - QUANTIDADE (Unidade)	12 - Percentual	13 - QUANTIDADE (Unidade)	14 - Percentual
7.560.949	17,13	0	0,00	7.560.949	17,13

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF									
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR					
01	AGUASSANTA PARTICIPAÇÕES S/A	07.198.897-0001/59		SP	25.515	57,82	0	0,00	30/08/2005	57,82	SIM		SIM
02	USINA COSTA PINTO S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL			SP	10.003	22,67	0	0,00	30/08/2005	22,67	SIM		SIM
04	TEREOS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.			SP	3.906	8,85	0	0,00	30/08/2005	8,85	SIM		NÃO
05	LEWINGTON PTE. LTD.				2.336	5,29	0	0,00		2.336	SIM	CINGAPURA	NÃO
97	AÇÕES EM TESOURARIA				0	0,00	0	0,00		0	0,00		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	50.746.577/0001-15

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
AGO/E	30/08/2005	4	0	SIM	NÃO

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO

8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS

22/07/2005

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
9 - QUANTIDADE (Unidade)	10 - Percentual	11 - QUANTIDADE (Unidade)	12 - Percentual	13 - QUANTIDADE (Unidade)	14 - Percentual
7.560.949	17,13	0	0,00	7.560.949	17,13

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF				
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
98	OUTROS							
2.371	5,37	0	0,00	2.371	5,37			
99	TOTAL			44.131	100,00			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
01	AGUASSANTA PARTICIPAÇÕES S/A	30/08/2005				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
0101	INDÚSTRIA AÇÚCAREIRA SÃO FRANCISCO	47.756.754-0001/30		SP		
	810.730	48,39	0	0,00	810.730	48,39
	01/03/2005					
0102	IRMÃOS FRANCESCHI ADMIN. E PARTIC. S/A	69.293.843-0001/20		SP		
	450.620	26,89	0	0,00	450.620	26,89
	01/03/2005					
0103	OMETTO GONÇALVES S/A	51.327.898-0001/48		SP		
	88.095	5,26	0	0,00	88.095	5,26
	01/03/2005					
0104	FLAMA EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES S/A	51.770.188-0001/98		SP		
	88.095	5,26	0	0,00	88.095	5,26
	01/03/2005					
0105	NOVA CELISA S/A	02.294.592-0001/27		SP		
	88.081	5,26	0	0,00	88.081	5,26
0111	OUTROS					
	149.867	8,94	0	0,00	149.867	8,94
0199	TOTAL					
	1.675.488	100,00	0	0,00	1.675.488	100,00

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
0101	INDÚSTRIA AÇÚCAREIRA SÃO FRANCISCO	01/03/2005				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
010101	USINA BOM JESUS S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL	56.563.810-0001/00				SP
2.997.729.246	64,66	0	0,00	2.997.729.246	64,66	01/03/2005
010102	BELGA EMPREENDIMENTOS E PARTICIP. LTDA	04.964.222-0001/85				SP
1.306.522.724	28,18	0	0,00	1.306.522.724	28,18	01/03/2005
010109	OUTROS					
331.956.218	7,16	0	0,00	331.956.218	7,16	
010199	TOTAL					
4.636.208.188	100,00	0	0,00	4.636.208.188	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
010101	USINA BOM JESUS S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL	01/03/2005				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
01010101	NOVA CELISA S/A	02.294.592-0001/27				SP
3.146.361.418	66,94	0	0,00	3.146.361.418	66,94	01/03/2005
01010102	R.A. COURY AGRÍCOLA E PARTICIPAÇÕES LTDA	96.222.286-0001/29				SP
532.274.315	11,32	0	0,00	532.274.315	11,32	01/03/2005
01010111	OUTROS					
1.021.364.267	21,74	0	0,00	1.021.364.267	21,74	
01010199	TOTAL					
4.700.000.000	100,00	0	0,00	4.700.000.000	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
01010101	NOVA CELISA S/A	01/03/2005				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
0101010101	RIO DAS PEDRAS PARTICIPAÇÕES S/A	69.037.034-0001/57			SP	
918.000	51,00	882.000	50,00	1.800.000	50,51	01/03/2005
0101010102	ISA PARTICIPAÇÕES LTDA.	01.904.323-0001/72			SP	
882.000	49,00	882.000	50,00	1.764.000	49,49	01/03/2995
0101010199	TOTAL			3.564.000	100,00	
1.800.000	100,00	1.764.000	100,00	3.564.000	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
0101010101	RIO DAS PEDRAS PARTICIPAÇÕES S/A	01/03/2005				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
0101010101	RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO	412.321.788-53	BRASILEIRA	SP		
1.305.379.164	98,29	0	0,00	1.305.379.164	98,29	
0101010102	OUTROS					
22.725.491	1,71	0	0,00	22.725.491	1,71	
0101010199	TOTAL					
1.328.104.655	100,00	0	0,00	1.328.104.655	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
0101010102	ISA PARTICIPAÇÕES LTDA.	01/03/2995				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
010101010201	ISALTINA OMETTO SILVEIRA MELLO	015.897.418-20	BRASILEIRA	SP		
999	99,90	0	0,00	999	99,90	
010101010202	OUTROS					
1	0,10	0	0,00	1	0,10	
010101010299	TOTAL					
1.000	100,00	0	0,00	1.000	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
01010102	R.A. COURY AGRÍCOLA E PARTICIPAÇÕES LTDA	01/03/2005				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
0101010201	RAUL COURY FILHO	194.163.118-55	BRASILEIRA	SP		
9.044.070	20,83	0	0,00	9.044.070	20,83	
0101010202	LUIZ GUSTAVO COURY	095.840.578-63	BRASILEIRA	SP		
5.999.766	13,81	0	0,00	5.999.766	13,81	
0101010203	JORGE COURY SOBRINHO	949.866.148-00	BRASILEIRA	SP		
5.999.766	13,81	0	0,00	5.999.766	13,81	
0101010204	MARIA VEATRIZ COURY	025.425.418-76	BRASILEIRA	SP		
5.999.766	13,81	0	0,00	5.999.766	13,81	
0101010205	ROSANA E. COURY MAC DONELL	549.989.137-00	BRASILEIRA	SP		
5.999.766	13,81	0	0,00	5.999.766	13,81	
0101010206	MYRIAN C. COURY MENEGUEL	566.834.649-87	BRASILEIRA	SP		
5.999.766	13,81	0	0,00	5.999.766	13,81	
0101010207	RAUL COURY	015.967.218-04	BRASILEIRA	SP		
2.196.050	5,06	0	0,00	2.196.050	5,06	
0101010208	ANITA COBRA COURY	167.872.358-44	BRASILEIRA	SP		
2.196.050	5,06	0	0,00	2.196.050	5,06	
0101010299	TOTAL					
43.435.000	100,00	0	0,00	43.435.000	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
010102	BELGA EMPREENDIMENTOS E PARTICIP. LTDA	01/03/2005				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
01010201	RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO	412.321.788-53	BRASILEIRA	SP		
01010202	MONICA MARIA MELLÃO SILVEIRA MELLO	308.987.658-20	BRASILEIRA	SP		
01010299	TOTAL					
5.000	100,00	0	0,00	5.000	100,00	

Data-Base - 30/04/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
0102	IRMÃOS FRANCESCHI ADMIN. E PARTIC. S/A	01/03/2005				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
010201	INDUSTRIA AÇÚCAREIRA SÃO FRANCISCO	47.756.754-0001/30		SP		
60.508.362	40,34	0	0,00	60.508.362	40,34	
010202	USINA BOM JESUS S/A AÇÚCAR E ALCOOL	56.563.810-0001/00		SP		
21.439.305	14,29	0	0,00	21.439.305	14,29	
010203	JOSE MARCOS FRANCESCHI	827.861.358-34		BRASILEIRA		
12.398.174	8,27	0	0,00	12.398.174	8,27	
010204	SILVIO ANTONIO FRANCESCHI	015.721.568-72		BRASILEIRA		
12.398.174	8,27	0	0,00	12.398.174	8,27	
010205	ROSELI FRANCESCHI	237.096.008-63		BRASILEIRA		
10.898.174	7,27	0	0,00	10.898.174	7,27	
010216	OUTROS			BRASILEIRA		
32.357.811	21,56	0	0,00	32.357.811	21,56	
010299	TOTAL					
150.000.000	100,00	0	0,00	150.000.000	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
0103	OMETTO GONÇALVES S/A					01/03/2005
010301	16.999	25,00	32.501	24,62	49.500	24,75
	MARCOS OMETTO GONÇALVES					
				015.926.408-18	BRASILEIRA	SP
010302	16.999	25,00	32.501	24,62	49.500	24,75
	RENATO OMETTO GONÇALVES					
				035.286.498-28	BRASILEIRA	SP
010303	16.999	25,00	32.501	24,62	49.500	24,75
	LILIANA OMETTO GONÇALVES BITTAR					
				015.952.588-84	BRASILEIRA	SP
010304	16.999	25,00	32.501	24,62	49.500	24,75
	PAULO GONÇALVES JUNIOR					
				723.021.608-78	BRASILEIRA	SP
010305	4	0,00	1.996	1,52	2.000	1,00
	OUTROS					
010399	68.000	100,00	132.000	100,00	200.000	100,00
	TOTAL					

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL			
0104	FLAMA EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES S/A		01/03/2005			
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
010401	FERNANDO LUIZ ALTÉRIO	688.646.208-34	BRASILEIRA	SP		
	20.842	50,01	41.675	50,00	62.517	50,00
010402	ANA MARIA OMETTO ALTÉRIO	901.849.638-34	BRASILEIRA	SP		
	20.833	49,99	41.675	50,00	62.508	50,00
010499	TOTAL				125.025	100,00
	41.675	100,00	83.350	100,00	125.025	100,00

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	50.746.577/0001-15

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
02	USINA COSTA PINTO S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL	30/08/2005				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
0201	PEDRO OMETTO S/A ADMIN. E PARTIC.	61.960.050-0001/05				SP
		49.995.534	38,46	114.993.738	58,97	01/03/2005
0202	HYPOSWISS BANCO PRIVADO S/A					SUIÇA
		34.910.000	26,85	34.910.000	17,90	
0203	JAIIME MICHAAN CHALAN	005.486.188-87				SP
		17.738.537	13,65	17.738.537	9,10	
0204	AGUASSANTA PARTICIPAÇÕES S.A.	07.198.897-0001/59				SP
		11.150.000	8,58	11.150.000	5,72	
0205	ISAAC MICHAAN	013.103.858-31				BRASILEIRA
		6.872.650	5,29	6.872.650	3,52	
0209	OUTROS					
		9.333.279	7,17	9.335.075	4,79	
0299	TOTAL			130.000.000	100,00	
		65.000.000	100,00	195.000.000	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
0201	PEDRO OMETTO S/A ADMIN. E PARTIC.	01/03/2005				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
020101	NOVA AGUASSANTA ADMIN. DE PART. LTDA	46.855.292-0001/45	BRASILEIRA	SP		
222.752.725	99,99	0	0,00	222.752.725	99,99	01/03/2005
020102	OUTROS					
23.328	0,01	0	0,00	23.328	0,01	
020199	TOTAL					
222.776.053	100,00	0	0,00	222.776.053	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM 020101	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA NOVA AGUASSANTA ADMIN. DE PART. LTDA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 01/03/2005				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC. (Unidades)
02010101	AGUASSANTA PARTICIPAÇÕES S/A	07.198.897-0001/59				SP
1	91,50	0	0,00	1	91,50	
02010102	OMETTO MORENO COMERCIO E EMPREEND. LTDA	53.353.801-0001/05				SP
4	6,25	0	0,00	4	6,25	01/03/2005
02010103	OUTROS					
4	2,25	0	0,00	4	2,25	
02010199	TOTAL					
9	100,00	0	0,00	9	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
02010102	OMETTO MORENO COMERCIO E EMPREEND. LTDA	01/03/2005				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
0201010201	FERNANDO MANOEL OMETTO MORENO	027.393.808-87	BRASILEIRA	SP		
2.354.956	100,00	0	0,00	2.354.956	100,00	
0201010202	OUTROS					
1	0,00	0	0,00	1	0,00	
0201010299	TOTAL					
2.354.957	100,00	0	0,00	2.354.957	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
04	TEREOS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.	30/08/2005				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
0401	SAS BERNEUIL PARTICIPATION		FRANÇA			
70.072.200	100,00	0	0,00	70.072.200	100,00	
0402	TEREOS		FRANÇA			
1.000	0,00	0	0,00	1.000	0,00	
0499	TOTAL					
70.073.200	100,00	0	0,00	70.073.200	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO	4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL MP)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL MP)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO
14 - OBSERVAÇÃO												
01	Parque Industrial da Usina Costa Pinto	Bairro Costa Pinto S/N	Piracicaba	SP	3.581,900	248,634	69	SIM	NÃO	NÃO		
	Parque industrial com capacidade de moagem para 3.800.000 Ton. de cana-de-açúcar											
02	Parque Industrial da Usina Diamante	Fazenda São José, S/N	JAU	SP	655,400	131,281	49	SIM	NÃO	NÃO		
	Parque industrial com capacidade para moagem de 2.000.000 ton. de cana-de-açúcar											
03	Parque Industrial da Usina Santa Helena	Bairro Campestre, S/N	Rio das Pedras	SP	228,900	228,953	54	SIM	NÃO	NÃO		
	Parque Industrial com capacidade de moagem de 2.000.000 ton de cana-de-açúcar											
04	Parque Industrial da Usina São Francisco	Fazenda Sobrado, S/N	Elias Fausto	SP	10.548,900	45,694	57	SIM	NÃO	NÃO		
	Parque industrial com capacidade de moagem de 1.500.000 de toneladas de cana-de-açúcar											
05	Parque Industrial da Usina da Serra	Fazenda da Serra, N. 1	Ibate	SP	7.742,464	76,487	52	SIM	NÃO	NÃO		
	Parque industrial com capacidade de moagem de 1.700.000 ton de cana de açúcar											
06	Parque industrial da Usina Rafard	Rua do Engenho, S/N - Centro	Rafard	SP	574,236	78,531	122	SIM	NÃO	NÃO		
	Parque industrial com capacidade de moagem de 2.300.000 ton de cana-de-açúcar											

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO										
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL MP)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL MP)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO			
14 - OBSERVAÇÃO												
07	Parque industrial da Usina da Barra	Fazenda Pau D' alho, S/N										
Barra Bonita	SP	2.286,036	232,663	56	SIM	NÃO	NÃO					
Parque industrial com capacidade de moagem para 7.000.000 ton de cana-de-açúcar												
08	Parque Industrial da Usina Univalen	Rod. Dr. Placido Rocha, Km 39,6										
Valparaíso	SP	356,401	46,942	29	SIM	NÃO	NÃO					
Parque industrial com capacidade de moagem de 1.700.000 ton de cana-de-açúcar												
09	Parque Industrial da Usina Ipaussu	Rod. Raposo Tavares, Km 334										
Ipaussu	SP	489,620	21,531	23	SIM	NÃO	NÃO					
Parque Industrial com capacidade de moagem de 1.800.000 ton de cana-de-açúcar												
10	Parque Industrial da Usina GASA	Rod. Acesso UHE 3 Irmãos, Km 3,5										
Andradina	SP	419,020	20,985	11	SIM	NÃO	NÃO					
Parque Industrial com capacidade de moagem de 1.150.000 ton. de cana-de-açúcar												
11	Parque Industrial da Usina Destivale	Rod. Eliezer M. Magalhaes, km 58										
Araçatuba	SP	299,600	12,857	25	SIM	NÃO	NÃO					
Parque industrial com capacidade para moagem de 1.000.000 de ton. de cana de açúcar												
12	Terras para plantio de cana de açúcar	Vide observação										
Vide observação	SP	744.957,800	0,000	0	NÃO	NÃO	NÃO					
Aprox. 600 fazendas em diversos municípios do Est. SP utilizadas para cultivo da cana-de-açúcar												

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO										
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL MP)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL MP)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO			
14 - OBSERVAÇÃO												
13	Parque Industrial da Usina Dois Córregos	Fazenda Santo Antônio S/N - PRD22										
Dois Córregos	SP	146,812	146,812	58	SIM	NÃO	SIM	01/12/1997	30/11/2009			
parque industrial com capacidade de moagem para 1.440.000 ton												
14	Parque Industrial da Usina Junqueira	Estação Coronel Quito, S/N										
Igarapava	SP	573,596	78,531	95	SIM	NÃO	SIM	25/07/2002	30/04/2012			
parque industrial com capacidade de moagem para 2.600.000 ton. de cana-de-açúcar												
15	Terminal portuário	Avenida Cândido Gaffree, S/N - Docas										
Santos	SP	69,769	54,000	9	SIM	NÃO	SIM	07/03/1996	06/03/2106			
Terminal portuário com movimentação de elevação de 4,5 milhões de toneladas de granéis.												

99999-9 COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

ORÇAMENTO DE CAPITAL

A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2005 aprovou o orçamento de capital da Companhia relativo ao exercício social que se iniciou em 01 de maio de 2005 e se encerrará em 30 de abril de 2006, que prevê investimentos totais no montante de R\$184.283 mil.

Um resumo do orçamento de capital aprovado é como segue:

99 CONSOLIDADO

ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTOS
(VALORES EXPRESSOS EM R\$)

ÁREAS DA EMPRESA	1T'06	2T'06	3T'06	4T'06	TOTAL GERAL 2005 / 2006
Total Administrativo	(2.692.256)	(3.498.509)	(1.158.959)	(129.911)	(7.479.634)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Costa Pinto)	(998.844)	(1.318.197)	(667.419)	(95.000)	(3.079.461)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Santa Helena)	(25.481)	(2.842)			(28.323)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial São Francisco)	(36.846)	(101.858)	(10.000)		(148.704)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Rafard)	(32.279)	(50.655)	(10.000)		(92.934)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Diamante)	(42.904)	(14.714)	(13.000)	(13.000)	(83.618)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Serra)	(123.231)	(61.731)			(184.962)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Junqueira)	(139.195)	(355.000)			(494.195)
F.B.A - Ipaussu	(35.592)	(31.971)			(67.562)
F.B.A - Univalem	(119.388)	(166.993)	(117.044)		(403.426)
F.B.A - Gasa	(127.971)	(347.828)	(162.277)	(21.911)	(659.986)
Destivale	(107.795)				(107.795)
Usina Da Barra	(854.537)	(962.026)	(179.218)		(1.995.781)
Usina da Barra S.A. - Açúcar e Alcool - Dois Corregos	(43.857)	(73.443)			(117.300)
Cosan Operadora Portuária S/A	(4.337)	(11.251)			(15.588)
Total Industrial	(15.685.607)	(14.693.131)	(6.254.229)	(2.832.271)	(39.465.238)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Costa Pinto)	(2.338.622)	(1.495.196)			(3.833.817)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Santa Helena)	(1.240.604)	(633.658)			(1.874.262)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial São Francisco)	(358.790)	(1.007.333)	(256.887)		(1.623.010)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Rafard)	(979.792)	(319.230)			(1.299.022)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Diamante)	(1.470.100)	(630.916)	(48.759)		(2.149.774)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Serra)	(172.117)	(30.000)			(202.117)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Junqueira)	(971.122)	(547.928)	(293.488)		(1.812.539)
F.B.A - Ipaussu	(83.859)	(66.976)			(150.835)
F.B.A - Univalem	(110.693)	(502.313)	(125.015)		(738.022)
F.B.A - Gasa	(3.797.714)	(4.016.989)	(2.394.166)	(949.683)	(11.158.552)
Destivale	(2.441.631)	(1.475.874)	(73.204)		(3.990.709)
Usina Da Barra	(753.644)	(1.488.258)	(479.100)	(321.588)	(3.042.590)
Usina da Barra S.A. - Açúcar e Alcool - Dois Corregos	(41.929)	(142.500)	(47.500)		(231.929)
Cosan Operadora Portuária S/A	(924.990)	(2.335.959)	(2.536.109)	(1.561.000)	(7.358.059)
Total Agrícola	(26.587.584)	(22.052.884)	(11.345.430)	(34.297.087)	(94.282.985)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Costa Pinto)	(4.176.957)	(1.545.656)	(364.283)	(2.898.561)	(8.985.457)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Santa Helena)	(865.089)	(505.322)	(30.726)	(624.175)	(2.025.312)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial São Francisco)	(244.459)	(250.946)	(86.419)	(686.561)	(1.268.386)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Rafard)	(2.103.591)	(1.019.809)	(295.181)	(2.155.356)	(5.573.936)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Diamante)	(101.932)	(333.734)	(2.131.172)	(2.739.713)	(5.306.551)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Serra)	(1.044.452)	(1.435.133)	(1.259.501)	(2.478.407)	(6.217.494)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Junqueira)	(2.429.012)	(1.269.860)	(553.819)	(3.090.617)	(7.343.310)
F.B.A - Ipaussu	(936.529)	(1.324.732)	(1.125.264)	(1.483.786)	(4.870.310)
F.B.A - Univalem	(3.417.363)	(1.709.109)	(454.728)	(2.477.375)	(8.058.575)
F.B.A - Gasa	(2.583.158)	(531.215)	(211.663)	(3.621.694)	(6.947.730)
Destivale	(1.401.641)	(963.390)		(3.717.403)	(6.082.434)
Usina Da Barra	(5.954.601)	(8.548.386)	(4.832.673)	(5.890.105)	(25.225.765)
Usina da Barra S.A. - Açúcar e Alcool - Dois Corregos	(1.328.800)	(2.615.593)		(2.433.333)	(6.377.726)
Sub- Total Investimentos Operacionais	(44.965.447)	(40.244.524)	(18.758.617)	(37.259.269)	(141.227.856)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Costa Pinto)	(7.514.423)	(4.359.049)	(1.031.702)	(2.993.561)	(15.898.735)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Santa Helena)	(2.131.174)	(1.141.822)	(30.726)	(624.175)	(3.927.897)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial São Francisco)	(640.095)	(1.360.137)	(353.307)	(686.561)	(3.040.099)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Rafard)	(3.115.661)	(1.389.694)	(305.181)	(2.155.356)	(6.965.892)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Diamante)	(1.614.936)	(979.364)	(2.192.931)	(2.752.713)	(7.539.944)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Serra)	(1.339.800)	(1.526.864)	(1.259.501)	(2.478.407)	(6.604.573)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Junqueira)	(3.539.330)	(2.172.789)	(847.308)	(3.090.617)	(9.650.044)
F.B.A - Ipaussu	(1.055.979)	(1.423.678)	(1.125.264)	(1.483.786)	(5.088.707)
F.B.A - Univalem	(3.647.445)	(2.378.416)	(696.787)	(2.477.375)	(9.200.023)
F.B.A - Gasa	(6.508.843)	(4.896.032)	(2.768.106)	(4.593.288)	(18.766.268)
Destivale	(3.951.067)	(2.439.264)	(73.204)	(3.717.403)	(10.180.938)
Usina Da Barra	(7.562.781)	(10.998.670)	(5.490.991)	(6.211.693)	(30.264.135)
Usina da Barra S.A. - Açúcar e Alcool - Dois Corregos	(1.414.585)	(2.831.537)	(47.500)	(2.433.333)	(6.726.955)
Cosan Operadora Portuária S/A	(929.327)	(2.347.210)	(2.536.109)	(1.561.000)	(7.373.647)
Total Ações / Terras	(12.293.249)	(4.774.137)	(24.779.856)	(1.208.378)	(43.055.620)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Costa Pinto)	(7.014.566)	(3.565.759)			(10.580.315)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Santa Helena)	(4.258.702)				(4.258.702)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Serra)	(4.564.038)				(4.564.038)
Cosan S/A Indústria E Comercio (Filial Junqueira)	(1.265.953)	(1.208.378)	(1.208.378)	(1.208.378)	(4.891.086)
Destivale			(23.571.478)		(23.571.478)
Usina Da Barra	4.810.000				4.810.000
TOTAL GERAL DE SAÍDAS	(57.258.696)	(45.018.661)	(43.538.473)	(38.467.646)	(184.283.476)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL USINA DA BARRA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
--

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/04/2005	4 - 30/04/2004	5 -
1	Ativo Total	815.344	877.934	0
1.01	Ativo Circulante	238.089	228.436	0
1.01.01	Disponibilidades	11.665	18.639	0
1.01.01.01	Caixa	11.665	10.808	0
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	0	7.831	0
1.01.02	Créditos	42.358	32.296	0
1.01.02.01	Duplicatas a Receber	42.358	32.296	0
1.01.03	Estoques	138.801	127.864	0
1.01.04	Outros	45.265	49.637	0
1.01.04.01	Adiantamento a Fornecedores	27.244	22.996	0
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	5.054	13.746	0
1.01.04.03	I.R. e C.S. Diferidos	6.730	6.730	0
1.01.04.04	Outros	6.237	6.165	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	96.590	134.843	0
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	11	62.968	0
1.02.02.01	Com Coligadas	11	62.968	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	96.579	71.875	0
1.02.03.01	Aplicações Financeiras	270	673	0
1.02.03.02	Certificados do Tesouro Nacional	31.623	25.703	0
1.02.03.03	Depósitos Judiciais	27.818	16.075	0
1.02.03.04	I.R. e C.S. Diferidos	36.508	27.675	0
1.02.03.05	Outros Valores Realizáveis	360	1.749	0
1.03	Ativo Permanente	480.665	514.655	0
1.03.01	Investimentos	268.712	269.196	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	211.953	245.459	0
1.03.03	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL USINA DA BARRA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
--

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/04/2005	4 - 30/04/2004	5 -
2	Passivo Total	815.344	877.934	0
2.01	Passivo Circulante	290.063	347.134	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.832	114.446	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	21.413	13.706	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	55.313	47.740	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	11.217	9.481	0
2.01.06.01	Ordenados e Salários	11.217	9.481	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	163.902	116.971	0
2.01.08	Outros	31.386	44.790	0
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	20.758	35.745	0
2.01.08.02	Impostos Diferidos sobre Reavaliação	4.399	4.489	0
2.01.08.03	Outros	6.229	4.556	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	478.416	444.102	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	181.605	185.398	0
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	2.421	1.753	0
2.02.05	Outros	294.390	256.951	0
2.02.05.01	Impostos e Contrib. Sociais a Recolher	142.329	159.053	0
2.02.05.02	Provisão para Contingências	129.312	70.840	0
2.02.05.03	Impostos Diferidos sobre Reavaliação	22.749	27.058	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	46.865	86.698	0
2.05.01	Capital Social Realizado	144.647	144.647	0
2.05.02	Reservas de Capital	69.031	69.031	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	198.229	206.841	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL USINA DA BARRA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
--

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/04/2005	4 -30/04/2004	5 -
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(365.042)	(333.821)	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL USINA DA BARRA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
--

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/05/2004 a 30/04/2005	4 - 01/05/2003 a 30/04/2004	5 -
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	691.324	159.351	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(83.895)	(21.188)	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	607.429	138.163	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(403.047)	(117.750)	0
3.05	Resultado Bruto	204.382	20.413	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(230.628)	(41.617)	0
3.06.01	Com Vendas	(78.298)	(20.428)	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(30.854)	(10.821)	0
3.06.03	Financeiras	(85.110)	(27.984)	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	21.967	18.102	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(107.077)	(46.086)	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	17.175	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(35.228)	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(1.138)	441	0
3.07	Resultado Operacional	(26.246)	(21.204)	0
3.08	Resultado Não Operacional	598	(19.111)	0
3.08.01	Receitas	598	0	0
3.08.02	Despesas	0	(19.111)	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(25.648)	(40.315)	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(9.336)	0	0
3.11	IR Diferido	13.232	35.318	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	(21.752)	(4.997)	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	1.936.739.455	310.942.959	0
	LUCRO POR AÇÃO			0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(0,00001)	(0,00002)	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL USINA DA BARRA S/A AÇÚCAR E ALCOOL
--

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/05/2004 A 30/04/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	144.647	69.031	206.841	0	(333.821)	86.698
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	(8.612)	0	8.612	0
5.04.01	Realização Reserva de Reav. Própria	0	0	(13.011)	0	13.011	0
5.04.02	Imp. incidentes sobre Reserva Reav.	0	0	4.399	0	(4.399)	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(21.752)	(21.752)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	(18.081)	(18.081)
5.08.01	Incorporação da Nova Posa S/A	0	0	0	0	(18.081)	(18.081)
5.09	Saldo Final	144.647	69.031	198.229	0	(365.042)	46.865

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL USINA DA BARRA S/A AÇÚCAR E ALCÓOL
--

19.08.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/05/2003 A 30/04/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	74.647	69.031	158.084	0	(296.304)	5.458
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(2.267)	(2.267)
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	70.000	0	0	0	0	70.000
5.04	Realização de Reservas	0	0	48.757	0	23.242	71.999
5.04.01	Realização Reserva de Reav. Própria	0	0	(19.080)	0	19.080	0
5.04.02	Imp. incidentes sobre Reserva Reav.	0	0	4.554	0	(4.554)	0
5.04.03	Realização Reserva de Reav. Controlada	0	0	(8.716)	0	8.716	0
5.04.04	Const. Reserva de Reav. em Controlada	0	0	71.999	0	0	71.999
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(58.492)	(58.492)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	144.647	69.031	206.841	0	(333.821)	86.698

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL AMARALINA AGRÍCOLA LTDA

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/04/2005	4 - 30/04/2004	5 - 30/04/2003
1	Ativo Total	306.388	307.517	79.700
1.01	Ativo Circulante	746	104	271
1.01.01	Disponibilidades	173	43	221
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	573	61	50
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	11	10	18
1.01.04.02	Outros	562	51	32
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.928	3.237	0
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.928	3.237	0
1.02.02.01	Com Coligadas	1.928	3.237	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	303.714	304.176	79.429
1.03.01	Investimentos	0	0	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	303.714	304.176	79.429
1.03.03	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL AMARALINA AGRÍCOLA LTDA

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/04/2005	4 - 30/04/2004	5 - 30/04/2003
2	Passivo Total	306.388	307.517	79.700
2.01	Passivo Circulante	1.317	1.099	1.286
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	8	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	0	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	1.309	1.099	1.286
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	951	1.743	4.184
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	1.794
2.02.05	Outros	951	1.743	2.390
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	304.120	304.675	74.230
2.05.01	Capital Social Realizado	169.641	169.641	76.950
2.05.02	Reservas de Capital	139.295	139.295	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(4.816)	(4.261)	(2.720)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL AMARALINA AGRÍCOLA LTDA

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/05/2004 a 30/04/2005	4 - 01/05/2003 a 30/04/2004	5 - 01/05/2002 a 30/04/2003
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(1.000)	(1.124)	(1.910)
3.06.01	Com Vendas	2	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(267)	(494)	(472)
3.06.03	Financeiras	(631)	(562)	(1.400)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	0	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(631)	(562)	(1.400)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(104)	(68)	(38)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(1.000)	(1.124)	(1.910)
3.08	Resultado Não Operacional	445	(417)	13
3.08.01	Receitas	445	0	13
3.08.02	Despesas	0	(417)	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(555)	(1.541)	(1.897)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	(555)	(1.541)	(1.897)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	132.368	132.368	132.368
	LUCRO POR AÇÃO			
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(0,00419)	(0,01164)	(0,01433)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL AMARALINA AGRÍCOLA LTDA

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/05/2004 A 30/04/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	169.641	0	139.295	0	(4.261)	304.675
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(555)	(555)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	169.641	0	139.295	0	(4.816)	304.120

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL AMARALINA AGRÍCOLA LTDA

19.08.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/05/2003 A 30/04/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	76.950	0	0	0	(2.720)	74.230
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	92.691	0	0	0	0	92.691
5.03.01	Subscrição e Integralização de Capital	92.691	0	0	0	0	92.691
5.04	Realização de Reservas	0	0	139.295	0	0	139.295
5.04.01	Reavaliação de Terras	0	0	139.295	0	0	139.295
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(1.541)	(1.541)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	169.641	0	139.295	0	(4.261)	304.675

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL AMARALINA AGRÍCOLA LTDA

19.08.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/05/2002 A 30/04/2003 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	44.764	0	0	0	(823)	43.941
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	32.186	0	0	0	0	32.186
5.03.01	Instr. Partic. Alteração Contrato Social	32.186	0	0	0	0	32.186
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(1.897)	(1.897)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	76.950	0	0	0	(2.720)	74.230

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL FBA - FRANCO BRASILEIRA S/A - AÇ. E ÁLC.
--

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/04/2005	4 - 30/04/2004	5 - 30/04/2003
1	Ativo Total	485.927	332.631	309.655
1.01	Ativo Circulante	149.092	129.107	107.203
1.01.01	Disponibilidades	4.092	4.112	15.530
1.01.01.01	Caixa	4.030	2.714	1.936
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	62	1.398	13.594
1.01.02	Créditos	9.690	13.149	7.830
1.01.02.01	Duplicatas a Receber	9.690	13.149	7.830
1.01.03	Estoques	91.190	80.261	58.526
1.01.04	Outros	44.120	31.585	25.317
1.01.04.01	Adiantamento a Fornecedores	14.295	24.837	23.142
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	14.397	6.178	1.525
1.01.04.03	Empresas Ligadas	11.745	0	0
1.01.04.04	I.R. e C.S. Diferidos	1.867	0	0
1.01.04.05	Outros	1.816	570	650
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.202	11.807	10.485
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	18.202	11.807	10.485
1.02.03.01	Certificado do Tesouro Nacional	6.690	5.440	4.601
1.02.03.02	Depósitos Judiciais	5.593	1.331	1.176
1.02.03.03	Impostos a Recuperar	1.034	483	4.133
1.02.03.04	I.R. e C.S. Diferidos	4.885	3.329	0
1.02.03.05	Outros Valores Realizáveis	0	1.224	575
1.03	Ativo Permanente	318.633	191.717	191.967
1.03.01	Investimentos	5	0	73
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	206.293	138.966	128.836
1.03.03	Diferido	112.335	52.751	63.058

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL FBA - FRANCO BRASILEIRA S/A - AÇ. E ÁLC.
--

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/04/2005	4 - 30/04/2004	5 - 30/04/2003
2	Passivo Total	485.927	332.631	309.655
2.01	Passivo Circulante	180.872	100.564	88.673
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.540	22.438	23.500
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	20.951	10.735	16.332
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	12.337	5.803	9.389
2.01.05	Dividendos a Pagar	10.280	5.569	12.000
2.01.06	Provisões	5.664	4.098	3.701
2.01.06.01	Ordenados e Salários	5.664	4.098	3.701
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	96.905	30.717	0
2.01.08	Outros	26.195	21.204	23.751
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	372	2.134	2.622
2.01.08.02	I.R. e C.S. a Recolher	0	0	9.952
2.01.08.03	Notas Promissórias	23.062	0	0
2.01.08.04	Outros	2.761	19.070	11.177
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	160.142	96.228	97.304
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	32.863	32.290	33.323
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	2.461	798	1.126
2.02.05	Outros	124.818	63.140	62.855
2.02.05.01	Impostos e Contrib. Sociais a Recolher	39.227	28.347	24.687
2.02.05.02	Provisão para Contingências	54.809	31.719	21.271
2.02.05.03	I.R. e C.S. Diferidos	6.272	2.234	2.427
2.02.05.04	Notas Promissórias	23.062	0	0
2.02.05.05	Provisão para Perdas em Investimentos	1.067	0	0
2.02.05.06	Outros	381	840	14.470
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	612	4.471	466
2.05	Patrimônio Líquido	144.301	131.368	123.212
2.05.01	Capital Social Realizado	119.017	119.017	119.017
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	4.923	5.566	5.961
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	1.668	586	0
2.05.04.01	Legal	1.668	586	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL FBA - FRANCO BRASILEIRA S/A - AÇ. E ÁLC.
--

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/04/2005	4 -30/04/2004	5 -30/04/2003
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	18.693	6.199	(1.766)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL FBA - FRANCO BRASILEIRA S/A - AÇ. E ÁLC.
--

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/05/2004 a 30/04/2005	4 - 01/05/2003 a 30/04/2004	5 - 01/05/2002 a 30/04/2003
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	365.694	285.509	147.999
3.02	Deduções da Receita Bruta	(17.078)	(12.339)	(13.674)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	348.616	273.170	134.325
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(262.014)	(187.403)	(94.791)
3.05	Resultado Bruto	86.602	85.767	39.534
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(60.521)	(74.151)	(28.025)
3.06.01	Com Vendas	(36.358)	(36.434)	(8.078)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(18.854)	(14.159)	(5.647)
3.06.03	Financeiras	(5.353)	(16.060)	(4.849)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	7.057	4.519	5.418
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(12.410)	(20.579)	(10.267)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	9.981	2.901	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(9.937)	(9.943)	(9.053)
3.06.05.01	Amortização de Ágio	(9.937)	(9.943)	(3.312)
3.06.05.02	Outras despesas	0	0	(5.741)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	(456)	(398)
3.07	Resultado Operacional	26.081	11.616	11.509
3.08	Resultado Não Operacional	(13)	431	(374)
3.08.01	Receitas	0	431	0
3.08.02	Despesas	(13)	0	(374)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	26.068	12.047	11.135
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(4.425)	(322)	(13.024)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	21.643	11.725	(1.889)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	26.000	12.349	12.349
	LUCRO POR AÇÃO	0,83242	0,94947	
	PREJUÍZO POR AÇÃO			(0,15297)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL FBA - FRANCO BRASILEIRA S/A - AÇ. E ÁLC.
--

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/05/2004 A 30/04/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	119.017	0	5.566	586	6.199	131.368
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	(643)	0	643	0
5.04.01	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	(643)	0	643	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	21.643	21.643
5.07	Destinações	0	0	0	1.082	(9.792)	(8.710)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	1.082	(1.082)	0
5.07.02	Dividendos Propostos	0	0	0	0	(10.280)	(10.280)
5.07.03	Reversão de Distribuição de Dividendos	0	0	0	0	1.570	1.570
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	119.017	0	4.923	1.668	18.693	144.301

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL FBA - FRANCO BRASILEIRA S/A - AÇ. E ÁLC.
--

19.08.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/05/2003 A 30/04/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	119.017	0	5.961	0	(1.766)	123.212
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	(395)	0	395	0
5.04.01	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	(395)	0	395	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	11.725	11.725
5.07	Destinações	0	0	0	586	(4.155)	(3.569)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	586	(586)	0
5.07.02	Dividendos	0	0	0	0	(5.569)	(5.569)
5.07.03	Reversão de Distribuição de Dividendos	0	0	0	0	2.000	2.000
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	119.017	0	5.566	586	6.199	131.368

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL FBA - FRANCO BRASILEIRA S/A - AÇ. E ÁLC.
--

19.08.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/05/2002 A 30/04/2003 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	26.000	0	0	0	(12.676)	13.324
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	93.017	0	6.084	0	12.676	111.777
5.03.01	Incorporação da FBA pela Gasa	93.017	0	6.084	0	12.676	111.777
5.04	Realização de Reservas	0	0	(123)	0	123	0
5.04.01	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	(123)	0	123	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(1.889)	(1.889)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	119.017	0	5.961	0	(1.766)	123.212

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN OPERADORA PORTUÁRIA S/A

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/04/2005	4 - 30/04/2004	5 -
1	Ativo Total	59.732	54.780	0
1.01	Ativo Circulante	2.907	6.739	0
1.01.01	Disponibilidades	848	1.976	0
1.01.02	Créditos	80	1.843	0
1.01.02.01	Duplicatas a Receber	80	1.843	0
1.01.03	Estoques	547	416	0
1.01.04	Outros	1.432	2.504	0
1.01.04.01	Adiantamento a Fornecedores	468	1.353	0
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	92	696	0
1.01.04.03	I.R. e C.S. Diferidos	770	170	0
1.01.04.04	Outros	102	285	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.209	1.170	0
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	2.209	1.170	0
1.02.03.01	Depósitos Judiciais	1.429	843	0
1.02.03.02	Outros Valores Realizáveis	780	327	0
1.03	Ativo Permanente	54.616	46.871	0
1.03.01	Investimentos	0	0	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	54.616	46.871	0
1.03.03	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN OPERADORA PORTUÁRIA S/A

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/04/2005	4 - 30/04/2004	5 -
2	Passivo Total	59.732	54.780	0
2.01	Passivo Circulante	38.341	42.617	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	849	1.134	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	2.135	1.166	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	813	0	0
2.01.06	Provisões	1.520	755	0
2.01.06.01	Ordenados e Salários	1.520	755	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	29.107	37.062	0
2.01.08	Outros	3.917	2.500	0
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	1.634	2.487	0
2.01.08.02	Outros	2.283	13	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	10.159	3.541	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	10.159	3.541	0
2.02.05.01	Provisão para Contingências	10.159	3.541	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	11.232	8.622	0
2.05.01	Capital Social Realizado	8.599	8.599	0
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	171	0	0
2.05.04.01	Legal	171	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.462	23	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN OPERADORA PORTUÁRIA S/A

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/05/2004 a 30/04/2005	4 - 01/05/2003 a 30/04/2004	5 -
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	60.527	42.682	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(7.423)	(3.612)	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	53.104	39.070	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(38.045)	(27.918)	0
3.05	Resultado Bruto	15.059	11.152	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(9.774)	(10.766)	0
3.06.01	Com Vendas	(565)	(2.334)	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(6.872)	(5.578)	0
3.06.03	Financeiras	(3.852)	(3.082)	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	863	214	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(4.715)	(3.296)	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.515	228	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	5.285	386	0
3.08	Resultado Não Operacional	96	0	0
3.08.01	Receitas	96	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	5.381	386	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(3.011)	(264)	0
3.11	IR Diferido	1.053	497	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	3.423	619	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	90	90	0
	LUCRO POR AÇÃO	38,03333	6,87778	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN OPERADORA PORTUÁRIA S/A

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/05/2004 A 30/04/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	8.599	0	0	0	23	8.622
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	3.423	3.423
5.07	Destinações	0	0	0	171	(984)	(813)
5.07.01	Dividendos Propostos	0	0	0	0	(813)	(813)
5.07.02	Constituição de Reserva Legal	0	0	0	171	(171)	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	8.599	0	0	171	2.462	11.232

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN OPERADORA PORTUÁRIA S/A

19.08.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/05/2003 A 30/04/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	8.599	0	0	0	(596)	8.003
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	619	619
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	8.599	0	0	0	23	8.622

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Formulário de Informações Trimestrais (ITR) Relativo aos Trimestres Sociais Encerrados em 31.07.2005 e 31.07.2004
- Demonstrações Financeiras Consolidadas Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 30.04.2005 e 30.04.2004 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Relatório da Administração Relativo ao Exercício Social Encerrado em 30.04.2005
- Demonstrações Financeiras Consolidadas Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 30.04.2004 e 30.04.2003 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
4 - NIRE 35300177045		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO BAIRRO COSTA PINTO - SN		2 - BAIRRO OU DISTRITO COSTA PINTO	
3 - CEP 13411-900	4 - MUNICÍPIO PIRACICABA		5 - UF SP
6 - DDD 019	7 - TELEFONE 3403-2000	8 - TELEFONE 3403-2070	9 - TELEFONE 0000-0000
10 - TELEX 0000000			
11 - DDD 019	12 - FAX 3403-2128	13 - FAX 3403-2129	14 - FAX 0000-0000
15 - E-MAIL contabilidade@cosan.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME PAULO SERGIO DE OLIVEIRA DINIZ			
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. JUSCELINO KUBITSCHKE		3 - BAIRRO OU DISTRITO VILA OLÍMPIA	
4 - CEP 04546-000	5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO		6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 3897-9797	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEFONE 0000-0000
11 - TELEX 0000000			
12 - DDD 011	13 - FAX 3897-9799	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000
16 - E-MAIL investors.relations@cosan.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/05/2005	30/04/2006	1	01/05/2005	31/07/2005	4	01/02/2005	30/04/2005
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.					10 - CÓDIGO CVM 00471-5		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO B. ALFREDO BADDINI BLANC					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 964.173.908-53		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/07/2005	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/04/2005	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/07/2004
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	353.049	318.520	167.626
2 - Preferenciais	0	0	97.280
3 - Total	353.049	318.520	264.906
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 121 - Agricultura(Açúcar, Álcool)
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Fabricação e o Comércio de açúcar, álcool e derivados
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO/E	30/08/2005	Dividendo	02/09/2005	ON	0,0368157238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	31/05/2005	376.772	75.759	Subscrição em Bens ou Créditos	34.528	6,1051790000
02	29/07/2005	248.280	(128.492)	Cisão parcial - Amaralina Agri	0	0,0000000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 22/09/2005	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/07/2005	4 - 30/04/2005
1	Ativo Total	1.843.165	1.984.248
1.01	Ativo Circulante	831.652	726.008
1.01.01	Disponibilidades	67.437	24.332
1.01.01.01	Caixa	62.477	19.609
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	4.960	4.723
1.01.02	Créditos	90.080	71.268
1.01.02.01	Duplicatas a Receber de Clientes	90.080	71.268
1.01.03	Estoques	295.013	241.418
1.01.04	Outros	379.122	388.990
1.01.04.01	Adiantamento a Fornecedores	62.376	59.766
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	31.121	29.240
1.01.04.03	Empresas Ligadas	266.038	277.430
1.01.04.04	I.R.P.J. e C.S.L.L. Diferidos	6.389	5.818
1.01.04.05	Outros Créditos	13.198	16.736
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	47.351	55.948
1.02.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.186	10.267
1.02.02.01	Com Coligadas	1.186	10.267
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	46.165	45.681
1.02.03.01	Aplicações Financeiras	963	908
1.02.03.02	Certificado do Tesouro Nacional	12.442	12.208
1.02.03.03	Depósitos Judiciais	5.615	5.719
1.02.03.04	I.R.P.J. e C.S.L.L. Diferidos	13.189	11.911
1.02.03.05	Despesas Antecipadas	10.508	11.338
1.02.03.06	Outros Créditos	3.448	3.597
1.03	Ativo Permanente	964.162	1.202.292
1.03.01	Investimentos	253.013	474.746
1.03.01.01	Participações em Coligadas	12.954	12.954
1.03.01.02	Participações em Controladas	240.020	461.755
1.03.01.03	Outros Investimentos	39	37
1.03.02	Imobilizado	463.053	456.252
1.03.03	Diferido	248.096	271.294

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/07/2005	4 - 30/04/2005
2	Passivo Total	1.843.165	1.984.248
2.01	Passivo Circulante	462.035	319.992
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	182.641	27.246
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	97.381	61.263
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	17.143	24.119
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	21.891	14.064
2.01.06.01	Ordenados e Salários a Pagar	21.891	14.064
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	2.409	1.414
2.01.08	Outros	140.570	191.886
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	96.084	165.484
2.01.08.02	Notas Promissórias	12.715	3.602
2.01.08.03	Outras Obrigações	31.771	22.800
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	853.102	901.379
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	570.744	601.223
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.926	1.928
2.02.05	Outros	280.432	298.228
2.02.05.01	Impostos e Contribuições Soc. a Recolher	55.395	56.214
2.02.05.02	Provisão para Contingências	121.995	117.325
2.02.05.03	Adiantamento de Clientes	72.391	80.771
2.02.05.04	Notas Promissórias	26.259	37.145
2.02.05.05	Outras Obrigações	4.392	6.773
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	528.028	762.877
2.05.01	Capital Social Realizado	248.280	301.014
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	196.947	326.625
2.05.03.01	Ativos Próprios	107.742	107.742
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	89.205	218.883
2.05.04	Reservas de Lucro	4.660	7.071
2.05.04.01	Legal	4.660	7.071
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	78.141	128.167

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	50.746.577/0001-15

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/05/2005 a 31/07/2005	4 - 01/05/2005 a 31/07/2005	5 - 01/05/2004 a 31/07/2004	6 - 01/05/2004 a 31/07/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	432.544	432.544	369.229	369.229
3.02	Deduções da Receita Bruta	(12.945)	(12.945)	(11.700)	(11.700)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	419.599	419.599	357.529	357.529
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(333.658)	(333.658)	(285.490)	(285.490)
3.05	Resultado Bruto	85.941	85.941	72.039	72.039
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(95.766)	(95.766)	(110.138)	(110.138)
3.06.01	Com Vendas	(33.322)	(33.322)	(20.511)	(20.511)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(19.360)	(19.360)	(16.767)	(16.767)
3.06.02.01	Honorários da Administração	(248)	(248)	(252)	(252)
3.06.02.02	Outras Gerais e Administrativas	(19.112)	(19.112)	(16.515)	(16.515)
3.06.03	Financeiras	(21.635)	(21.635)	(38.106)	(38.106)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	453	453	16.030	16.030
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(22.088)	(22.088)	(54.136)	(54.136)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	222	222
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(30.673)	(30.673)	(25.155)	(25.155)
3.06.05.01	Amortização de Ágio	(30.044)	(30.044)	(21.727)	(21.727)
3.06.05.02	Outras despesas	(629)	(629)	(3.428)	(3.428)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	9.224	9.224	(9.821)	(9.821)
3.07	Resultado Operacional	(9.825)	(9.825)	(38.099)	(38.099)
3.08	Resultado Não Operacional	452	452	(1.142)	(1.142)
3.08.01	Receitas	452	452	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	(1.142)	(1.142)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(9.373)	(9.373)	(39.241)	(39.241)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	1.335	1.335	9.358	9.358
3.11	IR Diferido	1.848	1.848	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/05/2005 a 31/07/2005	4 - 01/05/2005 a 31/07/2005	5 - 01/05/2004 a 31/07/2004	6 - 01/05/2004 a 31/07/2004
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(6.190)	(6.190)	(29.883)	(29.883)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	353.049	353.049	264.906	264.906
	LUCRO POR AÇÃO				
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(0,01753)	(0,01753)	(0,11281)	(0,11281)

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

*** Em milhares de reais ***

1. Contexto Operacional

A Cosan S.A. Indústria e Comércio (doravante designada “Companhia”) e suas controladas têm como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar, álcool e demais derivados da cana-de-açúcar. As principais controladas, produtoras de açúcar e álcool, são a Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool (“Usina da Barra”) e a FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool (“FBA”).

Durante o trimestre findo em 31 de julho de 2005 e exercício findo em 30 de abril de 2005, a Companhia procedeu a uma reestruturação societária, objetivando atingir uma estrutura mais simples e eficiente. As principais operações realizadas foram:

- em 19 de novembro de 2004, a FBA constituiu a Nova FBA Indústria e Comércio Ltda.;
- em 21 de janeiro e 13 de abril de 2005, a Nova FBA Indústria e Comércio Ltda. adquiriu o controle acionário da Destilaria Vale do Tietê S.A. - Destivale, Destivale Agropecuária Ltda. - Destiagro, Agrícola Destivale Ltda. e Auto Posto Destivale Ltda., denominadas “Grupo Destivale”, pelo valor total de R\$78.057, apurando-se um ágio de R\$69.918;
- conforme mencionado na nota explicativa 10, em 31 de janeiro de 2005, a Companhia aumentou a sua participação na Usina da Barra de 52,4% para 95,0%;
- em 15 de abril de 2005, a Companhia incorporou suas controladas Participações Celisa S.A., Primavera Participações S.A. e JVM Participações S.A., na data-base de 28 de fevereiro de 2005, sendo os acervos patrimoniais incorporados compostos como segue:

	Participações Celisa S.A.	Primavera Participações S.A.	JVM Participações S.A.
Ativo			
Circulante	294	-	-
Permanente	6.665	10.015	4.567
Total do ativo	6.959	10.015	4.567
Passivo			
Circulante	5	218	-
Exigível a longo prazo	5	1	-
Total do passivo	10	219	-
Acervo patrimonial líquido	6.949	9.796	4.567

- em 27 de abril de 2005, a Destilaria Vale do Tietê S.A. - Destivale incorporou a ex-controladora Nova FBA Indústria e Comércio Ltda., a Agrícola Destivale Ltda. e a Auto Posto Destivale Ltda., na data-base de 31 de março de 2005. Os acervos líquidos incorporados eram compostos como segue:

	Nova FBA Indústria e Comércio Ltda.	Agrícola Destivale Ltda.	Auto Posto Destivale Ltda.
Ativo			
Circulante	2.059	5.051	80
Realizável a longo prazo	-	716	139
Permanente	77.287	6.414	10
Total do ativo	79.346	12.631	229
Passivo			
Circulante	23.806	1.764	1
Exigível a longo prazo	23.735	4.834	-
Total do passivo	47.541	6.598	1
Acervo patrimonial líquido	31.805	6.033	228

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- conforme mencionado na nota explicativa 10, em 29 de abril de 2005, a controlada Usina da Barra incorporou sua ex-controladora Nova Posa S.A. Administração e Participações, na data-base de 31 de março de 2005. Dessa forma, a Companhia aumentou a sua participação na Usina da Barra de 95,0% para 95,1%. O acervo líquido incorporado era composto como segue:

	Nova Posa S.A. Administração e Participações
Ativo	
Circulante	236
Permanente	69.559
Total do ativo	69.795
Passivo	
Exigível a longo prazo	18.970
Total do passivo	18.970
Acervo patrimonial líquido	50.825

- conforme mencionado nas notas explicativas 10 e 19, em 31 de maio de 2005, a Companhia recebeu R\$75.759 como integralização de capital, mediante a emissão de 34.528.146 novas ações ordinárias, a qual foi realizada pelas empresas Tereos do Brasil Participações Ltda. (Tereos) e Sucden Investimentos S.A. (Sucden) mediante a conferência, a valor de livros, das ações representativas do capital social da controlada FBA, equivalentes a 13.650.000 ações ordinárias, correspondentes a 52,5% do capital social dessa empresa, passando a Companhia a deter 99,9% do capital social da FBA.

- em 29 de julho de 2005, a Companhia incorporou sua controlada Cosan S.A. Refinadora de Açúcar, na data base de 30 de junho de 2005. O passivo a descoberto incorporado era composto como segue:

	Cosan S.A. Refinadora de Açúcar
Ativo	
Circulante	2.283
Realizável a longo prazo	37
Permanente	5.767
Total do ativo	8.087
Passivo	
Circulante	3.926
Exigível a longo prazo	9.017
Total do passivo	12.943
Passivo a descoberto	(4.856)

- em 29 de julho de 2005, a Companhia realizou uma cisão parcial dos seus ativos e passivos, retirando o seu investimento na Amaralina Agrícola Ltda. (Amaralina), na data base de 30 de junho de 2005. O acervo líquido cindido equivalente ao ativo permanente da controlada correspondente a propriedades rurais, totalizou R\$304.418, o qual originou a empresa Nova Amaralina Participações S.A., de propriedade dos atuais acionistas controladores.
- em 29 de julho de 2005 a Companhia arquivou junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM o pedido de registro de companhia aberta nos moldes da Instrução CVM nº 202/93. Em 26 de agosto de 2005, a CVM encaminhou à Companhia o Ofício/CVM/SEP/GEA-2 N°448/2005 solicitando informações adicionais nos documentos e relatórios entregues no ato do pedido de registro, as quais estão sendo preparadas pela Companhia. O prazo para concessão do registro encontra-se interrompido até a entrega, pela Companhia, dos esclarecimentos solicitados.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As informações trimestrais foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras para o período de três meses findo em 31 de julho de 2005, constituem-se em demonstrações financeiras interinas, somente para fins específicos e, portanto, não apresentam lançamentos no patrimônio líquido relativos a reserva legal e distribuição de dividendos, exigidos para encerramento anual.

Com o objetivo de propiciar informações adicionais, estão sendo apresentadas as demonstrações dos fluxos de caixa, preparadas de acordo com as normas e procedimentos contábeis NPC 20, emitida pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, e as demonstrações das origens e aplicações de recursos.

A comparabilidade dos balanços patrimoniais em 31 de julho de 2005, controladora e consolidado, com os de 30 de abril de 2005, está impactada, tendo em vista a cisão parcial da Companhia com relação ao investimento na Amaralina e a integralização de capital da Tereos e Sucden, citadas na nota explicativa 1, as quais acarretaram mudanças significativas nos saldos patrimoniais. Da mesma forma, as operações do trimestre findo em 31 de julho de 2005 não são perfeitamente comparáveis às do trimestre findo em 31 de julho de 2004, devido à citada integralização de capital da Tereos e Sucden que acarretou aumento de participação da Companhia na FBA de 47,5% para 99,9%. Dessa forma, as receitas e despesas relativas a FBA foram consolidadas em 2004 na proporção da participação da Companhia naquela controlada em conjunto, que era de 47,5%. Em 2005, as receitas e despesas foram consolidadas integralmente.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Aplicações financeiras

São registradas ao valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado.

b) Duplicatas a receber de clientes

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

d) Estoques

Estão registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera o valor de mercado.

A safra fundada e o custo de entressafra correspondem às despesas incorridas na manutenção das lavouras de cana-de-açúcar e parque industrial, respectivamente, que são apropriadas ao custo de produção da safra seguinte.

e) Investimentos

Em empresas controladas e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição. Os ágios foram apurados nas aquisições de participações societárias, sendo amortizados, quando aplicável, em 5 anos.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

f) Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, parcialmente reavaliado. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica e remanescente dos bens e estão demonstradas na nota explicativa 11.

Os gastos de formação de lavoura de cana-de-açúcar estão registrados pelo custo, sendo amortizados em 5 anos.

g) Diferido

Refere-se, substancialmente, a ágios apurados em aquisições de participações societárias, fundamentados na rentabilidade futura dos investimentos, sendo amortizados em períodos que variam de 5 a 10 anos.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo.

i) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias ou cambiais, conforme aplicável, e acrescidos de juros incorridos até a data do balanço.

j) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência, calculados conforme legislação em vigor. Os impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias estão apresentados no ativo circulante e no realizável a longo prazo, calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização, revisada anualmente.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais.

m) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação, própria e de controladas, são realizadas na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Quando aplicável, é constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação.

n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a administração faça estimativas com base em premissas que afetam os valores de ativos, passivos, receitas, despesas e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os resultados finais podem divergir dessas estimativas.

o) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

p) Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

q) Consolidação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação. O processo de consolidação inclui os seguintes principais procedimentos:

- a) eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo mantidos entre as companhias consolidadas;
- b) eliminação dos investimentos, proporcionalmente à participação da controladora nos patrimônios líquidos das controladas;
- c) eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as companhias consolidadas; e,
- d) eliminação de lucros não realizados decorrentes de transações entre as empresas consolidadas, quando relevantes.

Destacamos abaixo as companhias consolidadas:

	Participação em			
	31/07/05		30/04/05	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Amaralina Agrícola Ltda.	-	-	99,9%	-
Cosan Operadora Portuária S.A.	90,0%	-	90,0%	-
Cosan S.A. Refinadora de Açúcar	-	-	99,9%	-
FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool	99,9%	-	47,5%	-
Destilaria Vale do Tietê S.A. - Destivale	-	99,9%	-	47,5%
Destivale Agropecuária Ltda. - Destiagro	-	96,0%	-	45,6%
Administração de Participações Aguassanta Ltda.	91,5%	-	91,5%	-
Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool	45,1%	50,0%	45,1%	50,0%
Agrícola Ponte Alta S.A.	-	95,1%	-	95,1%
Cosan Distribuidora de Combustíveis Ltda.	99,9%	-	99,9%	-

A FBA e suas controladas, cujo controle em 30 de abril de 2005 era compartilhado com outro grupo econômico, foram consolidadas naquela data na proporção da participação da Companhia no capital social da FBA. Em 31 de julho de 2005, em função da reestruturação societária mencionada na nota explicativa 1, a consolidação da FBA e suas controladas passou a ser de 100%, impactando algumas análises comparativas dos dados individuais e consolidados.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações financeiras condensadas das empresas controladas, antes dos ajustes de consolidação aplicáveis, são como segue:

Saldos em 31 de julho de 2005

	FBA-Franco Brasileira S.A. Açúcar e Alcool e empresas controladas	Administração de Participações Aguassanta Ltda.	Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool	Agrícola Ponte Alta S.A.	Cosan Operadora Portuária S.A.	Cosan Distribuidora de Combustíveis Ltda.	Cosan S.A. Refinadora de Açúcar ¹	Amaralina Agrícola Ltda. ²
Ativo	506.738	30.068	822.827	267.859	64.531	1.179	-	-
Circulante	172.066	-	260.908	4.005	7.542	810	-	-
Realizável a longo prazo	18.577	-	88.372	-	2.455	2	-	-
Permanente	316.095	30.068	473.547	263.854	54.534	367	-	-
Passivo	506.738	30.068	822.827	267.859	64.531	1.179	-	-
Circulante	197.511	1	283.867	13	39.701	642	-	-
Exigível a longo prazo	158.595	26	483.891	220	13.704	7	-	-
Participação minoritária	(76)	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	150.708	30.041	55.069	267.626	11.126	530	-	-
Demonstrações do resultado								
Receita operacional líquida	88.098	-	167.189	5	17.162	1.002	1.878	-
Lucro (prejuízo) bruto	18.541	-	52.611	5	4.178	79	(849)	-
Lucro (prejuízo) operacional	2.110	4.477	13.140	(341)	(30)	93	(1.345)	306
Lucro (prejuízo) do período	1.127	4.477	8.204	(966)	(105)	93	(4.044)	298

Saldos em 30 de abril de 2005

	FBA-Franco Brasileira S.A. Açúcar e Alcool e empresas controladas	Administração de Participações Aguassanta Ltda.	Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool	Agrícola Ponte Alta S.A.	Cosan Operadora Portuária S.A.	Cosan Distribuidora de Combustíveis Ltda.	Cosan S.A. Refinadora de Açúcar	Amaralina Agrícola Ltda.	Primavera Participações S.A. ³	JVM Participações S.A. ³	Nova Pos S.A. Adminis- tração e Participações ³	Participações Célsa S.A. ³
Ativo	485.927	25.588	815.344	268.825	59.732	1.619	10.392	306.388	-	-	-	-
Circulante	149.092	-	238.089	509	2.907	1.237	4.435	746	-	-	-	-
Realizável a longo prazo	18.202	-	96.590	2.392	2.209	2	38	1.928	-	-	-	-
Permanente	318.633	25.588	480.665	265.924	54.616	380	5.919	303.714	-	-	-	-
Passivo	485.927	25.588	815.344	268.825	59.732	1.619	10.392	306.388	-	-	-	-
Circulante	181.484	3	290.063	12	38.341	1.175	2.409	1.317	-	-	-	-
Exigível a longo prazo	160.142	20	478.416	232	10.159	7	8.915	951	-	-	-	-
Patrimônio líquido	144.301	25.565	46.865	268.581	11.232	437	(932)	304.120	-	-	-	-
Demonstrações do resultado												
Receita operacional líquida	348.616	-	607.429	28	53.104	712	17.144	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	86.602	-	204.382	27	15.059	(38)	226	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) operacional	26.081	(12.304)	(26.246)	(1.140)	5.285	(318)	(3.086)	(1.001)	(1.746)	(326)	(12.405)	(1.112)
Lucro (prejuízo) do exercício	21.643	(11.585)	(21.752)	(1.140)	3.423	(318)	(3.066)	(555)	(1.746)	(326)	(12.405)	(1.112)

1 - Incorporada no trimestre findo em 31 de julho de 2005.

2 - Cindida no trimestre findo em 31 de julho de 2005.

3 - Incorporadas no exercício findo em 30 de abril de 2005.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
Caixa	57	55	109	99
Bancos conta movimento	14.272	11.153	18.726	26.715
Valores aguardando fechamento de câmbio	48.148	8.401	51.353	8.413
	62.477	19.609	70.188	35.227

Os valores aguardando fechamento de câmbio referem-se a recebimentos de recursos financeiros em moeda estrangeira, de clientes situados no exterior, cujo fechamento de câmbio junto às instituições financeiras não foi realizado até a data do balanço.

5. Aplicações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	4.009	3.839	4.009	3.869
Mercado futuro e de opções	1.162	884	1.162	884
Outros títulos de renda fixa	752	908	982	1.178
	5.923	5.631	6.153	5.931
Circulante	(4.960)	(4.723)	(4.960)	(4.753)
Realizável a longo prazo	963	908	1.193	1.178

Os valores registrados como mercado futuro e de opções incluem as remessas líquidas dos recebimentos financeiros relativos ao ajustamento periódico das margens de preço em contratos no mercado futuro e de opções.

6. Duplicatas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
No país	17.120	19.599	72.774	67.502
No exterior	73.533	52.246	73.995	52.700
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(573)	(577)	(2.878)	(1.138)
	90.080	71.268	143.891	119.064

A abertura dos saldos por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
Valores a vencer	15.102	25.684	57.903	71.560
Valores vencidos	75.551	46.161	88.866	48.642
Até 30 dias	61.924	40.546	72.705	41.964
De 31 a 60 dias	9.467	435	10.031	848
De 61 a 90 dias	1.671	2.002	1.999	2.077
Acima de 91 dias	2.489	3.178	4.131	3.753
	90.653	71.845	146.769	120.202

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a expectativa de perda sobre as duplicatas a receber de clientes. Embora existam valores vencidos há mais de 60 dias, a administração não espera perdas na realização das duplicatas a receber nas datas dos balanços, além dos valores contabilizados como provisão para créditos de liquidação duvidosa.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
Produtos acabados:				
Açúcar	78.350	42.022	154.958	65.371
Álcool	79.385	37.509	146.780	64.114
Outros	2.501	654	4.480	2.288
Custos de entressafra	30.495	51.135	62.046	86.907
Almoxarifado e outros	25.014	21.390	58.339	45.243
Safra fundada	79.268	88.708	162.510	162.785
	295.013	241.418	589.113	426.708

8. Adiantamentos a Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
Fornecedores de cana-de-açúcar	58.775	52.903	94.274	84.136
Fornecedores de equipamentos, materiais e serviços	3.601	6.863	8.938	10.455
	62.376	59.766	103.212	94.591

Os valores registrados nessa rubrica referem-se a adiantamentos para futura entrega de cana-de-açúcar, materiais e prestação de serviços, os quais deverão ser realizados nos próximos 12 meses. Os adiantamentos para fornecimento de cana-de-açúcar são remunerados conforme variação do preço do ATR (Açúcar Total Recuperável) informado mensalmente pelo CONSECANA-SP (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo).

9. Saldos com Empresas Ligadas

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool	129.908	163.889	-	-
FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool	107.415	85.680	-	45.376
Cosan Operadora Portuária S.A.	29.591	29.068	-	-
Cosan S.A. Refinadora de Açúcar	-	8.215	-	-
Cosan Distribuidora de Combustíveis Ltda.	294	834	-	-
Outras	16	11	3	94
	267.224	287.697	3	45.470
Circulante	(266.038)	(277.430)	(3)	(44.822)
Realizável a longo prazo	1.186	10.267	-	648
	Passivo			
	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
Amaralina Agrícola Ltda.	2.369	1.928	2.459	-
Indústria Açucareira São Francisco S.A.	587	1.358	587	1.358
Outras	1.379	56	1.887	686
	4.335	3.342	4.933	2.044
Circulante	(2.409)	(1.414)	(1.376)	(1.425)
Exigível a longo prazo	1.926	1.928	3.557	619

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04
Transações dos saldos ativos				
Remessa de recursos financeiros, líquida	118.160	95.016	(91)	22.066
Venda de produtos acabados e serviços	8.158	3.122	-	-
Compra de produtos acabados e serviços	(125.379)	(57.371)	-	-
Aquisição de serviços portuários	(5.698)	(2.772)	-	(17.844)
Transferência por incorporação	(9.795)	-	-	-
Venda de matéria-prima	1.438	-	-	-
Adição (eliminação) por consolidação	-	-	(45.376)	11.372
Receitas (despesas) financeiras	(7.357)	579	-	-
Transações dos saldos passivos				
Pagamento de recursos financeiros, líquido	(4.378)	(51.939)	(4.865)	(84.053)
Venda de produtos acabados e serviços	16.300	-	1.991	-
Compra de produtos acabados e serviços	(13.982)	-	-	-
Transferência por incorporação	45	-	-	-
Eliminação por consolidação integral	-	-	2.580	-
Despesas financeiras	-	1.063	-	1.063
Arrendamento de terras	3.008	978	3.183	978

As transações mercantis de compra e venda de produtos são realizadas a preços e em condições semelhantes às de mercado.

Os valores a receber da FBA em 31 de julho e 30 de abril de 2005 referem-se, principalmente, a pré-pagamentos para futura entrega de açúcar. Tais valores são atualizados monetariamente com base na variação cambial do dólar norte-americano, acrescida de juros de 10,61% ao ano.

Os valores a receber da Usina da Barra em 31 de julho e 30 de abril de 2005 referem-se a pré-pagamentos para futura entrega de açúcar, atualizados pela variação do CDI, mais juros de 1% ao mês até 31 de janeiro de 2005, e a partir dessa data, atualizados pela variação cambial mais 81% do CDI.

O saldo a receber da Cosan Operadora Portuária S.A. refere-se a adiantamentos para prestação de serviços portuários, sobre os quais não há remuneração.

Em 31 de julho de 2005, a Companhia é arrendatária de 6.121 hectares de terras (1.203 hectares em 30 de abril de 2005) da Santa Bárbara Agrícola S.A., de 12.750 hectares de terras (7.812 hectares em 30 de abril de 2005) da Indústria Açucareira São Francisco S.A. e de 13.713 hectares de terras da Amaralina. Estas operações são realizadas em condições e preços similares aos de mercado.

Até 30 de abril de 2005 as empresas ligadas Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool, Indústria Açucareira São Francisco S.A. e Usina Santa Bárbara S.A. Açúcar e Álcool mantinham contrato de parceria para industrialização de cana-de-açúcar com a Companhia, cabendo às contratantes a quantidade de 1,25 sacas (50 kg) de açúcar VHP e 20 litros de álcool, por tonelada de cana. Essas condições eram semelhantes às praticadas pelo mercado. Durante o trimestre findo em 31 de julho de 2005, as companhias firmaram acordo encerrando esse tipo de transação.

A controlada Usina da Barra utiliza terras pertencentes à sua controlada Agrícola Ponte Alta S.A., para plantio de cana-de-açúcar. Não há remuneração sobre essa transação.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. Investimentos

	Controladora							
	Investidas		Investidora					
	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Participação %		Investimentos		Equivalência patrimonial	
			01/05/05 a 31/07/05	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05	01/05/05 a 31/07/05
Amaralina Agrícola Ltda.	-	-	-	99,9	-	304.120	298	(249)
FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Alcool	150.708	1.127	99,9	47,5	150.708	68.543	1.127	(732)
Administração de Participações								
Aguassanta Ltda.	30.041	4.477	91,5	91,5	27.487	23.391	4.096	(2.536)
Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool	55.067	8.204	45,1	45,1	24.865	21.161	3.705	(1.029)
Primavera Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(2.632)
Cosan S.A. Refinadora de Açúcar	-	-	-	99,9	-	-	-	(1.069)
Participações Celisa S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1.760)
Cosan Operadora Portuária S.A.	11.126	(105)	90,0	90,0	10.013	10.840	(95)	186
TEAS - Terminal Exportador de Alcool de Santos S.A.	20.705	-	32,0	40,0	12.633	8.282	-	-
Cosan Distribuidora de Combustíveis Ltda.	530	93	99,9	99,9	530	437	93	-
Outros investimentos	-	-	-	-	39	37	-	-
					226.275	436.811	9.224	(9.821)
Ágio: Nova Usati Refinadora S.A.					-	5.085		
Ágio: Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool					26.417	28.178	-	
Ágio: TEAS - Terminal Exportador de Alcool de Santos S.A.					321	4.672	-	
					253.013	474.746	9.224	(9.821)

No trimestre findo em 31 de julho de 2005 a Companhia registrou em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas provisão para desvalorização de participações societárias permanentes no valor de R\$4.044 referente ao resultado negativo da ex-controlada Cosan S.A. Refinadora de Açúcar, no período.

As quantidades de ações e/ou quotas das controladas e coligada e as respectivas quantidades possuídas pela Companhia, em 31 de julho de 2005 e 30 de abril de 2005, são como segue:

	Controladora - em 31 de julho de 2005							
	Total de ações da investida				Total de ações da investidora			
	Ações				Ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Quotas	Total	Ordinárias	Preferenciais	Quotas	Total
FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Alcool	26.000.000	-	-	26.000.000	25.999.996	-	-	25.999.996
Administração de Participações								
Aguassanta Ltda.	-	-	9	9	-	-	1	1
Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool*	3.410.877.545	828.548.956	-	4.239.426.501	1.579.411.035	334.897.390	-	1.914.308.425
Cosan Operadora Portuária S.A.	50.000	50.000	-	100.000	45.000	45.000	-	90.000
Cosan Distribuidora de Combustíveis Ltda.	1.000.000	-	-	1.000.000	999.999	-	-	999.999
TEAS - Terminal Exportador de Alcool de Santos S.A.	11.281.960	-	-	11.281.960	3.610.227	-	-	3.610.227

	Controladora - em 30 de abril de 2005							
	Total de ações da investida				Total de ações da investidora			
	Ações				Ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Quotas	Total	Ordinárias	Preferenciais	Quotas	Total
Amaralina Agrícola Ltda.	-	-	132.368.872	132.368.872	-	-	132.368.871	132.368.871
FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Alcool	26.000.000	-	-	26.000.000	12.349.998	-	-	12.349.998
Administração de Participações								
Aguassanta Ltda.	-	-	9	9	-	-	1	1
Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool*	3.410.877.545	828.548.956	-	4.239.426.501	1.579.411.035	334.897.390	-	1.914.308.425
Cosan S.A. Refinadora de Açúcar	2.345.025	-	-	2.345.025	2.345.024	-	-	2.345.024
Cosan Operadora Portuária S.A.	50.000	50.000	-	100.000	45.000	45.000	-	90.000
TEAS - Terminal Exportador de Alcool de Santos S.A.	9.025.568	-	-	9.025.568	3.610.227	-	-	3.610.227
Cosan Distribuidora de Combustíveis Ltda.	1.000.000	-	-	1.000.000	999.999	-	-	999.999

* Informações em milhares de ações

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
Saldos iniciais (em 30 de abril de 2005 e 2004)	474.746	465.832	13.128	304
Equivalência patrimonial	9.224	(7.601)	-	-
Aquisição de investimentos	-	13.655	5	8.282
Adição de investimento por integralização de capital	75.759	21.560	-	21.548
Ágio pago na aquisição de participações societárias	-	68.392	-	101.205
Transferência de ágio para o ativo diferido	-	(63.720)	-	(96.533)
Baixa de investimentos	-	(132)	-	(130)
Redução por incorporação / cisão	(304.418)	(50)	-	(21.548)
Amortização de ágio	(6.847)	(8.416)	-	-
Realização de ágio com reavaliação	-	(9.988)	-	-
Reversão (recebimento) de dividendos	1.777	(4.883)	-	-
Ganho de capital e outras	2.772	97	-	-
Saldos finais (em 31 de julho e 30 de abril de 2005)	253.013	474.746	13.133	13.128

Em 31 de janeiro de 2005, conforme mencionado na nota explicativa 19, os acionistas aprovaram aumento do capital social da Companhia no montante de R\$355. A integralização de capital foi efetuada integralmente pela Aguassanta Participações S.A. através da conferência de ativos líquidos, os quais incluíam as suas participações societárias na Nova Posa S.A. Administração e Participações, na Administração de Participações Aguassanta Ltda. e na Usina da Barra. Como conseqüência, a Companhia aumentou sua participação nessas companhias.

Adicionalmente, em 31 de janeiro de 2005, a Companhia adquiriu a JVM Participações S.A., empresa controlada da Aguassanta Participações S.A., detentora de 8,5% das ações da Nova Posa S.A. Administração e Participações, que detinha 92,7% das ações do capital social da Usina da Barra. Com a aquisição, a Companhia passou a deter direta e indiretamente 95,0% das ações do capital social da Usina da Barra.

Nessa transação, a Companhia permutou com a Aguassanta Participações S.A. o mútuo a receber com a Pedro Ometto S.A. Administração e Participações, no montante de R\$68.614, pelas ações da JVM Participações S.A., avaliadas a valor de livros por R\$4.894, apurando um ágio de R\$63.720, decorrente da mais valia da participação societária da JVM Participações S.A. na Nova Posa S.A. Administração e Participações, fundamentado em rentabilidade futura, suportada por laudo de avaliação emitido em 20 de janeiro de 2005 por peritos avaliadores.

Em 16 de fevereiro de 2005, a Companhia adquiriu participação no Terminal Exportador de Álcool de Santos S.A., representada por 3.610.227 ações ordinárias nominativas, equivalentes a 40% do capital social daquela companhia, pelo valor de R\$12.954. Essa operação gerou um ágio no montante de R\$4.672, fundamentado pela mais valia de seu parque industrial, cuja amortização ocorrerá de acordo com a depreciação do respectivo parque industrial.

Em 15 de abril de 2005, conforme mencionado em nota explicativa 1, a Companhia incorporou suas controladas Primavera Participações S.A., Participações Celisa S.A. e JVM Participações S.A.. Estas incorporações foram realizadas a valor de livros, não gerando ganho ou perda nas operações.

Em 29 de abril de 2005, a controlada Usina da Barra incorporou sua controladora Nova Posa S.A. Administração e Participações. Essa transação foi efetuada a valor de mercado gerando uma perda de capital por aumento de participação no montante de R\$661.

Em 31 de maio de 2005, conforme mencionado na nota explicativa 1 e 19, a Companhia elevou sua participação no capital social da FBA para 99,9%.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 29 de julho de 2005, conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia incorporou sua controlada Cosan S.A. Refinadora de Açúcar, que teve suas atividades paralisadas em junho de 2005.

Também em 29 de julho de 2005, a Companhia realizou a cisão parcial de seus ativos e passivos conforme nota explicativa 1, retirando o investimento na Amaralina Agrícola Ltda.

Para fins de consolidação, os valores dos ágios, cujo fundamento econômico é a rentabilidade futura, foram reclassificados para o ativo diferido.

11. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação/ amortização (%)	Controladora				Líquido	Líquido
		31/07/05		30/04/05			
		Custo	Reavaliação	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos e propriedades rurais	-	69.711	107.742	-	177.453	177.316	
Máquinas, equipamentos e instalações	10,73	219.062	-	(135.504)	83.558	83.044	
Veículos	24,27	23.832	-	(18.307)	5.525	5.774	
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	15,12	12.679	-	(6.955)	5.724	4.148	
Edifícios	4,04	10.566	-	(5.323)	5.243	3.668	
Benfeitorias	4,00	82.902	-	(10.841)	72.061	71.928	
Obras em andamento	-	26.014	-	-	26.014	17.918	
Custo de formação de lavouras	20,00	175.953	-	(87.666)	88.287	92.440	
Outras imobilizações	-	20	-	(4)	16	16	
Provisão para perda sobre o ativo imobilizado	-	(828)	-	-	(828)	-	
		<u>619.911</u>	<u>107.742</u>	<u>(264.600)</u>	<u>463.053</u>	<u>456.252</u>	

Conforme mencionado na nota explicativa 19, a Companhia recebeu em integralização de capital pela Santa Bárbara Agrícola S.A. propriedades rurais, as quais foram reavaliadas em 31 de janeiro de 2005, conforme laudo emitido em 10 de janeiro de 2005, pela empresa Consplan Consultoria, Planejamento, Avaliação e Peritagem S/C Ltda. Conforme o laudo de avaliação, as propriedades rurais valem R\$156.006, comparativamente ao valor contábil líquido de R\$64.076, o que gerou uma mais valia de R\$91.930.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Taxas médias anuais de depreciação/amortização (%)	Consolidado				
		31/07/05		30/04/05		
		Custo	Reavaliação	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades rurais	-	183.378	280.776	-	464.154	749.528
Máquinas, equipamentos e instalações	9,30	555.159	141.238	(464.354)	232.043	209.400
Veículos	20,05	56.470	9.753	(56.431)	9.792	8.823
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	14,68	22.568	83	(13.225)	9.426	6.550
Edifícios	4,32	48.522	53.811	(40.042)	62.291	57.072
Benfeitorias	4,00	138.797	1.124	(18.608)	121.313	110.884
Obras em andamento	-	76.782	-	-	76.782	50.469
Custo de formação de lavouras	20,00	405.820	-	(187.159)	218.661	201.894
Outras imobilizações	-	27	-	-	27	44
Provisão para perda sobre o ativo imobilizado	-	(828)	-	-	(828)	-
		1.486.695	486.785	(779.819)	1.193.661	1.394.664

Em 31 de julho de 2005, o imobilizado consolidado inclui o valor de R\$374.754 (R\$524.996 em 30 de abril de 2005) correspondente ao saldo líquido de reavaliações da conta de propriedades rurais, da Companhia e de parte das controladas, e de máquinas, equipamentos e instalações, veículos, edifícios e benfeitorias da controlada Usina da Barra.

O resultado do período contempla o montante de R\$3.623 (R\$3.465 em 31 de julho de 2004) referente a depreciação dos itens reavaliados.

12. Diferido

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Controladora			
		31/07/05		30/04/05	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição da Administração de Participações Aguassanta Ltda.	20,0	392.616	(203.062)	189.554	209.184
Ágio na aquisição da JVM Participações S.A.	20,0	63.720	(5.178)	58.542	62.110
		456.336	(208.240)	248.096	271.294

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Consolidado			
		31/07/05		30/04/05	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição da Administração de Participações Aguassanta Ltda.	20,0	392.616	(203.062)	189.554	209.184
Ágio na aquisição da JVM Participações S.A.	20,0	63.720	(5.178)	58.542	62.110
Ágio na aquisição da Nova Usati Refinadora S.A.	20,0	6.667	(6.667)	-	5.085
Ágio na aquisição da Usina da Barra	20,0	35.242	(8.825)	26.417	28.178
Ágio na constituição da FBA	10,0	22.992	(10.155)	12.837	6.371
Ágio na Univalem S.A. Açúcar e Álcool	10,0	24.118	(10.257)	13.861	6.870
Ágio na aquisição da Guanabara Agro Industrial S.A.	20,0	27.747	(15.118)	12.629	6.619
Ágio na aquisição do Grupo Destivale	10,0	69.918	(1.774)	68.144	33.211
Despesas pré-operacionais	12,8	7.026	(4.471)	2.555	2.370
		650.046	(265.507)	384.539	359.998

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. Impostos e Contribuições Sociais a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
ICMS	470	103	36.011	41.465
INSS	2.936	1.734	6.438	4.568
PIS	388	247	1.261	1.321
COFINS	2.960	2.322	6.316	6.657
Programa Especial de Parcelamento de Impostos Estaduais - REFIS Estadual	-	-	86.954	84.532
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-	-	65.899	60.293
Programa de Parcelamento Especial - PAES	62.153	62.797	94.131	83.406
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	11.366	1.723	18.859
Outros	3.631	1.764	7.862	4.360
	72.538	80.333	306.595	305.461
Circulante	(17.143)	(24.119)	(76.340)	(88.067)
Exigível a longo prazo	55.395	56.214	230.255	217.394

Os montantes vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
2006	3.303	5.178	18.834	28.168
2007	7.928	7.767	41.714	37.751
2008	7.928	7.767	39.622	35.586
2009	7.928	7.767	37.966	33.895
2010	7.928	7.767	34.807	31.355
2011 a 2021	20.380	19.968	57.312	50.639
	55.395	56.214	230.255	217.394

O saldo referente ao ICMS apresentado no balanço consolidado é composto substancialmente por parcelamentos de ICMS da Usina da Barra e da FBA. Os referidos parcelamentos foram realizados nos prazos de 24 e 60 meses e estão sujeitos a incidência de encargos financeiros calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e juros de 1,8% ao mês.

Programa Especial de Parcelamento de Impostos Estaduais - Refis Estadual

Em outubro de 2000, a Usina da Barra e a FBA aderiram ao Programa de Parcelamento Especial de Impostos Estaduais, conforme disposições contidas no Decreto nº 44.971, de 19 de junho de 2000, do Governo do Estado de São Paulo para débitos do ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços. Assim, a liquidação desses valores está sendo realizada em 120 parcelas mensais, desde dezembro de 2001, com incidência de encargos financeiros calculados com base na variação da TJLP.

Os saldos em 31 de julho de 2005 e 30 de abril de 2005 apresentam-se da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/07/05	30/04/05
Valor original:		
Principal	38.517	35.182
Multa	8.655	8.122
Juros	43.153	42.460
	90.325	85.764
Encargos calculados pela TJLP	41.427	37.582
Pagamentos efetuados	(44.798)	(38.814)
	86.954	84.532
Circulante	(13.878)	(12.907)
Exigível a longo prazo	73.076	71.625

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 28 de abril de 2000, a Usina da Barra, a Destilaria Vale do Tietê S.A. - Destivale e a Destivale Agro Pecuária Ltda. - Destiagro, firmaram Termo de Opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, aprovado pela Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, declarando seus débitos de tributos e contribuições sociais junto à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Como garantia, no processo de consolidação da dívida, foram arrolados bens do ativo imobilizado das empresas.

Os pagamentos ao REFIS são feitos com base em 1,2% da receita bruta mensal. O saldo é atualizado monetariamente pela TJLP.

Os saldos em 31 de julho de 2005 e 30 de abril de 2005 apresentam-se da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/07/05	30/04/05
Valor original:		
Principal	66.779	64.323
Multa	13.838	12.935
Juros	18.666	16.370
Honorários advocatícios e encargos legais	3.179	2.877
Compensações com prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(23.977)	(23.616)
	78.485	72.889
Encargos calculados pela TJLP	33.186	29.439
Pagamentos efetuados	(45.772)	(42.035)
	65.899	60.293
Circulante	(8.939)	(7.919)
Exigível a longo prazo	56.960	52.374

Programa de Parcelamento Especial - PAES

Aproveitando o benefício promovido pelo Programa de Parcelamento Especial - PAES nos termos da Lei nº 10.684, publicada em 31 de maio de 2003, a Companhia e empresas controladas desistiram da discussão de algumas demandas judiciais, pleiteando o parcelamento dos referidos débitos com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, junto à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. As parcelas são atualizadas mensalmente pela TJLP.

Até a presente data, as autoridades fiscais não apresentaram as posições dos débitos consolidados, os quais, de acordo com os controles das Companhias, são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
Impostos apurados e atualizados até a data da adesão ao programa:				
Tributos SRF/FNDE*	62.093	62.093	83.909	73.915
Contribuições INSS	2.565	2.565	14.058	12.015
Amortizações	(14.322)	(12.392)	(21.756)	(16.524)
Atualização monetária	11.817	10.531	17.920	14.000
	62.153	62.797	94.131	83.406
Parcelas devidas a curto prazo	(7.775)	(7.617)	(12.009)	(9.936)
Parcelas a longo prazo	54.378	55.180	82.122	73.470

* FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico

O parcelamento vem sendo pago com base em 1,5% do faturamento, observando o limite mínimo de 120 parcelas, não podendo ser maior que 180 parcelas.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Considerações Gerais

A manutenção da Companhia e das empresas controladas nos programas e parcelamentos acima mencionados depende do atendimento de várias condições, sobretudo da continuidade do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos vincendos.

O sistema tributário brasileiro é de auto-lançamento, portanto, as declarações de renda arquivadas permanecem abertas para revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos contados da data de arquivamento.

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.373)	(39.241)	(2.751)	(59.416)
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	3.187	13.342	935	20.202
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	3.136	(3.339)	-	(5)
Amortização de ágio	(2.732)	(269)	(2.732)	(269)
Diferenças permanentes (doações e contribuições)	(375)	(250)	(806)	(1.530)
Outros	(33)	(126)	(451)	3.913
Total de impostos correntes e diferidos	3.183	9.358	(3.054)	22.311
Taxa efetiva	-	-	-111,01%	-

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
Imposto de renda sobre o lucro	352	21.480	4.749	33.560
Contribuição social sobre o lucro	983	7.736	1.734	12.098
Sub-total de imposto de renda e contribuição social	1.335	29.216	6.483	45.658
Pagamento/compensação realizados no exercício	(1.335)	(17.850)	(4.760)	(26.799)
Total de imposto de renda e contribuição social a recolher (Nota 13)	-	11.366	1.723	18.859

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Controladora			
	31/07/05			30/04/05
	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total
Provisões para contingências e outras diferenças temporárias	57.582	14.395	5.183	19.578
Tributos diferidos		14.395	5.183	19.578
Circulante				(6.389)
Realizável a longo prazo				13.189

	Consolidado			
	31/07/05			30/04/05
	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total
Provisões para contingências e outras diferenças temporárias	182.792	45.698	16.451	62.149
Prejuízos fiscais	26.544	6.636	-	6.636
Base negativa de contribuição social	26.971	-	2.427	2.427
Tributos diferidos		52.334	18.878	71.212
Circulante				(24.731)
Realizável a longo prazo				46.481

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social deverão ser realizados no prazo máximo de 2 anos a contar de 31 de julho de 2005. Tendo em vista ser difícil prever com exatidão o prazo de realização dos impostos diferidos relacionados às provisões para contingências, a administração da Companhia decidiu manter a totalidade dos referidos créditos tributários classificados no ativo realizável a longo prazo.

15. Empréstimos e Financiamentos

Finalidade	Encargos financeiros (1)		Controladora		Consolidado		Venci-mento final	Garantias (2)	
	Indexador	Taxa média anual de juros	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05		31/07/05	30/04/05
Senior Notes	Dólar- (US)	Juros de 9,0% com swap para 81% do CDI	500.773	523.563	500.773	523.563	Nov/ 2009	Aval Usina da Barra e FBA	Aval Usina da Barra e FBA
Resolução 2471	IGP-M Var. do preço do milho	Juros de 4,2% Juros de 12,5%	67.680	67.918	252.037	235.809	Dez/ 2020	Certificados do Tesouro Nacional e hipoteca de terras	Certificados do Tesouro Nacional e hipoteca de terras
Adiantamento de contratos de câmbio	Dólar (US)	Juros de 4,9% (6,5% em 30 de abril de 2005)	104.031	-	107.820	1.877	Dez/ 2005	Penhora de Açúcar	-
Finame (3)	UMBNDDES Pré-fixado URTJLP	Juros de 5,5% Juros de 10,9% Juros de 5,5%	403 2.192 32.583	465 2.137 34.386	403 2.498 37.066	465 2.278 37.637	Dez/ 2013 Abr/ 2007 Dez/ 2013	Hipoteca, alienação fiduciária dos bens financiados	Hipoteca, alienação fiduciária dos bens financiados
Capital de giro (4)	IGP-M TR	Juros de 11,3% Juros de 12,0%	-	-	14.732 16.444	15.590 18.615	Dez/ 2012 Mar/ 2015	Estoques, alienação fiduciária e hipoteca de terras	Estoques, alienação fiduciária e hipoteca de terras
Resolução 2770	Dólar (US)	Juros de 5,7%	20.358	-	20.358	-	Jan/ 2006	-	-
Conta Garantida	CDI	Juros de 2,5%	25.365	-	25.365	-	Jan/ 2006	-	-
Circulante (inclui juros a pagar) Exigível a longo prazo			753.385 (182.641) 570.744	628.469 (27.246) 601.223	979.064 (198.857) 780.207	836.573 (38.135) 798.438			

(1) Encargos financeiros em 31 de julho de 2005, exceto quando de outra forma indicado;

(2) Todos os empréstimos e financiamentos são garantidos por notas promissórias e avais de acionistas, além das garantias mencionadas acima;

(3) Do montante total dos financiamentos indexados a URTJLP: 58% - principal e encargos a serem pagos no período de safra; 22% - principal e encargos pagos semestralmente, e 20% - principal e encargos pagos mensalmente;

(4) Do montante total dos empréstimos indexados ao IGP-M, 64% - principal a ser pago anualmente e encargos mensalmente, e 36% - principal e encargos pagos mensalmente. O restante, indexado à TR, principal e encargos são pagos mensalmente.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
2006	3.391	4.428	5.610	7.723
2007	4.273	4.239	8.908	8.835
2008	8.198	9.044	12.598	13.505
2009	480.480	508.610	484.314	512.647
2010 a 2015	8.339	8.202	23.021	23.947
2018	14.107	14.244	89.603	76.055
2019	-	-	95.200	96.158
2020	51.956	52.456	60.953	59.568
	570.744	601.223	780.207	798.438

Resolução 2471

No período entre 1998 e 2000, a Companhia e empresas controladas renegociaram com diversas instituições financeiras suas dívidas relativas a financiamentos para custeio agrícola, reduzindo seu custo financeiro para taxas de juros anuais inferiores a 10%, garantindo a amortização do principal atualizado da dívida com a cessão e transferência de Certificados do Tesouro Nacional, resgatáveis na liquidação da dívida, aproveitando incentivo promovido pela resolução do Banco Central nº 2471, de 26 de fevereiro de 1998. Em 31 de julho de 2005, esses certificados estão classificados no realizável a longo prazo, no montante de R\$12.442 (R\$12.208 em 30 de abril de 2005), Companhia, e R\$51.493 (R\$47.009 em 30 de abril de 2005), consolidado, e são remunerados pelo IGP-M, mais juros anuais de 12%. Na data de liquidação da dívida, o valor de resgate desses certificados deverá ser semelhante ao valor da dívida renegociada. Os juros referentes a esses financiamentos são pagos anualmente e os valores de principal possuem vencimento em 2018 e 2020, na controladora, e 2018, 2019 e 2020, no consolidado.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Senior Notes

Em 18 de outubro de 2004, a Companhia emitiu *Senior Notes* no mercado internacional de acordo com os “Regulations S and 144A” no montante de US\$200 milhões. Os *Senior Notes* estão listados na bolsa de Luxemburgo, possuem vencimento para novembro de 2009 e estão sujeitos a juros de 9% ao ano, pagáveis semestralmente em maio e novembro de cada ano, com o primeiro pagamento previsto para 1º de maio de 2005. Os *Senior Notes* estão garantidos pela própria Companhia, pela Usina da Barra e pela FBA (limitado a 20% do valor dos *Senior Notes*).

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas, sendo as mais significativas, como segue:

- limitação de endividamento com atendimento de índice Dívida líquida/*EBTIDA* inferior a 3,5 para 1, sendo em 31 de julho de 2005 igual a 2,8 para 1;
- limitação de transações com acionistas e empresas afiliadas; e,
- limitação no pagamento de dividendos e outras restrições de pagamentos que afetam as subsidiárias.

Todas as cláusulas restritivas vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia e suas controladas.

IFC - International Finance Corporation

Em 28 de junho de 2005, a Companhia contratou uma linha de crédito totalizando US\$70 milhões junto ao IFC, segmentada em “A loan” de US\$50 milhões e “C loan” de US\$20 milhões. Os recursos do financiamento apenas serão desembolsados mediante solicitação da Companhia. Caso os recursos sejam desembolsados, os juros incidentes sobre a operação serão devidos semestralmente em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano, à taxa LIBOR mais 3,75% ao ano. Caso haja o desembolso do “A loan”, o principal será liquidado em 12 parcelas semestrais, com início em 15 de julho de 2007. Caso haja o desembolso do “C loan”, o principal será liquidado em uma única parcela total em 15 de janeiro de 2013. No caso da Companhia fazer uma emissão pública inicial de ações, o IFC terá a opção de converter o “C loan”, total ou parcialmente, em ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia no momento e ao preço da emissão. A operação será garantida pela hipoteca do parque industrial da controlada Usina da Barra, além de aval do acionista controlador e da Usina da Barra, Amaralina, Cosan Portuária e Agrícola Ponte Alta S.A. Esses empréstimos, se tomados, sujeitarão a Companhia e suas Controladas a certas cláusulas restritivas, incluindo, sem limitação, restrição sobre o pagamento de dividendos e limitação do endividamento, com atendimento a certos índices.

16. Adiantamentos de Clientes

Os saldos demonstrados no circulante e exigível a longo prazo, em 31 de julho de 2005, no valor total de R\$168.475, Companhia, e R\$189.465, consolidado, (R\$246.255 e R\$268.827, respectivamente, em 30 de abril de 2005), representam antecipações de empresas equiparadas a exportadoras, sobre as quais incidem variação cambial do dólar norte-americano e juros com base na taxa Libor, acrescidos de 4,5% a 8% ao ano, com vencimentos até 2009. Esses adiantamentos estão garantidos por notas promissórias, lavouras de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, penhor de equipamentos e avais de acionistas e de garantidores solidários compostos por empresas do mesmo grupo econômico da Companhia.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
2006	-	3.211	-	3.211
2009	72.391	77.560	72.391	77.560
	72.391	80.771	72.391	80.771

17. Notas Promissórias

	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
Aquisição do controle da Usina da Barra (i)	28.276	29.941	28.276	29.941
Aquisição da Nova Usati Refinadora S.A. atual Cosan S.A. Refinadora de Açúcar (ii)	10.698	10.806	10.698	10.806
Aquisição da Destilaria Vale do Tietê S.A. (iii)	-	-	44.238	21.909
	38.974	40.747	83.212	62.656
Circulante	(12.715)	(3.602)	(34.834)	(14.556)
Exigível a longo prazo	26.259	37.145	48.378	48.100

(i) Decorre da aquisição, ocorrida em 2002, das participações societárias nas empresas Administração de Participações Aguassanta Ltda., Primavera Participações S.A. e O.C.O. Participações Ltda., as quais possuíam participações societárias na Usina da Barra. Sobre o saldo incide variação cambial do dólar norte-americano. Em 25 de outubro de 2004, a Companhia realizou o pagamento antecipado de 18 parcelas no montante de R\$71.280. O saldo remanescente será pago em 16 parcelas mensais a partir de maio de 2006.

(ii) Decorre da aquisição da Cosan S.A. Refinadora de Açúcar em 01 de fevereiro de 2004. O saldo é remunerado pela variação do IGP-M.

(iii) Decorre da aquisição da Destilaria Vale do Tietê S.A., em 21 de janeiro de 2005, pela FBA. Esse saldo está sujeito a uma remuneração combinada que considera efeitos relativos à variação do dólar norte-americano, à variação média do preço da cana e à variação do IGP-M.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
2006	11.883	22.096	11.882	22.096
2007	14.376	15.049	36.496	26.004
	26.259	37.145	48.378	48.100

As notas promissórias são garantidas por aval de acionistas.

18. Provisão para Contingências

	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
Contingências fiscais:				
Tributos compensados com crédito prêmio de IPI (i)	116.124	111.543	191.033	160.464
ICMS (ii)	343	-	53.997	43.515
Tributos compensados com crédito de IPI sobre matéria-prima (NT) e outros (iii)	-	-	40.563	39.359
PIS e COFINS (iv)	1.844	1.823	22.813	20.634
INSS (v)	1.604	1.580	8.880	7.461
Outros	778	1.077	13.765	7.431
Cíveis e Trabalhistas	1.302	1.302	6.578	4.674
	121.995	117.325	337.629	283.538

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(i) O crédito-prêmio, instituído pelo do Decreto-lei nº 491/69, concedeu uma subvenção às empresas exportadoras, mediante a outorga de créditos tributários do IPI, calculados sobre as vendas ao exterior, como forma de ressarcimento de tributos pagos internamente. O benefício foi regulamentado pelo Decreto nº 64.833, de 17 de julho de 1969, que autorizou a utilização do valor excedente do crédito-prêmio para pagamento de quaisquer tributos federais ou o seu ressarcimento em espécie. Além dos créditos-prêmio de IPI próprios, a Companhia e suas controladas utilizaram outros créditos-prêmio de IPI de empresas do mesmo grupo econômico, principalmente, da Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Alcool e da Indústria Açucareira São Francisco S.A.. Até 31 de julho de 2005, parte significativa destes créditos-prêmio foi utilizada na compensação de impostos e contribuições federais, inclusive IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, CIDE, IRRF e IOF. Considerando que tais créditos encontram-se, ainda, sujeitos a discussão, as demonstrações financeiras referentes ao período encerrado em 31 de julho de 2005 e ao exercício encerrado em 30 de abril de 2005 contemplam provisão referente a tais impostos e contribuições compensados, incluindo os juros calculados de acordo com a taxa SELIC. De acordo com o parecer dos assessores jurídicos da Companhia e controladas, a probabilidade de perda no desfecho desses processos é considerada remota, considerando jurisprudências favoráveis proferidas principalmente nos tribunais superiores. As discussões encontram-se no âmbito do Tribunal Regional Federal.

(ii) O governo do Estado de São Paulo iniciou diversos processos judiciais contra a Usina da Barra com relação ao ICMS de períodos entre setembro de 1987 e agosto de 1994 incidente sobre a cana-de-açúcar, exigido na saída do produto final, calculado através de pauta fiscal, devido e não pago. Em função dos assessores jurídicos da controlada entenderem que as chances de êxito no desfecho desses processos são remotas, a Companhia vem registrando provisão no montante de R\$35.444 em 31 de julho de 2005, incluindo juros e outros encargos. O montante restante inclui diversos processos referentes a créditos tomados e tributo declarado e não pago, concentrados basicamente nas controladas FBA e Destilaria Vale do Tietê S.A. – Destivale, em relação aos quais há perspectiva de desfecho desfavorável às controladas, conforme avaliação dos seus consultores jurídicos.

(iii) A Usina da Barra discute judicialmente o direito de reconhecer os créditos presumidos de IPI decorrentes das compras de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem que são imunes, isentos ou tributados à alíquota zero. De acordo com liminar obtida em mandado de segurança impetrado pela controlada, esses créditos de IPI foram utilizados para compensar saldos devedores do próprio IPI corrente e outros tributos e contribuições federais. Em 31 de julho de 2005, a provisão reflete o montante dos impostos e contribuições compensados, incluindo juros e outros encargos. De acordo com os consultores jurídicos da Companhia e da controlada, são consideradas remotas as probabilidades de perda no desfecho desses processos, considerando jurisprudências favoráveis proferidas principalmente nos tribunais superiores. As discussões encontram-se na esfera judicial, no âmbito do Tribunal Regional Federal.

(iv) A Usina da Barra vem questionando judicialmente a exigência da COFINS e do PIS dos períodos de dezembro/1993 a junho/1996 e janeiro a junho/1996, respectivamente, incidentes sobre a comercialização do álcool carburante. De acordo com o parecer dos assessores jurídicos da Companhia e da controlada, as probabilidades de perda no desfecho dessas ações são consideradas prováveis. As discussões encontram-se na esfera judicial, no âmbito de tribunal inferior. Nesse valor também estão incluídos montantes de COFINS e PIS da Companhia e suas controladas, em virtude de questionamento judicial quanto à base de cálculo (incidência das contribuições sobre outras receitas, de que trata a Lei 9.718). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia e das suas controladas, as probabilidades de perda no desfecho desses processos são consideradas possíveis. As discussões encontram-se na esfera judicial, no âmbito de tribunal inferior em relação ao COFINS e no âmbito de tribunal superior em relação ao PIS.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(v) Refere-se a diversas Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos (NFLD), do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS contra a Companhia e suas controladas, com relação a diferenças de contribuições sobre a folha de pagamento de trabalhadores rurícolas, de contribuições por responsabilidade solidária com prestadores de serviços contratados e a diferenças de contribuição de Seguro de Acidentes do Trabalho, em diversos períodos. Os assessores jurídicos da Companhia e controladas consideram prováveis as chances de perda no desfecho desses processos.

Crédito Prêmio de IPI decorrente da Instrução Normativa 67/98

A Instrução Normativa SRF nº 67/98 trouxe a possibilidade da restituição dos valores de IPI recolhidos no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997, sobre o açúcar refinado do tipo amorfo.

Diante disso, a controlada indireta Usina da Barra, para os períodos que havia efetuado o recolhimento, pleiteou a compensação desses valores com outros tributos devidos. No entanto, os pedidos de restituição, bem como de compensação, foram indeferidos pela Secretaria da Receita Federal. Assim, a Usina da Barra impugnou administrativamente o indeferimento.

Após notificação para pagamento dos débitos objetos de compensação, tendo em vista as alterações introduzidas pela IN SRF nº 210/02, a controlada Usina da Barra imputou Mandado de Segurança com pedido de liminar para suspender a exigibilidade dos tributos compensados, objetivando, dessa forma, impedir que a Administração Pública pudesse executar os débitos. A liminar foi deferida pelo juízo competente. O consultor jurídico que patrocina esse processo considerou como possível a probabilidade de perda nesse processo. O montante compensado e atualizado até 31 de julho de 2005 é de R\$114.030 (R\$111.564 em 30 de abril de 2005). Suportada pela avaliação dos seus consultores jurídicos, a administração considera não haver necessidade de provisão contábil para a referida contingência.

Crédito Prêmio de IPI - BEFIEIX

As controladas Usina da Barra e FBA vêm discutindo judicialmente créditos fiscais extemporâneos avaliados em, aproximadamente, R\$143.142 e R\$12.720, respectivamente (R\$138.775 e R\$12.344, respectivamente, em 30 de abril de 2005), relativos ao crédito prêmio de IPI (Decreto-lei nº 491 de 05 de março de 1969), incidente sobre exportações realizadas sob o programa especial de exportação – BEFIEIX, calculados no período de maio de 1992 a janeiro de 2004 e junho de 1996 a dezembro de 2004, respectivamente. Os consultores jurídicos das controladas consideram remotas as chances de perda no referido processo. Não houve reconhecimento contábil desses créditos, bem como, não houve utilização dos mesmos para compensação com outros tributos.

Outras considerações

As demais contingências provisionadas referem-se a outros processos fiscais, cíveis e trabalhistas que na opinião dos consultores jurídicos terão desfecho desfavorável à Companhia e suas controladas.

Para parte das ações, existem depósitos judiciais no montante de R\$5.615 (R\$5.719 em 30 de abril de 2005) na controladora e de R\$41.570 (R\$37.622 em 30 de abril de 2005), no consolidado.

A Companhia e suas controladas possuem, além das contingências apresentadas anteriormente, outras contingências passivas envolvendo questões tributárias que não estão contabilizadas, em função do estágio em que se encontram e das posições formalizadas por seus assessores jurídicos que apresentam como possíveis as chances de êxito nessas questões. Essas contingências encontram-se divididas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/07/05	30/04/05	31/07/05	30/04/05
ICMS - Imposto sobre a circulação de mercadorias (a)	22.850	12.105	48.002	35.399
IAA - Instituto do açúcar e álcool (b)	-	-	46.326	46.012
IPI - Imposto sobre produtos industrializados (c)	10.421	10.205	10.571	10.353
Outros	2.671	347	7.458	3.099
	35.942	22.657	112.357	94.863

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) O governo do Estado de São Paulo lavrou autos de infração contra a Companhia e controladas devido, substancialmente, a: (i) crédito de ICMS indevido apurado na entrada de materiais de uso e consumo; e (ii) ICMS incidente sobre a cana-de-açúcar, exigido na saída do produto final, calculado de acordo com estimativas fixas de produtividade de açúcar e álcool por tonelada de cana-de-açúcar utilizada (pauta fiscal).

(b) A Usina da Barra está discutindo judicialmente a constitucionalidade da contribuição junto ao extinto IAA - Instituto do Açúcar e Alcool referente às contribuições relativas ao período de outubro de 1988 a dezembro de 1991, sobre a qual obteve decisão favorável transitada em julgado em abril de 1998. Com esse desfecho o Governo Federal iniciou ação rescisória junto ao Superior Tribunal Federal - STF.

(c) A Companhia e suas controladas obtiveram liminar em mandado de segurança impetrado para obtenção do direito à compensação de créditos decorrentes do recolhimento do IPI apurado sobre as vendas de açúcar com grau de polarização superior a 99,5% no período de 1995 a 2004, baseando-se na equiparação do produto a itens da cesta básica, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (SRF) nº 67/98, que reconhece a inexigibilidade do IPI sobre a venda do açúcar destinado ao consumo direto.

19. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 13 de dezembro de 2004, em assembleia geral extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital social no valor de R\$64.076, com emissão de 20.938.016 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal. O aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado pela Santa Bárbara Agrícola S.A. com propriedades rurais, sendo o valor para troca das ações avaliado a mercado.

Em 31 de janeiro de 2005, em assembleia geral extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital social no valor de R\$355, com emissão de 32.670.576 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal. O aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado pela Aguassanta Participações S.A., sendo o valor para troca das ações avaliado a mercado.

Em 15 de abril de 2005, em função das incorporações mencionadas na nota explicativa 1, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$14, representando 5.900 novas ações ordinárias. Nessa mesma data foi aprovada em AGE, por unanimidade, a transformação de todas as ações preferenciais em ações ordinárias.

Em 31 de maio de 2005, em assembleia geral extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital social no valor de R\$75.759, com emissão de 34.528.146 novas ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, o qual foi integralmente subscrito pelos novos acionistas, Tereos e Sucden, e integralizado mediante a conferência, a valor de livros, das ações representativas do capital social da controlada FBA, equivalentes a 12.350.000 ações ordinárias, correspondentes a 47,5% do capital social daquela empresa, e 1.300.000 ações, correspondentes a 5,0% do capital social da empresa, respectivamente, passando a Companhia a deter 99,9% do capital social da FBA:

- a Tereos subscreveu 31.244.795 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representando 8,9% do capital social da Companhia, proporção esta considerada após o aumento de capital deliberado na AGE de 31 de maio de 2005; e,
- a Sucden subscreveu 3.283.351 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representando 0,9% do capital social da Companhia, proporção considerada após o aumento de capital deliberado pela AGE de 31 de maio de 2005.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A intenção da Tereos e da Sucden de unir-se à Cosan baseia-se na intenção de todas as partes contratantes de realizar, até 31 de maio de 2006, a abertura de capital da Cosan. Caso essa abertura de capital não seja realizada até 31 de maio de 2006, um novo prazo poderá ser acordado ou a Tereos e a Cosan permutarão as ações da Cosan pelas ações da FBA, de modo que, uma vez realizada a permuta, a Tereos volte novamente a deter as ações da FBA, não detendo mais ações da Cosan e, conseqüentemente, a Cosan ficaria com 52,5% de participação na FBA.

Em 29 de julho de 2005, conforme nota explicativa 1, a Companhia realizou a cisão parcial de seus ativos e passivos, retirando o seu investimento na Amaralina Agrícola Ltda., na data base de 30 de junho de 2005. Esta operação provocou uma redução no capital social da Companhia em R\$128.493 e uma redução no patrimônio líquido de R\$304.418.

Em 31 de julho de 2005, o capital social está representado por 353.048.526 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 30 de abril de 2005, o capital social estava representado por 318.520.380 ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 10% sobre o lucro líquido apurado no final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

c) Reservas de reavaliação

Em 31 de janeiro de 2005, a Companhia registrou reavaliação de seus terrenos e propriedades rurais, que foram recebidos como integralização de capital pela Santa Bárbara Agrícola S.A., conforme mencionado anteriormente, no montante de R\$91.930.

d) Retenção de lucros

A administração, conforme previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, proporá à assembléia geral ordinária a retenção de parcela de lucros acumulados em 30 de abril de 2005, após a capitalização de lucros, em montante a ser determinado na assembléia geral ordinária, a ser destinada a investimentos futuros em projetos de expansão e modernização, de acordo com orçamento de capital a ser submetido à assembléia geral ordinária.

20. Honorários da Administração

Os administradores são remunerados unicamente através de pró-labore. Os valores são apresentados em rubrica específica nas demonstrações dos resultados.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21. Financeiras, Líquidas

	Controladora		Consolidado	
	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros*	(34.492)	(18.377)	(48.018)	(37.954)
Varição monetária passiva	(655)	(3.909)	(2.597)	(17.192)
Varição cambial passiva	(18.428)	(21.163)	(3.500)	(25.676)
Perdas com derivativos (mercado futuro e de opções)	(26.272)	(8.986)	(26.272)	(16.303)
Despesas com CPMF	(1.830)	(1.341)	(3.071)	(2.467)
Despesas bancárias	(2.273)	(269)	(2.386)	(500)
Outras despesas	(386)	(91)	-	(127)
	(84.336)	(54.136)	(85.844)	(100.219)
<u>Receitas financeiras</u>				
Juros*	11.338	7.888	5.692	10.581
Varição monetária ativa	1.078	6.047	4.679	6.936
Varição cambial ativa **	44.199	902	45.613	628
Ganhos com derivativos (mercado futuro e de opções)	5.458	419	5.458	450
Rendimentos de aplicações financeiras	518	592	634	877
Descontos obtidos	110	182	221	503
Outras receitas	-	-	462	-
	62.701	16.030	62.759	19.975
	(21.635)	(38.106)	(23.085)	(80.244)

* Inclui os resultados obtidos nas transações com swap.

** Inclui ganhos cambiais sobre passivos denominados em moeda estrangeira.

22. Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

	Controladora		Consolidado	
	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04
PIS e Cofins sobre outras receitas	(84)	(1.692)	(203)	(1.692)
Créditos de PIS e Cofins (Leis 10.637/02 e 10.833/03)	-	(987)	-	(987)
Aluguéis e arrendamentos mercantis	371	-	1.039	-
Provisões (reversão) para contingências	54	-	(255)	-
Provisões para perdas – empréstimos compulsórios	-	(819)	-	(819)
Provisão para desvalorização de participações societárias permanentes	(4.044)	-	(59)	(451)
Crédito presumido de IPI	-	659	-	659
Ganho de capital por aumento do percentual de participação na FBA	2.772	-	2.772	-
Outras	302	(367)	699	(329)
	(629)	(3.206)	3.933	(3.619)

23. Resultado Não Operacional

	Controladora		Consolidado	
	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04
Gastos com a desativação da unidade de refino de açúcar da Cosan S.A. Refinadora de Açúcar	(341)	-	(3.043)	-
Baixas de ativo permanente	793	(1.142)	401	(861)
Outras	-	-	-	5
	452	(1.142)	(2.642)	(856)

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Demonstração do LAJIDA – EBITDA (Não revisada)

A Companhia acredita que a divulgação de informações sobre o *EBITDA* (LAJIDA – lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) pode ser importante para os investidores, analistas financeiros e o público em geral, ao analisarem seu desempenho operacional, especialmente para permitir a comparabilidade de seu desempenho com o de outras companhias que atuam no mesmo setor.

O *EBITDA* da Companhia obtido de acordo com as regras acima apresenta-se da seguinte forma:

	Consolidado			
	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04	01/08/04 a 31/07/05	01/08/03 a 31/07/04
Receita operacional líquida	571.018	511.368	1.960.019	1.578.907
Menos:				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(419.155)	(392.189)	(1.365.492)	(1.107.712)
Despesas com vendas	(63.768)	(43.433)	(192.016)	(141.859)
Despesas gerais e administrativas e honorários da administração	(34.757)	(27.522)	(129.127)	(106.100)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.933	(3.619)	(32.079)	6.930
Mais:				
Depreciação e amortização	51.954	38.333	125.953	97.256
EBITDA	109.225	82.938	367.258	327.422

O *EBITDA* da Companhia e controladas pode ser conciliado com o resultado operacional da seguinte forma:

	Consolidado			
	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04	01/08/04 a 31/07/05	01/08/03 a 31/07/04
Lucro (prejuízo) operacional	(109)	(58.560)	91.770	(73.075)
Mais:				
Amortização do ágio	34.295	22.907	104.637	142.739
Financeiras, líquidas	23.085	80.244	44.870	172.759
Resultado da equivalência patrimonial	-	14	28	(12.257)
Depreciação e amortização	51.954	38.333	125.953	97.256
EBITDA	109.225	82.938	367.258	327.422

25. Instrumentos Financeiros

Gerenciamento de risco

A volatilidade das taxas de câmbio, juros e dos preços de produtos destinados à exportação são riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, de juros e de preços.

Os instrumentos financeiros são contratados com a finalidade de *hedge*, o que não impede que seus resgates possam ocorrer a qualquer momento, embora seja real a intenção da Companhia levá-los até o vencimento das operações a serem protegidas.

As aplicações financeiras são realizadas junto a bancos de primeira linha e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Risco de preço

A Companhia opera com derivativos objetivando reduzir os riscos operacionais em função da variação do preço do açúcar no mercado internacional. A atuação da Companhia com derivativos dessa natureza está resumida à utilização de operações no mercado futuro e de opções, como forma de reduzir a exposição ao risco de preço, não sendo utilizadas para fins especulativos. O resultado financeiro obtido nesse tipo de transação é reconhecido contabilmente em contraposição ao faturamento do produto.

Em 31 de julho de 2005, a Companhia possuía 539.807 toneladas de açúcar (538.393 toneladas em 30 de abril de 2005), protegidas por derivativos.

b) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a flutuação de diversas taxas de juros e a índices de correção.

A Companhia realizou operações com derivativos com o objetivo de reduzir os riscos relativos às oscilações dos encargos financeiros dos *Senior Notes*, denominados em dólares norte-americanos e sujeitos à taxa de juros 9% a.a..

Em 31 de julho de 2005, a Companhia possuía operações de *swap* de indexador e taxa de juros, de variação do dólar norte-americano mais juros de 9% a.a. para 81% do CDI, no valor nominal total contratado de US\$90.300 mil, R\$257.671 na data do contrato. A Companhia apurou um resultado negativo nessas operações de *swap* no montante de R\$27.682, sendo R\$10.379 no trimestre findo em 31 de julho de 2005 que está contabilizado nas rubricas Empréstimos e financiamentos, no passivo circulante, e Financeiras, líquidas, no resultado do período.

c) Risco de taxa de câmbio

Em 31 de julho de 2005 e 30 de abril de 2005, a Companhia e suas controladas apresentavam a seguinte exposição líquida à variação do dólar norte-americano:

	Consolidado			
	31/07/05		30/04/05	
	RS	US\$ (em milhares)	RS	US\$ (em milhares)
Valores aguardando fechamento de câmbio	51.353	21.482	8.401	3.321
Mercado futuro e de opções, no ativo	1.162	486	884	349
Mercado futuro e de opções, no passivo	(864)	(362)	(3.080)	(1.217)
Empréstimos em moedas estrangeiras	(128.178)	(53.619)	(1.877)	(742)
Adiantamentos de clientes	(189.465)	(79.257)	(268.827)	(106.201)
Notas promissórias lastreadas em dólares norte-americanos	(72.514)	(30.334)	(51.850)	(20.484)
<i>Senior Notes</i>	(500.773)	(209.485)	(523.563)	(206.836)
Exposição cambial líquida	(839.279)	(351.089)	(839.912)	(331.810)

A exposição cambial a que está sujeita a Companhia e suas controladas é reduzida pelo *hedge* natural decorrente das vendas destinadas ao mercado externo que representam aproximadamente 60% do total das vendas consolidadas.

d) Risco de crédito

Parte substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é feita para um seleto grupo de clientes altamente qualificados: *trading companies*, companhias de distribuição de combustíveis e grandes redes de supermercados. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

e) Risco de aceleração de dívidas

Em 31 de julho de 2005, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos em vigor, com cláusulas restritivas (“covenants”), tradicionalmente aplicáveis a essas operações, relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Essas cláusulas restritivas estão sendo observadas pela Companhia e não restringiram a sua capacidade de condução normal de seus negócios.

f) Valores de mercado

Em 31 de julho de 2005 e 30 de abril de 2005, os valores de mercado das disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas devido à sua natureza de curto prazo. Quanto aos empréstimos e financiamentos, exceto pelo da Resolução 2471, cujas características estão descritas na nota explicativa 15, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis. O valor de mercado do empréstimo relativo à Resolução 2471, representado pelo seu valor presente, aproxima-se em 31 de julho de 2005 e 30 de abril de 2005, do montante contabilizado no realizável a longo prazo na rubrica Certificados do Tesouro Nacional.

26. Seguros (não revisada)

É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os edifícios, máquinas, equipamentos e estoques. Os montantes segurados em 31 de julho de 2005 e 30 de abril de 2005 são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros e foram determinados com base nos valores de reposição dos respectivos bens segurados, como segue:

<u>Itens</u>	<u>Tipo de Cobertura</u>	<u>Importância Segurada</u>
Estoques	Incêndio, explosões	782.100
Edificações, máquinas e equipamentos	Quaisquer danos materiais a edificações e equipamentos	412.400

27. Eventos Subseqüentes

Em 30 de agosto de 2005, realizou-se a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária sendo tomadas, por unanimidade, as seguintes principais deliberações:

- aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 30 de abril de 2005;
- destinação dos lucros líquidos de R\$17.102 do exercício encerrado em 30 de abril de 2005, sendo R\$855 para a conta de Reserva Legal, R\$1.625 distribuídos na forma de dividendos mínimos obrigatórios e o saldo de R\$14.622 sendo destinado à conta de lucros acumulados, com base em orçamento de capital também aprovado;
- eleição de novo Conselho de Administração e fixação de sua remuneração anual em R\$6.200;
- constituição do Conselho Fiscal e nomeação dos conselheiros, sendo aprovada a verba anual para sua remuneração em R\$175;
- designação dos jornais “Valor Econômico”, “D.O.E.S.P.” e “Jornal de Piracicaba” para publicação dos atos societários da Companhia;

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- destinação de R\$51.720 de lucros acumulados para aumento do capital social, sem emissão de novas ações, que passou a somar R\$300.000;
- grupamento de ações da Companhia na proporção de 8 ações antigas para uma ação nova, realizando-se passos intermediários para que não restassem frações de ações, levando o total de ações ordinárias da Companhia para 44.131.065;
- criação do regime de capital autorizado, com observância das disposições do art. 168 da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 1.500.000;
- elevação do dividendo mínimo obrigatório de 10 para 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76;
- reformulação integral do Estatuto Social da Companhia com vistas a adequá-lo ao Regulamento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

Com base nos efeitos desta AGOE, o quadro de acionistas da Companhia passou a ter a seguinte configuração para os acionistas que detêm mais de 5% do capital, individualmente:

<u>Acionista</u>	<u>Total de ações</u>	<u>% de participação</u>
Aguassanta Participações S.A.	25.514.667	57,8%
Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool	10.003.426	22,7%
Tereos do Brasil Participações Ltda.	3.905.599	8,8%
Lewington Pte. Ltd	2.336.350	5,3%
Outros, inclusive administradores	2.371.023	5,4%
	44.131.065	100,0%

Em 02 de setembro a Companhia apresentou à Comissão de Valores Mobiliários - CVM pedido de registro de distribuição pública de ações ordinárias de suas emissão e solicitou à Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA a administração da negociação de suas ações no segmento do Novo Mercado. A Oferta será coordenada pelo Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A. e Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston S.A. Após a concessão dos necessários registros pela CVM, as ações ordinárias serão objeto de distribuição em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os termos da Instrução CVM 400/2003. Serão também realizados, simultaneamente, esforços de venda das Ações no Exterior, visando a colocação junto a investidores institucionais estrangeiros qualificados e registrados na CVM, nos termos previstos na resolução do Conselho Monetário Nacional n.º. 2.689/200, e na instrução CVM n.º. 325/2000, sem a necessidade de registro de distribuição e colocação das ações no exterior.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Informações Complementares

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Períodos de três meses findos em 31 de julho de 2005 e 2004
 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04
ORIGENS DOS RECURSOS				
Das operações:				
Prejuízo do período	(6.190)	(29.883)	(6.190)	(29.883)
Itens que não afetam o capital circulante líquido:				
Equivalência patrimonial	(9.224)	9.821	-	14
Depreciações e amortizações	21.765	16.236	51.954	38.333
Provisão para desvalorização de participações societárias permanentes	4.044	-	59	451
Amortização de ágio	30.044	21.727	34.295	22.907
Valor residual das baixas do ativo permanente	693	1.794	2.819	7.895
Perdas (ganhos) líquidos de longo prazo	(23.829)	6.584	(17.706)	17.814
Provisão para perdas - empréstimos compulsórios	-	819	-	819
Provisão para perdas sobre itens do ativo imobilizado	828	-	828	-
Participações dos acionistas minoritários	-	-	385	(7.222)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(54)	-	255	-
Ganho de capital em investimento	(2.772)	-	-	-
Reversão (constituição) de imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.278)	(163)	2.736	(4.325)
	14.027	26.935	69.435	46.803
Dos acionistas:				
Aumento em participações de minoritários	-	-	-	5
Dividendos recebidos	731	-	-	-
Redução de investimento por cisão	304.418	-	304.418	-
Outros	-	-	352	-
	305.149	-	304.770	5
De terceiros:				
Aumento do exigível a longo prazo	-	-	13.307	-
Redução líquida do realizável a longo prazo	2.031	230	5.526	-
	2.031	230	18.883	-
Total das origens	321.207	27.165	393.038	46.808

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS--Continua

Períodos de três meses findos em 31 de julho de 2005 e 2004
 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04
APLICAÇÃO DOS RECURSOS				
Aumento líquido do realizável a longo prazo	-	-	-	1.248
Redução do exigível a longo prazo	2.066	12.221	-	7.234
Redução em participações de minoritários	-	-	118	-
Transferência do exigível a longo prazo para o curto prazo	22.651	16.503	37.980	23.237
Capital circulante líquido incorporado de controlada	1.643	-	-	-
No imobilizado	24.320	9.284	49.857	17.691
Em investimentos	-	1	-	1
Reversão de dividendos a receber	2.508	745	-	-
Redução do patrimônio líquido, por cisão	304.418	-	304.418	-
Capital circulante negativo recebido por aumento de participação societária em controlada	-	-	17.546	-
Total das aplicações	357.606	38.754	409.919	49.411
Redução do capital circulante líquido	(36.399)	(11.589)	(16.881)	(2.603)
Variação do capital circulante líquido				
Ativo circulante				
No final do período	831.652	732.867	1.005.387	945.214
No início do período	726.008	600.177	800.784	738.538
	105.644	132.690	204.603	206.676
Passivo circulante				
No final do período	462.035	844.744	715.630	1.182.387
No início do período	319.992	700.465	494.146	973.108
	142.043	144.279	221.484	209.279
Redução do capital circulante líquido	(36.399)	(11.589)	(16.881)	(2.603)

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos de três meses findos em 31 de julho de 2005 e 2004
 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(6.190)	(29.883)	(6.190)	(29.883)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais				
Equivalência patrimonial	(9.224)	9.821	-	14
Constituição (reversão) de provisão para desvalorização de participações societárias permanentes	4.044	-	59	451
Depreciações e amortizações	21.765	16.236	51.954	38.333
Valor residual das baixas do ativo permanente	693	1.794	2.819	7.895
Amortização de ágio	30.044	21.727	34.295	22.907
Ganho de capital por variação de participação societária	(2.772)	-	-	-
Provisão para perdas - empréstimos compulsórios	-	819	-	819
Provisão para perdas - bens fora de operação	828	-	828	-
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(54)	-	255	-
Participações dos acionistas minoritários	-	-	385	(7.222)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.849)	(9.358)	(3.411)	(22.297)
Juros, variações monetárias e cambiais	(9.849)	34.744	(3.458)	62.343
Outros	(5)	-	3.469	-
Decréscimo (acrécimo) de ativos				
Duplicatas a receber de clientes	(18.807)	(25.746)	(21.068)	(22.641)
Estoques	(53.595)	(17.229)	(115.189)	(23.522)
Impostos a recuperar	(1.881)	(8.391)	272	(10.650)
Adiantamentos a fornecedores	(2.610)	(5.155)	(1.116)	(12.416)
Empresas ligadas	20.473	21.323	6.257	4.752
Outros ativos	4.766	(1.948)	1.938	(4.674)
Acrécimo (decrécimo) de passivos				
Fornecedores	36.118	45.999	69.546	78.387
Ordenados e salários a pagar	7.827	6.366	13.089	10.975
Impostos e contribuições sociais a recolher	(9.106)	(417)	(31.604)	(10.404)
Provisão para contingências	-	3.193	16.039	7.954
Empresas ligadas	(7.196)	(17.098)	(5.830)	(17.243)
Participação minoritária	-	-	(82)	6
Outros passivos	7.401	9.547	15.566	17.441
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	10.821	56.344	28.823	91.325
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimentos	-	(1)	-	(1)
Adições no imobilizado	(24.320)	(9.284)	(49.857)	(17.691)
Reversão de dividendos a receber	(2.508)	(745)	-	-
Outros	(1.643)	-	352	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(28.471)	(10.030)	(49.505)	(17.692)

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA--Continua

Períodos de três meses findos em 31 de julho de 2005 e 2004
 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04	01/05/05 a 31/07/05	01/05/04 a 31/07/04
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos e financiamentos	162.445	17.133	177.440	92.126
Captações de adiantamento de clientes	56.289	159.711	80.991	218.248
Notas promissórias	-	-	-	-
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos, adiantamentos de clientes e notas promissórias	(158.710)	(136.291)	(204.729)	(263.154)
Dividendos recebidos	731	-	-	-
Outros	-	-	2.148	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	60.755	40.553	55.850	47.220
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes	43.105	86.867	35.168	120.853
Caixa e equivalentes no início do exercício	24.332	88.669	39.980	112.719
Caixa e equivalentes no final do exercício	67.437	175.536	75.148	233.572

* * * * *

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/07/2005	4 - 30/04/2005
1	Ativo Total	2.752.238	2.722.378
1.01	Ativo Circulante	1.005.387	800.784
1.01.01	Disponibilidades	75.148	39.980
1.01.01.01	Caixa	70.188	35.227
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	4.960	4.753
1.01.02	Créditos	143.891	119.064
1.01.02.01	Duplicatas a Receber de Clientes	143.891	119.064
1.01.03	Estoques	589.113	426.708
1.01.04	Outros	197.235	215.032
1.01.04.01	Adiantamento a Fornecedores	103.212	94.591
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	49.479	41.650
1.01.04.03	Empresas Ligadas	3	44.822
1.01.04.04	I.R.P.J. e C.S.L.L. Diferidos	24.731	14.205
1.01.04.05	Outros Créditos	19.810	19.764
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	155.518	153.804
1.02.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	648
1.02.02.01	Com Coligadas	0	648
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	155.518	153.156
1.02.03.01	Aplicações Financeiras	1.193	1.178
1.02.03.02	Certificado do Tesouro Nacional	51.493	47.009
1.02.03.03	Depósitos Judiciais	41.570	37.622
1.02.03.04	I.R.P.J. e C.S.L.L. Diferidos	46.481	51.520
1.02.03.05	Despesas Antecipadas	10.508	11.338
1.02.03.06	Outros Créditos	4.273	4.489
1.03	Ativo Permanente	1.591.333	1.767.790
1.03.01	Investimentos	13.133	13.128
1.03.01.01	Participações em Coligadas	12.954	12.954
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	179	174
1.03.02	Imobilizado	1.193.661	1.394.664
1.03.03	Diferido	384.539	359.998

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/07/2005	4 - 30/04/2005
2	Passivo Total	2.752.238	2.722.378
2.01	Passivo Circulante	715.630	494.146
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	198.857	38.135
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	175.429	94.884
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	76.340	88.067
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	47.689	30.144
2.01.06.01	Ordenados e Salários a Pagar	47.689	30.144
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.376	1.425
2.01.08	Outros	215.939	241.491
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	117.074	188.056
2.01.08.02	Notas Promissórias	34.834	14.556
2.01.08.03	IR e CS Diferidos s/reserva reavaliação	5.486	4.915
2.01.08.04	Outras Obrigações	58.545	33.964
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.504.852	1.461.894
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	780.207	798.438
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	3.557	619
2.02.05	Outros	721.088	662.837
2.02.05.01	Impostos e Contrib. Sociais a Recolher	230.255	217.394
2.02.05.02	Provisão para Contingências	337.629	283.538
2.02.05.03	Adiantamento de Clientes	72.391	80.771
2.02.05.04	Notas Promissórias	48.378	48.100
2.02.05.05	IR e CS Diferidos s/reserva reavaliação	26.467	25.212
2.02.05.06	Outras Obrigações	5.968	7.822
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Participações Minoritárias	3.728	3.461
2.05	Patrimônio Líquido	528.028	762.877
2.05.01	Capital Social Realizado	248.280	301.014
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	196.947	326.625
2.05.03.01	Ativos Próprios	107.742	107.742
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	89.205	218.883
2.05.04	Reservas de Lucro	4.660	7.071
2.05.04.01	Legal	4.660	7.071
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/07/2005	4 -30/04/2005
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	78.141	128.167

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	50.746.577/0001-15

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/05/2005 a 31/07/2005	4 - 01/05/2005 a 31/07/2005	5 - 01/05/2004 a 31/07/2004	6 - 01/05/2004 a 31/07/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	613.282	613.282	547.784	547.784
3.02	Deduções da Receita Bruta	(42.264)	(42.264)	(36.416)	(36.416)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	571.018	571.018	511.368	511.368
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(419.155)	(419.155)	(392.189)	(392.189)
3.05	Resultado Bruto	151.863	151.863	119.179	119.179
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(151.972)	(151.972)	(177.739)	(177.739)
3.06.01	Com Vendas	(63.768)	(63.768)	(43.433)	(43.433)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(34.757)	(34.757)	(27.522)	(27.522)
3.06.02.01	Honorários da Administração	(1.370)	(1.370)	(1.338)	(1.338)
3.06.02.02	Outras Gerais e Administrativas	(33.387)	(33.387)	(26.184)	(26.184)
3.06.03	Financeiras	(23.085)	(23.085)	(80.244)	(80.244)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	62.759	62.759	19.975	19.975
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(85.844)	(85.844)	(100.219)	(100.219)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	3.933	3.933	659	659
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(34.295)	(34.295)	(27.185)	(27.185)
3.06.05.01	Amortização de Ágio	(34.295)	(34.295)	(22.907)	(22.907)
3.06.05.02	Outras Despesas	0	0	(4.278)	(4.278)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	(14)	(14)
3.07	Resultado Operacional	(109)	(109)	(58.560)	(58.560)
3.08	Resultado Não Operacional	(2.642)	(2.642)	(856)	(856)
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	(2.642)	(2.642)	(856)	(856)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(2.751)	(2.751)	(59.416)	(59.416)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(3.054)	(3.054)	22.311	22.311
3.10.01	Corrente	(6.465)	(6.465)	14	14
3.10.02	Diferido	3.411	3.411	22.297	22.297
3.11	IR Diferido	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/05/2005 a 31/07/2005	4 - 01/05/2005 a 31/07/2005	5 - 01/05/2004 a 31/07/2004	6 - 01/05/2004 a 31/07/2004
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Participações Minoritárias	(385)	(385)	7.222	7.222
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(6.190)	(6.190)	(29.883)	(29.883)
	NUMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	353.049	353.049	264.906	264.906
	LUCRO POR AÇÃO	(0,01753)	(0,01753)	(0,11281)	(0,11281)

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

1T'06: bom começo e importantes avanços societários e estratégicos

A Cosan inicia seu exercício social de 2006 com um 1T'06 marcado por bons resultados. A receita líquida somou R\$571,0 MM (11,7% superior ao 1T'05), impulsionada por mais um recorde de vendas de açúcar. De fato, o volume comercializado de 729,9 mil toneladas de açúcar não foi apenas 17,4% mais alto que o volume verificado no 1T'05, mas também foi o mais alto da história da Cosan. No álcool, apesar do volume comercializado de 245,8 milhões de litros ter sido 7,1% inferior ao volume registrado no 1T'05, a recuperação de preços fez com que a receita operacional do álcool subisse 8,8%, comparativamente a igual trimestre do ano anterior.

1T'05	1T'06	Destaques Financeiros (R\$MM)	05YTD	06YTD
511,4	571,0	Receita Operacional Líquida	511,4	571,0
119,2	151,9	= Lucro Bruto	119,2	151,9
23,3%	26,6%	Margem Bruta	23,3%	26,6%
82,9	109,2	= EBITDA	82,9	109,2
16,2%	19,1%	Margem de EBITDA	16,2%	19,1%
(29,9)	(6,2)	= Lucro (Prejuízo) Líquido	(29,9)	(6,2)
-5,8%	-1,1%	Margem de Lucro Líquido	-5,8%	-1,1%

Fonte: Relatórios da Companhia

O lucro bruto de R\$151,9 MM no 1T'06, ainda que impactado pelo estoque “caro” decorrente das chuvas no final da safra passada, foi 27,4% maior que os R\$119,2 MM apresentados no 1T'05, elevando a margem bruta de 23,3% para 26,6%. A geração operacional de caixa do trimestre, medida por EBITDA, de R\$109,2 MM (R\$82,9 MM no 1T'05), representou uma margem de 19,1% sobre a receita líquida, significativamente superior aos 16,2% registrado no 1T'05.

Mesmo com despesas financeiras significativamente inferiores às registradas no 1T'05 face a apreciação do Real, a alta carga de ágio amortizado aliada a depreciação levaram a um prejuízo de R\$6,2 MM no trimestre, embora muito inferior ao prejuízo de R\$29,9 MM registrados no 1T'05.

Valem menção especial dois fatos relevantes: (i). a entrada do Grupo Kuok (www.kuokgroup.com.sg), um dos maiores conglomerados asiáticos, como acionista minoritário da Cosan (5,9% de participação), o que deverá permitir uma maior presença da Cosan no mercado asiático; e (ii). o pedido à CVM, por parte da Cosan, de abertura de capital e de registro de Oferta Pública de Ações, bem como a solicitação à BOVESPA da admissão da negociação de suas ações no segmento do Novo Mercado.

Panorama de Mercado

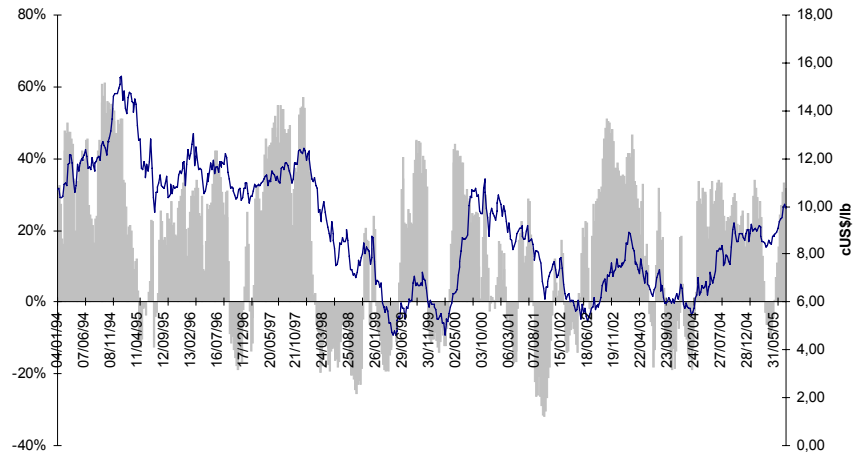
Em meio a rumores de quebra de safra, a região Centro/Sul do Brasil iniciou o que deve ser outra safra recorde, com moagem prevista para 345 milhões de toneladas de cana-de-açúcar segundo a UNICA. Assim, o papel brasileiro como um dos principais formadores de preço do açúcar no cenário mundial vai se solidificando cada vez mais. De fato, uma demanda mundial ligeiramente superior a oferta de 145 milhões de toneladas de açúcar e, no caso do Brasil, um real valorizado perante o dólar, foram decisivos na contínua alta dos preços do açúcar verificada no trimestre. Também contribuiu para esta alta a intensa demanda devido a compra dos fundos nos mercados futuros (gráfico abaixo), os baixos níveis de estoque em países como China e Índia, além do aumento sem precedentes do preço do petróleo, estimulando ainda mais a demanda por álcool, com provável redirecionamento da cana-de-açúcar para maior produção de álcool em países como o Brasil. Assim, os preços do açúcar atingiram os mais altos níveis dos últimos 5 anos.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

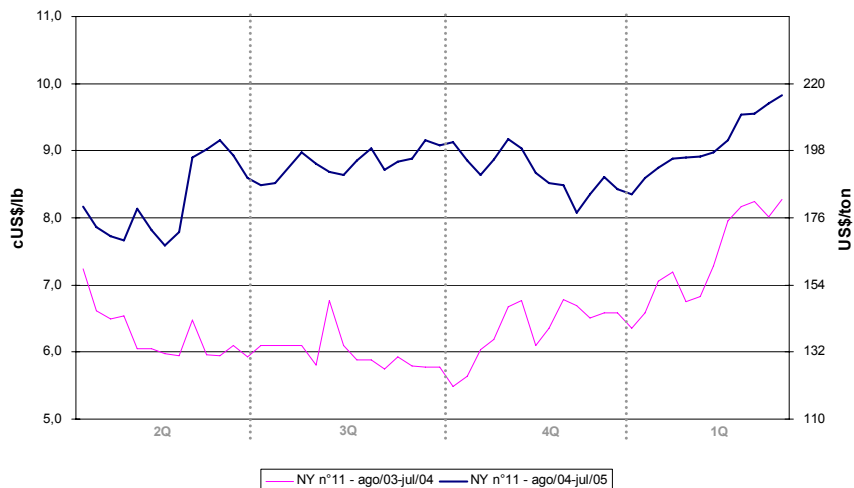
Posição dos Fundos (% do volume) vs. Preço NY11 (centavos dólar/libra-peso)



Fonte: NYBOT

Com base nestes fatores, os preços do açúcar bruto no mercado internacional iniciaram o 1T'06 próximos aos 8,5 centavos de dólar por libra peso, e encerraram o trimestre próximos aos 10,0 centavos de dólar por libra peso. Apesar dos ótimos preços, a apreciação do real frente ao dólar impactou negativamente a geração de caixa de vários produtores, ficando evidente a opção do setor por volume para balanceamento da liquidez. Assim, as exportações somaram aproximadamente 5 milhões de toneladas de açúcar (sendo 80% de açúcar bruto), volume esse quase 50% superior ao exportado no 1T'05.

Preços do Açúcar Bruto – Últimos 24 Meses (NY11)



Fonte: NYBOT

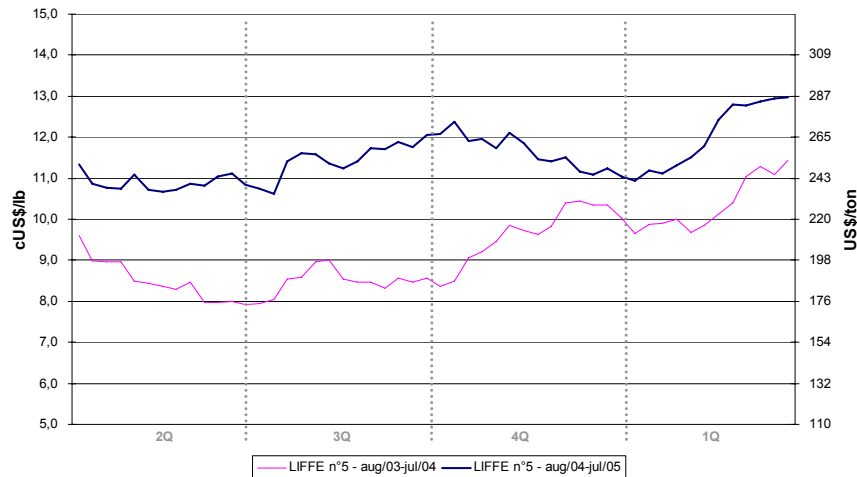
99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Similarmente ao açúcar bruto, os preços do açúcar refinado também apresentaram altas, só que ainda mais acentuadas. Desde 1998 os preços do açúcar refinado não atingiam esses patamares e, como consequência, o “prêmio de branco” aumentou. Contribuiu para esse novo patamar de preços do açúcar refinado, além da própria redução da oferta por parte dos produtores brasileiros, a indefinição quanto ao tempo de adequação do regime açucareiro europeu à decisão da OMC de limitar a exportação subsidiada de açúcar da Europa.

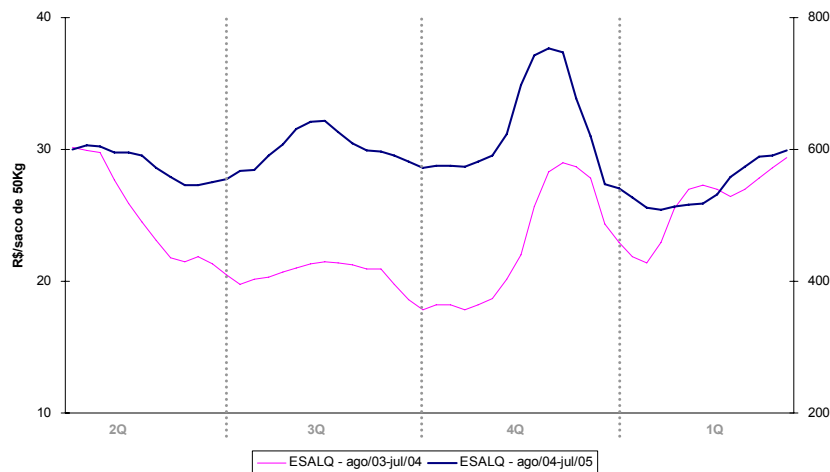
Preços do Açúcar Refinado – Últimos 24 Meses (LIFFE n° 5)



Fonte: LIFFE

No mercado interno, os preços do açúcar mantiveram-se em patamares ligeiramente acima daqueles registrados no 1T'05. No entanto, comparativamente ao trimestre anterior, os preços apresentaram queda principalmente face ao início de safra, quando a expectativa geral de nova safra recorde acaba por pressionar os preços pela comercialização acelerada com objetivo de fazer caixa, principalmente pelos pequenos produtores.

Preços do Açúcar Cristal – Últimos 24 Meses (ESALQ sacas 50 kg)



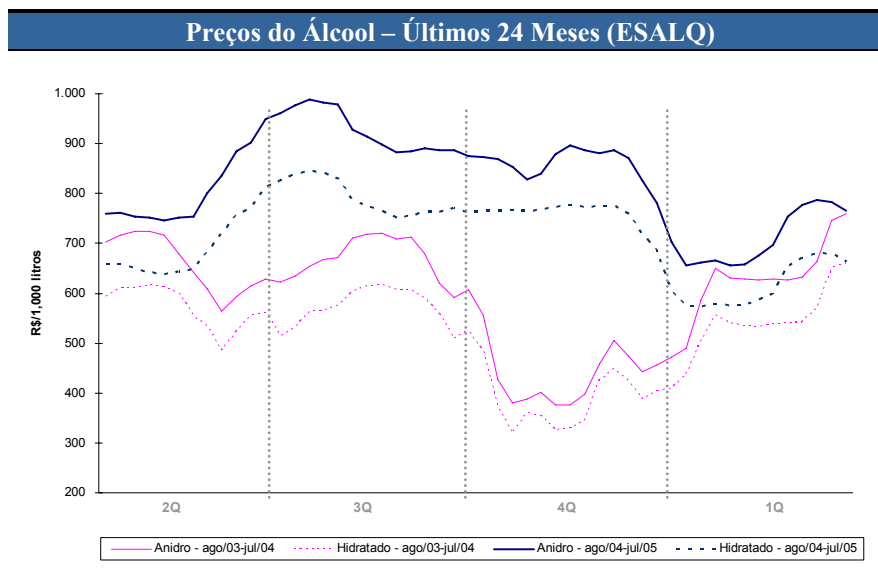
Fonte: ESALQ

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Analogamente ao ocorrido com o preço do açúcar no mercado interno, o fenômeno de ‘início de safra’ também afetou os preços do álcool anidro, apresentando queda no início do trimestre, mas com tendência de recuperação face ao comportamento dos preços do açúcar no mercado internacional. Já os preços do álcool hidratado seguiram tendência de alta, influenciados pela quantidade crescente de veículos bi-combustível, e o elevado nível dos preços da gasolina. Mesmo com a Petrobrás não tendo repassado todo o aumento dos preços internacionais do petróleo para a gasolina no mercado doméstico, o preço do álcool hidratado continua bastante atrativo para o consumidor, situando-se abaixo de 50% do preço da gasolina.



Fonte: ESALQ

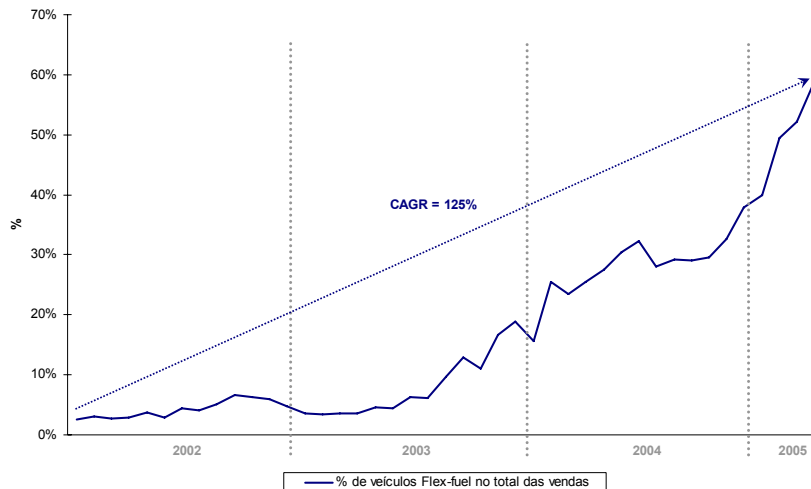
De fato, ao final do período o preço do álcool hidratado girava em torno de 45% do preço do preço da gasolina, comprovando a existência de espaço para a recomposição natural do preço do álcool hidratado. Naturalmente que essa disparidade de preços acaba impactando sobremaneira as vendas de carros movidos a álcool, ou bi-combustível, que representaram 59% das vendas de veículos no mês de julho de 2005. De janeiro a junho deste ano, mais de 320 mil veículos bi-combustível foram vendidos no Brasil, o que representa quase a totalidade dos veículos desse tipo vendidos durante todo o ano de 2004.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Evolução das Vendas de Veículos Bi-combustível



Fonte: DATAGRO

Por fim, uma das variáveis que atualmente mais influenciam os preços internacionais do açúcar, e conseqüentemente os preços do álcool, é a taxa de câmbio. O fato de o Brasil ser o maior produtor e principal exportador de açúcar do mundo acaba tornando-o também o principal formador de preços do açúcar, de forma que o câmbio seja atualmente uma das principais variáveis na composição do preço do açúcar. Dessa forma, a apreciação da moeda brasileira vem contribuindo para o aumento dos preços do açúcar no mercado internacional.

Evolução da Taxa de Câmbio – Últimos 24 Meses (R\$/US\$)



Fonte: BACEN

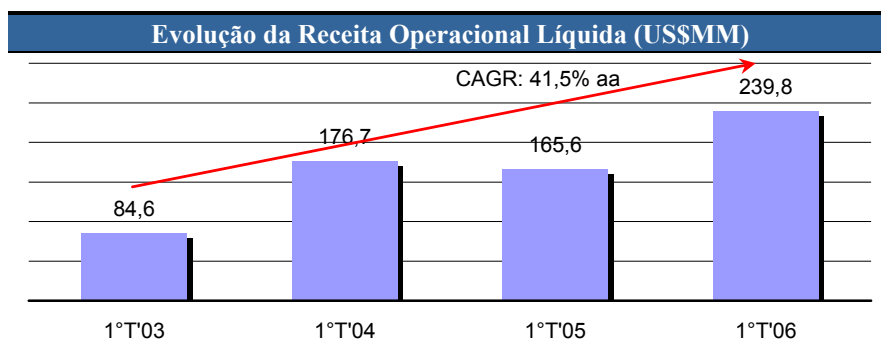
99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Performance Operacional

Este exercício social iniciou-se com a demonstração da capacidade brasileira em ser um dos principais formadores de preços da indústria sucroalcooleira mundial, até como forma de mitigar o efeito negativo de um real cada vez mais apreciado comparativamente ao dólar. De fato, a receita líquida de R\$571,0MM neste 1T'06 situou-se 11,7% acima dos R\$511,4MM do 1T'05, denotando um excelente começo de ano para a Cosan. A título ilustrativo, efetuando-se uma "dolarização" da receita líquida dos últimos quatro primeiros trimestres, a evolução dos resultados torna-se, portanto, ainda mais expressiva:



Fonte: Relatórios da Companhia

Embora parte desta receita seja repassada aos elementos de custo indexados aos preços dos produtos derivados da cana-de-açúcar, principalmente cana-de-açúcar adquirida de fornecedores e arrendamento de terras, bem como parte dela seja compensada com a carga de fretes e despesas de elevação portuária registradas em despesas com vendas, apresentamos uma boa lucratividade para o primeiro trimestre. De fato, a margem bruta evoluiu 3,3 pontos percentuais para 26,6%, enquanto que a margem EBITDA evoluiu 2,9 pontos percentuais para 19,1%, com o nível de EBITDA passando dos R\$82,9 MM verificados no 1T'05 para os R\$109,2 MM deste 1T'06.

1T'05	1T'06	Destques Financeiros (R\$MM)		05YTD	06YTD
511,4	571,0	Receita Operacional Líquida		511,4	571,0
(392,2)	(419,2)	(-)	Custo dos Produtos Vendidos	(392,2)	(419,2)
(38,3)	(52,0)	(-)	Sendo Depreciação e Amortização	(38,3)	(52,0)
119,2	151,9	(=)	Lucro Bruto	119,2	151,9
23,3%	26,6%	(=)	Margem Bruta	23,3%	26,6%
(43,4)	(63,8)	(-)	Despesa com Vendas	(43,4)	(63,8)
(27,5)	(34,9)	(-)	Despesas Gerais e Administrativas*	(27,5)	(34,9)
(3,6)	3,9	(±)	Outras Despesas Operacionais	(3,6)	3,9
82,9	109,2	(=)	EBITDA	82,9	109,2
16,2%	19,1%	(=)	Margem de EBITDA	16,2%	19,1%
(80,2)	(23,1)	(-)	Despesas Financeiras, Líquidas	(80,2)	(23,1)
(0,0)	-	(±)	Equivalência Patrimonial	(0,0)	-
(22,9)	(34,3)	(-)	Amortização do Ágio	(22,9)	(34,3)
(0,9)	(2,6)	(±)	Resultado não Operacional	(0,9)	(2,6)
(59,4)	(2,8)	(=)	Lucro antes do IR/CS	(59,4)	(2,8)
22,3	(3,1)	(-)	Imposto de Renda e Contrib. Social	22,3	(3,1)
7,2	(0,4)	(±)	Participação de Minoritários	7,2	(0,4)
(29,9)	(6,2)	(=)	Lucro (Prejuízo) Líquido	(29,9)	(6,2)
-5,8%	-1,1%	(=)	Margem de Lucro Líquido	-5,8%	-1,1%

Inclui Honorários da Administração

Fonte: Relatórios da Companhia

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A receita com exportações de R\$359,7 MM no 1T'06 verificou crescimento de 4,1% comparativamente aos R\$345,5 MM do 1T'05. Por outro lado, no mercado interno, onde o impacto do dólar depreciado acaba sendo mitigado, os resultados foram significativamente mais expressivos com receita de R\$211,3 MM, ou seja, 27,4% acima dos R\$165,8 MM registrados no 1T'05. Conseqüentemente, mesmo com um dólar enfraquecido, o peso das exportações na receita total da empresa baixou apenas 5 pontos percentuais, passando de 68% para 63% neste trimestre, ressaltando o alto poder exportador da Cosan.

1T'05	1T'06	Composição das Vendas (R\$MM)	05YTD	06YTD
511,4	571,0	Receita Operacional Líquida	511,4	571,0
308,1	371,3	Receita com Vendas de Açúcar	308,1	371,3
41,5	67,0	- Mercado Interno	41,5	67,0
266,6	304,3	- Mercado Externo	266,6	304,3
149,9	163,1	Receita com Vendas de Álcool	149,9	163,1
96,0	109,4	- Mercado Interno	96,0	109,4
54,0	53,7	- Mercado Externo	54,0	53,7
53,4	36,7	Outros Produtos e Serviços	53,4	36,7
28,3	34,9	- Mercado Interno	28,3	34,9
25,0	1,8	- Mercado Externo	25,0	1,8

Fonte: Relatórios da Companhia

Com uma menor atratividade para a exportação de álcool devido ao binômio preço externo e câmbio, a Cosan aproveitou o bom momento nos preços do açúcar refinado, de forma que o peso da receita do negócio açúcar aumentasse de 60,2% para 65,0% das receitas totais neste 1T'06. Assim, o faturamento líquido do negócio açúcar de R\$371,3 MM nesse 1T'06 representou um aumento de 20,5% sobre 1T'05, composto por saudável combinação de aumento do volume de vendas de 17,4% e aumento médio ponderado de 2,6% nos preços, já considerado o efeito cambial do dólar depreciado. O volume de venda de 118,8 mil toneladas no mercado interno, formado principalmente pelo açúcar refinado com preços mais atrativos no período que o açúcar bruto exportado, cresceu 39,1% comparativamente ao 1T'05, representando 16,3% da comercialização total de açúcar de 729,9 mil toneladas.

1T'05	1T'06	Mercado de Açúcar	05YTD	06YTD
Quantidade Vendida (mil tons)				
621,7	729,9	Total MI e ME	621,7	729,9
85,4	118,8	- Mercado Interno	85,4	118,8
536,3	611,1	- Mercado Externo	536,3	611,1
Preços Médios Unitários (R\$/ton)				
496	509	Total MI e ME	496	509
486	564	- Mercado Interno	486	564
497	498	- Mercado Externo	497	498

Fonte: Relatórios da Companhia

O preço médio do açúcar de R\$509/ton praticado no 1T'06, já assumindo a ponderação entre MI e ME, e o mix entre branco refinado e bruto, situou-se 2,6% acima do preço médio do 1T'05, e caso fosse convertido para a base de comercialização do NY11 pela taxa de câmbio média do período de R\$2,38/dólar, representaria uma média de 9,69 centavos de dólar por libra-peso vendida. Nesta relação de preços, o mercado interno, basicamente formado por açúcar refinado, apresentou preço médio 13,2% mais elevado que o externo, predominantemente composto por açúcar bruto VHP.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

1T'05	1T'06	Mercado de Alcool	05YTD	06YTD
Quantidade Vendida (milhões de litros)				
264,4	245,8	Total MI e ME	264,4	245,8
172,1	161,3	- Mercado Interno	172,1	161,3
92,3	84,5	- Mercado Externo	92,3	84,5
Preços Médios Unitários (R\$/ton)				
567	663	Total MI e ME	567	663
558	678	- Mercado Interno	558	678
584	635	- Mercado Externo	584	635

Fonte: Relatórios da Companhia

Com relação ao negócio álcool, o efeito colateral observado no primeiro 1T'05 devido à comercialização acelerada, principalmente por parte dos pequenos produtores, dos estoques de álcool no 4T'04, foi reduzido principalmente em função dos baixos estoques de passagem e pelo aumento do consumo. Como estratégia de gestão ativa de sua comercialização, a Cosan, com muito mais fôlego financeiro e sem precisar seguir a corrente de mercado em busca de gerar caixa a qualquer custo, optou por reduzir o volume do álcool vendido em 7,1%, dos 264,4 milhões de litros do 1T'05 para 245,8 milhões de litros neste 1T'06. Como consequência, ainda que comprimido, o preço médio do álcool de R\$663/mil litros deste 1T'06 subiu 17,0% comparativamente a igual trimestre do ano anterior, gerando uma receita líquida de R\$163,1 MM no trimestre, ou seja 8,8% superior a receita do 1T'05.

O custo dos produtos vendidos somou R\$419,2 MM no 1T'06, situando-se 6,9% acima do custo registrado no mesmo período do ano anterior. No entanto, cumpre notar que este aumento é inferior ao aumento de 11,7% da receita líquida na mesma comparação de períodos, e também inferior ao aumento do volume total vendido – convertendo o volume de álcool vendido de 245,8 milhões de litros no trimestre para 368,6 mil toneladas de açúcar-equivalente, o volume teórico de açúcar vendido (açúcar real mais açúcar equivalente) somaria 1.098,6 mil toneladas, ficando 7,9% acima do volume teórico vendido de 1.018,3 mil toneladas do 1T'05.

1T'05	1T'06	CPV por Produto	05YTD	06YTD
392,2	419,2	Custo dos Produtos Vendidos (R\$MM)	392,2	419,2
212,6	256,1	Custo do Açúcar	212,6	256,1
130,6	132,6	Custo do Alcool	130,6	132,6
49,0	30,5	Custo de Outros Produtos e Serviços	49,0	30,5
Custos Médios Unitários				
342	351	Custo do Açúcar (R\$/ton)	342	351
494	540	Custo do Alcool (R\$/mil litros)	494	540
n.a.	n.a.	Custo de Outros Produtos e Serviços	n.a.	n.a.

Fonte: Relatórios da Companhia

Assim, o custo médio unitário do açúcar vendido no trimestre situou-se em R\$351/ton, registrando um incremento de 2,6% contra os R\$342/ton do 1T'05, enquanto que o custo médio unitário do álcool vendido ficou em R\$540/mil litros, patamar 9,3% superior ao custo unitário do mesmo trimestre do ano anterior. Além do mix de álcool ter sido mais influenciado pelo álcool anidro neste trimestre, grande parte deste aumento é explicada pela elevação dos custos atrelados ao preço internacional do açúcar, como arrendamento de terras e cana-de-açúcar de fornecedores.

As despesas com vendas aumentaram 46,8%, de R\$43,4 MM no 1T'05 para R\$63,8 MM no 1T'06. Enquanto que estas despesas representavam 8,5% da receita líquida do 1T'05, neste trimestre passaram a representar 11,2% da receita líquida. Apropriadas proporcionalmente às receitas de cada negócio, as despesas unitárias com o açúcar de R\$57/ton cresceram 34,9% neste trimestre, enquanto que as despesas unitárias com álcool de R\$74/mil litros cresceram 53,8%.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

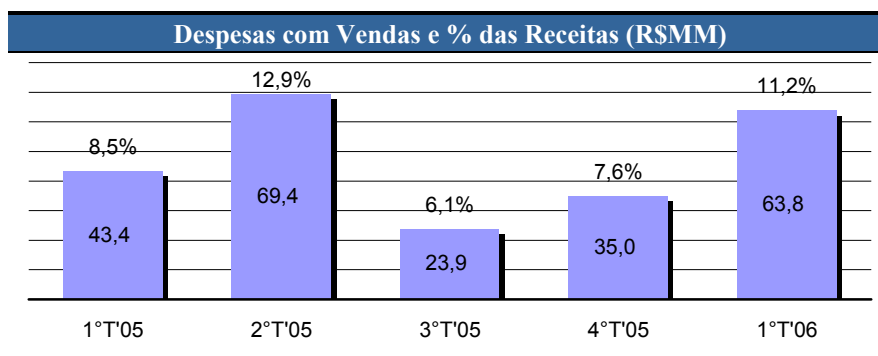
50.746.577/0001-15

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

1T'05	1T'06	Despesas com Vendas		05YTD	06YTD
(43,4)	(63,8)	Despesas com Vendas (R\$MM)		(43,4)	(63,8)
(26,2)	(41,5)	-	Açúcar	(26,2)	(41,5)
(12,7)	(18,2)	-	Álcool	(12,7)	(18,2)
(4,5)	(4,1)	-	Outros Produtos e Serviços	(4,5)	(4,1)
		Desp. c/ Vendas Médias Unitárias			
42	57	-	Açúcar (R\$/ton)	42	57
48	74	-	Álcool (R\$/mil litros)	48	74
n.a.	n.a.	-	Outros Produtos e Serviços	n.a.	n.a.

Fonte: Relatórios da Companhia

Esse crescimento das despesas com vendas deve-se principalmente à continuação do processo de reajuste de fretes locais decorrentes de pressões inflacionárias passadas e impacto do aumento do óleo diesel.



Fonte: Relatórios da Companhia

As despesas gerais e administrativas de R\$34,8 MM no 1T'06, já acrescidas dos honorários da administração, aumentaram sua relevância de 5,4% para 6,1% da receita líquida, resultando num aumento das despesas médias unitárias de R\$27/ton para R\$31/ton no caso do açúcar e de R\$31/mil litros para R\$40/mil litros no caso do álcool. Os aumentos refletem não apenas a inflação do período, mas a própria integração da Destivale e consolidação integral da FBA, que trouxeram despesas adicionais aos resultados consolidados.

1T'05	1T'06	Despesas Gerais & Administrativas		05YTD	06YTD
(27,5)	(34,8)	Despesas G&A (R\$MM)		(27,5)	(34,8)
(16,6)	(22,6)	-	Açúcar	(16,6)	(22,6)
(8,1)	(9,9)	-	Álcool	(8,1)	(9,9)
(2,9)	(2,2)	-	Outros Produtos e Serviços	(2,9)	(2,2)
		Desp. G&A Médias Unitárias			
27	31	-	Açúcar (R\$/ton)	27	31
31	40	-	Álcool (R\$/mil litros)	31	40
n.a.	n.a.	-	Outros Produtos e Serviços	n.a.	n.a.

Fonte: Relatórios da Companhia

O resultado de outras receitas (despesas) operacionais no trimestre foi favorecido pelo reconhecimento R\$2,7MM de ganho de capital na participação acionária na FBA decorrente de reversão de dividendos declarados para o patrimônio líquido face a sua consolidação total.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

As despesas financeiras líquidas ficaram em R\$23,1 MM no 1T'06, 71,2% inferiores aos R\$80,2 MM registrados no mesmo período do ano anterior. A grande variação deste resultado é função da alta volatilidade da variação cambial incidente sobre os passivos denominados em dólares, determinada pelas taxas de câmbio inicial e final do trimestre. Assim, enquanto no 1T'05 a taxa de câmbio saiu de R\$2,9447/dólar para R\$3,0268/dólar, gerando despesas de variação cambial relativas à desvalorização de 2,8% do real frente ao dólar, neste 1T'06 a taxa de câmbio apresentou valorização de 5,6% do real frente ao dólar, saindo de R\$2,5313/dólar para R\$2,3905/dólar. Cumpre notar ainda que as despesas financeiras do trimestre incluem R\$26,3 MM relativas a perdas com operações de derivativos decorrentes de fixação comercial de preços, comparativamente a perdas de R\$16,3 MM verificadas em igual trimestre do ano anterior.

1T'05	1T'06	Financeiras, Líquidas	05YTD	06YTD
(100,2)	(85,8)	Despesas Financeiras (R\$MM)	(100,2)	(85,8)
(38,0)	(48,0)	- Juros	(38,0)	(48,0)
(17,2)	(2,6)	- Variação Monetária Passiva	(17,2)	(2,6)
(25,7)	(3,5)	- Variação Cambial Passiva	(25,7)	(3,5)
(16,3)	(26,3)	- Perdas com Derivativos	(16,3)	(26,3)
(2,5)	(3,1)	- Despesas com CPMF	(2,5)	(3,1)
(0,5)	(2,4)	- Despesas Bancárias	(0,5)	(2,4)
(0,1)	-	- Outras Despesas	(0,1)	-
20,0	62,8	Receitas Financeiras (R\$MM)	20,0	62,8
10,6	5,7	- Juros	10,6	5,7
6,9	4,7	- Variação Monetária Ativa	6,9	4,7
0,6	45,6	- Variação Cambial Ativa	0,6	45,6
0,5	5,5	- Ganhos com Derivativos	0,5	5,5
0,9	1,1	- Rend. Aplicações Financeiras	0,9	1,1
0,5	0,2	- Descontos Obtidos	0,5	0,2
(80,2)	(23,1)	Financeiras, Líquidas (R\$MM)	(80,2)	(23,1)

Fonte: Relatórios da Companhia

As despesas de R\$34,3 MM com amortização de ágio apresentaram um crescimento significativo de 49,7% no trimestre. Não apenas passou-se a amortizar ágios de aquisições posteriores ao primeiro trimestre do exercício social passado, como TEAS e Destivale, mas também passamos a considerar 100% dos ágios registrados nos livros da FBA contra 47,5% anteriormente. Adicionalmente, ocorreu também a carga não-recorrente de R\$5,0MM para zerar o ágio pago na aquisição da Cosan Refinadora, em função de sua desativação operacional no último mês de junho e planejada migração dos equipamentos para a Da Barra.

O resultado não operacional negativo de R\$2,6 MM no trimestre, comparativamente aos R\$0,9 MM do 1T'05, inclui R\$2,8 MM referentes à despesas de desativação da unidade de refino Cosan Refinadora em junho deste ano, incluindo aí as verbas rescisórias de contratos de trabalho e indenizações devidas.

A despesa com imposto de renda e contribuição social de R\$3,1MM do trimestre foi calculada com base na alíquota vigente de 34% ajustada principalmente por amortização de ágio indedutível.

Considerando-se os resultados acima, devidamente ajustados pelas participações de minoritários na Da Barra e Cosan Portuária, registramos um prejuízo líquido de R\$6,2 MM nesse 1T'06, comparativamente ao prejuízo de R\$29,9 MM em igual trimestre do ano anterior. Este prejuízo consolida substancialmente os efeitos da descontinuidade das operações da Cosan Refinadora.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Situação Financeira

A Cosan encerrou este trimestre com ativos totais de R\$2.752,2 MM, comparativamente aos R\$2.656,8 MM do 1T'05. Com a consolidação total da FBA, a dívida líquida de R\$924,9 MM ao final do 1T'05 cresceu 11,0% para R\$1.026,8 MM ao final do 1T'06. Neste mesmo período, o patrimônio líquido de R\$571,1 MM em 31 de julho de 2004 foi para R\$528,0 MM em 31 de julho de 2005, refletindo a cisão dos ativos da Amaralina efetuada ao final do trimestre após consentimento dos bondholders da Cosan.

Endividamento por Tipo (R\$MM)	31.07.04	%	31.07.05	%	Var.
Senior Notes	-	-	500,8	39,8	500,8
Resolução 2471 (Pesa)	225,8	17,3	253,6	20,2	27,8
Adiant. de contratos de câmbio	233,3	17,9	107,8	8,6	(125,5)
Finame	39,7	3,0	40,0	3,2	0,3
Capital de giro	121,4	9,3	31,2	2,5	(90,2)
Resolução 2770	-	-	20,4	1,6	20,4
Conta Garantida	-	-	25,4	2,0	25,4
Outros	12,1	0,9	-	-	(12,1)
Adiantamentos de clientes	529,7	40,6	189,5	15,1	(340,2)
Notas promissórias	135,3	10,4	83,2	6,6	(52,1)
Empresas ligadas	8,9	0,7	4,9	0,4	(3,9)
Endividamento	1.306,2	100,0	1.256,7	100,0	(49,6)

Fonte: Relatórios da Companhia

A dívida total bruta de R\$1.256,7 MM em 31 de julho de 2005 apresentou redução de 3,8% em relação aos R\$1.306,2 MM de 31 de julho do ano anterior. A emissão das Senior Notes foi a principal responsável pela melhora no perfil do endividamento de um ano para outro. De fato, o endividamento ao final do 1T'05, com quase 70% de seu vencimento no curto prazo, foi substancialmente alongado conforme mostrado ao final do 1T'06, com o curto prazo passando a representar apenas 29% do total. Em termos de moeda, basicamente houve manutenção do perfil da dívida nos dois trimestres considerados, com a dívida denominada em dólares girando ao redor de 70% do endividamento total.

Perfil do Endividamento (R\$MM)	31.07.04	%	31.07.05	%	Var.
Endividamento Total	1.306,2	100,0	1.256,7	100,0	(49,6)
Curto Prazo	899,2	68,8	352,1	28,0	(547,1)
Longo Prazo	407,0	31,2	904,5	72,0	497,5
Denominado em Reais	418,0	32,0	365,7	29,1	(52,3)
Denominado em Dólares	888,2	68,0	890,9	70,9	2,7
Disponib. e Aplic. Financeiras	233,6	17,9	75,1	6,0	(158,4)
Adto. Fornecedores	107,2	8,2	103,2	8,2	(3,9)
CTN's	40,6	3,1	51,5	4,1	10,9
Endividamento Líquido	924,9	70,8	1.026,8	81,7	101,9
Endividamento sem PESA	1.080,4	82,7	1.003,1	79,8	(77,3)
Endividamento Líquido sem PESA	739,7	56,6	824,7	65,6	85,0

Fonte: Relatórios da Companhia

Apesar da elevação da dívida líquida em 11,0%, o EBITDA acumulado dos últimos doze meses (LTM) fechou em R\$367,3 MM em 31 de julho de 2005, ou seja, patamar 12,2% superior ao montante verificado ao final de 31 de julho de 2004, de forma que índice de dívida líquida/EBITDA de 2,8x ficou abaixo do covenant das Senior Notes de 3,5x.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Investimentos

No primeiro trimestre deste exercício social a Cosan realizou investimentos em ativo imobilizado de R\$158,2 MM, contra R\$17,7 MM no 1T'05. No entanto, cumpre notar que R\$108,4 MM desses investimentos referem-se aos efeitos de consolidação integral dos ativos da FBA já existentes. Assim, o capex operacional somou R\$49,7 MM no 1T'06, representando um aumento líquido de R\$32,2 MM em relação aos R\$17,7 MM do 1T'05. Este aumento reflete, entre outros, R\$2,0 MM das atividades de construção da fábrica de açúcar na usina da Gasa (anteriormente dedicada apenas a álcool), R\$0,8 MM da montagem de moega no terminal portuário, R\$8,8 MM na construção de novos armazéns de açúcar nas diversas usinas visando suportar a estratégia comercial, e R\$6,9 MM na aquisição de soqueiras de áreas arrendadas.

1T'05	1T'06	Capex Operacional (R\$ MM)	05YTD	06YTD
-	0,5	Imóveis	-	0,5
1,4	1,7	Máquinas e Equipamentos	1,4	1,7
0,3	0,6	Móveis, Utensílios e Outros	0,3	0,6
9,7	19,7	Imobilizações em Andamento	9,7	19,7
6,4	27,2	Lavoura de Cana de Açúcar	6,4	27,2
17,7	49,7	Capex	17,7	49,7

Fonte: Relatórios da Companhia

Em termos de plantio, houve aumento dos investimentos no trimestre, tanto em decorrência da inclusão de plantios na Destivale e dos 52,5% das demais áreas da FBA, quanto pela aceleração dos plantios do ano aproveitando as condições climáticas. Assim, ao final do 1T'06 já haviam sido plantados 7.485 hectares, enquanto no 1T'05 o plantio abrangeu apenas 2.316 hectares.

Fatos Relevantes

No 1T'06 a Cosan deu continuidade ao seu programa de simplificação corporativa, através de medidas que incluíram: (i) o aumento do capital social em R\$75,8 MM pela contribuição dos 52,5% do capital social da FBA pela Tereos e pela Sucden, de forma que a Cosan passou a deter a totalidade das ações da FBA, (ii) a cisão da Amaralina, empresa detentora de parte das terras da Cosan e; (iii) a incorporação da Cosan Refinadora pela Cosan, após a paralisação de suas atividades operacionais e transferência de parte de seus equipamentos para a Da Barra.

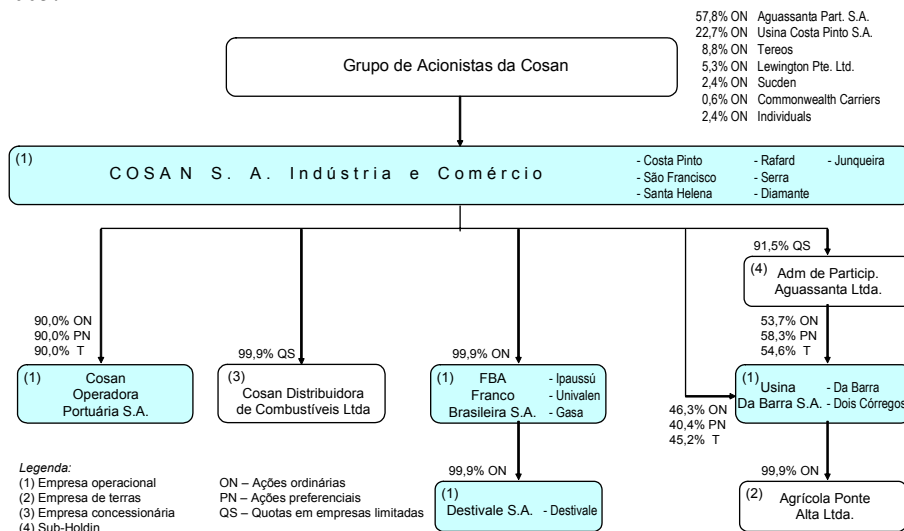
Vale registro especial a entrada do Grupo Kuok como acionista minoritário da Cosan, através das empresas Lewington Pte. Ltd. (5,3%) e Commonwealth Carriers S.A. (0,6%). Esse evento deverá permitir uma maior presença da Cosan no mercado asiático, uma vez que o Grupo Kuok, tendo iniciado suas atividades em 1949 na Malásia como Kuok Brothers Ltd., produzindo arroz, açúcar e farinha de trigo, é atualmente um dos maiores e mais diversificados conglomerados multinacionais da Ásia.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Com base nestas operações, a estrutura corporativa e societária da Cosan passou a ser a seguinte, após 31 de julho de 2005:



Em 29 de julho de 2005 a Cosan protocolou junto a CVM seu pedido de registro de Companhia Aberta. Em 02 de setembro de 2005 a Cosan apresentou à CVM pedido de registro de Oferta Pública de Ações, bem como solicitou à BOVESPA a admissão da negociação de suas ações no segmento do Novo Mercado. O IPO considerado será coordenado pelos bancos Morgan Stanley e Credit Suisse First Boston, com esforços de vendas das ações no exterior junto a investidores institucionais qualificados segundo a resolução 144-A da SEC.

Serviços Prestados pelos Auditores Externos

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, relacionamos a seguir informações a respeito da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes - Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas, durante o exercício vigente, a Cosan S.A. Indústria e Comércio e empresas controladas e sociedades integrantes do mesmo grupo ao qual a Companhia pertence:

Natureza	Duração
Serviços de auditoria externa anual e revisão limitada trimestral de empresa acionista - Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Alcool no valor de R\$288 mil (33% do valor dos serviços de auditoria externa e revisão limitada trimestral da Companhia)	Maio de 2005 a Abril de 2006
Serviços de auditoria externa anual e revisão limitada trimestral de empresa controladas - Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool e Cosan S.A. Operadora Portuária, incluídos no contrato de serviços de auditoria externa e revisão limitada trimestral da Companhia	Maio de 2005 a Abril de 2006

As políticas da Companhia e de suas controladas vedam a contratação de seus auditores independentes para a prestação de serviços que acarretem conflito de interesses, perda de objetividade dos mesmos ou de independência.

A administração da Companhia e suas controladas, em discussão com seus auditores independentes, concluíram que não existem trabalhos que possam ser considerados ameaças à independência da entidade de auditoria, pois não caracterizam a perda real ou suposta da sua objetividade e integridade.

* * * *

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (MI)	9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (MI)			
01	USINA DA BARRA S.A. AÇÚCAR E ÁLCOOL EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	44.814.325/0001-83	FECHADA CONTROLADA 1.914.308.425	45,15	29,31 1.914.308.425
02	F.B.A.- FRANCO BRASILEIRA S.A. AÇ. E ÁLC EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	00.204.597/0001-96	FECHADA CONTROLADA 26.000	99,99	48,88 12.350
03	COSAN OPERADORA PORTUÁRIA S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	71.550.388/0001-42	FECHADA CONTROLADA 90	90,00	7,50 90

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

15.01 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

No primeiro trimestre deste exercício social a Cosan apresentou investimentos em ativo imobilizado de R\$158,2 MM, contra R\$17,7 MM no 1T'05. No entanto, cumpre notar que R\$108,4 MM desses investimentos referem-se aos efeitos de consolidação integral dos ativos da FBA já existentes. Assim, o capex operacional somou R\$49,7 MM no 1T'06, representando um aumento líquido de R\$32,2 MM em relação aos R\$17,7 MM do 1T'05. Este aumento reflete, entre outros, R\$2,0 MM das atividades de construção da fábrica de açúcar na usina da Gasa (anteriormente dedicada apenas a álcool), R\$0,8 MM da montagem de moega no terminal portuário, R\$8,8 MM na construção de novos armazéns de açúcar nas diversas usinas visando suportar a estratégia comercial, e R\$6,9 MM na aquisição de soqueiras de áreas arrendadas.

1T'05	1T'06	Capex Operacional (R\$ MM)	05YTD	06YTD
-	0,5	Imóveis	-	0,5
1,4	1,7	Máquinas e Equipamentos	1,4	1,7
0,3	0,6	Móveis, Utensílios e Outros	0,3	0,6
9,7	19,7	Imobilizações em Andamento	9,7	19,7
6,4	27,2	Lavoura de Cana de Açúcar	6,4	27,2
17,7	49,7	Capex	17,7	49,7

Fonte: Relatórios da Companhia

Em termos de plantio, houve aumento dos investimentos no trimestre, tanto em decorrência da inclusão de plantios na Destivale e dos 52,5% das demais áreas da FBA, quanto pela aceleração dos plantios do ano aproveitando as condições climáticas. Assim, ao final do 1T'06 já haviam sido plantados 7.485 hectares, enquanto no 1T'05 o plantio abrangeu apenas 2.316 hectares.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Aos

Diretores e Acionistas da

Cosan S.A. Indústria e Comércio

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais (ITR) da Cosan S.A. Indústria e Comércio e da Cosan S.A. Indústria e Comércio e empresas controladas, referentes ao trimestre findo em 31 de julho de 2005, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações dos resultados, o relatório de desempenho e as informações relevantes, elaborados de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil. Foram revisadas por outros auditores independentes as informações trimestrais da controlada FBA – Franco Brasileira S.A. Açúcar e Alcool e empresas controladas, nas quais a Companhia possui investimento no montante de R\$150.708 mil em 31 de julho de 2005, com ganho apurado através do método de equivalência patrimonial, para o período de três meses findo naquela data, de R\$1.127 mil, cujos ativos totais incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas totalizam R\$506.738 mil em 31 de julho de 2005, e com receita líquida incluída nas demonstrações financeiras consolidadas, de R\$44.596 mil para o período de três meses findo naquela data. O relatório de revisão limitada a nós fornecido por aqueles auditores independentes não contém ressalvas que afetem a posição patrimonial e o resultado da Companhia, assim como a posição patrimonial consolidada da Companhia e empresas controladas, e o nosso relatório, no que se refere aos valores do investimento, dos ativos e passivos consolidados e do resultado, e às informações e aos valores incluídos em notas explicativas às informações trimestrais, oriundos dessa controlada, foi baseado estritamente no relatório daqueles auditores independentes.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia.
3. Baseados em nossa revisão especial e no relatório de revisão limitada de outros auditores independentes, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Nossa revisão foi conduzida com o objetivo de emitirmos relatório sobre revisão especial das Informações Trimestrais referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações das origens e aplicações de recursos e dos fluxos de caixa da Cosan S.A. Indústria e Comércio e da Cosan S.A. Indústria e Comércio e empresas controladas, referentes ao trimestre findo em 31 de julho de 2005, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que estão sendo apresentadas para propiciar informações complementares sobre a Companhia e suas controladas, não são requeridas como parte integrante das Informações Trimestrais. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de revisão descritos no segundo parágrafo e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nessas demonstrações complementares, para que estejam adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de julho de 2005, tomadas em conjunto.

99999-9 COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

50.746.577/0001-15

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

5. Os balanços patrimoniais levantados em 30 de abril de 2005 e as respectivas notas explicativas, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, e nosso parecer foi emitido sem ressalvas, em 01 de junho de 2005. Revisamos, também, as demonstrações dos resultados referentes ao trimestre findo em 31 de julho de 2004, apresentadas para fins de comparação, e nosso relatório de revisão limitada, emitido em 10 de setembro de 2004, não conteve ressalvas.

Campinas, 10 de setembro de 2005

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC2SP015199/O-6

B. Alfredo Baddini Blanc
Contador CRC 1SP126402/O-8

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL USINA DA BARRA S.A. AÇÚCAR E ÁLCOOL	
---	--

18.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mii)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/05/2005 a 31/07/2005	4 - 01/05/2005 a 31/07/2005	5 - 01/05/2004 a 31/07/2004	6 - 01/05/2004 a 31/07/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	198.440	198.440	198.350	198.350
3.02	Deduções da Receita Bruta	(31.251)	(31.251)	(17.179)	(17.179)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	167.189	167.189	181.171	181.171
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(114.578)	(114.578)	(141.350)	(141.350)
3.05	Resultado Bruto	52.611	52.611	39.821	39.821
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(39.471)	(39.471)	(64.160)	(64.160)
3.06.01	Com Vendas	(28.324)	(28.324)	(19.681)	(19.681)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(8.368)	(8.368)	(7.037)	(7.037)
3.06.02.01	Honorários da Administração	(1.071)	(1.071)	(1.035)	(1.035)
3.06.02.02	Outras Gerais e Administrativas	(7.297)	(7.297)	(6.002)	(6.002)
3.06.03	Financeiras	(1.767)	(1.767)	(37.300)	(37.300)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	2.314	2.314	2.901	2.901
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(4.081)	(4.081)	(40.201)	(40.201)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(57)	(57)	(45)	(45)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(955)	(955)	(97)	(97)
3.07	Resultado Operacional	13.140	13.140	(24.339)	(24.339)
3.08	Resultado Não Operacional	151	151	328	328
3.08.01	Receitas	151	151	328	328
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	13.291	13.291	(24.011)	(24.011)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(5.971)	(5.971)	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL USINA DA BARRA S.A. AÇÚCAR E ÁLCOOL

18.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/05/2005 a 31/07/2005	4 - 01/05/2005 a 31/07/2005	5 - 01/05/2004 a 31/07/2004	6 - 01/05/2004 a 31/07/2004
3.11	IR Diferido	884	884	9.486	9.486
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	8.204	8.204	(14.525)	(14.525)
	NUMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	4.239.426.501	4.239.426.501	4.384.870.098	4.384.870.098
	LUCRO POR AÇÃO	0,00000	0,00000		
	PREJUÍZO POR AÇÃO			0,00000	0,00000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	50.746.577/0001-15

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL	
F.B.A.- FRANCO BRASILEIRA S.A. AÇ. E ÁLC	

18.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mii)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/05/2005 a 31/07/2005	4 - 01/05/2005 a 31/07/2005	5 - 01/05/2004 a 31/07/2004	6 - 01/05/2004 a 31/07/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	91.528	91.528	89.208	89.208
3.02	Deduções da Receita Bruta	(3.430)	(3.430)	(4.341)	(4.341)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	88.098	88.098	84.867	84.867
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(69.557)	(69.557)	(67.176)	(67.176)
3.05	Resultado Bruto	18.541	18.541	17.691	17.691
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(16.431)	(16.431)	(26.681)	(26.681)
3.06.01	Com Vendas	(9.138)	(9.138)	(12.584)	(12.584)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(5.671)	(5.671)	(3.397)	(3.397)
3.06.03	Financeiras	2.716	2.716	(7.110)	(7.110)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	610	610	1.442	1.442
3.06.03.02	Despesas Financeiras	2.106	2.106	(8.552)	(8.552)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(4.338)	(4.338)	(3.561)	(3.561)
3.06.05.01	Amortização do Ágio	(4.251)	(4.251)	(2.484)	(2.484)
3.06.05.02	Outras Despesas	(87)	(87)	(1.077)	(1.077)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	(29)	(29)
3.07	Resultado Operacional	2.110	2.110	(8.990)	(8.990)
3.08	Resultado Não Operacional	78	78	(91)	(91)
3.08.01	Receitas	78	78	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	(91)	(91)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	2.188	2.188	(9.081)	(9.081)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(1.377)	(1.377)	243	243

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL F.B.A.- FRANCO BRASILEIRA S.A. AÇ. E ÁLC
--

18.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/05/2005 a 31/07/2005	4 - 01/05/2005 a 31/07/2005	5 - 01/05/2004 a 31/07/2004	6 - 01/05/2004 a 31/07/2004
3.11	IR Diferido	310	310	7.297	7.297
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	6	6	0	0
3.12.01	Participações	6	6	0	0
3.12.01.01	Participação de Minoritários	6	6	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	1.127	1.127	(1.541)	(1.541)
	NUMERO AÇÕES, EX-TESSOURARIA (Mil)	26.000	26.000	26.000	26.000
	LUCRO POR AÇÃO	0,04335	0,04335		
	PREJUÍZO POR AÇÃO			(0,05927)	(0,05927)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN OPERADORA PORTUÁRIA S.A.	
--	--

18.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mii)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/05/2005 a 31/07/2005	4 - 01/05/2005 a 31/07/2005	5 - 01/05/2004 a 31/07/2004	6 - 01/05/2004 a 31/07/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	19.376	19.376	13.061	13.061
3.02	Deduções da Receita Bruta	(2.214)	(2.214)	(1.604)	(1.604)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	17.162	17.162	11.457	11.457
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(12.984)	(12.984)	(8.512)	(8.512)
3.05	Resultado Bruto	4.178	4.178	2.945	2.945
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(4.208)	(4.208)	(2.621)	(2.621)
3.06.01	Com Vendas	(128)	(128)	(303)	(303)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(1.901)	(1.901)	(1.706)	(1.706)
3.06.02.01	Honorários da Administração	(47)	(47)	(48)	(48)
3.06.02.02	Outras Gerais e Administrativas	(1.854)	(1.854)	(1.658)	(1.658)
3.06.03	Financeiras	(2.322)	(2.322)	(656)	(656)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	38	38	201	201
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(2.360)	(2.360)	(857)	(857)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	143	143	44	44
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(30)	(30)	324	324
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(30)	(30)	324	324
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(443)	(443)	(82)	(82)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	3 - CNPJ 50.746.577/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL COSAN OPERADORA PORTUÁRIA S.A.
--

18.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/05/2005 a 31/07/2005	4 - 01/05/2005 a 31/07/2005	5 - 01/05/2004 a 31/07/2004	6 - 01/05/2004 a 31/07/2004
3.11	IR Diferido	368	368	(35)	(35)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(105)	(105)	207	207
	NUMERO AÇÕES, EX-TESSOURARIA (Mil)	100	100	100	100
	LUCRO POR AÇÃO			2,07000	2,07000
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(1,05000)	(1,05000)		

***Demonstrações Financeiras
Especiais***

***Cosan S.A. Indústria e Comércio e
Empresas Controladas***

***30 de abril de 2005 e 2004
com Parecer dos Auditores Independentes***

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ESPECIAIS

30 de abril de 2005 e 2004

Índice

Parecer dos Auditores Independentes.....	332
Demonstrações Financeiras Auditadas	
Balancos Patrimoniais.....	335
Demonstrações dos Resultados.....	337
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	338
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.....	339
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	341
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	343

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Diretores e Acionistas da
Cosan S.A. Indústria e Comércio

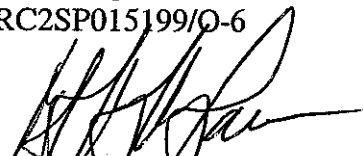
1. Examinamos os balanços patrimoniais da Cosan S.A. Indústria e Comércio e os balanços consolidados da Cosan S.A. Indústria e Comércio e empresas controladas levantados em 30 de abril de 2005 e 2004, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. Foram auditadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras da controlada FBA – Franco Brasileira S.A. Açúcar e Alcool e empresas controladas, nas quais a Companhia possui investimento em 30 de abril de 2005, no montante de R\$68.543 mil (R\$62.400 mil em 2004), com ganho apurado através do método de equivalência patrimonial naquela data de R\$10.281 mil (R\$5.570 mil em 2004), e cujos ativos totais incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas totalizam R\$230.817 mil em 30 de abril de 2005 (R\$158.000 mil em 2004), com receita líquida, incluída nas demonstrações financeiras consolidadas, de R\$76.843 mil para o exercício findo naquela data (R\$62.748 mil em 2004). O parecer a nós fornecido por aqueles auditores não contém ressalvas que afetem significativamente a posição patrimonial e o resultado da Companhia, assim como a posição patrimonial e consolidada da Companhia e empresas controladas, e a nossa opinião, no que se relaciona com esse investimento é exclusivamente baseada no parecer daqueles auditores independentes.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cosan S.A. Indústria e Comércio em 30 de abril de 2005 e 2004, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada da Cosan S.A. Indústria e Comércio e empresas controladas em 30 de abril de 2005 e 2004, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo. As demonstrações dos fluxos de caixa, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão sendo apresentadas para propiciar informações adicionais sobre a Companhia e suas controladas, apesar de não serem requeridas como parte das demonstrações financeiras. Essas demonstrações suplementares foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. As demonstrações financeiras pró-forma apresentadas na nota explicativa 27, compreendidas pelos balanços patrimoniais, controladora e consolidado, em 30 de abril de 2005 e as demonstrações do resultado, controladora e consolidado, para o exercício findo naquela data, representam informações complementares às demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Revisamos a compilação dessas demonstrações financeiras complementares e concluímos que foram preparadas conforme descrito na nota explicativa 27, de forma substancialmente consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa 3.

6. Conforme comentado na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras anexas contêm modificações em suas notas explicativas, em relação às notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 30 de abril de 2005, aprovadas na Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2005. Essas modificações, com as quais concordamos, foram realizadas com o objetivo de atender às exigências de divulgação requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários, no processo de abertura de capital da Companhia. Nenhuma modificação requereu alteração em nossa opinião sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 30 de abril de 2005, expressada anteriormente.

Campinas, 01 de junho de 2005 (exceto com relação ao parágrafo 6 acima,
cuja data é 12 de setembro de 2005)

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC2SP015199/O-6



B. Alfredo Baddini Blanc
Contador CRC 1SP126402/O-8

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

30 de abril de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
ATIVO				
Circulante				
Disponibilidades	19.609	52.750	35.227	68.002
Aplicações financeiras	4.723	35.919	4.753	44.717
Duplicatas a receber de clientes	71.268	31.296	119.064	73.931
Estoques	241.418	203.079	426.708	373.205
Adiantamentos a fornecedores	59.766	58.323	94.591	94.739
Empresas ligadas	277.430	184.713	44.822	16.127
Impostos a recuperar	29.240	19.451	41.650	37.132
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.818	3.889	14.205	13.855
Outros créditos	16.736	10.757	19.764	16.830
	726.008	600.177	800.784	738.538
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras	908	1.299	1.178	1.527
Empresas ligadas	10.267	28.027	648	63.650
Certificados do Tesouro Nacional	12.208	9.841	47.009	38.128
Depósitos judiciais	5.719	3.983	37.622	20.993
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.911	6.767	51.520	33.284
Despesas antecipadas	11.338	-	11.338	-
Outros créditos	3.597	3.049	4.489	6.797
	55.948	52.966	153.804	164.379
Permanente				
Investimentos	474.746	465.832	13.128	304
Imobilizado	456.252	291.945	1.394.664	1.235.320
Diferido	271.294	287.708	359.998	356.708
	1.202.292	1.045.485	1.767.790	1.592.332
Total do ativo	1.984.248	1.698.628	2.722.378	2.495.249

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
PASSIVO				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	27.246	193.521	38.135	318.756
Fornecedores	61.263	30.678	94.884	52.681
Ordenados e salários a pagar	14.064	11.030	30.144	23.913
Impostos e contribuições sociais a recolher	24.119	12.325	88.067	64.372
Adiantamentos de clientes	165.484	382.268	188.056	421.816
Notas promissórias	3.602	48.738	14.556	48.738
Empresas ligadas	1.414	6.851	1.425	6.851
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação	-	-	4.915	4.489
Outras obrigações	22.800	15.054	33.964	31.492
	319.992	700.465	494.146	973.108
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos	601.223	82.997	798.438	283.921
Impostos e contribuições sociais a recolher	56.214	59.764	217.394	232.485
Empresas ligadas	1.928	22.012	619	19.243
Notas promissórias	37.145	101.271	48.100	101.271
Provisão para contingências	117.325	99.766	283.538	189.241
Adiantamentos de clientes	80.771	21.280	80.771	21.280
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação	-	-	25.212	28.119
Outras obrigações	6.773	10.060	7.822	12.253
	901.379	397.150	1.461.894	887.813
Participação minoritária	-	-	3.461	33.315
Patrimônio líquido				
Capital social	301.014	236.569	301.014	236.569
Reserva legal	7.071	6.216	7.071	6.216
Reservas de reavaliação	326.625	247.061	326.625	247.061
Lucros acumulados	128.167	111.167	128.167	111.167
	762.877	601.013	762.877	601.013
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.984.248	1.698.628	2.722.378	2.495.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004 (Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Receita operacional bruta				
Vendas de produtos e serviços	1.369.667	1.121.195	2.048.272	1.703.339
Impostos e deduções sobre vendas	(43.796)	(44.485)	(147.903)	(117.273)
Receita operacional líquida	1.325.871	1.076.710	1.900.369	1.586.066
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(997.977)	(740.237)	(1.338.526)	(1.078.921)
Lucro bruto	327.894	336.473	561.843	507.145
Receitas (despesas) operacionais				
Vendas	(99.199)	(75.490)	(171.681)	(144.302)
Gerais e administrativas	(72.783)	(67.010)	(116.627)	(109.319)
Honorários da administração	(1.015)	(686)	(5.265)	(2.373)
Financeiras, líquidas	(9.040)	(30.075)	(102.029)	(132.142)
Resultado da equivalência patrimonial	(7.601)	12.116	-	7.905
Amortização de ágio	(88.528)	(135.902)	(93.249)	(140.643)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(11.264)	(1.561)	(39.673)	2.288
	(289.430)	(298.608)	(528.524)	(518.586)
Lucro (prejuízo) operacional	38.464	37.865	33.319	(11.441)
Resultado não operacional	780	25.327	2.666	52.645
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.244	63.192	35.985	41.204
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(29.216)	(35.501)	(45.658)	(33.364)
Diferido	7.074	3.822	23.502	25.516
	(22.142)	(31.679)	(22.156)	(7.848)
Participação dos acionistas minoritários	-	-	3.273	(1.016)
Lucro líquido do exercício	17.102	31.513	17.102	32.340
Lucro por ação – em Reais	0,05	0,12		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de reserva própria	Reservas de reavaliação controladas	Lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de abril de 2003	232.149	4.641	-	55.375	82.942	375.107
Integralização de capital – AGE de 30/04/04	4.420	-	-	-	-	4.420
Constituição de reserva de reavaliação	-	-	15.812	-	-	15.812
Constituição de reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	177.155	-	177.155
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(1.281)	1.281	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	31.513	31.513
Constituição de reserva legal	-	1.575	-	-	(1.575)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(2.994)	(2.994)
Saldos em 30 de abril de 2004	236.569	6.216	15.812	231.249	111.167	601.013
Integralização de capital – AGOE de 13/12/04	64.076	-	-	-	-	64.076
Integralização de capital – AGE de 31/01/05	355	-	-	-	-	355
Integralização de capital – AGE de 15/04/05	14	-	-	-	-	14
Constituição de reserva de reavaliação	-	-	91.930	-	-	91.930
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(2.378)	2.378	-
Reversão de reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	(9.988)	-	(9.988)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	17.102	17.102
Constituição de reserva legal	-	855	-	-	(855)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.625)	(1.625)
Saldos em 30 de abril de 2005	301.014	7.071	107.742	218.883	128.167	762.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
ORIGENS DE RECURSOS				
Das operações:				
Lucro líquido do exercício	17.102	31.513	17.102	32.340
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:				
Equivalência patrimonial	7.601	(12.116)	-	(7.905)
Depreciações e amortizações	47.529	43.169	112.332	101.630
Constituição (reversão) de provisão para desvalorização de participações societárias permanentes	932	(8.149)	507	-
Amortização de ágio do ativo diferido	80.134	78.734	93.249	141.004
Valor residual das baixas do ativo permanente	3.044	10.674	10.577	24.270
Perdas (ganhos) líquidos de longo prazo	(46.868)	(20.332)	(14.207)	31.903
Perda (ganho) de capital em investimento	648	(23.195)	-	-
Provisão para desvalorização de ativos	1.641	-	4.392	-
Amortização de ágio do investimento	8.416	57.168	-	-
Participações dos acionistas minoritários	-	-	(3.273)	1.016
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(2.513)	-	28.308	2.349
Reversão (constituição) de imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.144)	67	(23.578)	(16.150)
	<u>112.522</u>	<u>157.533</u>	<u>225.409</u>	<u>310.457</u>
Dos acionistas:				
Aumento em participações de minoritários	-	-	-	6.147
Capital circulante líquido cindido/incorporado de controladas	50	-	-	8.929
Integralização de capital	64.445	4.420	64.445	4.420
Dividendos recebidos	4.883	2.646	-	-
	<u>69.378</u>	<u>7.066</u>	<u>64.445</u>	<u>19.496</u>
De terceiros:				
Aumento do exigível a longo prazo:				
<i>Senior Notes</i>	570.700	-	570.700	-
Outros, líquidos de pagamentos	21.548	13.528	20.426	114.852
Redução líquida do realizável a longo prazo	4.964	66.460	49.010	24.247
	<u>597.212</u>	<u>79.988</u>	<u>640.136</u>	<u>139.099</u>
Total das origens	<u>779.112</u>	<u>244.587</u>	<u>929.990</u>	<u>469.052</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
No imobilizado	122.816	51.098	200.180	240.634
Em investimentos	35.215	77.901	29.830	-
No diferido	-	-	-	2.452
Ágio pago na aquisição de participações societárias	68.392	108.813	101.205	108.813
Reversão dividendos a receber	745	950	-	-
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	44.015	1.598	50.909	170.921
Dividendos propostos	1.625	2.994	1.625	2.994
Redução em participações de minoritários	-	-	5.033	-
Total das aplicações	<u>272.808</u>	<u>243.354</u>	<u>388.782</u>	<u>525.814</u>
Aumento (redução) do capital circulante líquido	<u>506.304</u>	<u>1.233</u>	<u>541.208</u>	<u>(56.762)</u>

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS--Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Variação do capital circulante líquido				
Ativo circulante				
No final do exercício	726.008	600.177	800.784	738.538
No início do exercício	600.177	392.191	738.538	668.693
	125.831	207.986	62.246	69.845
Passivo circulante				
No final do exercício	319.992	700.465	494.146	973.108
No início do exercício	700.465	493.712	973.108	846.501
	(380.473)	206.753	(478.962)	126.607
Aumento (redução) do capital circulante líquido	506.304	1.233	541.208	(56.762)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	17.102	31.513	17.102	32.340
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado (usado) nas atividades operacionais				
Equivalência patrimonial	7.601	(12.116)	-	(7.905)
Constituição (reversão) de provisão para desvalorização de participações societárias permanentes	932	(8.149)	507	-
Depreciações e amortizações	47.529	43.169	112.332	101.630
Valor residual das baixas do ativo permanente	3.044	10.674	10.577	24.270
Amortização de ágio	88.550	135.902	93.249	141.004
Perda (ganho) de capital em investimento	648	(23.195)	-	-
Ganho de capital por variação de participação societária	-	-	-	(68.890)
Prejuízo na venda de participações societárias	-	-	-	34.622
Provisão para desvalorização de ativos	1.641	-	4.392	-
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(2.513)	-	28.308	2.349
Participações dos acionistas minoritários	-	-	(3.273)	1.016
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.074)	(3.822)	(23.502)	(25.516)
Juros, variações monetárias e cambiais	(34.654)	69.770	9.271	123.227
Desconto obtido na amortização de notas promissórias	(4.262)	-	(4.262)	-
Resultado de <i>swap</i>	17.303	-	17.303	-
Decréscimo (acrécimo) de ativos				
Duplicatas a receber de clientes	(39.972)	(2.865)	(45.133)	(18.643)
Estoques	(38.339)	(35.321)	(53.503)	(48.452)
Impostos a recuperar	(9.789)	(10.511)	(4.518)	156
Adiantamentos a fornecedores	(1.443)	11.239	148	4.245
Empresas ligadas	(74.957)	(136.866)	34.307	13.623
Outros ativos	(16.019)	25.101	(19.187)	33.109
Acrécimo (decrécimo) de passivos				
Fornecedores	30.585	(27.143)	42.203	(67.444)
Ordenados e salários a pagar	3.034	(1.718)	6.231	387
Impostos e contribuições sociais a recolher	2.822	24.180	(14.839)	17.858
Provisão para contingências	6.731	19.923	31.183	21.425
Empresas ligadas	(25.521)	(22.967)	(24.050)	(29.122)
Participação minoritária	-	-	(26.581)	41.388
Outros passivos	4.527	(28.545)	968	(26.376)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais	(22.494)	58.253	189.233	300.301
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Ágio pago na aquisição de participações societárias	(68.392)	(108.813)	(101.205)	(75.164)
Aquisição de investimentos	(35.215)	(77.901)	(8.282)	-
Prejuízo na venda de participações societárias	-	-	-	(34.622)
Adições ao imobilizado	(122.816)	(51.098)	(200.180)	(240.634)
Redução de investimento por cisão de controlada	-	-	-	8.109
Adições ao diferido	-	-	-	(2.452)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(226.423)	(237.812)	(309.667)	(344.763)

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA--Continuação

Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
<i>Senior Notes</i>	570.700	-	570.700	-
Captações de empréstimos e financiamentos	145.280	407.449	281.412	765.314
Captações de adiantamento de clientes	359.738	532.206	415.602	652.261
Notas promissórias	-	13.222	36.579	13.222
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos, adiantamentos de clientes e notas promissórias	(953.958)	(748.219)	(1.319.418)	(1.362.743)
Integralização de capital social	64.445	4.420	64.445	4.420
Dividendos propostos	(1.625)	(2.994)	(1.625)	(2.994)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	184.580	206.084	47.695	69.480
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes	(64.337)	26.525	(72.739)	25.018
Caixa e equivalentes no início do exercício	88.669	62.144	112.719	87.701
Caixa e equivalentes no final do exercício	24.332	88.669	39.980	112.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30 de abril de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cosan S.A. Indústria e Comércio (doravante designada “Companhia”) e suas controladas têm como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar, álcool e demais derivados da cana-de-açúcar. As principais controladas, produtoras de açúcar e álcool, são a Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool (“Usina da Barra”) e a FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool (“FBA”).

Durante os exercícios findos em 30 de abril de 2004 e 2005, a Companhia procedeu a uma reestruturação societária, objetivando atingir uma estrutura mais simples e eficiente. As principais operações realizadas foram:

- em 17 de dezembro de 2003, foi aprovada a cisão parcial das empresas controladas Pedro Ometto S.A. Administração e Participações, Administração de Participações Aguassanta Ltda. e Primavera Participações S.A. e a criação das empresas Nova Posa S.A. Administração e Participações, Nova Aguassanta Administração e Participações Ltda. e Nova Prima Participações S.A.;
- em 30 de dezembro de 2003, a Companhia vendeu sua participação nas empresas Nova Prima Participações S.A. e Nova Aguassanta Administração de Participações Ltda. para a Indústria Açucareira São Francisco S.A., empresa do mesmo grupo econômico em que se insere a Companhia;
- em 30 de janeiro de 2004, a sociedade Agro Pecuária São Pedro S.A. incorporou a ex-sociedade Usina da Barra, na data-base de 31 de dezembro de 2003. Na data da incorporação, a Usina da Barra apresentava passivo a descoberto no montante de R\$52.891, o qual foi assumido pela Agro Pecuária São Pedro S.A.. A denominação social de Agro Pecuária São Pedro S.A. foi alterada para Usina da Barra S.A. – Açúcar e Álcool;
- conforme mencionado na nota explicativa 19, em 30 de abril de 2004, a Companhia recebeu como integralização de capital pela Indústria Açucareira São Francisco S.A. e pela Nova Celisa S.A., as participações societárias que essas empresas detinham na Cosan Operadora Portuária S.A. e na Participações Celisa S.A., respectivamente. Como consequência, essas companhias passaram a ser controladas da Cosan;

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional--Continuação

- em 19 de novembro de 2004, a FBA constituiu a Nova FBA Indústria e Comércio Ltda.;
- em 21 de janeiro e 13 de abril de 2005, a Nova FBA Indústria e Comércio Ltda. adquiriu o controle acionário da Destilaria Vale do Tietê S.A. – Destivale, Destivale Agropecuária Ltda. - Destiagro, Agrícola Destivale Ltda. e Auto Posto Destivale Ltda., denominadas “Grupo Destivale”, pelo valor total de R\$78.057, apurando-se um ágio de R\$69.918;
- conforme mencionado na nota explicativa 10, em 31 de janeiro de 2005, a Companhia aumentou a sua participação na Usina da Barra de 52,4% para 95,0%;
- em 15 de abril de 2005, a Companhia incorporou suas controladas Participações Celisa S.A., Primavera Participações S.A. e JVM Participações S.A., na data-base de 28 de fevereiro de 2005, sendo os acervos patrimoniais incorporados compostos como segue:

	Participações Celisa S.A.	Primavera Participações S.A.	JVM Participações S.A.
Ativo			
Circulante	294	-	-
Permanente	6.665	10.015	4.567
Total do ativo	6.959	10.015	4.567
Passivo			
Circulante	5	218	-
Exigível a longo prazo	5	1	-
Total do passivo	10	219	-
Acervo patrimonial líquido	6.949	9.796	4.567

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional--Continuação

- em 27 de abril de 2005, a Destilaria Vale do Tietê S.A.- Destivale incorporou a ex-controladora Nova FBA Indústria e Comércio Ltda., a Agrícola Destivale Ltda. e a Auto Posto Destivale Ltda., na data-base de 31 de março de 2005. Os acervos líquidos incorporados eram compostos como segue:

	Nova FBA Indústria e Comércio Ltda.	Agrícola Destivale Ltda.	Auto Posto Destivale Ltda.
Ativo			
Circulante	2.059	5.501	80
Realizável a longo prazo	-	716	139
Permanente	77.287	6.414	10
Total do ativo	79.346	12.631	229
Passivo			
Circulante	23.806	1.764	1
Exigível a longo prazo	23.735	4.834	-
Total do passivo	47.541	6.598	1
Acervo patrimonial líquido	31.805	6.033	228

- conforme mencionado na nota explicativa 10, em 29 de abril de 2005, a controlada Usina da Barra incorporou sua ex-controladora Nova Posa S.A. Administração e Participações, na data-base de 31 de março de 2005. Dessa forma, a Companhia aumentou a sua participação na Usina da Barra de 95,0% para 95,1%. O acervo líquido incorporado era composto como segue:

	Nova Posa S.A. Administração e Participações
Ativo	
Circulante	236
Permanente	69.559
Total do ativo	69.795
Passivo	
Exigível a longo prazo	18.970
Total do passivo	18.970
Acervo patrimonial líquido	50.825

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras de 30 de abril de 2004 foram reclassificadas para torná-las comparáveis às demonstrações financeiras de 30 de abril de 2005, sendo as principais reclassificações:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
No patrimônio líquido, de reserva especial reflexa para reserva de reavaliação	25.073	-
Tributos diferidos ativos, do realizável a longo prazo para o ativo circulante	3.889	13.855
Tributos diferidos passivos, do exigível a longo prazo para o passivo circulante	4.915	4.489

As demonstrações financeiras especiais foram elaboradas com o objetivo de atender as orientações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme Ofício/CVM/SEP/GEA-2/Nº448/2005 de 26 de agosto de 2005, tendo em vista o processo de abertura de capital da Companhia, apresentando apenas alguns aperfeiçoamentos de notas explicativas em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 30 de abril de 2005, aprovadas na Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de agosto de 2005.

Com o objetivo de propiciar informações adicionais, estão sendo apresentadas as demonstrações dos fluxos de caixa, preparadas de acordo com as Normas e Procedimentos Contábeis – NPC 20 emitida pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Aplicações financeiras

São registradas ao valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis--Continuação

b) Duplicatas a receber de clientes

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

d) Estoques

Estão registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera o valor de mercado.

A safra fundada e o custo de entressafra correspondem às despesas incorridas na manutenção das lavouras de cana-de-açúcar e parque industrial, respectivamente, que são apropriadas ao custo de produção da safra seguinte.

e) Investimentos

Em empresas controladas e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição. Os ágios foram apurados nas aquisições de participações societárias, sendo amortizados, quando aplicável, em 5 anos.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, parcialmente reavaliado. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica e remanescente dos bens e estão demonstradas na nota explicativa 11.

Os gastos de formação de lavoura de cana-de-açúcar estão registrados pelo custo, sendo amortizados em 5 anos.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis--Continuação

g) Diferido

Refere-se, substancialmente, a ágios apurados em aquisições de participações societárias, fundamentados na rentabilidade futura dos investimentos, sendo amortizados em períodos que variam de 5 a 10 anos.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo.

i) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias ou cambiais, conforme aplicável, e acrescidos de juros incorridos até a data do balanço.

j) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência, calculados conforme legislação em vigor. Os impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias estão apresentados no ativo circulante e no realizável a longo prazo, calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização, revisada anualmente.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis--Continuação

m) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação, própria e de controladas, são realizadas na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Quando aplicável, é constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação.

n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração das companhias se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas com os estoques e provisão para contingências.

o) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

p) Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis--Continuação

q) Consolidação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação. O processo de consolidação inclui os seguintes principais procedimentos:

- eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo mantidos entre as companhias consolidadas;
- eliminação dos investimentos, proporcionalmente à participação da controladora nos patrimônios líquidos das controladas;
- eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as companhias consolidadas; e,
- eliminação de lucros não realizados decorrentes de transações entre as empresas consolidadas, quando relevantes.

Destacamos abaixo as companhias consolidadas:

	Participação em			
	2005		2004	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Amaralina Agrícola Ltda.	99,9%	-	99,9%	-
Cosan Operadora Portuária S.A.	90,0%	-	90,0%	-
Cosan S.A. Refinadora de Açúcar	99,9%	-	99,9%	-
Participações Celisa S.A.	-	-	99,8%	-
FBA – Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool	47,5%	-	47,5%	-
Destilaria Vale do Tietê S.A. – Destivale	-	47,5%	-	-
Destivale Agropecuária Ltda. - Destiagro	-	45,6%	-	-
Primavera Participações S.A.	-	-	99,9%	-
Administração de Participações Aguassanta Ltda.	91,5%	-	30,4%	52,5%
Nova Posa S.A. Administração e Participações	-	-	-	48,9%
Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool	45,1%	50,0%	7,1%	45,3%
Agrícola Ponte Alta S.A.	-	95,1%	-	52,3%
Cosan Distribuidora de Combustíveis Ltda.	99,9%	-	-	-

A FBA e suas controladas, cujo controle é compartilhado com outro grupo econômico, são consolidadas na proporção da participação da Companhia no capital social da FBA.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

30 de abril de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis--Continuação

q) Consolidação das demonstrações financeiras--Continuação

As demonstrações financeiras condensadas das empresas controladas, antes dos ajustes de consolidação aplicáveis, são como segue:

	Saldo em 30 de abril de 2005											
	Amaralina Agrícola Ltda.	FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Alcool e empresas controladas	Administração de Participações Aguassanta Ltda.	Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool	Agrícola Ponte Alta S.A.	Primavera Participações S.A.	Cosam S.A. Refinadora de Açúcar	JVM Participações S.A.	* Nova Posa S.A. Administração e Participações	* Participações Celisa S.A.	Cosam Operadora Portuária S.A.	Cosam Distribuidora de Combustíveis Ltda.
Ativo	306.388	485.927	25.588	815.344	268.825	-	10.392	-	-	-	59.731	1.619
Circulante	746	149.092	-	238.089	509	-	4.435	-	-	-	2.905	1.237
Realizável a longo prazo	1.928	18.202	-	96.590	2.392	-	38	-	-	-	2.209	2
Permanente	303.714	318.633	25.588	480.663	265.924	-	5.918	-	-	-	54.616	380
Passivo	306.388	485.927	25.588	815.344	268.825	-	10.392	-	-	-	59.731	1.619
Circulante	1.317	181.484	3	290.063	12	-	2.409	-	-	-	38.341	1.175
Exigível a longo prazo	951	160.142	20	478.416	232	-	8.915	-	-	-	10.159	7
Patrimônio líquido	304.120	144.301	25.565	46.863	268.581	-	(932)	-	-	-	11.232	437
Demonstrações do resultado												
Receita operacional líquida	-	348.616	-	607.429	28	-	17.144	-	-	-	53.104	712
Lucro (prejuízo) bruto	-	86.602	-	204.382	27	-	226	-	-	-	15.059	(38)
Lucro (prejuízo) operacional	(1.001)	26.081	(12.304)	(26.246)	(1.140)	-	(3.086)	(326)	(12.405)	(1.112)	5.285	(318)
Lucro (prejuízo) do exercício	(555)	21.643	(11.585)	(21.752)	(1.140)	-	(3.066)	(326)	(12.405)	(1.112)	3.423	(318)

* Incorporada no exercício findo em 30 de abril de 2005.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

30 de abril de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis--Continuação

q) Consolidação das demonstrações financeiras--Continuação

	Saldos em 30 de abril de 2004									
	Amaralina Agrícola Ltda.	FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Alcool e controladas	Administração de Participações Aguassanta Ltda.	Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool	Agrícola Ponte Alta S.A.	Primavera Participações S.A.	Cosán S.A. Refinadora de Açúcar	Participações Celisa S.A.	Cosán Operadora Portuária S.A.	
Ativo	307.517	332.631	37.336	877.934	269.971	11.756	13.943	8.099	54.780	
Circulante	104	129.107	1	134.843	1.380	-	7.527	294	6.739	
Realizável a longo prazo	3.237	11.807	-	228.436	1.867	29	1	-	1.170	
Permanente	304.176	191.717	37.334	514.655	266.724	11.727	6.415	7.805	46.871	
Passivo	307.517	332.631	37.336	877.934	269.971	11.756	13.943	8.099	54.780	
Circulante	1.099	105.033	1	347.134	7	214	3.406	2	42.617	
Exigível a longo prazo	1.743	96.230	183	444.102	243	-	8.403	36	3.541	
Patrimônio líquido	304.675	131.368	37.151	86.698	269.721	11.542	2.134	8.061	8.622	
Demonstrações do resultado										
Receita operacional líquida	-	273.170	-	138.163	36	-	4.597	-	39.070	
Lucro bruto	-	85.767	-	20.413	34	-	337	-	11.152	
Lucro (prejuízo) operacional	(1.124)	11.616	7.193	(21.204)	(1.215)	2.667	(248)	223	386	
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.541)	11.725	7.175	(4.997)	(7.820)	2.667	(248)	223	619	

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis--Continuação

q) Consolidação das demonstrações financeiras--Continuação

A controlada indireta Usina da Barra registrou ajuste de exercícios anteriores no seu patrimônio líquido em 30 de abril de 2004. A Companhia, por sua vez, registrou o referido ajuste através da equivalência patrimonial.

A conciliação do resultado do exercício da controladora com o resultado consolidado, em 30 de abril de 2004, é a seguinte:

	2004
Resultado da controladora	31.513
Ajustes de exercícios anteriores em controlada	827
Resultado consolidado	<u>32.340</u>

4. Disponibilidades

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2005	2004	2005	2004
Caixa	55	55	99	96
Bancos conta movimento	11.153	18.578	26.715	33.735
Valores aguardando fechamento de câmbio	8.401	34.117	8.413	34.171
	<u>19.609</u>	<u>52.750</u>	<u>35.227</u>	<u>68.002</u>

Os valores aguardando fechamento de câmbio referem-se a recebimentos de recursos financeiros em moeda estrangeira, de clientes situados no exterior, cujo fechamento de câmbio junto às instituições financeiras não foi realizado até a data do balanço.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

5. Aplicações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3.839	26.432	3.869	30.936
Mercado futuro e de opções	884	9.487	884	13.781
Outros títulos de renda fixa	908	1.299	1.178	1.527
	5.631	37.218	5.931	46.244
Circulante	(4.723)	(35.919)	(4.753)	(44.717)
Realizável a longo prazo	908	1.299	1.178	1.527

Os valores registrados como mercado futuro e de opções incluem as remessas líquidas dos recebimentos financeiros relativos ao ajustamento periódico das margens de preço em contratos no mercado futuro e de opções.

6. Duplicatas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
No País	19.599	10.864	67.502	47.585
No Exterior	52.246	21.022	52.700	27.358
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(577)	(590)	(1.138)	(1.012)
	71.268	31.296	119.064	73.931

A abertura dos saldos por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Valores a vencer	25.684	16.308	71.560	50.893
Valores vencidos	46.161	15.578	48.642	24.050
Até 30 dias	40.546	13.216	41.964	17.959
De 31 a 60 dias	435	1.090	848	1.871
De 61 a 90 dias	2.002	108	2.077	2.609
Acima de 91 dias	3.178	1.164	3.753	1.611
	71.845	31.886	120.202	74.943

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a expectativa de perda sobre as duplicatas a receber de clientes. Embora existam valores vencidos há mais de 60 dias, a administração não espera perdas na realização das duplicatas a receber nas datas dos balanços, além dos valores contabilizados como provisão para créditos de liquidação duvidosa.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Produtos acabados:				
Açúcar	42.022	14.150	65.371	32.190
Álcool	37.509	27.947	64.114	52.011
Outros	654	308	2.288	4.153
Custos de entressafra	51.135	54.105	86.907	86.231
Almoxarifado e outros	21.390	17.954	45.243	36.973
Safra fundada	88.708	88.615	162.785	161.647
	241.418	203.079	426.708	373.205

8. Adiantamentos a Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Fornecedores de cana-de-açúcar	52.903	51.896	84.136	84.782
Fornecedores de equipamentos, materiais e serviços	6.863	6.427	10.455	9.957
	59.766	58.323	94.591	94.739

Os valores registrados nessa rubrica referem-se a adiantamentos para futura entrega de cana-de-açúcar, materiais e prestação de serviços, os quais deverão ser realizados durante o próximo exercício. Os adiantamentos para fornecimento de cana-de-açúcar são remunerados conforme variação do preço do ATR (Açúcar Total Recuperável) informado mensalmente pelo CONSECANA-SP (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo).

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

9. Saldos com Empresas Ligadas

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool	163.889	116.971	-	-
Nova Posa S.A. Administração e Participações	-	18.177	-	-
FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool	85.680	32.338	45.376	16.977
Cosan Operadora Portuária S.A.	29.068	37.025	-	-
Pedro Ometto S.A. Administração e Participações	-	-	8	62.769
Cosan S.A. Refinadora de Açúcar	8.215	8.229	-	-
Cosan Distribuidora de Combustíveis Ltda.	834	-	-	-
Outras	11	-	86	31
	287.697	212.740	45.470	79.777
Circulante	(277.430)	(184.713)	(44.822)	(16.127)
Realizável a longo prazo	10.267	28.027	648	63.650

	Passivo			
	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool	-	6.851	-	6.851
Amaralina Agrícola Ltda.	1.928	3.237	-	-
Indústria Açucareira São Francisco S.A.	1.358	18.746	1.358	18.746
Outras	56	29	686	497
	3.342	28.863	2.044	26.094
Circulante	(1.414)	(6.851)	(1.425)	(6.851)
Exigível a longo prazo	1.928	22.012	619	19.243

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

9. Saldos com Empresas Ligadas--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Transações dos saldos ativos				
Remessas de recursos financeiros, líquidas de recebimentos e cessões de créditos	470.857	339.038	50.068	58.387
Integralização de capital em controlada com créditos em conta corrente	-	(70.000)	-	-
Vendas de produtos acabados	13.315	17.841	6.165	4.300
Compras de produtos acabados	(414.468)	(184.810)	(86.920)	(60.569)
Aquisição de serviços portuários	(18.167)	(13.342)	-	-
Receitas com encargos financeiros	23.420	48.139	(3.620)	13.767
Adição líquida, por consolidação	-	-	-	23.284
Transações dos saldos passivos				
Pagamentos de recursos financeiros, líquidos de captações	(26.705)	(24.741)	(25.234)	(61.955)
Despesas com encargos financeiros	1.184	1.774	1.184	1.794
Arrendamento de terras	4.345	4.183	4.345	4.183

As transações mercantis de compra e venda de produtos são realizadas a preços e em condições semelhantes às de mercado.

Os valores a receber da FBA em 2005 e 2004 referem-se, principalmente, a pré-pagamentos para futura entrega de açúcar. Tais valores são atualizados monetariamente com base na variação cambial do dólar norte-americano, acrescida de juros de 10,61% (6,64% em 2004) ao ano.

Os valores a receber da Usina da Barra em 2005 e 2004 referem-se a pré-pagamentos para futura entrega de açúcar, atualizados pela variação do CDI, mais juros de 1% ao mês até 31 de janeiro de 2005, e a partir dessa data, atualizados pela variação cambial mais 81% do CDI.

O valor a receber da Pedro Ometto S.A. Administração e Participações em 30 de abril de 2004 referia-se a mútuo, remunerado pela variação do IGP-M, mais juros de 1% ao mês, realizado durante o exercício findo em 30 de abril de 2005.

O saldo a receber da Cosan Operadora Portuária S.A. refere-se a adiantamentos para prestação de serviços portuários, sobre os quais não há remuneração.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

9. Saldos com Empresas Ligadas--Continuação

Em 30 de abril de 2005, a Companhia é arrendatária de 1.203 hectares de terras (5.227 hectares em 2004) da Santa Bárbara Agrícola S.A. e de 7.812 hectares de terras (8.594 hectares em 2004) da Indústria Açucareira São Francisco S.A.. Estas operações são realizadas em condições e preços similares aos de mercado. O saldo a pagar a essas companhias em 30 de abril de 2005, proveniente do arrendamento de terras, no montante de R\$466 (R\$348 em 2004), está classificado na rubrica Fornecedores, no balanço patrimonial.

As empresas ligadas Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool, Indústria Açucareira São Francisco S.A. e Usina Santa Bárbara S.A. Açúcar e Álcool mantêm contrato de parceria para industrialização de cana-de-açúcar com a Companhia, cabendo às contratantes a quantidade de 1,25 sacas (50 kg) de açúcar VHP e 20 litros de álcool, por tonelada de cana. Essas condições são semelhantes às praticadas pelo mercado.

A Companhia e a Usina da Barra utilizam terras pertencentes às respectivas empresas controladas Amaralina Agrícola Ltda. e Agrícola Ponte Alta S.A. para plantio de cana-de-açúcar. Não há remuneração sobre essas transações.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

10. Investimentos

	Controladora						
	Investidas			Investidora			
	30 de abril de 2005						
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação %	Investimentos	Provisão para passivo a descoberto (1)	Equivalência patrimonial	Provisão para desvalorização de participação societária permanente (2)
Amaralina Agrícola Ltda.	304.120	(555)	99,9	304.120	-	(555)	-
FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Alcool	144.301	21.643	47,5	68.543	-	10.281	-
Administração de Participações Aguassanta Ltda.	25.565	(11.585)	91,5	23.391	-	(7.465)	-
Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool	46.863	(21.752)	45,1	21.161	-	(5.124)	-
Primavera Participações S.A.	-	-	-	-	-	(1.746)	-
Cosan S.A. Refinadora de Açúcar	(932)	(3.066)	99,9	-	(932)	(2.134)	(932)
Participações Celisa S.A.	-	-	-	-	-	(1.111)	-
Cosan Operadora Portuária S.A.	12.044	3.423	90,0	10.840	-	3.081	-
Nova Posa S.A. Administração e Participações	-	-	-	-	-	(2.449)	-
TEAS - Terminal Exportador de Alcool de Santos S.A.	20.705	-	40,0	8.282	-	-	-
Cosan Distribuidora de Combustíveis Ltda.	437	(318)	99,9	437	-	(53)	-
JVM Participações S.A.	-	-	-	-	-	(326)	-
Outros investimentos	-	-	-	37	-	-	-
				436.811	(932)	(7.601)	(932)
Ágio: Nova Usati Refinadora S.A.	-	-	-	5.085	-	-	-
Ágio: Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool	-	-	-	28.178	-	-	-
Ágio: TEAS - Terminal Exportador de Alcool de Santos S.A.	-	-	-	4.672	-	-	-
				474.746	(932)	(7.601)	(932)

(1) Contabilizada na rubrica Outras Obrigações, no exigível a longo prazo;

(2) Contabilizada no resultado do exercício na rubrica Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

10. Investimentos--Continuação

As quantidades de ações e/ou quotas das controladas e as respectivas quantidades possuídas pela Companhia, em 30 de abril de 2005, são como segue:

	Controladora 30 de abril de 2005					
	Total de ações da investida			Ações possuídas pela controladora		
	Ações		Quotas	Ações		Quotas
Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Amaralina Agrícola Ltda.	-	-	132.368.872	-	-	132.368.871
FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Alcool	26.000.000	-	26.000.000	12.349.998	-	12.349.998
Administração de Participações Agnassanta Ltda.	-	-	9	-	-	1
Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool *	3.410.877.545	828.548.956	4.239.426.501	1.579.411.034	334.897.390	1.914.308.424
Cosan S.A. Refinadora de Açúcar	2.345.025	-	2.345.025	2.345.024	-	2.345.024
Cosan Operadora Portuária S.A.	50.000	50.000	100.000	45.000	45.000	90.000
TEAS - Terminal Exportador de Alcool de Santos S.A.	9.025.568	-	9.025.568	3.610.227	-	3.610.227
Cosan Distribuidora de Combustíveis Ltda.	1.000.000	-	1.000.000	999.999	-	999.999

* Informações em milhares de ações.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS—Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

10. Investimentos--Continuação

	Controladora			
	30 de abril de 2004			
	Investidas		Investidora	
Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação %	Investimentos	Equivalência patrimonial
Amaralina Agrícola Ltda.	(1.541)	99,9	304.675	(1.348)
FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Alcool	11.725	47,5	62.400	5.570
Administração de Participações Agrassanta Ltda.	7.175	30,4	11.302	2.181
Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool	(4.997)	7,1	6.140	(67)
Primavera Participações S.A.	2.667	99,9	11.538	2.664
Cosan S.A. Refinadora de Açúcar	(248)	99,9	2.134	(248)
Participações Celisa S.A.	223	99,8	8.048	(234)
Cosan Operadora Portuária S.A.	619	90,0	7.759	3.598
Outros investimentos	-	-	170	-
			414.166	12.116
Ágio: Nova Usati Refinadora S.A.	-	-	6.437	-
Ágio: Amaralina Agrícola Ltda.	-	-	9.987	-
Ágio: Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool	-	-	35.242	-
			465.832	12.116

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

10. Investimentos--Continuação

As quantidades de ações e/ou quotas das controladas e as respectivas quantidades possuídas pela Companhia, em 30 de abril de 2004, são como segue:

	Controladora						
	Total de ações da investida			30 de abril de 2004			
	Ações		Quotas	Ações		Total	
Ordinárias	Preferenciais		Ordinárias	Preferenciais	Quotas	Total	
Amaralina Agrícola Ltda.	-	-	132.368.872	-	-	132.368.871	132.368.871
FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Alcool	26.000.000	-	-	12.349.998	-	-	12.349.998
Administração de Participações Agussanta Ltda.	-	-	9	-	-	1	1
Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool *	3.525.941.816	858.928.282	-	4.384.870.098	-	-	310.958.791
Primavera Participações S.A.	20.338.725	-	-	20.338.725	-	-	20.332.418
Cosan S.A. Refinadora de Açúcar	2.345.025	-	-	2.345.025	-	-	2.345.024
Participações Celisa S.A.	191.575.000	-	-	191.263.423	-	-	191.263.423
Cosan Operadora Portuária S.A.	50.000	50.000	-	100.000	45.000	-	90.000

* Informações em milhares de ações.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

10. Investimentos--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Saldos iniciais	465.832	134.339	304	87.956
Equivalência patrimonial	(7.601)	12.116	-	7.905
Aquisição de investimentos	13.655	77.901	8.282	-
Adição de investimento por integralização de capital	21.560	-	21.548	-
Ágio pago na aquisição de participações societárias	68.392	108.813	101.205	108.813
Transferência de ágio para o ativo diferido	(63.720)	-	(96.533)	(41.679)
Transferência de ágio para o ativo imobilizado	-	-	-	(9.988)
Reserva de reavaliação reflexa	-	177.155	-	-
Baixa de investimentos	(132)	(8.823)	(130)	(1.912)
Redução por incorporação/ cisão	(50)	-	(21.548)	(92.760)
Amortização de ágio	(8.416)	(57.168)	-	(57.205)
Realização de ágio com reavaliação	(9.988)	-	-	-
Ganho de capital	13	23.195	-	-
Perda de capital	(661)	-	-	-
Dividendos recebidos	(4.883)	(2.646)	-	-
Outros	745	950	-	(826)
Saldos finais	<u>474.746</u>	<u>465.832</u>	<u>13.128</u>	<u>304</u>

Em 28 de dezembro de 2003, a Tamandupá Ltda., do mesmo grupo econômico em que se insere a Companhia, aportou capital na controlada Amaralina Agrícola Ltda., com ativos (terras e soqueiras de cana-de-açúcar), a valores contábeis. O valor definido para troca das quotas foi avaliado a valor de mercado. Dessa forma, a participação da Companhia naquela controlada, que era de 99,9%, passou para 58,1%, gerando ganho de capital no montante de R\$23.195, creditado ao resultado do exercício sob a rubrica Resultado não operacional. Em 27 de fevereiro de 2004, a Companhia adquiriu junto à Indústria Açucareira São Francisco S.A. (sucessora da Tamandupá Ltda., por incorporação), 55.419.969 quotas representativas do capital social da Amaralina Agrícola Ltda., passando novamente a deter 99,9% de seu capital, pelo valor de R\$102.539, gerando ágio no montante de R\$33.179, do qual a parcela de R\$23.195 foi amortizada no próprio período para eliminar o efeito do ganho de capital acima mencionado. O fundamento econômico do referido ágio foi a mais-valia das terras.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

10. Investimentos--Continuação

Em 05 de agosto de 2003, a Agro Pecuária São Pedro S.A. adquiriu da Bom Jesus Inc., empresa do mesmo grupo econômico, ações da Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool, as quais representavam 14,1% do capital social daquela companhia. Nessa transação foi apurado um deságio de R\$21.699, em função da Agro Pecuária São Pedro S.A. ter adquirido essas ações por valor abaixo do respectivo valor patrimonial.

Em 31 de outubro de 2003, antes do processo de incorporação da antiga Usina da Barra pela Agro Pecuária São Pedro S.A., as companhias alienaram à sua antiga controladora, Pedro Ometto S.A. Administração e Participações, as suas participações societárias no capital da Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool. A operação resultou em perda no montante de R\$34.622, a qual foi classificada sob a rubrica Resultado não operacional, na demonstração do resultado do exercício findo em 30 de abril de 2004. As perdas ocorreram em função das transações terem sido efetuadas a valores de mercado. Em decorrência da venda das ações, a antiga Agro Pecuária São Pedro S.A. baixou o saldo referente ao deságio, no montante de R\$21.699, registrando-o na rubrica Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Em 01 de fevereiro de 2004, a Companhia adquiriu 99,9% das ações da Nova Usati S.A. Refinadora de Açúcar, atualmente denominada Cosan S.A. Refinadora de Açúcar, pelo montante total de R\$9.162, sendo o valor do acervo patrimonial avaliado em R\$2.382, resultando num ágio de R\$6.780. O ágio, caracterizado como decorrente de expectativa de rentabilidade, vem sendo amortizado em 5 anos, linearmente.

Conforme mencionado na nota explicativa 19, foi aprovado, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2004, o aumento do capital social da Companhia, realizado pela Indústria Açucareira São Francisco S.A. e pela Nova Celisa S.A., com a transferência das suas respectivas participações na Cosan Operadora Portuária S.A. e na Participações Celisa S.A.. Como consequência, essas companhias passaram a ser controladas da Cosan.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

10. Investimentos--Continuação

Em 30 de abril de 2004, em Assembléia Geral Extraordinária Especial, os acionistas da Usina da Barra aprovaram aumento de capital no valor de R\$70.000, com emissão de 310.432.339.401 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal. O aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado pela Companhia, com créditos em conta corrente que a acionista possuía junto à Usina da Barra, decorrentes de adiantamentos para futura entrega de açúcar, créditos esses avaliados a valor de livros. O valor de troca das ações foi avaliado a mercado. Esta transação resultou num ágio de R\$68.890, o qual sofreu amortização no montante de R\$33.649, dentro do período, em função da apuração de ganho de capital, na mesma operação, na antiga sócia majoritária da Usina da Barra, Nova Posa Administração e Participações S.A., a qual é controlada indireta da Companhia. Dessa forma, a amortização do ágio anulou o ganho de capital da Nova Posa Administração e Participações S.A., no valor de R\$33.649, registrado como resultado de equivalência patrimonial em 30 de abril de 2004.

A equivalência patrimonial na Usina da Barra em 30 de abril de 2004, está substancialmente afetada por perdas líquidas em transações de venda de ações da Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool, no montante de R\$15.471, cujo efeito na Companhia, considerando sua participação no capital da controlada, foi de R\$5.645.

Transações realizadas no exercício findo em 30 de abril de 2005

Em 31 de janeiro de 2005, conforme mencionado na nota explicativa 19, os acionistas aprovaram aumento do capital social da Companhia no montante de R\$355. A integralização de capital foi efetuada integralmente pela Aguassanta Participações S.A. através da conferência de ativos líquidos, os quais incluíam as suas participações societárias na Nova Posa S.A. Administração e Participações, na Administração de Participações Aguassanta Ltda. e na Usina da Barra. Como consequência, a Companhia aumentou sua participação nessas companhias.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

10. Investimentos--Continuação

Adicionalmente, em 31 de janeiro de 2005, a Companhia adquiriu a JVM Participações S.A., empresa controlada da Aguassanta Participações S.A., detentora de 8,5% das ações da Nova Posa S.A. Administração e Participações, que detém 92,7% das ações do capital social da Usina da Barra. Com a aquisição, a Companhia passou a deter direta e indiretamente 95,0% das ações do capital social da Usina da Barra.

Nessa transação, a Companhia permutou com a Aguassanta Participações S.A. o mútuo a receber com a Pedro Ometto S.A. Administração e Participações, no montante de R\$68.614, pelas ações da JVM Participações S.A., avaliadas a valor de livros por R\$4.894, apurando um ágio de R\$63.720, decorrente da mais valia da participação societária da JVM Participações S.A. na Nova Posa S.A. Administração e Participações, fundamentado em rentabilidade futura, suportada por laudo de avaliação emitido em 20 de janeiro de 2005 por peritos avaliadores.

Em 16 de fevereiro de 2005, a Companhia adquiriu participação no Terminal Exportador de Álcool de Santos S.A., representada por 3.610.227 ações ordinárias nominativas, equivalentes a 40% do capital social daquela companhia, pelo valor de R\$12.954. Essa operação gerou um ágio no montante de R\$4.672, fundamentado pela mais valia de seu parque industrial, cuja amortização ocorrerá de acordo com a depreciação do respectivo parque industrial.

Em 15 de abril de 2005, conforme mencionado em nota explicativa 1, a Companhia incorporou suas controladas Primavera Participações S.A., Participações Celisa S.A. e JVM Participações S.A.. Estas incorporações foram realizadas a valor de livros, não gerando ganho ou perda nas operações.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

10. Investimentos--Continuação

Em 29 de abril de 2005, a controlada Usina da Barra incorporou sua controladora Nova Posa S.A. Administração e Participações. Essa transação foi efetuada a valor de mercado gerando uma perda de capital por aumento de participação no montante de R\$661.

Para fins de consolidação, os valores dos ágios, cujo fundamento econômico é a rentabilidade futura, foram reclassificados para o ativo diferido. O valor do ágio da Amaralina Agrícola Ltda., cujo fundamento econômico era a mais valia das terras, foi realizado integralmente contra reserva de reavaliação reflexa.

11. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação/ amortização (%)	Controladora				2004
		2005		2004		
		Custo	Reavaliação	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades rurais	-	69.574	107.742	-	177.316	21.328
Máquinas, equipamentos e instalações	10,77	196.146	-	(113.102)	83.044	74.223
Veículos	24,27	23.529	-	(17.755)	5.774	6.849
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	14,74	9.903	-	(5.755)	4.148	4.208
Edifícios	4,04	4.521	-	(853)	3.668	3.880
Benfeitorias	4,00	81.943	-	(10.015)	71.928	65.279
Obras em andamento	-	17.918	-	-	17.918	21.432
Custo de formação de lavouras	20,00	151.424	-	(58.984)	92.440	94.730
Outras imobilizações	-	20	-	(4)	16	16
		554.978	107.742	(206.468)	456.252	291.945

A Companhia registrou reavaliação das propriedades rurais utilizadas para a produção de cana-de-açúcar, conforme laudo emitido em 20 de abril de 2004, por peritos avaliadores, conforme valores demonstrados abaixo:

Descrição	Valores		
	Reavaliado	Contábil líquido	Mais valia
Propriedades rurais	19.894	4.082	15.812

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado--Continuação

Conforme mencionado na nota explicativa 19, a Companhia recebeu em integralização de capital pela Santa Bárbara Agrícola S.A. propriedades rurais, as quais foram reavaliadas em 31 de janeiro de 2005, conforme laudo emitido em 10 de janeiro de 2005, pela empresa Consplan Consultoria, Planejamento, Avaliação e Peritagem S/C Ltda., conforme valores demonstrados abaixo:

Descrição	Valores					
	Reavaliado	Contábil líquido	Mais valia			
Propriedades rurais	156.006	64.076	91.930			
Consolidado						
	2005			2004		
	Taxas médias anuais de depreciação/ amortização (%)	Custo	Reavaliação	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades rurais	-	313.142	436.386	-	749.528	594.302
Máquinas, equipamentos e instalações	9,01	477.551	122.624	(390.775)	209.400	206.352
Veículos	19,75	50.108	8.537	(49.822)	8.823	10.775
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	14,26	18.308	49	(11.807)	6.550	6.463
Edifícios	4,39	42.165	48.808	(33.901)	57.072	59.707
Benfeitorias	4,00	125.389	534	(15.039)	110.884	97.179
Obras em andamento	-	50.469	-	-	50.469	38.330
Custo de formação de lavoura	20,00	329.522	-	(127.628)	201.894	212.180
Outras imobilizações	-	48	-	(4)	44	44
Ágio de mais valia de terras	-	-	-	-	-	9.988
		<u>1.406.702</u>	<u>616.938</u>	<u>(628.976)</u>	<u>1.394.664</u>	<u>1.235.320</u>

Em 30 de abril de 2004, a controlada indireta Agrícola Ponte Alta S.A. registrou reavaliação de seu ativo imobilizado, o qual é composto, basicamente, por áreas agrícolas, no montante de R\$72.174.

Em 30 de abril de 2004, a controlada integral Amaralina Agrícola Ltda. registrou reavaliação de seu ativo imobilizado, o qual é composto, basicamente, por áreas agrícolas, no montante de R\$139.295.

Em 30 de abril de 2005, o imobilizado consolidado inclui o valor de R\$524.996 (R\$423.080 em 2004) correspondente ao saldo líquido de reavaliações da conta de propriedades rurais, da Companhia e de parte das controladas, e de máquinas, equipamentos e instalações, veículos, edifícios e benfeitorias da controlada Usina da Barra.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado--Continuação

O resultado do exercício consolidado contempla o montante de R\$11.082 (R\$15.080 em 2004) referente a depreciação dos itens reavaliados.

12. Diferido

	Taxas anuais de amortização (%)	Controladora			
		2005		2004	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição da Administração de Participações Aguassanta Ltda.	20	392.616	(183.432)	209.184	287.708
Ágio na aquisição da JVM Participações S.A.	20	63.720	(1.610)	62.110	-
		<u>456.336</u>	<u>(185.042)</u>	<u>271.294</u>	<u>287.708</u>
	Taxas anuais de amortização (%)	Consolidado			
		2005		2004	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição da Administração de Participações Aguassanta Ltda.	20	392.616	(183.432)	209.184	287.708
Ágio na aquisição da JVM Participações S.A.	20	63.720	(1.610)	62.110	-
Ágio na aquisição da Cosan Refinadora S.A.	20	6.667	(1.582)	5.085	6.437
Ágio na aquisição da Usina da Barra	20	35.242	(7.064)	28.178	35.242
Ágio na constituição da FBA	10	10.921	(4.550)	6.371	7.463
Ágio na aquisição da Univalem S.A. Açúcar e Alcool	10	11.456	(4.586)	6.870	8.019
Ágio na aquisição da Guanabara Agro Industrial S.A.	20	13.180	(6.561)	6.619	9.101
Ágio na aquisição do Grupo Destivale	10	33.211	-	33.211	-
Despesas pré-operacionais	10	5.115	(2.745)	2.370	2.738
		<u>572.128</u>	<u>(212.130)</u>	<u>359.998</u>	<u>356.708</u>

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

13. Impostos e Contribuições Sociais a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
ICMS	103	872	41.465	44.010
INSS	1.734	1.414	4.568	3.603
PIS	247	-	1.321	-
COFINS	2.322	2.725	6.657	6.283
Programa Especial de Parcelamento de Impostos Estaduais - REFIS Estadual	-	-	84.532	90.392
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-	-	60.293	60.425
Programa de Parcelamento Especial - PAES	62.797	64.385	83.406	85.522
Imposto de renda e contribuição social a recolher (Nota 14)	11.366	-	18.859	-
Outros	1.764	2.693	4.360	6.622
	80.333	72.089	305.461	296.857
Circulante	(24.119)	(12.325)	(88.067)	(64.372)
Exigível a longo prazo	56.214	59.764	217.394	232.485

Os montantes vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
2005	-	8.025	-	45.290
2006	5.178	7.167	28.168	35.360
2007	7.767	7.167	37.751	31.944
2008	7.767	7.167	35.586	29.042
2009	7.767	7.167	33.895	29.042
2010	7.767	7.167	31.355	28.911
2011 a 2021	19.968	15.904	50.639	32.896
	56.214	59.764	217.394	232.485

O saldo referente ao ICMS apresentado no balanço consolidado é composto substancialmente por parcelamentos de ICMS da Usina da Barra e da FBA. Os referidos parcelamentos foram realizados nos prazos de 24 e 60 meses e estão sujeitos a incidência de encargos financeiros calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e juros de 1,8% ao mês.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

13. Impostos e Contribuições Sociais a Recolher--Continuação

Programa Especial de Parcelamento de Impostos Estaduais - Refis Estadual

Em outubro de 2000, a Usina da Barra e a FBA aderiram ao Programa de Parcelamento Especial de Impostos Estaduais, conforme disposições contidas no Decreto nº 44.971, de 19 de junho de 2000, do Governo do Estado de São Paulo para débitos do ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços. Assim, a liquidação desses valores está sendo realizada em 120 parcelas mensais, desde dezembro de 2001, com incidência de encargos financeiros calculados com base na variação da TJLP.

Os saldos em 30 de abril de 2005 e 2004 apresentam-se da seguinte forma:

	Consolidado	
	2005	2004
Valor original:		
Principal	35.182	35.182
Multa	8.122	8.122
Juros	42.460	42.460
	85.764	85.764
Encargos calculados pela TJLP	37.582	30.960
Pagamentos efetuados	(38.814)	(26.332)
	84.532	90.392
Circulante	(12.907)	(11.974)
Exigível a longo prazo	71.625	78.418

Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 28 de abril de 2000, a Usina da Barra, a Destilaria Vale do Tietê S.A. - Destivale e a Destivale Agro Pecuária Ltda. - Destiagro, firmaram Termo de Opção pelo Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, aprovado pela Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, declarando seus débitos de tributos e contribuições sociais junto à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. Como garantia, no processo de consolidação da dívida, foram arrolados bens do ativo imobilizado das empresas.

Os pagamentos ao REFIS são feitos com base em 1,2% da receita bruta mensal. O saldo é atualizado monetariamente pela TJLP.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

13. Impostos e Contribuições Sociais a Recolher--Continuação

Programa de Recuperação Fiscal - REFIS--Continuação

Os saldos em 30 de abril de 2005 e 2004 apresentam-se da seguinte forma:

	Consolidado	
	2005	2004
Valor original:		
Principal	64.323	62.100
Multa	12.935	12.118
Juros	16.370	14.294
Honorários advocatícios e encargos legais	2.877	2.604
Compensações com prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(23.616)	(23.310)
	72.889	67.806
Encargos calculados pela TJLP	29.439	23.191
Pagamentos efetuados	(42.035)	(30.572)
	60.293	60.425
Circulante	(7.919)	(9.702)
Exigível a longo prazo	52.374	50.723

Programa de Parcelamento Especial - PAES

Aproveitando o benefício promovido pelo Programa de Parcelamento Especial - PAES nos termos da Lei nº 10.684, publicada em 31 de maio de 2003, a Companhia e empresas controladas desistiram da discussão de algumas demandas judiciais, pleiteando o parcelamento dos referidos débitos com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, junto à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. As parcelas são atualizadas mensalmente pela TJLP.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

13. Impostos e Contribuições Sociais a Recolher--Continuação

Programa de Parcelamento Especial - PAES--Continuação

Até a presente data, as autoridades fiscais não apresentaram as posições dos débitos consolidados, os quais, de acordo com os controles das Companhias, são como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Impostos apurados e atualizados até a data da adesão ao programa:				
Tributos SRF/FNDE*	62.093	62.093	73.915	74.676
Contribuições INSS	2.565	2.565	12.015	11.255
Amortizações	(12.392)	(5.265)	(16.524)	(7.052)
Atualização monetária	10.531	4.992	14.000	6.643
	62.797	64.385	83.406	85.522
Parcelas devidas a curto prazo	(7.617)	(5.927)	(9.936)	(8.155)
Parcelas a longo prazo	55.180	58.458	73.470	77.367

* FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico

O parcelamento vem sendo pago com base em 1,5% do faturamento, observando o limite mínimo de 120 parcelas, não podendo ser maior que 180 parcelas.

A manutenção da Companhia e das empresas controladas nos programas e parcelamentos acima mencionados depende do atendimento de várias condições, sobretudo da continuidade do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos vincendos.

O sistema tributário brasileiro é de auto-lançamento, portanto, as declarações de renda arquivadas permanecem abertas para revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos contados da data de arquivamento.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.244	63.192	35.985	41.204
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(13.343)	(21.485)	(12.235)	(14.009)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	(2.584)	4.119	-	2.688
Tributos diferidos sobre resultados negativos recebidos por incorporação	-	3.822	-	43.613
Baixa de imposto de renda e contribuição social diferidos por incorporações de empresas do grupo	-	-	-	(18.097)
Amortização de ágio indedutível	(4.024)	(11.435)	(4.024)	(11.435)
Provisão para contingências, indedutível	-	(1.153)	-	(4.610)
Doações e contribuições indedutíveis	(1.380)	(1.089)	(2.856)	(1.378)
Baixa de valores a receber indedutíveis	-	(2.934)	-	(2.934)
Outros	(811)	(1.524)	(3.041)	(1.686)
Total de impostos correntes e diferidos	(22.142)	(31.679)	(22.156)	(7.848)
Taxa efetiva	56,42%	50,13%	61,57%	19,05%

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Imposto de renda sobre o lucro	21.480	26.106	33.560	24.532
Contribuição social sobre o lucro	7.736	9.395	12.098	8.832
Total de imposto de renda e contribuição social	29.216	35.501	45.658	33.364
Pagamento/compensação realizados no exercício	(17.850)	(35.501)	(26.799)	(33.364)
Total de imposto de renda e contribuição social a recolher (Nota 13)	11.366	-	18.859	-

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

14. Imposto de Renda e Contribuição Social--Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Descrição	Controladora				2004
	2005			Total	
	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%		
Provisões para contingências e outras diferenças temporárias	52.145	13.036	4.693	17.729	6.766
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	2.860
Base negativa de contribuição social	-	-	-	-	1.030
Tributos diferidos		<u>13.036</u>	<u>4.693</u>	<u>17.729</u>	10.656
Circulante				<u>(5.818)</u>	(3.889)
Realizável a longo prazo				<u>11.911</u>	<u>6.767</u>

Descrição	Consolidado				2004
	2005			Total	
	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%		
Provisões para contingências e outras diferenças temporárias	160.322	40.080	14.429	54.509	23.050
Prejuízos fiscais	32.884	8.221	-	8.221	17.671
Base negativa de contribuição social	33.277	-	2.995	2.995	6.418
Tributos diferidos		<u>48.301</u>	<u>17.424</u>	<u>65.725</u>	47.139
Circulante				<u>(14.205)</u>	(13.855)
Realizável a longo prazo				<u>51.520</u>	<u>33.284</u>

IRPJ – Imposto de renda da pessoa jurídica
CSLL – Contribuição social sobre o lucro líquido

Os impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social deverão ser realizados no prazo máximo de 2 anos a contar de 30 de abril de 2005. Tendo em vista ser difícil prever com exatidão o prazo de realização dos impostos diferidos relacionados às provisões para contingências, a administração da Companhia decidiu manter a totalidade dos referidos créditos tributários classificados no ativo realizável a longo prazo.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 30 de abril de 2005 e 2004 (Em milhares de reais)

15. Empréstimos e Financiamentos

Finalidade <i>Senior Notes</i>	Indexador	Encargos financeiros (1)		Controladora		Consolidado		Vencimento Final	Garantias (2)	
		Taxa média anual de juros	Juros de 9% com Swap para 81% do CDI	2005	2004	2005	2004		2005	2004
Resolução 2471	Dólar (US)	Juros de 9%	67,918	523,563	-	523,563	-	Novembro/2009	Aval Usina da Barra e FBA	2004
	IGP-M	Juros de 4,20%			61,616	235,809	213,931	Dezembro/2020	Certificados do Tesouro Nacional e hipoteca de terras	Certificados do Tesouro Nacional e hipoteca de terras
	Varição do preço do milho	Juros de 12,5%			-	739	964	Outubro/2005		
Custeio Agrícola	TJLP Cesta	Juros de 9% em 2004					2.805	-		Hipoteca de terras e alienação fiduciária dos bens
	Dólar (US)	Juros de 17,23% em 2004					680	-		
		Juros de 10,5% em 2004					10.604	-		
Adiantamentos de contratos de câmbio	Dólar (US)	Juros de 6,5% (7,02% em 2004)			175,485	1.877	221,451	Setembro/2005		Hipoteca, aplicação em CDB e penhora de açúcar
Finame (3)	UMBNDDES	Juros de 5,5%	465	2.137	556	465	556	Dezembro/2013		
	URTJLP	Juros de 10,85% - (11,89% em 2004)	2.137	34,386	105	2.278	794	Fevereiro/2008		
	TR	Juros de 5,57% - (6,41% em 2004)			27,671	37,637	31,307	Dezembro/2013		
	Dólar (US)	Juros de 12,8% em 2004			1,253	-	1,253	-		
	CDI	Juros de 9,5% em 2004			56	-	56	-		
		Juros de 6,8% em 2004			1.569	-	1.569	-		
Capital de giro (4)	IGP-M	Juros de 11,24% - (9,23% em 2004)				15,590	31,170	Dezembro/2012		Estoques, alienação fiduciária, hipoteca de terras e penhor
	TR	Juros de 12,00%				18,615	21,702	Março/2015		
	CDI	Juros de 5,92% em 2004					48,362	-		
		Juros de 11,5% em 2004			8,160	-	13,510	-		
Outros	TJLP	Juros de 9,9% em 2004					1,916	-		
	Dólar (US)	Juros de 4,15% em 2004			47	-	47	-		
Circulante (inclui juros a pagar)			628,469	276,518		836,573	602,677			
Exigível a longo prazo			(27,246)	(193,521)		(38,135)	(318,756)			
			601,223	82,997		798,438	283,921			

(1) Encargos financeiros em 30 de abril de 2005, exceto quando de outra forma indicado;

(2) Todos os empréstimos e financiamentos são garantidos por notas promissórias e avais de acionistas, além das garantias reais mencionadas acima;

(3) Do montante total dos financiamentos indexados à URTJLP, 58% - principal e encargos a serem pagos no período de safra; 22% - principal e encargos pagos semestralmente, e 20% - principal e encargos pagos mensalmente;

(4) Do montante total dos empréstimos indexados ao IGP-M, 64% - principal e encargos mensalmente, e 36% - principal e encargos pagos mensalmente. O restante, indexado à TR, principal e encargos são pagos mensalmente.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos e Financiamentos--Continuação

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
2005	-	4.649	-	11.216
2006	4.428	3.742	7.723	20.606
2007	4.239	3.007	8.835	10.195
2008	9.044	5.375	13.505	9.243
2009	508.610	2.010	512.647	5.878
2010 a 2015	8.202	3.988	23.947	19.749
2018	14.244	12.865	76.055	68.677
2019	-	-	96.158	84.576
2020	52.456	47.361	59.568	53.781
	601.223	82.997	798.438	283.921

No período entre 1998 e 2000, a Companhia e empresas controladas renegociaram com diversas instituições financeiras suas dívidas relativas a financiamentos para custeio agrícola, reduzindo seu custo financeiro para taxas de juros anuais inferiores a 10%, garantindo a amortização do principal atualizado da dívida com a cessão e transferência de Certificados do Tesouro Nacional, resgatáveis na liquidação da dívida, aproveitando incentivo promovido pela resolução do Banco Central nº 2471, de 26 de fevereiro de 1998. Em 30 de abril de 2005, esses certificados estão classificados no realizável a longo prazo, no montante de R\$12.208 (R\$9.841 em 2004), Companhia, e R\$47.009 (R\$38.128 em 2004), consolidado, e são remunerados pelo IGP-M, mais juros anuais de 12%. Na data de liquidação da dívida, o valor de resgate desses certificados deverá ser semelhante ao valor da dívida renegociada. Os juros referentes a esses financiamentos são pagos anualmente e os valores de principal possuem vencimento em 2018 e 2020, na controladora, e 2018, 2019 e 2020, no consolidado, conforme demonstrado no quadro acima.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos e Financiamentos--Continuação

Em 18 de outubro de 2004, a Companhia emitiu *Senior Notes* no mercado internacional de acordo com os “Regulations S and 144A” no montante de US\$200 milhões. Os *Senior Notes* estão listados na bolsa de Luxemburgo, possuem vencimento para novembro de 2009 e estão sujeitos a juros de 9% ao ano, pagáveis semestralmente em maio e novembro de cada ano, com o primeiro pagamento previsto para 1º de maio de 2005. Os *Senior Notes* estão garantidos pela própria Companhia, pela Usina da Barra e pela FBA (limitado a 20% do valor dos *Senior Notes*).

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas, sendo as mais significativas, como segue:

- Limitação de endividamento com atendimento de índice Dívida líquida/*EBTIDA* inferior a 3,5 para 1, sendo em 30 de abril de 2005 igual a 2,9 para 1;
- Limitação de transações com acionistas e empresas afiliadas; e,
- Limitação no pagamento de dividendos e outras restrições de pagamentos que afetam as subsidiárias.

Todas as cláusulas restritivas vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia e suas controladas.

16. Adiantamentos de Clientes

Os saldos demonstrados no circulante e exigível à longo prazo, em 30 de abril de 2005, no valor total de R\$246.255, Companhia, e R\$268.827, consolidado, (R\$403.548 e R\$443.096, respectivamente, em 2004), representam antecipações de empresas equiparadas a exportadoras, sobre as quais incidem variação cambial do dólar norte-americano e juros com base na taxa Libor, acrescidos de 4,5% a 8% ao ano, com vencimentos até 2009. Esses adiantamentos estão garantidos por notas promissórias, lavouras de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, penhor de equipamentos e avais de acionistas e de garantidores solidários compostos por empresas do mesmo grupo econômico da Companhia.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

16. Adiantamentos de Clientes--Continuação

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
2005	-	21.280	-	21.280
2006	3.211	-	3.211	-
2009	77.560	-	77.560	-
	80.771	21.280	80.771	21.280

17. Notas Promissórias

Referentes a:	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Aquisição do controle da Usina da Barra (i)	29.941	140.253	29.941	140.253
Aquisição da Nova Usati Refinadora S.A. atual Cosan S.A. Refinadora de Açúcar (ii)	10.806	9.756	10.806	9.756
Aquisição da Destilaria Vale do Tietê S.A. (iii)	-	-	21.909	-
	40.747	150.009	62.656	150.009
Circulante	(3.602)	(48.738)	(14.556)	(48.738)
Exigível a longo prazo	37.145	101.271	48.100	101.271

- (i) Decorre da aquisição, ocorrida em 2002, das participações societárias nas empresas Administração de Participações Aguassanta Ltda., Primavera Participações S.A. e O.C.O. Participações Ltda., as quais possuíam participações societárias na Usina da Barra. Sobre o saldo incide variação cambial do dólar norte-americano. Em 25 de outubro de 2004, a Companhia realizou o pagamento antecipado de 18 parcelas no montante de R\$71.280. O saldo remanescente será pago em 16 parcelas mensais a partir de maio de 2006. Com a referida antecipação, a Companhia reconheceu uma receita de R\$4.262, referente a desconto obtido, o qual foi classificado na rubrica Financeiras, líquidas, na demonstração do resultado do exercício findo em 30 de abril de 2005.
- (ii) Decorre da aquisição da Cosan S.A. Refinadora de Açúcar em 01 de fevereiro de 2004. O saldo é remunerado pela variação do IGP-M.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

17. Notas Promissórias--Continuação

- (iii) Decorre da aquisição da Destilaria Vale do Tietê S.A., em 21 de janeiro de 2005, pela FBA. Esse saldo está sujeito a uma remuneração combinada que considera efeitos relativos à variação do dólar norte-americano, à variação média do preço da cana e à variação do IGP-M.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
2005	-	45.182	-	45.182
2006	22.096	39.522	22.096	39.522
2007	15.049	16.567	26.004	16.567
	37.145	101.271	48.100	101.271

As notas promissórias são garantidas por aval de acionistas.

18. Provisão para Contingências

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Contingências fiscais:				
Tributos compensados com créditos-prêmio de IPI (i)	111.543	89.353	160.464	114.438
ICMS (ii)	-	317	43.515	5.936
Tributos compensados com créditos de IPI sobre matéria-prima e outros (iii)	-	-	39.359	35.985
PIS/COFINS (iv)	1.823	4.885	20.634	15.097
INSS (v)	1.580	2.132	7.461	9.127
Outras	1.077	1.907	7.431	4.910
Cíveis e trabalhistas	1.302	1.172	4.674	3.748
	117.325	99.766	283.538	189.241

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

18. Provisão para Contingências--Continuação

- (i) O crédito-prêmio, instituído pelo do Decreto-lei nº 491/69, concedeu uma subvenção às empresas exportadoras, mediante a outorga de créditos tributários do IPI, calculados sobre as vendas ao exterior, como forma de ressarcimento de tributos pagos internamente. O benefício foi regulamentado pelo Decreto nº 64.833, de 17 de julho de 1969, que autorizou a utilização do valor excedente do crédito-prêmio para pagamento de quaisquer tributos federais ou o seu ressarcimento em espécie. Além dos créditos-prêmio de IPI próprios, a Companhia e suas controladas utilizaram outros créditos-prêmio de IPI de empresas do mesmo grupo econômico, principalmente, da Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Alcool e da Indústria Açucareira São Francisco S.A.. Até 30 de abril de 2005, parte significativa destes créditos-prêmio foi utilizada na compensação de impostos e contribuições federais, inclusive IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, CIDE, IRRF e IOF. Considerando que tais créditos encontram-se, ainda, sujeitos a discussão, as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2005 e 2004 contemplam provisão referente a tais impostos e contribuições compensados, incluindo os juros calculados de acordo com a taxa SELIC. De acordo com o parecer dos assessores jurídicos da Companhia e controladas, a probabilidade de perda no desfecho desses processos é considerada remota, considerando jurisprudências favoráveis proferidas principalmente nos tribunais superiores. As discussões encontram-se no âmbito do Tribunal Regional Federal.
- (ii) O governo do Estado de São Paulo iniciou diversos processos judiciais contra a Usina da Barra com relação ao ICMS de períodos entre setembro de 1987 e agosto de 1994 incidente sobre a cana-de-açúcar, exigido na saída do produto final, calculado através de pauta fiscal, devido e não pago. Em função dos assessores jurídicos da controlada entenderem que as chances de êxito no desfecho desses processos são remotas, foi registrada provisão no montante de R\$32.041, nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 30 de abril de 2005, incluindo juros e outros encargos. O montante restante inclui diversos processos referentes a créditos tomados e tributo declarado e não pago, concentrados basicamente nas controladas FBA e Destilaria Vale do Tietê S.A. - Destivale, em relação aos quais há perspectiva de desfecho desfavorável às controladas, conforme avaliação dos seus consultores jurídicos.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

18. Provisão para Contingências--Continuação

- (iii) A Usina da Barra discute judicialmente o direito de reconhecer os créditos presumidos de IPI decorrentes das compras de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem que são imunes, isentos ou tributados à alíquota zero. De acordo com liminar obtida em mandado de segurança impetrado pela controlada, esses créditos de IPI foram utilizados para compensar saldos devedores do próprio IPI corrente e outros tributos e contribuições federais. Em 30 de abril de 2005, a provisão reflete o montante dos impostos e contribuições compensados, incluindo juros e outros encargos. De acordo com os consultores jurídicos da Companhia e da controlada, são consideradas remotas as probabilidades de perda no desfecho desses processos, considerando jurisprudências favoráveis proferidas principalmente nos tribunais superiores. As discussões encontram-se na esfera judicial, no âmbito do Tribunal Regional Federal.

- (iv) A Usina da Barra vem questionando judicialmente a exigência da COFINS e do PIS dos períodos de dezembro/1993 a junho/1996 e janeiro a junho/1996, respectivamente, incidentes sobre a comercialização do álcool carburante. De acordo com o parecer dos assessores jurídicos da Companhia e da controlada, as probabilidades de perda no desfecho dessas ações são consideradas prováveis. As discussões encontram-se na esfera judicial, no âmbito de tribunal inferior. Nesse valor também estão incluídos montantes de COFINS e PIS da Companhia e suas controladas, em virtude de questionamento judicial quanto à base de cálculo (incidência das contribuições sobre outras receitas, de que trata a Lei 9.718). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia e das suas controladas, as probabilidades de perda no desfecho desses processos são consideradas possíveis. As discussões encontram-se na esfera judicial, no âmbito de tribunal inferior em relação ao COFINS e no âmbito de tribunal superior em relação ao PIS.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

18. Provisão para Contingências--Continuação

- (v) Refere-se a diversas Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos (NFLD), do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS contra a Companhia e suas controladas, com relação a diferenças de contribuições sobre a folha de pagamento de trabalhadores rurícolas, de contribuições por responsabilidade solidária com prestadores de serviços contratados e a diferenças de contribuição de Seguro de Acidentes do Trabalho, em diversos períodos. Os assessores jurídicos da Companhia e controladas consideram prováveis as chances de perda no desfecho desses processos.

Crédito Prêmio de IPI decorrente da Instrução Normativa 67/98

A Instrução Normativa SRF nº 67/98 trouxe a possibilidade da restituição dos valores de IPI recolhidos no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997, sobre o açúcar refinado do tipo amorfo.

Diante disso, a controlada indireta Usina da Barra, para os períodos que havia efetuado o recolhimento, pleiteou a compensação desses valores com outros tributos devidos. No entanto, os pedidos de restituição, bem como de compensação, foram indeferidos pela Secretaria da Receita Federal. Assim, a Usina da Barra impugnou administrativamente o indeferimento.

Após notificação para pagamento dos débitos objetos de compensação, tendo em vista as alterações introduzidas pela IN SRF nº 210/02, a controlada Usina da Barra impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar para suspender a exigibilidade dos tributos compensados, objetivando, dessa forma, impedir que a Administração Pública pudesse executar os débitos. A liminar foi deferida pelo juízo competente. O consultor jurídico que patrocina esse processo considerou como possível a probabilidade de perda nesse processo. O montante compensado e atualizado até 30 de abril de 2005 é de R\$111.564 (R\$103.280 em 2004). Suportada pela avaliação dos seus consultores jurídicos, a administração considera não haver necessidade de provisão contábil para a referida contingência.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

18. Provisão para Contingências--Continuação

Crédito Prêmio de IPI - BEFIEIX

As controladas Usina da Barra e FBA vêm discutindo judicialmente créditos fiscais extemporâneos avaliados em, aproximadamente, R\$138.775 e R\$12.344, respectivamente (R\$129.544 e R\$10.571, respectivamente, em 2004), relativos ao crédito prêmio de IPI (Decreto-lei nº 491 de 05 de março de 1969), incidente sobre exportações realizadas sob o programa especial de exportação - BEFIEIX, calculados no período de maio de 1992 a janeiro de 2004 e junho de 1996 a dezembro de 2004, respectivamente. Os consultores jurídicos das controladas consideram remotas as chances de perda no referido processo. Não houve reconhecimento contábil desses créditos, bem como, não houve utilização dos mesmos para compensação com outros tributos.

Outras considerações

As demais contingências provisionadas referem-se a outros processos fiscais, cíveis e trabalhistas que na opinião dos consultores jurídicos terão desfecho desfavorável à Companhia e suas controladas.

Para parte das ações, existem depósitos judiciais no montante de R\$5.719 (R\$3.983 em 2004) na controladora e de R\$37.622 (R\$20.993 em 2004), no consolidado.

A Companhia e suas controladas possuem, além das contingências apresentadas anteriormente, outras contingências passivas envolvendo questões tributárias que não estão contabilizadas, em função do estágio em que se encontram e das posições formalizadas por seus assessores jurídicos que apresentam como possíveis as chances de êxito nessas questões. Essas contingências encontram-se divididas da seguinte forma:

	2005	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
ICMS - Imposto sobre a circulação de mercadorias (a)	12.105	35.399
IAA - Instituto do açúcar e álcool (b)	-	46.012
IPI - Imposto sobre produtos industrializados (c)	10.205	10.353
Outras	347	3.099
	<u>22.657</u>	<u>94.863</u>

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

18. Provisão para Contingências--Continuação

Outras considerações--Continuação

- (a) O governo do Estado de São Paulo lavrou autos de infração contra a Companhia e controladas devido, substancialmente, a: (i) crédito de ICMS indevido apurado na entrada de materiais de uso e consumo; e (ii) ICMS incidente sobre a cana-de-açúcar, exigido na saída do produto final, calculado de acordo com estimativas fixas de produtividade de açúcar e álcool por tonelada de cana-de-açúcar utilizada (pauta fiscal).
- (b) A Usina da Barra está discutindo judicialmente a constitucionalidade da contribuição junto ao extinto IAA - Instituto do Açúcar e Alcool referente às contribuições relativas ao período de outubro de 1988 a dezembro de 1991, sobre a qual obteve decisão favorável transitada em julgado em abril de 1998. Com esse desfecho o Governo Federal iniciou ação rescisória junto ao Superior Tribunal Federal - STF.
- (c) A Companhia e suas controladas obtiveram liminar em mandado de segurança impetrado para obtenção do direito à compensação de créditos decorrentes do recolhimento do IPI apurado sobre as vendas de açúcar com grau de polarização superior a 99,5% no período de 1995 a 2004, baseando-se na equiparação do produto a itens da cesta básica, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (SRF) nº 67/98, que reconhece a inexigibilidade do IPI sobre a venda do açúcar destinado ao consumo direto.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 30 de abril de 2004, em assembléia geral extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital social no valor de R\$4.420, com emissão de 53.769.990 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal. O aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado pelas acionistas Indústria Açucareira São Francisco S.A. e Nova Celisa S.A., com as ações que essas companhias detinham das empresas Cosan Operadora Portuária S.A. (90,0%) e Participações Celisa S.A. (99,8%), a valor de livros, respectivamente, R\$4.160, em 31 de março de 2004 e R\$260, em 29 de fevereiro de 2004. Os valores para troca das ações foram avaliados a mercado.

Em 13 de dezembro de 2004, em assembléia geral extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital social no valor de R\$64.076, com emissão de 20.938.016 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal. O aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado pela Santa Bárbara Agrícola S.A. com propriedades rurais, sendo o valor para troca das ações avaliado a mercado.

Em 31 de janeiro de 2005, em assembléia geral extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital social no valor de R\$355, com emissão de 32.670.576 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal. O aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado pela Aguassanta Participações S.A., sendo o valor para troca das ações avaliado a mercado.

Em 15 de abril de 2005, em função das incorporações mencionadas na nota explicativa 1, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$14, representando 5.900 novas ações ordinárias. Nessa mesma data foi aprovada em AGE, por unanimidade, a transformação de todas as ações preferenciais em ações ordinárias.

Em 30 de abril de 2005, o capital social está representado por 318.520.380 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 30 de abril de 2004, o capital social estava representado por 167.625.452 ações ordinárias e 97.280.436 ações preferenciais, sem valor nominal.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio Líquido--Continuação

b) Dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 10% sobre o lucro líquido apurado no final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76. Os dividendos propostos contabilizados em 30 de abril de 2005 foram calculados da seguinte forma:

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do exercício	17.102
Reserva legal - 5%	(855)
Base de cálculo	<u>16.247</u>
Dividendos - 10%	<u>1.625</u>

c) Reservas de reavaliação

Em dezembro de 2002, a controlada Usina da Barra registrou reserva de capital no montante de R\$68.714, correspondente ao ganho de capital apurado na integralização de capital na sua subsidiária integral Agrícola Ponte Alta S.A., com propriedades rurais avaliadas a mercado. A Companhia registrou, naquela data, reserva especial reflexa na proporção de sua participação no capital social daquela controlada, em contrapartida ao investimento, no montante de R\$25.073. Em 30 de abril de 2005, esse valor foi reclassificado para reserva de reavaliação em controladas. Essa reclassificação foi refletida nas demonstrações financeiras de 30 de abril de 2004, para adequá-las às de 30 de abril de 2005, conforme mencionado na nota explicativa 2.

Em 30 de abril de 2004, a controlada Agrícola Ponte Alta S.A. registrou reavaliação de propriedades rurais, no montante de R\$72.174, cujo efeito na Companhia foi de R\$37.860, em contrapartida ao investimento.

Em 30 de abril de 2004, a controlada Amaralina Agrícola Ltda. registrou reavaliação de propriedades rurais, no montante de R\$139.295, cujo efeito na Companhia, de igual valor, foi registrado na conta de investimentos em contrapartida à reserva de reavaliação reflexa.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio Líquido--Continuação

c) Reservas de reavaliação--Continuação

Em 30 de abril de 2004, a Companhia registrou reavaliação de seus terrenos e propriedades rurais, no montante de R\$15.812.

Em 31 de janeiro de 2005, a Companhia registrou reavaliação de seus terrenos e propriedades rurais, que foram recebidos como integralização de capital pela Santa Bárbara Agrícola S.A., conforme mencionado anteriormente, no montante de R\$91.930.

d) Retenção de lucros

A assembléia geral ordinária e extraordinária realizada em 13 de dezembro de 2004 decidiu pela manutenção em lucros acumulados de R\$26.944 do lucro do exercício findo em 30 de abril de 2004, líquido dos dividendos propostos no montante de R\$2.994 e da constituição para reserva legal no montante de R\$1.575.

A administração, conforme previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, proporá à assembléia geral ordinária a retenção de parcela de lucros acumulados em 30 de abril de 2005, após a capitalização de lucros, em montante a ser determinado na assembléia geral ordinária, a serem destinados a investimentos futuros em projetos de expansão e modernização, de acordo com orçamento de capital a ser submetido à assembléia geral ordinária.

20. Honorários da Administração

Os administradores são remunerados unicamente através de pró-labore. Os valores são apresentados em rubrica específica nas demonstrações dos resultados.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

21. Financeiras, Líquidas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros*	(107.070)	(54.678)	(190.549)	(68.828)
Variação monetária passiva	(9.675)	(9.097)	(30.935)	(63.689)
Variação cambial passiva	(4.159)	(20.485)	(3.419)	(20.889)
Perdas com derivativos (mercado futuro e de opções)	(70.941)	(7.336)	(78.260)	(10.376)
Despesas com CPMF	(8.546)	(5.738)	(12.842)	(9.338)
Despesas bancárias	(8.852)	(1.361)	(10.059)	(5.764)
Outras despesas	(3.540)	(8.100)	(4.961)	(10.075)
	(212.783)	(106.795)	(331.025)	(188.959)
<u>Receitas financeiras</u>				
Juros*	38.454	29.960	60.802	19.886
Variação monetária ativa	1.090	26.727	2.752	8.633
Variação cambial ativa **	136.323	9.368	135.994	10.901
Ganhos com derivativos (mercado futuro e de opções)	12.883	3.411	12.959	3.417
Rendimentos de aplicações financeiras	8.610	7.002	9.389	8.906
Descontos obtidos	6.383	252	7.100	5.074
	203.743	76.720	228.996	56.817
	(9.040)	(30.075)	(102.029)	(132.142)

* *Inclui os resultados obtidos nas transações com swap.*

** *Inclui ganhos cambiais sobre passivos denominados em moeda estrangeira.*

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

22. Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
PIS e Cofins sobre outras receitas	(2.472)	(4.994)	(2.978)	(6.717)
Amortização de deságio	-	-	-	21.699
Créditos de PIS e Cofins (Leis 10.637/02 e 10.833/03)	88	2.467	3.016	3.534
Programa de Recuperação Fiscal	-	-	-	4.319
Parcelamento especial - PAES	-	(7.941)	-	(9.405)
Equalização comercial na venda de produtos para empresa do grupo	(9.103)	4.388	(4.779)	2.084
Aluguéis e arrendamentos mercantis	1.541	884	1.886	1.493
Provisão para não realização de ativos	(3.167)	(2.994)	(6.738)	(7.863)
Reversão (constituição) de provisões para contingências	2.513	-	(28.308)	(2.349)
Reversão (constituição) de provisão para desvalorização de participações societárias permanentes	(932)	8.149	(507)	-
Outras	268	(1.520)	(1.265)	(4.507)
	(11.264)	(1.561)	(39.673)	2.288

23. Resultado Não Operacional

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Ganho de capital por redução do percentual de participação da Nova Posa S.A. Administração e Participações na Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool	-	-	-	68.890
Perda apurada da venda das ações da Usina Costa Pinto S.A.	-	-	-	(34.622)
Ganho de capital por redução do percentual de participação na Amaralina Agrícola Ltda.	-	23.195	-	23.195
Ganho (perda) apurado na incorporação da Nova Posa S.A. Administração e Participações pela Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool	(661)	-	-	-
Ganho apurado no cancelamento de ações em tesouraria	13	-	19	-
Outros	1.428	2.132	2.647	(4.818)
	780	25.327	2.666	52.645

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

24. Demonstração do LAJIDA - EBITDA (Não Auditada)

A Companhia acredita que a divulgação de informações sobre o EBITDA (LAJIDA - lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) pode ser importante para os investidores, analistas financeiros e o público em geral, ao analisarem seu desempenho operacional, especialmente para permitir a comparabilidade com outras companhias que atuam no mesmo setor, embora o seu cálculo possa não ser consistente com o empregado por outras empresas.

O EBITDA da Companhia e controladas foi obtido da seguinte forma:

	Consolidado	
	2005	2004
Receita operacional líquida	1.900.369	1.586.066
Menos:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.338.526)	(1.078.921)
Despesas com vendas	(171.681)	(144.302)
Despesas gerais e administrativas e honorários da administração	(121.892)	(111.692)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(39.673)	2.288
Mais:		
Depreciação e amortização	112.332	101.630
EBITDA	340.929	355.069

O EBITDA da Companhia e controladas pode ser conciliado com o resultado operacional da seguinte forma:

	Consolidado	
	2005	2004
Lucro (prejuízo) operacional	33.319	(11.441)
Mais:		
Amortização de ágio	93.249	140.643
Financeiras, líquidas	102.029	132.142
Resultado da equivalência patrimonial	-	(7.905)
Depreciação e amortização	112.332	101.630
EBITDA	340.929	355.069

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

25. Instrumentos Financeiros

Gerenciamento de risco

A volatilidade das taxas de câmbio, juros e dos preços de produtos destinados à exportação são riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, de juros e de preços.

Os instrumentos financeiros são contratados com a finalidade de *hedge*, o que não impede que seus resgates possam ocorrer a qualquer momento, embora seja real a intenção da Companhia levá-los até o vencimento das operações a serem protegidas.

As aplicações financeiras são realizadas junto a bancos de primeira linha e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.

a) Risco de preço

A Companhia opera com derivativos objetivando reduzir os riscos operacionais em função da variação do preço do açúcar no mercado internacional. A atuação da Companhia com derivativos dessa natureza está resumida à utilização de operações no mercado futuro e de opções, como forma de reduzir a exposição ao risco de preço, não sendo utilizadas para fins especulativos. O resultado financeiro obtido nesse tipo de transação é reconhecido contabilmente em contraposição ao faturamento do produto.

Em 30 de abril de 2005, a Companhia possuía 538.393 toneladas de açúcar (349.828 toneladas em 2004, Companhia e Usina da Barra), protegidas por negociações com derivativos.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

25. Instrumentos Financeiros--Continuação

b) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a flutuação de diversas taxas de juros e a índices de correção.

A Companhia realizou operações com derivativos com o objetivo de reduzir os riscos relativos às oscilações dos encargos financeiros dos *Senior Notes*, denominados em dólares norte-americanos e sujeitos à taxa de juros 9% a.a..

Em 30 de abril de 2005, a Companhia possuía operações de *swap* de indexador e taxa de juros, de variação do dólar norte-americano mais juros de 9% a.a. para 81% do CDI, no valor nominal total contratado de US\$90.300 mil, R\$257.671 na data do contrato, correspondente ao valor dos juros a serem pagos no futuro, do qual foi incorrido e pago o montante de US\$9.300 mil (R\$23.452) até 30 de abril de 2005. A Companhia apurou um resultado negativo nessas operações de *swap* no montante de R\$17.303, contabilizado nas demonstrações financeiras de 30 de abril de 2005, nas rubricas Empréstimos e financiamentos, no passivo circulante, e Financeiras, líquidas, no resultado do exercício.

c) Risco de taxa de câmbio

Em 30 de abril de 2005 e 2004, a Companhia e suas controladas apresentavam a seguinte exposição líquida à variação do dólar norte-americano:

	Consolidado - 2005	
	R\$	US\$ (em milhares)
Valores aguardando fechamento de câmbio	8.401	3.321
Mercado futuro e de opções, no ativo	884	349
Mercado futuro e de opções, no passivo	(3.080)	(1.217)
Empréstimos em moedas estrangeiras	(1.877)	(742)
Adiantamentos de clientes	(268.827)	(106.201)
Notas promissórias lastreadas em dólares norte-americanos	(51.850)	(20.484)
<i>Senior Notes</i>	(523.563)	(206.836)
Exposição cambial líquida	(839.912)	(331.810)

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

25. Instrumentos Financeiros--Continuação

c) Risco de taxa de câmbio--Continuação

	Consolidado - 2004	
	R\$	US\$ (em milhares)
Valores aguardando fechamento de câmbio	34.171	11.604
Mercado futuro e troca de moedas	13.781	4.680
Empréstimos em moedas estrangeiras	(221.451)	(75.203)
Adiantamentos de clientes	(443.096)	(150.472)
Notas promissórias lastreadas em dólares norte-americanos	(140.253)	(47.629)
Exposição cambial líquida	(756.848)	(257.020)

No exercício findo em 30 de abril de 2005, a Companhia utilizou-se de operações de *swap* com caixa, com o intuito de diminuir a exposição aos riscos de taxa de câmbio, tendo apurado uma perda nessas operações, no montante de R\$21.161, classificada no resultado do exercício findo naquela data, na rubrica Financeiras, líquidas. Essa perda foi contraposta pelos ganhos cambiais significativos, decorrentes da redução nas taxas de câmbio do dólar norte-americano, sobre os passivos denominados nessa moeda, durante o exercício findo em 30 de abril de 2005.

A exposição cambial a que está sujeita a Companhia e suas controladas é reduzida pelo *hedge* natural decorrente das vendas destinadas ao mercado externo que representam aproximadamente 62% do total das vendas consolidadas.

d) Risco de crédito

Parte substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é feita para um seleto grupo de clientes altamente qualificados: *trading companies*, companhias de distribuição de combustíveis e grandes redes de supermercados. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

25. Instrumentos Financeiros--Continuação

e) Risco de aceleração de dívidas

Em 30 de abril de 2005, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos em vigor, com cláusulas restritivas (“covenants”), tradicionalmente aplicáveis a essas operações, relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Essas cláusulas restritivas estão sendo observadas pela Companhia e não restringiram a sua capacidade de condução normal de seus negócios.

f) Valores de mercado

Em 30 de abril de 2005 e 2004, os valores de mercado das disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas devido à sua natureza de curto prazo. Quanto aos empréstimos e financiamentos, exceto pelo da Resolução 2471, cujas características estão descritas na nota explicativa 15, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis. O valor de mercado do empréstimo relativo à Resolução 2471, representado pelo seu valor presente, aproxima-se em 30 de abril de 2005 e 2004, do montante contabilizado no realizável a longo prazo na rubrica Certificados do Tesouro Nacional.

26. Seguros (não auditada)

É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os edifícios, máquinas, equipamentos e estoques. Os montantes segurados em 30 de abril de 2005 e 2004 são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros e foram determinados com base nos valores de reposição dos respectivos bens segurados, como segue:

<u>Itens</u>	<u>Tipo de Cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Estoques	Incêndio e explosões	782.100
Edifícios, máquinas e equipamentos	Quaisquer danos materiais	412.400

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

27. Eventos Subseqüentes

Por deliberação aprovada na AGE de 31 de maio de 2005, o capital social da Companhia foi aumentado para R\$376.772, representando um aumento de R\$75.759, mediante a emissão de 34.528.146 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, o qual foi integralmente subscrito pelos novos acionistas, Tereos do Brasil Participações Ltda. (“Tereos”) e Sucden Investimentos S.A. (“Sucden”), e integralizado mediante a conferência, a valor de livros, das ações representativas do capital social da controlada FBA, equivalentes a 12.350.000 ações ordinárias, correspondentes a 47,5% do capital social daquela empresa, e 1.300.000 ações, correspondentes a 5,0% do capital social da empresa, respectivamente, passando a Companhia a deter 99,9% do capital social da FBA. Mediante os aportes descritos, foram emitidas novas ações, conforme demonstrado abaixo:

- a Tereos subscreveu 31.244.795 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representando 8,9% do capital social da Companhia, proporção esta considerada após o aumento de capital deliberado na AGE de 31 de maio de 2005; e,
- a Sucden subscreveu 3.283.351 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representando 0,9% do capital social da Companhia, proporção considerada após o aumento de capital deliberado pela AGE de 31 de maio de 2005.

A intenção da Tereos e da Sucden de unir-se à Cosan baseia-se na intenção de todas as partes contratantes de realizar, até 31 de maio de 2006, a abertura de capital da Cosan no Novo Mercado da BOVESPA. Caso essa abertura de capital não seja realizada até 31 de maio de 2006, um novo prazo poderá ser acordado ou a Tereos e a Cosan permutarão as ações da Cosan pelas ações da FBA, de modo que, uma vez realizada a permuta, a Tereos volte novamente a deter as ações da FBA, não detendo mais ações da Cosan e, conseqüentemente, a Cosan ficaria com 52,5% de participação na FBA.

As demonstrações financeiras da FBA que serviram de base para esta integralização de capital foram as de 30 de abril de 2005, demonstradas na nota explicativa 3.q.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

27. Eventos Subseqüentes--Continuação

Os novos acionistas da Companhia se comprometeram a votar favoravelmente, em AGE a ser realizada oportunamente, e mediante autorização dos *Bondholders*, nos termos da Escritura de Emissão dos *Senior Notes*, realizada em 2004 e descrita na nota explicativa 15, a cisão parcial da Companhia, com a finalidade de retirada das quotas representativas do capital social da controlada Amaralina Agrícola Ltda., a qual é proprietária das terras exploradas pela Companhia para o cultivo da cana-de-açúcar. Assim, no futuro, essas terras serão arrendadas para a Companhia, devendo ser remuneradas pelo valor equivalente a 40 toneladas de cana-de-açúcar por alqueire agricultável, com 118,58 Kg de ATR (açúcar total recuperável) por tonelada, ao preço estabelecido de acordo com as regras do Consecana-SP. Se essa cisão tivesse ocorrido em 01 de maio de 2004, os estoques da Companhia em 30 de abril de 2005 estariam acrescidos do montante de R\$213, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados estaria acrescido de R\$5.752, sendo que o resultado da Companhia para o exercício findo naquela data estaria reduzido em R\$3.795, líquido dos impostos, em decorrência dos custos adicionais com arrendamento de terras.

Considerando a relevância dos assuntos comentados acima, a Companhia apresenta a seguir, como informações adicionais pró-forma, os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado, controladora e consolidado, em 30 de abril de 2005, como se a integralização de capital e a retirada das quotas representativas do capital social da controlada Amaralina Agrícola Ltda. tivessem ocorrido em 1º de maio de 2004.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

27. Eventos Subseqüentes--Continuação

	Balancos patrimoniais - 30 de abril de 2005							
	Controladora			Consolidado				
	Societário	Ajustes	Não auditado	Pró-Forma	Societário	Ajustes	Não auditado	Pró-Forma
ATIVO								
Circulante								
Disponibilidades	19.609	(4.008)	15.601	35.227	(2.066)	33.161		
Aplicações financeiras	4.723	-	4.723	4.753	32	4.785		
Duplicatas a receber de clientes	71.268	-	71.268	119.064	5.087	124.151		
Estoques	241.418	213	241.631	426.708	48.088	474.796		
Adiantamentos a fornecedores	59.766	-	59.766	94.591	7.505	102.096		
Empresas ligadas	277.430	-	277.430	44.822	(44.711)	111		
Impostos a recuperar	29.240	-	29.240	41.650	7.547	49.197		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.818	-	5.818	14.205	980	15.185		
Outros créditos	16.736	-	16.736	19.764	392	20.156		
	726.008	(3.795)	722.213	800.784	22.854	823.638		
Realizável a longo prazo								
Aplicações financeiras	908	-	908	1.178	-	1.178		
Empresas ligadas	10.267	-	10.267	648	(635)	13		
Certificados do Tesouro Nacional	12.208	-	12.208	47.009	3.512	50.521		
Depósitos judiciais	5.719	-	5.719	37.622	2.937	40.559		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.911	-	11.911	51.520	2.565	54.085		
Despesas antecipadas	11.338	-	11.338	11.338	-	11.338		
Outros créditos	3.597	-	3.597	4.489	542	5.031		
	55.948	-	55.948	153.804	8.921	162.725		
Permanente								
Investimentos	474.746	(228.360)	246.386	13.128	3	13.131		
Imobilizado	456.252	-	456.252	1.394.664	(195.410)	1.199.254		
Diferido	271.294	-	271.294	359.998	58.976	418.974		
	1.202.292	(228.360)	973.932	1.767.790	(136.431)	1.631.359		
Total do ativo	1.984.248	(232.155)	1.752.093	2.722.378	(104.656)	2.617.722		

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 30 de abril de 2005 e 2004 (Em milhares de reais)

27. Eventos Subseqüentes--Continuação

	Balancos patrimoniais - 30 de abril de 2005					
	Controladora			Consolidado		
	Societário	Ajustes	Não auditado	Societário	Ajustes	Não auditado
PASSIVO						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	27.246	-	27.246	38.135	4.483	42.618
Fornecedores	61.263	-	61.263	94.884	10.992	105.876
Ordenados e salários a pagar	14.064	-	14.064	30.144	2.974	33.118
Impostos e contribuições sociais a recolher	24.119	-	24.119	88.067	6.476	94.543
Adiantamentos de clientes	165.484	-	165.484	188.056	196	188.252
Notas promissórias	3.602	-	3.602	14.556	12.108	26.664
Empresas ligadas	1.414	-	1.414	1.425	2	1.427
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação	-	-	-	4.915	570	5.485
Outras obrigações	22.800	773	23.573	33.964	6.920	40.884
	319.992	773	320.765	494.146	44.721	538.867
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e financiamentos	601.223	-	601.223	798.438	17.254	815.692
Impostos e contribuições sociais a recolher	56.214	-	56.214	217.394	20.594	237.988
Empresas ligadas	1.928	-	1.928	619	2.580	3.199
Notas promissórias	37.145	-	37.145	48.100	12.107	60.207
Provisão para contingências	117.325	-	117.325	283.538	28.775	312.313
Adiantamentos de clientes	80.771	-	80.771	80.771	-	80.771
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação	-	-	-	25.212	2.723	27.935
Outras obrigações	6.773	-	6.773	7.822	(446)	7.376
	901.379	-	901.379	1.461.894	83.587	1.545.481
	-	-	-	3.461	(36)	3.425
Participação minoritária						
Patrimônio líquido						
Capital social	301.014	(105.245)	195.769	301.014	(105.245)	195.769
Reserva legal	7.071	407	7.478	7.071	407	7.478
Reservas de reavaliação	326.625	(139.295)	187.330	326.625	(139.295)	187.330
Lucros acumulados	128.167	11.205	139.372	128.167	11.205	139.372
	762.877	(232.928)	529.949	762.877	(232.928)	529.949
	1.984.248	(232.155)	1.752.093	2.722.378	(104.656)	2.617.722
Total do passivo e do patrimônio líquido						

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 30 de abril de 2005 e 2004 (Em milhares de reais)

27. Eventos Subseqüentes--Continuação

	Demonstrações do resultado do exercício findo em 30 de abril de 2005					
	Controladora			Consolidado		
	Sociário	Ajustes	Pró-Forma	Sociário	Ajustes	Pró-Forma
Receita operacional bruta	1.369.667	-	1.369.667	2.048.272	93.898	2.142.170
Vendas de produtos e serviços	(43.796)	-	(43.796)	(147.903)	(8.966)	(156.869)
Impostos e deduções sobre vendas	1.325.871	-	1.325.871	1.900.369	84.932	1.985.301
Receita operacional líquida	(997.977)	(5.752)	(1.003.729)	(1.338.526)	(50.324)	(1.388.850)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados						
Lucro bruto	327.894	(5.752)	322.142	561.843	34.608	596.451
Receitas (despesas) operacionais						
Vendas	(99.199)	-	(99.199)	(171.681)	(16.753)	(188.434)
Gerais e administrativas	(72.783)	-	(72.783)	(116.627)	(6.864)	(123.491)
Honorários da administração	(1.015)	-	(1.015)	(5.265)	-	(5.265)
Finanças, líquidas	(9,040)	-	(9,040)	(102,029)	(2,177)	(104,206)
Resultado de equivalência patrimonial	(7,601)	11,918	4,317	-	-	-
Amortização de ágio	(88,528)	-	(88,528)	(93,249)	(5,217)	(98,466)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(11,264)	-	(11,264)	(39,673)	5,346	(34,327)
	(289,430)	11,918	(277,512)	(528,524)	(25,665)	(554,189)
Lucro operacional	38.464	6.166	44.630	33.319	8.943	42.262
Resultado não operacional	780	-	780	2.666	(435)	2.231
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.244	6.166	45.410	35.985	8.508	44.493
Imposto de renda e contribuição social	(29,216)	1,956	(27,260)	(45,658)	(4,898)	(50,556)
Corrente	7,074	-	7,074	23,502	4,529	28,031
Diferido	(22,142)	1,956	(20,186)	(22,156)	(369)	(22,525)
Participação dos acionistas minoritários	-	-	-	3,273	(17)	3,256
Lucro líquido do exercício	17,102	8,122	25,224	17,102	8,122	25,224

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

27. Eventos Subseqüentes--Continuação

Conciliação do patrimônio líquido

As demonstrações financeiras pró-forma foram preparadas considerando as práticas contábeis descritas na nota explicativa 3.

A conciliação entre o patrimônio líquido societário da Companhia e o pró-forma, em 30 de abril de 2005, é como segue:

	<u>RS</u>
Patrimônio líquido pela legislação societária	762.877
Integralização de capital pela Tereos e Sucden	75.759
Cisão da Amaralina Agrícola Ltda.	(304.674)
Custo adicional com arrendamento de terras, líquido dos impostos	(3.795)
Eliminação do prejuízo do exercício findo em 30 de abril de 2005 da Amaralina Agrícola Ltda.	555
Dividendos sobre o efeito dos ajustes	(773)
Patrimônio líquido pró-forma	<u>529.949</u>

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004

(Elaborado em atendimento ao OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-2Nº448/2005, incluindo comentários adicionais sobre o Relatório de Administração referente ao exercício social findo em 30 de abril de 2005 publicado em 13/08/2005 e aprovado pelos acionistas em AGOE de 30 de agosto de 2005)

Prezados Acionistas e Investidores,

É com prazer que lhes encaminhamos nossas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social 2005. Apesar das dificuldades verificadas, o ano foi bastante gratificante não apenas pelos novos recordes de vendas e resultados bastante satisfatórios, mas pela consolidação entre líderes no setor sucroalcooleiro brasileiro e mundial.

No exercício recém encerrado, a empresa promoveu uma série de reestruturações, incluindo a incorporação de diversas subsidiárias e aumento do controle na Da Barra, visando simplificar sua estrutura corporativa e prover maior transparência, além de fortalecer o bloco controlador da Cosan com a constituição da Aguassanta S.A. pelos acionistas Nova Celisa, São Francisco e Irmãos Franceschi. O crescimento do grupo também foi enfatizado não apenas pelo melhor balanceamento das diversas usinas, mas também pela aquisição da Destivale, além do investimento numa participação do Teas, terminal portuário dedicado à exportação de álcool.

Cumpramos também o êxito da nova estratégia financeira do grupo, a começar pela padronização das práticas contábeis entre as diversas empresas do grupo e emissão de demonstrações financeiras consolidadas, passando pela melhora das estatísticas de crédito e obtenção de rating Ba3 pela Moody's (um nível acima do risco B1 do Brasil), e indo até a emissão pioneira de US\$200 milhões em *senior notes* no mercado internacional seguindo o Reg S e 144A, a qual estendeu significativamente o perfil do nosso endividamento e colocou o nome Cosan no mercado financeiro internacional.

Finalmente, cumpra-se ainda os esforços em qualidade do grupo, onde quatro unidades industriais (Costa Pinto, Da Barra, São Francisco e Univalem) receberam a certificação ISO 9001, juntando-se à Cosan Operadora Portuária num sistema integrado de gestão abrangendo não apenas qualidade, mas também meio ambiente, segurança e saúde ocupacional.

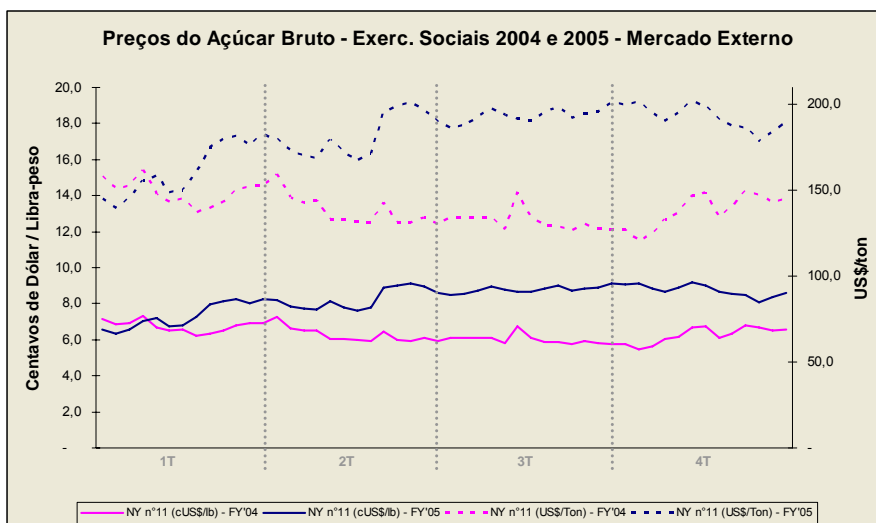
Estamos certos que o exercício social que se inicia trará importantes desafios. Por outro lado o posicionamento e competências do grupo nos deixam otimistas com relação ao futuro. Assim, aproveitamos a oportunidade não apenas para apresentar nosso sincero agradecimento pelo suporte recebido, mas para continuar contando, desde já, com seu apoio.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004

A. PANORAMA DE MERCADO

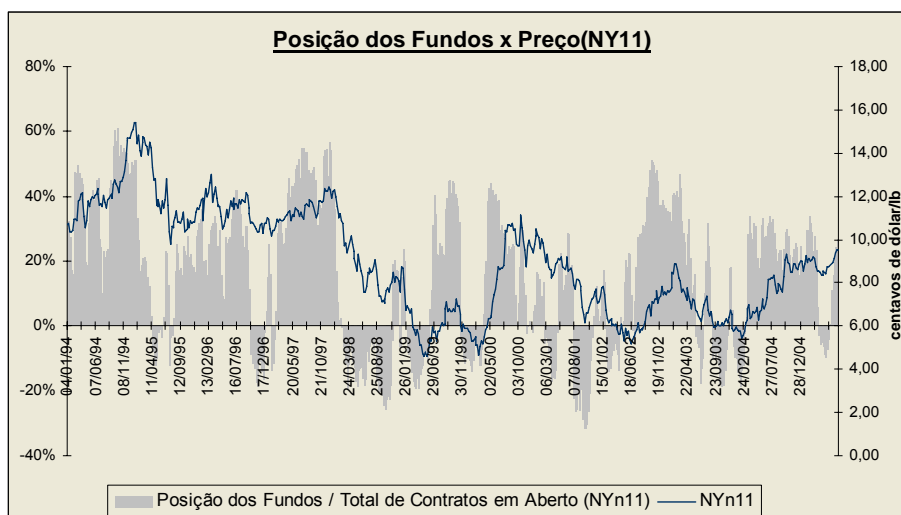
- A safra mundial de açúcar 2004/05 deve ser encerrada com produção estimada de 143 milhões de toneladas, resultando num volume inferior ao consumo devido a menor produção de alguns países asiáticos, como a China, Índia e Tailândia, em função de problemas climáticos e menor incentivo as plantações nos últimos anos, apesar da produção europeia estar acima da esperada. Assim, observou-se uma redução nos níveis de estoque pelo mundo em mais de 3 milhões de toneladas, os quais devem ter ficado ao redor de 62 milhões de toneladas, algo em torno de 43% do volume produzido estimado.
- Com produção de 28 milhões de toneladas de açúcar, o Brasil registrou outra safra recorde e continua liderando de forma absoluta a produção mundial de açúcar com participação de 20%. Em termos de livre comércio internacional, a liderança brasileira é ainda maior face ao regime protecionista adotado por vários países desenvolvidos. Assim, as exportações brasileiras devem ter representado mais que 35% das exportações mundiais. Os principais importadores mundiais continuam a ser a própria União Européia (devido a compra acordada dos países da ACP), Rússia, Canadá, China e outros países asiáticos como Indonésia, Japão, Coréia e Malásia, além de países africanos como Nigéria, Algéria e Egito, bem como a própria Índia que voltou a ser um importador líquido nesta safra que passou.
- Em termos de cana-de-açúcar, a safra brasileira 2004/05 registrou outro recorde com produção de 382 milhões de toneladas, sendo 327 milhões provenientes da região Centro-Sul e 55 milhões da região Norte-Nordeste. Além da produção de 28 milhões de toneladas de açúcar (85% da região Centro-Sul e 15% da região Norte-Nordeste), o país produziu 15,5 bilhões de litros de álcool (sendo 88% da região Centro-Sul e 12% da região Norte-Nordeste).
- Os preços do açúcar no mercado internacional apresentaram altas significativas na safra 2004/05. Não apenas a oferta global ficou aquém da demanda, mas fatores como a crescente migração populacional para áreas urbanas em países em desenvolvimento, ou a decisão da OMC quanto ao direcionamento futuro do regime açúcareiro europeu, ou ainda o crescente interesse de fundos de investimentos em posicionar-se em commodities, acabaram afetando os preços do açúcar. De fato o contrato-11 de açúcar bruto da NYBOT iniciou o exercício social 2005 em 6,58 cents/Lb e encerrou a 8,61 cents/Lb, representando variação superior a 30%, com períodos acima dos 9,15 cents/Lb. Se comparado ao exercício social 2004, este exercício social apresentou preços substancialmente mais elevados.



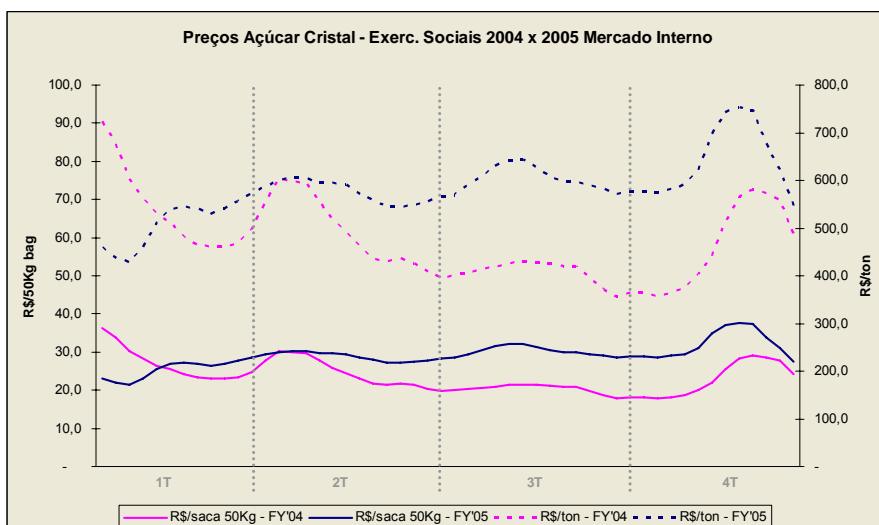
COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004

- Cumpre notar a ativa participação dos fundos de investimentos na sustentação da alta de preços do açúcar, tomando substanciais posições compradas. Note-se ainda que, mesmo no último trimestre do ano, com a inversão da posição dos fundos para uma posição vendida, os preços do açúcar continuaram em patamares altos, confirmando os sólidos fundamentos do setor açucareiro.



- No Brasil, o mercado doméstico de açúcar também apresentou comportamento de preços semelhante ao mercado internacional no exercício social 2005. A cotação do açúcar cristal iniciou o ano fiscal próxima dos R\$23/saca de 50Kg, e encerrou o ano próxima dos R\$28/saca, indicando variação aproximada de 20%. Já no 4T'05 os preços perderam um pouco de força, não apenas pela estimativa de outra safra recorde no país, mas pela própria antecipação da safra da região Centro-Sul.

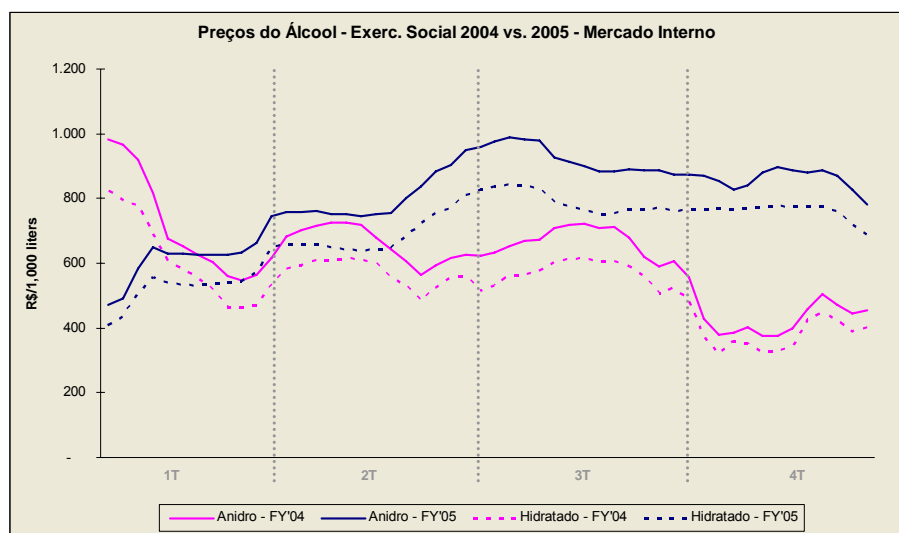


- Com relação ao álcool, os preços no início do exercício social 2005 estavam em patamares bastante depreciados, face a desova generalizada ocorrida ao final do exercício social 2004, uma vez que os produtores brasileiros abandonaram a idéia de constituir a Ethanol Trading, empresa brasileira que carregaria substancial estoque estratégico de álcool visando abrir novos mercados internacionais. Assim, o álcool anidro era negociado ao redor de R\$470/mil litros, e o hidratado a R\$410/mil litros no início do exercício social 2005.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004

- Durante o ano em que os preços do álcool estiveram bastante corroídos no mercado local e que os preços do petróleo no mercado internacional apresentaram níveis recordes os principais produtores brasileiros, incluindo a Cosan, seguiram estratégia agressiva de exportação, até como forma de melhor equilibrar a curva local entre oferta e demanda. Assim, o Brasil encerrou o exercício social de 2005 com novo recorde de exportações de álcool de aproximadamente 2,5 bilhões de litros. Ao mesmo tempo, os preços no mercado local foram recompostos e encerraram o ano a R\$780/mil litros de anidro e R\$680/mil litros de hidratado, com picos acima de R\$1.000/mil litros de anidro durante o ano.



- Interessante notar que, do ponto de vista do consumidor nos postos de combustíveis, enquanto a gasolina era vendida a R\$2,1948/litro ao final do exercício social de 2005, o álcool hidratado era vendido a apenas R\$1,2175/litro (média do estado de São Paulo), ou 55% do preço da gasolina, denotando espaço concreto para incremento no preço do álcool. Em outras palavras, a grande alta do preço do petróleo, solidificou ainda mais a perspectiva de demandas crescentes por álcool, tanto no mercado interno quanto no mercado externo.
- Desnecessário mencionar ainda o aumento explosivo das vendas dos veículos flex-fuel no país, onde vêm atingindo patamares superiores a 40% das vendas totais nos últimos meses, com 50% em junho último, face ao próprio compromisso com o flex-fuel das principais montadoras instaladas no Brasil, incluindo Volkswagen, Ford, GM, Fiat, Renault e Peugeot. Assim, a perpetuidade do álcool na frota local tornou-se realidade no Brasil.

B. PERFORMANCE OPERACIONAL

- A boa recuperação e sustentação de preços do açúcar e do álcool nos últimos doze meses não foi suficiente para apagar as dificuldades do ano fiscal 2005, encerrado em abril último. Diversos fatores acabaram afetando a receita líquida e lucratividade da empresa: (i) a relevante apreciação do real levou a taxa de câmbio de R\$2,9447 por dólar ao final de 2004 para R\$2,5313 ao final do exercício de 2005, reduzindo o montante das receitas em reais geradas pelas exportações em dólares; (ii) as pesadas chuvas do início e final de safra estenderam a moagem até meados de dezembro, reduzindo o rendimento do açúcar da cana e aumentando o custo geral da safra; (iii) a fixação passada de preços do açúcar pela Cosan foi feita em níveis que, na ocasião estavam acima dos preços de mercado, mas que foram superados pela recuperação do mercado durante o ano; (iv) a política comercial no início do ano ficou prejudicada, uma vez que a empresa teve que saldar compromissos girando os estoques em condições desfavoráveis; (v) o custo da cana adquirida de fornecedores, atrelado ao preço do açúcar no mercado internacional, onerou o custo dos produtos vendidos; e (vi) preços do petróleo em níveis recordes elevaram os custos gerais de logística, elevando as despesas comerciais.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Continuação Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004

- Apesar da fixação de preços em patamares inferiores aos ideais, a recuperação geral de preços, aliada ao maior volume de açúcar e álcool vendido, elevaram o faturamento líquido em R\$314,3 milhões, o qual atingiu R\$1.900,4 milhões no ano, ficando 20% acima das vendas do ano anterior. Não obstante a apreciação do real no ano, as exportações de R\$1.187,4 milhões aumentaram sua representatividade para 62% da receita líquida do ano, comparativamente aos 59% do ano anterior.
- O negócio açúcar continuou sendo o carro-chefe da Cosan, representando 63% das vendas do ano em comparação aos 66% de participação no ano anterior. No entanto, as atuais tendências mercadológicas acabam por impulsionar o negócio álcool, o qual teve seu peso aumentado para 30% do total do faturamento, contra 28% de participação no ano anterior.
- O faturamento líquido do negócio açúcar de R\$1.188,3 milhões nesse ano fiscal representou um aumento de 14% sobre o último ano, impulsionado pela estratégia comercial implantada de melhor distribuir os volumes vendidos entre os diversos trimestres do ano. O volume anual vendido de 2.321,6 mil toneladas representou um aumento de 6% sobre o registrado no ano anterior. A recuperação de preços do açúcar ficou visível no ano, onde o preço médio unitário de R\$512/ton ficou 7% acima do preço de R\$477/ton verificado no ano anterior. A diferença entre o preço do açúcar vendido no mercado local, predominantemente açúcar branco refinado, e o açúcar vendido no mercado externo, predominantemente açúcar bruto VHP, diminuiu de 44% no ano anterior para 21% neste ano fiscal.
- O alto preço do petróleo aliado a crescente aceitação dos carros *flex-fuel*, fez com que o negócio álcool registrasse vendas anuais de R\$565,5 milhões, um crescimento de 28% em relação às vendas do ano anterior. O volume vendido no ano cresceu 8% sobre o último ano e atingiu o montante de 824,7 milhões de litros. Também no álcool a recuperação de preços ficou visível, com o preço médio unitário de R\$686/mil litros situando-se 18% acima do preço médio do ano anterior.
- O custo dos produtos vendidos no ano atingiu R\$1.338,5 milhões, situando-se 24% acima do custo registrado no ano anterior. Esse aumento no custo dos produtos foi decorrente não apenas do maior volume vendido de açúcar (6%) e álcool (8%), mas também do aumento do custo unitário, principalmente pelo maior custo da cana-de-açúcar, face a indexação dos preços da cana comprada aos preços do açúcar e álcool, bem como ao maior custo da safra decorrente das pesadas chuvas, as quais estenderam demasiadamente a moagem e reduziram o ATR.
- Assim, o custo unitário médio do açúcar vendido no ano situou-se em R\$345/ton, registrando um incremento de 13% contra os R\$306/ton do ano anterior. Analogamente, o custo unitário médio do álcool vendido ficou em R\$501/mil litros, patamar 8% superior ao custo unitário do ano anterior.
- Isto posto, a Cosan registrou lucro bruto de R\$561,8 milhões no ano, montante 11% superior ao lucro bruto do último ano, com esse último trimestre recompondo parcialmente a margem bruta anual, a qual ficou em 30% contra os 32% registrados no ano anterior.
- A maior quantidade de açúcar e álcool vendidos, aliados ao incremento dos custos de logística, à própria inflação do ano ao redor de 10% e a maior destinação de álcool para mercado externo, acabaram elevando as despesas com vendas em 19%, as quais somaram R\$171,7 milhões no ano comparativamente aos R\$144,3 milhões do ano anterior. Em termos de açúcar, a despesa de venda unitária de R\$46/ton no ano representou um aumento de 7% sobre o último ano, muito em linha com o aumento de volume. No álcool, a despesa de venda unitária passou de R\$53/mil litros no ano anterior para R\$62/mil litros neste ano, onerada principalmente pela complexidade dos custos de logística e armazenagem envolvendo o álcool.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004

- Além dos custos de preparação da empresa para acessar o mercado público de dívida, a própria inflação refreada passada fez com que as despesas gerais e administrativas somassem R\$121,9 milhões no ano, montante superior em 9% as despesas do ano anterior. Em termos unitários, a despesa geral e administrativa do açúcar de R\$33/ton do ano ficou 2% abaixo do último ano, enquanto que a despesa geral e administrativa unitária do álcool de R\$44/mil litros ficou 8% superior ao do ano anterior.
- As despesas financeiras líquidas do ano ficaram em R\$102,0 milhões, montante 23% inferior aos R\$132,1 milhões registrados no ano anterior. Tal queda foi afetada principalmente pela desvalorização de 14% do dólar frente ao real no período.
- A amortização do ágio pago em aquisições, principalmente na compra da Barra, totalizou no ano R\$93,2 milhões, queda de 34% em relação aos R\$140,6 milhões registrados no ano anterior, que incluíram diversas amortizações pontuais para fazer face a ganhos de capital apurados nas variações de participação ocorridas durante as reestruturações societárias daquele ano.
- Com base na dinâmica das variáveis acima, o lucro líquido do ano ficou em R\$17,1 milhões, comparativamente aos R\$32,3 milhões verificados no ano anterior, de forma que a margem de lucro de 2% do último ano caiu para 1% neste ano.

C. SITUAÇÃO FINANCEIRA

- A Cosan encerrou este ano com ativos totais de R\$2.722,4 milhões, comparativamente aos R\$2.495,2 milhões do ano anterior. A dívida líquida de R\$976,3 milhões em abril de 2004 ficou basicamente estável, somando R\$988,5 milhões em abril de 2005. Neste mesmo período, o patrimônio líquido de R\$601,0 milhões em abril de 2004, foi para R\$762,9 milhões em abril de 2005, enquanto que o capital social de R\$236,6 milhões em abril de 2004, foi para R\$301,0 milhões ao final de abril último.

Endividamento por Tipo (R\$MM)	30 de Abril de 2004		30 de Abril de 2005		Varição
ACC – Bancos	221,5	18,1%	1,9	0,2%	(219,6)
Finame	47,3	3,9%	40,4	3,5%	(6,9)
Capital de Giro	119,6	9,8%	34,2	2,9%	(85,4)
Securitização (PESA)	214,3	17,5%	236,5	20,2%	22,2
Senior Notes	0,0	0,0%	523,6	44,7%	523,6
Adiantamento de Clientes	443,1	3,3%	268,8	23,0%	(174,3)
Notas Promissórias	150,0	12,3%	62,7	5,4%	(87,4)
Partes Relacionadas	26,1	2,1%	2,0	0,2%	(24,1)
Endividamento	1.221,9	100%	1.170,1	100%	(51,8)

- A dívida total de R\$1.170,1 milhões em abril de 2005 apresentou redução de 4% em relação aos R\$1.221,9 milhões de abril do ano anterior. A emissão das *senior notes* em outubro do ano anterior, *debut* da Cosan no mercado de dívida pública internacional, permitiu a diversificação das fontes de captação e redução da dependência sobre certas linhas de financiamento. Conseqüentemente, as linhas de pré-pagamento de exportação das *trading companies*, os adiantamentos cambiais estendidos pelos bancos, as notas promissórias emitidas nas aquisições das controladas Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool e Destilaria Vale do Tietê S.A. - Destivale, e os financiamentos de capital de giro foram substancialmente reduzidos.
- Um benefício adicional à diversificação do funding foi a diminuição das garantias concedidas, sendo que aproximadamente 50% do endividamento bruto era livre de garantias reais em Abril de 2005, contra apenas 15% em Abril de 2004.
- Apesar da compra da Destivale em janeiro e participação no investimento do terminal específico de álcool TEAS em fevereiro deste ano, a dívida líquida de R\$988,5 milhões ao final de abril ficou basicamente estável, comparativamente aos R\$976,3 milhões registrados em abril do ano anterior. Excluindo-se o PESA (programa especial de saneamento de ativos auto-liquidável em 2020 contra os certificados do tesouro nacional constantes nos ativos da Cosan), a dívida líquida ficaria em R\$799,0 milhões em abril, mesmo nível dos R\$800,1 milhões registrados em abril do ano anterior.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004

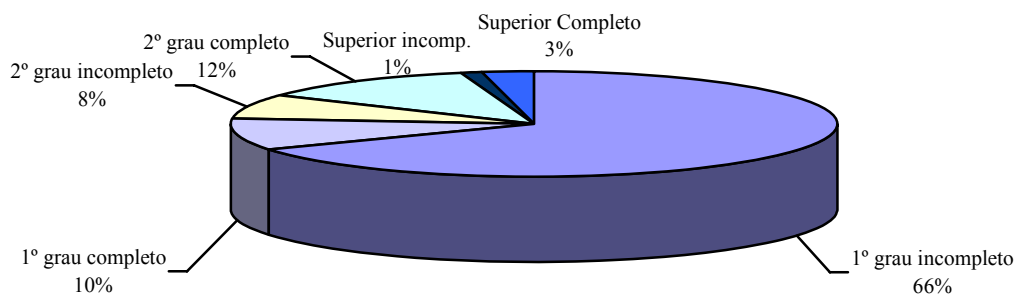
▪ Com o lançamento das *senior notes*, o peso das dívidas de curto-prazo foi substancialmente alterado. Assim, as dívidas de curto-prazo, que representavam quase 66% do total do endividamento em abril do ano anterior, passaram a representar somente 21% do endividamento em abril deste ano. Por outro lado a exposição das dívidas em dólares, que representava 66% do endividamento em abril do ano anterior passou a R\$846,1 milhões, representando 72% do endividamento, percentual este acima do peso relativo das exportações, mas muito abaixo dos R\$1.187,4 milhões exportados pela Cosan.

Perfil do Endividamento (R\$MM)	30 de Abril de 2004		30 de Abril de 2005		Varição
Endividamento	1.221,9	100%	1.170,1	100%	(51,8)
Curto Prazo	796,2	65,2%	242,2	20,7%	(554,0)
Longo Prazo	425,7	34,8%	927,9	79,3%	502,2
Reais	417,1	34,1%	324,0	27,7%	(93,1)
Dólares	804,8	65,9%	846,1	72,3%	41,3
Disponibilidades Financeiras	112,7	9,2%	40,0	3,4%	(72,7)
Adiantamento para Fornecedores	94,7	7,8%	94,6	8,1%	(0,1)
CTN's – Certificados do Tesouro Nacional	38,1	3,1%	47,0	4,0%	8,9
Endividamento Líquido	976,3	79,9%	988,5	84,5%	12,2
Endividamento sem PESA	1.007,5	82,5%	933,6	79,8%	(74,0)
Endividamento sem PESA Líquido	800,1	65,5%	799,0	68,3%	(1,1)

▪ No geral, apesar de um menor EBITDA no ano, impactado pela provisão não-recorrente constituída para ICMS em litígio, o índice de dívida líquida/EBITDA de 2,9x ficou muito abaixo do *covenant* de 3,5x existente nos bonds. O índice de cobertura de juros (EBITDA/despesas financeiras) de 3,3x do ano ficou acima dos 2,7x verificados no ano anterior, enquanto que o índice de liquidez (ativo circulante/passivo circulante) de 1,62x em abril deste ano ficou substancialmente superior aos 0,76x de abril do ano anterior. A relação de alavancagem financeira expressa pela dívida líquida contra o patrimônio líquido de 62:38 ao final de abril de 2004, também foi melhorada para 56:44 em abril deste ano.

D. RECURSOS HUMANOS

▪ A motivação de cada um de seus trabalhadores para dar o melhor de si, dia após dia de trabalho na COSAN, vai além do comprometimento comercial com os resultados da empresa. Dá-se também pela segurança de que estão todos trabalhando em uma empresa responsável e que trabalha pelo bem-estar das comunidades às quais estão inseridas suas unidades. Visando sempre melhorar a qualidade de vida e técnica de seus funcionários, a COSAN investiu cerca de R\$1,5 milhões em treinamentos e educação.



COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004

Os funcionários do grupo COSAN têm a sua disposição treinamentos em desenvolvimento de lideranças, segurança e medicina no trabalho, conscientização do sistema ISO 9001 além de treinamentos específicos nas atividades, como corte de cana, condutor de veículos, operador de máquinas entre outros. Na área educacional e social temos como referencia a criação em 2001 da FUNDAÇÃO COSAN, que sustenta uma trajetória de sucesso, proporcionando atividades socioeducativas, profissionalizantes e assistenciais a crianças, adolescentes e adultos das comunidades de Piracicaba, Barra Bonita, Valparaíso e do Distrito de Potunduva, em Jaú. Em breve, a FUNDAÇÃO COSAN ampliará seu campo de atuação, com a implantação de mais dois novos núcleos nas cidades de Dois Córregos e Ibaté.

- Após a incorporação da Unidade Da Barra, a COSAN mantém também a FUNDAÇÃO PEDRO OMETTO que oferece ampla assistência nas áreas de saúde, cultura, educação e qualidade de vida de sua comunidade. Além das fundações, a COSAN marca presença em todas as comunidades que abrigam suas unidades, atuante na parceria e apoio a entidades e projetos que desenvolvem atividades de cunho social, cultural e esportivo. São ações como estas que comprovam a grandiosidade da COSAN, uma empresa genuinamente brasileira que sabe crescer com responsabilidade, fazendo com que as pessoas e comunidades envolvidas com seu processo, cresçam juntamente com sustentabilidade.
- Em maio de 2005 a COSAN contava com 23.185 colaboradores, dos quais 10.962 safristas e 12.223 permanentes. Este grupo de grupo é constituído principalmente de trabalhadores rurais.

E. INVESTIMENTOS

- Nossos investimentos em propriedades, usinas e equipamentos, inclusive através de aquisições e gastos na formação de lavouras totalizaram R\$200,1 milhões no exercício social de 2005 e R\$240,6 milhões no exercício social de 2004. Excetuando-se aqueles investimentos efetuados através de aquisições e consolidações de participações, os nossos investimentos operacionais totalizaram R\$122,1 milhões no exercício social de 2005 e R\$96,8 milhões no exercício social de 2004.
- No exercício social de 2005, nossos principais investimentos incluíram a aquisição do Grupo Destivale, aumento da nossa participação na Da Barra, aquisição de participação de 40% no TEAS, hoje reduzida para 32%, e o plantio da lavoura de cana-de-açúcar e a compra de equipamentos.
- No exercício social de 2004, nossos maiores investimentos incluíram a aquisição de terras, a aquisição da Cosan Refinadora e 90,0% do capital social da Cosan Portuária, investimentos no plantio da lavoura de cana-de-açúcar e compras de equipamentos.

	2004		2005	
Plantios de cana-de-açúcar	52,9	22%	48,1	24%
Máquinas, equipamentos e veículos agrícolas	11,2	5%	10,7	5%
Modernização, expansão e reforma de usinas	30,9	13%	55,3	28%
Outros investimentos operacionais	1,9	1%	7,8	4%
Terras recebidas em integralização de capital	92,7	39%	64,1	32%
Imobilizado adquirido por consolidação de aquisições	51,1	21%	14,1	7%
	240,6		200,2	

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

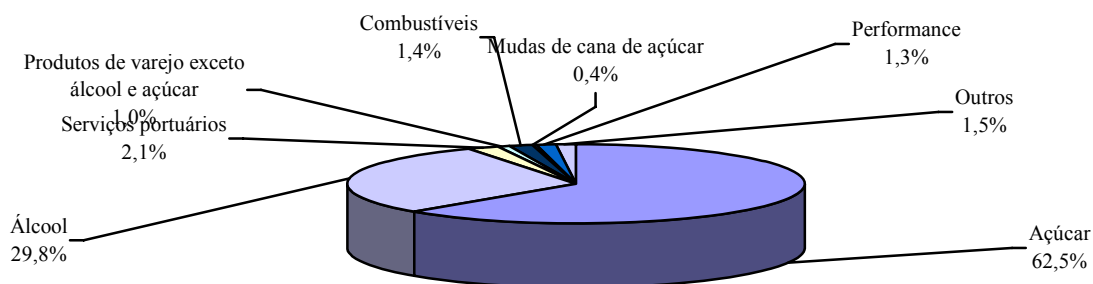
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004

F. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

- Em 2000 estabelecemos uma parceria com a Universidade de Campinas – UNICAMP para desenvolver um sistema de informática visando a melhoria do monitoramento da nossa safra de cana-de-açúcar. Por meio de tal parceria, desenvolvemos um software que monitora as safras de cana-de-açúcar por satélites. Esse sistema de monitoramento nos fornece estimativas precisas da nossa produção de cana-de-açúcar, com informações extremamente detalhadas sobre o estado e a qualidade do canavial, além de melhorar os nossos procedimentos agrícolas e possibilitar uma redução nos custos de trato.
- Temos convênios com os seguintes institutos tecnológicos para o desenvolvimento de novas variedades de cana-de-açúcar: Centro de Tecnologia Copersucar – CTC; Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR e o Instituto Agronômico de Pesquisa – IAC. No exercício social de 2005, nós pagamos aproximadamente R\$2.952 mil em royalties a essas instituições pela licença de novas variedades de cana-de-açúcar. Analisamos a melhor forma de uso possível dessas novas variedades de cana-de-açúcar em vista das diferentes condições de solo e climáticas das cinco principais regiões do Estado de São Paulo. Também analisamos e desenvolvemos diferentes produtos usados para facilitar e melhorar o cultivo de cana-de-açúcar, como herbicidas e fertilizantes, considerando também as diferentes condições das nossas terras. Nós também compartilhamos essa tecnologia com os nossos fornecedores de cana-de-açúcar para que eles possam desfrutar de maiores rendimentos e cana-de-açúcar de melhor qualidade. Investimos aproximadamente R\$4 milhões em pesquisa e desenvolvimento no exercício social de 2005.

G. NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS

- A Cosan atua substancialmente nos mercados de açúcar e álcool, não tendo entrado em novos negócios durante o último exercício social. Neste período, as receitas líquidas da companhia foram obtidas através dos seguintes negócios, produtos e serviços:



COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004

H. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

- Orientadas pelos princípios da eco-eficiência, as operações do Grupo Cosan estão regulamentadas por licenças ambientais emitidas pelas diversas autoridades competentes dos Estados de São Paulo. Nossas unidades buscam desenvolver e implementar sistema de gestão integrada com base em sistemas de gestão reconhecidos mundialmente, como o ISO 9001-2000 e no futuro serem certificadas na Norma ISO 14001. (Na Unidade Portuária já implantada.)
- A política ambiental da Empresa tem procurado sempre observar os seguintes princípios:
 - gestão ambiental como prioridade e fator determinante para a realização do desenvolvimento sustentável;
 - ajuste contínuo à legislação ambiental vigente;
 - adoção de recomendações resultantes de avanços técnico-científicos de preservação ambiental;
 - utilização de recursos de maneira a assegurar a integração e o equilíbrio entre o desenvolvimento agrícola, industrial e a proteção ambiental.
- Durante o exercício social de 2005, a Cosan, mais uma vez, operou observando os seguintes princípios relacionados à proteção ao meio ambiente: (i) preservação da biodiversidade; (ii) reciclagem de resíduos sólidos do processo fabril; (iii) controle das emanações gasosas; (iv) utilização racional da água e; (v) queima controlada da cana-de-açúcar.

I. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS E ADMINISTRATIVAS

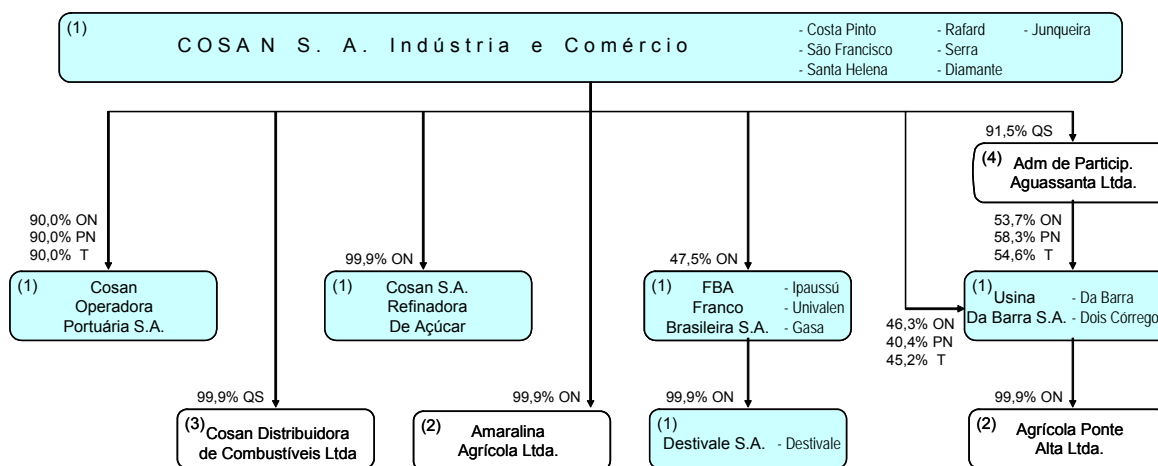
O exercício social de 2005, encerrado em 30 de abril último, foi marcado por uma série de reestruturações societárias visando não apenas fortalecer o bloco controlador da Cosan, mas também simplificar a estrutura corporativa do grupo. Assim, as principais medidas desse plano de simplificação societária e corporativa incluíram: (i) a constituição da Aguassanta Participações S.A., nova acionista controladora da Cosan, através da contribuição das participações que os antigos acionistas controladores Nova Celisa S.A., Indústria Açucareira São Francisco S.A. e Irmãos Franceschi Adm. e Part. S.A. detinham na própria Cosan; (ii) conversão das ações preferenciais PN existentes da Cosan em ordinárias, resultando apenas um tipo de ação – ON; (iii) incorporação das sub-holdings abaixo da Cosan, Participações Celisa S.A. e Primavera Participações S.A. pela própria Cosan, e Nova Posa S.A. Adm. e Part. pela Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool; (iv) aumento da participação da Cosan na Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool dos 52,5% para 95,1% sem envolver caixa, através de um aumento de capital; (v) aumento de capital na Cosan através da contribuição de terras pela Santa Bárbara Agrícola S.A.; (vi) aquisição da usina Destilaria Vale do Tietê S.A. - Destivale através da controlada FBA – Franco Brasileira S.A. Açúcar e Alcool; (vii) investimento em participação de 40% no TEAS – Terminal Exportador de Alcool de Santos S.A., terminal recém construído e dedicado a exportação de álcool (os outros participantes são: Crystalsev (47,5%), Plínio Nastari (2,5%), e Nova América (10%)); e (viii) incorporação da empresa dormiente detentora de licença para distribuição e comercialização de combustíveis, Cosan Distribuidora de Combustíveis Ltda.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004

J. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

▪ A Cosan possui investimentos em controladas e coligadas que trazem sinergias para seu principal negócio. Os principais investimentos, em 30 de abril de 2005, correspondem às participações societárias abaixo descritas:



▪ Os investimentos acima não incluem a participação de 40% no TEAS, detida pela COSAN em 30 de abril de 2005. Refletem apenas as participações societárias que são consolidadas nas demonstrações financeiras da COSAN.

K. DIREITOS DOS ACIONISTAS

▪ A Cosan é uma sociedade anônima de capital fechado. Em 30 de abril de 2005, o capital social está representado por 318.520.380 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 30 de abril de 2004, o capital social estava representado por 167.625.452 ações ordinárias e 97.280.436 ações preferenciais, sem valor nominal. Em 30 de abril de 2003 e 2002 o capital social está representado por 113.855.462 ações ordinárias e 97.280.436 ações preferenciais, sem valor nominal. De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 10% sobre o lucro líquido apurado no final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

▪ Em 30 de abril de 2005 a Cosan declarou dividendos de R\$1.625 mil, correspondentes ao montante de R\$0,0051 por ação do capital social. O valor patrimonial das ações da companhia é de R\$2,3951 por ação.

L. EVENTOS SUBSEQÜENTES

▪ Cumpre notar ainda evento subsequente relevante em maio último, após o fechamento do exercício social 2005, quando a Cosan aumentou sua participação de 47,5% para 99,9% na FBA, sem envolver caixa, através da contribuição das participações que Tereos do Brasil Participações S.A. e Sucden Investimentos S.A. detinham na FBA-Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool contra participações respectivas de 8,85% e 0,93% na Cosan.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004

Outro evento subsequente relevante foi a aprovação pelos *bondholders* quanto ao pedido de cisão da Amaralina Agrícola Ltda. da Cosan. Assim, quando esta cisão tiver sido formalmente efetuada, a Amaralina deixará de ser uma subsidiária da Cosan, e mais uma etapa do plano de reestruturação estará cumprida visando uma maior simplificação da estrutura corporativa, além da própria preparação da Cosan para eventuais aumentos de capital por investidores independentes. Em linhas gerais, do total de cana-de-açúcar moída pela Cosan, 40% eram supridas por fornecedores de cana e 60% estavam sob a gestão da Cosan, sendo 40% vindo de terras arrendadas de terceiros e 20% de terras próprias. Com a futura cisão da Amaralina, a participação de cana vinda de terras próprias se reduzirá a 12%. A Cosan firmou contrato de longo prazo de arrendamento de terras com a Amaralina com base num valor de 40 toneladas de cana por alqueire. De maneira pro-forma, caso a Amaralina tivesse sido cindida no início do exercício social 2004, a Amaralina registraria uma receita de arrendamento de R\$5.9 milhões proveniente da Cosan.

M. PERSPECTIVAS

- Para a safra 05/06 a área de cultivo de cana-de-açúcar no Brasil deve apresentar crescimento, tanto na região Centro-Sul como na região Norte-Nordeste. Espera-se também um aumento na produtividade da cana em relação aos valores obtidos na safra 04/05, sendo esta última prejudicada por intempéries climáticas. A produção tanto de açúcar quanto de álcool devem novamente bater recordes. Porém uma das alterações esperadas é a do mix de produção, que nesta safra tende a ser mais voltado para o álcool, diferentemente da safra 04/05, que foi mais açucareira.
- Isso se deve a explosão de venda dos veículos bi-combustível, que espera alcançar participação de mais da metade das vendas totais de veículos leves. Outro fator importante é a crescente preocupação de países europeus e asiáticos com o meio ambiente e a possibilidade de misturar álcool em seus combustíveis. Quanto à exportação de álcool, espera-se um pequeno recuo em relação à exportação recorde da safra 04/05, devido principalmente ao aumento da demanda interna.
- Espera-se que a safra 05/06 mantenha o forte equilíbrio entre a oferta e demanda mundial de açúcar observado na última safra. Países como China, Tailândia, Cuba, Austrália e UE apontam para uma safra menor. Dois casos que merecem particular atenção é o da Índia e o da Rússia. A Índia, maior consumidor mundial de açúcar, passou de exportador a importador nas últimas duas safras, tendendo a manter essa posição e a Rússia maior importador, tende a aumentar suas importações na safra 05/06, devido a um maior consumo e a redução de suas tarifas de importação.
- A cotação do açúcar na bolsa de Nova York (contrato nº 11) acumulou alta de 14% nos últimos 12 meses e a cotação do açúcar refinado na bolsa de Londres (contrato nº 5) acumulou alta de 17% no mesmo período. As cotações devem se manter firmes, com tendência de alta, em toda a safra 05/06, mesmo com o avanço da safra e com a valorização da real. Os preços do álcool, tanto mercado interno quanto externo devem também se manter firmes, devido ao aumento da demanda interna, alta dos preços do petróleo e boa demanda exportadora.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2005 e 2004

N. SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

- Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, relacionamos a seguir informações a respeito da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes – Ernst & Young Auditores Independentes S/S e suas partes relacionadas, durante o exercício vigente, a Cosan S.A. Indústria e Comércio e empresas controladas e sociedades integrantes do mesmo grupo ao qual a Companhia pertence:

- Natureza, data da contratação e duração dos serviços:

Natureza	Duração
Serviços de auditoria externa anual e revisão limitada trimestral de empresa acionista - Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Alcool no valor de R\$288 mil (33% do valor dos serviços de auditoria externa e revisão limitada trimestral da Companhia)	Maio de 2005 a Abril de 2006
Serviços de auditoria externa anual e revisão limitada trimestral de empresa controladas - Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool e Cosan S.A. Operadora Portuária, incluídos no contrato de serviços de auditoria externa e revisão limitada trimestral da Companhia	Maio de 2005 a Abril de 2006

- As políticas da Companhia e de suas controladas vedam a contratação de seus auditores independentes para a prestação de serviços que acarretem conflito de interesses, perda de objetividade dos mesmos ou de independência.
- A Administração da Companhia e suas controladas, em discussão com seus auditores independentes, concluíram que esses trabalhos não são considerados ameaças à independência da entidade de auditoria, pois não caracterizam a perda real ou suposta da sua objetividade e integridade.

Demonstrações Financeiras

***Cosan S.A. Indústria e Comércio e
Empresas Controladas***

***30 de abril de 2004 e 2003
com Parecer dos Auditores Independentes***

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30 de abril de 2004 e 2003

Índice

Parecer dos Auditores Independentes.....	417
Demonstrações Financeiras Auditadas	
Balancos Patrimoniais.....	419
Demonstrações do Resultado.....	421
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	422
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.....	424
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	426

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Diretores e Acionistas da
Cosan S.A. Indústria e Comércio

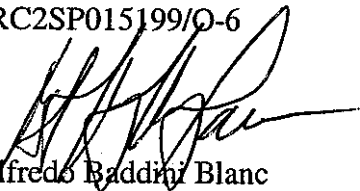
1. Examinamos os balanços patrimoniais da Cosan S.A. Indústria e Comércio e os balanços consolidados da Cosan S.A. Indústria e Comércio e empresas controladas levantados em 30 de abril de 2004 e 2003, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. Foram auditadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras da controlada FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Alcool, em 2004 e 2003, e as da controlada, Administração de Participações Aguassanta S.C. Ltda. e empresas controladas, em 2003, nas quais a Companhia possui investimentos em 30 de abril de 2004, no montante de R\$62.400 mil (R\$52.458 mil em 2003, líquido de provisão para passivo a descoberto), com ganho apurado através do método de equivalência patrimonial naquela data de R\$5.570 mil (perda líquida de R\$39.973 mil em 2003, incluindo-se a provisão para desvalorização e o ágio não fundamentado), e cujos ativos totais incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas totalizam R\$158.000 mil em 30 de abril de 2004 (R\$1.022.189 mil em 2003), com receita líquida, incluída nas demonstrações financeiras consolidadas, de R\$62.748 mil para o exercício findo naquela data (R\$359.776 mil em 2003). Os pareceres a nós fornecidos por aqueles auditores não contêm ressalvas que afetem significativamente a posição patrimonial e o resultado da Companhia, assim como a posição patrimonial e consolidada da Companhia e empresas controladas, e a nossa opinião, no que se relaciona com esses investimentos é estritamente baseada nos pareceres daqueles auditores independentes.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cosan S.A. Indústria e Comércio em 30 de abril de 2004 e 2003, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada da Cosan S.A. Indústria e Comércio e empresas controladas em 30 de abril de 2004 e 2003, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. A demonstração do resultado combinado pro-forma para o exercício findo em 30 de abril de 2003 é apresentada como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas da Cosan S.A. Indústria e Comércio e empresas controladas. Revisamos a compilação dessa demonstração financeira complementar e concluímos que foi preparada conforme descrito na nota 2, de forma substancialmente consistente com as práticas contábeis descritas na nota 3.

Campinas, 28 de maio de 2004

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC2SP015199/O-6



B. Alfredo Baddini Blanc
Contador CRC 1SP126402/O-8

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

30 de abril de 2004 e 2003

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
ATIVO				
Circulante				
Disponibilidades	52.750	39.332	68.002	52.296
Aplicações financeiras	35.919	22.812	44.717	35.405
Duplicatas a receber de clientes	31.296	28.431	73.931	55.288
Estoques	203.079	167.758	373.205	324.753
Adiantamentos a fornecedores	58.323	69.562	94.739	98.984
Empresas ligadas	184.713	29.508	16.127	29.508
Impostos a recuperar	19.451	8.940	37.132	37.288
Outros créditos	10.757	25.848	16.830	35.171
	596.288	392.191	724.683	668.693
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras	1.299	9.908	1.527	10.155
Empresas ligadas	28.027	46.366	63.650	11.100
Certificados do Tesouro Nacional	9.841	8.337	38.128	33.072
Depósitos judiciais	3.983	2.477	20.993	18.625
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.656	6.833	47.139	28.949
Outros créditos	3.049	3.345	6.797	13.424
	56.855	77.266	178.234	115.325
Permanente				
Investimentos	465.832	134.339	304	87.956
Imobilizado	291.945	270.057	1.235.320	881.388
Diferido	287.708	366.442	356.708	396.395
	1.045.485	770.838	1.592.332	1.365.739
Total do ativo	1.698.628	1.240.295	2.495.249	2.149.757

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
PASSIVO				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	193.521	108.598	318.756	212.048
Fornecedores	30.678	57.821	52.681	120.125
Ordenados e salários a pagar	11.030	12.748	23.913	23.526
Impostos e contribuições sociais a recolher	12.325	40.846	64.372	90.865
Adiantamentos de clientes	382.268	191.184	421.816	306.159
Notas promissórias	48.738	48.519	48.738	48.519
Empresas ligadas	6.851	-	6.851	-
Outras obrigações	13.456	33.996	26.262	45.259
	698.867	493.712	963.389	846.501
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos	82.997	64.670	283.921	281.487
Impostos e contribuições sociais a recolher	59.764	1.684	232.485	164.334
Empresas ligadas	22.012	51.830	19.243	86.255
Notas promissórias	91.515	137.637	91.515	137.637
Provisão para contingências	99.766	67.387	189.241	145.586
Adiantamentos de clientes	21.280	20.456	21.280	54.541
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação	-	-	32.608	41.715
Provisão para passivo a descoberto	-	8.149	-	-
Outras obrigações	21.414	19.663	27.239	24.756
	398.748	371.476	897.532	936.311
Participação minoritária	-	-	33.315	(8.162)
Patrimônio líquido				
Capital social	236.569	232.149	236.569	232.149
Reserva especial reflexa	25.073	25.073	25.073	25.073
Reserva legal	6.216	4.641	6.216	4.641
Reservas de reavaliação	221.988	30.302	221.988	30.302
Lucros acumulados	111.167	82.942	111.167	82.942
	601.013	375.107	601.013	375.107
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.698.628	1.240.295	2.495.249	2.149.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		Combinado pro-forma 2003
	Legislação societária 2004	Legislação societária 2003	Legislação societária 2004	Legislação societária 2003	
Receita operacional bruta					
Vendas de produtos e serviços	1.121.195	1.012.956	1.703.339	1.510.855	1.636.042
Impostos e deduções sobre vendas	(44.485)	(38.823)	(117.273)	(101.221)	(113.844)
Receita operacional líquida	1.076.710	974.133	1.586.066	1.409.634	1.522.198
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(740.237)	(614.752)	(1.078.921)	(873.304)	(968.206)
Lucro bruto	336.473	359.381	507.145	536.330	553.992
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	(75.490)	(67.103)	(144.302)	(113.691)	(128.575)
Gerais e administrativas	(67.696)	(61.836)	(111.692)	(99.998)	(114.318)
Despesas financeiras, líquidas	(30.075)	(116.814)	(132.142)	(170.861)	(275.870)
Resultado da equivalência patrimonial	12.116	(9.256)	7.905	16.767	1.853
Amortização de ágio	(135.902)	(26.174)	(140.643)	(30.009)	(30.009)
Reversão (provisão) para desvalorização de participações societárias permanentes	8.149	(8.149)	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(9.710)	(11.671)	2.288	(24.443)	(14.295)
	(298.608)	(301.003)	(518.586)	(422.235)	(561.214)
Lucro (prejuízo) operacional	37.865	58.378	(11.441)	114.095	(7.222)
Resultado não operacional, líquido	25.327	(24.951)	52.645	(23.486)	(14.728)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63.192	33.427	41.204	90.609	(21.950)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(35.501)	(32.932)	(33.364)	(61.417)	(30.535)
Diferido	3.822	6.833	25.516	(19.492)	(19.492)
	(31.679)	(26.099)	(7.848)	(80.909)	(50.027)
Participação dos acionistas minoritários	-	-	(1.016)	15.805	50.727
Lucro líquido do exercício	31.513	7.328	32.340	25.505	(21.250)
Lucro por ação – em Reais	0,12	0,03			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 30 de abril de 2004 e 2003

(Em milhares de reais)

	Controladora						
	Capital social	Reserva especial reflexa	Reserva legal	Reservas de reavaliação própria	Reservas de reavaliação controladas	Lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de abril de 2002	232.149	-	4.275	-	-	81.230	317.654
Constituição de reserva especial reflexa	-	25.073	-	-	-	-	25.073
Constituição de reserva de reavaliação	-	-	-	-	30.370	-	30.370
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(68)	68	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.328	7.328
Constituição de reserva legal	-	-	366	-	-	(366)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(5.318)	(5.318)
Saldos em 30 de abril de 2003	232.149	25.073	4.641	-	30.302	82.942	375.107
Integralização de capital – AGE de 30 de abril de 2004	4.420	-	-	-	-	-	4.420
Constituição de reserva de reavaliação	-	-	-	15.812	-	-	15.812
Constituição de reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	-	177.155	-	177.155
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(1.281)	1.281	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	31.513	31.513
Constituição de reserva legal	-	-	1.575	-	-	(1,575)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(2,994)	(2,994)
Saldos em 30 de abril de 2004	236.569	25.073	6.216	15.812	206.176	111.167	601.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO--Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

	Consolidado						
	Capital social	Reserva especial reflexa	Reserva legal	Reservas de reavaliação própria	Reservas de reavaliação controladas	Lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de abril de 2002	232.149	-	4.275	-	-	81.230	317.654
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(18.177)	(18.177)
Constituição de reserva especial reflexa	-	25.073	-	-	-	-	25.073
Constituição de reserva de reavaliação	-	-	-	-	30.370	-	30.370
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(68)	68	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	25.505	25.505
Constituição de reserva legal	-	-	366	-	-	(366)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(5.318)	(5.318)
Saldos em 30 de abril de 2003	232.149	25.073	4.641	-	30.302	82.942	375.107
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(827)	(827)
Integralização de capital – AGE de 30 de abril de 2004	4.420	-	-	-	-	-	4.420
Constituição de reserva de reavaliação	-	-	-	15.812	-	-	15.812
Constituição de reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	-	177.155	-	177.155
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(1.281)	1.281	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.340	32.340
Constituição de reserva legal	-	-	1.575	-	-	(1,575)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(2,994)	(2,994)
Saldos em 30 de abril de 2004	236.569	25.073	6.216	15.812	206.176	111.167	601.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 30 de abril de 2004 e 2003

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
ORIGENS DE RECURSOS				
Das operações:				
Lucro líquido do exercício	31.513	7.328	32.340	25.505
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:				
Equivalência patrimonial	(12.116)	9.256	(7.905)	(16.767)
Depreciações e amortizações	43.169	44.096	101.630	90.718
Provisão (reversão) para desvalorização de participações societárias permanentes	(8.149)	8.149	-	-
Amortização de ágio do ativo diferido	78.734	26.174	83.799	30.009
Valor residual das baixas do ativo permanente	10.674	7.994	24.270	8.752
Juros líquidos de longo prazo	(20.332)	(5.079)	31.903	66.866
Ganho de capital em investimento	(23.195)	-	-	-
Amortização de ágio sem fundamentação econômica	-	26.579	-	26.579
Amortização de ágio do investimento	57.168	-	57.205	-
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.822)	(6.833)	(25.516)	19.492
	153.644	117.664	297.726	251.154
Dos acionistas:				
Aumento em participações de minoritários	-	-	7.163	-
Capital circulante líquido incorporado	-	22.174	-	-
Capital circulante líquido cindido de controladas	-	-	8.929	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	48.598	-	48.598
Integralização de capital	4.420	-	4.420	-
Dividendos recebidos	2.646	5.700	-	-
	7.066	76.472	20.512	48.598
De terceiros:				
Aumento do exigível a longo prazo	13.528	218.002	117.201	678.393
Redução do realizável a longo prazo	66.460	-	24.247	-
Total das origens	240.698	412.138	459.686	978.145
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Aumento do realizável a longo prazo	-	6.529	-	65.093
No imobilizado	51.098	50.351	240.634	469.230
Em investimentos	77.901	101	-	71.177
No diferido	-	24.662	2.452	49.814
Ágio pago na aquisição de ações de controladas	108.813	419.195	108.813	432.610
Redução em participações de minoritários	-	-	-	73.536
Reversão dividendos a receber	950	-	-	-
Transferência do exigível a longo prazo para o passivo circulante	-	-	165.692	46.574
Dividendos propostos	2.994	5.318	2.994	5.318
Total das aplicações	241.756	506.156	520.585	1.213.352
Redução do capital circulante líquido	(1.058)	(94.018)	(60.899)	(235.207)

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS--Continuação
 Exercícios findos em 30 de abril de 2004 e 2003
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Variação do capital circulante líquido				
Ativo circulante				
No final do exercício	596.288	392.191	724.683	668.693
No início do exercício	392.191	243.766	668.693	356.561
	204.097	148.425	55.990	312.132
Passivo circulante				
No final do exercício	698.867	493.712	963.389	846.501
No início do exercício	493.712	251.269	846.501	299.162
	205.155	242.443	116.888	547.339
Redução do capital circulante líquido	(1.058)	(94.018)	(60.898)	(235.207)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30 de abril de 2004 e 2003

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cosan S.A. Indústria e Comércio (doravante designada “Companhia”) e suas controladas têm como atividade preponderante, a fabricação e o comércio de açúcar, álcool e demais derivados da cana-de-açúcar. As principais controladas, produtoras de açúcar e álcool, são Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool e FBA – Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool.

Durante os exercícios findos em 30 de abril de 2003 e 2004, a Companhia procedeu a uma grande reestruturação societária, objetivando atingir uma estrutura mais simples e eficiente. As seguintes operações foram realizadas:

- em 27 de maio de 2002, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação da controlada Cosan Agrícola Ltda., na data-base 30 de abril de 2002, na qual estavam centralizadas todas as operações agrícolas. O acervo líquido incorporado no montante de R\$124.303 incluiu, principalmente, terras para plantio, lavouras de cana-de-açúcar e os respectivos custos de entressafra;
- em agosto de 2002, a Companhia adquiriu, através da aquisição da Saja Participações S.A., o controle acionário das empresas Administração de Participações Aguassanta S.C. Ltda., Primavera Participações S.A. e O.C.O. Participações S.C. Ltda., empresas que juntas detinham o controle indireto da Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool;
- em dezembro de 2002, a Companhia incorporou a Saja Participações S.A.;
- em 16 de setembro de 2003, a controlada O.C.O. Participações S.C. Ltda. foi incorporada pela Primavera Participações S.A.;
- em 17 de dezembro de 2003, foi aprovada a cisão parcial das empresas controladas Pedro Ometto S.A. Administração e Participações, Administração de Participações Aguassanta S.C. Ltda. e Primavera Participações S.A. e a criação das empresas Nova Posa S.A. Administração e Participações, Nova Aguassanta Administração e Participações Ltda. e Nova Prima Participações S.A.; e,

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional--Continuação

- em 30 de dezembro de 2003, a Companhia vendeu sua participação nas empresas Nova Prima Participações S.A. e Nova Aguassanta Administração de Participações Ltda. para a Indústria Açucareira São Francisco S.A., empresa do mesmo grupo econômico em que se insere a Companhia.

Em Assembléia Geral Extraordinária da controlada Guanabara Agro Industrial S.A., realizada em 27 de janeiro de 2003, foi aprovada a incorporação de sua ex-controladora FBA – Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool, na data-base de 31 de dezembro de 2002, tendo sido alterada a denominação social de Guanabara Agro Industrial S.A. para FBA – Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool. O acervo líquido incorporado montou a R\$111.777.

A Assembléia Geral Extraordinária da sociedade Agro Pecuária São Pedro S.A., de 30 de janeiro de 2004, foi aprovada a incorporação da ex-sociedade Usina da Barra S.A. – Açúcar e Álcool, na data-base de 31 de dezembro de 2003, e alterada a sua denominação social de Agro Pecuária São Pedro S.A. para Usina da Barra S.A. – Açúcar e Álcool. Na data da incorporação, a Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool apresentava passivo a descoberto no montante de R\$52.891, o qual foi assumido pela Agro Pecuária São Pedro S.A..

Conforme mencionado na nota explicativa 17, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2004, o aumento de capital da Companhia, através da integralização de capital pela Indústria Açucareira São Francisco S.A. e pela Nova Celisa S.A. efetuada através da transferência das suas participações na Cosan Operadora Portuária S.A. e na Participações Celisa S.A.. Como consequência, essas companhias passaram a ser controladas da Cosan S.A. Indústria e Comércio.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
 30 de abril de 2004 e 2003
 (Em milhares de reais)

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração e foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A demonstração do resultado pela “Legislação Societária” em 30 de abril de 2003, contempla apenas 9 meses do resultado da Administração de Participações Aguassanta S.C. Ltda. e respectiva controlada indireta Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool, em virtude da aquisição do seu controle acionário pela Companhia, ter ocorrido em agosto de 2002, utilizando-se como data-base 31 de julho de 2002. A Companhia está apresentando, como informação adicional, a demonstração do resultado combinado pro-forma do exercício findo em 30 de abril de 2003, como se a aquisição da Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool, pela Companhia, tivesse ocorrido em 1º de maio de 2002, permitindo assim, perfeita comparabilidade das operações.

As demonstrações do resultado incluídas na combinação pro-forma, são como segue:

	Consolidado legislação societária	Consolidado Administração de Participações Aguassanta S.C. Ltda. *	Combinado pro-forma
Receita operacional líquida	1.409.634	112.564	1.522.198
Custo dos produtos vendidos	(873.304)	(94.902)	(968.206)
Lucro bruto	536.330	17.662	553.992
Despesas operacionais	(422.235)	(138.979)	(561.214)
Resultado operacional	114.095	(121.317)	(7.222)
Resultado não operacional	(23.486)	8.758	(14.728)
Imposto de renda e contribuição social	(80.909)	30.882	(50.027)
Participação dos acionistas minoritários	15.805	34.922	50.727
Resultado líquido do exercício	25.505	(46.755)	(21.250)

* Inclui as operações da Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool relativas aos meses de maio a julho de 2002.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Aplicações financeiras

São registradas ao valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado.

b) Duplicatas a receber de clientes

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

c) Estoques

Estão registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera o valor de mercado.

A safra fundada e o custo de entressafra correspondem às despesas incorridas na manutenção das lavouras de cana-de-açúcar e parque industrial, respectivamente, que são apropriadas ao custo de produção da safra seguinte.

d) Investimentos

Em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição. Os ágios foram apurados nas aquisições de participações societárias, sendo amortizados, quando aplicável, em 5 anos.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, parcialmente reavaliado. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica e remanescente dos bens e estão demonstradas na nota explicativa 9.

Os gastos de formação de lavoura de cana-de-açúcar estão registrados pelo custo, sendo amortizados em 5 anos.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis--Continuação

f) Diferido

Refere-se substancialmente a ágios apurados nas aquisições de participações societárias, sendo amortizados em períodos que variam entre 5 a 10 anos.

g) Demais ativos

São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo.

h) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência, calculados conforme legislação em vigor. Os impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias estão apresentados no ativo realizável a longo prazo, conforme sua expectativa de realização, revisada anualmente.

i) Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

j) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação, própria e de controladas, são realizadas na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Quando aplicável, é constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação, utilizando-se das taxas vigentes, conforme legislação.

l) Reserva especial reflexa

Constituída na proporção da participação da Companhia sobre a reserva de capital registrada em controlada.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis--Continuação

m) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração das companhias se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências.

n) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

o) Consolidação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações.

O processo de consolidação inclui os seguintes principais procedimentos:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo mantidos entre as companhias consolidadas;
- b) Eliminação dos investimentos, proporcionalmente à participação da controladora nos patrimônios líquidos das controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as companhias consolidadas; e,
- d) Eliminação de lucros não realizados decorrentes de transações entre as empresas consolidadas, quando relevantes.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis--Continuação

o) Consolidação das demonstrações financeiras--Continuação

Destacamos abaixo as companhias consolidadas:

	Participação em			
	2004		2003	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Amaralina Agrícola Ltda.	99,9%	-	99,9%	-
Cosan Operadora Portuária S.A.	90,0%	-	-	-
Cosan S.A. Refinadora de Açúcar	99,9%	-	-	-
Participações Celisa S.A.	99,8%	-	-	-
FBA – Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool	47,5%	-	47,5%	-
O.C.O. Participações S.C. Ltda.	-	-	100,0%	-
Primavera Participações S.A.	99,9%	-	99,9%	-
Administração de Participações Aguassanta S.C. Ltda.	30,4%	52,5%	30,4%	31,6%
Pedro Ometto S.A. Administração e Participações	-	-	-	36,6%
Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool	7,1%	45,3%	-	36,6%
Agrícola Ponte Alta S.A.	-	52,3%	-	36,6%
Nova Posa S.A. Administração e Participações	-	48,9%	-	-
Agro Pecuária São Pedro S.A.	-	-	-	38,0%
Trumai Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	24,7%

A controlada FBA – Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool, cujo controle é compartilhado com outro grupo econômico, é consolidada na proporção da participação da Companhia no capital social naquela investida.

A conciliação dos resultados dos exercícios da controlada com os resultados consolidados, em 30 de abril de 2004 e 2003, é a seguinte:

	Lucro líquido do exercício	
	2004	2003
Resultado da controladora	31.513	7.328
Amortização da variação cambial diferida da Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool	-	18.177
Outros ajustes de exercícios anteriores em controlada	827	-
Resultado consolidado	32.340	25.505

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis--Continuação

o) Consolidação das demonstrações financeiras--Continuação

A controlada indireta Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool registrou ajustes de exercícios anteriores no seu patrimônio líquido em 30 de abril de 2004 e 2003. A Companhia, por sua vez, registrou os referidos ajustes através da equivalência patrimonial.

4. Aplicações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	26.432	6.522	30.936	13.828
Mercado futuro e troca de moedas	9.487	16.290	13.781	21.577
Outros títulos de renda fixa	1.299	9.908	1.527	10.155
	37.218	32.720	46.244	45.560
Circulante	(35.919)	(22.812)	(44.717)	(35.405)
Realizável a longo prazo	1.299	9.908	1.527	10.155

Os valores registrados na rubrica mercado futuro e troca de moedas incluem as remessas líquidas dos recebimentos financeiros para ajustamento periódico de margens de preço dos contratos de transações em mercado futuro e opções.

5. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Produtos acabados:				
Açúcar	14.150	13.762	32.190	23.681
Alcool	27.947	25.500	52.011	41.860
Melaço	308	569	308	728
Outros	-	-	3.845	524
Custos de entressafra	54.105	42.213	86.231	73.519
Almoxarifado	17.954	21.631	36.702	40.069
Imóveis a comercializar	-	-	271	270
Safra fundada	88.615	64.083	161.647	144.102
	203.079	167.758	373.205	324.753

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação

30 de abril de 2004 e 2003

(Em milhares de reais)

6. Adiantamentos a Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Fornecedores de cana-de-açúcar	51.896	45.082	84.782	69.339
Fornecedores de equipamentos, materiais e serviços	6.427	24.480	9.957	29.645
	58.323	69.562	94.739	98.984

7. Saldos com Empresas Ligadas

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Irmãos Franceschi Administração e Participações S.A.	-	3.456	-	3.456
Usina Bom Jesus S.A. Açúcar e Álcool	-	2.586	-	2.586
Ibaté S.A.	-	3.231	-	3.231
Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool	116.971	34.005	-	-
Nova Posa S.A. Administração e Participações	18.177	-	-	-
FBA – Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool	32.338	3.088	16.977	1.621
Cosan Operadora Portuária S.A.	37.025	29.508	-	29.508
Pedro Ometto S.A. Administração e Participações	-	-	62.769	-
Cosan S.A. Refinadora de Açúcar	8.229	-	-	-
Outras	-	-	31	206
	212.740	75.874	79.777	40.608
Circulante	(184.713)	(29.508)	(16.127)	(29.508)
Realizável a longo prazo	28.027	46.366	63.650	11.100

	Passivo			
	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Tamandupá Ltda.	-	48.598	-	49.209
Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool	6.851	3.203	6.851	5.430
Usina Santa Bárbara S.A. Açúcar e Álcool	-	-	95	31.039
Amaralina Agrícola Ltda.	3.237	-	-	-
Indústria Açucareira São Francisco S.A.	18.746	-	18.746	-
Outras	29	29	402	577
	28.863	51.830	26.094	86.255
Circulante	(6.851)	-	(6.851)	-
Exigível a longo prazo	22.012	51.830	19.243	86.255

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

7. Saldos com Empresas Ligadas--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Transações dos saldos ativos				
Remessa de recursos financeiros, líquida	339.038	174.481	58.387	67.628
Recebimento de recursos financeiros, líquido	-	(39.008)	-	-
Integralização de capital em controlada com créditos em conta corrente	(70.000)	-	-	(3.225)
Vendas de produtos acabados	17.841	38.921	4.300	4.739
Compra de produtos acabados	(184.810)	(155.941)	(60.569)	(53.827)
Aquisição de serviços portuários	(13.342)	(16.237)	-	(16.237)
Receitas com encargos financeiros	48.139	3.294	13.767	2.005
Adição líquida, por consolidação	-	-	23.284	-
Transações dos saldos passivos				
Pagamento de recursos, líquido	(24.741)	-	(61.955)	-
Captação de recursos financeiros, líquida	-	1.553	-	4.638
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	48.598	-	48.598
Redução por cisão de controlada	-	-	-	31.062
Despesas com encargos financeiros	1.774	16	1.794	241
Arrendamento de terras	4.183	5.704	4.183	5.704

As transações mercantis de compra e venda de produtos são realizadas a preços e em condições semelhantes aos de mercado.

As companhias Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Alcool, Indústria Açucareira São Francisco S.A., Usina Santa Bárbara S.A. Açúcar e Alcool e Ibaté S.A. mantêm contrato de parceria para industrialização de cana-de-açúcar com a Cosan S.A. Indústria e Comércio, cabendo às contratantes, a quantidade de 1,25 sacas (50 kg) de açúcar VHP e 20 litros de álcool, por tonelada de cana.

O montante a pagar de R\$48.598, em 30 de abril de 2003, à empresa Tamandupá Ltda., correspondia a adiantamento para futuro aumento de capital, sobre o qual não incidia remuneração, tendo sido liquidado em 30 de setembro de 2003.

O valor a receber da FBA – Franco Brasileira S.A. Açúcar e Alcool, no montante de R\$32.338, refere-se, principalmente, a pré-pagamentos para futura entrega de açúcar. O montante adiantado está sendo atualizado monetariamente com base na variação cambial acrescida de juros de 6,64% ao ano, com previsão de realização até 30 de abril de 2005.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

7. Saldos com Empresas Ligadas--Continuação

O valor a receber da Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool, refere-se a pré-pagamentos para futura entrega de açúcar, atualizados pela variação do CDI, mais juros de 1% ao mês, para realização até 30 de abril de 2005.

Os valores a receber da Pedro Ometto S.A. Administração e Participações e da Nova Posa S.A. Administração e Participações, referem-se a mútuos, remunerados pela variação do IGP-M, mais juros de 1% ao mês, sem data prevista para liquidação.

O saldo a receber da Cosan Operadora Portuária S.A. refere-se a adiantamentos para prestação de serviços portuários a serem liquidados dentro do próximo exercício social, sobre os quais não há remuneração. A Companhia estuda a possibilidade de aumentar o capital da controlada com esse montante.

O saldo a pagar à Indústria Açucareira São Francisco S.A. refere-se ao saldo remanescente da aquisição de quotas do capital social da Amaralina Agrícola Ltda., o qual vem sendo atualizado monetariamente com base na variação do IGP-M, mais juros de 1% ao mês. Esse montante não tem data prevista de vencimento.

O saldo a pagar à Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool refere-se a mútuo a ser liquidado até 30 de abril de 2005, sendo atualizado monetariamente com base na variação do IGP-M, mais juros de 1% ao mês.

A Companhia é arrendatária de 5.227 hectares de terras da Santa Bárbara Agrícola S.A. e de 8.594 hectares de terras da Indústria Açucareira São Francisco S.A.. Estas operações são realizadas em condições e preços similares aos de mercado. O saldo a pagar a essas empresas em 30 de abril de 2004, proveniente do arrendamento de terras, no montante de R\$348, está classificado na rubrica Fornecedores, no balanço patrimonial.

A Cosan S.A. Indústria e Comércio e a Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool utilizam terras, pertencentes às respectivas empresas controladas Amaralina Agrícola Ltda. e Agrícola Ponte Alta S.A., para plantio, trato e colheita de cana-de-açúcar, conforme contratos de comodato celebrados entre as partes. Não há remuneração sobre essas transações.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

8. Investimentos

	Controladora										
	2004					2003					
	Investidas					Investidora					
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação %	Investimentos	Equivalência patrimonial	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação %	Investimentos	Provisão para passivo a descoberto	Equivalência patrimonial
Amaralina Agrícola Ltda.	304.675	(1.541)	99,99	304.675	(1.348)	74.229	(1.897)	99,99	74.229	-	(1.897)
FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Alcool	131.368	11.725	47,50	62.400	5.570	123.212	(1.889)	47,50	58.529	-	12.850
Administração de Participações Aguassanta S.C. Ltda.	37.151	7.175	30,42	11.302	2.181	(9.544)	(57.124)	30,42	-	(2.904)	(10.186)
Usina da Barra S.A.-Açúcar e Alcool	86.698	(4.997)	7,08	6.140	(67)	-	-	-	-	(339)	(1.095)
O.C.O. Participações S.C. Ltda.	-	-	-	-	-	(339)	(1.767)	100,00	-	(2.828)	(8.892)
Primavera Participações S.A.	11.542	2.667	99,97	11.538	2.664	(2.830)	(16.118)	99,97	-	-	-
Cosan S.A. Refinadora de Açúcar	2.134	(248)	100,00	2.134	(248)	-	-	-	-	-	-
Participações Celisa S.A.	8.061	223	99,84	8.048	(234)	-	-	-	-	-	-
Cosan Operadora Portuária S.A.	8.622	619	90,00	7.759	3.598	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos	-	-	-	169	-	-	-	-	1.581	(2.078)	(36)
				414.165	12.116				134.339	(8.149)	(9.256)
Ágio Nova Usati Refinadora S.A.	-	-	-	6.437	-	-	-	-	-	-	-
Ágio Amaralina Agrícola Ltda.	-	-	-	9.988	-	-	-	-	-	-	-
Ágio Usina da Barra S.A.-Açúcar e Alcool	-	-	-	35.242	-	-	-	-	-	-	-
				465.832	12.116				134.339	(8.149)	(9.256)

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

8. Investimentos--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Saldos iniciais	134.339	222.262	87.956	62
Equivalência patrimonial	12.116	(9.256)	7.905	16.767
Aquisição de investimentos	77.901	101	-	71.177
Ágio pago na aquisição de participações societárias	108.813	419.195	108.813	432.610
Transferência de ágio para o ativo diferido	-	(392.616)	(41.679)	(406.031)
Transferência de ágio para o ativo imobilizado	-	-	(9.988)	-
Reserva especial reflexa	-	25.073	-	-
Reserva de reavaliação reflexa	177.155	30.370	-	-
Baixa de investimentos	(8.823)	(4.208)	(1.911)	(50)
Redução por incorporação/cisão	-	(124.303)	(92.760)	-
Amortização de ágio	(57.168)	(26.579)	(57.205)	(26.579)
Ganho de capital	23.195	-	-	-
Outros	-	-	(827)	-
Dividendos recebidos	(1.696)	(5.700)	-	-
Saldos finais	465.832	134.339	304	87.956

Em 27 de maio de 2002, a Companhia incorporou sua controlada Cosan Agrícola Ltda..

Em agosto de 2002, a Companhia adquiriu, através da aquisição da Saja Participações S.A., o controle acionário das empresas Administração de Participações Aguassanta S.C. Ltda., Primavera Participações S.A. e O.C.O. Participações S.C. Ltda., empresas que juntas detinham o controle indireto da Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool. O valor pago pelos investimentos foi de R\$383.840, tendo sido apurado ágio no montante de R\$419.195, do qual, a parcela de R\$392.616, tem como fundamento econômico a rentabilidade futura e está suportada por laudo de avaliação emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu. Esse ágio está sendo amortizado no prazo de 60 meses. O saldo de R\$26.579, não suportado pelo laudo de avaliação, foi baixado como perda na rubrica resultado não operacional, líquido, em função da falta de substância econômica. Em dezembro de 2002, a Companhia incorporou a Saja Participações S.A. e o ágio foi reclassificado para o ativo diferido.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

8. Investimentos--Continuação

Em 16 de setembro de 2003, a controlada O.C.O. Participações S.C. Ltda. foi incorporada pela Primavera Participações S.A..

Em 28 de dezembro de 2003, a Tamandupá Ltda., do mesmo grupo econômico em que se insere a Companhia, aportou capital na controlada Amaralina Agrícola Ltda., com ativos (terras e soqueiras de cana-de-açúcar), a valores contábeis. O valor definido para troca das quotas foi avaliado a valor de mercado. Dessa forma, a participação da Companhia naquela controlada, que era de 99,99%, passou para 58,13%, gerando ganho de capital no montante de R\$23.195, creditado ao resultado do período sob a rubrica Resultado não Operacional, líquido. Em 27 de fevereiro de 2004, a Companhia adquiriu junto à Indústria Açucareira São Francisco S.A. (sucessora da Tamandupá Ltda. por incorporação), 55.419.969 quotas representativas do capital social da Amaralina Agrícola Ltda., passando novamente a deter 99,99% de seu capital, pelo valor de R\$102.539, gerando ágio no montante de R\$33.179, do qual a parcela de R\$23.195 foi amortizada no próprio período para eliminar o efeito do ganho de capital acima mencionado. O fundamento econômico do referido ágio foi a mais-valia das terras, conforme laudo emitido pela Consplan – Consultoria Planejamento Avaliação Peritagem S.C. Ltda..

A equivalência da FBA - Franco Brasileira S.A. – Açúcar e Álcool em 30 de abril de 2003, não reflete o resultado do exercício de 12 meses findo naquela data, pois, em 27 de janeiro de 2003, foi incorporada pela sua controlada Guanabara Agroindustrial S.A., sendo o resultado da FBA - Franco Brasileira S.A. – Açúcar e Álcool do período de 8 meses, findo em 31 de dezembro de 2002, incluído no acervo patrimonial incorporado. No balanço patrimonial em 30 de abril de 2004, foi registrado o montante de R\$2.646 referente a dividendos propostos à Cosan S.A. Indústria e Comércio.

Em 01 de fevereiro de 2004, a Cosan S.A. Indústria e Comércio adquiriu 100% das ações da Nova Usati S.A. Refinadora de Açúcar, atualmente denominada Cosan S.A. Refinadora de Açúcar, pelo montante total de R\$9.162, sendo o valor do acervo patrimonial avaliado em R\$2.382, resultando num ágio de R\$6.780. O ágio, caracterizado como decorrente de expectativa de rentabilidade, vem sendo amortizado em 5 anos, linearmente.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

8. Investimentos--Continuação

Em 05 de agosto de 2003, a Agro Pecuária São Pedro S.A. adquiriu da Bom Jesus Inc., empresa do mesmo grupo econômico, ações da Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool, as quais representavam 14,13% do capital social daquela Companhia. Nessa transação foi apurado um deságio de R\$21.699, em função da Agro Pecuária São Pedro S.A. ter adquirido essas ações por valor abaixo do respectivo valor patrimonial.

Em 31 de outubro de 2003, antes do processo de incorporação da antiga Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool pela Agro Pecuária São Pedro S.A., comentado na nota 1, as companhias alienaram à sua antiga controladora, Pedro Ometo S.A. Administração e Participações, as suas participações societárias no capital da Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool. A operação resultou em perda no montante de R\$34.622, a qual foi classificada sob a rubrica Resultado Não Operacional, Líquido, na demonstração do resultado. As perdas ocorreram em função das transações terem sido efetuadas a valores de mercado, conforme cotação das ações em balcão. Em decorrência da venda das ações, a antiga Agro Pecuária São Pedro S.A. baixou o saldo referente ao deságio, no montante de R\$21.699, registrando-o na rubrica Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Conforme mencionado na nota explicativa 17, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2004, o aumento de capital da Companhia através da integralização de capital pela Indústria Açucareira São Francisco S.A. e pela Nova Celisa S.A. efetuada através da transferência das suas respectivas participações na Cosan Operadora Portuária S.A. e na Participações Celisa S.A.. Como conseqüência, essas companhias passaram a ser controladas da Cosan.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

8. Investimentos--Continuação

Em 30 de abril de 2004, em Assembléia Geral Extraordinária Especial, os acionistas da Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool aprovaram aumento de capital no valor de R\$70.000, com emissão de 310.432.339.401 ações ordinária escriturais, sem valor nominal. O aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado pela Cosan S.A. Indústria e Comércio, com créditos em conta corrente que a acionista possuía junto à Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool, decorrentes de adiantamentos para futura entrega de açúcar, créditos esses avaliados a valor de livros. O valor de troca das ações foi avaliado a mercado, com base em laudo de avaliação de rentabilidade futura, emitido pela Deloitte Touche Tomatsu. Esta transação resultou num ágio de R\$68.890, o qual sofreu amortização no montante de R\$33.649, dentro do período, em função da apuração de ganho de capital, na mesma operação, na antiga sócia majoritária da Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool, Nova Posa Administração e Participações S.A., a qual é controlada indireta da Cosan S.A. Indústria e Comércio. Dessa forma, a amortização do ágio anulou o ganho de capital da Nova Posa Administração e Participações S.A., no valor de R\$33.649, registrado como resultado de equivalência patrimonial, em 30 de abril de 2004.

A equivalência patrimonial na Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool, em 30 de abril de 2004, está substancialmente afetada por perdas líquidas em transações de venda de ações da Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool, no montante de R\$15.471, cujo efeito na Companhia, considerando sua participação no capital da controlada foi de R\$5.645.

Em 30 de abril de 2003, o saldo de investimento consolidado, no montante total de R\$87.956, refere-se, basicamente, aos investimentos na Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool e na Sanco International Ltda., nos montantes de R\$85.480 e R\$1.363, respectivamente, os quais foram alienados no exercício findo em 30 de abril de 2004, conforme mencionado anteriormente. No exercício findo em 30 de abril de 2003, ou controladas mencionadas acima reconheceram receita de equivalência patrimonial relativa ao investimento na Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool, no montante de R\$16.983, valor esse incluído no saldo de equivalência patrimonial naquela data, na demonstração do resultado consolidado.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

8. Investimentos--Continuação

Para fins de consolidação, os valores dos ágios, cujo fundamento econômico é a rentabilidade futura, foram reclassificados para o ativo diferido. O valor do ágio da Amaralina Agrícola Ltda., cujo fundamento econômico é a mais valia das terras, suportado por laudo emitido por empresa independente, foi reclassificado para o ativo imobilizado.

9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação (%)	Controladora				2003
		2004		2003		
		Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido	
Propriedades rurais	-	4.082	15.812	-	19.894	4.082
Terrenos	-	1.434	-	-	1.434	1.434
Máquinas, equipamentos e instalações	10	174.556	-	(100.333)	74.223	80.902
Veículos	20	22.523	-	(15.674)	6.849	9.216
Móveis e utensílios	10	8.897	-	(4.689)	4.208	4.442
Edifícios	4	4.554	-	(674)	3.880	3.916
Benfeitorias	4	72.220	-	(6.941)	65.279	52.801
Obras em andamento	-	21.038	-	-	21.038	19.552
Custo de formação de lavouras	20	137.952	-	(43.222)	94.730	93.315
Outras imobilizações	2 a 10	414	-	(4)	410	397
		447.670	15.812	(171.537)	291.945	270.057

A Companhia registrou reavaliação das propriedades rurais utilizadas para a produção de cana-de-açúcar, conforme laudo emitido em 20 de abril de 2004, pela empresa Consplan Consultoria, Planejamento, Avaliação e Peritagem S/C Ltda., conforme valores demonstrados abaixo:

Descrição	Valores		
	Reavaliado	Contábil líquido	Mais valia
Propriedades rurais	19.894	4.082	15.812

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

	Taxas anuais de depreciação (%)	Consolidado			
		2004		2003	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades rurais	-	594.302	-	594.302	292.536
Máquinas e equipamentos	10	550.825	(344.473)	206.352	205.190
Veículos	20	54.510	(43.735)	10.775	14.275
Móveis e utensílios	10	16.291	(9.828)	6.463	6.962
Edifícios e dependências	4	88.617	(28.910)	59.707	61.426
Benfeitorias	4	107.156	(9.977)	97.179	59.754
Obras em andamento	-	37.328	-	37.328	25.531
Custo de formação de lavouras	20	315.752	(103.572)	212.180	214.536
Outras imobilizações	2 a 10	1.078	(32)	1.046	1.178
Ágio sobre mais valia de terras	-	9.988	-	9.988	-
		1.775.847	(540.527)	1.235.320	881.388

A controlada indireta Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool registrou reavaliação do ativo imobilizado, conforme laudo datado de 7 de fevereiro de 2003, emitido pela empresa Valora Engenharia Ltda., conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Valores		
	Reavaliado	Contábil líquido	Mais Valia
Propriedades rurais	69.844	15.977	53.867
Edifícios	49.670	30.748	18.922
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	98.948	72.985	25.963
	218.462	119.710	98.752

Sobre a reavaliação foram calculados os respectivos tributos no total de R\$15.237, sendo R\$11.197 relativo ao Imposto de Renda e R\$4.040 relativo a Contribuição Social sobre o Lucro, que estão incluídos no saldo demonstrado no exigível a longo prazo, sob a rubrica imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação.

Dos bens reavaliados, propriedades rurais e edifícios e benfeitorias, no montante total de R\$64.565, foram utilizados para aportar capital na controlada Agrícola Ponte Alta S.A. em abril de 2003.

Em 30 de abril de 2004, a controlada indireta Agrícola Ponte Alta S.A. registrou reavaliação de seu ativo imobilizado, o qual é composto, basicamente, por áreas agrícolas, no montante de R\$72.174.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação 30 de abril de 2004 e 2003 (Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

Em 30 de abril de 2004, a controlada integral Amaralina Agrícola Ltda. registrou reavaliação de seu ativo imobilizado, o qual é composto, basicamente, por áreas agrícolas, no montante de R\$139.295.

Em 30 de abril de 2004, o imobilizado consolidado inclui o valor de R\$423.080 (R\$215.156 em 30 de abril de 2003) correspondente ao saldo líquido de reavaliações da conta de propriedades rurais, da Companhia e parte das controladas, e de máquinas, equipamentos e instalações, edifícios e benfeitorias da controlada indireta Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool.

10. Diferido

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Ágio na aquisição da Administração de Participações				
Aguassanta S.C. Ltda.	392.616	392.616	392.616	392.616
Amortização acumulada	(104.908)	(26.174)	(104.908)	(26.174)
Sub-total	287.708	366.442	287.708	366.442
Outros ágios na aquisição de controladas, valor líquido	-	-	66.260	29.953
Despesas pré-operacionais, valor líquido	-	-	2.740	-
	287.708	366.442	356.708	396.395

Conforme comentado na nota explicativa 8, o ágio decorrente da aquisição do controle indireto da Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool, está fundamentado em laudo de rentabilidade futura, emitido em 20 de dezembro de 2002 pela Deloitte Touche Tohmatsu e está sendo amortizado em 60 meses, a partir de janeiro de 2003.

Os demais ágios são fundamentados na perspectiva de rentabilidade futura dos respectivos investimentos e estão sendo amortizados entre 5 e 10 anos.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

11. Impostos e Contribuições Sociais a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
ICMS	872	2.394	44.010	56.974
INSS	1.414	2.559	3.603	3.489
COFINS	2.725	2.358	6.283	3.291
Programa Especial de Parcelamento de Impostos Estaduais – REFIS Estadual	-	-	86.160	88.785
Programa de Recuperação Fiscal – REFIS	-	-	64.431	57.663
Programa de Parcelamento Especial - PAES	64.385	-	85.522	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher (Nota 12)	-	32.932	-	37.754
Outros	2.693	2.287	6.848	7.243
	72.089	42.530	296.857	255.199
Circulante	(12.325)	(40.846)	(64.372)	(90.865)
Exigível a longo prazo	59.764	1.684	232.485	164.334

Os montantes a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
2004	-	1.112	-	27.426
2005	8.025	473	45.290	30.996
2006	7.167	99	35.360	26.552
2007	7.167	-	31.944	21.004
2008	7.167	-	29.042	17.411
2009	7.167	-	29.042	17.000
2010	7.167	-	28.911	14.573
2011 a 2021	15.904	-	32.896	9.372
	59.764	1.684	232.485	164.334

O saldo referente ao ICMS é composto substancialmente por parcelamentos de ICMS da Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool e FBA – Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool. Os referidos parcelamentos foram realizados nos prazos de 24, 60 e 120 meses e estão sujeitos a incidência de encargos financeiros calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e juros de 1,8% ao mês.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

11. Impostos e Contribuições Sociais a Recolher - Continuação

Programa Especial de Parcelamento de Impostos Estaduais – Refis Estadual

Refere-se a adesão da Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool, em 26 de outubro de 2000, ao Programa de Parcelamento Especial de Impostos Estaduais, conforme disposições contidas no Decreto nº 44.971, de 19 de junho de 2000, do Governo do Estado de São Paulo para débitos do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Assim, a liquidação desses valores deverá ser efetuada em 97 parcelas mensais, com incidência de encargos financeiros calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 28 de abril de 2000, a Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool e a FBA – Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool firmaram Termo de Opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, aprovado pela Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, declarando seus débitos de tributos e contribuições sociais junto à Secretaria da Receita Federal – SRF e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. No exercício corrente, foram incorporados valores ao Refis, na Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool, no montante de R\$11.814.

Os pagamentos ao REFIS são feitos com base em 1,2% da receita bruta mensal. O saldo é atualizado monetariamente pela TJLP.

Programa de Parcelamento Especial - PAES

Aproveitando o benefício promovido pelo Programa de Parcelamento Especial - PAES nos termos da Lei nº 10.684, publicada em 31 de maio de 2003, a Cosan S.A. Indústria e Comércio e empresas controladas desistiram da discussão de algumas demandas judiciais, pleiteando o parcelamento dos referidos débitos com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, junto à Secretaria da Receita Federal - (SRF) e ao Instituto Nacional de Seguro Social - (INSS). De acordo com as regras estabelecidas, os valores poderão ser liquidados em no mínimo 10 anos e em no máximo 15 anos, de acordo com o faturamento mensal, sendo as parcelas atualizadas mensalmente pela TJLP.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
 30 de abril de 2004 e 2003
 (Em milhares de reais)

11. Impostos e Contribuições Sociais a Recolher--Continuação

Programa de Parcelamento Especial – PAES--Continuação

Até a presente data, as autoridades fiscais não apresentaram as posições dos débitos consolidados, os quais, de acordo com os controles da Companhia, são como segue:

	2004	
	Controladora	Consolidado
Impostos apurados e atualizados até a data da adesão ao programa:		
Tributos SRF	62.093	74.676
Contribuições INSS	2.565	11.255
Amortizações até 30 de abril de 2004	(5.265)	(7.052)
Atualização monetária	4.992	6.643
	64.385	85.522
Parcelas devidas a curto prazo	(5.927)	(8.155)
Parcelas a longo prazo	58.458	77.367

O parcelamento vem sendo pago com base em 1,5% do faturamento, observando o limite mínimo de 120 parcelas, não podendo ser maior que 180 parcelas.

A manutenção da Companhia e empresas controladas nos programas e parcelamentos depende do atendimento de várias condições, sobretudo da continuidade do pagamento das parcelas dos débitos na forma da lei e do pagamento dos tributos vincendos.

O sistema tributário brasileiro é de auto-lançamento, portanto, as declarações de renda arquivadas permanecem abertas para revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos contados da data de arquivamento.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2004</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63.192	33.427	41.204	90.609
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(21.485)	(11.365)	(14.009)	(30.807)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	4.119	(3.147)	2.688	5.701
Provisão para passivo a descoberto	-	(2.771)	-	-
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias e resultados negativos	3.822	6.833	43.613	6.833
Baixa de imposto de renda e contribuição social diferidos por incorporações de empresas do grupo	-	-	(18.097)	(26.325)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(913)	(3.275)
Exclusão sobre a depreciação relativa à atividade agrícola	-	-	-	4.486
Compensação de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas	-	-	779	-
Amortização de ágio	(11.435)	-	(11.435)	-
Amortização de ágio sem fundamentação econômica	-	(9.037)	-	(9.037)
Provisão para contingências	(1.153)	(3.155)	(4.610)	(4.772)
Diferenças permanentes (doações e contribuições)	(1.089)	(1.349)	(1.378)	(1.349)
Baixa de valores a receber indedutíveis	(2.934)	-	(2.934)	-
Impostos diferidos não recuperáveis	-	-	-	(22.218)
Outros	(1.524)	(2.108)	(1.552)	(146)
Total de impostos correntes e diferidos	(31.679)	(26.099)	(7.848)	(80.909)
Taxa efetiva	50,13%	78,08%	19,05%	89,29%

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

12. Imposto de Renda e Contribuição Social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Imposto de renda sobre o lucro	-	24.214	24.633	28.802
Contribuição social sobre o lucro	-	8.718	8.867	10.370
Total de imposto de renda e contribuição social a recolher	-	32.932	33.500	39.172
Pagamento/compensação realizado no exercício	-	-	(33.500)	(1.418)
Total de imposto de renda e contribuição social a recolher (Nota 11)	-	32.932	-	37.754

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Descrição	Controladora				
	2004				2003
	Base	IRPJ 25%	CSSL 9%	Total	Total
Provisões para contingências	19.900	4.975	1.791	6.766	6.833
Prejuízos fiscais	11.441	2.860	-	2.860	-
Base negativa de contribuição social	11.441	-	1.030	1.030	-
Tributos diferidos		7.835	2.821	10.656	6.833

Descrição	Consolidado				
	2004				2003
	Base	IRPJ 25%	CSSL 9%	Total	Total
Provisões para contingências	67.794	16.949	6.101	23.050	10.124
Prejuízos fiscais	70.684	17.671	-	17.671	15.075
Base negativa de contribuição social	71.309	-	6.418	6.418	3.750
Tributos diferidos		34.620	12.519	47.139	28.949

IRPJ – Imposto de renda da pessoa jurídica

CSSL – Contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos e Financiamentos

Finalidade	Encargos financeiros (30 de abril de 2004)		Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Resolução 2471			61.616	58.474	214.331	206.201
Custeio Agrícola			-	-	14.088	-
			-	-	964	1.224
Adiantamentos de contratos de câmbio			175.485	101.394	221.451	144.010
Finame			31.210	12.540	33.196	15.646
Capital de giro			8.160	-	110.760	107.699
Outros			47	860	7.887	18.755
Circulante			276.518	173.268	602.677	493.535
Exigível a longo prazo			(193.521)	(108.598)	(318.756)	(212.048)
			82.997	64.670	283.921	281.487

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos e Financiamentos--Continuação

As parcelas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
2004	-	2.037	-	7.678
2005	4.649	2.745	11.216	5.170
2006	3.742	2.093	20.606	11.650
2007	3.007	635	10.195	11.901
2008 a 2015	11.373	-	34.870	46.465
2018	12.865	12.209	68.677	49.184
2019	-	-	84.576	98.395
2020	47.361	44.951	53.781	51.044
	82.997	64.670	283.921	281.487

No período entre 1998 e 2000, a Cosan S.A. Indústria e Comércio e empresas controladas renegociaram suas dívidas com diversas instituições financeiras, relativas a financiamentos para custeio agrícola, reduzindo seu custo financeiro para taxas de juros anuais inferiores a 10%, garantindo a amortização do principal atualizado da dívida com a cessão e transferência de Certificados do Tesouro Nacional, resgatáveis na liquidação da dívida, aproveitando incentivo promovido pela resolução do Banco Central nº 2471, de 26 de fevereiro de 1998. Em 30 de abril de 2004, esses certificados estão classificados no realizável a longo prazo, no montante de R\$9.841, Companhia, e R\$38.128, consolidado, (R\$8.337 e R\$33.072, respectivamente, em 2003) e são remunerados pelo IGP-M, mais juros anuais de 12%. Ao final de 20 anos, o valor de resgate desses certificados deve ser semelhante ao do valor da dívida renegociada.

Os demais financiamentos estão garantidos por notas promissórias, lavouras de cana, estoques, hipotecas, avais dos acionistas e por bens do ativo imobilizado.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

14. Adiantamentos de Clientes

O saldo demonstrado na rubrica adiantamentos de clientes, circulante e exigível à longo prazo, em 30 de abril de 2004, no valor total de R\$403.548, Companhia, e R\$443.096, consolidado, (R\$211.640 e R\$360.700, respectivamente, em 2003), representam antecipações de empresas equiparadas a exportadoras, sobre as quais incidem variação cambial do dólar norte-americano e juros com base na taxa Libor, acrescidos de 5,75% a 6,50% ao ano, com vencimentos até 2006. Esses adiantamentos estão garantidos por notas promissórias, lavouras de cana, álcool, fiança, penhor de equipamentos, avais de acionistas, e garantidores solidários, compostos por empresas do mesmo grupo econômico da Companhia.

15. Notas Promissórias

Os saldos a pagar demonstrados nesta rubrica em 30 de abril de 2004, no valor de R\$48.738 (R\$48.519 em 30 de abril de 2003) no passivo circulante e no valor de R\$91.515 (R\$137.637 em 30 de abril de 2003) no exigível a longo prazo, referem-se às aquisições das participações societárias nas empresas Administração de Participações Aguassanta S.C. Ltda., Primavera Participações S.A. e O.C.O. Participações S.C. Ltda., conforme mencionada na nota explicativa 8, sobre as quais incidem variação cambial do dólar norte-americano.

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	2004	2003
2004	-	34.420
2005	41.930	54.557
2006	36.270	35.593
2007	13.315	13.067
	91.515	137.637

As notas promissórias são garantidas por aval de acionistas.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

16. Provisão para Contingências

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Contingências fiscais:				
(i) Tributos compensados com crédito prêmio de IPI	89.353	47.373	114.438	47.603
(ii) Crédito presumido de IPI sobre matéria-prima	-	-	35.985	41.824
(iii) INSS/PIS/COFINS	5.073	12.990	14.921	21.972
(iv) Imposto de renda e contribuição social – Plano Verão	-	-	-	5.462
Outros	4.438	6.122	22.442	27.549
Contingências trabalhistas	902	902	1.455	1.176
	99.766	67.387	189.241	145.586

- (i) Refere-se substancialmente a créditos fiscais extemporâneos relativos ao crédito-prêmio de IPI (Decreto-lei nº 491 de 05 de março de 1969), incidente sobre exportações realizadas sob programa especial de exportação – BEFIEEX. O montante apurado foi utilizado na compensação de IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI e CIDE. O referido montante vem sendo atualizado pela variação da taxa SELIC, conforme legislação vigente.
- (ii) A controlada indireta Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool possui processos judiciais em andamento nos quais discute o reconhecimento do direito ao crédito presumido do IPI decorrente das entradas de matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagens, adquiridos com isenção, alíquota zero ou não tributação de IPI. A Companhia utilizou parte dos créditos apurados para compensação com tributos federais, amparada por mandado de segurança obtido. A provisão para contingências em 30 de abril de 2004 reflete valores ainda não compensados de R\$5.617, em contra-partida de impostos a recuperar, e R\$30.368 relativo ao montante de impostos já compensados. A provisão inclui todos os encargos moratórios, conforme determina a legislação vigente.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

16. Provisão para Contingências--Continuação

- (iii) Refere-se a diversas Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos – NFLD, por exigência de diferenças de contribuições sobre folha de pagamento dos funcionários rurícolas, de contribuições por responsabilidade solidária com prestadores de serviços contratados e de diferenças de contribuição de Seguro de Acidentes do Trabalho, em diversos períodos. Neste saldo também está inclusa a provisão referente à contribuições incidentes sobre vendas de álcool carburante nos períodos de janeiro a junho de 1996 (PIS) e agosto de 1993 a julho de 1997 (COFINS). Os valores de PIS e COFINS foram depositados judicialmente.
- (iv) Refere-se a imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a exclusão da diferença de correção monetária ocorrida no exercício de 1989 (Plano Verão). Essa exclusão foi efetuada em outubro de 1994, amparada em liminar obtida em ação cautelar específica. A provisão registrada em 30 de abril de 2003 foi revertida durante o exercício findo em 30 de abril de 2004, conforme avaliação efetuada pelos consultores jurídicos da Companhia, que consideram boas as chances de êxito da referida tese.

Crédito Prêmio de IPI decorrente da Instrução Normativa 67/98

A Instrução Normativa SRF nº 67/98 trouxe a possibilidade da restituição dos valores de IPI recolhidos no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997, sobre o açúcar refinado do tipo amorfo.

Diante disso, a Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool, para os períodos que havia efetuado o recolhimento, pleiteou a compensação desses valores com outros tributos devidos. No entanto, os pedidos de restituição, bem como de compensação, foram indeferidos pela Secretaria da Receita Federal. Assim, a antiga Usina da Barra S.A. – Açúcar e Álcool impugnou administrativamente o indeferimento.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

16. Provisão para Contingências--Continuação

Crédito Prêmio de IPI decorrente da Instrução Normativa 67/98--Continuação

Após notificação para pagamentos dos débitos objetos de compensação, tendo em vista as alterações introduzidas pela IN SRF nº 210/02, a Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool imputou Mandado de Segurança com pedido de liminar para suspender a exigibilidade dos tributos compensados, objetivando, dessa forma, impedir que a Administração Pública pudesse executar os débitos. A liminar foi deferida pelo juízo competente. O consultor jurídico que patrocina esse processo considerou como possível a probabilidade de perda nesse processo. O montante compensado e atualizado até 30 de abril de 2004 é de R\$103.280 (R\$91.231 em 2003). Pelo fato de haver legislação específica sobre o assunto e suportada pela avaliação dos seus consultores jurídicos, a administração considera não haver necessidade de provisão contábil para a referida contingência.

Crédito Prêmio de IPI - BEFIEX

A controlada indireta Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool vem discutindo judicialmente créditos fiscais extemporâneos avaliados em, aproximadamente, R\$129.544 (R\$114.576 em 2003), relativos ao crédito prêmio de IPI (Decreto-lei nº 491 de 05 de março de 1969), incidentes sobre exportações realizadas sob programa especial de exportação – BEFIEX, calculados no período de maio de 1992 a outubro de 2001. Os consultores jurídicos da controlada consideram boas as chances de sucesso no referido processo. Não houve reconhecimento contábil desses créditos, bem como, não houve utilização dos mesmos para compensação com outros tributos.

As demais contingências provisionadas referem-se unicamente a processos fiscais e trabalhistas que na opinião dos consultores jurídicos terão desfecho desfavorável à Companhia e suas controladas.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 30 de abril de 2004, em assembléia geral extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital social no valor de R\$4.420, com emissão de 53.769.990 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal. O aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado pelas acionistas Indústria Açucareira São Francisco S.A. e Nova Celisa S.A., com as ações que essas companhias detinham das empresas Cosan Operadora Portuária S.A. (90,00%) e Participações Celisa S.A. (99,84%), a valor de livros, respectivamente, R\$4.160, em 31 de março de 2004 e R\$260, em 29 de fevereiro de 2004. Os valores para troca das ações foram avaliados a mercado, conforme laudos emitidos pela Deloitte Touche Tomatsu, baseados em rentabilidade futura.

Em 30 de abril de 2004 o capital social está representado por 167.625.452 ações ordinárias (113.855.462 em 2003), sem valor nominal, e 97.280.436 ações preferenciais (97.280.436 em 2003), sem valor nominal.

b) Dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 10% sobre o lucro líquido apurado no final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

c) Reservas de reavaliação

Em 30 de abril de 2003, a controlada indireta Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool registrou a reavaliação de parte de seu ativo imobilizado, no montante de R\$83.514, líquido dos efeitos dos tributos, cujo efeito na Companhia foi de R\$30.370 em contra-partida ao investimento.

Em 30 de abril de 2004, a controlada indireta Agrícola Ponte Alta S.A. registrou reavaliação de propriedades rurais, no montante de R\$72.174, cujo efeito na Cosan S.A. Indústria e Comércio foi de R\$37.860, em contra-partida ao investimento.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio Líquido--Continuação

c) Reservas de reavaliação--Continuação

Em 30 de abril de 2004, a controlada Amaralina Agrícola Ltda. registrou reavaliação de propriedades rurais, no montante de R\$139.295, cujo efeito na Companhia, de igual valor, foi registrado na conta de investimentos em contra-partida à reserva de reavaliação reflexa.

Em 30 de abril de 2004, a Companhia registrou reavaliação de seus terrenos e propriedades rurais, no montante de R\$15.812.

d) Reserva especial reflexa

Em dezembro de 2002, a controlada indireta Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool registrou reserva de capital no montante de R\$68.714, correspondente ao ganho de capital apurado na integralização de capital com propriedades rurais avaliados a valor de mercado, na sua subsidiária integral Agrícola Ponte Alta S.A.. A Companhia registrou reserva especial reflexa na proporção de sua participação no capital social daquela controlada, em contra-partida ao investimento, no montante de R\$25.073.

e) Retenção de lucros

A destinação do saldo de lucros acumulados, em 30 de abril de 2004 e 2003, será proposta para aprovação dos acionistas em assembléia geral extraordinária.

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
30 de abril de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

18. Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
PIS e Cofins sobre outras receitas	(4.994)	(2.872)	(6.717)	(3.078)
Provisão para contingências	-	(5.571)	(2.349)	(30.243)
Amortização de deságio	-	-	21.699	-
Credito presumido de IPI	-	-	-	13.809
Créditos de PIS e Cofins (Leis 10.637/02 e 10.833/03)	2.467	-	3.534	-
Pis semestralidade – Refis	-	-	(6.028)	-
Programa de Recuperação Fiscal	-	-	4.319	-
Parcelamento especial – PAES	(7.941)	-	(9.405)	-
Equalização comercial na venda de produtos para empresa do grupo	4.388	-	2.084	-
Valores a receber incobráveis	(2.994)	-	(2.994)	-
Outras	(636)	(3.228)	(1.855)	(4.931)
	(9.710)	(11.671)	2.288	(24.443)

19. Resultado Não Operacional, Líquido

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Amortização de ágio apurado na aquisição da Administração de Participações Aguassanta S.C. Ltda. por falta de fundamentação econômica	-	(26.579)	-	(26.579)
Ganho de capital por redução do percentual de participação da Nova Posa S.A. na Usina da Barra S.A. Açúcar e Álcool	-	-	68.705	-
Perda apurada da venda das ações da Usina Costa Pinto S.A.	-	-	(34.622)	-
Ganho de capital por redução do percentual de participação na Amaralina Agrícola Ltda.	23.195	-	23.195	-
Outros	2.132	1.628	(4.633)	3.093
	25.327	(24.951)	52.645	(23.486)

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
 30 de abril de 2004 e 2003
 (Em milhares de reais)

20. Instrumentos Financeiros e Concentração de Risco de Crédito

Os ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam dos seus respectivos valores de mercado.

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a risco de crédito com relação a suas contas a receber de clientes, em função da concentração em poucos clientes. A administração acredita que o risco de crédito é minimizado, em consequência de sua carteira estar representada basicamente por clientes de renome internacional em operações de comercialização de açúcar e álcool.

Em 30 de abril de 2004 e 2003, a Companhia e empresas controladas possuíam operações com derivativos objetivando reduzir parcialmente os riscos operacionais em função da variação do preço do açúcar. A atuação do departamento financeiro das companhias com derivativos está resumida à utilização de operações no mercado futuro e de opções, como forma de garantir a fixação do preço do açúcar.

No que se refere às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas realizam operações exclusivamente com instituições financeiras de primeira linha.

Exposição cambial líquida

Em decorrência da natureza de suas operações, a Companhia e suas controladas realizam transações significativas atreladas ao dólar norte-americano. Demonstramos abaixo a exposição líquida da Cosan S.A. Indústria e Comércio e das empresas controladas, em 30 de abril de 2004:

	Controladora	
	R\$	US\$ (em milhares)
Valores aguardando fechamento de câmbio	34.117	11.586
Mercado futuro e troca de moedas	9.487	3.222
Empréstimos em moedas estrangeiras	(175.485)	(59.594)
Adiantamentos de clientes	(403.548)	(137.042)
Notas promissórias	(140.253)	(47.629)
Exposição cambial líquida	(675.682)	(229.457)

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS--Continuação
 30 de abril de 2004 e 2003
 (Em milhares de reais)

20. Instrumentos Financeiros e Concentração de Risco de Crédito -- Continuação

	Consolidado	
	RS	US\$ (em milhares)
Valores aguardando fechamento de câmbio	34.117	11.586
Mercado futuro e troca de moedas	13.781	4.681
Empréstimos em moedas estrangeiras	(221.451)	(75.203)
Adiantamentos de clientes	(443.096)	(150.472)
Notas promissórias	(140.253)	(47.629)
Exposição cambial líquida	(756.902)	(257.037)

Em 30 de abril de 2003, a Companhia possuía contratado o montante aproximado de R\$14.555 de *swap* sem caixa, com o objetivo de reduzir os riscos de desvalorização do Real frente ao dólar norte-americano, tendo em vista a sua exposição com ativos e passivos denominados nessa moeda. Durante o exercício de 2003, a Companhia realizou ganhos líquidos com essas operações, no montante de R\$16.285. Os ganhos líquidos relativos às operações de *swap* sem caixa, ainda não realizados em 30 de abril de 2003, no montante de R\$14.555, estavam classificados nas demonstrações financeiras, na rubrica de aplicações financeiras, no item mercado futuro e troca de moedas.

21. Seguros (não auditada)

É política da empresa manter cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os edifícios, máquinas, equipamentos e estoques. Os montantes segurados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros e foram determinados com base nos valores de reposição dos respectivos bens segurados.